



# 2018

## Relatório e Contas Consolidadas

---

Um Mundo  
de Inspiração



MOTAENGIL  
SGPS, S.A.

# A confiança de um Grupo em expansão

Com um legado de 72 anos, o Grupo Mota-Engil tem afirmado a sua Marca no mundo com competência, rigor e ambição. Valores sólidos que definem a cultura de uma multinacional assente numa postura eticamente responsável e com uma Visão de futuro assente num desenvolvimento próspero e sustentável.



## Destaques 2018

### Europa

**06** Países  
**859 M€** Volume de Negócios  
**1.226 M€** Carteira de Encomendas

### África

**14** Países  
**905 M€** Volume de Negócios  
**2.758 M€** Carteira de Encomendas

### América Latina

**08** Países  
**1.069 M€** Volume de Negócios  
**1.481 M€** Carteira de Encomendas

## Distinções Mota-Engil

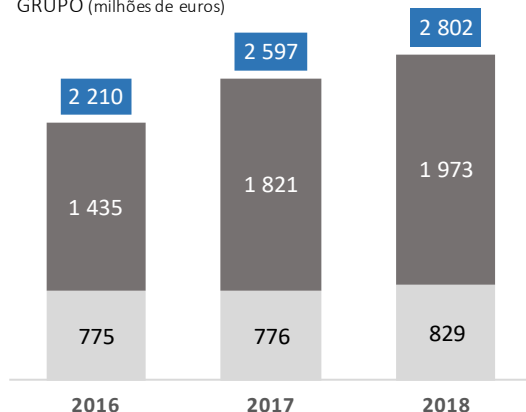




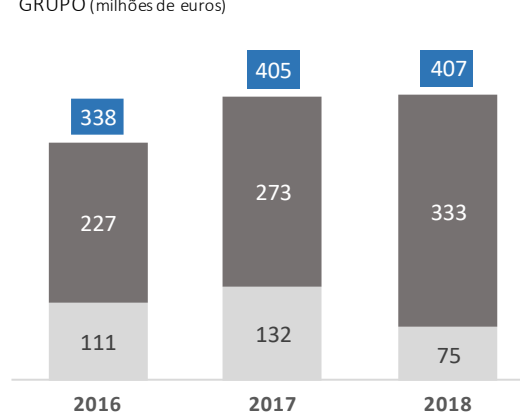
# Destaques

- Carteira de encomendas record de 5,5 mil milhões de euros, dos quais 77% fora da Europa
- Volume de negócios record de 2,8 mil milhões de euros, um aumento de 8% face a 2017, suportado por todas as regiões
- EBITDA de 407 milhões de euros com uma margem resiliente de 15%
- Resultado Líquido de 24 milhões de euros
- Dívida líquida de 955 milhões de euros, com um rácio dívida líquida / EBITDA de 2,3x
- Investimento de 287 milhões de euros

## VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS GRUPO (milhões de euros)



## EBITDA GRUPO (milhões de euros)



■ Atividade Europa (\*) ■ Atividade Externa

(\*) Inclui outros, anulações e intragrupo

	12M18	% VPS	Δ	12M17	% VPS	2518 (não auditado)	% VPS	Δ	2517 (não auditado)	% VPS
Vendas e Prestações de Serviços (VPS)	2 801 749		7,9%	2 597 294		1 550 894		10,6%	1 401 648	
EBITDA(*)	407 077	14,5%	0,6%	404 738	15,6%	230 591	14,9%	5,6%	218 376	15,6%
Amortizações, provisões e perdas de imparidade	-206 828	(7,4%)	5,4%	-218 607	(8,4%)	-120 541	(7,8%)	7,1%	-129 688	(9,3%)
EBIT(**)	200 249	7,1%	7,6%	186 131	7,2%	110 050	7,1%	24,1%	88 687	6,3%
Resultados financeiros (***)	-56 250	(2,0%)	43,3%	-99 206	(3,8%)	-46 125	(3,0%)	11,4%	-52 055	(3,7%)
Ganhos/(perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas	2 932	0,1%	4,4%	2 808	0,1%	1 234	0,1%	(30,2%)	1 768	0,1%
Ganhos/(perdas) na alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas	462	0,0%	115,1%	-3 058	(0,1%)	462	0,0%	115,1%	-3 058	(0,2%)
Posição monetária líquida	-12 263	(0,4%)	-	3 149	0,1%	-3 098	(0,2%)	-	3 149	-
Resultado antes de impostos	135 131	4,8%	50,4%	89 824	3,5%	62 523	4,0%	62,4%	38 492	2,7%
<b>Resultado líquido consolidado</b>	<b>93 397</b>	<b>3,3%</b>	<b>52,0%</b>	<b>61 441</b>	<b>2,4%</b>	<b>52 316</b>	<b>3,4%</b>	<b>138,7%</b>	<b>21 921</b>	<b>1,6%</b>
Atribuível:										
a interesses que não controlam	69 785	2,5%	16,6%	59 853	2,3%	34 443	2,2%	38,1%	24 947	1,8%
ao Grupo	23 612	0,8%	1386,9%	1 588	0,1%	17 872	1,2%	690,7%	-3 026	(0,2%)

(\*) EBITDA corresponde à soma algébrica das seguintes rubricas da demonstração consolidada dos resultados: "Vendas e prestações de serviços"; "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, Variação da produção e Subcontratos"; "Fornecimentos e serviços externos"; "Gastos com pessoal"; "Outros rendimentos / (gastos) operacionais"

(\*\*) EBIT corresponde à soma algébrica do EBITDA com as seguintes rubricas da demonstração consolidada dos resultados: "Amortizações e depreciações" e "Provisões e perdas de imparidade"

(\*\*\*) Os Resultados financeiros correspondem à soma algébrica das seguintes rubricas da demonstração consolidada dos resultados: "Rendimentos e ganhos financeiros" e "Gastos e perdas financeiras"

The cover features a series of overlapping circles in shades of blue, grey, and white. A central photograph shows a modern building with a glass facade and a white, geometric, circular structure. In the foreground, there are bright yellow flowers. The background shows a hillside with yellow flowers under a clear blue sky. The word 'Índice' is written in a bold, serif font on a white rectangular background.

# Índice



# 01

## Relatório de Gestão Consolidado 11

---

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração 7

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva 8

**1.1**  
Análise do desempenho económico-financeiro 12

**1.2**  
Análise por áreas de negócio 18

**1.3**  
Análise do desempenho não financeiro 32

**1.4**  
Mota-Engil na Bolsa 61

**1.5**  
Atividade desenvolvida pelos membros não-executivos do Conselho de Administração 62

**1.6**  
Proposta de aplicação de resultados 62

**1.7**  
Perspetivas para 2019 63

**1.8**  
Factos relevantes após o termo do exercício 64

**1.9**  
Nota final 65

# 02

## Informação Financeira Consolidada 69

---

**2.1**  
Demonstrações Consolidadas dos resultados 70

**2.2**  
Demonstrações Consolidadas do Outro Rendimento Integral 71

**2.3**  
Demonstrações Consolidadas da Posição Financeira 72

**2.4**  
Demonstrações Consolidadas das Alterações no Capital Próprio 73

**2.5**  
Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa 75

**2.6**  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas 76

**2.7**  
Apêndice A 189

# 03

Relatório Sobre as Práticas  
de Governo Societário 199

---

# 04

Anexos 251

---

## 4.1

Declaração nos termos do artigo 245.º do CVM 252

## 4.2

Artigo 324º do CSC 255

## 4.3

Artigo 447º do CSC 257

## 4.4

Artigo 448º do CSC 259

## 4.5

Decreto-Lei n.º 411/91 259

## 4.6

Artigo 66.º nº5 alínea g) do CSC 260

## 4.7

Participações Qualificadas 261

## 4.8

Declaração sobre políticas de remuneração  
aplicáveis aos dirigentes 262

## 4.9

Lista de cargos exercidos pelos administradores 265

## 4.10

Indicadores GRI 4: Desempenho Ambiental 277

# 05

Relatórios de Fiscalização 293

---

## 5.1

Certificação Legal das Contas e Relatório  
de Auditoria 294

## 5.2

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 308



Exmos. Senhores Acionistas,



## Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

António Mota  
Presidente do Conselho  
de Administração

Mais um ano se passou e vamos hoje analisar as contas referentes ao exercício de 2018.

O ano de 2018 foi afetado por inúmeros sinais contraditórios do Futuro, nas opções estratégicas Mundiais, com clara influência em muitos setores da economia e por isso, afetando o nosso setor e empresa.

- 1 - A coesão Europeia
- 2 - As políticas anti-migratórias
- 3 - A não assunção de que as economias emergentes têm de ser apoiadas de forma a manter o equilíbrio Mundial
- 4 - Um novo ciclo político a iniciar-se em muitos Países onde estamos presentes

São tudo fatores que vivemos em 2018 e transitam para 2019.

Mas devemos congratularmo-nos, pois apesar das dificuldades do ano de 2018, foi possível não só resistir, mas progredir no caminho estratégico do GRUPO.

Acreditamos que em 2019 prosseguiremos esse caminho, muito por força da nossa cultura de sermos empresa local em todos os Países onde atuamos.

Vamos reforçar este conceito, fazendo evoluir o Modelo de Governação de modo a que sejamos cada vez mais:

- Africanos em África
- Latino Americanos na América

Vamos recuperar a nossa posição na Europa e Portugal, e apostar num novo ciclo de diversificação, mantendo o foco na melhoria da rentabilidade.

Tudo isto só será conseguido com o apoio de todos vós, Acionistas, Direção Executiva, Colaboradores, Clientes, Parceiros, Fornecedores e Instituições Financeiras que foram sempre fundamentais no nosso sucesso até agora.



## Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

Gonçalo Moura Martins  
Presidente da Comissão  
Executiva

Exmos. Senhores Acionistas,

Encerrado o exercício de 2018, primeiro ano de um novo mandato, dirijo-me, de novo, aos Senhores Acionistas.

O exercício findo foi, ainda, de enorme exigência, de sinais contraditórios e, por vezes, confusos, sobre o presente e o futuro da economia mundial e da evolução do nosso setor.

Continuamos a assistir a uma grande volatilidade dos mercados e a uma enorme imprevisibilidade política e das políticas globais, que nos leva a assistir incrédulos, a processos tão disruptivos como o *Brexit* ou a guerra comercial, como fatores altamente condicionantes do nosso desenvolvimento e bem-estar coletivo.

Nestes tempos de mudança e incerteza, existem duas dimensões corporativas que são críticas reforçar e melhorar, e que no **GRUPO MOTA-ENGIL** temos vindo a fazer:

A cultura empresarial e a sustentabilidade no longo prazo.

A cultura de uma organização é o nosso denominador comum, o nosso referencial, é a nossa partilha de um conjunto de valores, objetivos, tradição, intangíveis que nos conferem a resiliência e a capacidade comuns para enfrentar a volatilidade e os choques dos tempos que vivemos. A cultura **MOTA-ENGIL** é a teia que nos une, é o fator da nossa coesão.

Outra dimensão que cuidamos e à qual dedicamos particular foco de gestão é a sustentabilidade da atividade do **GRUPO** e a sua perenidade no longo prazo.

Isso traduz-se em:

- Adequada política de recursos humanos, formação e retenção de talento;
- Flexibilização, evolução e adaptação do modelo de negócio do Grupo à realidade do contexto económico e dos mercados em que atuamos;



- Adequadas políticas de *governance* e *compliance* que permitam o foco e estabilidade estratégicos no futuro do GRUPO e o possam preparar para um nível da maior exigência global quanto às políticas corporativas e ética empresarial;
- Adequadas políticas de inovação e produtividade por forma a criar um ambiente de melhoria e rentabilidade contínuas da Companhia;
- Adequada política de compromisso com *Stakeholders*, Clientes, Colaboradores, Acionistas;
- Adequadas políticas de respeito das comunidades em que nos inserimos e com quem interagimos e de salvaguarda do entorno e equilíbrio ambientais.

Estes são e devem continuar a ser os princípios que nos guiam e que permitem ter uma visão de longo prazo e sustentável para o futuro do nosso GRUPO.

Não gostaria de terminar sem deixar, em meu nome e da Comissão Executiva, uma sentida palavra de apreço e gratidão a todos os nossos Colegas de todos os mercados, aos nossos Clientes, que são o fundamento principal do nosso trabalho, Acionistas e demais *Stakeholders*.



## A ambição de um Mundo maior

Desde a sua fundação, o Grupo Mota-Engil tem-se projetado sob a alçada de uma identidade forte e coesa, marcada por uma cultura de empreendedorismo e inovação. É esta ambição que permite ao Grupo consolidar de forma crescente a sua posição num horizonte geográfico cada vez mais vasto, mas alinhado nos mesmos standards de excelência e qualidade ao serviço dos seus clientes e parceiros.

**A confiança no que fazemos.**



# 01

## Relatório de Gestão Consolidado

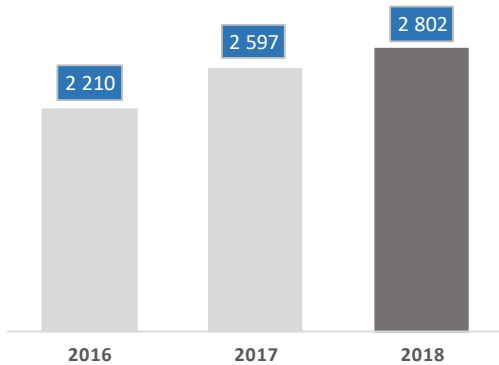
---



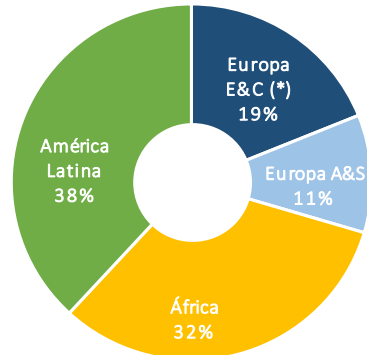
MOTA-ENGIL

# 1. Análise do desempenho económico-financeiro

**VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS**  
GRUPO (milhões de euros)



**VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS**  
2018 POR REGIÕES

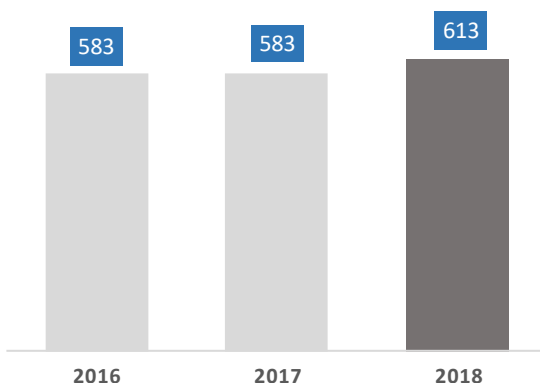


(\*) Inclui outros, anulações e intragrupo

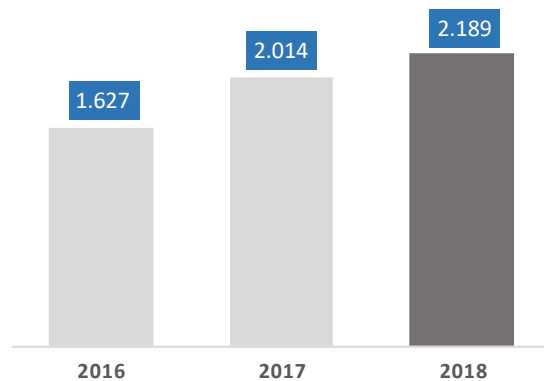
O volume de negócios (\*\*) em 2018 atingiu os 2.802 milhões de euros, o que representou uma subida de cerca de 8% relativamente a 2017, tendo-se atingido no corrente ano um recorde no que respeita a este indicador. Para esta performance, contribuíram as três regiões, destacando-se a performance da América Latina, com um crescimento de 11%, fruto do elevado ritmo de execução da sua carteira de encomendas, e África com um crescimento de 5%.

No que respeita à região da Europa, assistiu-se a um crescimento do volume de negócios de 6% no negócio de Engenharia e Construção (E&C), fruto essencialmente do contributo positivo do mercado polaco, e uma estagnação no negócio de Ambiente e Serviços (A&S). Por outro lado, destaca-se igualmente que o volume de negócios gerado fora de Portugal registou no ano um crescimento de 9%, tendo atingido 2.189 milhões de euros.

**VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS**  
MERCADO INTERNO (milhões de euros)

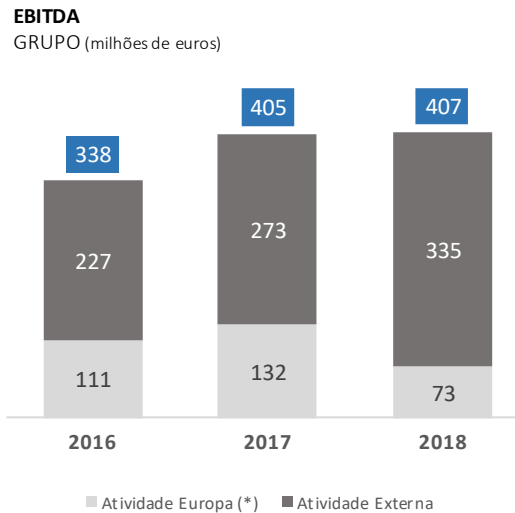


**VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS**  
MERCADO EXTERNO (milhões de euros)



Por último, tal como preconizado no plano estratégico do GRUPO, há que destacar igualmente o balanceamento do volume de negócios entre regiões, contribuindo cada uma delas com pelo menos 30%, fator mitigador de riscos de concentração.

(\*\*) Volume de negócios corresponde à rubrica "Vendas e prestações de serviços" da demonstração consolidada dos resultados



(\*) Inclui outros, anulações e intragrupo

Em 2018, o EBITDA atingiu os 407 milhões de euros, uma melhoria de 2 milhões de euros face ao valor alcançado em 2017, tendo a margem EBITDA (EBITDA / Volume de negócios) atingido os 15% (16% em 2017). Esta performance positiva ao nível do EBITDA foi resultado, essencialmente, da evolução positiva ocorrida: (1) na América Latina (com um aumento de 109 milhões de euros para 141 milhões de euros, com a margem EBITDA a melhorar 1,7p.p.), em parte justificada pelo contributo positivo do negócio de geração de energia elétrica e em parte pelo elevado ritmo de execução da carteira de encomendas angariada; (2) em África (com um aumento de 167 milhões de euros para 192 milhões de euros, com a margem EBITDA a melhorar 1,8p.p.), justificada pela aceleração da atividade, nomeadamente no segundo semestre do ano, mas também (3) pela evolução negativa sentida na Europa, quer no negócio de E&C, quer no negócio de A&S, nomeadamente em Portugal.

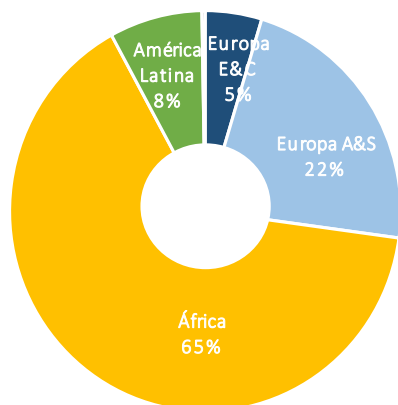
Relativamente a África, há que destacar igualmente que fruto da consideração de Angola como uma economia hiperinflacionária (IAS 29), o EBITDA de 2018 veio reduzido em cerca de 7 milhões de euros.

Tal como em 2017, a margem EBITDA voltou a atingir os níveis de rentabilidade projetados no Plano Estratégico do GRUPO (Step Up 2020), mantendo-se igualmente acima de muitas das grandes empresas do setor.

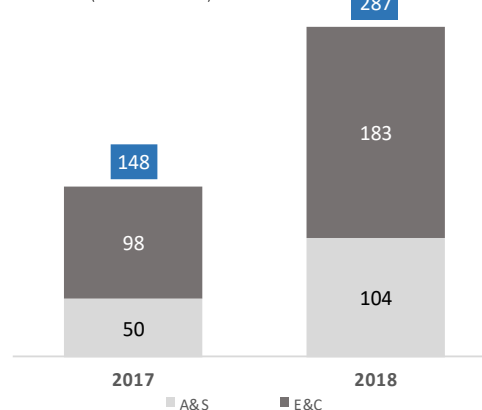
Em 2018, o EBIT ascendeu a 200 milhões de euros, registando uma subida de 14 milhões de euros face a 2017. Esta performance positiva deveu-se, essencialmente, à redução das amortizações e das provisões e perdas de imparidade em 12 milhões de euros, denotando algumas melhorias na gestão do parque de equipamentos e na política de concessão de crédito.



**INVESTIMENTO (\*)**  
2018 POR REGIÕES



**INVESTIMENTO (\*)**  
GRUPO (milhões de euros)

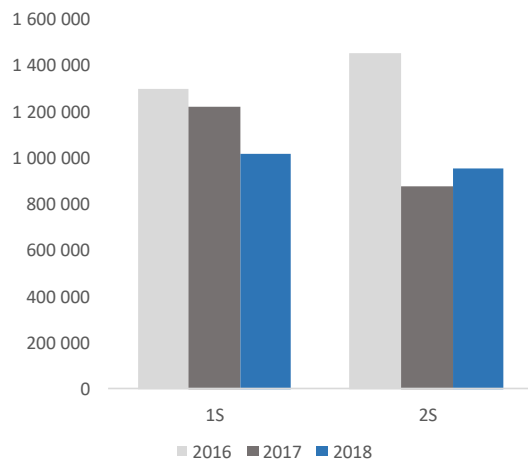


Em 2018, África foi responsável por 65% do investimento do GRUPO (186 milhões de euros), dos quais 101 milhões de euros afetos a contratos de *mining* de médio e longo prazo. Por outro lado, o negócio de A&S investiu em 2018 cerca de 104 milhões de euros, canalizados essencialmente para as empresas concessionárias da EGF, para a Vista Waste (Angola) e para a Eco Eburnie (Costa do Marfim).

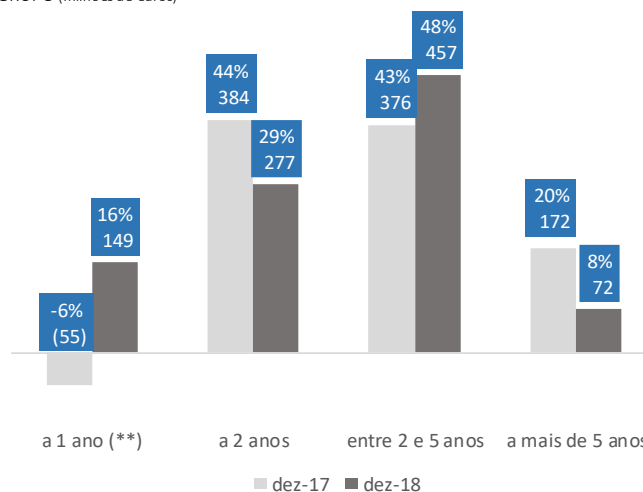
Adicionalmente, há que referir que cerca de 140 milhões de euros do investimento acima referido foi financiado através de contratos de locação financeira.

Por último, o investimento de manutenção em 2018 atingiu 4% do volume de negócios.

**DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL**  
GRUPO (milhões de euros)



**DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL - MATURIDADE**  
GRUPO (milhões de euros)



Em 31 de dezembro de 2018, a dívida líquida (\*\*\*) ascendia a 955 milhões de euros, tendo esta registado um aumento de cerca de 78 milhões de euros face a 31 de dezembro de 2017, justificado, essencialmente, pelo elevado volume de investimento realizado no ano.

(\*) Investimento corresponde à soma algébrica das adições e alienações de ativos tangíveis e intangíveis ocorridos no exercício.

(\*\*) A dívida líquida a 1 ano inclui a totalidade dos títulos de dívida pública de Angola e do Malawi registados nas rubricas “Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado” da demonstração consolidada da posição financeira.

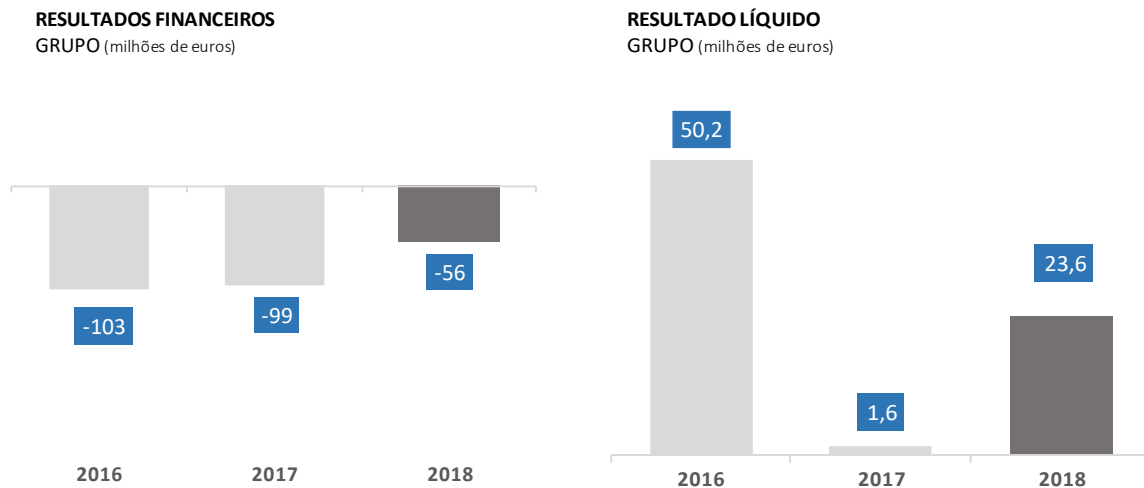
(\*\*\*) A dívida líquida corresponde à soma algébrica das seguintes rubricas da demonstração consolidada da posição financeira: “Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista”, “Caixa e seus equivalentes com recurso à vista”, “Caixa e seus equivalentes com recurso a prazo”; “Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado”; “Ativos financeiros detidos até à maturidade” (somente em 2017); “Empréstimos sem recurso” e “Empréstimos com recurso”. De salientar que as operações de locação financeira e de *factoring* contratadas pelo GRUPO e registadas na rubrica “Outros passivos financeiros” da demonstração consolidada da posição financeira não se encontram contabilizadas nas rubricas atrás referidas.

Por outro lado, em 31 de dezembro de 2018, as operações de locação financeira contratadas pelo GRUPO ascenderam a 266 milhões de euros, um aumento de 101 milhões de euros face a 31 de dezembro de 2017, sendo que parte significativa daquele aumento (97 milhões de euros) se encontra relacionada com contratos de *mining* de médio e longo prazo.

De salientar ainda que o rácio que compara a dívida líquida total com o EBITDA dos últimos 12 meses atingiu os 2,3x (2,2x em 31 de dezembro de 2017) o que confirma o esforço do GRUPO na otimização da sua estrutura de capitais.

A dívida bruta (\*) em 31 de dezembro de 2018 ascendia a 1.572 milhões de euros, estando 44% contratada a taxa variável, sendo que o seu custo médio baixou de 5,6% em 2017 para 5,0% em 2018. Por outro lado, em 31 de dezembro de 2018, 82% do total da dívida bruta estava denominada em euros e esta apresentava uma vida média de 2,3 anos (2,4 anos em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de dezembro de 2018, o GRUPO mantinha linhas de crédito contratadas e não utilizadas de cerca de 190 milhões de euros, traduzindo-se num montante total de liquidez efetiva (\*\*) de 807 milhões de euros, correspondendo a cerca de 51% da dívida bruta total.

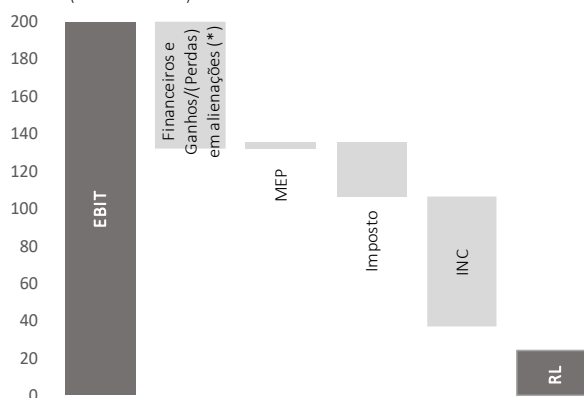


Em 2018, os resultados financeiros atingiram 56 milhões de euros negativos (99 milhões de euros negativos em 2017), o que representou uma redução de cerca de 43%, justificada, essencialmente, pelo forte contributo das diferenças de câmbio favoráveis. Há que salientar que relativamente aos encargos financeiros líquidos (juros suportados – juros obtidos), estes atingiram em 2018 103 milhões de euros, um aumento de 51% face a 2017.

(\*) A dívida bruta corresponde à soma algébrica da dívida líquida com os saldos de caixa e seus equivalentes apresentados na demonstração consolidada da posição financeira e dos títulos de dívida pública de Angola e do Malawi detidos pela região de África registados na rubrica “Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado” e “Ativos financeiros detidos até à maturidade” (somente em 2017).

(\*\*) Liquidez efetiva corresponde à soma algébrica das rubricas da demonstração consolidada da posição financeira “Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista”, “Caixa e seus equivalentes com recurso à vista”, “Caixa e seus equivalentes com recurso a prazo”; “Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado” e “Ativos financeiros detidos até à maturidade” (somente em 2017) com o montante de linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

**COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO 2018**  
GRUPO (milhões de euros)



**COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO 2017**  
GRUPO (milhões de euros)



(\*) Inclui cerca de -12 milhões de euros associados a parte do efeito resultante da consideração de Angola como uma economia hiperinflacionária (IAS 29)

(\*\*) Inclui cerca de 3 milhões de euros associados a parte do efeito resultante da consideração de Angola como uma economia hiperinflacionária (IAS 29)

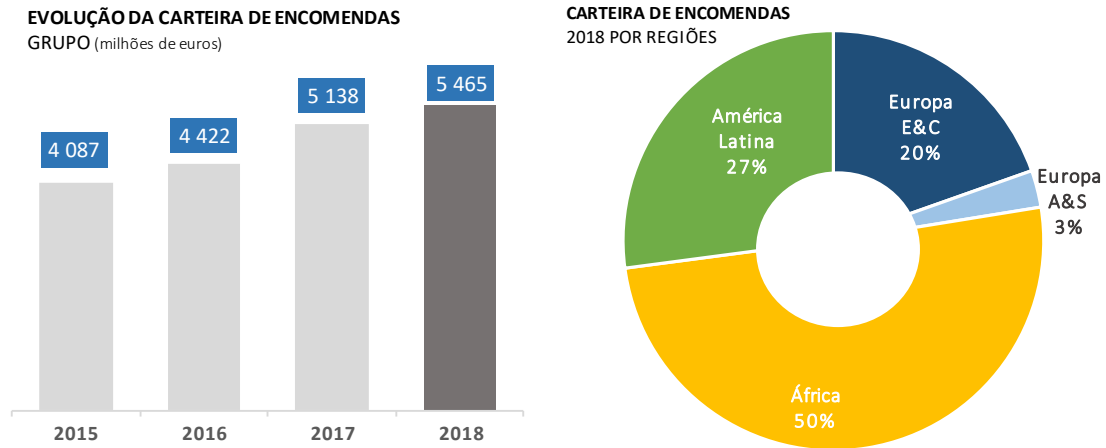
Em 2018, a rubrica Ganhos / (perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas (MEP) contribuiu positivamente com 3 milhões de euros para o resultado líquido, igualando a performance de 2017. Por outro lado, no exercício de 2018, verificou-se um aumento dos Ganhos / (perdas) na alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas (Ganhos / (Perdas) em alienações) face a 2017, tendo os mesmos atingido os 0,5 milhões de euros.

No que respeita ao imposto sobre lucros (Imposto), no exercício de 2018 este ascendeu a 42 milhões de euros (28 milhões de euros no exercício de 2017) correspondendo a uma taxa efetiva de imposto (Imposto sobre o rendimento / Resultado antes de imposto) de 31%. Para mais informação sobre esta matéria, recomenda-se a leitura da Nota 12 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Por fim, no que respeita aos interesses que não controlam (INC), estes ascenderam em 2018 a 70 milhões de euros, um aumento de 10 milhões de euros face a 2017, fruto, essencialmente, da melhoria da rentabilidade dos negócios mantidos com parceiros (nomeadamente em Angola, nas áreas da construção e da recolha de resíduos e no México nas áreas da construção e de geração de energia elétrica), tendo contudo aqueles reduzido o seu contributo para o resultado líquido total (98% em 2017; 75% em 2018) como resultado da melhoria da rentabilidade dos negócios mantidos pelo GRUPO sem parceiros.

Como consequência da performance operacional e financeira acima descrita, o resultado líquido (RL) atribuível ao GRUPO em 31 de dezembro de 2018 ascendeu a 24 milhões de euros (1,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017), apesar de ter sido influenciado negativamente em 14 milhões de euros pelo impacto decorrente da aplicação da IAS 29.





A carteira de encomendas (\*) em 31 de dezembro de 2018 aumentou 327 milhões de euros, atingindo o número record de 5.465 milhões de euros, com as regiões de África e da América Latina a contribuírem com cerca de 77% do montante total, a que corresponde a um rácio carteira de encomendas / vendas e prestações de serviços do negócio de E&C de 2,1 anos. Por outro lado, destaca-se que 87% da carteira de encomendas se refere à atividade de E&C.

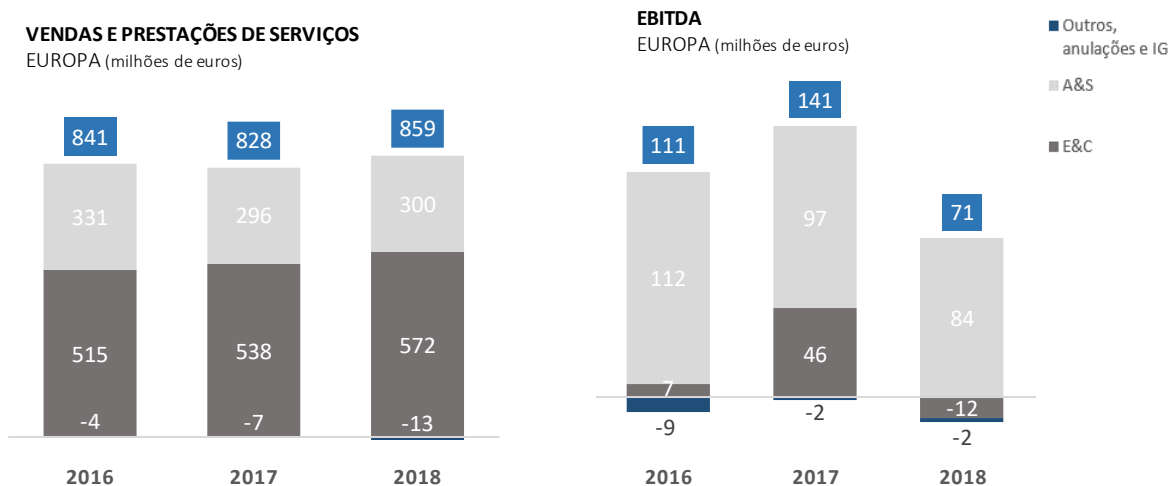
Em 31 de dezembro de 2018, o negócio de A&S contribuiu com 688 milhões de euros para a carteira de encomendas do GRUPO, tendo diversificado geograficamente a sua atividade fruto de adjudicações recentes no continente africano, nomeadamente na Costa do Marfim. De destacar que aquele montante não inclui as receitas previsíveis decorrentes dos contratos de tratamento de resíduos das empresas da EGF.

Por último, destacam-se as perspetivas comerciais positivas que o GRUPO tem para 2019 para os mercados de Portugal, Moçambique, Angola, Brasil e Colômbia, que no nosso entender permitirão manter a carteira de encomendas em 2019 acima dos 5 mil milhões de euros.

(\*) Contratos adjudicados por executar ao câmbio de 31 de dezembro de 2018.

## 2. Análise por áreas de negócio

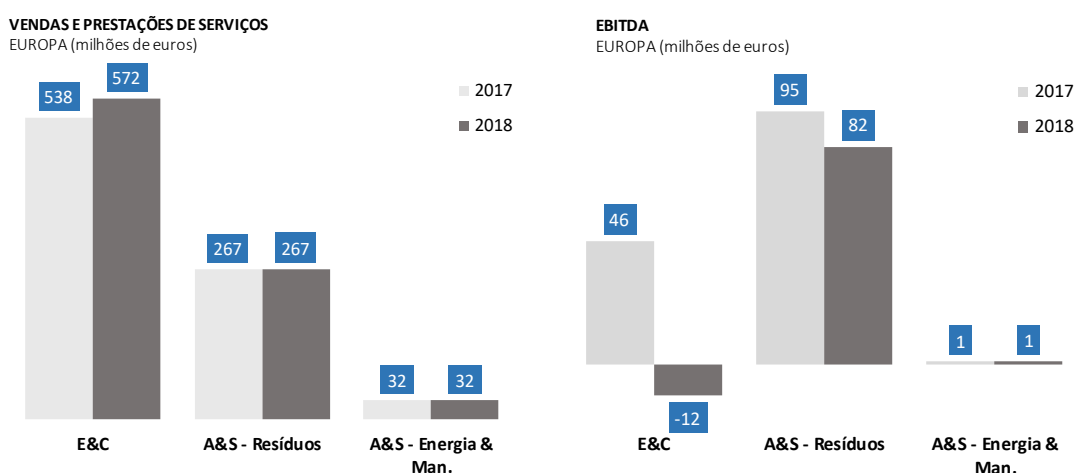
### EUROPA



A região da Europa gere as atividades e empresas de E&C e de A&S que o GRUPO detém em Portugal, na Europa Central e na Irlanda, ou que são geridas pela estrutura de gestão desta região. No domínio do A&S são desenvolvidas, essencialmente, atividades de recolha de resíduos (cujo veículo é a SUMA) e de tratamento e valorização de resíduos (cujo veículo é a EGF).

O volume de negócios na Europa em 2018 ascendeu a 859 milhões de euros, um aumento de 31 milhões de euros face a 2017, justificado, essencialmente, pelo aumento verificado no negócio de E&C (34 milhões de euros), que começa a evidenciar sinais de retoma quer em Portugal, quer na Polónia.

Ao nível da rentabilidade operacional, o EBITDA ascendeu a 71 milhões de euros, tendo a margem EBITDA reduzido face a 2017 9p.p. para 8%. Esta evolução foi influenciada, essencialmente, pelo negócio de E&C, que não replicou em 2018 alguns serviços de elevado valor acrescentado realizados em África, nem pode evitar a execução com margens diminutas de alguns contratos angariados num período de forte recessão do setor.



No entanto, há que salientar que a área de E&C em Portugal e na Polónia já começou a evidenciar no segundo semestre do ano um aumento do seu volume de negócios, o que perspetiva melhorias para o ano de 2019, quer ao nível de volume, quer ao nível de rentabilidade.

Por outro lado, no exercício de 2018 assistiu-se a uma estagnação do volume de negócios na área de A&S – Resíduos fruto nomeadamente dos atrasos na aprovação / realização dos investimentos nas empresas concessionárias da EGF e da concorrência crescente existente no negócio de recolha de resíduos.

No que respeita ao EBITDA do negócio de E&C, este ascendeu em 2018 a 12 milhões de euros negativos, fruto, essencialmente, dos motivos elencados no início deste capítulo, maioritariamente centrados em Portugal.

Quanto ao EBITDA do negócio de A&S – Resíduos, este ascendeu em 2018 a 82 milhões de euros, tendo-se verificado uma deterioração de 6 p.p. na margem face a 2017 fruto, essencialmente, do reconhecimento de alguns desvios negativos de tarifário apurados em 2018 relativos a 2017 nas empresas concessionárias da EGF e à paragem, maior do que a estimada, na central de valorização energética da VALORSUL.

Relativamente ao negócio de A&S – Resíduos, destaca-se a aprovação durante o ano de 2018 da base de ativos regulados e da taxa de rentabilidade dos ativos das empresas concessionárias da EGF para o período 2019-2021 de 319 milhões de euros e de 5,29% respetivamente (246 milhões de euros e 6,14% no período regulatório anterior), e um nível aprovado de investimento de 195 milhões de euros.

Adicionalmente, há que destacar as empresas de Energia & Manutenção, que têm a contribuição quase exclusiva da MANVIA, tendo-se assistido no ano a uma estagnação do seu volume de negócios (32 milhões de euros) e do EBITDA (1 milhão de euros) face a 2017.

Por último, tendo em consideração a carteira de encomendas da região de 1,2 mil milhões de euros e o plano de investimentos lançado pelo governo português, com destaque para o novo aeroporto de Lisboa e a modernização e ampliação da rede ferroviária nacional, perspetiva-se para 2019 uma evolução positiva no negócio de E&C.

## **ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO**

A atividade do GRUPO na Europa permaneceu focalizada nos dois mercados principais de Portugal e da Polónia, tendo as operações registado um crescimento nas Ilhas Britânicas, enquanto nos restantes mercados os volumes de negócios se mantiveram estáveis.

### **Portugal**

Em Portugal, a MOTA-ENGIL que, desde a sua constituição, tem vindo a manter ininterruptamente a liderança no setor da Engenharia & Construção, soube resistir à crise que se fez sentir nos últimos anos, demonstrando capacidade de adaptação através de medidas que passaram pela racionalização da sua estrutura e pela diversificação da sua carteira de encomendas, mas, muito especialmente, beneficiando do facto de, enquanto integrada num GRUPO presente em diversos mercados geográficos e em múltiplos ramos de negócio, por ter tido a possibilidade de permutar recursos, designadamente quadros técnicos e equipamentos, conseguindo equilibrar de forma harmoniosa as respetivas carências e excessos.

Conjuntamente, em 2018 o mercado de construção civil, impulsionado pelo setor privado, manteve a recuperação que se começou a sentir no ano anterior, sendo que no mercado de obras públicas, pelo contrário, mantiveram-se as restrições ao investimento, circunstância que afetou negativamente o desempenho do GRUPO, que tradicionalmente aposta na preservação de capacidades de execução com meios próprios, em detrimento da subcontratação. No entanto, em 2018 já se assistiu ao lançamento de alguns concursos importantes, cuja execução deverá decorrer em 2019, mantendo a MOTA-ENGIL a confiança de ser adjudicatária de alguns deles.

Ao nível operacional, em 2018 destaca-se a continuidade da execução das obras na barragem do Alto Tâmega, bem como o início da construção de vários projetos de construção civil, destacando-se o Porto Office Park.

### **Polónia**

O ano de 2018 foi um período de mudanças organizacionais significativas, tendo-se perseguido o objetivo estabelecido em 2017 de operar com uma abordagem mais local. Essa estratégia trouxe uma transformação positiva que permitiu à MOTA-ENGIL estar presente em diversas novas áreas, desde o segmento ferroviário, aos contratos de infraestruturas para novos clientes, bem como para entidades regionais na Polónia.



Após um forte ano de 2017 na perspetiva de angariação de novos contratos na área de infraestruturas, em 2018 o segmento de construção civil foi o principal impulsionador do crescimento da carteira de encomendas, tendo-se registado um dos anos mais prósperos de angariação de carteira neste segmento, para diversos novos clientes, o que permite ao GRUPO encarar 2019 como um ano recorde em volume de construção para projetos de construção civil. Relacionado com a atividade comercial positiva desenvolvida em 2018, o GRUPO assinou um projeto de Parceria Público-Privada (PPP) com a cidade de Gdansk para a construção de quatro parques de estacionamento que permitirão resolver um problema crescente na cidade relacionado com espaços de estacionamento. Desde os primeiros passos neste tipo de parcerias, a MOTA-ENGIL CENTRAL EUROPE POLÓNIA (MECE) tem sido pioneira no segmento de PPP na região e hoje é reconhecida como uma das grandes empresas neste atraente mercado.

Em termos de execução, 2018 foi o ano de conclusão de importantes e significativos projetos, como o troço rodoviário S5, que permitiu a abertura da ligação rodoviária para a cidade de Leszno, dois troços rodoviários da S3 e outros projetos locais. Durante este período, foi iniciada a fase de projeto das obras de conceção e construção adjudicadas em 2017, o que permitirá ter uma forte atividade de construção no segmento de infraestruturas em 2019.

No segmento da construção civil, vários novos projetos foram iniciados para diversos clientes privados, o que permite ao GRUPO aumentar o portfólio de projetos nas principais cidades da Polónia, como Cracóvia, Varsóvia, Katowice, Gdansk e Lodz. Entre esses projetos adjudicados, destacam-se em Cracóvia um novo edifício de escritórios na área de negócios de primeira linha, o que representa o crescimento do reconhecimento da MOTA-ENGIL neste segmento.

Adicionalmente, com a sinergia criada dentro do GRUPO entre as áreas de promoção imobiliária (MEREM) e construção (MECE), o GRUPO revela uma forte e crescente vantagem competitiva no mercado imobiliário, o que é evidenciado pelo crescimento deste segmento refletido no desenvolvimento de diversos projetos nas principais cidades da Polónia: Varsóvia, Cracóvia, Wroclaw e Lodz.

Os bons indicadores de desempenho que a MECE demonstrou durante 2018 permitem ao GRUPO fortalecer a reputação e a posição na região com a confiança sólida de que as mudanças implementadas desde 2017 estão a produzir o resultado esperado e permitem que o GRUPO procure novas áreas de negócios.

Para o futuro, a MECE está apostada em renovar os investimentos no desenvolvimento do capital humano presente no mercado, aumentar a carteira de encomendas através da estratégia de diversificação, da melhoria contínua e da inovação da sua operação principal, o que assegurará a posição de liderança do GRUPO nos mercados da Europa Central.

## **Irlanda e Reino Unido**

O ano de 2018 na Irlanda foi mais um ano de crescimento económico, com a retoma da atividade de construção de edifícios em Dublin e o lançamento de alguns concursos públicos identificados há algum tempo na lista de prioridades, nomeadamente nos setores rodoviário, portuário e aeroportuário. Adicionalmente, também o investimento no setor do tratamento e abastecimento de águas limpas e residuais continuou a evidenciar o crescimento iniciado há alguns anos.

Embora no ano de 2018 se tenha registado uma relativa estabilidade na atividade das empresas do GRUPO a operar na Irlanda e no Reino Unido, tanto na vertente mais tradicional ligada à gestão do ciclo da água, quer nas obras de infraestruturas de outros segmentos, o reforço de capacidade em ambas as áreas e a forte dinâmica verificada nos dois países permitem antever um crescimento sustentado das operações nos próximos anos.

No quadro acima, a GLAN AGUA consolidou a sua posição como uma das principais empresas a operar na indústria de abastecimento e tratamento de águas e águas residuais na Irlanda, tendo fechado o ano com uma carteira angariada significativa, a executar até 2036. Desta forma, a GLAN AGUA é neste momento a empresa líder de mercado no tratamento de águas limpas e uma das principais no tratamento de águas residuais, operando em toda a costa Oeste, Centro e Norte do país.

Por outro lado, a MEIC, para além do importante apoio comercial e produtivo que assegura à GLAN AGUA, garantindo a execução de toda a parte de construção civil dos projetos onde se envolvem, iniciou alguns projetos importantes junto a Dublin no setor rodoviário e escolar.

Adicionalmente, o GRUPO MOTA-ENGIL está presente no Reino Unido através das sociedades MEIC (UK) – MOTA-ENGIL INTERNACIONAL CONSTRUCTION (UK) e GLAN AGUA (UK).

O ano de 2018 foi mais um ano de convulsão política no Reino Unido, fruto do processo de negociação pós-*Brexit* que originou bastante incerteza e desconfiança na indústria da construção, atrasando algumas decisões e arrastando o lançamento das oportunidades que constam do *pipeline* de investimentos em projetos estruturantes.

No entanto, tratou-se de mais um ano de intensa atividade comercial, com a estratégia bem definida para a GLAN AGUA UK no setor do tratamento e distribuição de águas limpas e residuais, visando o próximo período de 5 anos de investimento, cujo processo de *procurement* se iniciou no final do ano de 2017. Por outro lado, foram estabelecidas ainda novas parcerias com *players* locais que proporcionaram qualificações importantes, e que se espera que venham a gerar oportunidades para aumentar a carteira da GLAN AGUA neste mercado.

### Restantes mercados

Nos restantes mercados, a MOTA-ENGIL manteve a sua presença em nichos específicos do seu portfolio de valências, nomeadamente na área da prefabricação em França e na área das fundações em Espanha.

## AMBIENTE & SERVIÇOS - RESÍDUOS

### Suma

O já longo projeto SUMA encontra-se perante uma nova etapa de desafios. Para lhes dar resposta, a empresa procedeu a uma reorganização estrutural, investindo no reforço do alinhamento de parceria coesa e sinérgica no seio do GRUPO MOTA-ENGIL – e nas áreas de Desenvolvimento e Inovação e de Sensibilização e Educação Ambiental.

A aposta nas melhores práticas cimentou a credibilidade publicamente reconhecida da organização que, reforçando o reconhecimento alcançado em 2017, voltou a ser apontada como a empresa que, pela sua conduta, maior preocupação reflete na busca do bem-estar dos cidadãos, arrecadando novo primeiro lugar na categoria “Marca de Confiança Ambiente 2018 - Empresas de Tratamento de Lixo”, no processo promovido pelas Selecções do Reader’s Digest.

### Plano nacional

Mantendo-se as autarquias como os principais contratantes de serviços de recolha de resíduos e limpeza urbana, a nível nacional, a crescente tendência do regresso à internalização dos serviços e o mercado fracionado e muito competitivo, que tem levado as empresas à redução dos preços praticados para valores impossíveis de sustentar e a comprometer a qualidade de trabalho – que, nessas circunstâncias, dificilmente consegue responder às necessidades dos clientes e das populações envolvidas –, constituem-se parte do contexto concorrencial em que a SUMA atualmente opera.

Ainda assim, em 2018, foram celebrados 121 contratos de prestação de serviços que totalizaram 50 milhões de euros em adjudicações e 14 milhões de euros em renovações.

As metas comunitárias ambiciosas e as tendências de universalização dos sistemas PAYT e porta-a-porta exigem de municípios e de prestadores um grande investimento tecnológico e de sensibilização das populações, que justificam a aposta da SUMA, quer na área de Desenvolvimento e Inovação – com uma forte componente tecnológica, de que o sistema de controlo e otimização de frotas (COF), desenvolvido internamente, operacional no mercado nacional desde 2014 e importado igualmente para monitorização das atividades no Sultanato de Omã, se constitui exemplo paradigmático –, quer na área de Sensibilização e Educação Ambiental – percebida não apenas como perfil organizacional e estratégia diferenciadora, mas enquanto atividade *core-business* da SUMA e oportunidade de captação de novos clientes.

Neste promissor âmbito, aliás, a SUMA iniciou em fevereiro de 2018 a campanha “Reciclar é dar +” para o cliente LIPOR. A campanha, com estratégia de contacto pró-ativo porta-a-porta e fazendo uso de suportes multimédia, atingiu 25 mil fogos, maioritariamente no setor residencial, em sete dos municípios da área de influência deste Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto. Seguir-se-ão etapas de monitorização e de estudos de avaliação de impacto da ação, mas os dados recolhidos até ao momento indicam uma taxa de adesão ao sistema que oscila entre os 50 e os 65%, verificando-se uma exponencial taxa de crescimento da captação de resíduos valorizáveis, que varia entre os 52 e os 97%, e se estende igualmente à introdução de rotinas de triagem de resíduos orgânicos domésticos, perfazendo, em média, 50 kg por habitante e por ano. Direcionado ao setor de serviços, a SUMA tem vindo igualmente a desenvolver campanhas de potenciação e operacionalização de recolha multimaterial porta-a-porta, nomeadamente para a ALGAR – município de Vila Real de Santo António – e para a VALORSUL – municípios de Torres Vedras, Peniche e Alenquer. Também nestes casos, os resultados em muito justificam as intervenções diretas de sensibilização, variando as taxas de adesão entre os 71,5 e os 85%.

Entre as novas adjudicações de autarquias, merecem especial referência os serviços de recolha e transporte de resíduos e de limpeza urbana entregues à SUMA, por um período de cinco anos, pelo município de Coimbra e, com o mesmo horizonte temporal, os serviços de recolha de resíduos urbanos, lavagem de equipamento e limpeza urbana no município de São João da Madeira, e de recolha, transporte e deposição de resíduos sólidos urbanos de Montalegre.

No âmbito de contratos com maior duração, destaca-se o município da Figueira da Foz, que, por um período de oito anos, entregou à empresa serviços para recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos, lavagem e manutenção de contentores no concelho. Também a câmara municipal de Mira adquiriu à SUMA serviços para o sistema de gestão de resíduos urbanos do município, por um período de três anos. Semelhante duração afeta igualmente a limpeza de plataformas, limpeza mecânica de carris, monda química e drenagem de via do Metro do Porto.

Por outro lado, no início do ano, imperativos relacionados com uma maior sustentabilidade ambiental e uma maior eficiência da sua prestação de serviços, levaram a SUMA a investir mais de 6,5 milhões de euros na renovação da sua frota afeta à recolha de resíduos e limpeza urbana, em contratos referentes a várias zonas do país. Divididos em diferentes tipologias, os equipamentos seguem a norma Euro 6, apresentando baixas emissões de partículas e de poeiras finas, baixa emissão de CO<sub>2</sub>, redução de consumos de gasóleo e de ruído produzido, cumprindo as mais recentes normativas europeias para esta área e traduzindo-se igualmente em conforto acrescido para trabalhadores e populações servidas.

Em maio de 2018, a SUMA completou o objetivo de transição para as normas NP EN ISO 9001:2015 e NP EN ISO 14001:2015, e a renovação da certificação OHSAS 18001:2007/NP 4397:2008, aplicadas à sua sede e ao seu centro de serviços de Aveiro. Não tendo sido detetadas não conformidades, o relatório de auditoria destacou como pontos fortes a competência da organização no âmbito dos serviços prestados, a implementação de diversos programas de formação prática em contexto de trabalho, o volume de horas de formação, as boas práticas ao nível da proteção ambiental, a aposta na educação ambiental, o planeamento e controlo das atividades do centro de serviços de Aveiro, bem como a arrumação e limpeza das suas instalações e do Ecocentro de Ílhavo, e o envolvimento dos colaboradores entrevistados no âmbito do sistema de gestão, que se traduz, no esforço geral por parte da organização na melhoria contínua do sistema.

Adicionalmente, a presença *online* da SUMA foi reforçada pela atualização/modernização do seu *website* corporativo, que se tornou mais dinâmico e adaptado aos diversos formatos de acesso.

A página de Facebook de Sensibilização Ambiental manteve uma aposta de continuidade, com centenas de novas publicações e o cumprimento da meta de 15 mil seguidores. Esta vertente de atuação online, que inclui igualmente canal YouTube, as plataformas interativas SUMAKids ([www.suma.pt/esa](http://www.suma.pt/esa)), Animais da Cidade ([www.suma.pt/animaisdacidade](http://www.suma.pt/animaisdacidade)), Toca do Urso (<https://www.suma.pt/tocadourso/index.html>) e as Edições SUMA ([www.suma.pt/edicoessuma](http://www.suma.pt/edicoessuma)) foi complementada através do blog “Família Portuguesa”, numa lógica paralela de desafio lixo zero (<http://familiaportuguesalixo.blogspot.pt>).

## Plano internacional

Em 2018, o projeto internacional da SUMA não conheceu expansão para novas geografias, mas viu consolidadas as suas operações nos cinco países em que se encontra implantado.

A CONSITA, participada para o mercado brasileiro, iniciou em agosto uma nova prestação de serviços no município de Contagem, cidade da área metropolitana de Belo Horizonte, onde a empresa se encontra ativa há mais de 40 anos. Representando um volume de negócios anual superior a 25 milhões de reais (€5,5 milhões), esta prestação de serviços irá abranger uma população aproximada de 700 mil habitantes, com serviços de limpeza em vias e outros logradouros públicos do município, compreendendo a execução de atividades de varredura manual e mecanizada; o fornecimento, instalação e manutenção de cestos coletores de resíduos leves; serviços de remoção de ervas infestantes; e o transporte dos resíduos provenientes destas atividades para o aterro sanitário municipal.

Já a ECOLIFE, a operar no mercado moçambicano, assinou com o Conselho Municipal de Maputo um contrato de prestação de serviços com duração de 12 meses, dando continuidade à ligação que une estes organismos de há 5 anos a esta parte. O serviço adjudicado inclui operações de recolha de resíduos contentorizada, recolha porta-a-porta, lavagem e manutenção dos contentores existentes no centro da cidade de Maputo, assim como o transporte dos resíduos urbanos e equiparados recolhidos para a lixeira municipal do Hulene.

No continente africano, a atividade da organização continua igualmente através das operações a decorrer em Angola e Cabo Verde – com as participadas VISTA WASTE e AGIR, respetivamente – assim como na Ásia, no Sultanato de Omã, com a ECOVISION.



Com vista a dar continuidade aos investimentos efetuados em Omã, estendendo-os, desta feita, à área da educação ambiental, a SUMA recebeu, no final de novembro, a visita técnica do sheikh Mohammed Sulaiman Al-Harthy, vice-presidente executivo e responsável pelo desenvolvimento estratégico da be'ah, que teve oportunidade de assistir ao funcionamento de dois projetos distintos de educação ambiental, perspetivando-se para breve a prestação destes serviços SUMA naquele mercado.

## **EGF**

No que respeita ao setor da valorização e tratamento de resíduos, 2018 foi um ano desafiante para o setor a diferentes níveis, destacando-se os seguintes:

### **- Ao nível setorial:**

Apresentação em novembro de uma versão do "PERSU 2020+" com propostas de revisão ao "PERSU 2020", e cuja consulta pública decorreu até 25 de janeiro de 2019. A proposta do "PERSU 2020+" traçou as linhas gerais do alinhamento do novo Plano para o período pós 2020, estimando o Ministério do Ambiente e da Transição Energética que nos próximos 10 anos seja necessário um montante de investimento avultadíssimo para o setor dos resíduos urbanos por forma a fazer face às exigências impostas pela União Europeia, evidenciando ainda as grandes carências de investimento do setor e as prioridades da tutela para o mesmo.

Nesta antecipação ao "PERSU 2020+" foi também transmitido pelos órgãos competentes que Portugal conseguiu já uma prorrogação de 5 anos para a meta de deposição de resíduos em aterro, ou seja, que em 2035 Portugal terá de colocar apenas 10% dos seus resíduos em aterro, o que justifica a estratégia de reforço da incineração.

Quanto às metas de reciclagem estabelecidas para 2020, foi assumido na versão para consulta pública do "PERSU 2020+" o seu adiamento em dois anos, motivado pelo bloqueio da utilização dos fundos comunitários para o setor em consequência da queixa apresentada em Bruxelas por um conjunto de empresas privadas nacionais, que alegavam falta de concorrência no mercado.

### **- Ao nível da regulação:**

Durante o ano de 2018, foi publicado pela ERSAR uma revisão do RTR, Regulamento 52/2018 de 23 de janeiro, no qual, face à experiência do primeiro período regulatório, se procurou introduzir alguns ajustamentos ao RTR tendo em vista a simplificação, flexibilização e clarificação de algumas das suas disposições, estabelecendo-se uma estrutura de regulação única aplicável a todo o setor independentemente da titularidade do sistema.

Por último, após a entrega das contas reguladas de 2017, do plano de investimentos 2019-2021 e das contas reguladas previsionais 2019-2021, o Regulador fixou em setembro de 2018 os proveitos permitidos para o próximo período regulatório 2019-2021.

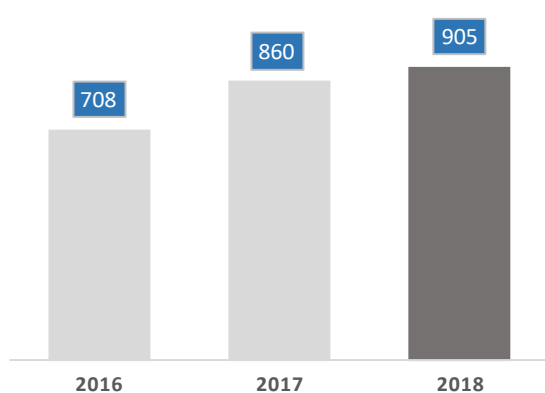
### **- Ao nível da atividade corrente:**

Durante 2018, o foco das empresas concessionárias da EGF incidiu na execução dos investimentos previstos, 56 milhões de euros, numa tentativa de recuperação dos dois anos perdidos pela ausência de aprovação de candidaturas.

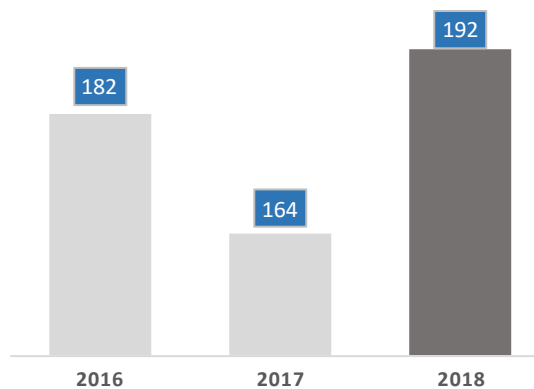
Por outro lado, destacam-se igualmente em 2018 o projeto de implementação SAP e outros projetos com objetivos de harmonização de informação e de procedimentos entre as várias concessionárias.

## ÁFRICA

**VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS**  
ÁFRICA (milhões de euros)



**EBITDA**  
ÁFRICA (milhões de euros)



Em 2018, África atingiu um volume de negócios de 905 milhões de euros, um crescimento de 5% face a 2017, o qual foi influenciado negativamente pelo primeiro semestre do ano que ficou marcado pelo fim de alguns projetos relevantes e o arranque lento de outros. A este respeito, há que salientar que o volume de negócios no segundo semestre correspondeu a 60% do verificado no ano. Ainda relativamente a este indicador, há que destacar o crescimento de atividade em Moçambique, no Malawi e nos outros mercados não tradicionais (Guiné Conacri, Costa do Marfim e Ruanda) que permitiram compensar em parte o decréscimo da atividade em Angola.

Ao nível do EBITDA, este ascendeu em 2018 a 192 milhões de euros (164 milhões de euros em 2017), tendo a respetiva margem atingido os 21% o que coloca a região novamente numa trajetória positiva de atividade e rentabilidade que se perspetiva continuar em 2019. Adicionalmente, há que referir que aquela margem encontra-se negativamente influenciada pelo efeito da consideração de Angola como uma economia hiperinflacionária (IAS 29). Desconsiderando tal efeito, o EBITDA de 2018 teria ascendido a 199 milhões de euros.

Por outro lado, destaca-se igualmente a manutenção da margem EBITDA em Angola e da melhoria da contribuição de Moçambique e dos outros mercados não tradicionais para o aumento do EBITDA.

Por último, tendo em consideração a carteira de encomendas de 2,8 mil milhões de euros, o arranque em 2019 em velocidade cruzeiro do contrato de recolha e tratamento de resíduos na Costa do Marfim e as perspetivas comerciais positivas em Angola e em Moçambique, estima-se para 2019 uma evolução positiva da atividade.

### Angola

Em Angola, 2018 foi apontado como o ano do início do processo de estabilização macroeconómica do país, após um período prolongado de recessão nos últimos anos, com especial incidência nos 2 últimos. As projeções mais recentes apontam para uma recuperação gradual da economia angolana já a partir de 2019, antecipando-se um crescimento em torno de 3%.

O ano 2018, foi ainda fortemente marcado pela desvalorização do kwanza, acumulando uma depreciação no ano superior a 85%, tendo mesmo ultrapassado a barreira dos 350 kwanzas/euro.

No âmbito da normalização do funcionamento do mercado cambial, no quarto trimestre do ano, o BNA anunciou que deixaria de proceder à venda direta de divisas, pelo que os pedidos de compra de moeda estrangeira voltaram a ser unicamente colocados pelos bancos comerciais autorizados para o efeito.

Para a atividade do GRUPO MOTA-ENGIL em Angola, 2018 foi um ano de grandes desafios. No primeiro semestre do ano, assistiu-se, no país, a algumas alterações fruto da reorganização das instituições públicas e da implementação de reformas e processos estruturais que acabaram por, de forma direta ou indireta, emprestar algum impacto negativo no volume de negócios, essencialmente, pelo atraso no arranque de algumas obras públicas. Já no segundo semestre do ano, foi possível acelerar o ritmo das principais obras e iniciar os trabalhos em alguns novos projetos o que permitiu colocar Angola no topo dos países onde o GRUPO opera, tanto em termos de volume, como de rentabilidade.

Em 2018, a economia angolana voltou a ser considerada hiperinflacionária, pelo que a aplicação do normativo contabilístico correspondente (IAS 29) traduziu-se num impacto negativo, quer no volume de negócios, quer no resultado líquido do exercício.

No entanto, as perspetivas para o próximo ano são de recuperação e crescimento, fruto nomeadamente da agenda reformista do Governo, de onde se destaca o combate à corrupção, as estratégias apresentadas para fomentar o investimento estrangeiro e diversas medidas para diversificar a atividade económica.

### Moçambique

Acreditando no potencial do país, o investimento do GRUPO MOTA-ENGIL em Moçambique tem sido crescente, pretendendo-se contribuir diariamente para o desenvolvimento local e para a concretização dos seus desígnios como território de um imenso potencial no continente africano.

Dois anos após as revelações das dívidas ocultas que desencadearam uma crise económica significativa, Moçambique está a começar a emergir de um período de elevada instabilidade macroeconómica. A estabilidade do metical, desde meados de 2017, tem ajudado a reduzir a inflação do pico de 26% que atingiu em novembro de 2016, para pouco mais de 6% no final do ano de 2018, ao mesmo tempo que um rápido aumento nas exportações de carvão apoiou a melhoria da balança comercial e a recuperação das reservas do Banco Central. Além disso, no início de 2018, Moçambique já tinha assegurado a decisão final de investimento para o desenvolvimento do projeto Coral South, um de dois grandes projetos de exploração de jazidas de gás natural no gasoduto da bacia do Rovuma.

Esta estabilidade crescente e a tipologia de projetos desenvolvidos pelo GRUPO neste país permitiu registar em 2018 um excelente nível de volume de negócios e de rentabilidade, desempenho que se estima se manterá, fruto de uma carteira angariada que ascende a cerca de 500 milhões de euros. O portfólio de projetos em carteira é bastante diversificado, contendo obras de construção civil, construção de infraestruturas, tendo, no entanto, a área do *mining* um impacto bastante significativo.

### Malawi

No Malawi, em 2018, o desempenho macroeconómico do país, bem como a desvalorização do kwacha em relação à moeda europeia, não criaram condições favoráveis para o reforço do investimento externo o que limitou o crescimento da atividade económica.

O GRUPO MOTA-ENGIL tem presença contínua no Malawi desde 1990, sendo que o seu desempenho neste mercado tem sido cada vez mais suportado por projetos privados de investimento. Em 2018, o volume de negócios agregado das empresas detidas neste mercado apresentou um crescimento de cerca de 20% face ao registado em 2017, suportado em diversos projetos com destaque para a construção e reabilitação de infraestruturas.

Relativamente a 2019, o desempenho prevê-se positivo, fruto essencialmente de uma carteira de encomendas que manteve uma tendência de crescimento e que atingiu no final de 2018 um montante de cerca de 150 milhões de euros.

### Zâmbia

No ano de 2018 foram concluídos todos os trabalhos remanescentes na estrada Great East Road para a Road Development Agency do Ministry of Housing and Infrastructures.

Adicionalmente, em 2018 assistiu-se ao crescimento da dívida pública do país o que resultou simultaneamente no abrandamento da economia e na redução do investimento público em infraestruturas.

No entanto, o GRUPO persegue ativamente novas oportunidades nas áreas da mineração, infraestruturas e construção neste país.

## Camarões

O GRUPO MOTA-ENGIL iniciou a sua atividade nos Camarões em 2017, tendo-lhe sido adjudicado um projeto de reabilitação e extensão de um estádio de futebol, a construção de um campo de treinos e a construção de um hotel de 4 estrelas com 70 quartos, no âmbito da realização da CAN 2019. Esta obra deveria estar concluída em maio de 2019, no entanto, a anulação da CAN 2019 nos Camarões originou uma reprogramação do projeto.

Apesar dessas especiais circunstâncias, o GRUPO continua a apostar numa presença de longo prazo no país, estando a concorrer a vários projetos de construção de estradas e a uma ponte sobre o rio Logone de ligação ao Chade.

## Costa do Marfim

Em 2018 registou-se o arranque da atividade do GRUPO na Costa de Marfim. Deste modo, iniciou-se, na área da construção, a conceção e construção de um aterro sanitário em regime de EPC e a conceção e construção de dois centros de transferência, ambos igualmente em regime de EPC.

Adicionalmente, em abril de 2018, há que destacar a adjudicação de um contrato para a construção de infraestruturas para a CAN 2021, nomeadamente a reabilitação de um estádio de futebol com aumento de capacidade de 25 000 para 40 000 lugares, a construção de uma aldeia para jogadores e a reabilitação de 12 campos de treinos.

Na área do ambiente, através da ECOBURNIE, e após vários meses de preparação, iniciou-se a 15 de agosto de 2018 a prestação de serviços de recolha de resíduos urbanos, de varredura e de limpeza na cidade de Abidjan.

Por outro lado, a operação do aterro sanitário de Kossihouen iniciou-se a 1 de novembro de 2018, tendo uma duração de 7 anos e sendo expectável que entrem diariamente no aterro cerca de 4 000 toneladas de resíduos.

Relativamente a 2019, o arranque das operações acima referidas, e um conhecimento mais profundo do mercado, irão criar condições para potenciar os diversos negócios do GRUPO no país. Assim, é expectável um reforço da carteira de encomendas neste mercado, já em 2019.

## Guiné

Em 2018, a atividade do GRUPO na Guiné centrou-se na execução do projeto mineiro de Siguiri pertencente à AngloGold Ashanti.

Paralelamente, estão a ser desenvolvidos vários esforços comerciais com o intuito de angariar novos contratos naquele país, nomeadamente em áreas diversificadas como a construção de infraestruturas e a gestão de resíduos urbanos.

Deste modo, espera-se que em 2019 o GRUPO MOTA-ENGIL consiga aumentar o seu volume de negócios na Guiné.

## Ruanda

A estabilidade política e o ambiente de segurança no Ruanda continuam a marcar positivamente o país e a alicerçar o seu crescimento económico. Em 2018, destaca-se o desenvolvimento de alguns setores estratégicos do país, com particular enfoque para o do transporte aéreo, com o investimento da companhia aérea nacional, RwandAir, na abertura de novas rotas comerciais e na celebração de parcerias externas.

Em 2018, o GRUPO MOTA-ENGIL, não descurando o seu principal projeto no país, o “New Bugesera Internacional Airport”, o qual é parte integrante e fundamental da estratégia regional do País, envidou esforços, não só na angariação de nova carteira, mas também na diversificação das suas áreas de negócio.

## Uganda

No Uganda, país sem litoral, na África Oriental, tem-se assistido nos últimos anos a um crescimento económico consistente entre os 4,8% e os 5,9%.

Adicionalmente, o país tem realizado esforços significativos no desenvolvimento das suas infraestruturas e na sua industrialização, alocando grande parcela do seu orçamento anual à construção de infraestruturas rodoviárias e energéticas, especialmente para o desenvolvimento e exploração de petróleo na zona oeste do país, que potenciarão a economia e o desenvolvimento de outros setores importantes, como a agricultura, bem como as trocas comerciais com os seus países vizinhos.

Ao nível da atividade operacional do GRUPO, destaca-se em 2018 a continuação da execução da obra “Capacity Improvement of Kampala Northern Bypass”, cujo contrato quase duplicou de valor com a atribuição de trabalhos adicionais. Por outro lado, desenvolveram-se ainda os trabalhos de construção civil e reabilitação da estrada “Ishaka a Katunguro”, localizada no oeste do Uganda, sendo esta uma via de extrema importância no plano estratégico de ligação ao oeste do Uganda e à República Democrática do Congo.

Já em 2019, iniciaram-se os trabalhos de dois lotes de estrada do projeto “North East Road Asset Management”, o qual contempla serviços de reabilitação, melhoria, manutenção e operação de 340 kms de estrada.

## África do Sul

Em 2018, a economia sul-africana entrou em recessão, em parte justificada pela instabilidade e incerteza política. Por outro lado, a volatilidade da moeda local também tem contribuído para refrear o investimento estrangeiro no mercado o que indiretamente prejudicou o setor da construção neste país.

Durante 2018, o GRUPO centrou a sua atividade operacional na construção de um dos maiores centros comerciais do país, “Fourways Mall”, bem como na construção de um complexo residencial e de comércio o “Acsiópolis”.

Em 2018, foram ainda adjudicados três novos projetos, os quais assegurarão um volume de negócios estável em 2019.

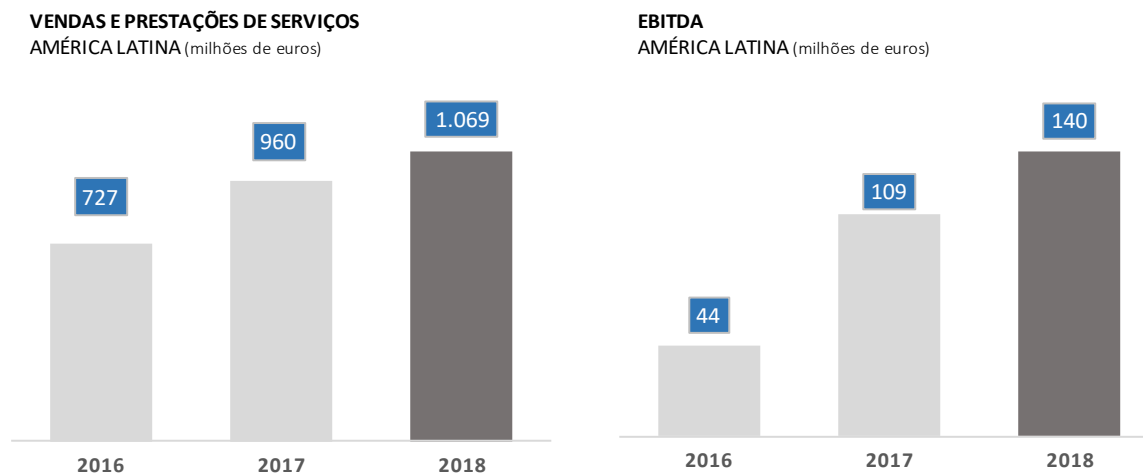
## Tanzânia

A Tanzânia apresentou na última década um crescimento económico sustentado, em torno dos 6% ano, tendo sido prioridade do Estado o combate à corrupção e o aumento da eficiência do setor público. Neste último vetor, destaca-se o lançamento de um ambicioso programa de obras públicas com o intuito de modernizar a infraestrutura de transportes e de energia do país.

O GRUPO MOTA-ENGIL iniciou a sua atividade na Tanzânia em 2017 com a assinatura do contrato para a execução do caminho-de-ferro entre Dar-Es-Salaam e Morogoro em parceria com a empresa turca Yapi Merkezi, sendo este projeto o responsável pela atividade do GRUPO em 2018 naquele país.



## AMÉRICA LATINA



O ano de 2018 na América Latina, tal como perspectivado, foi marcado pela execução da elevada carteira de encomendas que o GRUPO detinha e detém naquela região, o que se traduziu num aumento do volume de negócios de 11% para um valor superior a mil milhões de euros (1.069).

Adicionalmente, com a performance atingida, a América Latina foi a região com maior contributo para o volume de negócios do GRUPO (38%).

Dentro da América Latina, o México é hoje o maior mercado quer em termos de volume quer de diversificação, tendo aumentado no ano o seu volume de negócios em 22%, representando 57% do volume de negócios da região. Neste país, o GRUPO atualmente está presente na área da construção de infraestruturas, na gestão de concessões rodoviárias, na geração de energia elétrica, no turismo e na área ambiental.

No que respeita ao Peru, onde o GRUPO tem uma presença histórica com mais de 20 anos e é um dos principais *players* do mercado, e ao Brasil, onde o GRUPO opera na área da construção e na área da recolha e tratamento de resíduos, o volume de negócios destes dois outros mercados tradicionais da região ascendeu a 153 milhões de euros (163 milhões de euros em 2017) e a 172 milhões de euros (211 milhões de euros em 2017), respetivamente, tendo ambos os mercados sofrido com a incerteza associada à realização de eleições presidenciais em 2018 e ao adiamento do investimento relacionado com aquela incerteza. No entanto, a adjudicação em 2018 de dois importantes projetos no Brasil para o cliente Petrobras indicia uma inversão de tendência.

Por outro lado, há que destacar também o volume de negócios gerado na Colômbia, que atingiu em 2018 102 milhões de euros (61 milhões de euros em 2017), fruto essencialmente da execução de um importante projeto de construção e remodelação de estabelecimentos de ensino, que em 2019 provavelmente levarão o mercado a assumir-se como o segundo maior da região e que contribuirá para a manutenção do nível de atividade da região no próximo ano.

Ao nível do EBITDA, este ascendeu em 2018 a 140 milhões de euros, um aumento de 28% face ao ano anterior, influenciado positivamente pelo maior ritmo de execução de algumas obras rodoviárias no México (nomeadamente a de Gran Canal), pelo aumento da energia elétrica produzida e comercializada pela GENERADORA FÉNIX e por outras empresas do GRUPO que operam nesta área e pelo bom desempenho dos mercados da Colômbia e de Aruba.

## México

No ano de 2018 a economia mexicana teve um crescimento moderado de 2,2% (2,1% em 2017), com a inflação a crescer 4,3% (6,8% em 2017). Por outro lado, a taxa de juro de referência para o mercado, aumentou de 7,25% no final de 2017 para 8,25% em 2018.

O peso mexicano demonstrou uma grande volatilidade ao longo do ano devido a um conjunto de fatores que à data se encontram maioritariamente estabilizados e absorvidos pelo mercado: a eleição e tomada de posse do novo presidente, o cancelamento do novo aeroporto da cidade do México, o novo acordo comercial USMCA entre o México, Estados Unidos da América e Canadá, a instabilidade política internacional, entre outros fatores.

No setor da construção, registou-se um crescimento de 2% apesar do baixo investimento em projetos de infraestrutura via setor público e/ou Governo Federal. Paralelamente, registou-se um aumento do nível de preços dos materiais de construção nos últimos meses do ano, nomeadamente do cimento, betão e outros produtos metalúrgicos.

A perspetiva para o crescimento do setor continua positiva, numa altura em que os investidores e as empresas esperam pelo Plano Nacional de Infraestrutura. Não obstante, já foram indicados um conjunto de objetivos e projetos chave que deixam antever algum otimismo (como é o caso do “Trem Maya”, a reconstrução de infraestruturas públicas como hospitais e escolas, entre outros).

Em 2018, a MOTA-ENGIL MÉXICO destacou-se pelo reforço da sua carteira de encomendas e pela maior produção, principalmente no metro de Guadalajara e nos projetos de infraestruturas rodoviárias de Gran Canal, Cardel Poza Rica e Tuxpan Tampico. Relativamente à carteira de encomendas, ao longo do ano foram angariados pelo GRUPO novos projetos em diferentes setores, dos quais se destacam os seguintes:

- Bordo Poniente Etapa IV – construção de um aterro sanitário com uma área de aproximadamente 350 hectares;
- Rodovia Las Varas Puerto Vallarta – construção de mais de 80 km de infraestrutura rodoviária;
- Re-potenciação do S.H. de Necaxa – desenvolvimento de obras civis e de infraestrutura energética, nomeadamente instalação/substituição de unidades geradoras de energia;
- APP Tampico-Ciudad Victoria - contrato de 10 anos para a conservação de cinco seções de estradas federais, localizadas no estado de Tamaulipas, com uma longitude de 279,21 km.

Relativamente à área de negócio de energia, em particular no setor de geração, na qual o GRUPO opera no México através da GENERADORA FÉNIX, o ano de 2018 foi caracterizado por: (i) uma geração de energia superior a 1.000 GWh, alavancada num parque gerador reabilitado capaz de garantir um desempenho operacional estável e otimizado; (ii) venda da maioria dos certificados de energia limpa (CEL) produzidos em 2018, seja por contratos de curto prazo, seja através de contratos de longo prazo; (iii) seguimento do plano de melhoria dos ativos existentes e preparação do plano de investimentos para aumentar a capacidade de geração de energia da empresa.

Por outro lado, no setor de comercialização de energia, cuja atividade é desenvolvida através da SUMINISTRADORA FÉNIX, o ano de 2018 foi caracterizado pela expansão da carteira de clientes para compra e venda de produtos (energia, potência e CEL), quer em número, quer em volume de energia vendida, a qual ultrapassou os 675 GWh/ano.

Relativamente à área de negócio do turismo, destaca-se o desenvolvimento do projeto de construção do empreendimento Costa Canuva, localizado na Riviera Nayarit, que conta com 267 hectares de terreno para a construção de 7 hotéis com 1.150 quartos, 30 lotes de condomínios com capacidade para 1.290 unidades, 450 lotes unifamiliares de 550m<sup>2</sup>, uma marina com 260 escorregadores, um campo de golfe de 18 buracos projetado por Lorena Ochoa e Greg Norman entre outras atividades turísticas.

Por último, há que destacar a constituição de um fideicomisso emissor de Certificados Bursáteis Fiduciarios de Proyectos de Inversión (“CERPI”), os quais serão colocados junto de investidores institucionais que co-investirão com o GRUPO MOTA-ENGIL diretamente ou através de veículos de investimento nos setores das infraestruturas, energia e turismo, no México e em outros países da América Latina, o que permitirá dar um forte impulso aos projetos em desenvolvimento pelo GRUPO já em 2019.

## Peru

No ano de 2018 a economia peruana registou um crescimento de cerca de 4,1% (2,5% em 2017), com a inflação a crescer 2,4% (1,4% em 2017). Por outro lado, a taxa de juro de referência para o mercado, diminuiu de 3,25% no final de 2017 para 2,75% em 2018.

Adicionalmente, o sole peruano demonstrou alguma volatilidade ao longo do ano devido a um conjunto de fatores externos, não obstante se ter mantido mais estável do que a maioria das moedas dos outros mercados da região devido aos bons fundamentos macroeconómicos do país. Paralelamente, a renúncia do presidente Pedro Pablo Kuczynski e a entrada da nova administração, ajudou a uma estabilização política no país e a um aumento da confiança empresarial.

No setor da construção, registou-se um acentuado crescimento, sobretudo no segundo semestre do ano, devido à construção de infraestruturas para comemorar os Jogos Pan-americanos. Para 2019, espera-se um ainda maior dinamismo no setor, justificado sobretudo por investimentos no sector mineiro e pelos projetos da Linha 2 do Metro de Lima e do Aeroporto de Chincheros, entre outros.

Em 2018, a MOTA-ENGIL PERU teve um desempenho estável através, nomeadamente, da execução dos seguintes projetos: Presa de Relaves, Las Bambas, Puente Nanay, Hospital de Macusani - Puno e Conservacion Vial Vizcachane (Acoy – Aizcachane).

Por outro lado, ao longo do ano foram angariados pelo GRUPO novos projetos em diferentes setores no valor total de cerca de 125 milhões de euros, salientando-se os seguintes: construção da Presa Vizcachas e Bocatoma Tirire (Quellaveco); obras civis no Terminal Portuário de Paracas; construção de Terraplenagem de Granéis das Plataformas da Planta de Enxofre e construção de vias de acesso; e conservação e recuperação da infraestrutura rodoviária do pacote 5 Conococha (intervenções FEN-PQT5).

## Brasil

No ano de 2018 a economia brasileira registou um crescimento moderado, em linha com o do ano anterior, de cerca de 1,4% (1,0% em 2017), com a inflação a atingir os 4,2% (2,9% em 2017). Por outro lado, a taxa de juro de referência para o mercado, diminuiu de 7,0% no final de 2017 para 6,5% em 2018.

Quanto ao real brasileiro, este sofreu uma forte desvalorização (mais de 15%), embora os principais indicadores da economia brasileira sejam relativamente positivos. Não obstante, alguns fatores contribuíram significativamente para a volatilidade da moeda brasileira, como os casos judiciais atualmente em curso e as eleições presidenciais, que, após os resultados de outubro de 2018, deram maior certeza política, o que levou os mercados financeiros a reagirem positivamente, o que é um bom indicador para o crescimento económico esperado em 2019.

O setor da construção, no ano de 2018, ficou marcado por alguma estabilidade e pela preparação para um novo ciclo governativo, registando-se um crescimento baixo no investimento em projetos de infraestruturas via setor público e/ou Governo Federal.

Em 2018, na área da construção, a ECB ultrapassou com sucesso um conjunto de grandes desafios que se lhe depararam, tais como o impacto de condições climáticas adversas na execução de algumas obras, a incerteza política vivida ao longo do ano e os seus impactos, a volatilidade cambial, a crise extraordinária no setor, entre outros. De uma forma global, o desempenho da ECB foi estável tendo a sua produção atingido os níveis estimados.

Por outro lado, ao longo do ano de 2018, foram angariados pelo GRUPO novos projetos com uma ampla base de diversificação, dos quais se destacam os seguintes:

- Construção civil dos arruamentos, iluminação viária, malhas de aterramento, obras de arte especiais, construção de redes de escoamento e redes coletoras de esgoto sanitário do COMPERJ;
- Execução das obras civis necessárias para construção da Barragem do Torto;
- Prestação de serviços de construção e montagem industrial no âmbito da UO – BC – Lote 3 e UO – Rio – Lote B; e
- Duplicação das Rodovias SP101 e SP 308 da Concessão das “Rodovias do Tietê”.

## Colômbia

No ano de 2018 a economia colombiana acelerou o seu crescimento para cerca de 2,8% (1,8% em 2017), com a inflação a cair para 3,1% (4,1% em 2017). Por outro lado, a taxa de juro de referência para o mercado, diminuiu de 4,75% no final de 2017 para 4,25% em 2018.

Apesar da volatilidade do peso colombiano, durante o ano de 2018 os mercados financeiros locais resistiram bem à conjuntura global, apoiados pelos preços mais elevados do petróleo. Após as eleições presidenciais, o ruído político e a incerteza diminuíram dando lugar a uma estabilidade e otimismo económico.

No ano de 2018, o setor da construção deixou de contribuir negativamente para o crescimento económico do país desde o segundo semestre, com uma aceleração mais acentuada da componente de obras civis, e uma trajetória de recuperação gradual e moderada da componente de edifícios.

Em 2018, a MOTA-ENGIL COLÔMBIA teve um desempenho estável, tendo a sua produção atingido os níveis estimados principalmente nos projetos dos Colégios e nas obras existentes a norte e noroeste do país.

Por outro lado, ao longo do ano de 2018, foram angariados pelo GRUPO novos projetos com uma ampla base de diversificação, dos quais se destacam os seguintes:

- Projeto, estudos técnicos e obras para executar os projetos de infraestrutura educacional nos departamentos de Valle del Cauca, Nariño, Quindío e Risaralda (Grupo 2);
- Construção de uma nova estrada "Carrera 43" em Barranquilla; e
- Construção da estação elevatória de Canoas.

## Outros países

Em 2018, o GRUPO MOTA-ENGIL continuou a execução dos projetos angariados fora dos 4 principais países da Região, destacando-se o projeto "Watty Vos Boulevard" em Aruba (cuja conclusão está prevista para setembro de 2019) e o projeto imobiliário na Cidade de Bosch na República Dominicana.

Adicionalmente, neste último país, o GRUPO angariou em 2018 o projeto de construção/reabilitação do Puerto de Caucedo, localizado na cidade de Santo Domingo.

Por último, durante o ano de 2018, o GRUPO deu seguimento à expansão estrutural e criteriosa na região, com a adjudicação a um consórcio por si detido em 33%, de um contrato de construção e de concessão do Corredor Sur na Província de Buenos Aires, Argentina, com uma extensão de 247 km.

## 3. Análise do desempenho não-financeiro

---

### 3.1. VALORES E MISSÃO DO GRUPO

#### A nossa Visão

Ser uma referência internacional nos setores nos quais exercemos a nossa atividade, alinhada com as melhores práticas do mercado ao nível da produtividade, com uma permanente inovação, assumindo assim uma identidade forte, reconhecida na competência técnica através da prestação de um serviço de excelência aos seus clientes e à comunidade.

#### A nossa Missão

Criar valor acionista com respeito pela comunidade e pelo futuro, de uma forma socialmente responsável.

#### Os nossos Valores

Reconhecendo que a construção de uma identidade e cultura fortes é determinante para a concretização dos desafios a que se propõe, o GRUPO MOTA-ENGIL compartilha com os seus *stakeholders* os seguintes valores:

- **Ambição** – ânsia sempre renovada de fazer mais e melhor, encarando o presente e o futuro com ousadia e confiança e assumindo, de forma determinada e comprometida, novos desafios que contribuam para o crescimento do GRUPO.
- **Integridade** – opção pelo caminho que reforce os princípios de honestidade, verdade, lealdade, retidão e justiça, na conduta diária de todos.
- **Coesão** – garantia de que as metas fixadas, que se pretendem ambiciosas, são atingidas através do contributo de todas as unidades de negócio e que a vitalidade do GRUPO resulta da congregação da sabedoria e força necessárias à superação dos novos desafios.
- **Espírito de Grupo** – consolidação do sentido de pertença, respeito pelas diferenças, lealdade e reciprocidade num contexto global e culturalmente diverso, mantendo o orgulho no passado e reforçando a confiança no futuro.



## 3.2. ÉTICA E INTEGRIDADE

Principais políticas e aspetos abrangidos pelo Código de Ética e de Conduta Empresarial do GRUPO:

### Juntos...

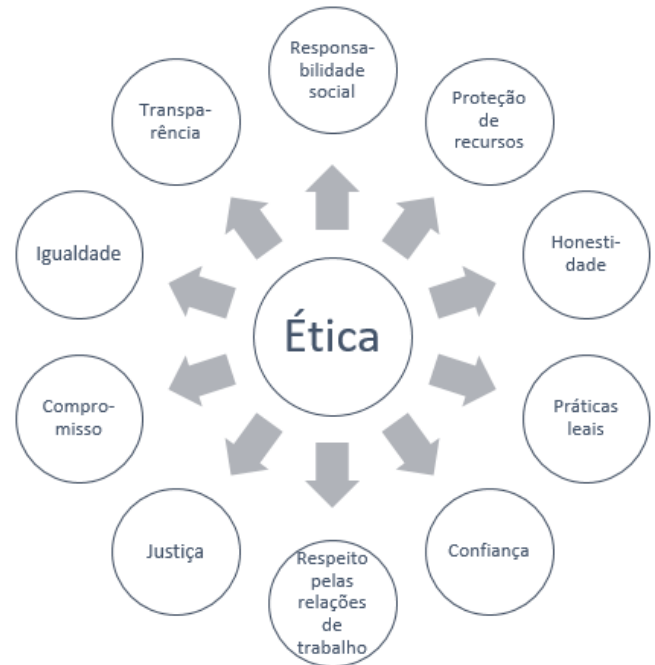
O bom nome e reputação do GRUPO MOTA-ENGIL são produto da dedicação e do trabalho árduo de todos. O nosso objetivo não consiste apenas em cumprir as leis, regras e regulamentos aplicáveis ao negócio; trabalhamos também para cumprir padrões elevados de conduta empresarial.

### Cultura pelo exemplo

O Conselho de Administração, os gestores de topo e os gestores operacionais dão o exemplo, orientam e apoiam as suas equipas no cumprimento do Código de Ética e Conduta Empresarial.

### Governo societário

O GRUPO MOTA-ENGIL é gerido com transparência e na observância das normas, orientações e princípios do bom governo das sociedades, nos termos do compromisso para com os seus acionistas, parceiros, clientes, fornecedores, colaboradores e comunidade.



### *Know Your Customer / Know Your Supplier*

O GRUPO MOTA-ENGIL segue as normas de *compliance* nacionais e internacionais aplicáveis à sua atividade. Para esse efeito, cumpre procedimentos e mecanismos de análise de todas as contrapartes com as quais se relaciona.

### Política anti-corrupção e suborno

O GRUPO adotou uma política de tolerância zero em relação à corrupção e ao suborno, proibindo-os em qualquer forma, seja diretamente ou através de terceiros, em qualquer lugar no mundo.

### Tolerância e respeito pelos outros

O GRUPO MOTA-ENGIL respeita os direitos humanos em todos os contextos culturais, socioeconómicos e geográficos onde opera, reconhecendo as respetivas tradições e culturas e promovendo o apoio às comunidades locais de acordo com as especificidades de cada região.

### Canal de comunicação de irregularidades

Qualquer *stakeholder* poderá reportar, em qualquer altura, alegadas irregularidades e, ou, infrações ao Código de Ética e de Conduta Empresarial ou às políticas do GRUPO, sem qualquer receio de retaliação, se e desde que com boa-fé, utilizando para o efeito o e-mail [etica@mota-engil.com](mailto:etica@mota-engil.com), o endereço *Ética – Rua do Rego Lameiro, 38, 4300-454 Porto, Portugal*, ou o canal de provedoria disponível em [www.mota-engil.pt/provedoria](http://www.mota-engil.pt/provedoria).

### 3.3. PRESENÇA GEOGRÁFICA E TIPOLOGIA DE OPERAÇÕES DESENVOLVIDAS PELO GRUPO

#### (i) Mercados onde o GRUPO opera e tipologia de serviços prestados

##### EUROPA

Portugal, Espanha, Polónia, República Checa, Irlanda e Reino Unido.

A MOTA-ENGIL possui no território europeu uma posição destacada, integrando atualmente o lote dos 40 principais Grupos económicos europeus na área da construção.

Para além da liderança em Portugal, a MOTA-ENGIL posiciona-se em outros mercados europeus como um parceiro de confiança para o desenvolvimento de projetos de infraestruturas, mais concretamente nas regiões da Europa Central, onde atua há 20 anos com uma posição entre as 10 maiores construtoras na Polónia. Na Irlanda, a MOTA-ENGIL tem uma posição destacada, através da MEIC e da GLAN AGUA, sendo líderes de mercado na construção e gestão de ETA's e ETAR's, para além de uma crescente posição no mercado das obras públicas, estando ainda presente no Reino Unido.

Na gestão de resíduos, o GRUPO marca presença através da EGF e da SUMA, assegurando toda a cadeia de valor desde a limpeza urbana, à recolha, ao tratamento e à valorização de resíduos, com tecnologia desenvolvida adicionalmente na produção de energia (*waste-to-energy*).

Através da MANVIA, o GRUPO atua no setor da Manutenção industrial, Edifícios e Ambiente.

##### ÁFRICA

Angola, Moçambique, Malawi, África do Sul, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Zâmbia, Zimbabué, Uganda, Ruanda, Tanzânia, Guiné Conacri, Camarões e Costa do Marfim.

África é um mercado natural para o GRUPO MOTA-ENGIL por uma longa e reconhecida experiência num percurso iniciado em Angola em 1946.

Com uma posição ímpar em África, assegurada por um investimento permanentemente renovado na capacidade de mobilização de recursos para a realização de projetos de elevada dimensão, a MOTA-ENGIL ÁFRICA detém uma perspetiva estratégica de longo prazo e um horizonte alargado de atuação, procurando aprofundar parcerias para a realização de projetos de infraestruturas em áreas tão diversas como Transportes e Logística, Energia, *Oil & Gas*, Mineração e Ambiente.

Com a concretização recente da expansão para novos mercados do espaço da SADC, a MOTA-ENGIL ÁFRICA detém capacidade técnica e financeira para desenvolver projetos à medida dos seus clientes no sentido de elevar o continente africano à dimensão das suas potencialidades.

##### AMÉRICA LATINA

México, Peru, Brasil, Colômbia, República Dominicana, Paraguai, Aruba, Chile e Argentina.

A MOTA-ENGIL marca presença na América Latina desde 1998, tendo iniciado a sua atividade no Peru, mercado onde detém competências e meios para atuar em toda a fileira da construção e em que ocupa um lugar no Top 4 no setor de Engenharia e Construção.

Acreditando no potencial da América Latina, o GRUPO promoveu a expansão da sua presença para mercados como o México, Brasil e Colômbia, efetuando projetos de construção de referência, contando igualmente no seu portfólio com concessões de autoestradas numa rede de mais de 1.000 km.

No México, a MOTA-ENGIL está a desenvolver ou já desenvolveu projetos de infraestruturas de relevante dimensão em diversas valências técnicas como a construção de autoestradas, o Metro de Guadalajara, hospitais e outros edifícios, tendo ainda presença no Ambiente através da GISA, e no setor de geração de energia através da FÉNIX, o primeiro operador privado neste Mercado.

No Brasil, e através da ECB, sediada em Belo Horizonte, o GRUPO está a expandir a atividade nas áreas de infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, tendo também atividade no setor do Ambiente, através da CONSITA.

Na Colômbia, a MOTA-ENGIL, entre outros projetos, está a executar um importante projeto de construção e remodelação de estabelecimentos de ensino.

Como operador regional de referência nas infraestruturas, a MOTA-ENGIL alargou a sua presença em 2016 a mercados como o Chile, República Dominicana, Paraguai e Aruba, e em 2018 à Argentina.

## (ii) Áreas de Negócio

A MOTA-ENGIL desenvolve um vasto leque de atividades associado à conceção, construção, gestão e operação de infraestruturas, detendo uma longa e reconhecida experiência associada a um elevado *know-how* técnico para o desenvolvimento de diversas áreas, tais como:

### Engenharia e Construção

Líder em Portugal e com uma posição destacada em diversos mercados da Europa, África e América Latina, o GRUPO desenvolveu projetos de construção em mais de 40 países, afirmando a competência técnica demonstrada em cada projeto e construindo uma reputação de excelência em áreas técnicas da construção civil e obras públicas, destacando-se na construção de infraestruturas diversas como estradas, autoestradas, aeroportos, portos, barragens, edifícios, ferrovia, eletromecânica, fundações e geotecnia, entre outras especialidades.

### Gestão de Resíduos

Com uma participação maioritária na SUMA, empresa constituída em 1995 para a gestão e recolha urbana de resíduos em Portugal, a MOTA-ENGIL concretizou a ambição de liderar este setor, atuando de forma crescente em Angola, Moçambique, Cabo Verde, México, Brasil, Omã e Costa do Marfim.

Por outro lado, o GRUPO MOTA-ENGIL atua, através da EGF, no tratamento e valorização de resíduos, tendo capacidade para desempenhar toda a cadeia de valor na gestão de resíduos, detendo tecnologia de vanguarda no tratamento e valorização orgânica dos mesmos, bem como na produção de energia através da captação de biogás em aterro e através das centrais de valorização energética.

### Energia

O GRUPO MOTA-ENGIL foi o primeiro operador privado no setor da geração de energia no México, detendo um conjunto de ativos em exploração através da FÉNIX com uma capacidade de produção de 277 MW e que poderá ser ampliada para cerca de 2.000 MW.

Em Portugal, gerou em 2018 cerca de 465 GWH de energia nas diversas instalações das empresas do universo EGF.

### Multisserviços

De forma a complementar a atividade de construção e gestão de infraestruturas, a MOTA-ENGIL desenvolve igualmente atividade na área da manutenção através da MANVIA, uma empresa de referência em Portugal e com atuação em África e no Norte da Europa.

Na área de arquitetura paisagística, o GRUPO marca presença através da VIBEIRAS, líder em Portugal neste segmento e com obras de relevância em África.

### Concessões de Infraestruturas de Transportes

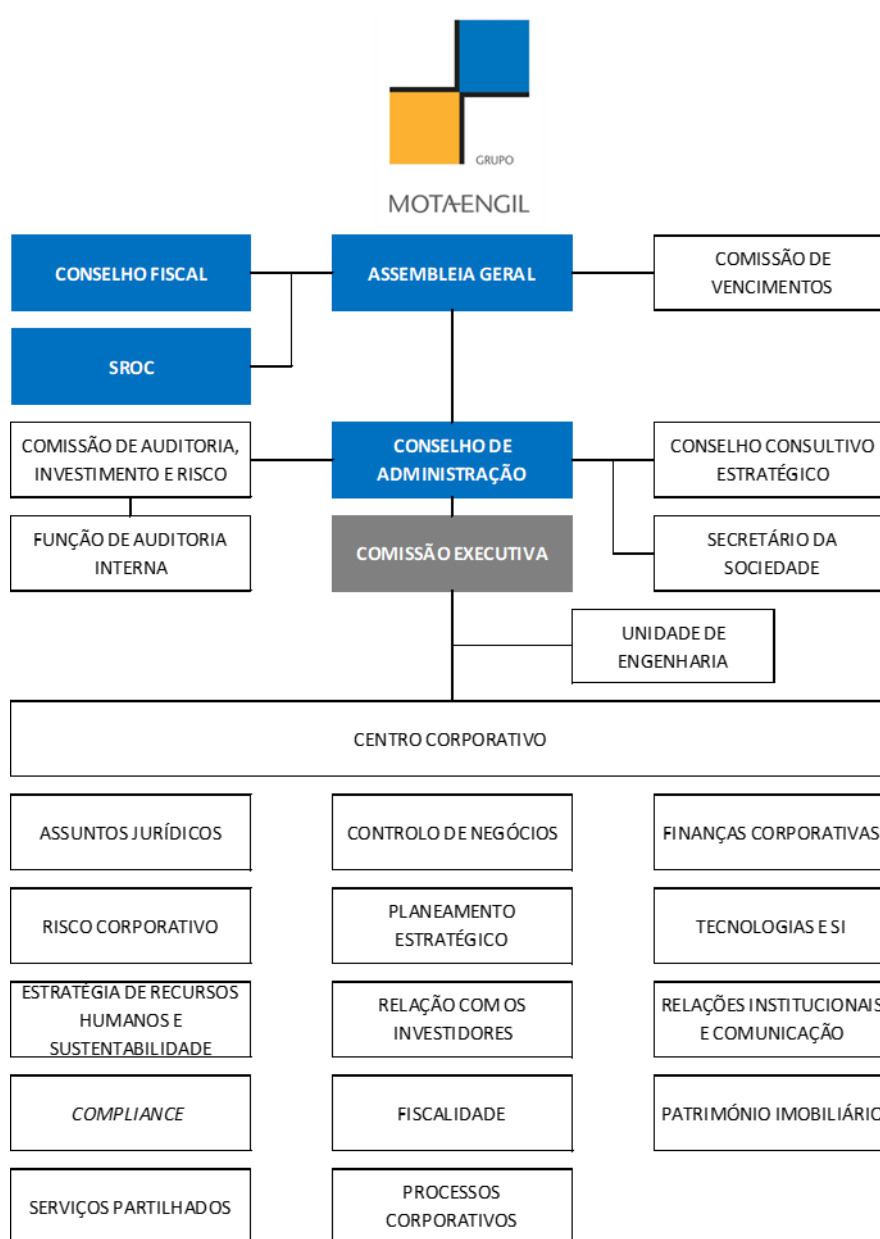
A MOTA-ENGIL assume uma importante posição na gestão de concessionárias de infraestruturas rodoviárias com atividade em Portugal, Espanha, Brasil, México, Moçambique e Colômbia.

### Mineração

A MOTA-ENGIL encontra-se a desenvolver nesta área projetos em África e na América Latina, beneficiando da longa experiência obtida na realização de projetos de construção civil e de movimentação de terras para algumas das maiores companhias mineiras mundiais, destacando-se as operações em Moçambique, no Malawi, na Guiné Conacri e no Peru.

### 3.4. MODELO DE GOVERNAÇÃO DO GRUPO

O modelo de governação do GRUPO adotado em 2018 pode ser esquematizado como se segue:



Informação pormenorizada sobre o modelo de governação do GRUPO pode ser consultada no relatório sobre as práticas de Governo Societário que integra o relatório e contas consolidadas de 2018.

### 3.5. GESTÃO DE RISCO

O processo de gestão de risco é parte integrante do sistema de controlo interno e consiste no desenvolvimento de políticas e procedimentos de gestão com o objetivo de assegurar a criação de valor, a salvaguarda dos ativos, o cumprimento de leis e regulamentos e um ambiente de controlo que assegure o cumprimento dos valores éticos do GRUPO e a fiabilidade da informação relatada.

Deste modo, a gestão de riscos no GRUPO MOTA-ENGIL assenta num processo integrado e transversal ao GRUPO, que se pretende que seja evolutivo na permanente identificação e controlo da exposição aos diferentes tipos de riscos inerentes à sua atividade, considerando a diversidade de negócios e geografias em que marca presença e promovendo o estudo e implementação de estratégias de mitigação dos principais riscos.

No presente capítulo apresentamos as estruturas responsáveis pela análise e acompanhamento do processo de gestão de riscos, bem como se identificam os principais riscos a que o GRUPO está exposto no exercício da sua atividade.

#### Organização

A gestão global de riscos do GRUPO MOTA-ENGIL é da competência da Comissão Executiva e dos Órgãos de Administração e Fiscalização. Ao nível da Comissão Executiva, a área de responsabilidade da Função de Risco Corporativo é atribuída a um Administrador Executivo.

Existe ainda uma Comissão especializada, a Comissão de Auditoria, Investimento e Risco, que, reportando ao presidente do Conselho de Administração, tem como principais funções e responsabilidades aprovar o Plano Anual de Auditorias, apreciar e sugerir políticas de investimento e risco de negócios e projetos ao Conselho de Administração, examinar e emitir parecer sobre projetos de investimento ou desinvestimento, emitir parecer sobre a entrada e saída em novas áreas de negócio, monitorizar operações financeiras e societárias relevantes, emitir parecer sobre a Matriz de Risco do GRUPO MOTA-ENGIL sempre que esta for atualizada ou sempre que existirem alterações substanciais nos riscos da envolvente externa e/ou nos riscos operacionais, avaliar as estratégias de gestão de risco definidas ao nível corporativo e a implementação das políticas transversais de gestão de risco nas regiões/áreas de negócio, acompanhar a monitorização de riscos associados a projetos selecionados. Esta Comissão é composta, normalmente, por três membros permanentes, sendo um deles um administrador independente e outro um administrador não executivo, assegurando-se assim a devida independência dos órgãos de gestão dependentes da Comissão Executiva.

A Função Corporativa de Auditoria Interna abrange todas as áreas, processos e atividades das empresas que constituem o GRUPO, e tem como principal missão contribuir para a concretização dos objetivos estratégicos, avaliando a conformidade e melhoria contínua da eficácia do controlo interno dos processos de gestão do GRUPO, apoia na prevenção e mitigação de riscos de controlo que se traduzem no risco de perda financeira e promover o respeito do GRUPO e dos seus colaboradores por todo o normativo aplicável através de uma intervenção independente, em conjunto com todas as unidades orgânicas do GRUPO.

A Função Corporativa de *Compliance* tem como principal missão garantir a aplicação e cumprimento universal a todo o GRUPO das práticas e regras de *compliance*, velar pela sua atualização e atuar na prevenção e mitigação dos riscos de *compliance*, que se traduzem no risco de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação em consequência da falha no cumprimento da aplicação de leis, regulamentos, código de conduta e das boas práticas, promovendo um ambiente e cultura de cumprimento de marcos regulatórios e normas relacionadas com princípios e valores éticos em todo o GRUPO.

Procurando assegurar o permanente reforço do sistema de controlo interno, a integração do processo e o respetivo alinhamento ao nível das três linhas de defesa, são ainda realizadas com periodicidade mensal reuniões entre as áreas corporativas de Auditoria Interna, Risco e *Compliance*, tendo por objetivo refletir sobre o nível de exposição de risco do GRUPO e sobre a avaliação do cumprimento dos normativos existentes e em vigor.

Assim, os principais riscos a que o GRUPO está exposto e que de seguida se abordam são acompanhados pelos reportes internos dos responsáveis das áreas de negócio e pelos relatórios, pareceres e recomendações da comissão acima referida, em conjugação com as informações elaboradas pelos titulares das funções corporativas.



## Monitorização de Grandes Projetos

Acresce, para os projetos de maior dimensão, o processo corporativo de Monitorização de Grandes Projetos, o qual é partilhado na sua responsabilidade pelas funções corporativas de Unidade de Engenharia, Controlo de Negócios e Risco Corporativo e cujo objetivo estabelecido é o de efetuar um acompanhamento regular de projetos com elevado impacto na performance do GRUPO, garantindo uma visão 360° sobre o desenvolvimento do projeto ao nível da HOLDING, reforçando assim a visibilidade e o controlo sobre potenciais riscos e áreas de atuação prioritárias.

A promoção da visão 360° é um dos aspetos fundamentais do processo, combinando diferentes tipos de monitorização:

- Técnica – análise regular de riscos técnicos e operacionais;
- Económico-financeira – análise regular do desempenho dos projetos face ao previsto; e
- Outros riscos – identificação e monitorização de riscos relacionados com a atividade comercial, operacional e com o contexto externo.

No desenvolvimento do processo foram definidos os critérios de elegibilidade dos projetos a monitorizar, que se traduzem no acompanhamento regular e periódico de projetos nas três regiões de atuação prioritária: Europa, África e América Latina.

As diferentes áreas envolvidas neste processo, Unidade de Engenharia, Controlo de Negócios e Risco Corporativo, funcionam como uma equipa multidisciplinar, permitindo a realização de uma avaliação complementar e rigorosa sobre os principais riscos e oportunidades inerentes aos projetos, assim como fornecendo uma perspetiva sobre os riscos futuros.

Estas monitorizações, promovidas num sentido colaborativo, porém rigoroso e independente na análise, têm por objetivo contribuir para a identificação de potenciais eventos de risco, bem como para apoiar na tomada de decisões que mitiguem o risco e, se possível, melhorem a rentabilidade do próprio projeto.

## Gestão de Riscos Transversais

No domínio específico dos riscos transversais a que o GRUPO está exposto, compete à Função de Risco Corporativo assegurar uma análise independente dos vários riscos, tendo por suporte uma matriz de risco aprovada pela Comissão Executiva, revista anualmente, bem como monitorizar através de vários parâmetros de risco e de modelos especificamente produzidos o perfil de atuação do GRUPO.

A matriz de riscos transversais do GRUPO MOTA-ENGIL assume-se como uma ferramenta de trabalho na monitorização sistemática do grau de risco implícito nas diferentes dimensões de riscos a que o GRUPO se encontra exposto. A matriz está, assim, dividida em três dimensões: Comercial, Operacional e Económica/Financeira. Deste modo, foram definidas várias etapas chave que definem a construção e manutenção da matriz de riscos transversais do GRUPO, das quais se destacam:

- Identificação dos principais riscos de negócio com impacto na rentabilidade do GRUPO;
- Avaliação com as áreas Corporativas e com as Regiões do histórico de performance de cada KPI selecionado;
- Definição do *Risk Appetite*;
- Definição do Objetivo Estratégico para cada Tipologia de Risco; e
- Avaliação, Monitorização e Definição das medidas de mitigação e seus resultados.

O processo de gestão de risco, coordenado pela Função de Risco Corporativo, é caracterizado pelas seguintes macro atividades:

- Recolha de informação sobre os KPI definidos: monitorizar os riscos definidos como prioritários;
- Avaliação de níveis de risco identificados nos KPI: definir prioridades de atuação;
- Estimativa de impactos e probabilidades associados: aprofundar a análise de riscos;
- Definição de medidas de mitigação: minimizar a exposição ao risco; e
- Reporte e discussão em Comissão Executiva: reportar principais riscos e medidas de mitigação.

A Função de Risco Corporativo produz Relatórios Trimestrais, para distribuição pela Comissão Executiva, permitindo assim analisar as principais recomendações emitidas e decidir as ações necessárias para mitigar os riscos sinalizados, sendo cada reporte partilhado com a Comissão de Auditoria, Investimento e Risco.

O procedimento de acompanhamento permanente e de reporte trimestral permitem naqueles relatórios apresentar e detalhar os níveis de exposição a cada um dos principais riscos identificados ao longo do ano, assim como as medidas de mitigação implementadas.

### Riscos conjunturais

O risco-país, aferido sobre as diferentes dimensões para cada um dos mercados onde o GRUPO marca presença, encontra-se associado a alterações ou perturbações específicas de natureza política, económica ou financeira, podendo impedir o cumprimento dos objetivos estratégicos do GRUPO.

Com uma exposição geográfica diversificada e com profunda maturidade nos mercados mais representativos, o GRUPO tem ainda assim procurado, ao longo dos últimos anos, promover uma expansão em países integrados nas regiões em que se encontra, colocando na Comissão Executiva e no Conselho de Administração a responsabilidade final de conceder a necessária validação de todo e qualquer projeto de investimento em novos mercados, constituindo, por si só, e ainda que complementada com níveis de análise técnica e económico-financeira, uma premissa organizacional promotora de um efetivo sistema de controlo interno, mitigadora de riscos e promotora de um alinhamento estratégico a todos os níveis do GRUPO.

No que diz respeito a Portugal, a economia portuguesa em 2018 continuou a registar um crescimento positivo, embora num perfil de desaceleração, que permitiu desenvolvimentos favoráveis do ponto de vista da estabilidade financeira. Verificou-se, ainda, uma redução da vulnerabilidade da economia e do sistema bancário português face ao passado. No entanto, ao contrário de outras indústrias, registou-se uma desaceleração do crescimento da atividade económica no setor da construção.

A estratégia de consolidação orçamental, a estabilização do rácio da dívida pública em percentagem do PIB aliados às condições de financiamento favoráveis nos mercados de dívida soberana, permitem antever a médio prazo um nível e qualidade de investimento público que possa favorecer um crescimento sustentável da atividade económica no setor da construção.

O programa *Quantitative Easing* durante a sua vigência conferiu às economias da Zona Euro a estabilidade e o benefício de taxas de juro historicamente baixas nas suas operações de refinanciamento e emissão de dívida. Mesmo com a decisão do fim do Programa pelo Banco Central Europeu (BCE) em dezembro de 2018, a instituição prevê que os níveis presentes de taxas de juro se mantenham pelo menos durante o verão de 2019, contribuindo assim para um quadro favorável à execução de investimento público e privado nos países da zona euro.

Em África, assistiu-se a uma melhoria das economias em 2018, reforçando o verificado no ano anterior, revelando-se estas economias mais resilientes a condições externas adversas. O aumento dos preços das *commodities* contribuíram para um aumento do crescimento real do produto nas economias da Região em 2018, face a 2017, assim como a uma redução do défice orçamental registado na generalidade das economias.

Por outro lado, assistiram-se em Angola a grandes alterações decorrentes da mudança de ciclo político, com impacto positivo no ambiente de negócios, tais como, o fim da dupla tributação das empresas e trabalhadores portugueses, alterações na legislação sobre o investimento estrangeiro e entrada em vigor de câmbios flutuantes no início de 2018 para aproximar o kwanza ao seu valor real de mercado. No entanto, o esforço de consolidação orçamental realizado em 2017 e 2018 foi alcançado através de uma forte redução no investimento público o que conduziu a um importante abrandamento da atividade no setor de construção e a menos projetos de infraestruturas iniciados.

O ano de 2018 foi um ano desafiante para a América Latina, que embora tenha registado um crescimento muito positivo, de cerca de 3,5% do PIB nas economias onde o GRUPO MOTA-ENIGIL desenvolve a sua atividade, continua a demonstrar uma dependência importante da exportação de *commodities*. De forma positiva, assinala-se a recuperação verificada em algumas economias, designadamente a do Brasil, que se espera que mantenha a recuperação gradual que vem registando depois da recessão de 2015-16. Por último, o ano de 2018 foi, ainda, marcado pelas eleições presidenciais no Brasil, México, Colômbia e Paraguai.

## Gestão do Risco Financeiro

O GRUPO MOTA-ENGIL, pela sua diversificação geográfica, com presença em 3 Continentes e 28 países, está exposto a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque os riscos de taxa de juro, cambial, liquidez e de crédito.

A política de gestão dos riscos financeiros do GRUPO visa minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados financeiros. Esta incerteza, que se reflete em diversas vertentes, exige especial atenção e medidas concretas e efetivas de gestão.

A atividade de gestão do risco financeiro é coordenada pela Função de Finanças Corporativas, a qual coordena e monitoriza a gestão de tesouraria e da carteira de dívida, com o apoio e suporte da Função Corporativa de Controlo de Negócios, e desenvolve-se de acordo e em conformidade com as orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, com intervenção consultiva da Comissão de Auditoria, Investimento e Risco, não deixando de ser uma responsabilidade das administrações de cada uma das unidades de negócio do GRUPO.

A postura do GRUPO relativamente à gestão dos riscos financeiros é conservadora, recorrendo, quando aconselhável, a instrumentos de cobertura de risco, sempre na perspetiva de que estes se relacionem com a atividade normal e corrente, não assumindo nunca posições em derivados ou outros instrumentos financeiros que se revistam de carácter especulativo.

Os diversos tipos de risco financeiro estão inter-relacionados e as diversas medidas de gestão pretendem assegurar a prossecução do mesmo objetivo, isto é, a salvaguarda dos ativos, e a diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa e das rentabilidades esperadas.

### Risco de taxa de juro

A política de gestão do risco de taxa de juro tem por objetivo a otimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, pretende controlar e mitigar o risco de se incorrer em perdas resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira do GRUPO, maioritariamente denominada em euros. Refira-se a este nível que a estratégia de alocação da dívida aos mercados locais, próxima da geração de *cash-flows*, tem contribuído para uma diversificação de moedas em termos de tomada de dívida, ainda que contratadas de forma muito significativa em moedas como o euro e o dólar ou a estas indexadas.

Decorrente da estagnação das taxas de juro de curto e médio longo prazo, que se mantiveram estáveis e em mínimos históricos, têm sido realizadas com menor expressão novas operações de cobertura de risco de taxa de juro. No entanto, nos casos em que as maturidades dos empréstimos são longas, o GRUPO continua a analisar e avaliar oportunamente a contratação de instrumentos de cobertura que assegurem possíveis alterações futuras das taxas de juro, mantendo-se o GRUPO atento à inversão de tendência que certamente acompanhará a retoma das economias ou alterações das políticas monetárias nos anos que se avizinham por parte dos bancos centrais.

### Risco de taxa de câmbio

O GRUPO MOTA-ENGIL operacionaliza os seus negócios a nível internacional através de diversas empresas em diferentes jurisdições, estando por isso exposto ao risco de taxa de câmbio.

Refira-se que ao nível da análise do risco de taxa de câmbio, existe um acompanhamento contínuo e sistemático das variações a que o GRUPO está sujeito. Este acompanhamento é da responsabilidade das Funções de Finanças Corporativas e de Controlo de Negócios, que consolidam e reportam a informação de todas as empresas presentes nas diversas geografias, quer ao nível de fluxos, saldos e dívida.

A exposição do GRUPO MOTA-ENGIL ao risco de taxa de câmbio resulta sobretudo da presença de várias das suas participadas em diversos mercados, que trazem novos desafios, com a exposição a diferentes moedas.

A política de gestão do risco de taxa de câmbio tem por objetivo a redução da volatilidade nos investimentos e nas operações expressas em moeda externa (moedas que não o euro), contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

O risco de taxa de câmbio no GRUPO sintetiza-se de duas formas:

- Risco de transação: risco associado aos fluxos de tesouraria e aos valores dos instrumentos financeiros registados na demonstração da posição financeira, em que mudanças nas taxas de câmbio têm um impacto sobre os resultados e os fluxos de tesouraria; e
- Risco de translação: riscos associado a flutuações no valor do capital investido nas empresas estrangeiras do GRUPO, devido a alterações de taxas de câmbio.

Em termos de gestão do risco de taxa de câmbio, procura-se, sempre que possível ou aconselhável, realizar coberturas naturais de valores em exposição pelo recurso a dívida financeira denominada na moeda externa em que se expressam os valores em risco. Sempre que tal não se revele possível ou adequado, promove-se a contratação ou realização de outras operações baseadas em instrumentos derivados, estruturadas, numa lógica de minimização do seu custo, nomeadamente para cobertura de riscos em transações cambiais futuras, com grande grau de certeza quanto a montante e data de realização. Salienta-se, por outro lado, que uma parte significativa dos contratos executados pelo GRUPO é denominada em euros ou em dólares norte americanos, sendo, sempre que possível, indexado o câmbio ao valor de contrato registado em moeda nacional, com vista a eliminar qualquer risco de volatilidade com perda de valor.

### Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam assegurar os meios financeiros necessários para solver compromissos no momento em que estes se tornam exigíveis.

A política de gestão do risco de liquidez do GRUPO MOTA-ENGIL tem por objetivo garantir que existem fundos disponíveis (saldos e fluxos financeiros de entrada) a cada momento no GRUPO e nas suas participadas, suficientes para que estes possam fazer face, em devido tempo, a todos os compromissos financeiros assumidos (fluxos financeiros de saída).

A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes medidas de gestão:

- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadoras, assegurando o seu apoio financeiro ao GRUPO numa ótica de longo prazo, independentemente do contexto que possa condicionar os negócios;
- Contratação e manutenção de linhas de crédito excedentárias de curto prazo, que se constituem como reservas de liquidez, disponíveis para utilização a todo o momento;
- Realização de um rigoroso planeamento financeiro por empresa, concretizado na elaboração e revisão periódica de orçamentos de tesouraria, possibilitando a previsão antecipada de excedentes e défices futuros de tesouraria, e a otimização e gestão integrada de fluxos financeiros entre participadas do GRUPO;
- Financiamento dos investimentos no médio e longo prazo, adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento à capacidade de geração de fluxos de caixa de cada projeto ou empresa;
- Início do processo de negociação dos refinanciamentos de empréstimos de médio e longo prazo a vencer no ano, com pelo menos um ano de antecedência sobre a respetiva maturidade;
- Contratação de financiamentos de médio e longo prazo de forma a reduzir a sua dependência de fundos mais voláteis de curto prazo e criando alguma imunização a fatores conjunturais dos mercados financeiros;
- Escalonamento do vencimento da dívida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da dívida para a tornar mais coincidente com o ciclo de libertação de meios e do grau de permanência de alguns ativos de longo prazo detidos pelo GRUPO; e
- Procura de novas fontes de financiamento e de novos financiadores, com o objetivo de:
  - Diversificação geográfica – captação de recursos nos diversos mercados em que o GRUPO desenvolve atividade; e
  - Diversificação de instrumentos de dívida – captação de fundos junto de fontes alternativas, reforçando o objetivo estratégico de uma maior desintermediação bancária.

Relativamente aos instrumentos de dívida, o GRUPO conseguiu em 2018 alargar o nível de relacionamento bancário com mais entidades financeiras nos mais diversos países de atuação, aumentando as suas fontes de financiamento na banca comercial.

Por último, mais recentemente, a MOTA-ENGIL, SGPS realizou uma operação de financiamento que envolveu a oferta e a troca de obrigações. Aquela Oferta Pública de Subscrição (OPS) permitiu ao GRUPO MOTA-ENGIL refinar a sua atividade, intensificar a diversificação das suas fontes de financiamento, otimizar o custo médio e alongar a maturidade da sua dívida.

### Risco de crédito

A política de gestão do risco de crédito tem por objetivo garantir que as participadas do GRUPO promovem a efetiva cobrança e recebimento dos seus créditos sobre terceiros nos prazos estabelecidos e/ou negociados para o efeito.

A atividade do GRUPO está sujeita a risco de crédito de natureza operacional e de tesouraria. Esta exposição ao risco de crédito deve-se, sobretudo, às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional.

A mitigação deste risco é conseguida preventivamente, antes da exposição ao risco, pelo recurso a entidades fornecedoras de informação e perfis de risco de crédito que permitam fundamentar a decisão de concessão de crédito.

Posteriormente, depois de concedido o crédito, é promovida a manutenção de estruturas de controlo de crédito e cobrança, implementadas ao nível de cada mercado, e, nalguns casos mais particulares, promove-se o recurso à contratação de seguros de crédito junto de reputadas companhias de seguros especializadas. Estas medidas contribuem para a manutenção dos créditos sobre clientes dentro de níveis não suscetíveis de afetar a saúde financeira das participadas do GRUPO.

O desenvolvimento significativo da atividade do GRUPO em África e na América Latina foi em parte promovido pelo desenvolvimento de uma estratégia comercial próxima e dirigida a um elevado e crescente número de clientes, espalhados por diversas áreas de negócio e polos geográficos, o que mitiga o risco.

Adicionalmente, regista-se o facto de alguns dos maiores projetos que o GRUPO tem em curso terem como promotores alguns dos maiores conglomerados privados a nível mundial, o que confere uma segurança acrescida ao nível da solidez financeira e de cobertura de crédito, existindo ainda de forma crescente o apoio de entidades multilaterais em África e na América Latina, como financiadoras de projetos de infraestruturas promotoras de desenvolvimento económico e social, em áreas como o Ambiente, a Energia e a Logística, o que assegura um conforto adicional ao nível do risco de crédito.

Apesar da tendência reforçada nos últimos anos para o desenvolvimento de projetos de dimensão superior, o GRUPO tem uma dispersão muito significativa do seu relacionamento comercial, contando muitas vezes nesses projetos com o pagamento de adiantamentos que permitem reduzir de forma significativa o risco de crédito.

### Riscos operacionais

Tratam-se de riscos complementares aos dos negócios *core* e também financeiros do GRUPO, nas várias regiões e mercados onde este atua, associados a ativos físicos, contencioso, execução e cumprimento de processos, sistemas de informação, recursos humanos entre outros.

### Riscos sobre ativos físicos

Os riscos de incidentes sobre ativos físicos podem decorrer de causas externas ou internas, podendo traduzir-se em perda de valor para o GRUPO sobre a forma de perdas de lucro ou pagamento de indemnizações, ameaçando colaboradores ou terceiros, equipamentos ou a indisponibilidade de outros ativos. No GRUPO MOTA-ENGIL existem várias áreas, corporativas e de negócio, que acompanham estes riscos, gerindo e mitigando-os, através da implementação das melhores práticas ao nível de políticas de operação, inspeção e prevenção, bem como planos de continuidade para eventos inesperados, assegurando-se ainda a transferência de risco através de seguradoras e outros agentes especializados neste mercado.

### Riscos Legais

Os riscos legais são essencialmente os decorrentes do exercício da própria atividade do GRUPO, da assunção de obrigações jurídicas cujo risco não tenha sido devidamente avaliado, e ou minimizado, podendo gerar impactos financeiros ou um aumento da litigância, bem como os riscos jurídicos emergentes da diversidade dos ordenamentos jurídicos nos quais o GRUPO está representado, assim como a exposição a níveis de litigância elevados.

A política de gestão dos riscos legais tem por objetivo garantir que as empresas do GRUPO, no exercício da sua atividade, cumprem as normas e regulamentos aplicáveis, e que ao nível das negociações e contratação, bem como de operações de fusões e aquisições, são assessoradas por advogados, *in-house* e, ou, externos, com vista a ser efetuada uma prévia avaliação do risco jurídico inerente à operação em causa, e bem assim, a serem encontradas soluções legalmente admissíveis de limitar o risco a níveis aceitáveis pelos órgãos de Administração do GRUPO.



O GRUPO exerce atividade em diversos países, com sistemas jurídicos distintos e com características locais próprias, pelo que o risco emergente desta diversidade legal é mitigado pela preocupação de ter os projetos, negociações e contratação acompanhados por advogados locais, conhecedores e habilitados nos sistemas jurídicos em causa, com vista a ser dado cumprimento a todas as normas e regulamentos aplicáveis.

Todo o GRUPO é monitorizado do ponto de vista jurídico e do respetivo risco de contencioso laboral, administrativo, civil e fiscal que se possa traduzir quer em danos económicos quer em danos reputacionais. Adicionalmente, existe um acompanhamento especial para a execução dos projetos de maior dimensão e complexidade técnica e financeira, bem como com o contencioso de maior valor e ou de maior risco, através da prestação de informação trimestral, reportada à respetiva Função Corporativa pelos mercados e regiões, procurando-se desta forma ter sempre informação rigorosa e atualizada, e bem assim, poderem ser atempadamente identificadas situações jurídicas que careçam de maior intervenção e acompanhamento, com vista a minimizar os seus efeitos.

Para minimizar o risco de o GRUPO atingir níveis de litigância elevados, é efetuada a gestão pré-contenciosa dos litígios com vista a, sempre que possível, obter a sua resolução extrajudicial.

### Riscos Regulatórios

Considerando a presença em diferentes mercados, o GRUPO assegura ao nível técnico e operacional que cada empresa e cada unidade de negócio dá cumprimento às normas legais estabelecidas em cada mercado, assegurando a sua devida habilitação técnica e legal para os projetos a que se propõe no âmbito das negociações decorrentes de cada projeto.

A MOTA-ENGIL SGPS, está cotada na bolsa de valores portuguesa, no principal índice, o PSI-20, pelo que inerentemente encontra-se ao abrigo da supervisão da Comissão dos Mercados de Valores Mobiliários (CMVM).

Ainda no âmbito da supervisão dos mercados financeiros, existem também obrigações da MOTA-ENGIL SGPS que se encontram cotadas na bolsa do Luxemburgo, cuja supervisão está ao abrigo da *Commission de Surveillance du Sector Financier*.

O GRUPO, através das suas participadas, cumpre nas suas diversas áreas de negócio com as exigências normativas e regulatórias próprias, sendo objeto de acompanhamento permanente.

A Função Corporativa de *Compliance* tem um papel preponderante na manutenção do cumprimento dos diversos normativos e regras aos quais o GRUPO tem a obrigação de cumprir.

A avaliação da conformidade das políticas e procedimentos, da eficácia dos controlos internos e do apoio na prevenção e mitigação tanto de riscos de controlo como de riscos de *compliance*, implementados pela gestão do GRUPO, são objeto de verificação, o que se traduz numa análise de risco das sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação em consequência da falha no cumprimento da aplicação de leis, regulamentos, código de conduta e das boas práticas.

Para além do cumprimento legal e regulatório associado às atividades exercidas em cada mercado por parte das empresas participadas do GRUPO, cada colaborador é igualmente sensibilizado a adotar as normas estabelecidas no Código de Ética e de Conduta Empresarial cuja última revisão foi realizada em janeiro de 2018, e que se encontra disponível no sítio da empresa, em [www.mota-engil.com](http://www.mota-engil.com).

Por último, há que salientar que durante o ano de 2018 o GRUPO MOTA-ENGIL implementou os procedimentos necessários para assegurar o cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados, e que vem acompanhando em permanência o seu cumprimento.

### Risco de Sistemas de Informação

Empresas globais como o GRUPO MOTA-ENGIL dependem fortemente da área de tecnologia da informação (TI) para executarem os seus processos e operações nos diversos negócios e geografias onde atuam, assim como para assegurar a devida fiabilidade nos processos de controlo e reporte. Para tal, o GRUPO trabalha constantemente com o objetivo de proceder à uniformização de plataformas de forma a aumentar o grau de confiança da utilização das TI e a transversalidade dos processos.

Atendendo à crescente complexidade da infraestrutura de tecnologias no GRUPO, presente em diferentes geografias, a segurança da informação tornou-se uma função essencial da missão das TI.

A governação da segurança da informação tem diferentes especificidades e um conjunto próprio de requisitos. Neste sentido, o GRUPO definiu uma política de governação ao nível da gestão dos dados, acessos, identificação de perfis, políticas de supervisão e monitorização dos mesmos, como suporte ao sistema de controlo interno, tendo ainda reforçado a qualidade de segurança dos seus sistemas, alinhando-os com as melhores práticas internacionais.

Para tal, o seu Plano de Recuperação de Desastres tem sido monitorizado por forma a melhorar a capacidade de resposta a um eventual evento com impacto sobre as suas infraestruturas de TI.

### Risco Ambiental

A gestão do risco ambiental é coordenada pelas áreas de Qualidade e Ambiente das diferentes empresas do GRUPO, as quais se encontram comprometidas com a adoção de práticas sustentáveis e eficientes em todas as vertentes da atividade.

Neste sentido, a MOTA-ENGIL tem vindo a reforçar as ações desenvolvidas no âmbito da promoção de comportamentos responsáveis e proactivos, distribuindo valor partilhado para os negócios, ambiente e sociedade, em áreas consideradas como prioritárias, tais como a Gestão de Resíduos e a Preservação de Recursos.

### Risco de saúde e segurança no trabalho e risco laboral

A gestão do risco de segurança e saúde no trabalho ("SST") é coordenada pelas áreas de SST das diferentes empresas do GRUPO, garantindo um enquadramento eficaz para prevenir e minimizar acidentes e problemas de saúde, num setor de atividade onde a sinistralidade assume um carácter absolutamente incontestável, sendo esta a preocupação máxima do GRUPO MOTA-ENGIL.

Estando a saúde e a segurança dos colaboradores no centro da ação do GRUPO MOTA-ENGIL, a formação e as medidas preventivas constituem a base da atuação das áreas de SST. Por outro lado, o GRUPO dispõe de programas proactivos de avaliação de riscos que atuam no desenvolvimento de medidas de controlo, tais como:

- Formação inicial em segurança no trabalho, realizada na fase de acolhimento e integração de novos colaboradores;
- Informação aos colaboradores sobre os riscos que se apresentam nos postos de trabalho e sobre a conduta preventiva a adotar;
- Formação em *standards* de gestão da segurança das equipas;
- Implementação de medidas de autoproteção;
- Manutenção de apólices de seguro de acidentes de trabalho;
- Realização de auditorias de verificação dos *standards* de segurança e saúde;
- Elaboração da avaliação de riscos;
- Investigação e análise de acidentes de trabalho; e
- Realização de exames de saúde.

## 3.6. ANÁLISE DO DESEMPENHO AMBIENTAL

No Anexo 10 a este relatório encontram-se discriminados os indicadores ambientais GRI4 do GRUPO associados ao seu desempenho em 2018.

### Saúde e Segurança Pública

Sendo a Saúde e a Segurança Pública um direito de todos os cidadãos e um dever a ser observado, esta matéria reveste-se de especial importância para o GRUPO, na medida em que afeta intrinsecamente o bem-estar social. Com representatividade intercontinental, a MOTA-ENGIL participa ativamente na promoção de medidas de controlo da saúde e segurança das comunidades onde se insere, coresponsabilizando-se pelo aumento do conforto das diferentes comunidades envolventes.

### Utilização de energias renováveis e/ou não renováveis

Numa sociedade absolutamente marcada pelas preocupações ambientais, o recurso às energias renováveis tornou-se um marco de referência para a MOTA-ENGIL no âmbito da preservação da natureza e do meio envolvente. Dada a minimização do impacto ambiental que proporcionam, bem como a sua sustentabilidade a longo prazo, as energias renováveis são o garante para um meio ambiente mais saudável. Consciente desta realidade, a MOTA-ENGIL destaca-se ao nível das *renewable energies*.

### Emissões de gases com efeito de estufa

Ao longo dos anos, as emissões de gases com efeito de estufa têm vindo a adulterar a composição química da atmosfera, permitindo que se acentue a retenção das radiações emitidas pela superfície terrestre e prejudicando, gradualmente, o equilíbrio térmico do planeta.

Perante um problema tão atual, a utilização de energias renováveis é encarada, pela MOTA-ENGIL, como um fator capaz de minimizar, a longo prazo, as alterações climáticas provocadas pela poluição do ar, sendo um importante fator de controlo do efeito de estufa e contribuindo, decisivamente, para a preservação da natureza. Neste sentido, e tendo o dever ético e moral de focar as suas ações na promoção de um meio ambiente mais neutro, a MOTA-ENGIL esforça-se, todos os anos, por reduzir e dirimir as emissões de gases com efeito de estufa na atividade das diversas empresas do GRUPO.

### Utilização da água

Utilizada para os mais diversos fins, a água assume primordial importância na atividade do GRUPO, o qual vem adotando medidas frequentes de combate ao excesso do consumo de água, em todos os seus setores de atividade, promovendo e incentivando a racionalização do seu uso.

Com os seus negócios dispersos por três continentes, a MOTA-ENGIL destaca-se com um conjunto elucidativo de ações de sensibilização, realizando investimentos em quase três dezenas de países. Desencadeando e promovendo comportamentos que conduzem à proteção ambiental, tais como o aproveitamento da energia térmica das Centrais de Valorização Energética para o aquecimento das instalações e o uso racional da água, o GRUPO depara-se com uma preocupação constante e assertiva nesta matéria.

### Poluição atmosférica

As alterações climáticas, resultantes das mais diversas fontes de contaminação atmosférica, representam uma das maiores ameaças ao equilíbrio dos nossos ecossistemas. O resultado de políticas ambientais desapropriadas, sem regulamentação adequada, provocou um estado de alerta em que vivemos atualmente.

Portadora de valências e de *know-how* transversais aos mais diversos setores de atividade, a MOTA-ENGIL coloca-se na vanguarda pelo respeito do meio em que se insere, promovendo as boas práticas ambientais.

Consciente da importância de planear e executar medidas de combate à poluição atmosférica, a MOTA-ENGIL assume uma atitude proactiva nesta matéria, fazendo refletir a sua preocupação junto das comunidades envolventes, com real impacto nas gerações futuras.

### Investimentos efetuados nesta área no exercício (formação e outros)

Assumindo um papel de relevo no seu setor de atividade e tendo a plena consciência de que os aspetos ambientais não se dissociam da vida e das necessidades humanas, a MOTA-ENGIL assume como essencial o investimento em formação a este nível, estando os objetivos formativos devidamente alinhados com as orientações estratégicas do GRUPO.

### 3.7. ANÁLISE DO DESEMPENHO RELATIVO AOS ASPETOS SOCIAIS E AOS TRABALHADORES

#### Aplicação das principais convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Com uma forte presença internacional e conciliando com um mercado de trabalho que já não se coaduna com as fronteiras nacionais, a MOTA-ENGIL leva em consideração as convenções e recomendações da OIT, que abrangem todas as matérias relacionadas com o trabalho, nomeadamente na defesa dos direitos dos trabalhadores, estando estas patentes em todos os relacionamentos com os Governos locais e com as organizações de empregadores.

Neste âmbito, a MOTA-ENGIL mantém o seu compromisso de respeitar, promover e cumprir, de boa-fé, os princípios relativos aos direitos fundamentais no trabalho:

- Não se registaram, no interior de qualquer uma das empresas do GRUPO, situações de discriminação, estando completamente salvaguardada, por outro lado, a prática dos direitos associativos do foro laboral, mormente a liberdade de associação e de negociação coletiva, o que corresponde, de resto, a um imperativo de natureza constitucional e legal;

- Não existem, no GRUPO, quaisquer situações de trabalho infantil ou forçado: a MOTA-ENGIL proíbe quaisquer situações que envolvam ou que estejam relacionadas com trabalho infantil, forçado ou escravo. Paralelamente, e de igual modo, a MOTA-ENGIL veda a contratação ou parceria em negócios com empresas que praticam tais atos. Nesse sentido, para assegurar o disposto acima, o GRUPO dispõe nos seus contratos de cláusulas que preveem tais impedimentos;

- Os trabalhadores ou entidades subcontratadas envolvidos em questões de segurança de instalações e salvaguarda dos seus bens (não existem no GRUPO trabalhadores ou entidades subcontratadas envolvidos em missões de segurança pessoal) respeitam, nas suas interações pessoais, os direitos legalmente consagrados em cada espaço geográfico onde exercem as suas funções;

- Refira-se, por último, que o GRUPO MOTA-ENGIL não exerce, habitualmente, atividade em qualquer território onde estejam ou possam estar em causa os direitos das populações ou povos indígenas.

#### Condições de trabalho

Reconhecidas as reais vantagens inerentes ao equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal, a MOTA-ENGIL considera fundamental incentivar e precaver a harmonia e o bem-estar que o trabalhador necessita para desempenhar as suas funções. Perante realidades distintas, dependendo das diversas geografias em que se encontra, a MOTA-ENGIL vai moldando cada uma das comunidades de acordo com os valores que considera imprescindíveis na relação entre empregador e trabalhador, tomando como missão o bem-estar, quer dos seus trabalhadores, quer dos seus familiares.

Numa preocupação crescente com os mais elevados padrões de saúde e segurança no trabalho, a MOTA-ENGIL procura promover espaços laborais organizados e estruturados, reforçando, sempre que necessário, a utilização de equipamentos de proteção coletiva e individual, desde que aconselháveis ou obrigatórios para o exercício das suas funções. Numa outra vertente, o GRUPO preocupa-se, ainda, em criar condições de trabalho motivadoras e compensadoras para os seus colaboradores, mediante políticas remuneratórias e de incentivo que favoreçam a excelência e o mérito.

#### Diálogo social

Muitas das boas práticas laborais que atualmente conhecemos foram conquistadas por via do diálogo social. Esta forma de promover consensos entre o Governo, os representantes dos trabalhadores e os empregadores tem vindo a alcançar, ao longo dos anos, grandes feitos históricos e sociais, sendo um garante da paz laboral e contribuindo para um crescimento económico sustentável.

A MOTA-ENGIL, aberta e recetiva ao diálogo social, pauta-se pela igualdade de oportunidades e de tratamento no acesso ao emprego, designadamente, no que respeita a critérios de seleção e a condições de contratação, bem como a formação e reconversão profissionais, incluindo a aquisição de experiência prática.

### **Respeito pelos direitos dos trabalhadores**

No exercício das suas funções, todos os trabalhadores têm os mesmos direitos. Sendo esta a base da relação bipartida, empregador vs trabalhador, o respeito por este axioma promove a confiança nas relações laborais, e devolve à sociedade a igualdade que outros conquistaram.

Ao longo dos tempos, e fortemente marcada pela sua presença internacional, a MOTA-ENGIL transporta para várias comunidades nas quais se insere, o fiel respeito pela garantia dos direitos dos seus trabalhadores, assegurando, em especial, os direitos fundamentais inseridos na relação de emprego:

- Cumprimento da legislação laboral e assunção de práticas laborais não discriminatórias;
- Atribuição de retribuição justa e adequada, paga de forma pontual;
- Tratamento pautado pelo respeito e educação;
- Promoção de igualdade de oportunidades na progressão de carreira;
- Prestação de formação contínua, com vista a desenvolver a sua qualificação profissional;
- Garantia de ambiente de trabalho seguro;
- Garantia do direito ao exercício de cargos com estruturas representativas de trabalhadores;
- Garantia de boas condições de trabalho, do ponto de vista físico e moral;
- Contribuição para o aumento da produtividade e empregabilidade do trabalhador;
- Prevenção de riscos e doenças profissionais, tendo em conta a proteção da segurança e saúde do trabalhador; e
- Garantia de condições de trabalho que favoreçam a conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal.

### **Direito à informação e à consulta**

Um bom relacionamento laboral resulta, em grande parte, de diálogos abertos e trocas de opiniões fundamentadas. Deste modo, o direito à informação e à consulta que o trabalhador dispõe, garante a este o legítimo conhecimento da atividade económica da MOTA-ENGIL, bem como da evolução do emprego e de medidas preventivas.

Com uma disponibilidade total para o diálogo com os seus trabalhadores, a MOTA-ENGIL faculta a todos eles as informações necessárias e responde, sempre que solicitada, às problemáticas que lhe são colocadas.

### **Respeito pelos direitos sindicais**

Sendo parte integrante dos direitos humanos, e um princípio aplicável a todos os trabalhadores, o direito sindical assenta, sobretudo, na proteção dos trabalhadores e encontra a sua maior força no diálogo social. Estando a MOTA-ENGIL a operar em diversas áreas de negócio, vem mantendo com os mais diversos representantes sindicais uma abertura ao diálogo, fomentando as boas relações laborais.

### **Medidas adotadas quanto à saúde e à segurança no trabalho**

À entidade empregadora compete assegurar e promover boas condições de saúde e segurança no trabalho, incentivando e despoletando a adoção de medidas nesta matéria, vinculadas aos princípios gerais da prevenção e às normas legislativas em vigor.

Através das mais diversas ações, a MOTA-ENGIL cumpre e faz cumprir todas as disposições legais, disponibilizando, a todos os trabalhadores, o acesso aos mais altos padrões de saúde e segurança no trabalho, promovendo frequentemente formações complementares nesta matéria, bem como ações de sensibilização em prol desta temática. Por sua vez, os equipamentos de proteção coletiva e individual são usados para neutralizar a ação dos agentes ambientais e para garantir que os colaboradores não serão expostos a doenças ocupacionais que possam comprometer a sua capacidade de trabalho e de vida, protegendo desta forma a sua integridade física e incrementando a sua saúde ocupacional.

### **Diálogo com as comunidades locais e/ou ações realizadas com vista a assegurar a proteção e desenvolvimento dessas comunidades**

Presente em três continentes, e transportando consigo uma experiência inigualável nas relações institucionais e pessoais, a MOTA-ENGIL congratula-se por manter um diálogo aberto e confiante com as comunidades locais, promovendo o desenvolvimento cultural e social, apoiando na criação de infraestruturas básicas e estando sempre disponível para prestar auxílio nas situações de maior fragilidade das comunidades envolventes.

Com vastíssimas provas dadas em todas as regiões onde marca presença, a MOTA-ENGIL destaca-se com uma vertente muito forte de interação e desenvolvimento local.

### **Promoção da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos trabalhadores, bem como o exercício dos direitos de proteção na parentalidade**

A conciliação entre a vida profissional e pessoal, necessidade emergente das transformações sociais e empresariais decorridas ao longo dos últimos anos, acentuou a responsabilidade social das empresas nesta matéria, sendo imprescindível que as empresas fomentem a conciliação da vida pessoal e familiar dos seus trabalhadores, contribuindo para uma melhor produtividade no local de trabalho e incrementando o bem-estar pessoal e social dos colaboradores.

Neste sentido, e enquanto GRUPO com princípios de sustentabilidade, a MOTA-ENGIL assume, cada vez mais, a promoção da conciliação do trabalho e da vida familiar e pessoal integrando na sua gestão políticas e práticas nestes domínios. Prestando benefícios diretos a trabalhadores e a familiares, o GRUPO MOTA-ENGIL, por intermédio da Fundação Manuel António da Mota, atribui apoios e serviços de consultoria financeira aos colaboradores e famílias mais carenciadas, assegura o patrocínio de serviços de saúde e bem-estar (tais como promoção de atividades desportivas e culturais, via empresas e Fundação Manuel António da Mota), estabelecendo com entidades de renome protocolos com serviços de natureza variada, nas áreas da educação, saúde e lazer e com benefícios extensíveis ao agregado familiar.

Em paralelo, o Clube de Vantagens MOTA-ENGIL permite o acesso a uma ampla rede de parceiros privilegiados, permitindo aos colaboradores o acesso facilitado a condições preferenciais em instituições bancárias, seguros, combustíveis, hotéis, ginásios, cuidados de saúde, farmácias, espetáculos, lojas, telecomunicações, energia, entre outros serviços e produtos.

### **Aspetos relativos à não discriminação e ao respeito pelos direitos humanos**

No interior de qualquer uma das empresas do GRUPO não se registaram situações de discriminação, estando completamente salvaguardada, por outro lado, a prática dos direitos associativos do foro laboral, mormente a liberdade de associação e de negociação coletiva, o que corresponde, de resto, a um imperativo de natureza constitucional e legal.

Todos os colaboradores devem demonstrar tolerância e respeito pelas culturas, opiniões e estilos de vida diferentes dos seus colegas, ponderando sempre de que forma o seu comportamento poderá afetar os outros. Todos estão proibidos de adotar qualquer conduta discriminatória, de intimidação, assédio ou agressão física ou psicológica no local de trabalho. A intimidação no local de trabalho é conduta inaceitável de um colaborador face a outros colaboradores, tendo os supervisores e gestores especial responsabilidade de promover um ambiente de trabalho que promova a honestidade, a integridade, o respeito e a confiança.

A MOTA-ENGIL é um empregador que confere oportunidades iguais nas suas práticas de contratação e promoção, nos benefícios e nos salários e não tolera qualquer discriminação contra qualquer pessoa com base na raça, religião, cor, género, idade, estado civil, nacionalidade, orientação sexual, cidadania ou incapacidade ou por qualquer outro motivo proibido por lei, aquando do recrutamento, contratação, colocação, promoção ou qualquer outra condição de emprego. Todos têm direito à igualdade de oportunidades e a um tratamento equitativo baseado no mérito.

### **Gestão do Capital Humano do Grupo**

A política de Recursos Humanos constitui um pilar central no suporte ao desenvolvimento, diversificação e expansão internacional do GRUPO MOTA-ENGIL. Alinhada com o plano estratégico StepUp 2020, a política de Recursos Humanos encontra-se estruturada em 4 eixos nevrálgicos:

- Cultura de mérito: A Ambição é um valor intrínseco ao ADN da MOTA-ENGIL e, nesse sentido, promove-se uma filosofia assente na gestão e reconhecimento do mérito, que encoraje as suas Pessoas a procurar novos desafios, a crescer e a superar barreiras.



- Reforço da cultura e modelo organizacional: Sob o lema “um só Grupo, um só Projeto, uma só Estratégia”, a MOTA-ENGLIL investe na implementação de um modelo organizacional uniforme e transversal ao GRUPO, que seja um elemento facilitador da comunicação, que incremente a eficiência dos processos e incentive a mobilidade entre mercados e regiões.

- Desenvolvimento e transversalidade de competências: “Somos o que fazemos” - A MOTA-ENGLIL acredita que o principal fator distintivo reside nas Pessoas, na experiência e *know-how* acumulados, na diversidade e na inteligência distribuída dentro do GRUPO e, nesse sentido, atua na preparação, capacitação e desenvolvimento das competências dos seus colaboradores de modo a garantir a transversalidade do conhecimento dentro da MOTA-ENGLIL.

- Mobilidade global de quadros: Os desafios da diversificação e internacionalização do GRUPO têm exigido, crescentemente, a capacidade de transformar a mobilidade num vetor ímpar para a presença do GRUPO junto dos Clientes, Parceiros e Comunidades e um fator de coesão, intercâmbio e crescimento das suas Pessoas.

Esta é a força da MOTA-ENGLIL: É pelas Pessoas e com as Pessoas que o GRUPO prosseguirá o seu caminho de afirmação no Mundo.

## Caraterização dos Colaboradores da Mota-Engil

### Distribuição dos Colaboradores por Região

	Número	%
Holding e outros	326	1%
Europa	8.578	27%
África	14.592	46%
América Latina	8.496	27%
<b>Total Grupo</b>	<b>31.992</b>	<b>100%</b>

### Distribuição dos Colaboradores por Região e Género

	Mulheres		Homens	
	Número	%	Número	%
Holding e outros	169	4%	157	1%
Europa	1.229	31%	7.349	26%
África	1.652	41%	12.940	46%
América Latina	946	24%	7.550	27%
<b>Total Grupo</b>	<b>3.996</b>	<b>12%</b>	<b>27.996</b>	<b>88%</b>

### Distribuição dos Colaboradores por Região e Faixa Etária

	18 a 29	30 a 39	40 a 49	≥ 50
	anos	anos	anos	anos
Holding e outros	53	77	90	106
Europa	699	1.889	2.582	3.408
África	3.005	5.924	3.513	2.150
América Latina	1.789	2.938	2.350	1.419
<b>Total Grupo</b>	<b>5.546</b>	<b>10.828</b>	<b>8.535</b>	<b>7.083</b>

### Distribuição dos Colaboradores por Região e Antiguidade

	< 3 anos	3 a 10 anos	10 a 20 anos	≥ 20 anos
	Holding e outros	79	64	100
Europa	3.282	1.836	2.683	777
África	11.071	2.100	997	424
América Latina	7.201	1.153	91	51
<b>Total Grupo</b>	<b>21.633</b>	<b>5.153</b>	<b>3.871</b>	<b>1.335</b>

### Distribuição dos Colaboradores por Região e Nível de Habilitações

	Básico	Secundário	Superior
Holdings e outros	53	87	186
Europa	5.176	1.648	1.754
África	9.978	3.550	1.064
América Latina	4.417	2.525	1.554
<b>Total Grupo</b>	<b>19.624</b>	<b>7.810</b>	<b>4.558</b>

### Distribuição dos Colaboradores por tipo de contrato de trabalho

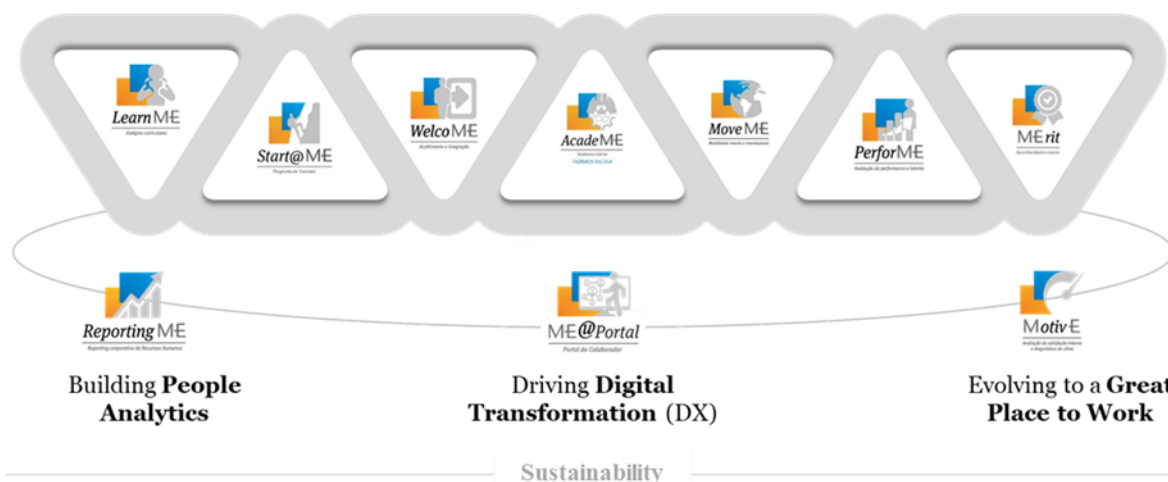
	Contratos a Termo	Contratos Sem Termo
Holdings e outros	68	258
Europa	2.961	5.617
África	11.854	2.738
América Latina	5.744	2.752
<b>Total Grupo</b>	<b>20.627</b>	<b>11.365</b>

### Distribuição dos Colaboradores Mobilizados por Região

	Mulheres		Homens		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Europa	4	5%	46	4%	50	4%
África	59	75%	1.063	82%	1.122	82%
América Latina	16	20%	187	14%	203	15%
<b>Total Grupo</b>	<b>79</b>	<b>100%</b>	<b>1.296</b>	<b>100%</b>	<b>1.375</b>	<b>100%</b>

Apostando numa gestão de talento capaz de cobrir o ciclo de vida do Colaborador, a *HR Corporate roadmap* assume uma posição crítica na gestão e desenvolvimento do Capital Humano do GRUPO, garantindo o desenvolvimento contínuo da empresa e das suas pessoas.

“ Attract, develop, optimize and retain our Talent assets ”



### LearnME

No contexto de atração e recrutamento de talento jovem, o programa corporativo Learn@ME tem como intuito a captação de alunos interessados em realizar um estágio curricular ou de verão num dos negócios do GRUPO, contribuindo ativamente nos projetos e desafios propostos, como também o acolhimento de grupos de estudantes que pretendam conhecer a MOTA-ENGL, facultando uma oportunidade de contacto e de aproximação ao mercado de trabalho.

Dando continuidade ao investimento realizado neste âmbito, foi possível em 2018 disseminar o programa para uma vertente internacional, com a realização de protocolos de estágios com estudantes das Universidades de Princeton, Pensilvânia e da Organização Ashinaga, em diversos mercados do GRUPO tais como Inglaterra, Irlanda, Polónia, Portugal e Ruanda.

Através desta iniciativa, a MOTA-ENGIL assume um claro compromisso na captação de futuros profissionais com elevado potencial para os seus mercados, reforçando, simultaneamente, o seu *employer brand* junto de uma rede alargada de universidades altamente reputadas em todo o mundo.

### Start@ME

Com o propósito de dar resposta ao crescimento sustentado do GRUPO, o programa Start@ME visa a atração e integração de jovens talento, em início de carreira profissional. Promovendo o seu alinhamento com a Cultura e Valores do GRUPO e a sua integração nos vários mercados e diferentes unidades de negócio, este programa oferece aos jovens a oportunidade de abraçar novos e determinantes desafios para o seu futuro profissional.

Este programa pretende impulsionar o desenvolvimento individual e proporcionar um vasto leque de experiências e aprendizagens, através do contacto com os diferentes negócios, o conhecimento de metodologias e soluções inovadoras, uma rede alargada de *networking*, bem como o desenvolvimento de competências críticas em contexto internacional, essenciais para o seu processo de crescimento pessoal e profissional.

A edição do programa Start@ME 2017-2018 contou com um índice de satisfação global de 84% e uma taxa de incorporação dos jovens no GRUPO de 85%, revelando o forte compromisso e dedicação de todas as partes envolvidas.

O GRUPO lançou em 2018 uma nova edição do programa Start@ME, integrando 120 jovens provenientes de diferentes áreas de estudo e nacionalidades, em todas as geografias onde o GRUPO marca presença: África, América Latina e Europa.

### PerforME

O Programa de Performance Corporativo tem como missão apoiar a gestão e o desenvolvimento dos seus colaboradores, assegurando o alinhamento das prioridades estratégicas do negócio com as políticas e práticas de Gestão de Recursos Humanos.

Assumindo o papel ativo no seu próprio desenvolvimento profissional, esta abordagem aposta numa interação próxima entre o colaborador e a chefia, com vista a garantir a concretização dos objetivos estabelecidos, bem como o acompanhamento e otimização do desempenho do colaborador ao longo do ano.

Com vista a uma gestão de talento descentralizada, transparente e com base na meritocracia, o GRUPO MOTA-ENGIL expande o seu processo de Gestão e Avaliação de Desempenho aos vários negócios e geografias onde opera, através da plataforma *Success Factors*. Ancorada no eixo *Driving Digital Transformation* do *roadmap* corporativo, esta ferramenta é uma solução integradora e líder de mercado no que toca aos processos de gestão e desenvolvimento de talento, abrangendo as diversas etapas do ciclo de vida do colaborador, desde a sua atração e recrutamento, à gestão de carreira e reconhecimento interno.

Com esta plataforma, a MOTA-ENGIL pretende ainda promover uma rede colaborativa entre as diferentes empresas/mercados, incentivando o espírito de GRUPO, maximizando as sinergias e o intercâmbio entre os diferentes colaboradores e empresas do GRUPO.

### Formação

Convicta de que a criação de valor se concretiza, em grande medida, através da valorização do seu Capital Humano, a MOTA-ENGIL continua a privilegiar a diversidade dos perfis e a troca de experiências e conhecimentos dentro do GRUPO, atuando, nesse sentido, na preparação, capacitação e desenvolvimento pessoal e profissional dos seus colaboradores, intervindo transversalmente em termos de *know-how* e competências internas capazes de acrescentar valor para o negócio.

Solidamente focalizado nas necessidades do GRUPO, nasce assim o AcadeME, uma iniciativa com um claro posicionamento estratégico – no valor acrescentado ao negócio, bem como no envolvimento e capacitação das várias equipas abrangidas – assegurando, deste modo, o crescimento sustentável da Organização. Tratando-se de uma academia interna, o AcadeME pretende disseminar o conhecimento existente no GRUPO, reforçando determinadas áreas e temas críticos para o negócio, com o objetivo de desenvolver competências core nos quadros futuros do GRUPO.

Neste âmbito, em 2018 o GRUPO iniciou uma jornada de transformação organizacional para uma cultura de planeamento e programa de trabalho, com a implementação da metodologia *Last Planner System* (LPS), com o propósito de melhorar, sistematizar e uniformizar o planeamento nas obras, numa abordagem mais colaborativa e de compromisso de todos os intervenientes. Esta jornada arrancou com um conjunto de sessões de sensibilização para o tema que envolveram mais de 300 quadros do Grupo, 22 mercados e 3 áreas *core* da construção: Produção, Planeamento e Comercial. As sessões realizadas tiveram como objetivo a reflexão aprofundada acerca das melhores práticas e soluções do mercado, a partilha de experiências, bem como a aquisição e desenvolvimento de *know-how* e de competências consideradas críticas para a atividade. Face ao sucesso desta iniciativa, avançou-se com um projeto piloto de implementação desta metodologia em várias obras do GRUPO, com vista à melhoria contínua dos processos, reforçando a vantagem competitiva da MOTA-ENGIL nos vários setores de atuação.

Para além do desenvolvimento de competências técnicas, a MOTA-ENGIL promove também um conjunto de ações de formação no âmbito das *soft skills*, competências transversais essenciais para o relacionamento do colaborador com todos os que o rodeiam.

Deste modo, o investimento em formação levado a cabo em 2018 cumpriu o duplo objetivo de valorizar e impulsionar o desenvolvimento dos seus colaboradores e, consequentemente, contribuir para o crescimento sustentável do GRUPO, reforçando a sua posição líder nos vários setores de atuação.

### 3.8. FUNDAÇÃO MANUEL ANTÓNIO DA MOTA (“FUNDAÇÃO”)

#### Enquadramento geral

A Fundação é um importante instrumento da política de responsabilidade social do GRUPO MOTA-ENGIL, enquanto expressão organizada e sistematizada de uma gestão ética e socialmente comprometida, em nome de uma cidadania empresarial ativa e participativa.

Instituída pelo GRUPO MOTA-ENGIL e pela família Mota, seu acionista de referência, a Fundação, atenta à sua matriz empresarial, procura ir ao encontro de uma visão estratégica geradora de valor a longo prazo, assente nos princípios mais amplos do desenvolvimento sustentável, concretizados através de uma política de responsabilidade social coerente e estruturada de que a Fundação é veículo privilegiado.

Com sede na cidade do Porto, a Fundação tem por fins a promoção, desenvolvimento e apoio a iniciativas de natureza social nos domínios da beneficência e solidariedade social, e de natureza cultural nos domínios da educação, saúde, ambiente, organização e apoio à atividade artística, exercendo a sua ação em todo o território nacional e nos países onde o GRUPO MOTA-ENGIL marca presença. Institui ainda anualmente o “Prémio Manuel António da Mota”.

A Fundação é gerida por um Conselho de Administração e por uma Comissão Executiva, integrando ainda os seus órgãos estatutários o Conselho de Curadores, o Conselho Fiscal e o Conselho Consultivo. A Fundação dispõe dos recursos materiais e financeiros adequados destinados a assegurar a sua plena sustentabilidade futura no cumprimento dos seus fins estatutários.

No cumprimento dos seus fins estatutários, a Fundação tem como objetivos estratégicos o desenvolvimento social, a atribuição anual do Prémio Manuel António da Mota, o apoio à educação e formação e a promoção da cultura e o acesso à fruição dos bens culturais.

#### Atividades desenvolvidas pela Fundação

As principais atividades e projetos desenvolvidos pela Fundação encontram-se descritos de acordo com os seus objetivos estratégicos.

##### - Desenvolvimento Social:

Atenta a sua matriz empresarial e enquanto veículo privilegiado do exercício da política de responsabilidade social do GRUPO, a Fundação procura contribuir para o desenvolvimento social das comunidades nacionais e internacionais onde a MOTA-ENGIL exerce a sua atividade.

O investimento social estratégico na comunidade privilegia a ação em favor dos grupos sociais vulneráveis e mais desfavorecidos e uma especial sensibilidade pelas situações emergentes procurando, através do seu esforço solidário, combater a pobreza e a exclusão e promover a inserção social e a cidadania plena.

Através dos apoios nas áreas da solidariedade social, deficiência, saúde, habitação, desporto, entre outras, a Fundação visa assim contribuir para o fortalecimento e a sustentabilidade do terceiro setor, apoiando projetos de reconhecida relevância e impacto sociais.

Fiel à sua génese empresarial, a Fundação está igualmente ciente da sua responsabilidade perante o universo dos colaboradores da MOTA-ENGIL. O apoio social e familiar aos colaboradores e a promoção do voluntariado estão por isso na primeira linha das preocupações da Fundação que procura assim valorizar o capital humano da comunidade MOTA-ENGIL, dando resposta aos seus problemas e voz às suas aspirações, e promovendo uma cidadania ativa e participativa através da contribuição livre e desinteressada em ações de voluntariado.

Neste sentido, ao longo de 2018, a Fundação desenvolveu novos projetos e deu continuidade a outros promovidos, quer individualmente, quer em parceria com outras entidades públicas e privadas:

- Tendo sido criado o programa “Uma obra, um projeto” no ano de 2017, contemplando um conjunto de iniciativas de carácter social em grandes empreendimentos onde o GRUPO MOTA-ENGIL se encontre envolvido, em 2018 deu-se seguimento ao trabalho de reabilitação de habitações a favor de famílias carenciadas no concelho de Vila Pouca de Aguiar, tendo sido estabelecido um protocolo de colaboração entre a FMAM, a Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar e a “Just a Change”, reabilitando-se quatro habitações de famílias carenciadas, beneficiando treze pessoas e envolvendo a participação de vinte e nove voluntários;
- O projeto “Cercar-te E6G”, constituído por um consórcio que integra o Agrupamento de Escolas do Cerco, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – Porto Oriental, a Direção Regional Norte do Instituto Português do Desporto e da Juventude, o Espaço t – Associação para o Apoio à Integração Social e Comunitária, a Fundação da Juventude, a Fundação de Serralves, a Junta de Freguesia de Campanhã e a Fundação Manuel António da Mota, consiste em cinco medidas, tendo sido criados cinco centros: Centro de Informação e Encaminhamento para Respostas Educativas, Centro de Encaminhamento Profissional Juvenil, Centro Artístico Local, Centro de Inclusão Digital e Centro de Empreendedorismo Juvenil. O projeto compreende ainda a “Escola de Rugby Cercar-te”, tendo como objetivo principal permitir a crianças e jovens a aprendizagem e a prática de rugby;
- O projeto “Alta-Mente.e6g”, constituído por um consórcio que integra a colaboração da CPCJ – Porto Oriental, da Junta de Freguesia de Campanhã, do Agrupamento de Escolas do Cerco, do Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, do Grupo Dramático Monte Aventino, de várias empresas da cidade do Porto e da Fundação Manuel António da Mota, tem como objetivo a diminuição da desocupação juvenil, nomeadamente através da integração social, formativa e profissional dos jovens com idades entre 16 e 30 anos da freguesia de Campanhã (Porto). No sentido de procurar minimizar assimetrias, desigualdades e discriminações sociais, é levado a cabo um trabalho de promoção de competências pessoais, sociais e profissionais que contribuem para o desenvolvimento do perfil de empregabilidade dos jovens que integram o projeto. Com o apoio do Centro de Formação Profissional Manuel António da Mota foi dinamizada uma sessão designada “Um projeto Alta-Mente”, demonstrativa do interesse evidenciado pelos técnicos do projeto em desenvolverem ações destinadas a promover a empregabilidade dos alunos do Centro de Formação;
- Em paralelo, a FMAM prestou também apoio à B4H - Building 4Humanity que, em conjunto com o CIAUD - Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa e o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, organizou, em Portugal, a 8ª edição da “International Conference on Building Resilience”, em novembro de 2018. Entre os eventos paralelos associados a esta conferência, que reuniu centenas de participantes do mundo inteiro, destacou-se um concurso internacional de projetos de arquitetura, denominado “Building 4Humanity Design Competition”. O concurso foi dedicado à mitigação dos riscos de desastres e aos processos adaptados de reconstrução pós-desastres. A Fundação associou-se à B4H e a este evento patrocinando o 1º prémio do “Best Resilient Building Project/Melhor Projeto de Edifício Resiliente – já construído”;
- Com o objetivo de proteger os colaboradores dos riscos da radiação UV, adotando medidas de prevenção em contexto laboral, a FMAM realizou a campanha “Acrescento + Protecção à minha Segurança”, na obra “Desassoreamento da Albufeira do Açude-Ponte de Coimbra”, a cargo da MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, em colaboração com a Associação Portuguesa de Cancro Cutâneo (APCC), no âmbito da prevenção do cancro cutâneo. Tendo por base a sensibilização dos colaboradores para hábitos de exposição solar saudável, tanto em contexto laboral como em momentos de lazer, a campanha visou incentivar a realização de rastreios, dando a conhecer os principais sinais de doenças oncológicas da pele;
- As atividades da Cruz Vermelha Portuguesa são também apoiadas pela FMAM, sendo exemplo os apoios às suas delegações do Porto e Amarante, renovando o apoio financeiro às suas atividades no ano de 2018;
- Na área de intervenção das crianças e jovens, a FMAM patrocinou e apoiou a Ajudaris, a Associação Bagos D’Ouro, a Associação Nomeiodonada IPSS, a Vida Norte - Associação de Promoção e Defesa da Vida e da Família, o Centro Social 6 de Maio e a Terra dos Sonhos;

- Na área de intervenção da deficiência, e no âmbito do protocolo de colaboração entre a FMAM, a Fundação Montepio e a empresa Mobilidade Positiva, foram identificadas e apoiadas várias situações de cidadãos deficientes ou com incapacidade temporária e em situação de carência económica. Através deste protocolo, as entidades intervenientes pretendem dar resposta aos pedidos de apoio que recebem regularmente de cidadãos nessas condições, ajudando a financiar parcial ou integralmente a aquisição de ajudas técnicas/produtos de apoio, incluindo a intervenção na esfera habitacional dos beneficiários para garantir as indispensáveis condições de mobilidade. Em 2018 foram apoiados sete casos com a atribuição de quatro cadeiras de rodas adaptadas, duas cadeiras elevatórias e uma cadeira de banho;
- Ainda no âmbito da área de intervenção da deficiência, a Fundação celebrou um protocolo com a Câmara Municipal de Oeiras, prevendo a intervenção em habitações de cidadãos do concelho de Oeiras, com necessidades especiais de mobilidade e em situação de carência económica, melhorando a acessibilidade na sua esfera habitacional. Nos termos deste protocolo, foram sinalizadas diversas situações passíveis de intervenção, tendo sido executada uma intervenção e estando em curso várias outras;
- Adicionalmente, no decorrer do ano de 2018, a FMAM apoiou a AIJA – Associação para a Inclusão de Jovens e Adultos com a realização de uma Colónia de Férias a favor das pessoas com deficiência; a Associação de Surdos do Porto, particularmente no que respeita a deslocações para participação em eventos desportivos da comunidade surda; a Crinabel, Cooperativa de Solidariedade Social e Ensino Especial, com a realização da Colónia de Férias da instituição; o NeuroSentidos – Centro de Desenvolvimento e Reabilitação, financiando os tratamentos de uma jovem multideficiente;
- Na área de intervenção do desporto, a FMAM renovou o seu apoio à ADADA - Associação de Desporto Adaptado do Porto; financiou a aquisição de materiais e equipamentos destinados aos serviços clínicos do Amarante Futebol Clube; renovou o apoio ao Clube Desportivo “Escola Académica de Futebol” ajudando a financiar o pagamento dos técnicos nas ações de sensibilização e desenvolvimento na área da expressão e educação físico-motora do pré-escolar no ensino público do concelho das Caldas da Rainha e apoiou a União Sport Clube Paredes na aquisição de equipamentos para os seus escalões de formação, potenciando assim o cumprimento da missão do clube ao serviço da juventude e do desporto neste concelho no norte de Portugal;
- Sendo a habitação uma das suas prioridades de intervenção, a FMAM renovou o seu apoio à Habitat for Humanity International, no concelho de Amarante, Celorico de Basto e Baião, com vista a viabilizar a construção ou recuperação de habitações de famílias carenciadas. A Habitat for Humanity Portugal tem como princípio fundamental promover iniciativas no âmbito da solidariedade social, visando contribuir para eliminar a degradação habitacional e apoiar famílias carenciadas na obtenção de habitações adequadas e condignas. A mobilização de voluntários do GRUPO MOTA-ENGL para participar nos trabalhos de reconstrução e a oferta de materiais de construção constituíram algumas das modalidades de apoio;
- Visando a coesão social urbana e a promoção de condições habitacionais condignas a favor dos mais idosos, a FMAM e a Câmara Municipal do Porto celebraram, em 2011, um protocolo denominado “Porto Amigo”, que visa a realização de obras de adaptação e de melhoria das condições de habitabilidade da população sénior dependente da cidade do Porto, em situação de pobreza e que reside em habitação própria ou arrendada. Em 2018 foram reabilitadas mais 4 casas de idosos carenciados;
- Na área da saúde, a FMAM manteve em vigor o protocolo celebrado, em 2011, com o Instituto Português de Oncologia do Porto e o Núcleo Regional do Norte da Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC), tendo em vista criar linhas de apoio social ao doente oncológico, nomeadamente as que decorrem de situações de carência socioeconómica e psicossocial suscetíveis de agravar o bem-estar e a qualidade de vida, de colocar em risco a eficiência do acompanhamento clínico ou de contribuir para o isolamento ou exclusão social;
- Paralelamente, e assente nos mesmos objetivos, a FMAM manteve também o protocolo assinado em 2015 com o Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil (IPOCFG), o Núcleo Regional do Centro da Liga Portuguesa Contra o Cancro e o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC);
- Criado em 2018 (para vigorar a partir de janeiro de 2019), a FMAM estabeleceu um protocolo com o Núcleo Regional do Sul da Liga Portuguesa Contra o Cancro, tendo em vista garantir linhas de apoio social aos doentes oncológicos acompanhados pelo Núcleo sediado nas instalações do IPO de Lisboa, nomeadamente as que decorrem de situações de carência socioeconómica e psicossocial suscetíveis de agravar o bem-estar e a qualidade de vida, de colocar em risco a eficiência do acompanhamento clínico ou de contribuir para o isolamento ou exclusão social. Com a celebração deste protocolo, a Fundação garante a cobertura da totalidade do território de Portugal continental no apoio ao doente oncológico, fazendo-o através das entidades mais representativas dos seus interesses como é o caso das delegações regionais da LPCC;



- Nesta área, a FMAM renovou o apoio à Acreditar - Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro, à Associação Cura+ e à Associação Recovery IPSS; patrocinou ainda a edição do livro da BEST LIFE - Associação Nacional de Apoio a Doentes Oncológicos (livro digital que será um espaço de partilha de histórias dos doentes oncológicos e familiares diretos, servindo como fator motivacional a quem está a viver a doença); e renovou o seu apoio ao Instituto Português de Oncologia do Porto (IPO-Porto) através de um donativo por ocasião da 4ª Gala Solidária do IPO-Porto, associando-se assim aos esforços do instituto na angariação de fundos que permitam reforçar o seu trabalho no domínio da investigação e luta contra o cancro;
- Adicionalmente, em 2018, a FMAM manteve os seguintes programas:
  - Bolsas de Estudo, atribuindo bolsas no valor de 3.000 euros, por ano e por beneficiário, aos estudantes do ensino superior, filhos de colaboradores do GRUPO com menores recursos económicos e que tenham obtido bom aproveitamento escolar. Este programa visa favorecer uma política de igualdade de oportunidades, que contribua para elevar os patamares de qualificação dos jovens e sirva de estímulo ao seu desempenho académico. No ano letivo de 2017/2018 foram atribuídas 38 bolsas a filhos de colaboradores do GRUPO MOTA-ENGIL;
  - Consultório Financeiro, programa que disponibiliza um serviço gratuito de aconselhamento e apoio a colaboradores em situação de sobre-endividamento ou em risco de desequilíbrio financeiro, através de um diagnóstico financeiro ou apoio na recuperação financeira; e
  - Fundo de Apoio Social, sendo este um instrumento de apoio económico aos colaboradores do GRUPO e a membros do seu agregado familiar, que se destina especialmente a acorrer a eventualidades verificadas na esfera pessoal ou familiar de que possa resultar a privação inesperada de rendimentos ou acréscimo de despesas suscetíveis de colocarem em risco a sua segurança e estabilidade económica. O apoio financeiro pode revestir carácter pontual ou continuado, dependendo das características da eventualidade que dá origem à candidatura, reservada aos colaboradores do GRUPO MOTA-ENGIL com mais de cinco anos de antiguidade. No âmbito deste programa, durante 2018 foram apoiados 10 colaboradores do GRUPO MOTA-ENGIL.
- Complementarmente, em 2018, a FMAM deu continuidade ao programa denominado “Primeira Infância” e que consiste na adoção de duas medidas de apoio aos colaboradores do GRUPO: uma medida destinada a facilitar a frequência de creches, através de bolsas, para colaboradores de menores recursos económicos, com filhos entre os quatro meses e os três anos de idade (no ano letivo 2017/2018 foram concedidas dezanove bolsas de apoio a colaboradores do GRUPO MOTA-ENGIL) e uma segunda medida que passa pela oferta de um “kit bebé”, composto por um conjunto de bens essenciais aos primeiros cuidados na infância e pela oferta de um “cheque-farmácia”, aos colaboradores que sejam pais ou mães, independentemente da sua condição económica. Esta segunda medida deu origem à oferta de 132 “Kits Bebê”, em 2018, como forma de dar as boas-vindas aos seus filhos recém-nascidos;
- Em 2018 foi também criado o Fundo 1+2, instrumento de carácter permanente de recolha de fundos, que visa criar uma rede de solidariedade interna no GRUPO MOTA-ENGIL para dar apoio económico aos colaboradores do GRUPO e membros do seu agregado familiar. Com o objetivo de dar resposta a situações de emergência que impliquem gastos urgentes para os quais o colaborador não tenha capacidade financeira e coloquem em risco a sua dignidade humana, este fundo atua em complemento do Fundo de Apoio Social. O Fundo 1+2, que em 2018 apoiou, essencialmente, situações de colaboradores com doenças do foro oncológico, é gerido pela FMAM, numa conta criada exclusivamente para o efeito, tendo por base os donativos concedidos pelos colaboradores do GRUPO, mais o dobro desses donativos concedido pela MOTA-ENGIL, triplicando assim o montante global da ajuda;
- No âmbito do voluntariado, a FMAM tem promovido iniciativas em parceria com outras entidades, convidando à participação dos colaboradores da MOTA-ENGIL. Em 2018, a Fundação contou novamente com a participação de vários voluntários do GRUPO no âmbito do projeto Habitat – contando com a participação de quinze voluntários das várias empresas do GRUPO na reconstrução de habitações de famílias carenciadas - e do projeto Porto de Futuro - na implementação dos programas da Junior Achievement Portugal, registando-se a participação de cinco colaboradores do GRUPO como voluntários; e

- A nível internacional, em 2018, por iniciativa da FMAM e do GRUPO MOTA-ENGIL, foi criado um programa denominado “Mota-Engil African Initiatives”, sob o qual serão concebidos e executados todos os projetos no domínio da responsabilidade social a decorrer em África. Os projetos serão financiados pela MOTA-ENGIL ÁFRICA, com o apoio da FMAM, podendo ainda envolver uma dotação específica a efetuar à Fundação, em função dos custos em que esta venha a incorrer com a execução daquele programa. A organização e a condução desta nova linha de intervenção e do conjunto de atividades que a compõem ficarão a cargo de um comité, designado “Comité África”, o qual se responsabilizará pelo planeamento das atividades e pela sua orçamentação, pela criação e implementação do programa “Mota-Engil Africa Social Grants”, destinado a apoiar projetos sociais que se revelem de grande qualidade e eficácia na melhoria da qualidade de vida das populações carenciadas, pelo desenvolvimento de ações de responsabilidade social que acompanhem obras do GRUPO Mota-Engil em África (“Uma obra, um projeto”), devendo todas as grandes obras ser acompanhadas por um projeto social de referência, de promoção própria ou em parceria com outras organizações não governamentais, representando ainda a FMAM junto dos Governos e entidades locais. Entre as iniciativas protagonizadas em 2018 no âmbito do programa “Mota-Engil African Initiatives”, destacam-se as ações realizadas em Angola (nas Escolas de Simendele e Calueque), na Costa do Marfim (doação de 10.000 vacinas para a febre tifoide e de substância desparasitante a serem administradas a crianças sem acesso a estes recursos médicos) e em Moçambique (instituição CERCÍ Maputo, projeto Plataforma Makobo, Parque Nacional da Gorongosa e Health4Moz, visando o envio de uma equipa médica portuguesa a Moçambique para ajudar na formação e rastreio da doença renal junto dos profissionais de saúde moçambicanos).

#### - Prémio Manuel António da Mota:

A instituição do Prémio Manuel António da Mota, imperativo estatutário da Fundação, que visa honrar e homenagear a memória do fundador da MOTA-ENGIL, tem como objetivo distinguir todos os anos organizações que se destaquem nos vários domínios de atividade da Fundação.

Nas oito anteriores edições, o Prémio Manuel António da Mota protagonizou os seguintes temas: o combate à pobreza e à exclusão social, na sua 1ª edição, em 2010; o voluntariado, em 2011; o envelhecimento ativo e a solidariedade entre gerações, em 2012; a cidadania europeia, em 2013; a valorização, defesa e apoio à família, em 2014; a inovação social, em 2015; a educação, o emprego e o combate à pobreza e exclusão social, em 2016; e a educação e o emprego, em 2017.

Por sua vez, o projeto eCO2blocks, da Universidade da Beira Interior, garantiu o primeiro lugar na 9ª edição do Prémio Manuel António da Mota, em 2018, entregue pelo Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, no encerramento da Conferência Portugal Sustentável, que teve lugar no Centro de Congressos da Alfândega do Porto. O eCO2blocks consiste no desenvolvimento de produtos de construção, compostos essencialmente por resíduos industriais ricos em cálcio e magnésio, que endurecem com absorção de dióxido de carbono, em condições de humidade, temperatura e pressão constantes e tem como objetivo substituir, parcialmente ou integralmente, a utilização do cimento *portland*, além de reduzir ou eliminar a utilização de água potável, e de recursos naturais minerais, na produção de materiais de construção civil.

#### - Educação e Formação:

Cumprindo um dos seus objetivos estratégicos, a Fundação manteve o seu apoio à educação, formação e qualificação de jovens e adultos, em particular junto dos públicos mais desfavorecidos, valorizando o potencial humano e promovendo a inserção social e profissional.

A Fundação, através do seu Centro de Formação Profissional Manuel António da Mota, atua no âmbito do sistema de Aprendizagem em Alternância, modalidade formativa dirigida a jovens com menos de 25 anos e que tenham completado o 3º ciclo do ensino básico, permitindo a dupla certificação académica e profissional e privilegiando, paralelamente, a inserção no mercado de trabalho e o prosseguimento de estudos. Este Centro manteve a atividade formativa de acordo com as áreas de qualificação inseridas na certificação obtida junto da Direção Geral do Emprego e Relações de Trabalho (DGERT), bem como no protocolo assinado com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

#### - Cultura:

A valorização da cultura e a promoção do acesso aos bens culturais são um importante objetivo para a Fundação, procurando apoiar instituições e iniciativas que promovam uma maior aproximação entre os cidadãos e a cultura, divulgando e apoiando o trabalho de jovens artistas e protagonizando projetos próprios que enriqueçam o panorama cultural nacional, num quadro de transversalidade com os demais objetivos estratégicos da Fundação, em que o desenvolvimento social, a educação, a formação e a cultura se mostram interligados e interdependentes.

Através de uma programação variada que inclui artes visuais, música (na qual se destaca a constituição de um coro sénior), cinema, projetos educativos e *workshops*, a Fundação visou estabelecer um diálogo entre a comunidade local e os artistas, músicos, cineastas e *performers* nacionais e estrangeiros, refletindo novas formas de expressão artística e facilitando o acesso às artes em diálogo com a comunidade.

A estratégia da Fundação em matéria cultural passa ainda pela utilização dos seus espaços e das áreas envolventes à sua localização, como espaços de eleição para a realização de iniciativas culturais e que permitem ainda dotar os agentes culturais das condições necessárias à realização do seu trabalho artístico.

A Fundação disponibiliza ainda um conjunto de apoios aos agentes culturais de diversas áreas, num contexto de atuação pautado pela convergência entre os objetivos daqueles e a orientação estratégica da Fundação neste domínio.

#### **- Abertura à comunidade:**

A Fundação prossegue uma política de utilização dos seus espaços caracterizada pelo espírito de serviço e abertura à comunidade. Para além da atividade que desenvolve no cumprimento dos seus objetivos estratégicos, a Fundação acolhe regularmente nas suas instalações as organizações da sociedade civil e do terceiro setor que, por insuficiência dos seus recursos materiais ou financeiros, aí queiram realizar reuniões, sessões de trabalho, ações de formação ou outras atividades, podendo fazê-lo livremente, com toda a privacidade e conforto e em condições de gratuidade.

Tirando partido dos seus espaços, a Fundação manteve, em 2018, uma oferta cultural de referência na cidade do Porto com um programa de exposições de entrada gratuita.

### **3.9. POLÍTICA E ASPETOS RELATIVOS À IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS**

#### **Descrição da política de diversidade adotada relativamente aos membros dos órgãos de administração e fiscalização, nomeadamente em termos de idade, sexo, habilitações profissionais**

A totalidade dos elementos que compõem o Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS contemplam um grau académico superior e apresentam uma média de idades na ordem dos 58 anos. Com 76% de homens na sua constituição, e num setor de atividade ainda predominantemente masculino, a MOTA-ENGIL, SGPS encontra-se vinculada aos valores defendidos na Lei n.º 62/2017 de 1 de agosto, a qual estabelece o regime da representação equilibrada entre homens e mulheres nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa, tais como a MOTA-ENGIL, SGPS.

#### **Objetivos da política de diversidade e sua aplicação no GRUPO MOTA-ENGIL**

Consolidando uma cultura empresarial orientada pelos valores da igualdade, em 2018 a MOTA-Engil constituiu, formalmente, o Comité para a Igualdade entre Mulheres e Homens, sendo o motor que desencadeará um conjunto de procedimentos e medidas, em 2019, com vista a contribuir para uma gestão socialmente responsável, ancorada na igualdade.

Neste sentido, e com base no Plano para a Igualdade desenvolvido em 2018, a MOTA-ENGIL sensibilizará – no decorrer de 2019 – todos os colaboradores para a apropriação da estratégia da empresa para a igualdade entre mulheres e homens e integrará, nas práticas regulares de formação, conteúdos sobre igualdade, nomeadamente: estereótipos de género; linguagem inclusiva e articulação da vida profissional, familiar e pessoal. Com o objetivo de promover um ambiente organizacional baseado no respeito pela integridade e dignidade das pessoas, será ainda divulgada, em local apropriado, informação relativa aos respetivos direitos e deveres em matéria de igualdade e não discriminação em função do género, sendo incentivada a partilha de boas práticas com outras empresas, com vista a uma melhoria do clima organizacional e incremento da motivação e satisfação dos colaboradores. De igual modo, e em consonância com o propósito, a MOTA-ENGIL propõe-se a desagregar, na generalidade dos seus instrumentos de comunicação (designadamente, nos diagnósticos e relatórios), a respetiva informação por género.

Ao nível do recrutamento e seleção, salientamos que as pessoas responsáveis pelo mesmo se encontram sensibilizadas sobre procedimentos de recrutamento e seleção sem enviesamentos de género, sendo ainda de destacar que as ações de formação se encontram organizadas de modo a garantir igualdade de acesso e participação a homens e mulheres.

Os atuais procedimentos ao nível do sistema de remuneração e recompensas garantem o respeito pelo princípio de salário igual para trabalho de valor igual, estando ele sustentado num modelo de avaliação de desempenho (explanado nas páginas precedentes) objetivo e isento de quaisquer enviesamentos de género, não penalizando os colaboradores pelo exercício das suas responsabilidades familiares.

## Resultados no período em referência

Em média, o salário das mulheres que o integram o Conselho de Administração corresponde a 68% da remuneração média atribuída aos elementos do género masculino.

## 3.10. ASPETOS RELATIVOS AO RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS

### Medidas adotadas para a prevenção da violação dos direitos humanos

O GRUPO MOTA-ENGIL respeita e promove os direitos humanos em todos os contextos culturais, socioeconómicos e geografias onde opera, respeitando as respetivas tradições e culturas e promovendo o apoio às comunidades locais de acordo com os interesses específicos de cada região, e repudia todo e qualquer ato que atente contra a dignidade da pessoa humana. Tal comportamento é naturalmente extensivo às práticas do GRUPO, quer em matéria de política de investimentos, quer na gestão da cadeia de fornecimentos, procurando tornar extensíveis aos seus fornecedores os princípios por que se rege nas atividades diretamente exercidas, designadamente em matéria de saúde e segurança no trabalho.

## 3.11. ASPETOS RELATIVOS AO COMBATE À CORRUPÇÃO E ÀS TENTATIVAS DE SUBORNO

O GRUPO está empenhado em realizar todos os negócios e parcerias com integridade e profissionalismo, de forma justa e honesta, cumprindo com toda a legislação aplicável (ver, nomeadamente, o que se refere no capítulo 3.2 sobre riscos legais e regulatórios).

O GRUPO adotou uma política de tolerância zero em relação à corrupção e ao suborno, e proíbe a corrupção ou o suborno em qualquer forma, seja diretamente ou através de terceiros, em qualquer lugar no mundo. A oferta ou aceitação de subornos de qualquer espécie não é tolerável, em qualquer lugar em que o GRUPO marca presença. A MOTA-ENGIL acredita que a sua reputação em termos de integridade é um dos bens mais valiosos e que a corrupção é uma ameaça para o negócio e para os valores do GRUPO.

O objetivo da política acima referida é o seguinte:

- Definir as responsabilidades do GRUPO e as dos seus colaboradores, na observação e defesa da posição da MOTA-ENGIL contra a corrupção e o suborno;
- Garantir o cumprimento das leis, regras e regulamentos anticorrupção e suborno, em qualquer país onde o GRUPO possa vir a realizar negócios; e
- Oferecer informação e orientação sobre como reconhecer e como lidar com questões de corrupção e suborno.

Esta política reflete o compromisso contínuo na luta contra a corrupção e a responsabilidade do GRUPO para com os mercados onde opera.

Em algumas jurisdições, se fosse constatado que o GRUPO tomou parte em situações de corrupção, este poderia estar sujeito a multas significativas, ser excluído de concursos públicos ou privados e enfrentar danos de reputação. Os colaboradores também poderiam estar sujeitos a processos judiciais e ser condenados a penas de prisão. Para além disso, o GRUPO trabalha frequentemente em projetos patrocinados por bancos de desenvolvimento internacionais, como o Banco Mundial e outras entidades similares. Estas instituições têm diretrizes anticorrupção e suborno exigentes, e necessitam que as empresas com quem trabalham respeitem tais orientações e práticas de ética, nos negócios. As empresas que sejam envolvidas em situações de corrupção podem ser excluídas ou integradas numa lista negra, pelo Banco Mundial e por outras entidades similares, durante vários anos, sendo que tal exclusão significa que o GRUPO deixa de poder trabalhar ou realizar contratos com projetos patrocinados pelo Banco Mundial ou por outras entidades similares.

### Instrumentos utilizados no combate à corrupção e ao suborno (comunicação e formação)

Para que o Programa de Integridade e *compliance* seja efetivo na MOTA-ENGIL, os itens comunicação e formação são fundamentais. Os valores e diretrizes gerais sobre as principais políticas de integridade e *compliance* adotadas na MOTA-ENGIL estão disponíveis para acesso e são amplamente divulgadas.

Esta política, assim como o Código de Ética e de Conduta Empresarial e os procedimentos de *compliance*, estão disponíveis para acesso no sítio da internet do GRUPO a todos os colaboradores da MOTA-ENGIL, acionistas, partes interessadas e sociedade em geral.

Adicionalmente, os conteúdos dos mesmos são repassados periodicamente em versões mais sintéticas que favoreçam a plena comunicação desta política de modo a garantir:

- Aos gestores da MOTA-ENGIL uma plena compreensão desta política de modo que possam atuar como educadores das suas equipas;
- Aos colaboradores com atribuições específicas que obrigam a conhecimento especializado sobre determinados temas da política; e
- A todos os colaboradores para assegurar o conhecimento e para promover o compromisso em atuar nos negócios da MOTA-ENGIL de forma ética, íntegra e transparente.

### Comunicação

Abaixo descrevem-se algumas das iniciativas associadas à divulgação das políticas de *compliance* nas unidades da MOTA-ENGIL:

- Envio de Ordem de Serviço sobre o tema. A Ordem de Serviço é um meio de comunicação formal da MOTA-ENGIL, enviada a todos os colaboradores, sempre assinada por um membro do Conselho de Administração. Geralmente, comunica a implementação de uma diretriz;
- Divulgação do tema por *e-mail* e cartazes/panfletos que indicam os canais de denúncia e de dúvidas sobre *compliance*;
- Nas formações, conforme descrito no item “Formação”; e
- Nas reuniões de administração para acompanhamento do *status* da implementação do Programa de Integridade e *Compliance*.

### Formação

A MOTA-ENGIL possui um plano de aprendizagem, incluindo a formação sobre *compliance*, que tem como objetivo formar os colaboradores sobre o conteúdo e aspetos práticos do Programa de Integridade e *Compliance*.

As formações acontecem:

- Na entrada do colaborador no GRUPO;
- Na revisão de políticas e procedimentos do Programa de Integridade e *Compliance*;
- Periodicamente através de informações, reuniões, etc; e
- Reciclagem anual baseada, nomeadamente, numa plataforma digital de formação *online*.

A formação obrigatória para todos os colaboradores contempla os seguintes temas:

Conteúdo	
Ética e Conduta Empresarial	Apresentação do Código de Ética: O que é o Código de Ética, Visão, Missão e Valores da MOTA-ENGIL, Responsabilidades no trabalho, Proteção dos recursos e informações da empresa, Práticas leais, Relações de trabalho, Infrações ao Código de Ética, etc.
Política de Integridade e <i>Compliance</i>	Posição do GRUPO contra a corrupção e suborno (política de tolerância zero); Orientações sobre como reconhecer e como lidar com questões de corrupção e suborno, etc.
Comunicação de Irregularidades	Como comunicar uma irregularidade (canais e formas de comunicação). Investigação e tratamento das denúncias e não-retaliação.

Todo o conteúdo das formações é transmitido aos colaboradores não só de forma teórica, mas também com situações práticas de forma a resolver eventuais dilemas. Todas as formações geram uma lista de presenças que permanece arquivada na unidade de negócio.

Além das formações acima descritas, de acordo com as suas funções no GRUPO, alguns colaboradores recebem formação sobre procedimentos contra corrupção e suborno, sendo de destacar:

- Procedimentos de ofertas e ajudas de custo e *Royalty Fees*;
- Procedimentos de responsabilidade social corporativa e donativos;
- Procedimentos de caixa, entre outros; e
- Procedimentos de terceiros.

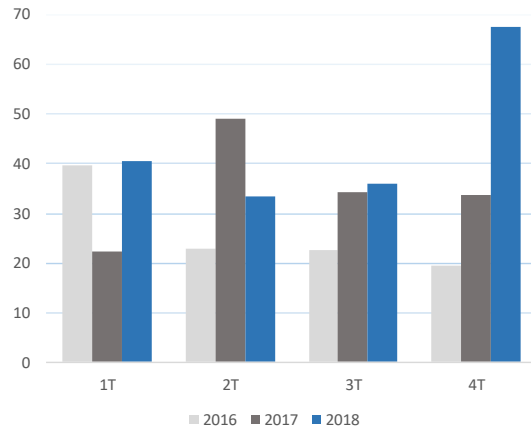
Por último, o Programa de Formação Global - *Compliance Online* foi criado com o objetivo de assegurar o conhecimento e o comprometimento de todos os colaboradores com o tema.



## 4. Mota-Engil na bolsa

A evolução da *performance* da cotação da ação em 2018 pode ser analisada nos gráficos seguintes:

**QUANTIDADE DE AÇÕES TRANSACIONADAS POR TRIMESTRE**  
(milhões de ações)



**EVOLUÇÃO DA PERFORMANCE DA AÇÃO**  
2018



Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da MOTA-ENGIL era composto por 237.505.141 ações, com um valor nominal de um euro cada, estando todas as ações admitidas à cotação na Euronext Lisbon. Nessa mesma data, a MOTA-ENGIL detinha 6.091.581 ações próprias, correspondentes a 2,56% do seu capital social.

A cotação da ação MOTA-ENGIL em 31 de dezembro de 2018 era de 1,610 euros, correspondendo a uma capitalização bolsista de cerca de 382 milhões de euros. No decurso do ano de 2018, a ação apresentou uma desvalorização de 56%, tendo aquela sido mais significativa na segunda metade do ano. Também os índices acionistas Europeus fecharam o ano de 2018 negativos, com o índice acionista português, PSI 20, a desvalorizar 12% e o índice setorial Europeu, SXOP, a desvalorizar 19%.

Durante o ano de 2018, a ação da MOTA-ENGIL atingiu um máximo de 4,065 euros, cotação registada em janeiro, e um mínimo de 1,494 euros, o qual foi atingido em novembro. Em 2018 foram transacionadas na Euronext Lisbon um total de 178 milhões de ações da MOTA-ENGIL, correspondendo a um volume médio diário de 697 mil ações.

A Assembleia Geral Anual de Acionistas de 2018 da MOTA-ENGIL decorreu no dia 11 de maio de 2018, tendo sido aprovados todos os pontos nela apreciados. Durante o ano de 2018, a MOTA-ENGIL não procedeu à distribuição de dividendos.

O Conselho de Administração da MOTA-ENGIL apresenta neste relatório uma proposta de aplicação de resultados, na qual consta a distribuição de um dividendo de 7,4 cêntimos (0,074 euros) por ação, a que corresponde um payout de 74%, em linha com a política em vigor de distribuição de dividendos da MOTA-ENGIL.

## 5. Atividade desenvolvida pelos membros não-executivos do Conselho de Administração

---

Durante o ano, os administradores não-executivos participaram regularmente nas reuniões do Conselho de Administração, sendo que discutiram as matérias em análise e manifestaram as suas opiniões relativamente a diretrizes estratégicas e a áreas de negócio específicas. Mantiveram, sempre que necessário, contacto com as equipas do Centro Corporativo e com o Centro de Serviços Partilhados, bem como com os gestores de negócio. Conforme descrito no relatório sobre as práticas de Governo Societário, alguns administradores não-executivos participaram nas reuniões e outras atividades das comissões societárias do GRUPO.

## 6. Proposta de aplicação de resultados

---

Do Relatório de Gestão Individual consta a seguinte proposta: O Conselho de Administração propõe à assembleia geral anual a seguinte distribuição dos resultados líquidos do exercício, no valor de 444.782.583 euros e 42 cêntimos, o qual já inclui os montantes de 500.000 euros e 250.000 euros afetos à distribuição de lucros, respetivamente, pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 27º, nº 3 dos Estatutos, e pelos trabalhadores:

- a) Para cobertura dos resultados transitados negativos no montante de 261.560.020 euros e 18 cêntimos;
- b) Para reserva legal, 2.566.764 euros e 59 cêntimos, para que esta reserva totalize o máximo legal de 20% do capital social;
- c) Para distribuição aos acionistas, 7,4 cêntimos de euro por ação, cativos de impostos, no valor global de 17.575.380 euros e 43 cêntimos; e
- d) Para reservas livres, o remanescente, no valor de 163.080.418 euros e 22 cêntimos.

## 7. Perspetivas para 2019

---

As perspetivas do GRUPO MOTA-ENGIL para 2019, suportadas no Plano Estratégico StepUp 2020, são as seguintes:

1. Manter o foco da organização na geração de caixa, assente numa sólida carteira de encomendas e no peso crescente de contratos de médio e longo prazo;
2. Na Europa, assegurar crescimento do volume de negócios alavancando oportunidades comerciais no sector de E&C, em particular, no mercado português;
3. Em África, potenciar crescimento relevante do volume de negócios e geração de margens estáveis e em linha com os registos históricos dos diferentes mercados onde operamos;
4. Na América Latina, melhorar a distribuição do volume de negócios em termos de exposição geográfica entre os diferentes países onde marcamos presença, mantendo as margens operacionais;
5. Manter o foco na redução da dívida e na diversificação das fontes de financiamento;
6. Ambiente e Serviços, com especial destaque para a EGF e o projeto de recolha e tratamento de resíduos urbanos na Costa de Marfim, representarão a maior fatia do investimento de cerca de 165 milhões de euros; e
7. Carteira de encomendas acima dos 5.000 milhões de euros, com base na atividade internacional.

Salienta-se que estas perspetivas não correspondem a um compromisso quanto ao desempenho futuro do GRUPO, mas tão-somente à melhor capacidade de previsão, nesta data, quanto à atividade das suas empresas. Assim sendo, o desempenho efetivamente alcançado em 2019 poderá diferir substancialmente destas previsões. Adicionalmente, a MOTA-ENGIL não se compromete a fazer atualizações ou correções desta informação por alteração de qualquer fator endógeno ou exógeno que venha a alterar o desempenho do GRUPO.

## 8. Factos relevantes após o termo do exercício

---

Em 2019, até à data de emissão do presente relatório, destacamos o seguinte facto relevante, o qual foi adequadamente divulgado como informação privilegiada nos sítios da MOTA-ENGIL e da CMVM:

14 de janeiro de 2019

“MOTA-ENGIL INFORMA SOBRE NOVAS TARIFAS REGULADAS DA EGF PARA O PERÍODO REGULATÓRIO 2019-2021

A MOTA-ENGIL informa que a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (“ERSAR”) definiu as “tarifas reguladas para o período regulatório 2019-2021” a vigorar em Portugal, tendo as empresas participadas da MOTA-ENGIL do segmento de tratamento e recolha seletiva de resíduos urbanos, detidas pela EMPRESA GERAL do FOMENTO, S.A. (“EGF”), sido já notificadas da respetiva decisão.

Assim, a BAR (Base de Ativos Regulados) média para o respetivo período regulatório e para o conjunto das referidas empresas participadas é de €319 milhões, sobre a qual incidirá uma TRA (Taxa de Remuneração dos Ativos), igualmente fixada pela entidade reguladora, entre 5,05% e 5,77%.

Salienta-se ainda que no período regulatório agora findo, a BAR e a TRA para o conjunto dos 11 sistemas multimunicipais geridos pela EGF, era de €246 milhões e de 6,14%, respetivamente.”

## 9. Nota final

---

Resta agradecer o empenhamento pessoal e profissional de todos os colaboradores do GRUPO MOTA-ENGIL, dos membros dos órgãos sociais, dos clientes e de todos quantos se relacionaram com as suas diversas empresas.

Porto, 11 de março de 2019

António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota  
Presidente do Conselho de Administração

Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins  
Vice-presidente do Conselho de Administração e  
Presidente da Comissão Executiva (*Chief Executive Officer*)

Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo  
Vice-presidente do Conselho de Administração

Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho  
Vice-presidente não executivo e independente do  
Conselho de Administração

Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos  
Vogal do Conselho de Administração

Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa  
Vogal do Conselho de Administração

Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles  
Vogal do Conselho de Administração

Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos  
Vogal do Conselho de Administração e  
Membro da Comissão Executiva

Ismael Antunes Hernandez Gaspar  
Vogal do Conselho de Administração e  
Membro da Comissão Executiva

José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas  
Vogal do Conselho de Administração e  
Membro da Comissão Executiva (*Chief Financial Officer*)

Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota  
Vogal do Conselho de Administração e  
Membro da Comissão Executiva

João Pedro dos Santos Dinis Parreira  
Vogal do Conselho de Administração e  
Membro da Comissão Executiva

Eduardo João Frade Sobral Pimentel  
Vogal do Conselho de Administração e  
Membro da Comissão Executiva

Luís Filipe Cardoso da Silva  
Vogal do Conselho de Administração e  
Membro da Comissão Executiva

António Martinho Ferreira de Oliveira  
Vogal do Conselho de Administração

Luís Valente de Oliveira  
Vogal não-executivo e independente do  
Conselho de Administração

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier  
Vogal não-executivo e independente do  
Conselho de Administração

António Manuel da Silva Vila Cova  
Vogal não-executivo e independente do  
Conselho de Administração

Francisco Manuel Seixas da Costa  
Vogal não executivo e independente do  
Conselho de Administração



Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto  
Vogal não executivo e independente do  
Conselho de Administração

Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro  
Vogal não executivo e independente do  
Conselho de Administração



## O respeito pelos valores e as pessoas

A dimensão humana das organizações é algo que está presente na Gestão da Mota-Engil, assente numa estratégia única e transversal, construída em valores que passam de geração em geração e que lhe permitem hoje ser vista como uma empresa de referência internacional, reconhecida pela qualidade e perenidade do seu investimento em cada mercado.

**A confiança no que fazemos.**





# 02

## Informação Financeira Consolidada

---



MOTAENGIL

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PARA OS EXERCÍCIOS E SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
(Montantes expressos em milhares de euros)

Notas	Ano		2º Semestre		
	2018 € '000	2017 € '000	2018 € '000	2017 € '000	
			(não auditado)	(não auditado)	
Vendas e prestações de serviços	2	2 801 749	2 597 294	1 550 894	1 401 648
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, Variação da produção e Subcontratos	3	(1 301 551)	(1 092 907)	(814 387)	(626 787)
Fornecimentos e serviços externos	4	(589 822)	(540 070)	(252 686)	(241 767)
Gastos com pessoal	5	(542 154)	(537 266)	(283 073)	(283 453)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais	6	38 854	(22 313)	29 843	(31 265)
Amortizações e depreciações	7, 15 e 16	(182 800)	(180 585)	(99 160)	(89 718)
Provisões e perdas de imparidade	8	(24 027)	(38 022)	(21 381)	(39 971)
Rendimentos e ganhos financeiros	9	202 650	69 382	72 594	56 892
Gastos e perdas financeiras	9	(258 900)	(168 588)	(118 719)	(108 946)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas	10	2 932	2 808	1 234	1 768
Ganhos / (perdas) na alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas	11	462	(3 058)	462	(3 058)
Posição monetária líquida	47	(12 263)	3 149	(3 098)	3 149
<b>Resultado antes de imposto</b>	12	<b>135 131</b>	<b>89 824</b>	<b>62 523</b>	<b>38 492</b>
Imposto sobre o rendimento	12	(41 734)	(28 383)	(10 208)	(16 571)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>		<b>93 397</b>	<b>61 441</b>	<b>52 316</b>	<b>21 921</b>
Atribuível:					
a interesses que não controlam	39	69 785	59 853	34 443	24 947
<b>ao Grupo</b>	13	<b>23 612</b>	<b>1 588</b>	<b>17 872</b>	<b>(3 026)</b>
Resultado por ação:					
básico	13	0,10 €	0,01 €	0,08 €	-0,01 €
diluído	13	0,10 €	0,01 €	0,08 €	-0,01 €

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL  
PARA OS EXERCÍCIOS E SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
(Montantes expressos em milhares de euros)

	Ano		2º Semestre	
	2018 € '000	2017 € '000	2018 € '000 (não auditado)	2017 € '000 (não auditado)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	93 397	61 441	52 316	21 921
<b>Itens de outro rendimento integral que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados</b>				
<b>Empresas consolidadas pelo método integral</b>				
Diferenças cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira:				
Das quais associadas ao impacto da hiperinflação em Angola em exercícios anteriores	(29 442)	-	(7 197)	-
Outras	(176 666)	(51 195)	(91 368)	(31 541)
Variação, líquida de impostos, no justo valor de instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa	(480)	(616)	(109)	(653)
Impacto da hiperinflação em Angola	35 123	84 933	37 768	84 933
Outro rendimento integral em empresas consolidadas pelo método integral	-	(189)	-	(2 142)
<b>Empresas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial</b>				
Diferenças cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira	(510)	(422)	(655)	(326)
Variação, líquida de impostos, no justo valor de instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa	283	1 416	178	634
Outro rendimento integral em empresas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial	-	12	-	211
<b>Itens de outro rendimento integral que não serão reclassificados para a demonstração dos resultados</b>				
<b>Empresas consolidadas pelo método integral</b>				
Variação, líquida de impostos, nos excedentes de revalorização de ativos tangíveis	(48)	(2 233)	(48)	2 074
Desvios atuariais, líquidos de impostos	903	(1 475)	903	(1 475)
Variação, líquida de impostos, no justo valor de outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	(11 249)	-	(10 696)	-
<b>Total do outro rendimento integral</b>	<b>(182 084)</b>	<b>30 232</b>	<b>(71 225)</b>	<b>51 716</b>
<b>Total do rendimento integral consolidado do exercício</b>	<b>(88 687)</b>	<b>91 673</b>	<b>(18 909)</b>	<b>73 637</b>
<b>Atribuível:</b>				
a interesses que não controlam ao Grupo	7 630	78 431	18 583	42 945
	<b>(96 317)</b>	<b>13 242</b>	<b>(37 492)</b>	<b>30 692</b>

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2018 € '000	2017 € '000
<b>Ativo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Goodwill	14	33 741	37 870
Ativos intangíveis	15	521 494	512 658
Ativos tangíveis	16	740 448	712 273
Investimentos financeiros em empresas associadas	17	90 416	81 086
Investimentos financeiros em empresas conjuntamente controladas	18	6 696	7 840
Ativos financeiros disponíveis para venda	19	-	68 916
Ativos financeiros detidos até à maturidade	20	-	154 954
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado	21	144 963	-
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	21	59 224	-
Propriedades de investimento	22	133 685	76 676
Cientes e outros devedores	24	109 459	130 965
Outros ativos não correntes	26	7 836	8 903
Instrumentos financeiros derivados	33	85	98
Ativos por impostos diferidos	12	184 318	178 313
<b>Total ativo não corrente</b>		<b>2 032 366</b>	<b>1 970 552</b>
<b>Corrente</b>			
Inventários	23	334 167	344 996
Cientes e outros devedores	24	1 002 852	1 057 403
Ativos associados a contratos com clientes	25	551 707	-
Outros ativos correntes	26	65 335	424 278
Instrumentos financeiros derivados	33	180	-
Imposto sobre o rendimento	27	20 230	23 479
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado	21	21 399	-
Caixa e seus equivalentes com recurso a prazo	28	97 449	34 663
Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista	28	61 749	154 198
Caixa e seus equivalentes com recurso à vista	28	291 103	455 439
Ativos não correntes detidos para venda	29	206 187	149 082
<b>Total ativo corrente</b>		<b>2 652 358</b>	<b>2 643 538</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>4 684 724</b>	<b>4 614 090</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Empréstimos sem recurso	31	108 505	215 346
Empréstimos com recurso	31	697 765	716 667
Outros passivos financeiros	32	203 131	122 934
Instrumentos financeiros derivados	33	597	547
Fornecedores e credores diversos	34	51 681	50 862
Passivos associados a contratos com clientes	35	62 777	-
Outros passivos não correntes	36	168 072	161 625
Provisões	38	103 998	96 098
Passivos por impostos diferidos	12	148 075	153 950
<b>Total passivo não corrente</b>		<b>1 544 601</b>	<b>1 518 030</b>
<b>Corrente</b>			
Empréstimos sem recurso	31	33 874	30 580
Empréstimos com recurso	31	731 663	715 121
Outros passivos financeiros	32	210 663	283 569
Instrumentos financeiros derivados	33	-	22
Fornecedores e credores diversos	34	801 652	939 734
Passivos associados a contratos com clientes	35	319 626	-
Outros passivos correntes	36	462 894	445 175
Imposto sobre o rendimento	37	17 215	28 419
Passivos não correntes detidos para venda	29	115 990	57 703
<b>Total passivo corrente</b>		<b>2 693 577</b>	<b>2 500 322</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>4 238 178</b>	<b>4 018 353</b>
<b>Capital social</b>			
Capital social	30	237 505	237 505
Ações próprias	30	(10 232)	(5 788)
Reservas, Resultados transitados e Prémios de emissão	30	(73 377)	73 829
Resultado líquido consolidado do exercício		23 612	1 588
<b>Capital próprio atribuível ao Grupo</b>		<b>177 509</b>	<b>307 135</b>
Interesses que não controlam	39	269 037	288 603
<b>Total do Capital próprio</b>		<b>446 546</b>	<b>595 737</b>
<b>Total do Capital próprio e Passivo</b>		<b>4 684 724</b>	<b>4 614 090</b>

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas



**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM**  
(Montantes expressos)

	Reservas de justo valor					
	Capital social	Ações próprias	Prémios de emissão	Investimentos financeiros	Imóveis	Derivados
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2017</b>	237 505	(5 788)	92 584	27 702	3 581	(539)
<b>Movimentos com detentores de capital</b>						
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-
<b>Outros movimentos</b>						
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	-	(3 108)	800
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-
Transferências para outras reservas	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Alterações de percentagem de participação em entidades controladas:						
- Aquisição de interesses que não controlam no Grupo EGF	-	-	-	-	-	-
- Outras aquisições/alienações de interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	237 505	(5 788)	92 584	27 702	473	262
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	237 505	(5 788)	92 584	27 702	473	262
Ajustamento resultante da adoção da IFRS 9 (líquido de imposto)	-	-	-	-	-	-
Ajustamento resultante da adoção da IFRS 15 (líquido de imposto)	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018</b>	237 505	(5 788)	92 584	27 702	473	262
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018</b>	237 505	(5 788)	92 584	27 702	473	262
<b>Movimentos com detentores de capital</b>						
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações próprias	-	(4 444)	-	-	-	-
<b>Outros movimentos</b>						
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	-	217	(196)
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-
Transferências para outras reservas	-	-	-	-	-	-
Outras transferências	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Alterações de percentagem de participação em entidades controladas:						
- Outras aquisições/alienações de interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	237 505	(10 232)	92 584	27 702	690	65

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

## DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

em milhares de euros)

Reserva de conversão cambial	Reservas legais	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Capital próprio atribuível a acionistas	Capital próprio atribuível a int. que não controlam	Total do capital próprio
(96 922)	44 407	(22 989)	50 157	329 700	240 891	570 590
-	-	(30 402)	-	(30 402)	(21 878)	(52 280)
15 437	-	(1 475)	-	11 654	18 578	30 232
-	-	-	1 588	1 588	59 853	61 441
-	3 231	46 926	(50 157)	-	-	-
-	-	(6 976)	-	(6 976)	(555)	(7 531)
-	-	3 127	-	3 127	(9 916)	(6 789)
-	-	(1 556)	-	(1 556)	1 631	75
<b>(81 485)</b>	<b>47 638</b>	<b>(13 346)</b>	<b>1 588</b>	<b>307 135</b>	<b>288 603</b>	<b>595 737</b>
(81 485)	47 638	(13 346)	1 588	307 135	288 603	595 737
-	-	(19 212)	-	(19 212)	(5 709)	(24 921)
-	-	(5 065)	-	(5 065)	(1 850)	(6 915)
<b>(81 485)</b>	<b>47 638</b>	<b>(37 623)</b>	<b>1 588</b>	<b>282 858</b>	<b>281 044</b>	<b>563 901</b>
(81 485)	47 638	(37 623)	1 588	282 858	281 044	563 901
-	-	-	-	-	(24 906)	(24 906)
-	-	-	-	(4 444)	-	(4 444)
(130 608)	-	10 658	-	(119 929)	(62 155)	(182 084)
-	-	-	23 612	23 612	69 785	93 397
-	-	1 588	(1 588)	-	-	-
-	7 528	(7 528)	-	-	-	-
-	-	(3 923)	-	(3 923)	1 428	(2 495)
-	-	(663)	-	(663)	3 840	3 177
<b>(212 093)</b>	<b>55 166</b>	<b>(37 491)</b>	<b>23 612</b>	<b>177 509</b>	<b>269 037</b>	<b>446 546</b>

## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em milhares de euros)

Notas	2018 € '000	2017 € '000
<b>Atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	2 649 054	2 631 486
Pagamentos a fornecedores	(1 818 191)	(1 659 161)
Pagamentos ao pessoal	(536 597)	(535 765)
<b>Fluxos gerados pelas operações</b>	<b>294 265</b>	<b>436 560</b>
(Pagamento)/Recebimento de imposto sobre o rendimento	(48 266)	(38 494)
Outros recebimentos/(pagamentos) de atividades operacionais	30 939	(23 065)
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>	<b>276 937</b>	<b>375 001</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Investimentos financeiros	44 7 362	101 225
Ativos tangíveis	14 278	5 120
Subsídios ao investimento	16 519	1 200
Juros e proveitos similares	30 624	32 899
Dividendos	44 4 686	44 363
	<b>73 470</b>	<b>184 806</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Investimentos financeiros	44 (87 218)	(20 770)
Empréstimos concedidos	(1 976)	(30 675)
Outras aplicações financeiras	(62 786)	(21 541)
Ativos intangíveis	(65 825)	(44 975)
Ativos tangíveis	(235 135)	(91 054)
Propriedades de investimento	(5 450)	-
	<b>(458 391)</b>	<b>(209 015)</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>	<b>(384 922)</b>	<b>(24 209)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Empréstimos obtidos	31 1 594 259	1 857 297
Contratos de locação financeira	32 153 018	79 706
	<b>1 747 277</b>	<b>1 937 003</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Empréstimos obtidos	31 (1 567 472)	(1 799 965)
Empréstimos obtidos - efeito da hiperinflação	(11 770)	(33 119)
Contratos de locação financeira	32 (49 275)	(37 412)
Juros e custos similares	(191 047)	(165 845)
Dividendos	44 (26 553)	(41 661)
Aquisição de ações próprias	(4 444)	-
Efeito da hiperinflação nas atividades de financiamento	12 207	32 757
	<b>(1 838 355)</b>	<b>(2 045 246)</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>	<b>(91 077)</b>	<b>(108 242)</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(199 062)	239 082
Efeito da hiperinflação em caixa e seus equivalentes	(27 240)	(44 983)
Efeito das diferenças de câmbio	(48 459)	(8 915)
Efeito da hiperinflação no saldo inicial de caixa e seus equivalentes	17 976	
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	28 609 637	424 452
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	<b>28 352 852</b>	<b>609 637</b>

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

## o. Nota Introdutória

---

A MOTA-ENGIL, SGPS, SA, com sede no Edifício Mota, Rua do Rego Lameiro, nº 38 4300-454 Porto (MOTA-ENGIL SGPS ou EMPRESA), e as suas empresas participadas (GRUPO ou GRUPO MOTA-ENGIL), têm como atividades principais a execução de empreitadas de obras públicas e privadas e atividades com elas conexas, bem como a recolha e tratamento de resíduos. A atividade do GRUPO é desenvolvida essencialmente em três regiões: Europa, África e América Latina. Por último, as ações da MOTA-ENGIL SGPS encontram-se admitidas à cotação na Euronext Lisbon.

As presentes demonstrações financeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Mota Gestão e Participações, SGPS, SA (acionista direta da EMPRESA – MGP) e nas da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA (entidade detentora de 100% do capital social da MGP e acionista última da EMPRESA (entidade controladora final)).

Todos os montantes explicitados neste anexo são apresentados em milhares de euros, arredondados à unidade mais próxima, salvo se expressamente referido em contrário.

## 1. Bases de apresentação, de consolidação e principais políticas contabilísticas

---

### 1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas do GRUPO MOTA-ENGIL foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas que o constituem, ajustados no processo de consolidação. O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do GRUPO operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras disponíveis sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o GRUPO dispõe dos recursos adequados para manter as suas atividades, não havendo intenção de as cessar no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) ou pelo anterior *Standards Interpretation Committee* (SIC), tal como adotadas e efetivas pela União Europeia à data de 1 de janeiro de 2018. No que se refere às empresas do GRUPO que utilizam normativos contabilísticos diferentes, foram efetuados ajustamentos de conversão para as IFRS.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinadas classes de imóveis, para as propriedades de investimento, para alguns investimentos em ações e para os instrumentos financeiros derivados, os quais foram mensurados ao custo revalorizado ou ao justo valor no final de cada período de reporte, tal como explicitado nas políticas contabilísticas abaixo.

O justo valor é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas, independentemente de esse preço poder ser diretamente observável ou estimado utilizando outras técnicas de valorização. Ao estimar o justo valor de um ativo ou passivo, o GRUPO considera as características que os participantes do mercado também teriam em consideração quando valorizassem o ativo ou passivo na data de mensuração. O justo valor para efeitos de mensuração e divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado na base atrás descrita, exceto no que se refere a locações que são tratadas no âmbito da IAS 17, e às mensurações com semelhanças ao justo valor, mas que não correspondem ao justo valor, tais como o valor realizável líquido preconizado na IAS 2 ou o valor de uso preconizado na IAS 36.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é hierarquizada em três níveis (Nível 1, 2 e 3), os quais têm em consideração, nomeadamente, se os dados utilizados são observáveis em mercado ativo e a significância dos mesmos ao nível da valorização dos ativos / passivos ou na divulgação destes.

Os níveis hierárquicos atrás referidos são como se seguem:

- Nível 1 – o justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para ativos / passivos idênticos;
- Nível 2 – o justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e
- Nível 3 – o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais dados não são observáveis no mercado.

### 1.1.1. NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES QUE ENTRARAM EM VIGOR NO EXERCÍCIO

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia foram aplicadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Conteúdo
Melhorias às normas 2014 - 2016	1/jan/18	Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1 (esta melhoria elimina as isenções temporárias para a IFRS 7, IFRS 10 e IAS 19, por já não serem aplicáveis), IFRS 12 (esta melhoria tem por objetivo clarificar que o seu âmbito inclui os investimentos classificados no âmbito da IFRS 5, e que a única isenção refere-se à divulgação do resumo da informação financeira dessas entidades) e IAS 28 (esta melhoria clarifica que os investimentos em associadas ou empreendimentos conjuntos detidos por uma sociedade de capital de risco podem ser mensurados ao justo valor de acordo com a IFRS 9, de forma individual, e também esclarece que uma entidade que não é uma entidade de investimento, mas detém investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos que são entidades de investimento, pode manter a mensuração ao justo valor da participação na associada ou no empreendimento conjunto nas suas próprias subsidiárias).
IAS 40 - Propriedades de investimento (transferência de propriedades de investimento)	1/jan/18	Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimento quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência.
IFRS 2 – Pagamentos baseados em ações (classificação e mensuração de transações de pagamento baseadas em ações)	1/jan/18	Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamento baseadas em ações liquidadas financeiramente (“ <i>cash-settled</i> ”) e a contabilização de modificações a um plano de pagamento baseado em ações, que altera a sua classificação de liquidado financeiramente (“ <i>cash-settled</i> ”) para liquidado com capital próprio (“ <i>equity-settled</i> ”). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamento baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (“ <i>equity-settled</i> ”) quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal.
IFRS 4 – Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)	1/jan/18	Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no outro rendimento integral, em vez de reconhecer na demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente, é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora.
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	1/jan/18	A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39 relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidades sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura.
IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes	1/jan/18	Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rêdito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia das 5 etapas”.
Emenda à IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes	1/jan/18	Esta emenda inclui indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rêdito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição.
IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação adiantada	1/jan/18	Trata-se de uma interpretação à IAS 21 ‘Os efeitos de alterações em taxas de câmbio’ e refere-se à determinação da “data da transação” quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A “data da transação” determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira.

Os impactos da adoção da IFRS 9 e da IFRS 15 são apresentados na Nota 1.2.

As restantes alterações acima descritas não foram aplicáveis ao GRUPO ou os seus impactos não foram considerados relevantes.



### 1.1.2. NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES QUE IRÃO ENTRAR EM VIGOR EM EXERCÍCIOS FUTUROS

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até 31 de dezembro de 2018, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Conteúdo
IFRS 16 – Locações	1/jan/19	Esta nova norma substitui a IAS 17, com um impacto significativo na contabilidade dos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação equivalente aos pagamentos futuros da locação e um ativo de “direito de uso” para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”.
IFRIC 23 – Incertezas sobre o tratamento do imposto sobre o rendimento	1/jan/19	Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – ‘Imposto sobre o rendimento’, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração Fiscal relativamente a imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração Fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”, com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada.
Alteração à IFRS 9 – Elementos de pré-pagamento com compensação negativa	1/jan/19	Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de ser classificado ao justo valor através de resultados.

À presente data, para além dos efeitos estimados decorrentes da adoção da IFRS 16, não se estimam impactos significativos resultantes da adoção das normas, emendas e interpretações acima referidas.

Como resultado da adoção da IFRS 16, utilizando o modelo retrospectivo modificado com o efeito cumulativo inicial reconhecido em resultados transitados a 1 de janeiro de 2019, e considerando, naquela data, o passivo de locação igual ao direito de uso, o aumento estimado no ativo e no passivo em 1 de janeiro de 2019 ascenderá provisoriamente aos 50.000 milhares de euros.

Adicionalmente, no cálculo acima referido, o GRUPO só considerou os contratos cujo prazo residual fosse superior a 12 meses (contados após 31 de dezembro de 2018) e bens cujo valor unitário fosse superior a 5.000 euros.

### 1.1.3. NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES AINDA NÃO ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até 31 de dezembro de 2018, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Conteúdo
Melhorias às normas 2015 – 2017	1/jan/19	Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23 (esta melhoria clarifica que os empréstimos específicos obtidos que ainda permaneçam em aberto, após os ativos qualificáveis a que respeitam estarem na sua condição de uso ou venda, devem ser adicionados aos empréstimos genéricos para calcular a taxa de juro média de capitalização nos outros ativos qualificáveis), IAS 12 (esta melhoria clarifica que os impactos fiscais inerentes aos dividendos são reconhecidos na data em que a entidade regista a responsabilidade pelo pagamento de dividendos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício, no outro rendimento integral ou em capital, consoante a transação ou evento que deu origem aos dividendos) e IFRS 3 e IFRS 11 (estas melhorias clarificam que: i) na obtenção de controlo sobre um negócio que é uma operação conjunta, os interesses detidos anteriormente pelo investidor são remensurados ao justo valor; e ii) quando um investidor numa operação conjunta, que não exerce controlo conjunto, obtém controlo conjunto numa operação que é um negócio, o interesse detido anteriormente não é remensurado).
IAS 19 – Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos	1/jan/19	Esta alteração exige que uma entidade: i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação, e no outro rendimento integral qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do “ <i>asset ceiling</i> ”.
Alteração à IAS 28 – Investimentos de longo-prazo em associadas e em empreendimentos conjuntos	1/jan/19	Esta alteração clarifica que os investimentos de longo prazo em associadas e em empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e em empreendimentos conjuntos) que não estejam a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, devam ser contabilizados segundo a IFRS 9, estando sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo.
Estrutura conceptual – Alterações na referência a outras IFRS	1/jan/20	Como resultado da publicação da nova estrutura conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retroespectiva, exceto se impraticáveis.
IFRS 3 (alteração) – Definição de negócio	1/jan/20	Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um <i>input</i> e um processo substancial que conjuntamente gerem <i>outputs</i> . Os <i>outputs</i> passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos “testes de concentração” para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio.
IFRS 17 – Contratos de seguro	1/jan/21	Esta nova norma substitui a IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“ <i>building block approach</i> ”) ou simplificado (“ <i>premium allocation approach</i> ”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.
IAS 1 e IAS 8 (alteração) - Definição de material	1/jan/20	Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material. Inclui clarificações quanto à referência a informações pouco claras, correspondendo a situações em que o seu efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, no contexto global das demonstrações financeiras; e ainda clarificações quanto ao termo “principais utilizadores das demonstrações financeiras”, sendo estes definidos como “atuais e futuros investidores, financiadores e credores” que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.

As normas acima referidas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo GRUPO no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. No entanto, não se estimam impactos materiais decorrentes da sua aplicação.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas são apresentadas em Euro (milhares) por esta ser a moeda principal das operações do GRUPO. As demonstrações financeiras das empresas participadas expressas em moeda estrangeira foram convertidas para Euro de acordo com as políticas contabilísticas descritas na alínea xiv) da Nota 1.4. deste anexo.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas, em conformidade com as IFRS, o Conselho de Administração do GRUPO adotou certos pressupostos e estimativas que afetaram o montante dos ativos e passivos reportados, bem como os respetivos rendimentos e gastos incorridos, parte dos quais se encontram descritos na alínea xxii) da Nota 1.4. deste anexo.

Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração tiveram por base o seu conhecimento à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso.

## 1.2. COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas do GRUPO MOTA-ENGIL em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas de acordo com políticas contabilísticas e métodos de cálculo similares aos apresentados no Relatório e Contas Consolidadas de 2017, com exceção dos efeitos resultantes da adoção da IFRS 9 e da IFRS 15.

Relativamente às novas normas que se tornaram efetivas no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2018, apresentam-se de seguida os principais comentários sobre a sua adoção, bem como o impacto provocado pelas mesmas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

### I – IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes

A IFRS 15 baseia-se no princípio de que o rédito é reconhecido na data da transferência do controlo para o cliente, sendo o valor da transação alocado às diferentes obrigações de desempenho assumidas perante o mesmo, as quais se encontram sujeitas a ajustamentos na sua mensuração sempre que a contraprestação seja variável ou sujeita a efeito financeiro significativo.

Ao abrigo daquela norma, o GRUPO procedeu à identificação das principais transações que originam o registo de rédito, tendo identificado igualmente as seguintes fontes de receita principais:

- Contratos de construção;
- Contratos de extração mineira;
- Contratos de operação e manutenção;
- Contratos de recolha de resíduos;
- Contratos de tratamento e valorização de resíduos; e
- Contratos de venda de energia.

Posteriormente, o GRUPO procedeu à análise dos contratos existentes, quer em termos de identificação das obrigações de desempenho, quer em termos do momento do reconhecimento do respetivo rédito, tendo chegado às seguintes conclusões:

- i) Os contratos de construção executados pelo GRUPO correspondem genericamente a uma única obrigação de desempenho, pelo que o rédito respetivo deverá ser reconhecido ao longo do tempo (abordagem similar à preconizada na IAS 11);
- ii) Os contratos de operação e manutenção executados pelo GRUPO (de autoestradas, edifícios, jardins, etc.) contemplam uma série alargada de serviços e processos. No entanto, dado que aqueles serviços e processos se encontram altamente correlacionados, os mesmos foram tratados como uma única obrigação de desempenho e encontram-se a ser reconhecidos ao longo do tempo. Deste modo, não surgiram diferenças materiais de tratamento contabilístico face ao preconizado na IAS 18;
- iii) Quanto ao rédito associado a contratos compostos (contratos que incluem várias obrigações de desempenho), o GRUPO procedeu à alocação do preço da transação às diferentes obrigações de desempenho não tendo sido identificadas diferenças materiais (tendo em conta a quantidade e o valor dos contratos envolvidos) face à alocação efetuada no âmbito da aplicação da IAS 11 e da IAS 18, dado que a maioria das obrigações de desempenho já tinha sido identificada e apresentava um preço de venda determinável;
- iv) Quanto às modificações / alterações contratuais realizadas a alguns contratos, não foram identificadas situações que originassem diferenças materiais (tendo em conta a quantidade e o valor dos contratos envolvidos) entre os registos contabilísticos efetuados no âmbito da IAS 11 e da IAS 18 e os preconizados na IFRS 15;

- v) No que respeita às componentes de preço variáveis associadas, nomeadamente, aos contratos de construção (como por exemplo: bónus, revisões de preços, *claims*, pedidos de recuperação de custos, etc.), as quais de acordo com a IFRS 15 deverão ser reconhecidas somente no momento em que se estima que sejam altamente prováveis de se transformar em rédito (e não quando fossem somente prováveis – tratamento contabilístico preconizado pela IAS 11), foram identificadas algumas situações que foram objeto de ajustamento;
- vi) No que respeita à existência de contratos com componente financeira significativa, foram identificados alguns adiantamentos significativos recebidos de clientes, os quais foram tratados como incluindo uma componente de financiamento, a qual foi considerada como uma obrigação de desempenho autónoma; e
- vii) Não foram identificados custos materiais com a aquisição de contratos que devessem ser capitalizados.

Por último, para efeitos de adoção da IFRS 15, o GRUPO utilizou as faculdades previstas no regime transitório daquela norma, ou seja, procedeu à aplicação retrospectiva com o efeito cumulativo inicial reconhecido em resultados transitados a 1 de janeiro de 2018, com recurso à adoção dos seguintes expedientes práticos:

- a) Aplicação apenas para os contratos não concluídos à data de 1 de janeiro de 2018; e
- b) Não reexpressão dos contratos modificados antes de 1 de janeiro de 2017.

Como resultado da adoção da IFRS 15, os capitais próprios do GRUPO em 1 de janeiro de 2018 sofreram uma redução de cerca de 5 milhões de euros.

Os impactos resultantes da adoção da IFRS 15 na data de aplicação inicial (1 de janeiro de 2018) podem ser analisados como se segue:

	Saldos a 31 de dezembro de 2017	Reclassificações	Remensurações	Saldos a 1 de janeiro de 2018
<b>Ativo</b>				
<b>Não corrente</b>				
Goodwill	37 870	-	-	37 870
Ativos intangíveis	512 658	-	-	512 658
Ativos tangíveis	712 273	-	-	712 273
Investimentos financeiros em empresas associadas	81 086	-	-	81 086
Investimentos financeiros em empresas conjuntamente controladas	7 840	-	-	7 840
Ativos financeiros disponíveis para venda	68 916	-	-	68 916
Ativos financeiros detidos até à maturidade	154 954	-	-	154 954
Propriedades de investimento	76 676	-	-	76 676
Clientes e outros devedores	130 965	-	-	130 965
Outros ativos não correntes	8 903	-	-	8 903
Instrumentos financeiros derivados	98	-	-	98
Ativos por impostos diferidos	178 313	-	1 459	179 772
	<b>1 970 552</b>	-	<b>1 459</b>	<b>1 972 011</b>
<b>Corrente</b>				
Inventários	344 996	-	-	344 996
Clientes e outros devedores	1 057 403	-	-	1 057 403
Ativos associados a contratos com clientes	-	372 000	(3 533)	368 467
Outros ativos correntes	424 278	(372 000)	-	52 278
Imposto sobre o rendimento	23 479	-	-	23 479
Caixa e seus equivalentes com recurso a prazo	34 663	-	-	34 663
Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista	154 198	-	-	154 198
Caixa e seus equivalentes com recurso à vista	455 439	-	-	455 439
	-	-	(3 533)	2 490 924
Ativos não correntes detidos para venda	149 082	-	-	149 082
<b>Total do Ativo</b>	<b>4 614 090</b>	-	<b>(2 074)</b>	<b>4 612 016</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Não corrente</b>				
Empréstimos sem recurso	215 346	-	-	215 346
Empréstimos com recurso	716 667	-	-	716 667
Outros passivos financeiros	122 934	-	-	122 934
Instrumentos financeiros derivados	547	-	-	547
Fornecedores e credores diversos	50 862	-	-	50 862
Outros passivos não correntes	161 625	-	-	161 625
Provisões	96 098	-	-	96 098
Passivos por impostos diferidos	153 950	-	-	153 950
	<b>1 518 030</b>	-	-	<b>1 518 030</b>
<b>Corrente</b>				
Empréstimos sem recurso	30 580	-	-	30 580
Empréstimos com recurso	715 121	-	-	715 121
Outros passivos financeiros	283 569	-	-	283 569
Instrumentos financeiros derivados	22	-	-	22
Fornecedores e credores diversos	939 734	-	-	939 734
Passivos associados a contratos com clientes	-	321 556	4 841	326 397
Outros passivos correntes	445 175	(321 556)	-	123 619
Imposto sobre o rendimento	28 419	-	-	28 419
	-	-	4 841	2 447 460
Passivos não correntes detidos para venda	57 703	-	-	57 703
<b>Total do Passivo</b>	<b>4 018 353</b>	-	<b>4 841</b>	<b>4 023 193</b>
<b>Capital social</b>				
Capital social	237 505	-	-	237 505
Ações próprias	(5 788)	-	-	(5 788)
Reservas, Resultados transitados e Prémios de emissão	73 829	-	(5 065)	68 764
Resultado líquido consolidado do exercício	1 588	-	-	1 588
<b>Capital próprio atribuível ao Grupo</b>	<b>307 135</b>	-	<b>(5 065)</b>	<b>302 069</b>
Interesses que não controlam	288 603	-	(1 850)	286 753
<b>Total do Capital próprio</b>	<b>595 737</b>	-	<b>(6 915)</b>	<b>588 822</b>
<b>Total do Capital próprio e Passivo</b>	<b>4 614 090</b>	-	<b>(2 074)</b>	<b>4 612 016</b>

O impacto no total do capital próprio decorrente da adoção da IFRS 15 a 1 de janeiro de 2018 pode ser analisado como se segue:

	Saldo a 1 de janeiro de 2018
Total do capital próprio	595 737
<b>Saldos IAS 18</b>	<b>595 737</b>
Componente financeira em adiantamentos	(4 309)
Anulação de componentes de preço variáveis	(1 589)
Impacto da identificação de novas obrigações de desempenho	(1 017)
<b>Ajustamentos por adoção da IFRS 15</b>	<b>(6 915)</b>
<b>Saldos IFRS 15</b>	<b>588 822</b>

Caso o GRUPO ainda aplicasse a IAS 18 em 31 de dezembro de 2018, existiriam naquela data as seguintes diferenças nas demonstrações consolidadas da posição financeira e dos resultados:

	Saldos a 31 de dezembro de 2018		Diferença
	IAS 18	IFRS 15	
<b>Ativo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Goodwill	33 741	33 741	-
Ativos intangíveis	521 494	521 494	-
Ativos tangíveis	740 448	740 448	-
Investimentos financeiros em empresas associadas	90 416	90 416	-
Investimentos financeiros em empresas conjuntamente controladas	6 696	6 696	-
Outros investimentos financeiros registrados ao custo amortizado	144 963	144 963	-
Outros investimentos financeiros registrados ao justo valor através de outro rendimento integral	59 224	59 224	-
Propriedades de investimento	133 685	133 685	-
Clientes e outros devedores	109 459	109 459	-
Outros ativos não correntes	7 836	7 836	-
Instrumentos financeiros derivados	85	85	-
Ativos por impostos diferidos	182 028	184 318	(2 290)
	<b>2 030 076</b>	<b>2 032 366</b>	<b>(2 290)</b>
<b>Corrente</b>			
Inventários	334 167	334 167	-
Clientes e outros devedores	1 002 852	1 002 852	-
Ativos associados a contratos com clientes	555 240	551 707	3 533
Outros ativos correntes	65 335	65 335	-
Instrumentos financeiros derivados	180	180	-
Imposto sobre o rendimento	20 230	20 230	-
Outros investimentos financeiros registrados ao custo amortizado	21 399	21 399	-
Caixa e seus equivalentes com recurso a prazo	97 449	97 449	-
Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista	61 749	61 749	-
Caixa e seus equivalentes com recurso à vista	291 103	291 103	-
	<b>2 449 704</b>	<b>2 446 171</b>	<b>3 533</b>
Ativos não correntes detidos para venda	<b>206 187</b>	<b>206 187</b>	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>4 685 967</b>	<b>4 684 724</b>	<b>1 243</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Empréstimos sem recurso	108 505	108 505	-
Empréstimos com recurso	697 765	697 765	-
Outros passivos financeiros	203 131	203 131	-
Instrumentos financeiros derivados	597	597	-
Fornecedores e credores diversos	51 681	51 681	-
Passivos associados a contratos com clientes	62 777	62 777	-
Outros passivos não correntes	168 072	168 072	-
Provisões	103 998	103 998	-
Passivos por impostos diferidos	148 075	148 075	-
	<b>1 544 601</b>	<b>1 544 601</b>	-
<b>Corrente</b>			
Empréstimos sem recurso	33 874	33 874	-
Empréstimos com recurso	731 663	731 663	-
Outros passivos financeiros	210 663	210 663	-
Fornecedores e credores diversos	801 652	801 652	-
Passivos associados a contratos com clientes	313 162	319 626	(6 464)
Outros passivos correntes	462 894	462 894	-
Imposto sobre o rendimento	17 215	17 215	-
	<b>2 571 123</b>	<b>2 577 587</b>	<b>(6 464)</b>
Passivos não correntes detidos para venda	<b>115 990</b>	<b>115 990</b>	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>4 231 714</b>	<b>4 238 178</b>	<b>(6 464)</b>
<b>Capital social</b>			
Capital social	237 505	237 505	-
Ações próprias	(10 232)	(10 232)	-
Reservas, Resultados transitados e Prêmios de emissão	(68 311)	(73 377)	5 065
Resultado líquido consolidado do exercício	24 531	23 612	919
<b>Capital próprio atribuível ao Grupo</b>	<b>183 493</b>	<b>177 509</b>	<b>5 984</b>
Interesses que não controlam	270 761	269 037	1 723
<b>Total do Capital próprio</b>	<b>454 254</b>	<b>446 546</b>	<b>7 708</b>
<b>Total do Capital próprio e Passivo</b>	<b>4 685 967</b>	<b>4 684 724</b>	<b>1 243</b>

	Saldo a 31 de dezembro de 2018		Diferença
	IAS 18	IFRS 15	
Vendas e prestações de serviços	2 793 410	2 801 749	(8 339)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, Variação da produção e Subcontratos	(1 301 551)	(1 301 551)	-
Fornecimentos e serviços externos	(589 822)	(589 822)	-
Gastos com pessoal	(542 154)	(542 154)	-
Outros rendimentos / (gastos) operacionais	38 854	38 854	-
Amortizações e depreciações	(182 800)	(182 800)	-
Provisões e perdas de imparidade	(24 027)	(24 027)	-
Rendimentos e ganhos financeiros	202 650	202 650	-
Gastos e perdas financeiras	(248 937)	(258 900)	9 963
Ganhos / (perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas	2 932	2 932	-
Ganhos / (perdas) na alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas	462	462	-
Posição monetária líquida	(12 263)	(12 263)	-
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>136 755</b>	<b>135 131</b>	<b>1 624</b>
Imposto sobre o rendimento	(42 565)	(41 734)	(831)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>94 190</b>	<b>93 397</b>	<b>793</b>
Atribuível:			
a interesses que não controlam ao Grupo	69 659	69 785	(126)
	<b>24 531</b>	<b>23 612</b>	<b>919</b>

## II – IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9 veio definir novos critérios de classificação, mensuração e desreconhecimento de instrumentos financeiros, introduzindo também alterações ao nível: i) da classificação dos ativos financeiros; ii) do cálculo da imparidade para ativos financeiros; e iii) da designação de relações de cobertura.

A IFRS 9 apresenta uma nova abordagem de classificação e mensuração para os ativos financeiros a qual passa a refletir o modelo de negócio utilizado na sua gestão e as características dos fluxos de caixa contratuais. Deste modo, a IFRS 9 estabeleceu três categorias novas de classificação dos ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) ao justo valor através de outro rendimento integral; e (iii) ao justo valor através de resultados e eliminou as categorias de: (i) empréstimos e contas a receber; (ii) detidos até à maturidade; e (iii) disponíveis para venda preconizadas na IAS 39.

No âmbito do processo de adoção da IFRS 9, o GRUPO avaliou a natureza e o objetivo dos instrumentos financeiros reconhecidos nas suas demonstrações financeiras consolidadas de forma a identificar eventuais *gaps* de classificação e mensuração. Em 31 de dezembro de 2017, os ativos financeiros reconhecidos pelo GRUPO referiam-se maioritariamente às seguintes categorias:

- i) Empréstimos e contas a receber;
- ii) Ativos financeiros disponíveis para venda;
- iii) Ativos financeiros detidos até à maturidade; e
- iv) Instrumentos financeiros derivados.

Da análise efetuada, resultou que os ativos financeiros incluídos na categoria de empréstimos e contas a receber (rubricas de clientes e outros devedores) e os relativos a ativos financeiros detidos até à maturidade deveriam ser alocadas à categoria “deter para cobrar” e ser mensurados ao custo amortizado. Desta reclassificação, não resultou qualquer impacto ao nível do capital próprio do GRUPO.

No que respeita aos ativos financeiros disponíveis para venda, os mesmos passaram a ser registados ao justo valor e alocados à categoria de “ao justo valor através de outro rendimento integral”. Desta reclassificação, não resultou qualquer impacto ao nível do capital próprio do GRUPO.

Resumidamente, apresentam-se de seguida as principais reclassificações efetuadas ao nível dos ativos financeiros em 1 de janeiro de 2018:

Tipologia de ativos financeiros	Classificação de acordo com a IAS 39	Classificação de acordo com a IFRS 9	Valor contabilístico de acordo com a IAS 39	Valor contabilístico de acordo com a IFRS 9
Investimentos financeiros em ações	Ativos financeiros disponíveis para venda	Justo valor através de outro rendimento integral	68 811	68 811
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	Ativos financeiros disponíveis para venda	Justo valor através de outro rendimento integral	104	104
Títulos de dívida pública Angolana	Ativos financeiros detidos até à maturidade	Custo amortizado	154 954	154 954



Relativamente aos restantes ativos e passivos financeiros, exceto os associados a instrumentos financeiros derivados, os mesmos mantiveram-se mensurados ao custo amortizado.

No que respeita ao cálculo da imparidade (e da passagem do modelo de perda incorrida para o modelo de perda esperada), o GRUPO optou pela aplicação de uma matriz histórica de incobrabilidade (modelo simplificado) para a determinação da nova imparidade sobre as suas contas a receber (incluindo as decorrentes da adoção da IFRS 15), reconhecendo a estimativa de perdas de imparidade para a totalidade da vida dos créditos.

Deste modo, as perdas de imparidade esperadas foram apuradas com base no histórico de perdas reais verificadas ao longo de um período considerado estatisticamente relevante, tendo sido estimadas taxas de perda por empresa e por tipologia de clientes (públicos, privados, etc).

Como resultado da adoção da IFRS 9 ao nível de imparidades, os capitais próprios do GRUPO em 1 de janeiro de 2018 sofreram uma redução de cerca de 19,2 milhões de euros. Este impacto foi originado, essencialmente, pela área de Engenharia e Construção.

Por outro lado, no que respeita à contabilidade de cobertura, o GRUPO concluiu que todas as relações que eram designadas de cobertura ao abrigo da IAS 39 continuaram a qualificar-se como tal ao abrigo da IFRS 9, pelo que a aplicação dos requisitos de cobertura desta nova norma não produziu qualquer impacto no capital próprio do GRUPO.

Por último, para efeitos de adoção da IFRS 9, o GRUPO decidiu utilizar as faculdades previstas no regime transitório daquela norma, ou seja, a aplicação retrospectiva com o efeito cumulativo inicial reconhecido em resultados transitados a 1 de janeiro de 2018.

Os impactos resultantes da adoção da IFRS 9 na data de aplicação inicial (1 de janeiro de 2018) podem ser analisados como se segue:

	Saldos a 31 de dezembro de 2017	Reclassificações	Remensurações	Saldos a 1 de janeiro de 2018
<b>Ativo</b>				
<b>Não corrente</b>				
Goodwill	37 870	-	-	37 870
Ativos intangíveis	512 658	-	-	512 658
Ativos tangíveis	712 273	-	-	712 273
Investimentos financeiros em empresas associadas	81 086	-	-	81 086
Investimentos financeiros em empresas conjuntamente controladas	7 840	-	-	7 840
Ativos financeiros disponíveis para venda	68 916	(68 916)	-	-
Ativos financeiros detidos até à maturidade	154 954	(154 954)	-	-
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado	-	154 954	-	154 954
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	-	68 916	-	68 916
Propriedades de investimento	76 676	-	-	76 676
Clientes e outros devedores	130 965	-	-	130 965
Outros ativos não correntes	8 903	-	-	8 903
Instrumentos financeiros derivados	98	-	-	98
Ativos por impostos diferidos	178 313	-	9 151	187 464
	<b>1 970 552</b>	<b>-</b>	<b>9 151</b>	<b>1 979 703</b>
<b>Corrente</b>				
Inventários	344 996	-	-	344 996
Clientes e outros devedores	1 057 403	-	(34 072)	1 023 331
Outros ativos correntes	424 278	-	-	424 278
Imposto sobre o rendimento	23 479	-	-	23 479
Caixa e seus equivalentes com recurso a prazo	34 663	-	-	34 663
Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista	154 198	-	-	154 198
Caixa e seus equivalentes com recurso à vista	455 439	-	-	455 439
	<b>2 494 457</b>	<b>-</b>	<b>(34 072)</b>	<b>2 460 385</b>
Ativos não correntes detidos para venda	149 082	-	-	149 082
<b>Total do Ativo</b>	<b>4 614 090</b>	<b>-</b>	<b>(24 921)</b>	<b>4 589 169</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Não corrente</b>				
Empréstimos sem recurso	215 346	-	-	215 346
Empréstimos com recurso	716 667	-	-	716 667
Outros passivos financeiros	122 934	-	-	122 934
Instrumentos financeiros derivados	547	-	-	547
Fornecedores e credores diversos	50 862	-	-	50 862
Outros passivos não correntes	161 625	-	-	161 625
Provisões	96 098	-	-	96 098
Passivos por impostos diferidos	153 950	-	-	153 950
	<b>1 518 030</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 518 030</b>
<b>Corrente</b>				
Empréstimos sem recurso	30 580	-	-	30 580
Empréstimos com recurso	715 121	-	-	715 121
Outros passivos financeiros	283 569	-	-	283 569
Instrumentos financeiros derivados	22	-	-	22
Fornecedores e credores diversos	939 734	-	-	939 734
Outros passivos correntes	445 175	-	-	445 175
Imposto sobre o rendimento	28 419	-	-	28 419
	<b>2 442 619</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 442 619</b>
Passivos não correntes detidos para venda	57 703	-	-	57 703
<b>Total do Passivo</b>	<b>4 018 353</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4 018 353</b>
<b>Capital social</b>				
Capital social	237 505	-	-	237 505
Ações próprias	(5 788)	-	-	(5 788)
Reservas, Resultados transitados e Prémios de emissão	73 829	-	(19 212)	54 618
Resultado líquido consolidado do exercício	1 588	-	-	1 588
<b>Capital próprio atribuível ao Grupo</b>	<b>307 135</b>	<b>-</b>	<b>(19 212)</b>	<b>287 923</b>
Interesses que não controlam	288 603	-	(5 709)	282 893
<b>Total do Capital próprio</b>	<b>595 737</b>	<b>-</b>	<b>(24 921)</b>	<b>570 816</b>
<b>Total do Capital próprio e Passivo</b>	<b>4 614 090</b>	<b>-</b>	<b>(24 921)</b>	<b>4 589 169</b>

O impacto no total do capital próprio decorrente da adoção da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018 pode ser analisado como se segue:

	Saldos a 1 de janeiro de 2018
Total do capital próprio	595 737
<b>Saldos IAS 39</b>	<b>595 737</b>
Registo de imparidades para perdas esperadas	(24 921)
<b>Ajustamentos por adoção da IFRS 9</b>	<b>(24 921)</b>
<b>Saldos IFRS 9</b>	<b>570 816</b>

### 1.3. BASES DE CONSOLIDAÇÃO

#### a) Empresas controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam as demonstrações financeiras da EMPRESA e das entidades por si controladas, bem como as controladas pelas suas subsidiárias. Entende-se que existe controlo quando uma entidade: (i) tem poder sobre a participada; (ii) está exposta a e/ou tem direito a retornos variáveis em resultado do seu envolvimento com a participada; e (iii) tem a capacidade de utilizar o poder atrás referido para influenciar os retornos da participada. Desta forma, algumas empresas participadas cuja percentagem de participação efetiva detida pelo GRUPO é inferior a 50% foram consideradas como controladas pelo mesmo. A maioria dessas situações ocorre quando o GRUPO detém uma participação financeira maioritária numa empresa subsidiária que por sua vez detém outra participação maioritária numa empresa participada. Por outro lado, algumas empresas participadas cuja percentagem de participação efetiva detida pelo GRUPO é superior a 50% não foram consideradas como controladas, dada a existência de acordos com terceiras entidades em que se estabeleceu a partilha de controlo sobre as mesmas. Sempre que se verificam alterações em algum dos três elementos acima referidos relativamente a uma participada, o GRUPO reavalia a existência de controlo sobre a mesma.

O GRUPO controla uma participada mesmo que não detenha a maioria dos seus direitos de voto quando, em virtude dos direitos de voto detidos e/ou de eventuais acordos celebrados, tenha a capacidade prática de dirigir as atividades relevantes da participada de forma unilateral e esteja exposto ao retorno variável.

As demonstrações financeiras das empresas controladas (incluindo entidades estruturadas ou SPV) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação integral a partir do momento em que é adquirido o controlo por parte do GRUPO. Consequentemente, os resultados das empresas cujo controlo foi adquirido ou perdido durante o exercício são incluídos na demonstração dos resultados, respetivamente, desde a data de obtenção de controlo ou até à data em que o mesmo foi cedido.

O resultado líquido e os demais elementos do outro rendimento integral e do capital próprio de empresas controladas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas (interesses que não controlam) são apresentados na demonstração consolidada da posição financeira e na demonstração consolidada do outro rendimento integral em rubricas específicas de "Interesses que não controlam".

O outro rendimento integral das empresas controladas é atribuído ao GRUPO e aos interesses que não controlam, mesmo que a situação resulte num saldo deficitário destes últimos.

Quando necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas controladas de modo a que as suas políticas contabilísticas sejam consistentes com as adotadas pelo GRUPO. As transações e os saldos mantidos entre empresas do GRUPO são eliminados no processo de consolidação.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as principais transações realizadas entre empresas do GRUPO podem resumir-se a:

- (i) Compras e vendas de inventários;
- (ii) Prestações de serviços de construção;
- (iii) Prestações de serviços administrativos;
- (iv) Concessão e obtenção de empréstimos; e
- (v) Distribuição de dividendos.

As empresas controladas (incluídas nas demonstrações financeiras pelo método da consolidação integral) encontram-se detalhadas no Apêndice A ao presente anexo.

#### b) Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo incluídos na demonstração consolidada da posição financeira na rubrica "Investimentos financeiros em empresas associadas".

Os investimentos financeiros em empresas associadas são investimentos onde o GRUPO exerce uma influência significativa. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto são superiores a 20%) é o poder de participar nas decisões de cariz financeiro e operacional de uma empresa, sem todavia exercer controlo ou controlo conjunto sobre a mesma. Adicionalmente, em algumas empresas cuja percentagem de participação efetiva detida pelo GRUPO é inferior a 20% o mesmo exerce influência significativa sobre as mesmas. A maioria dessas situações ocorre quando o GRUPO detém uma participação financeira maioritária numa empresa subsidiária que por sua vez controla ou exerce influência significativa numa empresa participada.

Por outro lado, algumas empresas subsidiárias (cujo peso é imaterial) são consolidadas pelo método da equivalência patrimonial dada a não disponibilização atempada dos elementos financeiros necessários à elaboração deste anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Os investimentos financeiros em empresas associadas para os quais o GRUPO não conseguiu obter atempadamente demonstrações financeiras (cujo peso é imaterial) foram registados ao custo de aquisição, líquido de imparidades.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos financeiros são inicialmente registados pelo seu custo de aquisição, sendo este ajustado posteriormente:

- Pelo valor correspondente à participação do GRUPO no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) das associadas - por contrapartida de outro rendimento integral do GRUPO ou de ganhos ou perdas do exercício, conforme aplicável;
- Pelos dividendos recebidos – por contrapartida de uma conta a receber ou de disponibilidades; e
- Por eventuais ganhos ou perdas gerados em operações com outras empresas do GRUPO, que afetem a valorização dos ativos do GRUPO.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as principais transações realizadas entre empresas do GRUPO e empresas associadas podem resumir-se a:

- (i) Prestações de serviços de construção;
- (ii) Prestações de serviços administrativos;
- (iii) Concessão e obtenção de empréstimos; e
- (iv) Distribuição de dividendos.

É efetuada uma análise de imparidade aos investimentos financeiros em empresas associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme. A quantia recuperável dos investimentos financeiros em empresas associadas é, para este fim, determinada de acordo com o disposto na IAS 36. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixarem de existir, as mesmas são objeto de reversão através do registo do correspondente ganho na demonstração dos resultados. As perdas por imparidade são registadas como uma dedução à quantia escriturada dos investimentos financeiros.

Quando a proporção do GRUPO nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, exceto quando o GRUPO tenha assumido compromissos para com a associada, registando, nesses casos, uma provisão para fazer face aqueles compromissos.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do GRUPO na associada por contrapartida da rubrica “Investimentos financeiros em empresas associadas”. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas associadas para adequar as suas políticas contabilísticas às adotadas pelo GRUPO.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados no Apêndice A ao presente anexo.

#### c) Empreendimentos conjuntos

Empreendimentos conjuntos são acordos em que as partes que têm o controlo conjunto do acordo têm direitos sobre os ativos líquidos do mesmo. Controlo conjunto é a partilha contratualmente acordada de controlo que existe apenas quando as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controlo. Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos são registados nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica de “Investimentos financeiros em empresas conjuntamente controladas” através do método da equivalência patrimonial, tal como descrito na alínea b) acima.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos encontram-se detalhados no Apêndice A.

#### d) Operações conjuntas

Operações conjuntas são acordos em que as partes que detêm o controlo conjunto do acordo têm direitos sobre os ativos e obrigações perante os passivos do acordo. Controlo conjunto é a partilha contratualmente acordada de controlo que existe apenas quando as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controlo. Quando uma empresa do GRUPO desenvolve a sua atividade no âmbito de uma operação conjunta, o GRUPO, como um operador conjunto, reconhece em relação ao seu interesse naquela operação conjunta os seguintes elementos:

- Os seus ativos, incluindo a sua parte de quaisquer ativos detidos conjuntamente;
- Os seus passivos, incluindo a sua parte de quaisquer passivos incorridos conjuntamente;
- A sua quota de receitas provenientes da venda da produção pela ação conjunta; e
- As suas despesas, incluindo a sua parte de quaisquer gastos incorridos pela ação conjunta.

#### e) Concentrações de atividades empresariais

As concentrações de atividades empresariais são registadas de acordo com o método da compra. O custo da concentração é apurado ao justo valor, consistindo na soma, na data de aquisição do controlo, do: (i) justo valor dos ativos transferidos pelo GRUPO; (ii) do justo valor das responsabilidades assumidas pelo GRUPO em resultado da aquisição do controlo; e (iii) do justo valor dos instrumentos de capital próprio emitidos pelo GRUPO em troca da aquisição do controlo. Os gastos relacionados com concentrações de atividades empresariais são registados na demonstração dos resultados quando incorridos.

Na data de aquisição do controlo, os ativos e passivos identificáveis adquiridos são mensurados ao seu justo valor podendo tal mensuração ser concluída no prazo de doze meses após aquela data. Para efeitos de mensuração do justo valor, o GRUPO recorre a preços de mercado vigentes para ativos e passivos semelhantes, ou, na sua ausência, a técnicas de valorização universalmente aceites (preços comparáveis, *discounted cash-flows*, etc.). O excesso do custo da concentração acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos na empresa adquirida e do valor atribuído aos interesses que não controlam relativamente ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis adquiridos é reconhecido como *goodwill*. Caso o referido diferencial seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício na rubrica “Outros rendimentos / (gastos) operacionais” após reconfirmação do justo valor atribuído aos ativos e passivos identificáveis adquiridos. O GRUPO opta, numa base casuística, pela valorização dos interesses que não controlam: (i) de acordo com a sua proporção no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, ou (ii) pelo seu justo valor. Até 1 de janeiro de 2012, os interesses que não controlam eram valorizados exclusivamente de acordo com a correspondente proporção no justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

Os pagamentos contingentes futuros, caso existam, são reconhecidos como passivo no momento da aquisição do controlo pelo seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada por contrapartida da quantia escriturada do *goodwill*, desde que ocorra dentro do período de remensuração (12 meses após a data da aquisição) e desde que esteja relacionada com eventos anteriores à data de aquisição. Caso contrário, será registada por contrapartida da demonstração dos resultados.

Quando uma concentração de atividades empresariais é atingida em etapas, o interesse anteriormente detido pelo GRUPO na empresa adquirida é remensurado ao justo valor na data de aquisição e o ganho ou perda daí resultante, se algum, é reconhecido na demonstração dos resultados. Por outro lado, os montantes resultantes de interesses na empresa adquirida anteriores à data de aquisição que tenham sido reconhecidos no outro rendimento integral são reclassificados para a demonstração dos resultados, desde que esse fosse o tratamento apropriado caso essa participação tivesse sido alienada.

A aquisição de investimentos financeiros em empresas associadas é registada pelo método da compra.

Deste modo, qualquer excesso / défice do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis adquiridos das empresas associadas na data de aquisição é reconhecido, respetivamente, como *goodwill* (sendo adicionado ao valor do investimento financeiro), ou como um rendimento na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Ganhos / (perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas” (neste último caso, após a devida reconfirmação do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis).

#### f) Outras alterações em interesses em entidades controladas

A aquisição de interesses em empresas já controladas é considerada uma transação entre detentores de capital e, conseqüentemente, não dá origem ao reconhecimento de qualquer *goodwill* ou resultado. Deste modo, qualquer diferença entre o respetivo custo e a quantia escriturada dos correspondentes interesses que não controlam adquiridos é registada diretamente no capital próprio. De igual forma, na alienação de interesses em empresas controladas que não resultem na perda de controlo, as eventuais diferenças entre a quantia transferida para interesses que não controlam e o preço da transação são registadas diretamente no capital próprio.

Quando uma alienação de interesses numa empresa até então controlada resulta na perda de controlo por parte do GRUPO, é reconhecido um ganho ou uma perda na demonstração dos resultados correspondente à diferença entre: (i) o justo valor dos ativos recebidos pelo GRUPO acrescido do justo valor de eventuais interesses mantidos na empresa e (ii) a quantia escriturada dos ativos e passivos da empresa nas demonstrações financeiras consolidadas do GRUPO e eventuais interesses que não controlam relacionados.

#### g) *Goodwill*

O *goodwill* encontra-se registado ao custo (apurado tal como descrito na alínea e) da presente Nota) deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Até 1 de janeiro de 2004, o *goodwill* era amortizado durante o período estimado de recuperação do investimento associado, sendo as amortizações correspondentes registadas na demonstração dos resultados na rubrica de “Amortizações e depreciações”. A partir de 1 de janeiro de 2004, o *goodwill* deixou de ser amortizado, sendo sujeito a testes de imparidade anuais ou sempre que existam indícios de imparidade.

No caso do *goodwill* gerado antes da data de transição para as IFRS, o respetivo custo considerado correspondeu ao valor líquido contabilístico do mesmo apurado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal àquela data, tendo aquele sido objeto de testes de imparidade na data de transição. Adicionalmente, e de acordo com a alternativa prevista na IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, a MOTA-ENGIL SGPS não aplicou retrospectivamente as disposições da IAS 21 – Efeitos de alteração de taxas de câmbio ao *goodwill* gerado antes da data de transição para as IFRS.

O *goodwill* gerado com a aquisição de empresas subsidiárias sediadas no estrangeiro cuja moeda funcional não seja o Euro encontra-se registado na moeda funcional dessas subsidiárias, sendo convertido para a moeda funcional e de relato do GRUPO (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de referência da demonstração consolidada da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica do capital próprio “Reserva de conversão cambial”.

Anualmente e com referência à data da demonstração consolidada da posição financeira, o GRUPO procede à realização de testes de imparidade ao *goodwill*. Sempre que o montante pelo qual o *goodwill* se encontra registado seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas de imparidade”. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. O justo valor é o montante que seria obtido com a alienação do ativo numa transação ao alcance de partes independentes. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que é esperado que resultem do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. No caso do *goodwill*, a quantia recuperável é sempre estimada para a unidade geradora de caixa (UGC) à qual o mesmo foi imputada.

De uma forma geral, as UGC correspondem às próprias empresas adquiridas, exceto no caso das empresas de tratamento e valorização de resíduos da EGF, cuja UGC corresponde ao grupo de empresas adquiridas.

As perdas por imparidade registadas no *goodwill* não podem ser revertidas.

#### h) *Conversão de demonstrações financeiras de empresas com moeda funcional diferente do Euro.*

Os ativos e passivos expressos nas demonstrações financeiras de empresas estrangeiras (empresas que não utilizem o Euro como moeda funcional) são convertidos para Euro utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de referência da demonstração consolidada da posição financeira. Os rendimentos e os gastos, bem como os fluxos de caixa, são convertidos para Euro utilizando as taxas de câmbio médias verificadas no exercício, exceto para as empresas estrangeiras que utilizem uma moeda funcional considerada hiperinflacionária, situação em que são utilizadas as taxas de câmbio em vigor à data de referência da demonstração consolidada da posição financeira. As diferenças cambiais resultantes, geradas após 1 de janeiro de 2004, são registadas no capital próprio na rubrica “Reserva de conversão cambial”. As diferenças cambiais geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para as IFRS) foram anuladas por contrapartida da rubrica “Outras reservas e resultados transitados”.

O *goodwill* e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de empresas estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessas empresas e convertidos para Euro de acordo com as taxas de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma empresa estrangeira é alienada, a quota-parte correspondente da diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou uma perda na alienação, no caso de existir perda de controlo, ou transferida para interesses que não controlam no caso de não haver perda de controlo.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as moedas funcionais utilizadas pelas principais subsidiárias do GRUPO no reporte da sua informação financeira eram como se segue:

Subsidiária	2018			2017		
	Segmento de negócio	Moeda Local	Moeda Funcional	Segmento de negócio	Moeda Local	Moeda Funcional
Mota-Engil SGPS	Holding	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Holding	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Empresas do Grupo EGF	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Glan Agua (Irlanda)	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Mota-Engil Europa	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Mota-Engil Ambiente e Serviços	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Mota-Engil Engenharia (MEEC)	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Mota-Engil Real Estate SGPS	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Mota-Engil Central Europe Polónia	Europa	Zloty (PLN)	Zloty (PLN)	Europa	Zloty (PLN)	Zloty (PLN)
Suma	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Europa	Euro (EUR)	Euro (EUR)
ME África NV	África	Euro (EUR)	Euro (EUR)	África	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Mota-Engil Engenharia e Construção África	África	Euro (EUR)	Euro (EUR)	África	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Mota-Engil Angola	África	Kwanza (AOA)	Kwanza (AOA)	África	Kwanza (AOA)	Kwanza (AOA)
Sucursal Mota-Engil África Angola	África	Kwanza (AOA)	Kwanza (AOA)	África	Kwanza (AOA)	Kwanza (AOA)
Sucursal Mota-Engil África Malawi	África	Kwachas do Malawi (MWK)	Kwachas do Malawi (MWK)	África	Kwachas do Malawi (MWK)	Kwachas do Malawi (MWK)
Sucursal Mota-Engil África Moçambique	África	Meticas (MZN)	Meticas (MZN)	África	Meticas (MZN)	Meticas (MZN)
Sucursal Mota-Engil África Rwanda	África	Franco Ruandês (RWF)	Euro (EUR)	África	Franco Ruandês (RWF)	Euro (EUR)
Mota-Engil Construction South Africa	África	Rand África do Sul (ZAR)	Rand África do Sul (ZAR)	África	Rand África do Sul (ZAR)	Rand África do Sul (ZAR)
Vista Waste	África	Kwanza (AOA)	Kwanza (AOA)	África	Kwanza (AOA)	Kwanza (AOA)
Consortio GDL Tunel	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)
Consortio GDL Viaducto	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)
Construtora Cardel Poza Rico	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)
Construtora Tuxpan Tampico	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)
Empresa Construtora Brasil	América Latina	Real (BRL)	Real (BRL)	América Latina	Real (BRL)	Real (BRL)
Generadora Fenix	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)
ME Latin America	América Latina	Euro (EUR)	Euro (EUR)	América Latina	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Mota-Engil Colombia	América Latina	Peso Colombiano (COP)	Peso Colombiano (COP)	América Latina	Peso Colombiano (COP)	Peso Colombiano (COP)
Mota-Engil México	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)	América Latina	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)
Mota-Engil Peru	América Latina	Nuevo Sol Peruano (PEN)	Nuevo Sol Peruano (PEN)	América Latina	Nuevo Sol Peruano (PEN)	Nuevo Sol Peruano (PEN)

As taxas de câmbio (de fecho e média) utilizadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017 na conversão para Euro das demonstrações financeiras das principais empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas estrangeiras (entidades que não utilizam o Euro como moeda funcional) foram como se segue:

Moedas	Taxas de câmbio de fecho		Taxas de câmbio médias		
	2018	2017	2018	2017	
Dólares dos Estados Unidos	EUR / USD	1,15	1,20	1,18	1,14
Franco Comunidade Financeira Africana Ocidental	EUR / XOF	655,96	655,96	655,96	655,96
Kwanza de Angola	EUR / AOA	353,02	185,40	303,82	185,32
Kwachas do Malawi	EUR / MWK	837,50	868,61	855,10	824,34
Meticas Moçambicanos	EUR / MZN	70,51	70,66	71,49	71,63
Nuevo Sol Peruano	EUR / PEN	3,90	3,92	3,98	3,77
Pesos Colombianos	EUR / COP	3 721,81	3 580,19	3 506,72	3 368,02
Pesos Mexicanos	EUR / MXN	22,49	23,66	22,62	21,43
Rands da África do Sul	EUR / ZAR	16,46	14,81	15,61	15,06
Real do Brasil	EUR / BRL	4,44	3,97	4,32	3,64
Zlotys Polacos	EUR / PLN	4,30	4,18	4,27	4,24

#### i) Empresas em economias hiperinflacionárias

De acordo com a IAS 29 – “Relato financeiro em economias hiperinflacionárias”, as demonstrações financeiras de entidades / empresas cuja moeda funcional seja a de uma economia hiperinflacionária têm de ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data da demonstração da posição financeira, sendo o ganho ou a perda na posição monetária líquida incluído no resultado líquido do exercício.

São consideradas pelo GRUPO economias hiperinflacionárias aquelas em que se verifiquem algumas das seguintes situações:

- a população em geral prefere conservar a sua riqueza em ativos não monetários ou numa moeda estrangeira relativamente estável. As quantias de moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- a população em geral vê as quantias monetárias não em termos de moeda local mas em termos de uma moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- as vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada de poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;
- as taxas de juro, os salários e os preços estão ligados a um índice de preços; e
- a taxa de inflação acumulada durante os três últimos anos aproxima-se de 100% ou excede esse valor.

No seguimento do atrás descrito, e verificando-se algumas das situações acima elencadas, Angola foi considerada nos exercícios de 2018 e 2017 uma economia hiperinflacionária.



Deste modo, de acordo com a IAS 29, a reexpressão das demonstrações financeiras das entidades cuja moeda funcional era o Kwana para a unidade de mensuração corrente foi efetuada da seguinte forma:

#### Demonstração da posição financeira

- As quantias da demonstração da posição financeira não expressas ainda em termos de unidade de mensuração corrente à data de referência daquela demonstração foram reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços;
- Os itens monetários não foram reexpressos porque já se encontravam expressos em termos de unidade de mensuração corrente à data da demonstração da posição financeira. Os itens monetários representam dinheiro devido e elementos a ser recebidos ou a ser pagos em dinheiro;
- Os ativos e passivos ligados por acordo às alterações de preços, tais como obrigações e empréstimos indexados a um índice, foram ajustados nos termos do acordo a fim de determinar a quantia em aberto à data da demonstração da posição financeira;
- Todos os outros ativos e passivos foram considerados como não monetários. Contudo, alguns itens não monetários foram registados pelas quantias correntes à data da demonstração da posição financeira, tais como o valor realizável líquido e o justo valor, e por isso não foram reexpressos. Todos os outros ativos e passivos não monetários foram reexpressos;
- A maior parte dos itens não monetários encontrava-se registada ao custo ou ao custo deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas, pelo que encontrava-se expressa por quantias correntes à data da sua aquisição. O custo reexpresso de cada item foi determinado pela aplicação ao seu custo histórico e à sua amortização / perda de imparidade acumulada da variação ocorrida num índice geral de preços a partir da data da sua aquisição (ou data de alteração de moeda funcional) até à data de referência da demonstração da posição financeira. Deste modo, os ativos tangíveis e intangíveis, os investimentos financeiros, os inventários e o *goodwill* foram reexpressos a partir das datas da sua aquisição ou de alteração de moeda funcional;
- Quando aplicável, a quantia reexpressa dos itens não monetários foi reduzida para a sua quantia recuperável por força do uso futuro estimado do item ou da sua alienação. Deste modo, em certos casos, as quantias reexpressas dos ativos tangíveis foram reduzidas para a sua quantia recuperável, as quantias reexpressas dos inventários foram reduzidas para o seu valor realizável líquido e as quantias reexpressas dos investimentos financeiros foram reduzidas para o seu justo valor;
- Os itens expressos pelo custo corrente (justo valor) não foram reexpressos porque já se encontravam expressos em termos da unidade de mensuração corrente à data da demonstração da posição financeira; e
- As rubricas de capital próprio, exceto as de resultados transitados e as de qualquer excedente de revalorização, foram reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços desde as datas em que os respetivos montantes foram gerados. Por outro lado, qualquer excedente de revalorização que tivesse sido originado em exercícios anteriores foi eliminado. Por último, os resultados transitados reexpressos foram determinados a partir de todas as outras quantias da demonstração da posição financeira reexpressas.

#### Demonstração dos resultados

- A demonstração dos resultados, antes da reexpressão, relata geralmente os custos e os proveitos correntes no momento em que ocorreram as transações ou os acontecimentos subjacentes. Deste modo, o custo das vendas e a amortização dos ativos fixos são registados pelos custos correntes no momento do seu consumo; e os proveitos e outros custos correntes são registados pelas quantias correntes no momento em que foram gerados / incorridos;
- Todos os itens da demonstração dos resultados foram reexpressos em termos de unidade de mensuração corrente à data de referência da demonstração da posição financeira. Deste modo, todas as quantias foram reexpressas a partir das datas em que os itens de rendimentos e gastos foram inicialmente registados na demonstração dos resultados pela aplicação do respetivo índice geral de preços; e
- A reexpressão das demonstrações financeiras de acordo com a IAS 29 originou diferenças entre o resultado tributável e o resultado contabilístico. Aquelas diferenças foram contabilizadas de acordo com a IAS 12.

#### Posição monetária líquida

Num período de inflação, uma empresa que detenha um excesso de ativos monetários sobre passivos monetários (posição monetária líquida devedora) perde poder de compra e conseqüentemente gera uma perda; por outro lado, uma empresa que detenha um excesso de passivos monetários sobre ativos monetários (posição monetária líquida credora) ganha poder de compra e conseqüentemente gera um ganho.

O ganho ou a perda na posição monetária líquida foi incluído no resultado líquido do exercício.

Para efeitos de determinação do índice geral de preços acima mencionado, o GRUPO utilizou a informação divulgada pelo Banco Nacional de Angola sobre os níveis de inflação ocorridos em Angola nos últimos anos. Aqueles índices, resumidamente, foram como se segue:

Índice de Preços em Angola	
Data	Índice de preços
31.12.2014	242,11
31.03.2015	237,07
30.06.2015	229,40
30.09.2015	221,07
31.12.2015	211,87
31.03.2016	191,76
30.06.2016	174,02
30.09.2016	158,52
31.12.2016	149,25
31.03.2017	139,11
30.06.2017	131,94
30.09.2017	124,37
31.12.2017	118,21
31.03.2018	113,73
30.06.2018	109,82
30.09.2018	104,33
31.12.2018	100,00

Em 1 de janeiro de 2017, o impacto da reexpressão das demonstrações financeiras das entidades / empresas cuja moeda funcional era o Kwanza para a unidade de mensuração corrente, foi registado na rubrica “Impacto da hiperinflação em Angola” da demonstração consolidada do outro rendimento integral.

Informação detalhada sobre o impacto da reexpressão acima referida pode ser consultada na Nota 47.

#### 1.4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do GRUPO foram as seguintes:

##### i) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, sendo apenas reconhecidos se for provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para o GRUPO, se for possível medir razoavelmente o seu custo e se o GRUPO possuir o controlo sobre os mesmos.

Os ativos intangíveis são constituídos basicamente pelos direitos de exploração de concessões (decorrentes da adoção da IFRIC 12), pelos ativos reconhecidos no âmbito do processo de imputação de justo valor aos ativos e passivos adquiridos em concentrações de atividades empresariais e por *software*.

A IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviço público nos quais o Concedente controla (regula):

- os serviços a serem prestados pela concessionária (mediante a utilização da infraestrutura), a quem e a que preço; e
- quaisquer interesses residuais sobre a infraestrutura no final do contrato.

A IFRIC 12 aplica-se a infraestruturas:

- construídas ou adquiridas pelo operador a terceiros; e
- já existentes e às quais é dado acesso ao operador.

Atendendo ao acima descrito, as concessões detidas pelo GRUPO, maioritariamente afetas à área do tratamento e valorização de resíduos (SUBGRUPO EGF), encontram-se abrangidas no âmbito daquela IFRIC pelas seguintes razões:

- O GRUPO possui contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado (Concedente) e por um período pré-definido;
- O GRUPO efetua a prestação de serviços públicos mediante a utilização de infraestruturas;
- O Concedente controla os serviços prestados e as condições em que são prestados (no caso das concessões na área do tratamento e valorização dos resíduos, nomeadamente, através do regulador ERSAR); e
- Os diversos ativos utilizados para a prestação dos serviços revertem para o Concedente no final dos contratos de concessão.

Por outro lado, a IFRIC 12 estabelece igualmente os princípios genéricos de reconhecimento e mensuração de direitos e obrigações ao abrigo de contratos de concessão com as características mencionadas anteriormente e define os seguintes modelos de reconhecimento:

- i) Modelo do ativo financeiro – aplicável quando o operador tem um direito contratual incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Concedente, correspondente a montantes específicos ou determináveis. Nestas circunstâncias, o operador deverá registar um ativo financeiro (conta a receber). Neste modelo, o Concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento, em virtude de o acordo ser, em geral, legalmente vinculativo;
- ii) Modelo do ativo intangível – aplicável quando o operador recebe do Concedente o direito de cobrar uma tarifa em função da utilização da infraestrutura. Nestas situações, o operador deverá reconhecer um ativo intangível; e
- iii) Modelo misto – aplicável quando o contrato de concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo Concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas concessionadas.

Atendendo aos termos dos contratos de concessão celebrados pelas empresas concessionárias da EGF, nomeadamente ao seu modelo remuneratório, foi entendido que as operações daquelas concessionárias são enquadráveis no modelo do ativo intangível em virtude das mesmas terem o direito de cobrar aos utilizadores uma tarifa e de assumirem os riscos operacionais, de investimento e de financiamento das concessões.

Para fins de amortização dos ativos afetos às concessões, foi tido em consideração o método que melhor reflete o modelo pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros dos ativos sejam consumidos pelas concessionárias. Desta forma, o GRUPO encontra-se a utilizar as vidas úteis definidas e aprovadas pelo regulador (ERSAR) por ser esta a base do seu rendimento anual, ou seja, os ativos concessionados são amortizados numa base linear em conformidade com o modelo de remuneração subjacente ao regulamento tarifário.

As vidas úteis definidas e aprovadas pela ERSAR para as principais infraestruturas afetas à atividade de tratamento e valorização de resíduos são como se seguem:

Classes	Anos
Aterros sanitários	Método de depleção
Selagem de aterros	Período da concessão
Edifícios e outras construções	10 - 36
Equipamento básico	3 - 10
Equipamento de transporte	3 - 12
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros ativos tangíveis	2 - 12

As amortizações dos ativos intangíveis são registadas por duodécimos na rubrica “Amortizações e depreciações” da demonstração consolidada dos resultados. Eventuais alterações ao período de vida útil estimada dos ativos intangíveis são efetuadas de forma prospetiva.

Importa ainda referir que, o direito atribuído no âmbito dos contratos de concessão consiste na possibilidade das concessionárias cobrarem tarifas em função dos custos incorridos com as infraestruturas. Assim, tendo em consideração a metodologia de apuramento das tarifas, a base de remuneração é apurada atendendo a cada item de ativo concessionado em específico, o que pressupõe a necessidade de componentização do direito. Consequentemente, considera-se que o direito é componentizável por partes distintas à medida que se vão concretizando as diversas bases de remuneração. Desta forma, o ativo intangível vai sendo aumentado à medida que se vão concretizando as diversas infraestruturas afetas à concessão, sendo registado com base no seu custo de aquisição / construção e diminuído à medida que se vão consumindo os benefícios económicos futuros.

Relativamente aos subsídios ao investimento afetos aos ativos concessionados, estes são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados na mesma cadência da amortização dos ativos.

Por último, no âmbito dos contratos de concessão em vigor, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, as concessionárias da EGF não têm qualquer margem na construção dos ativos afetos às concessões, pelo que o rédito e os encargos com a construção daqueles ativos apresentam igual montante e são registados em subrubricas de “Outros rendimentos / (gastos) operacionais”.

#### ii) Imóveis para uso próprio

Os imóveis (terrenos e edifícios) para uso próprio são registados inicialmente ao custo de aquisição ou produção. No entanto, o GRUPO adotou o modelo da revalorização (valor revalorizado deduzido de amortizações acumuladas) como política contabilística para a mensuração subsequente dos mesmos. A respetiva quantia revalorizada corresponde ao seu justo valor à data da revalorização. As revalorizações são efetuadas regularmente (num prazo que não exceda os três anos), por avaliadores imobiliários independentes, para que o montante revalorizado não difira materialmente do justo valor do respetivo imóvel. O justo valor é apurado essencialmente através do método comparativo de mercado ou através do método do rendimento.

No método comparativo de mercado são utilizados como *inputs* relevantes o custo m<sup>2</sup> de aquisição, de construção ou de arrendamento de imóveis com características similares, enquanto que no método do rendimento são utilizados como *inputs* relevantes as rendas em vigor, as rendas a vigorar após o final do contrato de arrendamento e a taxa de desconto que melhor reflita os riscos inerentes ao imóvel. Nas situações em que o justo valor apurado nas avaliações é ligeiramente superior à quantia escriturada na demonstração da posição financeira, o GRUPO, por uma questão de prudência, não procede à atualização para o justo valor dos ativos objeto de avaliação.

Os ajustamentos resultantes das revalorizações efetuadas aos imóveis para uso próprio são registados por contrapartida de capital próprio. Quando um terreno / edifício que foi alvo de uma revalorização positiva em exercícios anteriores se encontra sujeito a uma revalorização negativa, o ajustamento é registado por contrapartida de capital próprio até ao montante correspondente ao acréscimo no capital próprio resultante das revalorizações anteriores, deduzido da quantia realizada através das depreciações, sendo o seu excedente registado como custo na demonstração dos resultados do exercício.

As depreciações são imputadas numa base sistemática pelo método das quotas constantes durante a vida útil estimada dos edifícios, a qual varia entre os 20 e os 50 anos. Os terrenos não são depreciados.

As depreciações dos imóveis para uso próprio são registadas por duodécimos na rubrica “Amortizações e depreciações” da demonstração consolidada dos resultados. Eventuais alterações ao período de vida útil estimada dos imóveis para uso próprio são efetuadas de forma prospetiva.

#### iii) Terrenos afetos à exploração de pedreiras

Os terrenos afetos à exploração de pedreiras são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. A depreciação destes ativos é efetuada de acordo com o método da depleção, ou seja, tendo em consideração o rácio entre as quantidades de inertes extraídas anualmente e as reservas totais estimadas de inertes existentes, as quais são avaliadas a cada período de relato.

#### iv) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido, de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção / desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados, ou seja, quando os ativos se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operarem de acordo com o pretendido pelo Conselho de Administração do GRUPO, e são imputadas numa base sistemática pelo método das quotas constantes durante a sua vida útil, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pelo GRUPO, o desgaste natural esperado, a sujeição a uma previsível obsolescência técnica e ao eventual valor residual atribuível ao bem.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada (em anos) pode ser analisada como se segue:

Equipamentos	Anos
Equipamento básico (excluindo o afeto a concessões)	3 - 10
Equipamento administrativo	4 - 10
Equipamento de transporte	3 - 10
Ferramentas e utensílios	3 - 6
Outros ativos tangíveis	3 - 10

As depreciações dos outros ativos tangíveis são registadas por duodécimos na rubrica “Amortizações e depreciações” da demonstração consolidada dos resultados. Eventuais alterações ao período de vida útil estimada dos outros ativos tangíveis são efetuadas de forma prospetiva.

As despesas subsequentes incorridas pelo GRUPO associadas à substituição de componentes de ativos tangíveis são adicionadas aos respetivos ativos, sendo o valor líquido das componentes substituídas abatido e registado como um custo na rubrica “Outros rendimentos / (gastos) operacionais”.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis são registadas como custo no exercício em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate de ativos tangíveis são determinadas pela diferença entre o seu preço de venda e o seu valor líquido contabilístico na data de alienação / abate, sendo registadas na demonstração dos resultados na rubrica “Outros rendimentos / (gastos) operacionais”.

#### v) Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão às quantias escrituradas dos ativos tangíveis e intangíveis do GRUPO com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável do respetivo ativo (ou da UGC) a fim de se determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo ou da UGC consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; ou (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da UGC relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da UGC) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Provisões e perdas de imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, aquela perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

As perdas de imparidade são imputadas à quantia escriturada dos ativos da UGC na seguinte ordem: em primeiro lugar ao *goodwill* alocado à UGC (se existir) e depois aos outros ativos da UGC numa base pro-rata atendendo às respetivas quantias escrituradas.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores só ocorre quando existe evidência de que as perdas de imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão de perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Provisões e perdas de imparidade”. A reversão de perdas de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda de imparidade anterior não tivesse sido registada.

#### vi) Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação; e como (ii) locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações entre financeiras ou operacionais é efetuada em função da substância e não da forma do contrato.

a) Locações em que o GRUPO age como locatário

Os ativos tangíveis e intangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo-se os ativos e as depreciações acumuladas correspondentes conforme referido nas alíneas ii) e iv) acima, e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período de vigência do contrato de locação.

b) Locações em que o GRUPO age como locador

Nas locações em que o GRUPO age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, o valor dos ativos afetos é mantido na demonstração da posição financeira e os rendimentos gerados são reconhecidos de forma linear durante o período de vigência do contrato de locação.

As responsabilidades associadas a contratos de locação financeira são registadas na demonstração consolidada da posição financeira nas rubricas de “Outros passivos financeiros”.

vii) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cuja finalidade é a obtenção de rendas e / ou a valorização do capital investido e não o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos (casos em que são classificados como ativos tangíveis), ou para venda no decurso ordinário dos negócios (casos em que são classificados como inventários). A classificação de determinados terrenos e edifícios como propriedades de investimento, em detrimento de inventários e / ou de ativos tangíveis, resulta essencialmente do uso que o Conselho de Administração do GRUPO define para aqueles imóveis, tendo em conta, nomeadamente, a maximização do retorno dos mesmos.

As propriedades de investimento, incluindo as que se encontram em fase de construção, são registadas pelo seu justo valor, determinado anualmente por peritos independentes especializados.

As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de “Outros rendimentos / (gastos) operacionais – Variações de justo valor nas propriedades de investimento”.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto Municipal sobre Imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

viii) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado principalmente através de uma alienação ou através de uma distribuição aos acionistas e não através do seu uso continuado. Para que tais ativos sejam objeto daquela classificação, os mesmos têm de estar disponíveis para venda imediata nas suas condições atuais, a venda tem de ser altamente provável, o Conselho de Administração tem de estar comprometido a executar tal venda e a alienação ocorrer previsivelmente num período de 12 meses.

Os ativos não correntes detidos para venda podem incluir, quer um ativo separado, quer um grupo de ativos, quer um investimento financeiro.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são registados pelo mais baixo entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos estimados com a venda. A sua eventual amortização cessa a partir do momento da classificação como ativos não correntes detidos para venda.

Para efeitos de apuramento do justo valor dos ativos não correntes detidos para venda, foram consideradas, nomeadamente, as propostas de compra recebidas para os ativos a alienar e avaliações efetuadas por entidades independentes.

Devido a alterações de circunstâncias, os ativos não correntes podem deixar de ser classificados como detidos para venda. Quando tal acontecer, aqueles ativos serão reclassificados de acordo com a natureza subjacente dos ativos.

## ix) Ativos e passivos financeiros

O GRUPO adotou no exercício de 2018 a IFRS 9 tendo o efeito cumulativo da sua aplicação inicial sido reconhecido como um ajustamento de abertura ao saldo da rubrica de “Resultados transitados” na demonstração consolidada da posição financeira em 1 de janeiro de 2018. Deste modo, a informação comparativa relativa ao exercício de 2017 não foi reexpressa e encontra-se a ser apresentada de acordo com a IAS 39.

### **Política contabilística adotada pelo GRUPO em 2018 relativamente a ativos e passivos financeiros (ao abrigo da IFRS 9)**

#### Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira do GRUPO quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo seu justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão dos ativos e passivos financeiros (que não sejam ativos ou passivos financeiros mensurados pelo justo valor através da demonstração dos resultados) são adicionados ou deduzidos ao justo valor do ativo ou passivo financeiro, conforme o caso, no reconhecimento inicial.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ou passivos financeiros reconhecidos pelo justo valor através da demonstração dos resultados são reconhecidos imediatamente na demonstração consolidada dos resultados.

#### Ativos financeiros

Todas as compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou, ao seu justo valor, dependendo do modelo de negócio adotado pelo GRUPO e das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

#### Classificação de ativos financeiros

##### a) Instrumentos de dívida e contas a receber

Os instrumentos de dívida de rendimento fixo e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado:

- (i) o ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo é mantê-lo de forma a receber os seus fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

O método da taxa de juro efetiva é um método de calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e de alocar o respetivo juro durante o período da sua vigência.

Para os ativos financeiros que não sejam adquiridos ou originados com imparidade (ou seja, ativos com imparidade no reconhecimento inicial), a taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo *fees* e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do instrumento na sua quantia escriturada bruta na data do seu reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro é o montante pelo qual o mesmo é mensurado no reconhecimento inicial deduzido dos reembolsos de capital, mais a amortização acumulada, utilizando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante inicial e o montante do seu reembolso, ajustado por eventuais perdas por imparidade.

A receita associada aos juros é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Rendimentos e ganhos financeiros”, através do método da taxa de juro efetiva, para os ativos financeiros registados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados. A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juro efetiva à quantia escriturada bruta do ativo financeiro.



Os instrumentos de dívida e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente a justo valor através de outro rendimento integral:

- (i) o ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo prevê quer o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, quer a sua alienação; e
  - (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.
- b) Instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral

No reconhecimento inicial, o GRUPO pode efetuar uma escolha irrevogável (instrumento financeiro a instrumento financeiro) de designar determinados investimentos em instrumentos de capital próprio (ações) a justo valor através do outro rendimento integral.

A designação a justo valor através de outro rendimento integral não é permitida se o investimento for mantido para efeitos de negociação ou se resultar de uma contraprestação contingente reconhecida no âmbito de uma concentração de atividades empresariais.

Um instrumento de capital é mantido para negociação se:

- i) ele for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo;
- ii) no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o GRUPO administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- iii) se for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afetado a uma operação de cobertura).

Os investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados ao seu justo valor com os ganhos e perdas decorrentes da sua variação reconhecidos no outro rendimento integral. No momento da sua alienação, o ganho ou a perda acumulado gerado com estes instrumentos financeiros não é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados, mas sim transferido somente para a rubrica de "Resultados transitados".

Os dividendos associados a investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados no momento em que são atribuídos / deliberados, a menos que os mesmos representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são registados na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Rendimentos e ganhos financeiros".

Na primeira aplicação da IFRS 9, o GRUPO designou os investimentos em instrumentos de capital próprio que não eram mantidos para negociação como valorizados ao justo valor através de outro rendimento integral.

- c) Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados

Os ativos financeiros que não cumpram os critérios para serem mensurados pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo justo valor apurado no final de cada período de relato, sendo os respetivos ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, exceto se fizerem parte de uma relação de cobertura.

#### Imparidade de ativos financeiros

O GRUPO reconhece perdas de imparidade esperadas para instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como para contas a receber de clientes, de outros devedores, e para ativos associados a contratos com clientes.

A quantia de perdas esperadas de imparidade para os ativos financeiros acima referidos é atualizada a cada data de relato de forma a refletir as alterações no risco de crédito ocorridas desde o reconhecimento inicial dos respetivos ativos financeiros.

As perdas de imparidade esperadas para crédito concedido (contas a receber de clientes e outros devedores e de ativos associados a contratos com clientes) são estimadas utilizando uma matriz de incobrabilidade baseada no histórico creditício dos devedores do GRUPO nos últimos quatro anos (três anos para o exercício de 2017), ajustada por fatores específicos atribuíveis aos devedores, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro. Para o efeito, os saldos de clientes e outros devedores foram agrupados tendo em conta perfis de risco de crédito semelhantes (país, unidade de negócio, tipologia de devedor - público ou privado, etc.) e intervalos de vencimento.

O GRUPO reconhece as perdas de imparidade esperadas para crédito concedido para toda a vida das contas a receber de clientes e de outros devedores, bem como para os ativos associados a contratos com clientes.

No que respeita aos saldos a receber de empresas conjuntamente controladas e associadas, que não sejam considerados parte do investimento financeiro nessas empresas, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“*on demand*”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o saldo a receber é imediatamente exigível e a EMPRESA relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento foi considerada próxima de 0% e por isso a imparidade foi considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da empresa relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então o GRUPO apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, o GRUPO aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito, o GRUPO calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, o GRUPO calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos de caixa contratuais até à maturidade do ativo. A avaliação do risco de crédito é efetuada de acordo com os critérios divulgados nas políticas de gestão de risco crédito constantes do Relatório de Gestão.

#### Política de *Write-offs*

O GRUPO procede à anulação contabilística (“*write-off*”) de um ativo financeiro quando existe informação que evidencie que o devedor se encontra numa situação financeira muito débil, nomeadamente quando se encontra num processo de liquidação ou de falência e quando não existem perspetivas realistas de recuperação do crédito. No entanto, os ativos financeiros anulados poderão ainda ser sujeitos a procedimentos de recuperação por parte do GRUPO. Quaisquer recuperações posteriores serão reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados.

#### Desreconhecimento de ativos financeiros

O GRUPO desreconhece um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua propriedade para outra entidade. Se o GRUPO nem transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade de um ativo financeiro, mas continuar a controlar o mesmo, o GRUPO reconhece o seu interesse no ativo retido e um passivo equivalente ao montante que terá de devolver. Se o GRUPO reter substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade de um ativo financeiro transferido, o GRUPO continua a reconhecer o mesmo e reconhece adicionalmente um empréstimo pelo montante entretanto recebido.

No desreconhecimento de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre a sua quantia escriturada e a soma da retribuição recebida e a receber é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Por outro lado, no desreconhecimento de um ativo financeiro representado por um instrumento de capital registado a justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou a perda acumulado na reserva de reavaliação é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados.

No entanto, no desreconhecimento de um ativo financeiro representado por um instrumento de capital designado no reconhecimento inicial irrevogavelmente como registado a justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou a perda acumulado na reserva de reavaliação não é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados, mas sim transferido para a rubrica de “Resultados transitados”.

## Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

### Classificação como passivo financeiro ou como instrumento de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados como passivo ou como capital próprio de acordo com a substância contratual da transação.

### Capital próprio

São considerados pelo GRUPO instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transação evidencie que o GRUPO detém um interesse residual num conjunto de ativos após dedução de um conjunto de passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo GRUPO são reconhecidos pelo montante recebido, líquido dos custos diretamente atribuíveis à sua emissão.

A recompra de instrumentos de capital próprio emitidos pelo GRUPO (ações próprias) é contabilizada pelo seu custo de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação de ações próprias são registados na rubrica "Outras reservas e resultados transitados".

### Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, todos os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Os passivos financeiros são registados ao justo valor através da demonstração dos resultados quando:

- (i) o passivo financeiro resultar de uma contraprestação contingente decorrente de uma concentração de atividades empresariais;
- (ii) quando o passivo for detido para negociação; ou
- (iii) quando o passivo for designado para ser registado a justo valor através da demonstração dos resultados.

Um passivo financeiro é classificado como detido para negociação se:

- (i) for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo; ou
- (ii) no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o GRUPO administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- (iii) se for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afeto a uma operação de cobertura).

Os passivos financeiros registados ao justo valor através da demonstração consolidada dos resultados são mensurados pelo seu justo valor com os respetivos ganhos ou perdas decorrentes da sua variação reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura.

### Passivos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são designados para registo ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juro efetiva.

O método da taxa de juro efetiva é um método de calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e de alocar o respetivo juro durante o período da sua vigência.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo *fees* e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do passivo financeiro na sua quantia escriturada na data do seu reconhecimento inicial.

### Tipologias de passivos financeiros

Os empréstimos sob a forma de emissões de papel comercial são classificados como passivos não correntes quando têm garantia de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Conselho de Administração do GRUPO utilizar essa fonte de financiamento igualmente por um período superior a um ano.

Os empréstimos sem recurso correspondem aos empréstimos em que apenas os ativos das empresas financiadas respondem pela liquidação da dívida (*Project finances*). Nos empréstimos com recurso, a liquidação da dívida é sempre assegurada pelo GRUPO.

Os outros passivos financeiros referem-se, essencialmente, a operações de *factoring* e de locação financeira, as quais são inicialmente registadas pelo seu justo valor. Estes passivos financeiros são, subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

### Desreconhecimento de passivos financeiros

O GRUPO desreconhece passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações do GRUPO são liquidadas, canceladas ou expiraram.

A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro desreconhecido e a contraprestação paga ou a pagar é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Quando o GRUPO troca com um determinado credor um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes, essa troca é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

De igual forma, o GRUPO contabiliza as modificações substanciais nos termos de uma responsabilidade existente, ou em parte dela, como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro. Assume-se que os termos são substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa do passivo financeiro renegociado, incluindo quaisquer comissões pagas líquidas de quaisquer comissões recebidas, descontados utilizando a taxa de juro efetiva original é pelo menos 10 por cento divergente do valor presente descontado dos fluxos de caixa remanescentes do passivo financeiro original.

Caso a modificação não seja substancial, a diferença entre: (i) a quantia escriturada do passivo antes da modificação; e (ii) o valor presente dos fluxos de caixa futuros após a modificação é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados como um ganho ou perda da modificação.

### Instrumentos financeiros derivados

O GRUPO tem vindo a contratar um conjunto de instrumentos financeiros derivados (*forwards*, *swaps* e opções) com o objetivo de gerir a sua exposição ao risco de taxa de juro e ao risco de taxa de câmbio, não sendo utilizados instrumentos financeiros derivados com o objetivo de especulação. A utilização de instrumentos financeiros derivados encontra-se devidamente regulada pelo GRUPO.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados, sendo posteriormente remensurados ao seu justo valor em cada data de relato. O ganho ou perda resultante é reconhecido imediatamente na demonstração dos resultados a não ser que o instrumento financeiro derivado seja designado como instrumento de cobertura, caso em que o reconhecimento na demonstração dos resultados depende da natureza da relação de cobertura.

Conforme acima referido, os instrumentos financeiros derivados utilizados pelo GRUPO respeitam a instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio maioritariamente associados a empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, as datas de vencimento de juros e os planos de reembolso são geralmente semelhantes às condições estabelecidas para os instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio, pelo que, normalmente, a cobertura é altamente eficaz.

Os critérios utilizados pelo GRUPO no reconhecimento inicial para classificar instrumentos financeiros derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são como se segue:

- a) O relacionamento de cobertura é constituído apenas por instrumentos de cobertura elegíveis e itens cobertos elegíveis;
- b) No início da relação de cobertura, existe designação e documentação formais relativamente ao relacionamento de cobertura e ao objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para efetuar a cobertura; e

- c) O relacionamento de cobertura satisfaz todos os seguintes requisitos de eficácia da cobertura:
- i) Existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura;
  - ii) O efeito do risco do crédito não domina as alterações de valor que resultam dessa relação económica;
  - e
  - iii) O rácio de cobertura do relacionamento de cobertura é o mesmo que resulta da quantidade do item coberto que uma entidade cobre efetivamente e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

Os instrumentos financeiros derivados de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio são inicialmente registados pelo seu justo valor. As alterações subsequentes de justo valor dos instrumentos financeiros derivados afetos à cobertura de fluxos de caixa, associadas à parcela de cobertura efetiva, são reconhecidas na demonstração consolidada do outro rendimento integral na rubrica “Variação, líquida de impostos, no justo valor de instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa”, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta os resultados.

As eventuais ineficácias de cobertura existentes são registadas nas rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiras” da demonstração consolidada dos resultados do exercício.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo refletido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

Um instrumento financeiro derivado com justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro, enquanto um instrumento financeiro derivado com justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro.

Os instrumentos financeiros derivados não são compensados nas demonstrações financeiras consolidadas a menos que o GRUPO tenha um direito legal e a intenção de os compensar.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como ativo não corrente ou passivo não corrente se o seu prazo de maturidade residual for superior a 12 meses a contar da data de relato e não se esperar que o mesmo seja realizado ou liquidado no prazo de 12 meses a partir da data acima referida. Os restantes instrumentos financeiros derivados são apresentados como ativos correntes ou passivos correntes.

#### **Política contabilística adotada pelo GRUPO até 31 de dezembro de 2017 relativamente a ativos e passivos financeiros (ao abrigo da IAS 39)**

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira quando o GRUPO se torna parte integrante das correspondentes disposições contratuais.

##### **a) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: “Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados”, “Empréstimos e contas a receber”, “Ativos financeiros detidos até à maturidade” e “Ativos financeiros disponíveis para venda”. A classificação, definida no momento do reconhecimento inicial, depende da intenção subjacente à aquisição do ativo e das características dos instrumentos financeiros.

- Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados: esta categoria divide-se em duas subcategorias: “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados”. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria, nomeadamente, se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização pelo justo valor eliminar ou reduzir significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos financeiros derivados são também classificados como “Ativos financeiros detidos para negociação”, exceto se tiverem sido designados como instrumentos de cobertura no âmbito da aplicação das regras de contabilidade de cobertura da IAS 39. Os ativos registados nesta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses após a data da demonstração consolidada da posição financeira.

- Empréstimos e contas a receber: Esta categoria inclui ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis e com maturidade definida ou à vista que não se encontrem cotados em mercados ativos / líquidos. Estes ativos financeiros surgem quando o GRUPO fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os “Empréstimos e contas a receber” são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração consolidada da posição financeira, situação em que são classificados como ativos não correntes e é estimado o seu valor atual. Em ambos os casos, esta tipologia de ativos financeiros é registada na demonstração consolidada da posição financeira na rubrica de “Clientes e outros devedores”.

- Ativos financeiros detidos até à maturidade: Esta categoria inclui ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis e com maturidade definida, que o GRUPO tenciona manter até ao seu vencimento (e tem capacidade para isso). Estes ativos são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração consolidada da posição financeira, situação em que são classificados como ativos não correntes.

- Ativos financeiros disponíveis para venda: Esta categoria inclui os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o instrumento financeiro num período inferior a 12 meses da data da demonstração consolidada da posição financeira.

Todas as compras e vendas destes ativos financeiros são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira.

Os ativos financeiros são inicialmente registados pelo seu justo valor (que normalmente é o valor pago na data da aquisição), acrescido de custos de transação (exceto os que são registados ao justo valor através de resultados, situação em que os correspondentes custos de transação são registados como custos do exercício).

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros registados a justo valor através de resultados e os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda são registados na demonstração consolidada do outro rendimento integral na rubrica “Reservas de justo valor – Investimentos financeiros”, até o ativo ser vendido, recebido ou a perda incorrida ser considerada uma perda de imparidade, momento em que o ganho ou a perda acumulada é registado(a) separadamente na demonstração consolidada dos resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor dos ativos financeiros detidos para negociação ou dos ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados são registados na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

Todos os investimentos em instrumentos de capital próprio (ações) não cotados classificados como ativos financeiros disponíveis para venda encontram-se registados pelo seu custo de aquisição (justo valor na data do reconhecimento inicial), considerando sempre eventuais perdas por imparidade no caso de existirem provas objetivas das mesmas. É convicção do Conselho de Administração do GRUPO que o justo valor desses investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição, líquido de imparidades.

Os dividendos relativos a instrumentos de capital próprio que se encontram classificados como ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados do exercício em que o direito a receber os mesmos foi estabelecido.

Os ativos financeiros classificados nas categorias de Empréstimos e contas a receber e de Ativos financeiros detidos até à maturidade são, subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ativos financeiros (exceto os mensurados a justo valor através de resultados) são sujeitos a análises de imparidade na data de cada demonstração consolidada da posição financeira. Os ativos financeiros correspondentes a investimentos em instrumentos de capital próprio ou os ativos que sejam individualmente significativos são sujeitos a análises de imparidade individuais.

No caso dos investimentos em instrumentos de capital próprio classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, uma queda significativa (mais do que 50%) ou prolongada (mais de dois anos) do seu justo valor face ao seu custo de aquisição é indicativa de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Para os restantes ativos, o GRUPO considera como indícios objetivos de imparidade mais relevantes os seguintes:

- Dificuldades financeiras significativas por parte da contraparte para liquidar as suas dívidas;
- Não cumprimento atempado por parte da contraparte dos créditos concedidos pelo GRUPO; e
- Probabilidade elevada de que a contraparte entre num processo de falência ou de reestruturação de dívida.

Para os ativos financeiros registados ao custo amortizado, o montante apurado da imparidade resulta da diferença entre o seu valor contabilístico e o valor atual dos fluxos de caixa futuros contratuais estimados descontados à taxa de juro efetiva inicial, que nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano é nula, por se considerar imaterial o efeito do desconto.

A quantia escriturada dos ativos financeiros apresentada na demonstração consolidada da posição financeira consolidada é reduzida diretamente pelas perdas de imparidade apuradas. Quando uma conta a receber de clientes ou de outros devedores é considerada como incobrável, a mesma (juntamente com as eventuais perdas de imparidade associadas) é anulada por contrapartida de resultados. Recebimentos posteriores de contas a receber de clientes e de outros devedores já desconhecidas são registados como um rendimento na demonstração consolidada dos resultados do exercício. As variações nas perdas de imparidade são registadas na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

Com exceção dos investimentos em instrumentos de capital próprio classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, as diminuições subsequentes em perdas de imparidade acumuladas que, objetivamente, sejam devidas a um evento posterior à data de reconhecimento da imparidade, são registadas através da demonstração consolidada dos resultados do exercício até ao limite da perda de imparidade acumulada existente. As perdas de imparidade em investimentos em instrumentos de capital próprio que são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

b) Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são inicialmente registados no passivo pelo seu justo valor. Eventuais despesas com a emissão e contratação desses empréstimos são registadas como uma dedução ao passivo sendo reconhecidas em resultados ao longo da vigência desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos obtidos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos sob a forma de emissões de papel comercial são classificados como passivos não correntes quando têm garantia de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Conselho de Administração do GRUPO utilizar essa fonte de financiamento igualmente por um período superior a um ano.

Os empréstimos sem recurso correspondem aos empréstimos em que apenas os ativos das empresas financiadas respondem pela liquidação da dívida (*Project finances*). Nos empréstimos com recurso, a liquidação da dívida é sempre assegurada pelo GRUPO.

c) Fornecedores e credores diversos

Os passivos financeiros incluídos na rubrica de “Fornecedores e credores diversos” são inicialmente registados pelo seu justo valor. Estes passivos financeiros são, subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

d) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros referem-se, essencialmente, a operações de *factoring* e de locação financeira, as quais são inicialmente registadas pelo seu justo valor. Estes passivos financeiros são, subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

e) Distinção entre passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação. São considerados pelo GRUPO instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transação evidencie que o GRUPO detém um interesse residual num conjunto de ativos após dedução de um conjunto de passivos.

f) Instrumentos financeiros derivados

O GRUPO utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos financeiros derivados com o objetivo de especulação. A utilização de instrumentos financeiros derivados encontra-se devidamente regulada pelo GRUPO.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pelo GRUPO respeitam, essencialmente, a instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio associados a empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, as datas de vencimento de juros e os planos de reembolso são geralmente semelhantes às condições estabelecidas para os instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio, pelo que, normalmente, a cobertura é altamente eficaz.



Os critérios utilizados pelo GRUPO para classificar instrumentos financeiros derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação das alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação no início da cobertura; e
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos financeiros derivados de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio são inicialmente registados pelo seu justo valor. As alterações subsequentes de justo valor desses instrumentos, associadas à parcela de cobertura efetiva, são reconhecidas na demonstração consolidada do outro rendimento integral na rubrica “Variação, líquida de impostos, no justo valor de instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa”, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta os resultados. As eventuais ineficácias de cobertura existentes são registadas nas rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiras” da demonstração consolidada dos resultados do exercício.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo refletido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

g) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu custo de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação de ações próprias são registados na rubrica “Outras reservas e resultados transitados”.

h) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do GRUPO ao recebimento dos seus fluxos de caixa futuros; (ii) o GRUPO tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou; (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente, dos riscos e benefícios associados à sua detenção, o GRUPO tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em *factoring* com recurso à data de cada demonstração consolidada da posição financeira são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas do GRUPO por contrapartida da rubrica “Outros passivos financeiros” até ao momento do recebimento das mesmas.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando o GRUPO: (i) liquide o passivo pagando o mesmo ao credor ou; (ii) fique legalmente liberto da responsabilidade primária pelo passivo, seja por processo de lei, ou pelo credor.

x) Caixa e seus equivalentes

a) Caixa e seus equivalentes à vista

Os montantes incluídos nas rubricas “Caixa e seus equivalentes com/sem recurso à vista” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses que possam ser imediatamente mobilizáveis com um risco de alteração de valor não significativo.

b) Caixa e seus equivalentes a prazo

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes com recurso a prazo” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria não imediatamente disponíveis, pelo facto de terem sido dados em garantia ou estarem cativos.

Os montantes de Caixa e seus equivalentes sem recurso correspondem às disponibilidades das empresas financiadas em regime de *project finance*, nomeadamente as do SUBGRUPO EGF.

## xi) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição ou do respetivo valor realizável líquido (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a alienação).

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao seu valor de mercado. O custo de produção inclui o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico.

São registados ajustamentos para refletir a diferença entre a quantia escriturada dos inventários e o correspondente valor realizável líquido, nos casos em que este último seja inferior na data de relato.

No caso dos inventários, os ajustamentos para o seu valor realizável líquido são apurados com base em valores de mercado e em diversos indicadores de rotação.

O custeio das mercadorias vendidas e das matérias consumidas segue as seguintes regras:

- Imóveis – custo específico; e
- Materiais e restantes inventários – custo médio.

## xii) Rédito

O GRUPO adotou no exercício de 2018 a IFRS 15 tendo o efeito cumulativo da sua aplicação inicial sido reconhecido como um ajustamento de abertura ao saldo da rubrica de “Resultados transitados” da demonstração consolidada da posição financeira em 1 de janeiro de 2018. Deste modo, a informação comparativa relativa ao exercício de 2017 não foi reexpressa e encontra-se a ser apresentada de acordo com a IAS 11 e com a IAS 18.

O rédito no exercício de 2018 passou a ser mensurado de acordo com a consideração especificada nos contratos estabelecidos com os clientes e exclui qualquer montante recebido por conta de terceiros. Deste modo, o GRUPO passou a reconhecer o rédito quando transfere o controlo sobre um determinado bem ou serviço para o cliente.

No período comparativo, o rédito era mensurado pelo justo valor da consideração recebida ou a receber e era reconhecido, nomeadamente, quando os riscos e vantagens significativos associados à propriedade dos ativos vendidos fossem transferidos para o comprador.

As principais áreas de negócio / fontes de rédito do GRUPO nos exercícios de 2017 e 2018 podem ser detalhadas como se segue:

- (i) Engenharia e Construção – Nesta área, o GRUPO desenvolve nas três regiões onde atua projetos de construção civil e de obras públicas, destacando-se a construção de infraestruturas diversas como estradas, autoestradas, aeroportos, portos, barragens, linhas férreas, edifícios residenciais e comerciais, etc. Nesta área, são incluídos igualmente os serviços prestados pelo GRUPO na área de mineração (extração e transporte de minério) e na área de operação e manutenção de infraestruturas.
- (ii) Ambiente e Serviços – Nesta área, o GRUPO desenvolve as seguintes atividades:
  - a. Recolha, tratamento e valorização de resíduos – Nesta subárea, o GRUPO desenvolve nas três regiões onde atua serviços de recolha urbana de resíduos, bem como procede ao tratamento e valorização dos mesmos. Na componente de tratamento e valorização de resíduos, destaca-se a valorização orgânica de resíduos, bem como a produção de energia através da captação de biogás em aterro e através de centrais de valorização energética.
  - b. Energia – Nesta subárea, inclui-se, essencialmente, a atividade de geração e comercialização de energia elétrica no México.

**Política contabilística adotada pelo GRUPO em 2018 relativamente ao reconhecimento do rédito (ao abrigo da IFRS 15)**Natureza, obrigações de desempenho e momento de reconhecimento do rédito

- (i) Engenharia e Construção – Nesta área de negócio, o GRUPO celebra com entidades públicas e privadas diversos contratos de prestação de serviços de construção que incluem várias componentes / tarefas. Embora na maior parte dos casos os clientes possam beneficiar das diferentes componentes / tarefas isoladamente, dado que as mesmas são negociadas em conjunto a promessa de transferência de cada uma delas não é separadamente identificável das outras. Adicionalmente, dado que as componentes / tarefas acima referidas tipicamente se encontram altamente interrelacionadas e dependentes entre si, o GRUPO considera que as mesmas devem ser tratadas como uma obrigação de desempenho única. Deste modo, geralmente, cada contrato de construção é tratado como sendo uma obrigação de desempenho única.

Por outro lado, dado que os clientes têm a capacidade (controlo) de orientar a utilização do ativo à medida que o mesmo vai sendo construído e a capacidade de obter substancialmente todos os benefícios económicos remanescentes do mesmo, a obrigação de desempenho do GRUPO nestes casos é satisfeita ao longo do tempo, sendo o rédito reconhecido de acordo com o método *cost to cost* (descrito abaixo).

Assim sendo, o GRUPO reconhece os resultados dos contratos de construção, contrato a contrato, de acordo com o método *cost-to-cost* (também denominado método da percentagem de acabamento), o qual é entendido como a relação entre os gastos incorridos em cada contrato até uma determinada data e a soma desses gastos com os gastos estimados para o completar. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos proveitos totais estimados e os valores até então faturados são contabilizadas nas rubricas de ativos / passivos associados a contratos com clientes. Adicionalmente, o Conselho de Administração do GRUPO entende que o método *cost-to-cost* é o método mais apropriado a aplicar para medir o estágio de cumprimento das obrigações de desempenho nos contratos de construção.

Para efeitos de aplicação do método *cost to cost*, não são considerados custos com formação, orçamentação, deslocação, etc., na medida em que os mesmos não refletem o progresso e a transferência de controlo para o cliente.

Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia dos contratos de construção, o GRUPO reconhece um passivo para acomodar tal obrigação legal, o qual é apurado tendo em consideração os valores históricos de produção e de gastos incorridos com os contratos em período de garantia. Em virtude das garantias de qualidade prestadas pelo GRUPO resultarem unicamente de uma obrigação legal (quer no seu âmbito, quer no seu período de vigência) as mesmas não foram tratadas como obrigações de desempenho autónomas.

Nas situações em que o GRUPO tem a capacidade (controlo) de orientar a utilização do ativo à medida que o mesmo vai sendo construído e a capacidade de obter substancialmente todos os benefícios económicos remanescentes do mesmo (nomeadamente na atividade de promoção imobiliária), o rédito é reconhecido quando o GRUPO transfere o controlo do ativo para o cliente (geralmente no momento da realização da escritura de compra e venda do imóvel).

Relativamente à prestação de serviços de mineração e de operação e manutenção de infraestruturas, dado que os clientes recebem e consomem em simultâneo os benefícios económicos decorrentes do desempenho do GRUPO à medida que este desenvolve a sua atividade (extração e transporte de minério ou operação e manutenção de infraestruturas), a obrigação de desempenho do GRUPO nestes casos é satisfeita ao longo do tempo, sendo o rédito reconhecido no momento em que o GRUPO tem direito a faturar os serviços prestados.

(ii) Ambiente e Serviços

- a. Recolha, tratamento e valorização de resíduos – Nesta subárea de negócio, o GRUPO celebra, nomeadamente com entidades públicas, diversos contratos de recolha, tratamento e valorização de resíduos. Dado que na maior parte dos casos os clientes podem beneficiar dos serviços acima indicados isoladamente, cada uma daquelas atividades é considerada como uma obrigação de desempenho autónoma. Por outro lado, dado que os clientes recebem e consomem em simultâneo os benefícios económicos decorrentes do desempenho do GRUPO à medida que este desenvolve a sua atividade (recolha e tratamento de resíduos), a obrigação de desempenho do GRUPO nestes casos é satisfeita ao longo do tempo, sendo o rédito reconhecido no momento em que o GRUPO tem direito a faturar os serviços prestados.

Por outro lado, o rédito proveniente das atividades concessionadas desenvolvidas pelas empresas do SUBGRUPO EGF (tratamento e valorização de resíduos) é apurado com base na tarifa aprovada pelo regulador (ERSAR), tendo em consideração os proveitos permitidos e as quantidades da resíduos da recolha indiferenciada.

A tarifa tem a finalidade de recuperar:

- i) A amortização dos ativos da concessão associados à atividade regulada;
- ii) O retorno do valor líquido contabilístico médio dos ativos associados à atividade regulada, de acordo com as taxas definidas pelo regulador; e
- iii) Os custos operacionais associados à atividade regulada.

Desvios tarifários

O regulamento tarifário, emitido pela ERSAR, define a fórmula de cálculo dos proveitos permitidos para as atividades reguladas e contempla nessa fórmula o apuramento dos desvios tarifários que deverão ser recuperados até ao segundo ano após a data em que os mesmos forem gerados.

Desta forma, em cada data de relato, o GRUPO apura, de acordo com os critérios definidos no regulamento tarifário, os desvios tarifários existentes entre os proveitos permitidos recalculados com base nos valores reais e os proveitos faturados.

Atendendo ao enquadramento regulatório acima descrito, os desvios tarifários apurados pelo GRUPO em cada exercício cumprem um conjunto de características (fiabilidade de mensuração, direito à sua recuperação, transmissibilidade dos mesmos e incidência de juros) que suportam o seu reconhecimento como rédito, e como ativo, no ano em que são apurados. Tal racional é igualmente válido quando são apurados desvios tarifários a entregar (a pagar), os quais são configuráveis como passivos e menos rédito.

- b. Energia – Nesta subárea de negócio, ao abrigo dos contratos estabelecidos, o GRUPO vende, nomeadamente a empresas gestoras de redes energéticas, a energia que produz. Desta forma, cada contrato de venda de energia é considerado como uma obrigação de desempenho autónoma. Por outro lado, dado que os clientes recebem e consomem em simultâneo os benefícios económicos decorrentes do desempenho do GRUPO à medida que este desenvolve a sua atividade (produção de energia), a obrigação de desempenho do GRUPO nestes casos é satisfeita ao longo do tempo, sendo o rédito reconhecido no momento em que o GRUPO tem direito a faturar o mesmo.

Genericamente, e dada a tipologia de serviços executados pelo GRUPO, a alocação do preço às diferentes obrigações de desempenho vem estabelecida nos próprios contratos estabelecidos com os clientes.

Componentes significativas de financiamento

Sempre que existe um desfasamento temporal significativo (mais de 12 meses) entre o momento em que um bem ou serviço fica à disposição do cliente e o momento do seu recebimento, o GRUPO procede à avaliação sobre a existência de uma componente significativa de financiamento no contrato. Caso exista, aquela componente é tratada como uma obrigação de desempenho autónoma, sendo o respetivo juro reconhecido como proveito ao longo do período estimado do financiamento.

Adicionalmente, o GRUPO avalia também a existência de uma componente significativa de financiamento nos adiantamentos recebidos de clientes. Caso exista, aquela componente é tratada como uma obrigação de desempenho autónoma, sendo o respetivo juro reconhecido como custo ao longo do período estimado do financiamento.

### Componentes variáveis de rédito

Para efeitos de determinação do preço total do contrato, o GRUPO toma em consideração todas as componentes variáveis do mesmo, nomeadamente, descontos, bónus, revisões de preços, penalidades, pedidos de recuperação de custos incorridos, etc.. No entanto, o GRUPO apenas reconhece rédito associado a componentes variáveis quando seja altamente provável que uma reversão do mesmo não venha a ocorrer no futuro. Deste modo, no que respeita a revisões de preços, dado que a fórmula de cálculo inerente ao seu apuramento geralmente contempla alguns índices de difícil estimação, o rédito associado só é reconhecido no momento em que pode ser apurado com fiabilidade. De igual forma, dado que historicamente o GRUPO não tem sido objeto de penalidades aplicadas pelos seus clientes, as mesmas só são reconhecidas quando é altamente provável que venham a concretizar-se. Por último, os pedidos de recuperação de custos incorridos (os quais incluem, entre outros, *claims*) só são considerados como rédito quando for altamente provável que o cliente aceite tal pedido e que o respetivo montante não venha a ser revertido no futuro.

### Ativos associados a contratos com clientes

Os ativos associados a contratos com clientes correspondem às obrigações de desempenho já cumpridas pelo GRUPO ao abrigo de contratos estabelecidos com clientes para as quais a respetiva faturação não foi ainda emitida (essencialmente produção executada ao abrigo de contratos de construção reconhecida pelo método *cost-to-cost*). Quando a respetiva faturação for emitida e o direito ao seu recebimento for incondicional o saldo desta rubrica é transferido para a rubrica de “Clientes e outros devedores”.

### Passivos associados a contratos com clientes

Os passivos associados a contratos com clientes correspondem a adiantamentos recebidos de clientes relativamente a obrigações de desempenho a executar pelo GRUPO no futuro ou a proveitos diferidos resultantes da adoção do método *cost-to-cost*, nomeadamente, aos contratos de construção em curso.

### Custos associados ao cumprimento de contratos com clientes

Os custos associados ao cumprimento de contratos com clientes são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira quando:

- (i) Estiverem relacionados com um contrato já existente ou com um contrato futuro específico;
- (ii) Criarem recursos que irão ser utilizados para satisfazer uma ou mais obrigações de desempenho no futuro;
- (iii) For expectável que sejam recuperáveis; e
- (iv) Não estiverem já cobertos pelo âmbito de outra norma IFRS, como por exemplo, inventários, ativos tangíveis ou ativos intangíveis.

Deste modo, os custos com mão-de-obra, materiais e outros custos indiretos ou outros custos específicos com a instalação, mobilização e desmobilização de estaleiros em contratos de construção são reconhecidos nesta rubrica.

Os custos associados ao cumprimento de contratos com clientes são reconhecidos ao longo do período de vigência do contrato de construção em rubricas de custos operacionais.

Quando é provável que os gastos totais previstos para completar um contrato de construção excedam os rendimentos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

**Política contabilística adotada pelo GRUPO até 31 de dezembro de 2017 relativamente ao reconhecimento do rédito (ao abrigo da IAS 11 e da IAS 18)**

O rédito é registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquido de descontos e de devoluções estimadas.

**a) Contratos de construção**

O GRUPO reconhece os resultados dos contratos de construção, contrato a contrato, de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como a relação entre os gastos incorridos em cada contrato até uma determinada data e a soma desses gastos com os gastos estimados para o completar. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos proveitos totais estimados e os valores até então faturados são contabilizadas nas subrubricas "Produção e prestações de serviços não faturadas (Construção)" ou "Faturação antecipada (Construção)", incluídas nas rubricas "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes".

Nos casos em que, devido a incertezas no plano de construção, os resultados futuros do contrato não são passíveis de ser determinados com fiabilidade, o contrato é reconhecido pelo montante dos gastos incorridos ("contratos margem zero").

Variações face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício somente quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente daquelas variações e que estas possam ser mensuradas com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de gastos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia dos contratos de construção, o GRUPO reconhece um passivo para acomodar tal obrigação legal, o qual é apurado tendo em consideração os valores históricos de produção e de gastos incorridos com os contratos em período de garantia.

Quando é provável que os gastos totais previstos para completar um contrato de construção excedam os rendimentos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

Os gastos relacionados com a preparação de propostas para apresentação em concursos são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados do exercício em que são incorridos, uma vez que o desfecho das propostas não é controlável.

**b) Atividade imobiliária**

Os gastos capitalizados nos empreendimentos imobiliários desenvolvidos pelo GRUPO são apurados tendo em conta os gastos diretos de construção, assim como todos os gastos associados à elaboração dos projetos e ao licenciamento das obras. Os gastos imputáveis ao financiamento, à supervisão e à fiscalização dos empreendimentos são também capitalizados, desde que estes se encontrem em curso.

Considera-se, para efeito de capitalização de encargos financeiros e de encargos com a supervisão e fiscalização do empreendimento, que o mesmo se encontra em curso se aguardar decisão das autoridades competentes ou se se encontrar em construção. Caso o empreendimento não se encontre nestas fases, o mesmo é considerado parado e as capitalizações acima referidas são suspensas.

Adicionalmente, de acordo com a IFRIC 15, o rédito da atividade imobiliária é reconhecido quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo para o comprador (ou seja, no momento da celebração da escritura do imóvel).

**c) Atividade de tratamento e valorização de resíduos**

O rédito proveniente da venda de energia e de produtos valorizáveis é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- O GRUPO não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o GRUPO; e

- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços de tratamento e valorização de resíduos urbanos é reconhecido com base nas quantidades de resíduos tratados, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o GRUPO;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento do serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O reconhecimento do rédito proveniente das atividades concessionadas desenvolvidas pelas empresas do SUBGRUPO EGF é efetuado com base na tarifa aprovada pelo regulador (ERSAR), tendo em consideração os proveitos permitidos e as quantidades de resíduos da recolha indiferenciada.

A tarifa tem a finalidade de recuperar:

- i) A amortização dos ativos da concessão associados à atividade regulada;
- ii) O retorno do valor líquido contabilístico médio dos ativos associados à atividade regulada, de acordo com as taxas definidas pelo regulador; e
- iii) Os custos operacionais associados à atividade regulada.

#### Desvios tarifários

O regulamento tarifário, emitido pela ERSAR, define a fórmula de cálculo dos proveitos permitidos para as atividades reguladas e contempla nessa fórmula o apuramento dos desvios tarifários que deverão ser recuperados até ao segundo ano após a data em que os mesmos forem gerados.

Desta forma, em cada data de relato, o GRUPO apura, de acordo com os critérios definidos no regulamento tarifário, os desvios tarifários existentes entre os proveitos permitidos recalculados com base nos valores reais e os proveitos faturados.

Atendendo ao enquadramento regulatório acima descrito, os desvios tarifários apurados pelo GRUPO em cada exercício cumprem um conjunto de características (fiabilidade de mensuração, direito à sua recuperação, transmissibilidade dos mesmos e incidência de juros) que suportam o seu reconhecimento como rédito, e como ativo, no ano em que são apurados. Tal racional é igualmente válido quando são apurados desvios tarifários a entregar (a pagar), os quais são configuráveis como passivos e menos rédito.

#### xiii) [Especialização dos exercícios](#)

O GRUPO adota o princípio contabilístico da especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

#### xiv) [Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira](#)

No momento do reconhecimento inicial, todas as transações em moeda estrangeira são registadas na moeda funcional da respetiva entidade pela aplicação à quantia em moeda estrangeira da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data da transação.

No fim de cada período de relato: a) os itens monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio de fecho; b) os itens não monetários que sejam mensurados em termos de custo histórico numa moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data da transação; e c) os itens não monetários que sejam mensurados pelo justo valor numa moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio à data em que o justo valor foi determinado.



As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários a taxas diferentes daquelas a que foram convertidos no reconhecimento inicial ou em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do exercício, exceto se resultarem de itens monetários que façam parte do investimento líquido numa unidade operacional estrangeira. Neste caso, as diferenças de câmbio são reconhecidas inicialmente em outro rendimento integral e são reclassificadas do capital próprio para o resultado líquido consolidado do exercício aquando da alienação total ou parcial daquela unidade operacional.

As diferenças de câmbio relacionadas com transações de investimento / financiamento (financeiras) são registadas em subrubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiras”.

As diferenças de câmbio relacionadas com transações operacionais são registadas numa subrubrica de “Outros rendimentos / (gastos) operacionais”.

As diferenças de saldos intragrupo, geradas no processo de transposição de demonstrações financeiras de entidades / empresas com moeda funcional diferente do Euro, resultantes de ineficiências entre as várias taxas de câmbio envolvidas, são mantidas na demonstração consolidada da posição financeira e regularizadas aquando da liquidação das transações subjacentes.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas, os resultados, os fluxos de caixa e a posição financeira das entidades pertencentes ao perímetro de consolidação, cujas moedas funcionais não sejam a moeda de uma economia hiperinflacionária, foram convertidas para Euro às taxas de câmbio indicadas na Nota 1.3. alínea h).

#### xv) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação (de acordo com as regras fiscais em vigor no país em que operam) e considera a tributação diferida.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, na data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada demonstração da posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente, por não terem preenchido as condições para o seu registo, e / ou para reduzir o montante dos mesmos em função da expectativa atual da sua recuperação futura. Especificamente, no que respeita ao registo de ativos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis, estes apenas são registados quando os planos de negócio das respetivas empresas suportam a sua recuperação integral dentro dos prazos legais estabelecidos.

O montante de imposto a reconhecer, quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos em rubricas do outro rendimento integral é registado diretamente nessas mesmas rubricas não afetando o resultado do exercício.

#### xvi) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros associados a empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos que se qualifiquem são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização, no final de construção do ativo, ou quando a construção do ativo se encontra suspensa.

Os restantes encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo no exercício em que sejam incorridos.

## xvii) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o GRUPO tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração consolidada da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (valor esperado do exfluxo a incorrer), tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tal estimativa. Quando uma provisão é apurada tendo em consideração os fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação, os mesmos são objeto de atualização financeira. A taxa de desconto utilizada na atualização financeira acima referida corresponde à taxa média de financiamento da respetiva empresa à data de relato.

Provisões para contratos onerosos - As obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. É considerado que existe um contrato oneroso quando o GRUPO está perante uma situação em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se esperam que sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

Provisões para garantia de obra - As provisões para fazer face a gastos a incorrer durante o período de garantia dos contratos de construção são registadas há medida em que o rédito da construção é reconhecido em função da melhor estimativa do Conselho de Administração dos exfluxos de recursos necessários para satisfazer aquela obrigação.

Provisões para processos judiciais - As provisões para processos judiciais são registadas no momento em que se determina que é provável a ocorrência de uma saída de recursos para o GRUPO, sendo as mesmas reapreciadas anualmente tendo em conta a opinião dos respetivos advogados / consultores legais encarregues dos processos.

As provisões para reestruturação só são reconhecidas pelo GRUPO quando exista um plano formal e detalhado de reestruturação e o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

## xviii) Benefícios a empregados

### a) Benefícios concedidos a empregados correntes e não correntes

É reconhecido um passivo para fazer face aos benefícios concedidos a empregados relativamente a salários, férias e subsídio de férias no período em que o serviço dos empregados é prestado, sendo o mesmo reconhecido pelo montante dos benefícios expectáveis de serem pagos.

Os passivos reconhecidos relativos a benefícios concedidos a empregados correntes são mensurados ao valor não descontado dos benefícios expectáveis de serem pagos pelos serviços prestados.

Os passivos reconhecidos relativos a benefícios concedidos a empregados não correntes são mensurados ao valor atual dos pagamentos expectáveis futuros relativamente aos serviços prestados pelos empregados até à data de reporte.

### b) Pensões

As responsabilidades com o plano de pensões de benefícios definidos, atribuído a alguns ex-funcionários e a alguns atuais administradores do GRUPO, são apuradas de acordo com o método da unidade de crédito projetada (*“Projected Unit Credit Method”*), sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato utilizando os pressupostos atuariais e financeiros mais adequados ao plano estabelecido. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de bom risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

A partir de 1 de janeiro de 2013, na sequência da revisão da IAS 19, o GRUPO passou a registar na rubrica de “Gastos com pessoal” da demonstração consolidada dos resultados as seguintes componentes afetas ao plano de pensões acima referido:

- Custo dos serviços correntes;
- Custo líquido de juros com o plano de pensões; e
- Ganhos e perdas resultantes da alteração das condições do plano.

O custo líquido de juros com o plano de pensões é calculado pelo GRUPO multiplicando a responsabilidade líquida com pensões de reforma pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das respetivas responsabilidades. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as responsabilidades do GRUPO com pensões de reforma eram unicamente cobertas através do registo de uma provisão na demonstração consolidada da posição financeira, na rubrica “Provisões”, não existindo um Fundo autónomo.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como os ganhos e perdas decorrentes de alterações de pressupostos atuariais são reconhecidos por contrapartida da demonstração consolidada do outro rendimento integral.

#### xix) Subsídios atribuídos pelo Estado

Os subsídios atribuídos para financiar ações de formação de pessoal são reconhecidos como rendimento durante o período de tempo durante o qual o GRUPO incorre nos respetivos gastos de formação e são apresentados na demonstração consolidada dos resultados a deduzir a esses mesmos gastos.

Os subsídios atribuídos para financiar investimentos em ativos tangíveis ou intangíveis são diferidos e registados como responsabilidades. Os subsídios ao investimento são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados durante o período de vida útil estimado dos bens subsidiados na rubrica de “Outros rendimentos / (gastos) operacionais”.

#### xx) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas são divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas são divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de recursos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

#### xxi) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos entre a data da demonstração consolidada da posição financeira e a data de emissão das demonstrações financeiras consolidadas que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração consolidada da posição financeira (“*adjusting events*”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos entre a data da demonstração consolidada da posição financeira e a data de emissão das demonstrações financeiras consolidadas que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração consolidada da posição financeira (“*non adjusting events*”), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

#### xxii) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas, o Conselho de Administração do GRUPO baseou-se no seu melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e / ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (e correspondentes fontes de incerteza) incluem:

- a) Justo valor dos ativos tangíveis e das propriedades de investimento e valor realizável líquido dos imóveis registados em inventários

Alguns ativos imobiliários do GRUPO (nomeadamente terrenos e edifícios) são mensurados através do modelo da revalorização, ou do modelo do justo valor, no caso das propriedades de investimento, os quais implicam a determinação do respetivo justo valor. Adicionalmente, os imóveis registados em inventários que apresentam indícios de imparidade são sujeitos a testes de imparidade que assentam na determinação do valor realizável líquido dos mesmos. O justo valor e o valor realizável líquido daqueles ativos imobiliários é frequentemente determinado com recurso a avaliações, as quais têm inevitavelmente subjacentes incertezas associadas a diversos fatores, tais como preços de mercado, *yields*, procura, etc.. Para atenuar o efeito destas incertezas, o Conselho de Administração tem por política, sempre que tal for praticável, o recurso a peritos credenciados e independentes para a realização das avaliações.

Quando as avaliações são efetuadas por técnicos internos, existe o requisito de as mesmas utilizarem a máxima quantidade possível de dados de mercado observáveis.

A informação sobre os pressupostos mais relevantes utilizados no apuramento do justo valor e do valor realizável líquido para os principais imóveis detidos pelo GRUPO, bem como a sensibilidade dos resultados apurados face a algumas alterações de pressupostos encontra-se divulgada nas Notas 16, 22 e 23.

b) Vidas úteis dos ativos tangíveis e intangíveis

O GRUPO revê as vidas úteis estimadas dos seus ativos tangíveis e intangíveis em cada data de relato. As vidas úteis dos ativos dependem de diversos fatores relacionados, quer com a utilização dos mesmos, quer com decisões estratégicas do GRUPO, quer ainda com a envolvente económica das várias empresas incluídas no perímetro de consolidação. Desta forma, o GRUPO implementou um processo de revisão das vidas úteis estimadas que contempla os fatores atrás descritos e ainda outros que sejam considerados relevantes para o efeito.

c) Análises de imparidade ao *goodwill*, a investimentos financeiros em empresas associadas e conjuntamente controladas, a ativos tangíveis e a ativos intangíveis

As análises de imparidade requerem a determinação do justo valor e / ou do valor de uso dos ativos em questão (ou de algumas UGC). Este processo requer um elevado número de julgamentos, nomeadamente a estimação de fluxos de caixa futuros associados aos ativos ou às respetivas UGC e a determinação de uma taxa de desconto apropriada para o apuramento do valor presente dos referidos fluxos de caixa. Neste particular, o GRUPO, mais uma vez, estabeleceu o requisito de ser utilizada a máxima quantidade possível de dados de mercado observáveis. Estabeleceu ainda mecanismos de monitorização dos cálculos assentes no desafio crítico da razoabilidade dos pressupostos utilizados, da sua coerência e consistência (em situações similares).

A informação sobre os pressupostos mais relevantes utilizados nas análises de imparidade, bem como a sensibilidade dos resultados apurados face a algumas alterações de pressupostos encontra-se divulgada nas Notas 14, 15 e 16.

d) Determinação de perdas de imparidade em contas a receber

As perdas de imparidade em contas a receber são apuradas conforme indicado na Nota 1.4. ix). Deste modo, a determinação da imparidade através da análise individual corresponde ao julgamento do GRUPO quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa sobre o valor atribuído a eventuais garantias existentes, com o conseqüente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. Por outro lado, as perdas de imparidade esperadas no crédito concedido são apuradas tendo em conta um conjunto de informação histórica e de pressupostos, os quais poderão vir a não ser representativos da incobabilidade futura dos devedores do GRUPO.

A informação sobre os pressupostos mais relevantes utilizados na determinação das perdas de imparidade em contas a receber encontra-se divulgada na Nota 24.

e) Reconhecimento do rédito em obras em curso

O rédito das obras em curso é reconhecido com base no método *cost to cost*, ou seja, de acordo com a fase de acabamento do contrato. A fase de acabamento traduz-se numa estimativa muito relevante que assenta na previsão dos gastos ainda a incorrer até à conclusão das obras. Este processo baseia-se, em grande medida, no *input* dos técnicos envolvidos nas obras, em virtude do seu conhecimento detalhado das mesmas, da sua experiência e da sua competência técnica.

f) Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos (nomeadamente instrumentos financeiros derivados contratados pelo GRUPO: *forwards* de taxa de câmbio e *swaps* de taxa de juro e nas ações do Banco Angolano de Investimentos, S.A. – BAI) foram utilizadas técnicas de valorização assentes em métodos de fluxos de caixa descontados ou em múltiplos de transações de mercado. A determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados é geralmente efetuada pelas entidades junto das quais os mesmos foram contratados (contrapartes).

O Conselho de Administração do GRUPO reconhece competência e objetividade às contrapartes. Adicionalmente, o GRUPO tem ainda acesso aos principais pressupostos e metodologias utilizados na determinação do justo valor daqueles instrumentos, os quais são considerados apropriados.

A determinação do justo valor das ações do BAI foi efetuada tendo em consideração informação pública disponibilizada na *Reuters / Bloomberg* ou em outras fontes credíveis de disponibilização de informação sobre transações financeiras.

A informação sobre os pressupostos mais relevantes utilizados na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos encontra-se divulgada nas Notas 21 e 33.

g) Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso

O desfecho dos processos judiciais em curso, bem como a respetiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados / consultores legais do GRUPO. Os advogados / consultores legais do GRUPO possuem as competências técnicas e o conhecimento detalhado dos processos que lhes permitem fazer face à incerteza inerente ao desfecho de processos desta natureza.

h) Mensuração e reconhecimento de impostos diferidos

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável positiva futura. Adicionalmente, os ativos e os passivos por impostos diferidos são determinados com base na interpretação da legislação fiscal em vigor nas várias jurisdições onde o GRUPO opera. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no montante dos impostos diferidos reconhecidos. Por último, a recuperação dos ativos por impostos diferidos depende ainda do desempenho das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação, circunstância que o GRUPO não controla por inteiro. De modo a atenuar o grau de incerteza associado a estas estimativas, em particular no tocante à interpretação da legislação fiscal aplicável, o GRUPO e as várias empresas incluídas no seu perímetro de consolidação recorrem aos serviços de consultores fiscais externos especializados.

i) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por peritos externos certificados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Aquelas avaliações incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade, invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros. Os pressupostos adotados na determinação das responsabilidades com pensões correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do GRUPO quanto ao comportamento futuro das variáveis acima referidas.

A informação sobre os pressupostos mais relevantes utilizados na quantificação das responsabilidades com pensões de reforma, bem como a sensibilidade dos resultados apurados face a algumas alterações de pressupostos encontra-se divulgada na Nota 40.

As diversas estimativas acima referidas foram determinadas com base na melhor informação histórica disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas. Os julgamentos subjacentes àquelas estimativas tiveram em consideração a envolvente económica global do setor e da geografia em que operam as várias empresas incluídas no perímetro de consolidação, bem como os seus desenvolvimentos futuros esperados. Atendendo à sua natureza, aqueles julgamentos encontram-se sujeitos a um razoável grau de incerteza. Consequentemente, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nas estimativas e que podem levar a que os desfechos observados difiram materialmente dos previstos. Alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data de emissão das demonstrações financeiras consolidadas anexas serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8.

Na data de preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas não são antecipadas alterações relevantes às estimativas efetuadas e, consequentemente, não são esperadas variações materiais nos ativos e passivos registados com base nessas estimativas.

xxiii) **Demonstração dos fluxos de caixa**

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7 através do método direto. O GRUPO classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, mas exclui os valores cativos de depósitos a prazo das empresas concessionárias afetos ao serviço da dívida, bem como os depósitos dados em garantia ao abrigo de cláusulas contratuais.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa encontra-se segregada em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, os pagamentos a fornecedores, os pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira, bem como o pagamento de dividendos.

## 2. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, podem ser analisadas como se segue:

	2018	2017
<b>Vendas</b>		
Energia	149 030	120 386
Material reciclável	58 115	55 627
Imobiliário	57 028	14 434
Inertes	15 233	20 970
Outras	52 622	40 646
<b>Prestações de serviços</b>		
Contratos de construção	2 053 347	1 896 731
Resíduos - recolha	129 188	161 609
Resíduos - tratamento	78 768	78 561
Outros	208 419	208 331
	<b>2 801 749</b>	<b>2 597 294</b>

O aumento ocorrido no exercício de 2018 na rubrica “Vendas - Imobiliário” é justificado, essencialmente, pelo aumento das vendas de apartamentos na Polónia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as vendas e prestações de serviços por segmento operacional podem ser analisadas como se segue:

	2018	2017
Europa - Engenharia e Construção	572 057	538 472
Europa - Ambiente e Serviços	299 575	296 223
África	904 568	860 273
América Latina	1 068 521	960 447
Outros e eliminações	(42 972)	(58 122)
	<b>2 801 749</b>	<b>2 597 294</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, nenhum cliente representava mais de 10% da rubrica “Vendas e prestações de serviços”.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Outros e eliminações” incluía, essencialmente, vendas e prestações de serviços de subsidiárias do segmento Europa - Engenharia e Construção para o segmento de África.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não se verificou qualquer descontinuação significativa nas atividades desenvolvidas pelo GRUPO.

Em 31 de dezembro de 2018, a componente futura de rédito alocada a obrigações de desempenho ainda não cumpridas, ou cumpridas parcialmente, pode ser analisada como se segue:

Segmento	2019	2020 e seguintes	Total
Europa - Engenharia & Construção	587 339	483 431	1 070 770
Europa - Ambiente & Serviços	49 143	106 444	155 587
<b>Europa - Total</b>	<b>636 481</b>	<b>589 875</b>	<b>1 226 357</b>
África - Engenharia & Construção	1 307 346	930 210	2 237 555
África - Ambiente & Serviços	92 085	428 450	520 535
<b>África - Total</b>	<b>1 399 430</b>	<b>1 358 660</b>	<b>2 758 090</b>
América Latina - Engenharia & Construção	857 389	611 676	1 469 065
América Latina - Ambiente & Serviços	10 158	1 304	11 462
<b>América Latina - Total</b>	<b>867 547</b>	<b>612 980</b>	<b>1 480 527</b>
Grupo - Engenharia & Construção	2 752 073	2 025 317	4 777 390
Grupo - Ambiente & Serviços	151 385	536 198	687 584
<b>Grupo - Total</b>	<b>2 903 458</b>	<b>2 561 514</b>	<b>5 464 973</b>

### 3. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, Variação da produção e Subcontratos

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, a variação da produção e os subcontratos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, podem ser analisados como se segue:

2018	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	96 861	84 915	181 777
Diferenças cambiais e outros movimentos	17 761	(953)	16 808
Transferências	(26 949)	-	(26 949)
Impacto da hiperinflação em Angola	(159)	(173)	(332)
Variação de perímetro	2 622	1 387	4 009
Compras	16 108	585 949	602 057
Inventário final (Nota 23)	(84 697)	(121 236)	(205 933)
	<b>21 548</b>	<b>549 889</b>	<b>571 437</b>
Variação da produção			16 643
Variação da produção - impacto da hiperinflação em Angola			521
Subcontratos			723 776
Subcontratos - impacto da hiperinflação em Angola			(10 827)
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, Variação da produção e Subcontratos</b>			<b>1 301 551</b>

2017	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	64 503	77 440	141 944
Diferenças cambiais e outros movimentos	7 814	(4 707)	3 108
Transferências	61 487	-	61 487
Impacto da hiperinflação em Angola	27	25 432	25 459
Variação de perímetro	(33 923)	(342)	(34 264)
Compras	13 189	548 588	561 777
Inventário final (Nota 23)	(96 861)	(84 915)	(181 777)
	<b>16 236</b>	<b>561 496</b>	<b>577 732</b>
Variação da produção			50 150
Variação da produção - impacto da hiperinflação em Angola			1 580
Subcontratos			439 947
Subcontratos - impacto da hiperinflação em Angola			23 498
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, Variação da produção e Subcontratos</b>			<b>1 092 907</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o GRUPO transferiu da rubrica “Mercadorias” para a rubrica de “Propriedades de investimento” um imóvel localizado em Angola no montante de, aproximadamente, 26.000 milhares de euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a rubrica “Transferências – Mercadorias” incluía um terreno recebido por parte de um cliente para liquidar uma dívida comercial que aquele mantinha junto do GRUPO no montante de 29.200 milhares de euros (Nota 23), bem como uma transferência de um imóvel registado na rubrica “Produtos e trabalhos em curso” no montante de 32.300 milhares de euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o montante inscrito na rubrica “Variação de perímetro” respeitava, essencialmente, à alteração de método de consolidação do FIDEICOMISO EL CAPOMO (do método integral para o método de equivalência patrimonial).

Os montantes incluídos na rubrica “Variação da produção” correspondem, essencialmente, ao valor de custo dos apartamentos construídos e alienados pelo GRUPO.



## 4. Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser analisados como se segue:

	2018	2017
Rendas e alugueres	155 388	125 329
Trabalhos especializados	88 668	89 580
Transportes, deslocações e estadias	62 265	53 183
Conservação e reparação	52 280	53 402
Transportes de mercadorias	44 778	44 154
Combustíveis	43 059	37 885
Seguros	22 331	21 296
Utensílios, outros materiais e material de escritório	17 963	16 657
Água e eletricidade	16 432	16 855
Vigilância e segurança	14 747	14 729
Comissões e honorários	13 190	14 524
Comunicações	6 212	5 681
Limpeza	3 348	3 351
Publicidade e propaganda	3 183	2 152
Outros fornecimentos e serviços	45 979	41 291
	<b>589 822</b>	<b>540 070</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Rendas e alugueres” respeitava, essencialmente, aos encargos suportados com o aluguer de equipamentos, máquinas, viaturas e instalações, a maioria dos quais de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rendas vincendas associadas a contratos de locação operacional celebrados pelo GRUPO com instituições financeiras / de crédito podem ser analisadas como se segue:

Ano de vencimento	2018	2017
1 ano	8 995	5 565
Entre 2 e 5 anos	5 923	7 536
mais de 5 anos	220	413
	<b>15 138</b>	<b>13 514</b>

Os principais contratos de locação operacional referidos acima respeitam, essencialmente, ao aluguer de viaturas e de equipamentos. Os alugueres de equipamentos estão associados, maioritariamente, à execução das obras adjudicadas ao GRUPO.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Trabalhos especializados” incluía, entre outros, trabalhos de assistência técnica, *outsourcing* e consultoria.

## 5. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser analisados como se segue:

	2018	2017
Remunerações	429 189	420 623
Encargos sociais:		
Pensões (plano de benefícios definidos)	463	439
Outros	112 502	116 204
	<b>542 154</b>	<b>537 266</b>

As responsabilidades com planos de pensões encontram-se explicitadas na Nota 40.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Outros” incluía, essencialmente, os gastos suportados com a Segurança Social e com outros regimes de contribuição social similares no estrangeiro, subsídios de refeição e doença, seguros de acidentes de trabalho e indemnizações.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os gastos com pessoal por segmento operacional podem ser analisados como se segue:

	2018	2017
Europa - Engenharia e Construção	110 463	104 384
Europa - Ambiente e Serviços	102 936	102 709
África	129 388	121 347
América Latina	178 505	187 979
Outros e eliminações	20 862	20 847
	<b>542 154</b>	<b>537 266</b>

## Número de colaboradores

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o número de colaboradores ao serviço do GRUPO (tendo em conta a região onde os mesmos estavam a prestar efetivamente a sua atividade) pode ser analisado como se segue:

	2018	2017
Administradores e Membros dos órgãos sociais	123	140
Pessoal do quadro	20 504	12 647
Pessoal não do quadro	11 365	17 073
	<b>31 992</b>	<b>29 860</b>
Europa	8 578	8 713
África	14 592	11 824
América Latina	8 496	8 791
Holding e outros	326	532
	<b>31 992</b>	<b>29 860</b>

## 6. Outros rendimentos / (gastos) operacionais

Os outros rendimentos / (gastos) operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser analisados como se segue:

	2018	2017
<b>Rendimentos e ganhos operacionais</b>		
Diferenças de câmbio favoráveis	532 290	981 384
Proveitos associados à construção de ativos concessionados	56 200	17 919
Variações de justo valor nas propriedades de investimento - Aumentos (Nota 22)	21 366	3 716
Subsídios ao investimento (Nota 36)	21 061	26 349
Ganhos na alienação de ativo tangível	8 804	10 739
Trabalhos para a própria empresa	1 311	1 136
Outros proveitos	4 781	15 825
	<b>645 812</b>	<b>1 057 069</b>
<b>Gastos e perdas operacionais</b>		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	460 572	1 000 470
Encargos associados à construção de ativos concessionados	56 200	17 919
Impostos	33 409	30 611
Perdas na alienação de ativo tangível	5 474	5 619
Donativos	1 626	2 187
Variações de justo valor nas propriedades de investimento - Reduções (Nota 22)	813	-
Outros gastos	48 863	22 575
	<b>606 958</b>	<b>1 079 382</b>
	<b>38 854</b>	<b>(22 313)</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as diferenças de câmbio tiveram a sua origem, essencialmente, na região de África, sendo que em 2018 Angola foi o mercado que mais contribuiu para aquele desempenho.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Subsídios ao investimento” respeitava, essencialmente, ao reconhecimento de subsídios ao investimento por parte das empresas do SUBGRUPO EGF.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Impostos” incluía diversos impostos suportados pelas várias empresas do GRUPO, com destaque para as localizadas em Angola e na Colômbia.

No âmbito dos contratos de concessão em vigor atribuídos às empresas do SUBGRUPO EGF, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, as empresas do SUBGRUPO EGF não têm qualquer margem na construção dos ativos afetos às concessões, pelo que os proveitos e os encargos associados à construção de ativos concessionados apresentam igual montante.

## 7. Amortizações e depreciações

As amortizações e depreciações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser analisadas como se segue:

	2018	2017
<b>Amortizações do exercício em ativo intangível (Nota 15):</b>		
Despesas de desenvolvimento	2 362	1 684
Software e outros direitos	1 231	1 076
Licenças de exploração de concessões	57 048	65 568
Outros ativos intangíveis	55	56
	<b>60 696</b>	<b>68 384</b>
<b>Depreciações do exercício em ativo tangível (Nota 16):</b>		
Terrenos e edifícios	11 506	15 021
Equipamentos		
Europa - Engenharia e Construção	14 711	17 149
Europa - Ambiente e Serviços	6 674	6 695
África	73 253	56 883
América Latina	12 878	13 850
Outros	727	374
Outros ativos tangíveis	2 356	2 229
	<b>122 105</b>	<b>112 201</b>
	<b>182 800</b>	<b>180 585</b>

Durante o exercício de 2017, na sequência de uma revisão efetuada à vida útil dos equipamentos detidos pelo GRUPO, nomeadamente daqueles que se encontravam localizados em alguns países africanos e na Polónia, a vida útil dos mesmos foi revista. Como resultado daquela revisão, as depreciações do exercício foram inferiores em cerca de 6.500 milhares de euros comparativamente com as registadas em 2016.

## 8. Provisões e perdas de imparidade

As provisões e as perdas de imparidade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser analisadas como se segue:

	2018			2017		
	Aumentos	Reversões	Líquido	Aumentos	Reversões	Líquido
<b>Provisões (Nota 38)</b>	35 758	(12 549)	23 209	23 640	(19 904)	3 737
<b>Ajustamentos e perdas de imparidade:</b>						
Em inventários (Nota 23)	3 668	(7 845)	(4 178)	1 664	(6 623)	(4 959)
Em goodwill (Nota 14)	577	-	577	572	-	572
Em ativos tangíveis (Nota 16)	3 685	(2 281)	1 404	13 284	(2 200)	11 084
Em clientes e outros devedores (Nota 24)	24 038	(21 023)	3 015	33 400	(5 812)	27 588
<b>Total de provisões e perdas de imparidade</b>	<b>67 725</b>	<b>(43 698)</b>	<b>24 027</b>	<b>72 560</b>	<b>(34 539)</b>	<b>38 022</b>
<b>Das quais associadas à adoção da IFRS - 9</b>	<b>7 647</b>	<b>(3 724)</b>	<b>3 923</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

O aumento líquido ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 na rubrica de “Provisões e perdas de imparidade” deveu-se, essencialmente, ao nível dos aumentos, à constituição de provisões para garantia de obra na região de África e para contingências diversas na MOTA-ENGIL SGPS e na região de África e, ao nível das reversões, pela valorização de alguns imóveis detidos pelo GRUPO em Portugal (registados nas rubricas de inventários e de ativos tangíveis) que permitiu a reversão parcial de perdas de imparidade registadas em exercícios anteriores.

O aumento líquido ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 na rubrica de “Provisões e perdas de imparidade” deveu-se, essencialmente, à constituição de imparidades para fazer face ao efeito do recebimento diferido no tempo (“*time value of money*”) de algumas contas a receber no médio e longo prazo de clientes da região de África, à constituição de provisões para fazer face a contratos de construção onerosos, nomeadamente no segmento Europa – Engenharia e Construção (mercado da República Checa) e à constituição de imparidades para fazer face à deterioração de alguns ativos tangíveis no Malawi.

## 9. Rendimentos e ganhos financeiros e Gastos e perdas financeiras

Os rendimentos e ganhos financeiros e os gastos e perdas financeiras (resultados financeiros) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser analisados como se segue:

	2018	2017
<b>Rendimentos e ganhos financeiros</b>		
<b>Ativos financeiros registados ao custo amortizado / empréstimos e contas a receber:</b>		
Juros obtidos	21 328	25 539
Descontos de pronto pagamento obtidos	539	1 006
Diferenças de câmbio favoráveis	170 010	28 959
<b>Outros ativos financeiros:</b>		
Juros obtidos - Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado / ativos financeiros detidos até à maturidade	7 773	8 466
Rendimentos de participações de capital - Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral / ativos financeiros disponíveis para venda	2 759	3 173
Ganhos de justo valor - Instrumentos financeiros derivados	109	234
Outros rendimentos e ganhos financeiros	133	2 239
	<b>202 650</b>	<b>69 382</b>
<b>Gastos e perdas financeiras</b>		
<b>Passivos financeiros registados ao custo amortizado / empréstimos e contas a pagar:</b>		
Juros suportados	131 778	101 780
Descontos de pronto pagamento concedidos	820	1 834
Diferenças de câmbio desfavoráveis	72 254	26 631
<b>Outros passivos financeiros:</b>		
Outros gastos e perdas financeiras	54 048	38 343
	<b>258 900</b>	<b>168 588</b>
	<b>(56 250)</b>	<b>(99 206)</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as diferenças de câmbio tiveram maioritariamente a sua origem na região de África, mais especificamente em Angola.

Os dividendos são reconhecidos quando é estabelecido o direito do GRUPO a receber o correspondente montante. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Rendimentos de participações de capital” respeitava, essencialmente, a dividendos recebidos do BAI – Banco Angolano de Investimentos (2.531 milhares de euros em 2018 e 2.691 milhares de euros em 2017).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os encargos financeiros capitalizados a ativos em construção / desenvolvimento podem ser analisados como se segue:

	2018	2017
Inventários	1 452	1 855
	<b>1 452</b>	<b>1 855</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, para efeitos de capitalização de encargos financeiros aos ativos em construção / desenvolvimento acima referidos, foi utilizada uma taxa de juro média de 3,81 % e 3,79%, respetivamente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Outros gastos e perdas financeiras” incluía, essencialmente, gastos com garantias e com a montagem de empréstimos, bem como diversas comissões e custos debitados por instituições financeiras parte dos quais se encontram a ser reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a rubrica acima referida incluía igualmente o montante de cerca de 3.300 milhares de euros associado ao efeito das modificações não substanciais efetuadas em alguns empréstimos obtidos pelo GRUPO (Nota 1.4.ix).

## 10. Ganhos / (perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ganhos em empresas associadas e conjuntamente controladas podem ser analisados como se segue:

Ganhos em empresas associadas e conjuntamente controladas	2018	2017
Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE's) participados pela Mota-Engil Engenharia e Construção (segmento Europa - Engenharia e Construção)	2 087	1 521
HL - Sociedade Gestora do Edifício (segmento Europa - Ambiente e Serviços)	816	774
Construtora Gran Canal (segmento América Latina)	758	239
Sistemas Eléctricos Metropolitanos (segmento América Latina)	706	-
Estradas do Zambéze e participada (segmento África)	511	773
Outras	1 265	1 872
	<b>6 143</b>	<b>5 179</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as perdas em empresas associadas e conjuntamente controladas podem ser analisadas como se segue:

Perdas em empresas associadas e conjuntamente controladas	2018	2017
Fideicomiso el Capomo (segmento América Latina)	1 227	650
Logz (segmento Europa - Ambiente e Serviços)	659	371
Outras	1 325	1 350
	<b>3 211</b>	<b>2 370</b>
<b>Ganhos / (perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas</b>	<b>2 932</b>	<b>2 808</b>

## 11. Ganhos / (perdas) na alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ganhos / (perdas) na alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas podem ser analisados como se segue:

Ganhos na alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas	2018	2017
SPE ECB ME Energia (participada não consolidada em 2017 da Empresa Construtora Brasil)	2 794	-
Prometro (participada não consolidada em 2017 da Manvia)	215	-
Bohdalecká Project	-	254
Outros	17	104
	<b>3 026</b>	<b>358</b>

Perdas na alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas	2018	2017
Vista Water, Lda. (Nota 43)	2 059	-
Ecodetra (participada não consolidada em 2017 da Mota-Engil Ambiente e Serviços)	332	-
Devonská Project Development AS	160	-
RTA	-	3 219
Outros	13	197
	<b>2 564</b>	<b>3 416</b>
<b>Ganhos / (perdas) em empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas</b>	<b>462</b>	<b>(3 058)</b>

## 12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser analisado como se segue:

	2018	2017
Imposto corrente	57 487	58 259
Imposto diferido - Impacto da hiperinflação em Angola	2 275	(2 292)
Imposto diferido	(18 028)	(27 583)
	<b>41 734</b>	<b>28 383</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe e o movimento dos ativos e passivos por impostos diferidos, de acordo com as diferenças temporárias que os originaram, podem ser analisados como se segue:

Ativos por impostos diferidos 2018	2017	Alteração de perímetro	Efeito em resultados	Efeito em reservas	Transferências	2018
Provisões e perdas de imparidade não aceites fiscalmente	40 845	-	7 128	3 358	2 012	53 343
Acréscimos de gastos não aceites fiscalmente	57 813	-	10 766	(13 681)	(12 849)	42 049
Prejuízos fiscais	30 816	-	8 215	(1 036)	180	38 175
Diferenças cambiais não aceites fiscalmente	3 599	-	-	(1 709)	-	1 890
Acréscimos de gastos por investimento a realizar não aceites fiscalmente	33 199	-	(6 928)	-	(2 894)	23 376
Diferenças temporárias na liquidação de subsidiárias	8 922	-	268	-	-	9 189
Outros	3 119	-	3 377	(966)	10 765	16 295
	<b>178 313</b>	<b>-</b>	<b>22 825</b>	<b>(14 033)</b>	<b>(2 787)</b>	<b>184 318</b>

Ativos por impostos diferidos 2017	2016	Alteração de perímetro	Efeito em resultados	Efeito em reservas	Transferências	2017
Provisões e perdas de imparidade não aceites fiscalmente	32 256	-	6 345	(1 314)	3 559	40 845
Acréscimos de gastos não aceites fiscalmente	24 406	-	31 240	3 204	(1 038)	57 813
Prejuízos fiscais	34 663	-	(3 201)	(647)	0	30 816
Diferenças cambiais não aceites fiscalmente	-	-	3 599	-	-	3 599
Acréscimos de gastos por investimento a realizar não aceites fiscalmente	28 899	-	7 955	-	(3 656)	33 199
Diferenças temporárias na liquidação de subsidiárias	5 460	-	3 462	-	-	8 922
Outros	10 050	(150)	1 798	(7 079)	(1 500)	3 119
	<b>135 735</b>	<b>(150)</b>	<b>51 198</b>	<b>(5 835)</b>	<b>(2 635)</b>	<b>178 313</b>

Passivos por impostos diferidos 2018	2017	Alteração de perímetro	Efeito em resultados	Efeito em reservas	Transferências	2018
Reavaliação de ativos fixos e impactos resultantes da alteração da moeda funcional	21 513	-	7 049	(2 362)	(88)	26 112
Amortizações associadas a investimento futuro a realizar não aceites fiscalmente	31 814	-	(6 582)	-	-	25 233
Diferimento de tributação de mais valias	2 287	-	(0)	-	-	2 287
Amortizações não aceites fiscalmente	9 125	-	(160)	(17)	-	8 948
Imputação de justo valor em concentrações de atividades empresariais	31 513	-	(996)	-	-	30 517
Acréscimos de rendimentos não tributados	8 810	-	9 969	665	(2 648)	16 797
Diferenças cambiais não aceites fiscalmente	14 283	-	(178)	305	-	14 411
Impacto da hiperinflação em Angola	23 712	-	(1 714)	(5 572)	-	16 427
Outros	10 891	-	(2 592)	(2 099)	1 144	7 344
	<b>153 950</b>	<b>-</b>	<b>4 797</b>	<b>(9 080)</b>	<b>(1 591)</b>	<b>148 075</b>

Passivos por impostos diferidos 2017	2016	Alteração de perímetro	Efeito em resultados	Efeito em reservas	Transferências	2017
Reavaliação de ativos fixos e impactos resultantes da alteração da moeda funcional	15 099	(239)	6 277	377	-	21 513
Amortizações associadas a investimento futuro a realizar não aceites fiscalmente	31 858	-	(44)	-	0	31 814
Diferimento de tributação de mais valias	2 863	-	(579)	3	0	2 287
Amortizações não aceites fiscalmente	7 341	-	(4 433)	(4 126)	10 343	9 125
Imputação de justo valor em concentrações de atividades empresariais	40 795	-	(3 370)	-	(5 912)	31 513
Acréscimos de rendimentos não tributados	17 517	-	3 270	2 029	(14 006)	8 810
Diferenças cambiais não aceites fiscalmente	4 266	-	10 038	(21)	-	14 283
Impacto da hiperinflação em Angola	-	-	10 345	13 367	-	23 712
Outros	9 026	-	2 111	211	(457)	10 891
	<b>128 765</b>	<b>(239)</b>	<b>23 615</b>	<b>11 841</b>	<b>(10 032)</b>	<b>153 950</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a coluna “Efeito em reservas” incluía, essencialmente, o efeito cambial decorrente da transposição de demonstrações financeiras de empresas participadas expressas em moeda estrangeira, nomeadamente, em 2018, das localizadas em Angola.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de “Acréscimos de gastos não aceites fiscalmente” e de “Acréscimos de rendimentos não tributados” incluía, essencialmente, o efeito resultante das diferenças existentes no tratamento fiscal e contabilístico dos contratos de construção.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, cerca de 9.500 milhares de euros de transferências de ativos e passivos por impostos diferidos tiveram como contrapartida as rubricas de outros passivos correntes / não correntes e respeitaram a movimentos efetuados nas concessionárias do SUBGRUPO EGF.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, de acordo com as declarações fiscais das empresas que registaram ativos por impostos diferidos associados a prejuízos e créditos fiscais, aqueles eram reportáveis como se segue:

2018	Prejuízos e créditos fiscais	Ativos por impostos diferidos
<b>Ano do registo:</b>		
até 2014 (inclusive)	3 707	913
2015	2 495	523
2016	17 811	4 866
2017	12 282	3 086
2018	135 846	28 788
	<b>172 141</b>	<b>38 175</b>

2018	Prejuízos e créditos fiscais	Ativos por impostos diferidos
<b>Data de caducidade:</b>		
2019	376	59
2020	2 361	296
2021	4 017	418
2022	2 940	374
após 2022	162 447	37 027
	<b>172 141</b>	<b>38 175</b>

2017	Prejuízos e créditos fiscais	Ativos por impostos diferidos
<b>Ano do registo:</b>		
até 2013 (inclusive)	2 610	612
2014	1 398	300
2015	13 987	3 210
2016	54 018	13 567
2017	58 140	13 127
	<b>130 153</b>	<b>30 816</b>

2017	Prejuízos e créditos fiscais	Ativos por impostos diferidos
<b>Data de caducidade:</b>		
2018	1 638	339
2019	3 547	1 016
2020	24 389	5 196
2021	31 454	7 530
após 2021	69 125	16 735
	<b>130 153</b>	<b>30 816</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram sujeitos a avaliação os ativos por impostos diferidos reconhecidos resultantes de prejuízos fiscais reportáveis e de outras diferenças temporárias dedutíveis. Consequentemente, os mesmos só foram registados na medida em que fosse provável, de acordo com a informação abaixo indicada, que ocorressem lucros tributáveis no futuro e que esses pudessem ser utilizados para recuperar perdas fiscais ou para compensar diferenças temporárias tributáveis existentes. Aquela avaliação baseou-se, essencialmente, nos planos de negócio das diversas empresas do GRUPO, periodicamente revistos e atualizados.

De igual modo, para efeitos de aferição da recuperação dos ativos por impostos diferidos gerados no consolidado fiscal da MOTA-ENGIL SGPS, foram utilizados os planos de negócio das empresas que o compõe, nomeadamente o da MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, cujos principais pressupostos se encontram descritos na Nota 16 e o da MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO AFRICA.

O prazo de utilização dos prejuízos fiscais reportáveis em Portugal é de 12 anos para os gerados no exercício de 2016 e de 5 anos para os gerados nos exercícios de 2017 e 2018, encontrando-se a dedução dos mesmos, por ano, limitada a 70% do lucro tributável.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, existiam prejuízos fiscais reportáveis no montante de 66.719 milhares de euros e 57.343 milhares de euros, respetivamente, cujos ativos por impostos diferidos, numa ótica de prudência e de incerteza quanto à sua recuperação, não foram registados.

2018	Prejuízos fiscais	Ativos por impostos diferidos
<b>Ano em que foram gerados:</b>		
até 2014 (inclusive)	13 730	1 940
2015	8 612	1 142
2016	17 708	3 387
2017	18 295	3 553
2018	8 375	1 623
	<b>66 719</b>	<b>11 646</b>

2018	Prejuízos fiscais	Ativos por impostos diferidos
<b>Data de caducidade:</b>		
2019	334	34
2020	8 546	436
2021	17 732	2 799
2022	15 276	5 702
após 2022	24 831	2 675
	<b>66 719</b>	<b>11 646</b>

2017	Prejuízos fiscais	Ativos por impostos diferidos
<b>Ano em que foram gerados:</b>		
até 2013 (inclusive)	14 773	1 945
2014	1 985	392
2015	8 094	971
2016	17 256	3 142
2017	15 234	3 221
	<b>57 343</b>	<b>9 671</b>

2017	Prejuízos fiscais	Ativos por impostos diferidos
<b>Data de caducidade:</b>		
2018	637	126
2019	394	75
2020	7 873	930
2021	16 729	2 972
após 2021	31 710	5 568
	<b>57 343</b>	<b>9 671</b>

A MOTA-ENGIL SGPS é abrangida, desde janeiro de 2010, pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime, de acordo com as regras do mesmo.



O RETGS engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente em, pelo menos, 75% do capital social e que sejam residentes em Portugal e sujeitas ao regime geral de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Para as empresas não abrangidas por aquele regime, o imposto corrente é calculado com base no respetivo resultado tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa participada.

A partir de 1 de janeiro de 2007, os municípios passaram a poder cobrar uma derrama municipal anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Desta forma, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a MOTA-ENGIL SGPS e as suas empresas participadas sedeadas em Portugal foram tributadas em sede de IRC à taxa de 21%, acrescida de uma derrama municipal à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo assim uma taxa agregada de imposto máxima de cerca de 22,5%.

Adicionalmente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os lucros tributáveis das empresas participadas que excederam os 1.500.000 euros foram sujeitos a uma derrama estadual, apurada nos termos do artigo 87ºA do Código do IRC, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros; e
- 9% (7% em 2017) para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 euros.

Por outro lado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável passou a estar condicionada ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 euros; e
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Por último, nos termos do artigo 88.º do Código do IRC, as empresas participadas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo atrás mencionado.

Deste modo, para efeitos de apuramento de ativos / passivos por impostos diferidos foram utilizadas em Portugal as taxas de 21% (para prejuízos fiscais e créditos fiscais reportáveis) e de 22,5% (para as outras diferenças temporárias) na medida em que se estima que aquelas serão as taxas que estarão em vigor na data de reversão das respetivas diferenças temporárias.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a reconciliação entre a taxa nominal e efetiva de imposto sobre o rendimento pode ser analisada como se segue:

2018	Taxa	Base fiscal	Imposto
Taxa e imposto nominal sobre o rendimento	22,5%	135 131	30 404
Resultados em associadas em equivalência patrimonial	-0,5%	(2 932)	(660)
Prejuízos fiscais gerados no ano para os quais não foi reconhecido ativo por imposto diferido	2,6%	15 741	3 542
Utilização de prejuízos fiscais no ano para os quais não tinha sido reconhecido ativo por imposto diferido	-3,0%	-	(4 108)
Taxas nominais de imposto diferenciadas	11,0%	-	14 850
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	-11,5%	(68 955)	(15 515)
Tributação autónoma	1,6%	-	2 142
Encargos financeiros não dedutíveis	5,1%	30 843	6 940
Impacto da hiperinflação em Angola	3,2%	-	4 376
Créditos fiscais gerados e consumidos no ano	-3,6%	-	(4 921)
Correções de exercícios anteriores	2,4%	-	3 295
Outros efeitos	1,0%	6 214	1 388
<b>Taxa efectiva e imposto sobre o rendimento</b>	<b>30,9%</b>		<b>41 734</b>

2017	Taxa	Base fiscal	Imposto
Taxa e imposto nominal sobre o rendimento	22,5%	89 824	20 210
Resultados em associadas em equivalência patrimonial	-0,6%	(2 808)	(632)
Lucros de empresas isentas	-8,6%	(42 462)	(9 554)
Prejuízos fiscais gerados no ano para os quais não foi reconhecido ativo por imposto diferido	8,7%	43 290	9 740
Taxas nominais de imposto diferenciadas	11,5%	-	12 801
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	-0,5%	(2 724)	(613)
Tributação autónoma	1,5%	-	1 636
Encargos financeiros não dedutíveis	5,4%	26 574	5 979
Diferenças temporárias existentes em empresas isentas até 31.12.2017 que originaram no ano o registo de ativos/passivos por impostos diferidos	-16,8%	-	(18 783)
Impacto da hiperinflação em Angola	12,1%	-	10 907
Outros efeitos	-3,0%	(14 703)	(3 308)
<b>Taxa efectiva e imposto sobre o rendimento</b>	<b>31,6%</b>		<b>28 383</b>

Os montantes incluídos nas rubricas “Lucros de empresas isentas” e “Taxas nominais de imposto diferenciadas” justificam-se, essencialmente, pelo facto de a MOTA-ENGIL ANGOLA ter beneficiado de uma isenção de pagamento de imposto (isenção pelo período de 8 anos com início no ano fiscal de 2010 e término no ano fiscal de 2017) e pelo facto das empresas sedeadas fora de Portugal apresentarem taxas de tributação distintas dos 22,5%.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as taxas nominais de imposto sobre lucros em vigor nos principais países onde o GRUPO opera, e que serviram igualmente como base para o apuramento dos ativos e passivos por impostos diferidos, por serem as que se estima que estejam em vigor na data de reversão das respetivas diferenças temporárias, foram como se segue:

País	Taxa	
	2018	2017
África do Sul	28%	28%
Angola	30%	30%
Brasil	34%	34%
Colômbia	37%	40%
Malawi	35%	35%
México	30%	30%
Moçambique	32%	32%
Peru	29,5%	29,5%
Polónia	19%	19%

De acordo com a legislação nacional em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Desta forma, as declarações fiscais das empresas do GRUPO sedeadas em Portugal, relativas aos anos de 2015 a 2018 poderão ser sujeitas a revisão e correção. No entanto, o Conselho de Administração do GRUPO entende que eventuais correções resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente por parte das autoridades fiscais não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Por outro lado, é convicção do Conselho de Administração do GRUPO, corroborada pelos seus advogados e consultores fiscais, que não existem passivos materiais associados a contingências fiscais que devessem originar o registo de provisões ou a necessidade de divulgação dos mesmos nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

## 13. Resultados por ação

A MOTA-ENGIL SGPS emitiu apenas ações ordinárias, pelo que não existem direitos especiais de dividendo ou voto.

Não se verifica no GRUPO qualquer situação que possa representar uma redução dos resultados por ação com origem em opções, *warrants*, obrigações convertíveis ou outros direitos associados a ações ordinárias. Assim, não existe dissemelhança entre o cálculo do resultado por ação básico e o cálculo do resultado por ação diluído.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da MOTA-ENGIL SGPS, totalmente subscrito e realizado, encontrava-se representado por 237.505.141 ações ordinárias, com um valor nominal de 1 euro cada.

Desta forma, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o apuramento dos resultados por ação pode ser analisado como se segue:

	2018	2017
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível ao Grupo (i)	23 612	1 588
Número total de ações ordinárias (ii)	237 505 141	237 505 141
Número de ações próprias no final do exercício (iii)	6 091 581	3 639 812
Número médio ponderado de ações ordinárias (iv)	237 505 141	237 505 141
Número médio ponderado de ações próprias (v)	4 194 351	3 639 812
<b>Número médio de ações em circulação (iv - v)</b>	<b>233 271 072</b>	<b>233 865 329</b>
Resultado por ação:		
básico (i) / (ii - v)	0,10 €	0,01 €
diluído (i) / (iv - v)	0,10 €	0,01 €

## 14. Goodwill

A informação relativa ao *Goodwill* com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, pode ser analisada como se segue:

	2018		2017			
	Goodwill bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Goodwill líquido	Goodwill bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Goodwill líquido
<b>Europa Engenharia e Construção</b>						
Mota-Engil Central Europe Polónia	8 543	(2 313)	6 231	8 797	(2 106)	6 691
Mota-Engil Central Europe Republica Checa	1 147	(1 147)	-	1 147	(1 147)	-
Outros	1 726	(1 726)	-	1 829	(1 767)	62
	<b>11 416</b>	<b>(5 185)</b>	<b>6 231</b>	<b>11 772</b>	<b>(5 020)</b>	<b>6 752</b>
<b>Europa Ambiente e Serviços</b>						
Grupo Suma	13 609	(4 229)	9 380	13 784	(4 229)	9 555
Outros	1 139	(116)	1 023	862	(75)	787
	<b>14 748</b>	<b>(4 345)</b>	<b>10 403</b>	<b>14 646</b>	<b>(4 304)</b>	<b>10 342</b>
<b>África</b>						
ME Construction South Africa	10 983	-	10 983	12 210	-	12 210
Outros	1 145	-	1 145	2 984	-	2 984
	<b>12 128</b>	<b>-</b>	<b>12 128</b>	<b>15 194</b>	<b>-</b>	<b>15 194</b>
<b>América Latina</b>						
Empresa Construtora Brasil	4 501	-	4 501	5 045	-	5 045
Consita	478	-	478	536	-	536
	<b>4 979</b>	<b>-</b>	<b>4 979</b>	<b>5 581</b>	<b>-</b>	<b>5 581</b>
	<b>43 272</b>	<b>(9 530)</b>	<b>33 741</b>	<b>47 193</b>	<b>(9 324)</b>	<b>37 870</b>

Os movimentos ocorridos no *Goodwill* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, podem ser analisados como se segue:

	2018	2017
<b>Goodwill no início do exercício</b>	<b>37 870</b>	<b>39 830</b>
<b>Perdas de imparidade em goodwill (Nota 8)</b>		
Mota-Engil Central Europe Polónia	(577)	(572)
	<b>(577)</b>	<b>(572)</b>
<b>Alterações no goodwill por variação de perímetro (alienação)</b>		
Vista Water	(1 841)	-
	<b>(1 841)</b>	<b>-</b>
<b>Alterações no goodwill por atualização cambial</b>		
Mota-Engil Central Europe Polónia	119	216
Empresa Construtora Brasil	(544)	(786)
ME Construction South Africa	(1 227)	(294)
Outros	(58)	(524)
	<b>(1 710)</b>	<b>(1 389)</b>
<b>Goodwill no final do exercício</b>	<b>33 741</b>	<b>37 870</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as perdas de imparidade registadas em *Goodwill* foram justificadas pela anulação de parte do *Goodwill* afeto ao negócio de eletromecânica na Polónia.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os métodos e os principais pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade nos valores mais significativos de *Goodwill* registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, foram como se segue:

2018				
Pressuposto	ECB*	Mota-Engil Central Europe Polónia	Grupo Suma (excluindo EGF)	ME Construction South Africa*
Método utilizado	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Base utilizada	Projeções	Projeções	Projeções	Projeções
Período utilizado	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos
<b>Taxas de crescimento das vendas:</b>				
Ano n+1	19%	11%	2%	41%
Ano n+3	4%	-13%	2%	7%
Na perpetuidade	4%	3%	2%	6%
Taxa de desconto utilizada na perpetuidade	13,0%	8,5%	6,4%	9,5%**

\* Avaliações expressas em moeda local - reais brasileiros e rands sul-africanos, respetivamente.

\*\* Na avaliação da ME Construction South África foram utilizadas taxas de desconto diferenciadas para cada período de projeção de forma a incorporar o nível de inflação anual esperado na África do Sul (entre 9,5% e 10%).

2017				
Pressuposto	ECB*	Mota-Engil Central Europe Polónia	Grupo Suma (excluindo EGF)	ME Construction South Africa*
Método utilizado	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Base utilizada	Projeções	Projeções	Projeções	Projeções
Período utilizado	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos
<b>Taxas de crescimento das vendas:</b>				
Ano n+1	6%	14%	5%	-1%
Ano n+3	4%	13%	1%	2%
Na perpetuidade	4%	1%	1%	6%
Taxa de desconto utilizada na perpetuidade	12,8%	5,7%	5,3%	10,04%**

\* Avaliações expressas em moeda local - reais brasileiros e rands sul-africanos, respetivamente.

\*\* Na avaliação da ME Construction South África foram utilizadas taxas de desconto diferenciadas para cada período de projeção de forma a incorporar o nível de inflação anual esperado na África do Sul (entre 10,5% e 11,2%).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a sensibilidade dos resultados dos testes de imparidade efetuados ao *Goodwill* aos principais pressupostos-chave, nomeadamente à taxa de desconto, à taxa de crescimento na perpetuidade e aos *cash-flows* projetados, era como se segue (impacto no valor recuperável dos ativos líquidos aos quais foram afetos os valores de *Goodwill*):

em milhões de euros

2018	Sensibilidade aos pressupostos-chave					
	Taxa de desconto		Taxa de crescimento na perpetuidade		Cash-flows projetados	
	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	5,0%	-5,0%
ECB	(5)	5	4	(3)	2	(2)
Suma	(11)	13	11	(9)	4	(4)
Mota-Engil Central Europe Polónia	(8)	9	7	(5)	4	(4)
ME Construction South Africa	(5)	6	13	(10)	8	(8)

2017	Sensibilidade aos pressupostos-chave					
	Taxa de desconto		Taxa de crescimento na perpetuidade		Cash-flows projetados	
	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	5,0%	-5,0%
ECB	(4)	4	3	(3)	4	(4)
Suma	(12)	15	12	(10)	7	(7)
Mota-Engil Central Europe Polónia	(15)	19	15	(12)	7	(7)
ME Construction South Africa	(1)	2	1	(1)	1	(1)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, caso se tivesse utilizado uma taxa de desconto superior em 0,5%, ou uma taxa de crescimento na perpetuidade inferior em 0,5% ou projetado *cash-flows* inferiores em 5%, os resultados apurados nos testes acima referidos não originariam o registo de imparidades adicionais.

O valor de uso corresponde à estimativa do valor presente dos fluxos de caixas futuros, apurados com base em orçamentos e *business plans* devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do GRUPO, os quais abrangem em média um período de cinco anos.

Resumidamente, os pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso foram os seguintes: (i) os fluxos de caixa foram projetados com base no conhecimento histórico do negócio, em análises de mercado, quer em termos de crescimento, quer em termos de quota de mercado, na carteira de encomendas já angariada, bem como nas perspetivas de angariação de novos contratos no futuro, baseadas em probabilidades históricas de sucesso; (ii) a margem operacional foi projetada com base em dados históricos e na experiência e conhecimento da gestão; (iii) os fluxos de caixa após o período de projeção foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento perpétuo similar à taxa de inflação esperada para o mercado onde a participada opera; (iv) os fluxos de caixa estimados antes de impostos foram descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa antes de impostos de custo médio ponderado de capital.

Entre 31 de dezembro de 2018 e a data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, o GRUPO não adquiriu nenhuma participação financeira com significado material que tivesse gerado *Goodwill*.

## 15. Ativos intangíveis

A informação relativa ao valor líquido contabilístico dos ativos intangíveis por segmento operacional, com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017, pode ser analisada como se segue:

	Europa Engenharia e Construção	Europa Ambiente e Serviços	África	América Latina	Outros, eliminações e intragrupo	Grupo Mota-Engil
<b>2018</b>						
Despesas de desenvolvimento	5	5 939	6	3 516	(0)	9 466
Software e outros direitos	553	335	1 419	2 221	1 932	6 460
Licenças de exploração de concessões	4 468	459 609	6 709	-	(0)	470 786
Ativos em curso	254	12 039	109	9 223	21	21 645
Outros ativos intangíveis	101	1	407	12 629	-	13 138
	<b>5 381</b>	<b>477 922</b>	<b>8 649</b>	<b>27 590</b>	<b>1 952</b>	<b>521 494</b>
<b>2017</b>						
Despesas de desenvolvimento	2	3 755	37	3 941	-	7 735
Software e outros direitos	640	282	1 470	2 347	18	4 756
Licenças de exploração de concessões	4 751	463 020	1 483	-	-	469 253
Ativos em curso	288	10 018	176	8 363	1 886	20 731
Outros ativos intangíveis	42	8	583	9 550	-	10 183
	<b>5 723</b>	<b>477 082</b>	<b>3 748</b>	<b>24 201</b>	<b>1 903</b>	<b>512 658</b>

A informação relativa ao valor bruto dos ativos intangíveis com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017, pode ser analisada como se segue:

	Despesas de desenvolvimento	Software e outros direitos	Licenças de exploração de concessões	Ativos em curso	Outros ativos intangíveis	Total
<b>2018</b>						
Saldo inicial	12 676	22 147	1 300 878	20 731	11 350	1 367 782
Aumentos	4 155	2 747	39 480	19 298	82	65 762
Alienações	(32)	(671)	(3 592)	-	-	(4 295)
Abates	(5)	(327)	(10 729)	(92)	(18)	(11 171)
Impacto da hiperinflação em Angola	-	54	2 990	58	46	3 147
Diferenças cambiais	(639)	(363)	(710)	349	259	(1 104)
Transferências e outros movimentos	538	181	16 846	(18 698)	3 452	2 318
	<b>16 693</b>	<b>23 769</b>	<b>1 345 162</b>	<b>21 645</b>	<b>15 170</b>	<b>1 422 439</b>
<b>2017</b>						
Saldo inicial	8 018	22 957	1 293 594	13 505	1 345	1 339 419
Aumentos	3 256	469	11 545	13 046	2	28 318
Alienações	-	(733)	(1 276)	(12)	-	(2 021)
Abates	(4)	(684)	(7 939)	-	-	(8 626)
Impacto da hiperinflação em Angola	53	282	698	78	226	1 337
Diferenças cambiais	(504)	(270)	(109)	(24)	(35)	(943)
Transferências e outros movimentos	1 858	127	4 365	(5 863)	9 811	10 299
	<b>12 676</b>	<b>22 147</b>	<b>1 300 878</b>	<b>20 731</b>	<b>11 350</b>	<b>1 367 782</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Licenças de exploração de concessões” correspondia, essencialmente, aos direitos de exploração de concessões afetos às empresas do SUBGRUPO EGF.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os principais aumentos / alienações / abates em ativos intangíveis estiveram relacionados com a execução do Plano de investimento das empresas do SUBGRUPO EGF.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as transferências e outros movimentos resultaram, essencialmente, de transferências de ativos tangíveis por parte da FÉNIX (cerca de 9.000 milhares de euros).

A informação relativa ao valor das amortizações acumuladas dos ativos intangíveis e respetivos valores líquidos com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017, pode ser analisada como se segue:

	Despesas de desenvolvimento	Software e outros direitos	Licenças de exploração de concessões	Ativos em curso	Outros ativos intangíveis	Total
<b>2018</b>						
Saldo inicial	(4 941)	(17 392)	(831 625)	-	(1 166)	(855 124)
Aumentos (Nota 7)	(2 362)	(1 231)	(57 048)	-	(55)	(60 696)
Alienações	-	651	3 571	-	-	4 221
Abates	-	327	10 125	-	18	10 470
Impacto da hiperinflação em Angola	-	(177)	(64)	-	(41)	(282)
Diferenças cambiais	77	277	42	-	62	458
Transferências e outros movimentos	(1)	236	622	-	(850)	7
	<b>(7 228)</b>	<b>(17 309)</b>	<b>(874 377)</b>	<b>-</b>	<b>(2 032)</b>	<b>(900 945)</b>
<b>2017</b>						
Saldo inicial	(2 553)	(18 010)	(776 231)	-	(987)	(797 781)
Aumentos (Nota 7)	(1 681)	(1 061)	(65 566)	-	(53)	(68 359)
Aumentos - impacto da hiperinflação em Angola	(3)	(16)	(3)	-	(4)	(25)
Alienações	-	670	1 273	-	-	1 943
Abates	4	73	7 936	-	-	8 012
Impacto da hiperinflação em Angola	(50)	(247)	(40)	-	(60)	(397)
Diferenças cambiais	(26)	69	8	-	10	61
Transferências e outros movimentos	(632)	1 130	998	-	(73)	1 422
	<b>(4 941)</b>	<b>(17 392)</b>	<b>(831 625)</b>	<b>-</b>	<b>(1 166)</b>	<b>(855 124)</b>
<b>Valor líquido</b>						
<b>2018</b>	<b>9 466</b>	<b>6 460</b>	<b>470 786</b>	<b>21 645</b>	<b>13 138</b>	<b>521 494</b>
<b>2017</b>	<b>7 735</b>	<b>4 756</b>	<b>469 253</b>	<b>20 731</b>	<b>10 183</b>	<b>512 658</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Licenças de exploração de concessões” apresentava o seguinte detalhe:

	2018	2017
Concessões atribuídas ao subgrupo EGF	459 609	463 020
Outras	11 177	6 234
	<b>470 786</b>	<b>469 253</b>

No final de 2014 foi conhecida a decisão que considerou a SUMA vencedora no concurso público de privatização de 95% do capital social da EGF, entidade que gere as empresas concessionárias dos sistemas multimunicipais para o tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos em Portugal. Após obtenção da declaração de não oposição da Autoridade da Concorrência, o processo de privatização ficou concluído no final do primeiro semestre de 2015 e a EGF e as suas participadas foram consolidadas no GRUPO MOTA-ENGIL a partir de 1 de julho de 2015.

As concessões atribuídas em regime de exclusividade por um período de 19 anos às empresas do SUBGRUPO EGF (ALGAR, AMARSUL, ERSUC, RESIESTRELA, RESINORTE, RESULIMA, SULDOURO, VALNOR, VALORLIS, VALORMINHO e VALORSUL) têm o seu termo em 2034.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, cerca de 71 % e 63%, respectivamente, do montante de licenças de exploração de concessões era justificado por 5 concessionárias (VALORSUL, ERSUC, RESINORTE, ALGAR e AMARSUL).

A atividade objeto das concessões compreende o tratamento dos resíduos urbanos gerados nas áreas dos municípios utilizadores, incluindo a sua valorização e a disponibilização de subprodutos, assim como a recolha seletiva de resíduos urbanos, encontrando-se os municípios obrigados a entregar às concessionárias todos os resíduos urbanos cuja gestão se encontre sob sua responsabilidade.

A fiscalização das concessões é da responsabilidade da ERSAR, tendo esta a competência de definir as tarifas a aplicar, assim como de aprovar as contas reguladas e os planos de investimento das concessionárias.

A exploração e a gestão das concessões compreende também a conceção, a construção, a aquisição, a extensão, a reparação, a renovação, a manutenção e a otimização de obras e equipamentos necessários ao exercício da atividade das concessionárias.

As bases da concessão definem que as concessionárias terão como atividade principal a atividade relativa à exploração e à gestão do sistema multimunicipal de resíduos urbanos, compreendendo o tratamento de resíduos urbanos resultantes da recolha indiferenciada e a recolha seletiva de resíduos urbanos, incluindo a triagem, e como atividades complementares as atividades que, não se integrando na atividade principal, utilizam ativos afetos a esta, permitindo otimizar a respetiva rentabilidade. O exercício das atividades complementares depende de autorização do Concedente, precedida de pareceres da Autoridade da Concorrência e da ERSAR.

Consideram-se como bens afetos à concessão:

- As infraestruturas relativas ao tratamento e valorização de resíduos urbanos indiferenciados e seletivos, bem como os bens utilizados na recolha seletiva de resíduos urbanos: as estações de transferência, os ecocentros, as centrais de processamento, triagem e valorização e os respetivos acessos, as infraestruturas associadas, os aterros, os ecopontos e os meios de transporte de resíduos;
- Os equipamentos necessários à operação das infraestruturas e ao acompanhamento e controlo da sua exploração;
- Todas as obras, máquinas e aparelhagens e respetivos acessórios utilizados para a receção e tratamento dos resíduos e para a manutenção dos equipamentos e gestão do sistema multimunicipal não referidos acima; e
- Os equipamentos, máquinas, veículos, aparelhagens e respetivos acessórios utilizados para a recolha seletiva de resíduos urbanos.

Adicionalmente, são também considerados como ativos afetos à concessão:

- Os imóveis adquiridos por via do direito privado ou mediante expropriação para implantação das infraestruturas;
- Os direitos privativos de propriedade intelectual e industrial de que as concessionárias sejam titulares; e
- Outros bens e direitos que se encontrem relacionados com a continuidade da exploração das concessões, nomeadamente laborais, de empreitada, de locação e de prestação de serviços.

As concessionárias devem elaborar e manter o inventário dos bens e direitos afetos às concessões, devendo, anualmente, enviar à ERSAR informação detalhada sobre os mesmos, assim como dos abates efetuados.

As concessionárias têm a obrigação de, durante o prazo de vigência das concessões, manter o bom estado de funcionamento, conservação e segurança dos ativos e meios a elas afetos, efetuando todas as reparações, renovações e adaptações necessárias para a manutenção dos ativos nas condições técnicas requeridas.

As concessionárias mantêm o direito de explorar os ativos afetos às concessões até à extinção destas. Os ativos afetos às concessões apenas podem ser utilizados para o fim previsto nas concessões. Na data de extinção das concessões, os bens a elas afetos reverterem para uma Entidade Intermunicipal, para a Associação de Municípios, para o conjunto dos Municípios utilizadores, ou para o Estado, mediante o exercício do respetivo direito de opção e o pagamento às concessionárias, nos termos previstos nas Bases e nos contratos de concessão, de uma indemnização correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens, líquido de subsídios.

As concessionárias são responsáveis pelos riscos inerentes às concessões nos termos da legislação aplicável, assumindo os respetivos riscos operacionais. Por outro lado, as concessionárias são responsáveis pela obtenção do financiamento necessário ao desenvolvimento do objeto da concessão, por forma a cumprir cabal e atempadamente as obrigações assumidas nos contratos de concessão, assumindo assim os respetivos riscos de investimento e de financiamento.

O regime remuneratório das concessões baseia-se no reconhecimento às concessionárias dos proveitos permitidos a serem refletidos nas tarifas a aplicar aos utilizadores do sistema.

Os proveitos permitidos anualmente às concessionárias, no âmbito da atividade concessionada, são definidos pela ERSAR para um horizonte temporal de três a cinco anos (“Período regulatório”). O modelo regulatório é fixado pela ERSAR e assenta, entre outros, nos seguintes pressupostos:

- Elegibilidade dos custos de exploração, para efeitos de determinação dos proveitos permitidos, por referência a um cenário de eficiência produtiva da exploração e gestão do sistema multimunicipal;
- Remuneração do capital com base no custo médio ponderado, com parâmetros definidos em referência a valores de mercado e ao desempenho de entidades representativas comparáveis;
- Definição de uma base de ativos, constituída pelos bens afetos às concessões, como incidência da remuneração do capital;
- Adoção de mecanismos de incentivo à eficiência; e
- Repercussão adequada nos proveitos permitidos das diferenças registadas entre as quantidades estimadas e as quantidades de resíduos urbanos entregues às concessionárias.

Adicionalmente, a definição da base de custos de exploração deve atender ao seu controlo efetivo pelas concessionárias, às tecnologias e capacidades instaladas, bem como às oscilações da procura.

Assim, as tarifas a aplicar aos utilizadores devem proporcionar às concessionárias os proveitos permitidos nos termos das bases anteriores e correspondem ao resultado da divisão dos proveitos permitidos anualmente às concessionárias pelas quantidades estimadas de consumo para esse ano.

Os contratos de concessão poderão ser rescindidos pelo Concedente se ocorrer qualquer uma das situações a seguir descritas, com impacto significativo nas operações das concessões: desvio do objeto da concessão; interrupção prolongada da exploração por facto imputável às concessionárias; oposição reiterada ao exercício da fiscalização ou repetida desobediência às determinações do Concedente ou, ainda, sistemática inobservância das leis e regulamentos aplicáveis à exploração; recusa em proceder à adequada conservação e reparação das infraestruturas; cobrança reiterada de valores superiores aos fixados nos contratos de concessão e nos contratos celebrados com os utilizadores; dissolução ou insolvência das concessionárias; trespasse da concessão ou subconcessão não autorizadas; alienação não autorizada de participações no capital das concessionárias; oneração de participações no capital das concessionárias em inobservância do disposto nos contratos de concessão; aumento ou redução não autorizados, quando aplicável, do capital social das concessionárias; falta de prestação da caução ou de renovação do respetivo valor nos termos e prazos previstos; e recusa ou impossibilidade das concessionárias em retomar as concessões.

Adicionalmente, o Concedente pode resgatar as concessões, assumindo a gestão direta do serviço público concedido, sempre que motivos de interesse público o justifiquem e decorrido que seja pelo menos dois terços do prazo contratual, com, pelo menos, um ano de antecedência relativamente à data de produção de efeitos do resgate.

Pelo resgate, as concessionárias têm direito a uma indemnização que deve atender ao valor contabilístico à data do resgate dos bens revertidos, líquido de subsídios, ao valor dos créditos existentes, bem como ao valor de eventuais lucros cessantes, tendo em consideração o número de anos que restem para o termo da concessão.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os montantes mais significativos incluídos na rubrica “Ativos em curso” referiam-se aos seguintes projetos:

Descrição	2018
UCPT - Estudos e terrenos (Resulima)	4 570
Projeto Nova Fénix (Geradora Fenix)	4 484
Análise e desenvolvimento do Projecto Jorge Luque (Geradora Fenix)	3 422
Construção da célula D do Aterro Sanitário barlavento (Algar)	1 577
	<b>14 053</b>

Descrição	2017
Projeto Nova Fenix (Geradora Fenix)	3 503
Análise e desenvolvimento do Projecto Jorge Luque (Geradora Fenix)	3 073
UCPT - Estudos e terrenos (Resulima)	2 451
Central de Valorização Orgânica - terceiro digestor (Amarsul)	2 426
Licenciamento SAP (MESP)	1 869
Construção da célula C do Aterro do Sotavento (Algar)	1 380
Central de Valorização Orgânica - ETAR (Amarsul)	706
	<b>15 408</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, no que se refere aos ativos afetos às “Licenças de exploração de concessões”, os mesmos não podem ser transacionados sem a aprovação prévia do Concedente e do Regulador. Por outro lado, excluindo os compromissos de investimento das empresas do SUBGRUPO EGF, a serem definidos / aprovados pela ERSAR, não existem compromissos contratuais para a aquisição de outros ativos intangíveis.



A aferição da existência de indícios de imparidade nos ativos intangíveis e a realização dos respetivos testes, se necessários, foram efetuados numa base anual tal como referido na Nota 1.4.v).

Para efeitos de aferição da existência de indícios de imparidade nos ativos intangíveis foram considerados pelo GRUPO os seguintes indicadores:

- Obsolescência física / técnica do ativo;
- Valor do rácio ativo / EBITDA superior a um determinado parâmetro (em função da tipologia e localização do ativo);
- Alterações nas taxas de juro e nas taxas de remuneração de capital; e
- Geração de *cash-flows* negativos.

Em 31 de dezembro de 2018, os métodos e os principais pressupostos utilizados na elaboração dos testes de imparidade aos ativos intangíveis do GRUPO que evidenciavam indícios de imparidade, foram como segue:

Pressuposto	2018
	Subgrupo EGF (a)
Método utilizado	Valor de uso
Base utilizada	Projeções
Período utilizado	16 anos (Período remanescente das concessões)
Base de ativos regulada média aprovada para 2019	292 992
Base de ativos regulada média aprovada para 2019 - 2021	319 279
Base de ativos regulada estimada em 2034 (excluindo efeito da inflação)	292 472
Taxa de desconto média utilizada no período 2019 - 2034	5,14%
<b>Valor de balanço da UGC</b>	<b>239 569</b>

(a) Ativos líquidos afetos à atividade de tratamento e valorização de resíduos desenvolvida pelas empresas concessionárias do SUBGRUPO EGF.

Em 31 de dezembro de 2018, caso se tivesse utilizado uma taxa de desconto superior em 0,25% ou uma Base de ativos regulada (BAR) média inferior em 10%, os resultados apurados no teste acima referido não originariam o registo de imparidades.

## 16. Ativos tangíveis

A informação relativa ao valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis por segmento operacional, com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017, pode ser analisada como se segue:

	Europa Engenharia e Construção	Europa Ambiente e Serviços	África	América Latina	Outros, eliminações e Intragrupo	Grupo Mota-Engil
<b>2018</b>						
Terrenos e edifícios	93 296	14 822	83 821	25 032	1 128	218 099
Equipamentos	91 333	30 520	296 780	48 323	(2 777)	464 179
Ativos tangíveis em curso	3 457	2 736	32 417	8 339	629	47 577
Outros ativos tangíveis	75	639	7 014	2 865	0	10 594
	<b>188 161</b>	<b>48 716</b>	<b>420 032</b>	<b>84 560</b>	<b>(1 021)</b>	<b>740 448</b>
<b>2017</b>						
Terrenos e edifícios	106 766	14 905	122 705	24 065	1 175	269 617
Equipamentos	98 165	34 188	207 822	47 051	(2 937)	384 289
Ativos tangíveis em curso	2 074	3 658	31 665	8 299	426	46 122
Outros ativos tangíveis	75	772	4 338	7 061	-	12 246
	<b>207 080</b>	<b>53 524</b>	<b>366 530</b>	<b>86 476</b>	<b>(1 337)</b>	<b>712 273</b>

A informação relativa ao valor bruto dos ativos tangíveis com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017, pode ser analisada como se segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Ativos tangíveis em curso	Outros ativos tangíveis	Total
<b>2018</b>					
Saldo inicial	428 377	1 724 890	46 122	32 272	2 231 661
Aumentos	7 903	201 646	14 158	6 328	230 035
Alienações	(995)	(34 545)	(686)	(1 372)	(37 598)
Abates	(2 492)	(14 063)	(121)	(1 748)	(18 425)
Impacto da hiperinflação em Angola	14 542	6 922	1 726	282	23 472
Reavaliações	85	-	-	-	85
Diferenças cambiais	(84 348)	(64 324)	(1 748)	(2 208)	(152 629)
Variação de perímetro	(0)	52	-	(1 944)	(1 891)
Transferências e outros movimentos	(13 102)	8 978	(11 873)	(4 259)	(20 255)
	<b>349 970</b>	<b>1 829 556</b>	<b>47 577</b>	<b>27 353</b>	<b>2 254 456</b>
<b>2017</b>					
Saldo inicial	384 253	1 167 417	45 544	32 463	1 629 677
Aumentos	3 889	111 201	11 372	1 018	127 481
Alienações	(76)	(44 770)	-	-	(44 846)
Abates	(731)	(19 479)	(113)	(893)	(21 216)
Impacto da hiperinflação em Angola	66 960	532 836	5 928	1 899	607 623
Reavaliações	(3 959)	-	-	-	(3 959)
Diferenças cambiais	(6 587)	(17 576)	(3 462)	(1 608)	(29 234)
Variação de perímetro	(21 329)	(6 542)	(1 748)	(1)	(29 619)
Transferências e outros movimentos	5 957	1 803	(11 400)	(606)	(4 246)
	<b>428 377</b>	<b>1 724 890</b>	<b>46 122</b>	<b>32 272</b>	<b>2 231 661</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o aumento ocorrido nos ativos tangíveis foi justificado, essencialmente, pelos investimentos efetuados em Moçambique e na Guiné-Conacri, associados à execução de contratos de *mining* de médio e longo prazo, bem como pelos investimentos efetuados na Costa de Marfim e em Angola associados à área de recolha e tratamento de resíduos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o aumento ocorrido nos ativos tangíveis foi justificado, essencialmente, pela realização de novos investimentos afetos à execução de novos contratos angariados no ano, nomeadamente na Guiné-Conacri, no Ruanda e em Moçambique e pela renovação / expansão do parque atual de ativos tangíveis em vários mercados, nomeadamente em Angola, no México, no Brasil, em Portugal e no Peru.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as alienações de equipamentos foram justificadas, essencialmente, pela MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, pela MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO ÁFRICA, pela MOTA-ENGIL CENTRAL EUROPE e pela SUCURSAL DA ZÂMBIA DA MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO ÁFRICA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as alienações de equipamentos foram justificadas, essencialmente, pela MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO e pela SUCURSAL DA ZÂMBIA DA MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO ÁFRICA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as transferências e outros movimentos resultaram, essencialmente, de transferências para a rubrica de ativos intangíveis por parte da FÉNIX (cerca de 9.000 milhares de euros).

A informação relativa aos valores de amortizações e perdas de imparidade acumuladas em ativos tangíveis e respetivos valores líquidos, com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017, pode ser analisada como se segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Ativos tangíveis em curso	Outros ativos tangíveis	Total
<b>2018</b>					
Saldo inicial	(158 760)	(1 340 602)	-	(20 026)	(1 519 388)
Aumentos do exercício (Nota 7)	(10 333)	(105 953)	-	(2 273)	(118 560)
Aumentos do exercício - impacto da hiperinflação em Angola (Nota 7)	(1 172)	(2 290)	-	(83)	(3 545)
Perdas de imparidade (Nota 8)	(147)	-	-	-	(147)
Perdas de imparidade - impacto da hiperinflação em Angola (Nota 8)	(1 257)	-	-	-	(1 257)
Alienações	377	27 333	-	812	28 523
Abates	1 342	11 778	-	1 443	14 563
Impacto da hiperinflação em Angola	(2 266)	(6 880)	-	(249)	(9 394)
Reavaliações	(291)	-	-	-	(291)
Diferenças cambiais	23 516	49 008	-	483	73 006
Variação de perímetro	-	(285)	-	(9)	(294)
Transferências e outros movimentos	17 119	2 513	-	3 143	22 775
	<b>(131 872)</b>	<b>(1 365 377)</b>	<b>-</b>	<b>(16 759)</b>	<b>(1 514 008)</b>
<b>2017</b>					
Saldo inicial	(125 383)	(792 198)	-	(19 238)	(936 819)
Aumentos do exercício (Nota 7)	(13 259)	(91 498)	-	(31)	(104 788)
Aumentos do exercício - impacto da hiperinflação em Angola (Nota 7)	(1 762)	(3 453)	-	(2 198)	(7 413)
Perdas de imparidade	(7 047)	-	-	-	(7 047)
Perdas de imparidade - impacto da hiperinflação em Angola	(3 541)	-	-	-	(3 541)
Alienações	57	37 474	-	-	37 531
Abates	571	14 713	-	548	15 831
Impacto da hiperinflação em Angola	(18 638)	(519 167)	-	(530)	(538 335)
Reavaliações	217	-	-	-	217
Diferenças cambiais	2 814	7 453	-	912	11 179
Variação de perímetro	10 482	4 673	-	0	15 155
Transferências e outros movimentos	(3 270)	1 402	-	511	(1 357)
	<b>(158 760)</b>	<b>(1 340 602)</b>	<b>-</b>	<b>(20 026)</b>	<b>(1 519 388)</b>
<b>Valor líquido</b>					
<b>2018</b>	<b>218 099</b>	<b>464 179</b>	<b>47 577</b>	<b>10 594</b>	<b>740 448</b>
<b>2017</b>	<b>269 617</b>	<b>384 289</b>	<b>46 122</b>	<b>12 246</b>	<b>712 273</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as diferenças cambiais apuradas foram justificadas principalmente pela desvalorização do kwanza angolano.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os montantes mais significativos incluídos na rubrica “Ativos tangíveis em curso” referiam-se aos seguintes projetos:

Descrição	2018
Terreno Dry Port Liwonde (Sucursal da MEECA no Malawi)	12 964
Projecto YOPOUGON (Eco Burnie)	7 571
Terrenos (Citrave)	1 662
Equipamento EQSTRA (Sucursal da MEECA em Moçambique)	1 392
Terreno Biske Plaza (ME Real Estate Hungary)	1 327
	<b>24 916</b>
Descrição	2017
Terreno Dry Port Liwonde (Sucursal da MEECA no Malawi)	9 497
Central hidroelétrica (Tarucani)	5 089
Terreno Cociga (Vista Waste)	4 579
Terrenos (Citrave)	1 662
Equipamento EQSTRA (Sucursal da MEECA em Moçambique)	1 389
Terreno Biske Plaza (ME Real Estate Hungary)	1 327
Obras de remodelação dos escritórios (Mota-Engil México)	948
	<b>24 491</b>

A aferição da existência de indícios de imparidade nos ativos tangíveis e a realização dos respetivos testes, se necessários, foram efetuados numa base anual tal como referido na Nota 1.4.v).

Para efeitos de aferição da existência de indícios de imparidade nos ativos tangíveis foram considerados pelo GRUPO os seguintes indicadores:

- Obsolescência física / técnica do ativo;
- Valor do rácio ativo / EBITDA superior a um determinado parâmetro (em função da tipologia e localização do ativo);
- Alterações nas taxas de juro e nas taxas de remuneração de capital; e
- Geração de *cash-flows* negativos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os métodos e os principais pressupostos utilizados na elaboração dos testes de imparidade aos ativos tangíveis do GRUPO que evidenciavam indícios de imparidade podem ser analisados como se segue:

Pressuposto	2018		
	MEEC (a)	Takargo (b)	Novicer (c)
Método utilizado	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Base utilizada	projeções com perpetuidade	projeções para a vida útil estimada dos ativos	projeções com perpetuidade
Período utilizado	5 anos	20 anos	5 anos
<b>Taxas de crescimento das vendas</b>			
Ano n+1	35,00%	6,40%	20,80%
Ano n+3	1,50%	-	13,90%
Taxa de desconto utilizada na perpetuidade	6,84%	-	16,50%
<b>Valor de balanço da UGC <sup>(a)</sup></b>	<b>77 315</b>	<b>29 701</b>	<b>5 267</b>

<sup>(a)</sup> Ativos fixos líquido

(a) Ativos líquidos afetos à atividade de construção da MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, excluindo a atividade de exploração de pedreiras e a venda de apartamentos.

(b) Ativos líquidos afetos à atividade de transporte ferroviário.

(c) Ativos líquidos afetos à atividade de fabrico de materiais de barro em Angola.

Pressuposto	2018	
	Malawi Gateway Project (Atividade logística)	Malawi Gateway Project (Atividade portuária)
Método utilizado	Valor de uso	Valor de uso
Base utilizada	projeções para a vida útil estimada dos ativos	projeções para a vida útil estimada dos ativos
Período utilizado	32 anos	30 anos
Taxa média de crescimento das vendas	2,53%	0,53%
Taxa de desconto utilizada	14,00%	14,00%
<b>Valor de balanço da UGC</b>	<b>21 821</b>	<b>2 779</b>

Pressuposto	2017		
	MEEC (a)	Takargo (b)	Novicer (c)
Método utilizado	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Base utilizada	Projeções	Projeções	Projeções
Período utilizado	5 anos	21 anos	5 anos
<b>Taxas de crescimento das vendas:</b>			
Ano n+1	5,30%	6,40%	30,00%
Ano n+3	6,17%	1,20%	33,60%
Na perpetuidade	1,20%	1,20%	9,00%
Taxa de desconto utilizada na perpetuidade	6,77%	3,50%	18,34%
<b>Valor de balanço da UGC</b>	<b>113 053</b>	<b>30 696</b>	<b>10 768</b>

(a) Ativos líquidos afetos à atividade de construção da MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, excluindo atividade de exploração de pedreiras e a venda de apartamentos.

(b) Ativos líquidos afetos à atividade de transporte ferroviário.

(c) Ativos líquidos afetos à atividade de fabrico de materiais de barro em Angola, excluindo a atividade de exploração de pedreiras e a venda de apartamentos.

Pressuposto	2017
	Malawi Gateway Project (componente portuária)
Método utilizado	Valor de uso
Base utilizada	Projeções
Período utilizado	32 anos
<b>Taxas de crescimento das vendas:</b>	
Taxa média de crescimento das vendas	8,40%
Taxa de desconto utilizada	14,24%
<b>Valor de balanço da UGC após perda de imparidade</b>	<b>3 250</b>

No que se refere ao teste de imparidade realizado aos ativos afetos ao MALAWI GATEWAY PROJECT (atividade logística e portuária no Malawi), o mesmo foi efetuado em 2017 tendo por base uma proposta de aquisição recebida para a componente logística (Nível 2 da IFRS 13) cujo valor da UGC respetiva ascendia a cerca de 17.500 milhares de euros e o plano de negócios existente para a componente portuária (valor de uso determinado de acordo com os pressupostos acima apresentados).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a sensibilidade dos resultados dos testes de imparidade efetuados aos principais pressupostos-chave, nomeadamente à taxa de desconto, à taxa de crescimento na perpetuidade e aos *cash-flows* projetados, era como se segue:

(valores em milhões de euros)

2018	Sensibilidade aos pressupostos-chave							
	Taxa de desconto			Taxa de crescimento na perpetuidade			Cash-flows projetados	
	0,5%	-0,5%		0,5%	-0,5%		5,0%	-5,0%
MEEC	(14)	17		13	(11)		7	(7)
Takargo	(1)	1	n.a.	n.a.			1	(1)
Novicer	(0)	0		0	(0)		0	(0)

2017	Sensibilidade aos pressupostos-chave							
	Taxa de desconto			Taxa de crescimento na perpetuidade			Cash-flows projetados	
	0,5%	-0,5%		0,5%	-0,5%		5,0%	-5,0%
MEEC	(11)	14		11	(9)		5	(5)
Takargo	(5)	7	n.a.	n.a.			2	(2)
Novicer	(1)	1		1	(0)		0	(0)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, caso se tivesse utilizado uma taxa de desconto superior em 0,5%, ou uma taxa de crescimento na perpetuidade inferior em 0,5% ou projetado cash-flows inferiores em 5%, os resultados apurados nos testes acima referidos não originariam o registo de imparidades materiais adicionais.

Genericamente, os pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso foram os seguintes: (i) os fluxos de caixa foram projetados com base no conhecimento histórico do negócio, em análises de mercado, quer em termos de crescimento, quer em termos de quota de mercado, na carteira de encomendas já angariada, bem como nas perspetivas de angariação de novos contratos no futuro, baseadas em probabilidades históricas de sucesso; (ii) a margem operacional foi projetada com base em dados históricos e na experiência e conhecimento da gestão; (iii) os fluxos de caixa após o período de projeção foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento perpétuo similar à taxa de inflação esperada para o mercado onde a participada opera; (iv) os fluxos de caixa estimados antes de impostos foram descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa antes de impostos de custo médio ponderado de capital.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, decorrente dos testes de imparidade efetuados, o GRUPO registou perdas líquidas de imparidade de 1.404 milhares de euros justificadas, essencialmente, pela NOVICER. As perdas de imparidade registadas na NOVICER resultaram, exclusivamente, do impacto positivo da reexpressão dos ativos tangíveis daquela empresa para a unidade de mensuração corrente (impacto da hiperinflação em Angola) que posteriormente foi objeto de provisionamento integral.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, decorrente das propostas recebidas e dos testes de imparidade efetuados, o GRUPO registou perdas de imparidade de cerca de 9.250 milhares de euros no MALAWI GATEWAY PROJECT e de cerca de 3.500 milhares de euros na NOVICER. As perdas de imparidade registadas na NOVICER resultaram, exclusivamente, do impacto positivo da reexpressão dos ativos tangíveis daquela empresa para a unidade de mensuração corrente (impacto da hiperinflação em Angola) que posteriormente foi objeto de provisionamento integral.

Os terrenos e edifícios do GRUPO estão registados ao seu custo revalorizado, tendo parte dos mesmos sido objeto de reavaliação em 2018. De acordo com as políticas definidas pelo GRUPO, os imóveis registados na rubrica de ativos tangíveis devem ser reavaliados pelo menos de três em três anos.

As avaliações dos terrenos e edifícios foram efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica de cada imóvel:

a) Método de mercado

O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtidos através de prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do custo

O método do custo consiste na determinação do valor de substituição do imóvel em análise tendo em consideração o custo de construir outro com idêntica funcionalidade, deduzido do montante relativo à depreciação / obsolescência funcional, física e económica verificada.

As avaliações realizadas aos imóveis acima referidos foram na sua grande maioria executadas por entidades independentes e especializadas, as quais se encontram credenciadas junto da Comissão do Mercados de Valores Mobiliários (CMVM).

Os *inputs* mais relevantes utilizados nas avaliações dos imóveis acima referidos, foram como se segue:

- Custo do terreno m<sup>2</sup>;
- Custo de construção m<sup>2</sup>;
- Valor de comercialização m<sup>2</sup>;
- Valor de renda m<sup>2</sup>; e
- Taxa de capitalização / desconto.

A informação mais relevante sobre as avaliações realizadas em 2018 e 2017 aos principais imóveis detidos pelo GRUPO pode ser resumida como se segue:

2018				Principais pressupostos	
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Valor de avaliação	Renda m <sup>2</sup> /mês	Taxa de desconto
Imóvel em Amarante	MERE	Cash-flows descontados	4 973	140,00 €	9,5%
Edifício no Porto	MEEC	Método do rendimento	10 476	9,48 €	7,0%

2017				Principais pressupostos	
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Valor de avaliação	Renda m <sup>2</sup> /mês	Taxa de desconto
Edifício Lisboa	MEEC	Método do rendimento	20 256	11,00 €	7,0%
Edifício Porto	MEEC	Método do rendimento	8 700	9,00 €	8,5%
Estaleiro Sintra	MEEC	Método do rendimento	2 701	3,30 €	7,7%

A sensibilidade dos resultados das avaliações efetuadas aos imóveis acima referidos aos principais pressupostos-chave, nomeadamente à taxa de desconto e às rendas m<sup>2</sup>, pode ser analisada como se segue:

2018				Sensibilidade aos pressupostos-chave			
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Taxa de desconto		Renda m <sup>2</sup> /mês		
			0,5%	-0,5%	5,0%	-5,0%	
Imóvel em Amarante	MERE	Cash-flows descontados	(144)	150	128	(128)	
Edifício no Porto	MEEC	Método do rendimento	(708)	817	531	(531)	

2017				Sensibilidade aos pressupostos-chave			
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Taxa de desconto		Renda m <sup>2</sup> /mês		
			0,5%	-0,5%	5,0%	-5,0%	
Edifício Lisboa	MEEC	Método do rendimento	(1 350)	1 558	900	(900)	
Edifício Porto	MEEC	Método do rendimento	(483)	544	415	(415)	
Estaleiro Sintra	MEEC	Método do rendimento	(188)	220	74	(74)	

Caso venha a ocorrer um aumento do custo dos terrenos, das rendas por m<sup>2</sup> ou uma diminuição da taxa de capitalização / desconto, o justo valor dos imóveis virá aumentado. Por outro lado, caso venha a ocorrer uma diminuição do custo dos terrenos, das rendas por m<sup>2</sup> ou um aumento da taxa de capitalização / desconto, o justo valor dos imóveis virá diminuído.

Embora as avaliações acima referidas tenham sido realizadas com base em dados e transações de mercado (divulgadas, essencialmente, por agências imobiliárias), a reduzida liquidez das mesmas e as diferentes características de cada imóvel não permitem qualificar o mercado como ativo. Assim sendo, o apuramento do justo valor dos imóveis do GRUPO enquadra-se no Nível 3 da IFRS 13.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, decorrente dos testes de imparidade efetuados (avaliações imobiliárias), o GRUPO registou perdas líquidas de imparidade de 147 milhares de euros.

A quantia escriturada que teria sido reconhecida se os ativos tangíveis tivessem sido registados de acordo com o modelo do custo seria como se segue:

	Custos históricos	Revalorização	Total
<b>2018</b>			
Terrenos e edifícios	195 872	22 227	218 099
Equipamentos	463 617	562	464 179
Ativos tangíveis em curso	47 577	-	47 577
Outros ativos tangíveis	10 591	3	10 594
	<b>717 658</b>	<b>22 791</b>	<b>740 448</b>
<b>2017</b>			
Terrenos e edifícios	246 728	22 889	269 617
Equipamentos	383 716	573	384 289
Ativos tangíveis em curso	46 122	-	46 122
Outros ativos tangíveis	12 243	3	12 246
	<b>688 808</b>	<b>23 465</b>	<b>712 273</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os principais ativos e passivos do GRUPO afetos à exploração de pedreiras são como se segue:

	2018	2017
<b>Ativo fixo:</b>		
Terrenos em exploração	27 460	27 375
Edifícios afetos à exploração	1 268	820
Equipamentos afetos à exploração	6 405	4 063
<b>Inventário:</b>		
Stock de minério	4 345	4 523
Saldos a receber	8 579	7 805
Saldos a pagar	5 735	5 447
	<b>42 321</b>	<b>39 139</b>

Para efeitos de realização de testes de imparidade à quantia escriturada dos ativos líquidos afetos à exploração de pedreiras, o justo valor dos mesmos (apurado com base no valor de uso) foi determinado através do método do rendimento utilizando um modelo de *discounted cash-flows*. No método do rendimento, foram utilizados como *inputs* relevantes as quantidades de inertes a extrair nos próximos exercícios, tendo em consideração a área licenciada e a capacidade de exploração, os respetivos preços de venda, os custos a incorrer com a recuperação paisagística das pedreiras, o valor dos terrenos subjacentes e, adicionalmente, os seguintes pressupostos de índole financeira:

Pressuposto	2018	2017
Método utilizado	Valor de uso	Valor de uso
Base utilizada	Projeções	Projeções
Período utilizado	Período estimado de exploração da respetiva pedreira	Período estimado de exploração da respetiva pedreira
<b>Taxas de crescimento das vendas:</b>		
Ano n+1	Entre 1,5% e 20%	Entre 3% e 10%
Ano n+3	1,50%	1,98%
Crescimento médio anual após n+3	1,50%	2,00%
Taxa de desconto utilizada	6,80%	6,77%

## 17. Investimentos financeiros em empresas associadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe dos investimentos financeiros em empresas associadas era como se segue:

	2018	2017
Concessionária Autopista Cardel Poza Rica (segmento América Latina)	26 867	22 103
Autopista Urbana Siervo de la Nación (segmento América Latina)	25 347	23 772
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico (segmento América Latina)	21 502	15 825
Estradas do Zambeze e participada (segmento África)	4 721	4 326
SPRI (segmento África)	3 798	7 320
Empresas associadas do Grupo Suma (Segmento Europa - Ambiente e Serviços)	2 902	2 902
Constructora Gran Canal (segmento América Latina)	1 696	899
Outros	3 584	3 939
	<b>90 416</b>	<b>81 086</b>

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de balanço dos principais investimentos financeiros em empresas associadas pode ser detalhado como se segue:

2018	Capital próprio da associada <sup>(1)</sup>	% detida	Goodwill	Empréstimos equiparados a investimento líquido	Valor de balanço
Concessionária Autopista Cardel Poza Rica (segmento América Latina)	(435)	29%	-	27 302	26 867
Autopista Urbana Siervo de la Nación (segmento América Latina)	(392)	17%	-	25 739	25 347
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico (segmento América Latina)	(320)	26%	-	21 821	21 502

<sup>(1)</sup> Exclui prestações suplementares e aportes de capital.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nos investimentos financeiros em empresas associadas foi como se segue:

2018	Saldo inicial	Efeito em resultados do exercício	Efeito em reservas <sup>(1)</sup>	Transferências e variações de perímetro	Outros aumentos e diminuições	Impacto da hiperinflação em Angola	Saldo final
Concessionária Autopista Cardel Poza Rica	22 103	(171)	1 157	-	3 778	-	26 867
Autopista Urbana Siervo de la Nación	23 772	(92)	1 598	-	69	-	25 347
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico	15 825	(257)	874	-	5 060	-	21 502
Estradas do Zambeze e participada	4 326	511	(116)	-	-	-	4 721
SPRI	7 320	(56)	(3 466)	-	-	-	3 798
Empresas associadas do Grupo Suma	2 902	91	(91)	-	-	-	2 902
Constructora Gran Canal	899	758	39	-	-	-	1 696
Outros	3 939	1 100	(512)	81	(1 025)	-	3 584
	<b>81 086</b>	<b>1 884</b>	<b>(517)</b>	<b>81</b>	<b>7 882</b>	<b>-</b>	<b>90 416</b>

<sup>(1)</sup> Inclui essencialmente variações cambiais e variações de justo valor de instrumentos financeiros derivados.

2017	Saldo inicial	Efeito em resultados do exercício	Efeito em reservas (1)	Transferências e variações de perímetro	Outros aumentos e diminuições	Impacto da hiperinflação em Angola	Saldo final
Autopista Urbana Siervo de la Nación	74 353	(36)	(1 637)	-	(48 908)	-	23 772
Concessionária Autopista Cardel Poza Rica	12 532	(90)	(29)	-	9 689	-	22 103
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico	14 650	(61)	37	-	1 199	-	15 825
SPRI	7 576	(218)	(38)	-	-	-	7 320
Estradas do Zambeze e participada	-	773	-	3 553	-	-	4 326
Empresas associadas do Grupo Suma	2 867	140	(105)	-	-	-	2 902
Outros	4 347	1 202	(784)	362	(279)	(10)	4 838
	<b>116 325</b>	<b>1 711</b>	<b>(2 555)</b>	<b>3 915</b>	<b>(38 299)</b>	<b>(10)</b>	<b>81 086</b>

(1) Inclui essencialmente variações cambiais e variações de justo valor de instrumentos financeiros derivados.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os principais movimentos ocorridos na coluna “Outros aumentos e diminuições” foram justificados, essencialmente, pelos aumentos e diminuições (reclassificações para a rubrica de Clientes e outros devedores - não correntes em 2017) de aportes de capital nas empresas concessionárias de auto-estradas mexicanas (AUTOPISTA URBANA SIERVO DE LA NACION, CONCESSIONÁRIA AUTOPISTA CARDEL POZA RICA e CONCESSIONARIA AUTOPISTA TUXPAN- TAMPICO).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a informação resumida sobre os principais investimentos financeiros em empresas associadas, extraída das suas demonstrações financeiras individuais, podem ser analisadas como se segue:

2018	% participação	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido
Autopista Urbana Siervo de la Nación	17%	318 938	45 078	62 066	257 883	44 066	171 297	(524)
Concessionária Autopista Cardel Poza Rica	29%	245 976	42 641	9 880	226 960	51 778	100 814	(595)
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico	26%	213 496	56 582	14 695	222 273	33 110	109 400	(994)

2017	% participação	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido
Autopista Urbana Siervo de la Nación	17%	152 896	61 320	40 224	127 880	46 112	79 609	(203)
Concessionária Autopista Cardel Poza Rica	29%	144 681	56 620	22 352	151 365	27 584	90 386	(313)
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico	26%	103 844	69 904	8 058	141 520	24 169	67 726	(237)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o GRUPO celebrou com uma entidade mexicana um acordo conducente à alienação de duas das suas empresas concessionárias de auto-estradas no México (CONCESSIONÁRIA AUTOPISTA CARDEL – POZA RICA E CONCESSIONÁRIA AUTOPISTA TUXPAN TAMPICO). Na sequência daquele acordo, o GRUPO concedeu uma opção de compra à contraparte exercível durante os três anos subsequentes à inauguração das respetivas auto-estradas e aquela atribuiu ao GRUPO uma opção de venda daquelas participações exercível nos dois anos subseqüente à data em que expirem as suas opções de compra. O exercício das opções de venda por parte do GRUPO está dependente do nível de receita gerado pelas auto-estradas e, em caso de exercício, o GRUPO alienará as respetivas participações financeiras pelo seu valor contabilístico à data acrescido de uma remuneração variável em função do tempo que medeia entre a data de celebração do acordo acima referido e a data de exercício das opções. Adicionalmente, dado tratarem-se de opções sobre ações de entidades não cotadas e dado que não existem elementos suficientes e fidedignos para se apurar o justo valor das mesmas, este não foi reconhecido nem divulgado nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Por outro lado, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o GRUPO mantinha registado na rubrica “Adiantamentos de clientes e por conta de vendas” cerca de 36.000 milhares de euros e 28.000 milhares de euros, respetivamente, recebidos do potencial comprador associados às transações acima referidas (Nota 34).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a informação resumida sobre os principais Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE) em que o GRUPO participa, extraída das suas demonstrações financeiras individuais, pode ser analisada como se segue:

2018	País	% participação	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital Próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido
<b>Agrupamentos Complementares de Empresas</b>									
APROVEITAMENTO HIDROELÉCTRICO DE FOZ TUA	Portugal	33%	-	3 887	1 763	2 041	83	7 516	1 564
MOTA-ENGL/ACCIONA/ EDIVISA-OBRAS APROVEIT. HIDROEL. ALTO TÁMEGA, ACE	Portugal	43%	9 000	12 755	356	20 901	498	22 599	498
PINHAL, ACE	Portugal	54%	-	4 517	1 281	2 765	470	1 382	224
PORTUSCALE, CONTRULORAS DAS AUTO-ESTRADAS DO GRANDE PORTO, ACE	Portugal	40%	-	3 027	1 331	1 696	-	199	-
VENDA NOVA III, ACE	Portugal	28%	-	2 151	1 248	504	398	34	24
VRLECL, ACE	Portugal	36%	-	2 899	652	2 179	68	208	68

	País	% participação	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital Próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido
<b>Agrupamentos Complementares de Empresas</b>									
APROVEITAMENTO HIDROELÉCTRICO DE FOZ TUA	Portugal	33%	-	11 328	1 476	4 643	5 209	15 481	240
MOTA-ENGL/ACCIONA/ EDIVISA-OBRAS APROVEIT. HIDROEL. ALTO TÁMEGA, A.C.E.	Portugal	43%	622	8 909	-	9 533	(2)	4 878	(2)
VRLECL, ACE	Portugal	36%	-	2 752	652	1 199	900	7 439	2 738
VENDA NOVA III, ACE	Portugal	28%	-	2 514	1 383	757	374	1 336	228
GLEX, ACE	Portugal	42%	637	1 703	272	2 068	-	123	-
LGC - Linha de Gondomar, ACE	Portugal	30%	-	1 692	222	111	1 360	52	2

A relação dos ACE em que o GRUPO participa é apresentada no Apêndice A deste Anexo.

## 18. Investimentos financeiros em empresas conjuntamente controladas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe dos investimentos financeiros em empresas conjuntamente controladas era como se segue:

	2018	2017
HL - Sociedade Gestora do Edifício (segmento Europa Ambiente e Serviços)	2 675	1 706
Manvia II Condutas (segmento Europa Ambiente e Serviços)	1 143	970
GISA (segmento América Latina)	999	897
Automatriz (segmento África)	676	3 675
Outros	1 203	591
	<b>6 696</b>	<b>7 840</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nos investimentos financeiros em empresas conjuntamente controladas foi como se segue:

2018	Saldo inicial	Efeito em resultados do exercício	Efeito em reservas <sup>(1)</sup>	Transferências e variações de perímetro	Outros aumentos/diminuições	Impacto da hiperinflação em Angola	Saldo final
HL - Sociedade Gestora do Edifício	1 706	816	152	-	-	-	2 675
Manvia II Condutas	970	156	16	-	-	-	1 143
GISA	897	(75)	200	(22)	-	-	999
Automatriz	3 675	(451)	(1 170)	-	(1 379)	-	676
Outros	591	601	(4)	-	15	-	1 203
	<b>7 840</b>	<b>1 048</b>	<b>(806)</b>	<b>(22)</b>	<b>(1 363)</b>	-	<b>6 696</b>

<sup>(1)</sup> Inclui essencialmente variações cambiais e variações de justo valor de instrumentos financeiros derivados.

2017	Saldo inicial	Efeito em resultados do exercício	Efeito em reservas <sup>(1)</sup>	Transferências e variações de perímetro	Outros aumentos/diminuições	Impacto da hiperinflação em Angola	Saldo final
Automatriz	2 384	204	(2)	-	1 090	-	3 675
HL - Sociedade Gestora do Edifício	989	774	394	-	(450)	-	1 706
Manvia II Condutas	972	12	(14)	-	-	-	970
GISA	973	(1)	(76)	-	-	-	897
Outros	726	109	810	10	(1 064)	-	591
	<b>6 044</b>	<b>1 097</b>	<b>1 112</b>	<b>10</b>	<b>(424)</b>	-	<b>7 840</b>

<sup>(1)</sup> Inclui essencialmente variações cambiais e variações de justo valor de instrumentos financeiros derivados.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a informação resumida sobre os principais investimentos financeiros em empresas conjuntamente controladas, extraída das suas demonstrações financeiras individuais, era como segue:

2018	% participação	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido
HL - Sociedade Gestora do Edifício	50%	3 866	85 833	67 673	16 676	5 351	2 958	1 633
Automatriz	25%	1 212	8 644	67	8 540	1 250	8 685	(1 767)
Manvia II Condutas	45%	714	6 284	568	4 313	2 116	5 356	347
GISA	26%	3 689	1 393	331	778	3 973	4 858	(285)
2017	% participação	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido
HL - Sociedade Gestora do Edifício	50%	3 862	86 944	71 140	16 258	3 413	2 999	1 547
Automatriz	25%	2 300	11 041	549	7 436	5 356	14 326	801
Manvia II Condutas	45%	863	6 779	649	5 180	1 813	6 395	28
GISA	26%	2 972	1 195	537	135	3 496	3 620	(4)

Por outro lado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o GRUPO desenvolveu diversas operações conjuntas com parceiros, nomeadamente através de consórcios (Nota 1.3.d), os quais se encontram elencados no Apêndice A deste Anexo.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a informação resumida sobre as principais operações conjuntas desenvolvidas pelo GRUPO, integradas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação proporcional, extraída das suas demonstrações financeiras individuais, era como se segue:

2018	País	% participação	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital Próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido
<b>Consórcios</b>									
Consórcio Puentes de Loreto	Peru	34%	1 122	34 831	-	32 571	3 382	29 941	3 231
CCPSM-Consórcio Constructor Del Puert o de San Martin	Peru	33%	1 911	17 322	-	17 318	1 914	21 997	1 875
Consórcio Conservacion Vial Santa Rosa	Peru	50%	734	5 145	32	2 927	2 919	2 285	(650)
Consórcio Vial Tambillo	Peru	50%	19	4 547	179	3 557	829	5 146	694
2017	País	% participação	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital Próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido
<b>Consórcios</b>									
Consórcio Vial Vizcachane	Peru	50%	21 362	595	12 404	1 184	8 368	41 059	8 306
Consórcio Conservacion Vial Santa Rosa	Peru	50%	9 859	3 214	8 415	18	4 640	36 873	7 827
Consórcio Vial Jaylli	Peru	42%	3 659	1 349	6 671	526	(2 189)	16 689	(3 087)
Consórcio Mota-Engil TR	Peru	50%	5 238	528	4 916	-	850	3 764	(1 073)
Consórcio Vial Acobamba	Peru	50%	1 556	1 084	925	417	1 298	4 661	3 040
Consórcio ME Colômbia	Colômbia	38%	5 463	29	1 395	-	4 097	861	743



## 19. Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2017, o detalhe dos ativos financeiros disponíveis para venda era como se segue:

	2017
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	
BAI-Banco Angolano de Investimentos	57 256
Auto - Sueco Angola	2 724
Rutas Del Este	1 546
STI	1 531
Ecodetra	1 153
Tirtife	107
Outros	4 494
	<b>68 811</b>
<b>Adiantamentos por conta de ativos financeiros disponíveis para venda</b>	
Outros	104
	<b>104</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>68 916</b>

Fruto da adoção da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018, os montantes incluídos nesta rubrica foram reclassificados para as rubricas de “Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado” e “Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral” (Nota 1.2.).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o movimento ocorrido nos ativos financeiros disponíveis para venda foi como se segue:

	2017
Saldo em 1 de janeiro de 2017	45 188
Aquisições e adiantamentos durante o exercício	1 546
Impacto da hiperinflação em Angola	25 545
Variação cambial	(69)
Transferências e variações de perímetro (Estradas do Zambeze)	(3 384)
Outras variações	89
	<b>68 916</b>

## 20. Ativos financeiros detidos até à maturidade

Em 31 de dezembro de 2017, o detalhe dos ativos financeiros detidos até à maturidade era como se segue:

	2017
Títulos de dívida pública angolana	154 954
	<b>154 954</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, na sequência de acordos de regularização de dívida celebrados com o Estado angolano, o GRUPO recebeu cerca de 70.000 milhares de euros de títulos de dívida pública angolana.

Os títulos de dívida pública angolana não são transacionados em mercado regulamentado e em 31 de dezembro de 2017 apresentavam as seguintes características:

2017	Montante (Valor nominal)	Taxa de juro	Maturidade			
			1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos
Obrigações do Tesouro Angolanas em Kwanzas indexados ao USD	99 385	5%	975	13 598	15 306	69 506
Obrigações do Tesouro Angolanas em USD	70 458	5%	-	-	-	70 458
	<b>169 843</b>		<b>975</b>	<b>13 598</b>	<b>15 306</b>	<b>139 964</b>
Diferencial entre o valor nominal e o custo amortizado	(14 889)					
Valor de balanço EUR	<b>154 954</b>					

O pagamento dos juros e o reembolso do capital das obrigações emitidas em Kwanzas irá ser realizado naquela moeda, mas indexado à taxa de câmbio do USD em vigor na data de liquidação.

Por outro lado, em 31 de dezembro de 2017, parte dos títulos acima referidos no montante de, aproximadamente, 78.000 milhares de euros, encontravam-se a colateralizar empréstimos bancários obtidos em Angola.

Por último, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, decorrente dos acordos de regularização de dívida celebrados com o Estado Angolano e do diferencial entre a taxa de juro das obrigações recebidas e a taxa de juro de financiamento atribuível àquele Estado, o GRUPO, no momento do reconhecimento inicial daquelas obrigações, registou as mesmas pelo seu justo valor (por contrapartida de uma imparidade para contas a receber), o qual foi inferior em cerca de 9.000 milhares de euros ao seu valor nominal.

Dadas as características dos títulos acima referidos e a intenção do Conselho de Administração do GRUPO de os manter em carteira, os mesmos foram registados como Ativos financeiros detidos até à maturidade.

Fruto da adoção da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018, os montantes incluídos nesta rubrica foram reclassificados para a rubrica de “Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado” (Nota 1.2.).

## 21. Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018, o detalhe dos outros investimentos financeiros era como se segue:

	2018
<b>Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado</b>	
<b>Não correntes</b>	
Títulos de dívida pública angolana	144 963
	<b>144 963</b>
<b>Correntes</b>	
Títulos de dívida pública angolana	7 071
Títulos de dívida pública do Malawi	14 328
	<b>21 399</b>
	<b>166 363</b>
<b>Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral</b>	
BAI-Banco Angolano de Investimentos	46 976
STI	4 140
Auto - Sueco Angola	2 724
Rutas Del Este	1 546
Tirtife	104
Outros	3 733
	<b>59 224</b>

Na sequência da adoção da IFRS 9, e tal como descrito em maior detalhe na Nota 1.2., a partir de 1 de janeiro de 2018 o GRUPO passou a registar os ativos financeiros detidos até à maturidade e os ativos financeiros disponíveis para venda nas rubricas de “Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado” e de “Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral”.

### *Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado*

Os títulos de dívida pública angolana não são transacionados em mercado regulamentado e em 31 de dezembro de 2018 apresentavam as seguintes características:

2018	Montante (Valor nominal)	Taxa de juro	Maturidade			
			1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos
Obrigações do Tesouro Angolanas em Kwanzas indexados ao USD	94 157	5%	7 071	6 267	80 818	-
Obrigações do Tesouro Angolanas em USD	73 799	5%	-	-	-	73 799
	<b>167 956</b>		<b>7 071</b>	<b>6 267</b>	<b>80 818</b>	<b>73 799</b>
Diferencial entre o valor nominal e o custo amortizado	<b>(15 922)</b>					
Valor de balanço	<b>152 034</b>					

O pagamento dos juros e o reembolso do capital das obrigações emitidas em Kwanzas irá ser realizado naquela moeda, mas indexado à taxa de câmbio do USD em vigor na data de liquidação.

Por outro lado, em 31 de dezembro de 2018, parte dos títulos acima referidos no montante de, aproximadamente, 100.000 milhares de euros encontravam-se a colateralizar empréstimos bancários obtidos em Angola.

Em 31 de dezembro de 2018, os títulos de dívida pública do Malawi não eram transacionados em mercado regulamentado mas à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas tinham sido maioritariamente alienados.

### Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral

O GRUPO adquiriu em exercício anteriores uma participação financeira de 3% no BAI – Banco Angolano de Investimentos, S.A.. Com referência a 31 de dezembro de 2018, o GRUPO apurou o justo valor daquele investimento financeiro através do recurso a múltiplos de transações de mercado ocorridas nos últimos três anos em Angola e no continente africano (*Price-to-Book Value* e *Price to Earnings*), utilizando um universo de 16 transações ocorridas em mercados com restrições de capital estrangeiro. O justo valor final apurado correspondeu à média simples dos dois múltiplos acima referidos.

Como resultado dos cálculos acima referidos, o GRUPO no exercício de 2018 reduziu o justo valor daquele investimento financeiro em cerca de 10.000 milhares de euros. Este ativo está dado em garantia num financiamento bancário.

Em 31 de dezembro de 2018, caso a média do *Price-to-Book Value* e do *Price to Earnings* fosse superior ou inferior a 10%, o justo valor do investimento financeiro no BAI viria aumentado ou diminuído em 4.680 milhares de euros e 4.690 milhares de euros, respetivamente.

Adicionalmente, para os restantes ativos financeiros acima indicados (ações em empresas não cotadas), o Conselho de Administração do GRUPO entendeu que o seu custo de aquisição, deduzido, se necessário, das respetivas perdas de imparidade identificadas correspondia à melhor estimativa do seu justo valor em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, o montante relativo à AUTO-SUECO ANGOLA refere-se à parte não alienada pelo GRUPO (5,13%) no processo de venda ocorrido em 2013. A alienação da participação remanescente aguarda autorização do Banco Nacional de Angola para concretizar-se.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o movimento ocorrido nos outros investimentos financeiros foi o seguinte:

	2 018	
	Ao custo amortizado	Ao justo valor
Saldo em 1 de janeiro de 2018	154 954	68 916
Aumentos	14 328	2 609
Reembolsos	(975)	-
Variação do justo valor	-	(10 280)
Variação cambial	-	221
Liquidações (Ecodetra)	-	(1 153)
Outras variações	(1 944)	(1 089)
	<b>166 363</b>	<b>59 224</b>

## 22. Propriedades de investimento

A informação relativa às propriedades de investimento do GRUPO com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser analisada como se segue:

	2018	2017
Europa Engenharia e Construção	61 331	53 018
Europa Ambiente e Serviços	2 815	2 816
África	29 498	2 925
América Latina	40 040	17 917
	<b>133 685</b>	<b>76 676</b>

O movimento ocorrido nas propriedades de investimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser analisado como se segue:

	2018	2017
Saldo inicial	76 676	75 789
Aumentos	7 000	387
Variação de justo valor (Nota 6)	20 553	3 716
Alienações	(13)	(893)
Diferenças cambiais	587	(2 313)
Transferências e outros movimentos	28 882	(10)
	<b>133 685</b>	<b>76 676</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os aumentos ocorridos nas propriedades de investimento deveram-se, essencialmente, à aquisição de um conjunto de terrenos no México cujas condições de compra já se encontravam definidas em exercícios anteriores, mas que só no decorrer de 2018 se efetivaram na sua totalidade.

A variação de justo valor ocorrida no exercício de 2018 foi justificada, essencialmente, pela valorização de um conjunto de terrenos no México e por alguns imóveis em Portugal.

A variação de justo valor ocorrida no exercício de 2017 foi justificada, essencialmente, pela valorização dos imóveis localizados em Portugal, fruto, nomeadamente, do aumento da ocupação, das rendas praticadas, bem como da diminuição das taxas de desconto.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o GRUPO transferiu da rubrica “Mercadorias” para a rubrica de “Propriedades de investimento” um imóvel localizado em Angola no montante de, aproximadamente, 26.000 milhares de euros.

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cuja finalidade é a obtenção de rendas e / ou a valorização do capital investido e não o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos (casos em que são classificados como ativos tangíveis), ou para venda no decurso ordinário dos negócios (casos em que são classificados como inventários). A classificação de determinados terrenos e edifícios como propriedades de investimento, em detrimento de ativos tangíveis e / ou de inventários, resulta essencialmente do uso que o Conselho de Administração do GRUPO tem para aqueles imóveis, tendo em conta, nomeadamente, a maximização do retorno dos mesmos.

As propriedades de investimento, incluindo as que se encontram em fase de construção, são registadas pelo seu justo valor determinado anualmente com referência à data de relato por peritos independentes especializados.

Os resultados gerados com propriedades de investimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser analisados como se segue:

	2018		
	Valor do ativo	Rendimentos de rendas	Ganhos/perdas de variação de justo valor (Nota 6)
<b>Em Portugal</b>			
Imóvel em Matosinhos	32 830	1 352	1 200
Mercado do Bom Sucesso	16 311	1 106	2 736
Mota Galiza	8 655	271	-
Outras	6 351	421	2 290
	<b>64 147</b>	<b>3 149</b>	<b>6 226</b>
<b>Fora de Portugal</b>			
Imóvel em Luanda	26 970	-	-
Terrenos no México	18 420	-	15 139
Terreno no Peru	16 740	-	(813)
Outras	7 408	-	-
	<b>69 538</b>	<b>-</b>	<b>14 326</b>
<b>Total</b>	<b>133 685</b>	<b>3 149</b>	<b>20 553</b>

	2017		
	Valor do ativo	Rendimentos de rendas	Ganhos/perdas de variação de justo valor (Nota 6)
<b>Em Portugal</b>			
Imóvel em Matosinhos	31 630	1 563	2 455
Mercado do Bom Sucesso	13 575	896	752
Motadomus	2 819	110	258
Outras	3 912	450	-
	<b>55 834</b>	<b>3 147</b>	<b>3 464</b>
<b>Fora de Portugal</b>			
Terreno no Peru	16 781	-	251
Imóvel no Brasil	1 136	-	-
Outras	2 925	-	-
	<b>20 842</b>	<b>-</b>	<b>251</b>
<b>Total</b>	<b>76 676</b>	<b>3 147</b>	<b>3 716</b>

As avaliações das propriedades de investimento foram efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica de cada imóvel:

a) Método de mercado

O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtidos através de prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

As avaliações realizadas aos imóveis acima referidos foram executadas por entidades independentes e especializadas, as quais, para os imóveis localizados em Portugal, se encontram credenciadas junto da Comissão do Mercados de Valores Mobiliários (CMVM).

Para as principais propriedades de investimento detidas pelo GRUPO, o seu justo valor foi apurado tendo em consideração os seguintes *inputs* relevantes:

- Taxa de ocupação;
- Custo do terreno m<sup>2</sup>;
- Custo de construção m<sup>2</sup>;
- Valor de comercialização m<sup>2</sup>;
- Valor de renda m<sup>2</sup>; e
- Taxa de capitalização / desconto.

A informação mais relevante sobre as avaliações realizadas em 2018 e 2017 às principais propriedades de investimento detidas pelo GRUPO pode ser resumida como se segue:

2018					Principais pressupostos			
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Valor de avaliação	Preço de venda m <sup>2</sup>	Renda m <sup>2</sup> /mês	Taxa de desconto		
Imóvel em Matosinhos	MERE	Método do rendimento	32 830	n.a.	1,63 €	7,0%		
Mota Galiza	MERE	Método do rendimento	8 655	n.a.	3,21 €	7,2%		
Terreno no Peru	Promotora e Imobiliária Santa Clara	Método comparativo	16 740	158,59 €	n.a.	n.a.		
Mercado do Bom Sucesso	Mercado Urbano	Método do rendimento	16 311	n.a.	8,19 €	6,8%		
Terreno em Luanda	MEA	Método comparativo	26 970	453,44 €	n.a.	n.a.		
Terrenos no México	ME Turismo	Método comparativo	18 420	300,00 €	n.a.	n.a.		

2017					Principais pressupostos			
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Valor de avaliação	Preço de venda m <sup>2</sup>	Renda m <sup>2</sup> /mês	Taxa de desconto		
Imóvel em Matosinhos	MERE	Método do rendimento	31 630	n.a.	1,66 €	7,6%		
Edifício comercial e de escritórios no Porto	Motadomus	Método do rendimento	2 819	n.a.	7,50 €	7,2%		
Terreno no Peru	Promotora e Imobiliária Santa Clara	Método comparativo	16 781	158,98 €	n.a.	n.a.		
Mercado do Bom Sucesso	Mercado Urbano	Método do rendimento	13 575	n.a.	7,85 €	7,0%		

A sensibilidade dos resultados das avaliações efetuadas às propriedades de investimento aos principais pressupostos-chave, nomeadamente à taxa de desconto, ao preço de venda m<sup>2</sup> e às rendas m<sup>2</sup>, foi como se segue (impacto no justo valor dos imóveis):

2018				Sensibilidade aos pressupostos-chave					
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Valor de avaliação	Taxa de desconto		Preço de venda m <sup>2</sup>		Renda m <sup>2</sup> /mês	
				0,5%	-0,5%	5,0%	-5,0%	5,0%	-5,0%
Imóvel em Matosinhos	MERE	Método do rendimento		(2 207)	2 552	n.a.	n.a.	1 642	(1 642)
Mota Galiza	MERE	Método do rendimento		(568)	657	n.a.	n.a.	428	(428)
Terreno no Peru	Imobiliária Santa Clara	Método comparativo		n.a.	n.a.	(837)	837	n.a.	n.a.
Mercado do Bom Sucesso	Mercado Urbano	Método do rendimento		(1 125)	1 305	n.a.	n.a.	816	(816)
Terreno em Luanda	MEA	Método comparativo		n.a.	n.a.	(1 474)	1 474	n.a.	n.a.
Terrenos no México	ME Turismo	Método comparativo		n.a.	n.a.	(832)	832	n.a.	n.a.

2017				Sensibilidade aos pressupostos-chave					
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Valor de avaliação	Taxa de desconto		Preço de venda m <sup>2</sup>		Renda m <sup>2</sup> /mês	
				0,5%	-0,5%	5,0%	-5,0%	5,0%	-5,0%
Imóvel em Matosinhos	MERE	Método do rendimento		(2 023)	2 319	n.a.	n.a.	318	(318)
Edifício comercial e de escritórios no Porto	Motadomus	Método do rendimento		(15)	16	n.a.	n.a.	111	(110)
Terreno no Peru	Imobiliária Santa Clara	Método comparativo		n.a.	n.a.	(671)	671	n.a.	n.a.
Mercado do Bom Sucesso	Mercado Urbano	Método do rendimento		(996)	1 149	n.a.	n.a.	747	(747)

Caso venha a ocorrer um aumento do custo dos terrenos, dos preços de venda, das rendas por m<sup>2</sup> ou uma diminuição da taxa de capitalização / desconto, o justo valor dos imóveis virá aumentado. Por outro lado, caso venha a ocorrer uma diminuição do custo dos terrenos, dos preços de venda, das rendas por m<sup>2</sup> ou um aumento da taxa de capitalização / desconto, o justo valor dos imóveis virá diminuído.

Embora as avaliações acima referidas tenham sido realizadas com base em dados e transações de mercado (divulgadas, essencialmente, por agências imobiliárias), a reduzida liquidez das mesmas e as diferentes características de cada imóvel não permitem qualificar o mercado como ativo. Assim sendo, o apuramento do justo valor das propriedades de investimento do GRUPO enquadra-se no Nível 3 da IFRS 13.

## 23. Inventários

A informação relativa aos inventários com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017, pode ser analisada como se segue:

	2018	2017
<b>Valor bruto:</b>		
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	121 236	84 915
Produtos e trabalhos em curso	138 383	156 430
Produtos acabados	15 124	22 589
Mercadorias	84 697	96 861
Adiantamentos por conta de compras	6 318	16 502
	<b>365 758</b>	<b>377 297</b>
<b>Ajustamentos em inventários:</b>		
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	(4 257)	(5 033)
Produtos e trabalhos em curso	(14 319)	(15 241)
Produtos acabados	(2 262)	(2 293)
Mercadorias	(10 754)	(9 733)
	<b>(31 592)</b>	<b>(32 300)</b>
	<b>334 167</b>	<b>344 996</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo” incluía, essencialmente, materiais de construção localizados em África (cerca de 87.000 milhares de euros e 54.000 milhares de euros, respetivamente), em Portugal (cerca de 8.000 milhares de euros em cada um dos exercícios) e na Polónia (cerca de 6.000 milhares de euros e 9.000 milhares de euros, respetivamente).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica “Produtos e trabalhos em curso” referia-se, essencialmente, a projetos imobiliários em desenvolvimento na Polónia e a projetos imobiliários a desenvolver em Portugal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o movimento ocorrido na rubrica “Produtos e trabalhos em curso” foi justificado, essencialmente, pela conclusão e comercialização de alguns projetos imobiliários na Polónia.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica “Produtos acabados” referia-se, essencialmente, a frações para venda de projetos imobiliários concluídos em Portugal e em Angola.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica “Mercadorias” referia-se, essencialmente, a projetos imobiliários localizados em Portugal e em Angola cujo destino é a comercialização.

Por outro lado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a diminuição ocorrida na rubrica “Mercadorias” foi justificada, essencialmente, pela transferência de um imóvel localizado em Angola para a rubrica de “Propriedades de investimento” (cerca de 26.000 milhares de euros).

Por último, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de inventários incluía cerca 187.000 milhares de euros e 200.000 milhares de euros, respetivamente, associados a projetos imobiliários.

O movimento ocorrido nos ajustamentos em inventários com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser analisado como se segue:

	2018	2017
Saldo inicial	32 300	36 959
Aumento (Nota 8)	3 668	1 664
Redução	(7 845)	(6 623)
Utilização	(2)	(1 247)
Transferências, cambial e variação de perímetro	3 471	1 547
	<b>31 592</b>	<b>32 300</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as reduções de ajustamentos em inventários foram justificadas, essencialmente, pela valorização de alguns imóveis em Portugal.

Com exceção de alguns inventários afetos a projetos imobiliários na Polónia e em Portugal, o GRUPO não tem outros inventários dados como garantia em empréstimos obtidos.

Para efeitos de aferição do valor realizável líquido dos inventários, nomeadamente dos imóveis, foram utilizadas as metodologias de avaliação descritas na Nota 16.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a informação mais relevante sobre as avaliações (análises de imparidade) realizadas aos principais imóveis (classificados em inventários) detidos pelo GRUPO pode ser resumida como se segue:

2018	Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Valor de avaliação	Principais pressupostos			
					Custo de construção m <sup>2</sup>	Preço de venda m <sup>2</sup>	Renda m <sup>2</sup> /mês	Taxa de desconto
	Projeto imobiliário - Portugal	MERE	Cash-flows descontados	36 878	608,00 €	1 498,00 €	n.a.	7,5%
	Projeto imobiliário - Polónia	MECE	Cash-flows descontados	16 287	824,63 €	1 510,22 €	n.a.	6,1%
	Projeto imobiliário - Polónia	MECE	Cash-flows descontados	16 163	445,79 €	973,63 €	n.a.	6,4%
	Projeto imobiliário - Polónia	MECE	Cash-flows descontados	17 290	302,22 €	607,53 €	n.a.	6,3%
	Projeto imobiliário - Polónia	MECE	Cash-flows descontados	25 539	464,46 €	974,94 €	n.a.	6,3%

2017	Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Valor de avaliação	Principais pressupostos			
					Custo de construção m <sup>2</sup>	Preço de venda m <sup>2</sup>	Renda m <sup>2</sup> /mês	Taxa de desconto
	Projeto imobiliário - Portugal	MERE	Cash-flows descontados	34 446	590,00 €	2 222,00 €	n.a.	9,0%
	Projeto imobiliário - Polónia	MECE	Cash-flows descontados	18 823	785,67 €	2 000,08 €	n.a.	6,3%
	Projeto imobiliário - Polónia	MECE	Cash-flows descontados	18 347	310,44 €	1 323,73 €	n.a.	6,5%
	Projeto imobiliário - Polónia	MECE	Cash-flows descontados	17 448	842,94 €	1 691,70 €	n.a.	6,3%
	Projeto imobiliário - Polónia	MECE	Cash-flows descontados	12 538	453,44 €	1 608,09 €	n.a.	6,3%

A sensibilidade dos resultados das avaliações efetuadas aos imóveis acima referidos aos principais pressupostos-chave, nomeadamente à taxa de desconto, ao custo de construção m<sup>2</sup> e ao preço de venda m<sup>2</sup>, foi como se segue (impacto no justo valor dos imóveis):

2018	Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Sensibilidade aos pressupostos-chave					
				Taxa de desconto		Custo de construção m <sup>2</sup>		Preço de venda m <sup>2</sup>	
				0,5%	-0,5%	5,0%	-5,0%	5,0%	-5,0%
	Projeto imobiliário - Portugal	MERE	Cash-flows descontados	(740)	756	(1 995)	1 987	4 257	(4 271)
	Projeto imobiliário - Polónia	MECE	Cash-flows descontados	(121)	122	(155)	155	992	(992)
	Projeto imobiliário - Polónia	MECE	Cash-flows descontados	(42)	43	(7)	7	901	(901)
	Projeto imobiliário - Polónia	MECE	Cash-flows descontados	(104)	104	(138)	138	1 376	(1 466)
	Projeto imobiliário - Polónia	MECE	Cash-flows descontados	(164)	165	(457)	845	1 350	(1 350)
	Projeto imobiliário - Polónia	MECE	Cash-flows descontados	(57)	57	(196)	196	779	(779)

2017	Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Sensibilidade aos pressupostos-chave					
				Taxa de desconto		Custo de construção m <sup>2</sup>		Preço de venda m <sup>2</sup>	
				0,5%	-0,5%	5,0%	-5,0%	5,0%	-5,0%
	Projeto imobiliário - Portugal	MERE	Cash-flows descontados	(771)	793	(930)	930	2 534	(2 534)
	Projeto imobiliário - Polónia	MECE	Cash-flows descontados	(71)	72	(163)	163	1 314	(1 314)
	Projeto imobiliário - Polónia	MECE	Cash-flows descontados	(62)	62	(3)	3	938	(938)
	Projeto imobiliário - Polónia	MECE	Cash-flows descontados	(125)	126	(280)	280	1 257	(1 257)
	Projeto imobiliário - Polónia	MECE	Cash-flows descontados	(103)	103	(496)	496	1 212	(1 212)

## 24. Clientes e outros devedores

A informação relativa a clientes e outros devedores com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser analisada como se segue:

	Não correntes		Correntes	
	2018	2017	2018	2017
<b>Clientes, conta corrente</b>				
Valor bruto				
Europa Engenharia e Construção	1 270	4 191	169 554	189 326
Europa Ambiente e Serviços	1 939	679	85 722	93 684
África	3 330	1 327	539 409	706 640
América Latina	63	1	183 024	160 263
Outros, eliminações e intragrupo	(1)	(23)	(54 344)	(77 868)
	<b>6 600</b>	<b>6 175</b>	<b>923 364</b>	<b>1 072 045</b>
Perdas de imparidade acumuladas	(75)	(87)	(187 185)	(206 034)
	<b>6 526</b>	<b>6 088</b>	<b>736 178</b>	<b>866 012</b>
<b>Clientes, títulos a receber</b>	-	-	181	705
<b>Total de clientes</b>	<b>6 526</b>	<b>6 088</b>	<b>736 359</b>	<b>866 716</b>
<b>Empresas associadas, participadas e participantes</b>				
Valor bruto	53 617	71 808	6 162	111
Perdas de imparidade acumuladas	(3 517)	(3 444)	-	-
	<b>50 101</b>	<b>68 364</b>	<b>6 162</b>	<b>111</b>
<b>Adiantamentos a fornecedores</b>	-	-	54 707	45 625
<b>Estado e outros entes públicos (exceto Imposto sobre o Rendimento)</b>	6 187	3 727	15 616	14 110
<b>Outros</b>				
Valor bruto				
Europa Engenharia e Construção	3 988	4 334	289 668	153 104
Europa Ambiente e Serviços	4 263	1 517	74 736	70 672
África	177	78	197 358	90 835
América Latina	41 403	50 922	51 137	30 439
Outros, eliminações e intragrupo	26	-	(388 097)	(189 283)
	<b>49 857</b>	<b>56 852</b>	<b>224 802</b>	<b>155 767</b>
Perdas de imparidade acumuladas	(3 211)	(4 066)	(34 794)	(24 927)
	<b>46 646</b>	<b>52 786</b>	<b>190 008</b>	<b>130 840</b>
<b>Total de outros devedores</b>	<b>102 933</b>	<b>124 877</b>	<b>266 493</b>	<b>190 686</b>
<b>Total de clientes e outros devedores</b>	<b>109 459</b>	<b>130 965</b>	<b>1 002 852</b>	<b>1 057 403</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a diminuição ocorrida na rubrica de “Clientes” deveu-se, essencialmente, à região de África, nomeadamente a Angola.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a diminuição ocorrida na rubrica de “Empresas associadas, participadas e participantes” deveu-se, essencialmente, à devolução de empréstimos por parte de AUTOPISTA URBANA SIERVO DE LA NACIÓN.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da rubrica “Outros - não correntes” incluía, essencialmente, saldos a receber dos parceiros do GRUPO na América Latina.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da rubrica “Outros - não correntes” na América Latina incluía o montante de cerca de 21.000 milhares de euros respeitantes à concessão APP COATZACOALCOS-VILLAHERMOSA. Aquela concessão corresponde, essencialmente, a um contrato plurianual de prestação de serviços celebrado com o Estado Mexicano e inclui duas componentes: (i) uma relacionada com a reabilitação de 134,2 kms de estrada e (ii) outra referente à manutenção da mesma via por um período de 10 anos. Por último, tal como preconizado na IFRIC 12, como o GRUPO não tem risco de procura nesta concessão, o investimento realizado em infraestruturas na mesma foi registado como uma conta a receber do Concedente. Durante o exercício de 2018, os saldos relacionados com aquela concessão foram transferidos para a rubrica de “Ativos não correntes detidos para venda”.

Em 31 de dezembro de 2018, a exposição do GRUPO a saldos correntes com antiguidade superior a um ano, líquidos de perdas de imparidade acumuladas e de saldos credores mantidos com os respetivos terceiros, resultava, essencialmente, de dívidas confirmadas de organismos públicos (Estado e instituições públicas de Angola, Moçambique e Malawi), de saldos de clientes com acordos de regularização de dívida, de saldos a receber de parceiros do GRUPO, nomeadamente dos parceiros da MOTA-ENGIL ANGOLA e da MOTA-ENGIL MÉXICO e de retenções de garantia prestadas a clientes.

No dia 5 de fevereiro de 2017, foi publicado um Decreto Presidencial que estabeleceu um acordo entre o Estado Angolano e a Luanda Waterfront Corporation (acionista maioritário da Sociedade Baía de Luanda) relativamente à revisão e ao resgate do projeto de requalificação da Baía de Luanda. Como compensação pelo resgate atrás referido, o Estado Angolano autorizou a emissão de dívida pública de 379 milhões de dólares para ressarcir os intervenientes do projeto.

Deste modo, no seguimento do acordo acima referido, o GRUPO recebeu no primeiro semestre de 2017 em dação em cumprimento cerca de 82.000 milhares de dólares de títulos de dívida pública angolana com uma maturidade de sete anos. Adicionalmente, no âmbito daquele processo, o GRUPO acordou igualmente em receber um direito de superfície sobre uma parcela de terreno de cerca de 64.000 m<sup>2</sup> propriedade daquele devedor.

O movimento ocorrido nas perdas de imparidade de clientes e outros devedores com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser analisado como se segue:

	2018	2017
<b>Clientes e outros devedores:</b>		
Saldo inicial	238 558	184 046
Aumento (Nota 8)	24 038	33 400
Adoção da IFRS 9 (Nota 1.2)	34 072	-
Redução (Nota 8)	(21 023)	(5 812)
Utilização	38	(3 593)
Transferências, cambial e variação de perímetro	(46 900)	30 516
	<b>228 782</b>	<b>238 558</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a rubrica “Transferências, cambial e variação de perímetro” é justificada, essencialmente, por variações cambiais geradas maioritariamente por empresas participadas localizadas em Angola.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, cerca de 28.000 milhares de euros de transferências tiveram como contrapartida a rubrica de Clientes – valor bruto.

São registados ajustamentos às contas a receber por perdas de imparidade quando existem indicadores objetivos de que o GRUPO não irá receber integralmente os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Os ajustamentos são apurados considerando a antiguidade das contas a receber, o perfil de risco do devedor, bem como a sua situação económico-financeira. Por outro lado, para as contas a receber cujo momento expectável de realização excede o prazo de um ano, o GRUPO procedeu à atualização financeira desses saldos (considerando um prazo entre um e dois anos adicionais para recuperar a dívida) e taxas de atualização entre os 7% e os 21% no segmento de África (7,5% e 13,5% no exercício de 2017) e entre 7,5% e 9,5% no segmento da América Latina (9% no exercício de 2017). Adicionalmente, a partir de 1 de janeiro de 2018, com a adoção da IFRS 9, o GRUPO passou a apurar perdas de imparidade esperadas para as suas contas a receber de acordo com os critérios divulgados na Nota 1.4 ix).

A exposição do GRUPO ao risco de crédito é atribuível, sobretudo, às contas a receber da sua atividade operacional.

É convicção do Conselho de Administração do GRUPO de que o montante pelo qual aqueles ativos se encontram registados na demonstração consolidada da posição financeira se aproxima do seu justo valor.



O GRUPO não cobra qualquer encargo de juros enquanto os prazos de pagamento definidos com os seus clientes estejam a ser respeitados (normalmente inferiores a 1 ano). Findos esses prazos, são cobrados os juros que estiverem definidos contratualmente, de acordo com a lei em vigor e aplicável a cada situação.

## 25. Ativos associados a contratos com clientes

A informação relativa a ativos associados a contratos com clientes por segmento de negócio com referência a 31 de dezembro de 2018 pode ser analisada como se segue:

	2018	
	Não corrente	Corrente
Europa - Engenharia e Construção	-	56 996
Europa - Ambiente e Serviços	-	7 927
África	-	234 345
América Latina	-	252 375
Outros	-	64
	-	<b>551 707</b>

O movimento ocorrido no exercício de 2018 nos ativos e nos passivos associados a contratos com clientes, excluindo a componente de adiantamentos, pode ser analisado como se segue:

<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018</b>	<b>305 560</b>
Transferências para a rubrica de clientes e outros devedores	(299 596)
Aumentos resultantes do cumprimento de novas obrigações de desempenho ainda não faturadas	441 291
Alterações às estimativas formuladas em exercícios anteriores	(1 968)
Diferenças cambiais, variações de perímetro e outras	23 653
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>468 939</b>
Ativos associados a contratos com clientes	551 707
Passivos associados a contratos com clientes - Proveitos diferidos (Nota 35)	(82 769)
	<b>468 939</b>

## 26. Outros ativos

A informação relativa a outros ativos com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser analisada como se segue:

	Não correntes		Correntes	
	2018	2017	2018	2017
<b>Acréscimos de rendimentos</b>				
Produção e prestações de serviços não faturadas (Construção)	-	-	-	339 039
Produção e prestações de serviços não faturadas (Outros)	-	-	-	4 236
Juros a receber	-	-	6 616	7 175
Outros acréscimos de rendimentos	-	4 455	-	28 725
	-	<b>4 455</b>	<b>6 616</b>	<b>379 175</b>
<b>Gastos diferidos</b>				
Seguros	298	160	9 466	9 545
Custos associados ao cumprimento de contratos com clientes	-	-	27 752	-
Outros gastos diferidos (Construção)	-	-	-	21 661
Outros gastos diferidos (Outros)	7 538	4 288	21 501	13 897
	<b>7 836</b>	<b>4 448</b>	<b>58 719</b>	<b>45 104</b>
	<b>7 836</b>	<b>8 903</b>	<b>65 335</b>	<b>424 278</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas “Custos associados ao cumprimento de contratos com clientes” e “Outros gastos diferidos” incluíam, essencialmente, gastos diferidos associados à produção efetuada nas regiões de África e da América Latina, nomeadamente afetos à mobilização / desmobilização de equipamentos e de estaleiros.

## 27. Imposto sobre o rendimento

A informação relativa ao imposto sobre o rendimento por segmento operacional com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser analisada como se segue:

	2018	2017
Europa Engenharia e Construção	2 451	351
Europa Ambiente e Serviços	1 087	1 375
África	12 671	16 349
América Latina	3 820	5 202
Outros, eliminações e intragrupo	201	201
	<b>20 230</b>	<b>23 479</b>

## 28. Caixa

A informação relativa às rubricas de “Caixa e seus equivalentes com recurso à vista / a prazo” com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser analisada como se segue:

	À vista		A prazo		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Outras aplicações financeiras	1 109	394	-	-	1 109	394
<b>Depósitos bancários e caixa</b>						
Depósitos bancários	287 664	452 195	97 449	34 663	385 113	486 858
Caixa	2 329	2 850	-	-	2 329	2 850
	<b>291 103</b>	<b>455 439</b>	<b>97 449</b>	<b>34 663</b>	<b>388 552</b>	<b>490 102</b>

A informação relativa à rubrica de “Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista” com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser analisada como se segue:

	à Vista	
	2018	2017
<b>Depósitos bancários e caixa</b>		
Depósitos bancários	61 726	154 180
Caixa	23	18
	<b>61 749</b>	<b>154 198</b>

Os montantes de “Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista” estão associados às empresas do SUBGRUPO EGF e à APP COATZACOALCOS VILLAHERMOSA (em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o saldo de “Caixa e seus equivalentes” apresentava a seguinte composição:

	Total	
	2018	2017
Com recurso	388 552	490 102
Sem recurso	61 749	154 198
Valores cativos	(97 449)	(34 663)
	<b>352 852</b>	<b>609 637</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, existiam 97.449 milhares de euros e 34.663 milhares de euros, respetivamente, registados em “Caixa e seus equivalentes” não imediatamente disponíveis, pelo facto de terem sido dados em garantia ou estarem cativos ao abrigo de contratos de financiamento celebrados com terceiros.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os montantes incluídos nas rubricas de “Caixa e seus equivalentes” apresentavam a seguinte origem geográfica:

	2018	2017
Portugal	201 678	307 056
Angola	46 317	40 234
Polónia	42 998	27 607
México	33 994	102 581
Costa do Marfim	26 779	-
Peru	26 417	20 344
Brasil	14 526	29 425
Zimbábwe	14 523	19 693
Maurícias	11 729	8 415
Malawi	9 867	31 230
Moçambique	8 132	14 510
Tanzânia	1 432	15 388
Outros	11 910	27 818
	<b>450 301</b>	<b>644 300</b>

Adicionalmente, no que respeita a Angola, há que salientar a existência em 31 de dezembro de 2018 e 2017 de financiamentos em moeda local de, aproximadamente, 70.000 milhares de euros e 122.000 milhares de euros, respetivamente.

## 29. Ativos e passivos não correntes detidos para venda

A informação relativa aos ativos e passivos não correntes detidos para venda com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser analisada como se segue:

	2018	2017
Ativos da APP Coatzacoalcos Villahermosa (segmento América Latina)	115 290	-
Investimento financeiro no subgrupo Lineas (segmento outros, eliminações e intragrupo)	89 396	147 599
Outros	1 500	1 483
<b>Ativos não correntes detidos para venda</b>	<b>206 187</b>	<b>149 082</b>

	2018	2017
Passivos da APP Coatzacoalcos Villahermosa (segmento América Latina)	115 990	-
Passivos do subgrupo Lineas (segmento outros, eliminações e intragrupo)	-	57 703
<b>Passivos não correntes detidos para venda</b>	<b>115 990</b>	<b>57 703</b>

No último trimestre de 2015, o Conselho de Administração do GRUPO decidiu proceder à alienação do investimento financeiro detido no SUBGRUPO LINEAS. Desta forma, os ativos e passivos associados a tal SUBGRUPO foram reclassificados para as rubricas de "Ativos / Passivos não correntes detidos para venda".

Adicionalmente, de acordo com o preconizado na IFRS 5, a aplicação do método de equivalência patrimonial ao investimento financeiro detido no SUBGRUPO LINEAS foi suspensa a partir de 30 de setembro de 2015.

Na sequência do atrás descrito, e de forma a concretizar a alienação daquele SUBGRUPO, foi estabelecido em fevereiro de 2016 um acordo com a Ardian Infrastructure para a alienação das participações financeiras da LINEAS na ASCENDI PT e na ASCENDI PT II, sociedades que detinham direta ou indiretamente as participações financeiras nas concessionárias e operadoras ASCENDI NORTE, ASCENDI BEIRAS LITORAL E ALTA, ASCENDI COSTA DE PRATA, ASCENDI GRANDE PORTO e ASCENDI GRANDE LISBOA. O acordo acima referido englobou ainda a venda dos ativos detidos pela LINEAS direta ou indiretamente nas subconcessionárias e operadoras da ASCENDI PINHAL INTERIOR e ASCENDI DOURO INTERIOR, na AUVISA, na VIA VERDE PORTUGAL, na ASCENDI O&M, na ASCENDI IGI e na ASCENDI SERVIÇOS, por um valor total na ordem dos 600 milhões de euros, a que poderão ser adicionados mais 53 milhões de euros por via de um mecanismo variável de preço.

A primeira fase do acordo foi concretizada nos últimos dias de dezembro de 2016, através da alienação da ASCENDI PT e da ASCENDI PT II, tendo sido complementada em janeiro de 2017 com a alienação da VIA VERDE PORTUGAL e com a alienação de 75% da ASCENDI SERVIÇOS. Adicionalmente, em julho de 2017 e em fevereiro de 2018, concretizaram-se as alienações da AUVISA e da ASCENDI PINHAL INTERIOR. A concretização integral do acordo ocorrerá com a transmissão dos ativos ainda detidos na subconcessionária e operadora ASCENDI DOURO INTERIOR e na ASCENDI SERVIÇOS (25%), o que ocorrerá logo que sejam reunidas determinadas condições contratualmente previstas, nomeadamente autorizações do Concedente e de entidades financeiras, condições que no entendimento do Conselho de Administração, baseado na sua experiência em transações similares, se irão concretizar.

Por outro lado, durante o exercício de 2017, o GRUPO concluiu igualmente a alienação da SCUTVIAS e da VIA LITORAL pelo que à data encontra-se essencialmente por concretizar a alienação da LINEAS, da LUSOPONTE, da CRT e da COPEXA, tendo o GRUPO já recebido propostas para a alienação das mesmas, as quais se encontram a ser operacionalizadas / otimizadas. No entanto, é intenção do Conselho de Administração concluir o processo de alienação deste SUBGRUPO no curto prazo, dependente sempre das autorizações dos Concedentes e das entidades financiadoras.

Tendo em consideração as propostas recebidas para a alienação dos restantes ativos da LINEAS e a sua dívida bancária, o justo valor do investimento financeiro detido naquele SUBGRUPO, deduzido dos custos estimados com a sua venda, é superior à sua quantia escriturada.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, fruto da aplicação do método da equivalência patrimonial se encontrar suspensa, o GRUPO não registou qualquer resultado naqueles exercícios associado ao SUBGRUPO LINEAS. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a composição dos ativos e passivos não correntes detidos para venda associadas ao SUBGRUPO LINEAS era como se segue:

	2018	2017
Investimentos financeiros em empresas associadas	89 396	147 599
Credores diversos - Adiantamentos por conta de vendas	-	(57 703)
	<b>89 396</b>	<b>89 896</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, fruto da alienação da ASCENDI PINHAL INTERIOR, o investimento financeiro e o adiantamento por conta de vendas registados na MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO foram desreconhecidos.

Por outro lado, no exercício de 2018, o Conselho de Administração do GRUPO decidiu proceder à alienação parcial do investimento financeiro que detêm na APP COATZACOALCOS-VILLAHERMOSA (segmento América Latina), sendo que após a concretização daquela operação (prevista para 2019), o GRUPO deixará de controlar aquela entidade.

Em 31 de dezembro de 2018, o detalhe dos ativos e passivos não correntes detidos para venda associados à APP COATZACOALCOS-VILLAHERMOSA, era como se segue:

	2018
<b>Ativo</b>	
<b>Não corrente</b>	
Ativos tangíveis	24
Clientes e outros devedores	69 459
Ativos por impostos diferidos	177
	<b>69 661</b>
<b>Corrente</b>	
Inventários	1 355
Clientes e outros devedores	6 707
Outros ativos correntes	1 519
Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista	36 049
	<b>45 630</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>115 290</b>
<b>Passivo</b>	
<b>Não corrente</b>	
Empréstimos sem recurso	82 791
Fornecedores e credores diversos	8 606
	<b>91 397</b>
<b>Corrente</b>	
Empréstimos sem recurso	5 500
Fornecedores e credores diversos	14 374
Outros passivos correntes	4 718
	<b>24 593</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>115 990</b>

## 30. Capital e reservas

### Capital

O capital social da MOTA-ENGIL SGPS em 31 de dezembro de 2018 e 2017, totalmente subscrito e realizado, ascendia a 237.505.141 euros e encontrava-se representado por 237.505.141 ações com um valor nominal de 1 euro cada.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o GRUPO cumpriu com os requisitos de capital estabelecidos na legislação comercial portuguesa, nomeadamente os definidos no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

### Ações próprias

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em conformidade com o deliberado na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 11 de maio de 2018, o GRUPO procedeu à aquisição de diversas tranches de ações próprias, tal como se discrimina abaixo:

2018	Quantidade	Custo médio	Montante
Saldo inicial	3 639 812	1,59 €	5 788
Aquisições			
setembro	435 550	2,17 €	944
outubro	909 835	1,87 €	1 699
novembro	1 076 384	1,63 €	1 755
dezembro	30 000	1,57 €	47
	<b>2 451 769</b>	<b>1,81 €</b>	<b>4 444</b>
<b>Saldo final</b>	<b>6 091 581</b>	<b>1,68 €</b>	<b>10 232</b>

Durante o exercício de 2017, o GRUPO não procedeu a aquisições nem a alienações de ações próprias.

#### **Prémios de emissão**

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou com aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para as “Reservas legais”, isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

#### **Reserva de justo valor – Investimentos financeiros**

A “Reserva de justo valor – Investimentos financeiros” reflete as variações de justo valor dos ativos financeiros registados ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral e não é passível de ser distribuída ou utilizada para absorver prejuízos.

#### **Reserva de justo valor - Imóveis**

A “Reserva de justo valor – Imóveis” não pode ser distribuída aos acionistas, exceto se se encontrar totalmente amortizada ou se os respetivos bens objeto de reavaliação tiverem sido alienados.

#### **Reserva de justo valor – Derivados**

A “Reserva de justo valor – Derivados” reflete as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa que se consideram eficazes e não é passível de ser distribuída aos acionistas ou utilizada para absorver prejuízos.

#### **Reserva de conversão cambial**

A “Reserva de conversão cambial” reflete as variações cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras de empresas filiais com moeda diferente do Euro e não é passível de ser distribuída aos acionistas ou utilizada para absorver prejuízos.

#### **Reservas legais**

A legislação comercial portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Nos termos da legislação comercial portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da MOTA-ENGIL SGPS preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

#### **Política de gestão de capital**

A estrutura de capital do GRUPO MOTA-ENGIL, determinada pela proporção entre o capital próprio e a dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e o desenvolvimento das suas atividades operacionais, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar os custos de financiamento.

O GRUPO MOTA-ENGIL monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos acima referidos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o GRUPO MOTA-ENGIL apresenta um *Gearing* contabilístico de 46% e 68% respectivamente.

*Gearing* = total do capital próprio / dívida líquida, sendo que a dívida líquida corresponde à soma algébrica das seguintes rubricas da demonstração consolidada da posição financeira: empréstimos com recurso; empréstimos sem recurso; caixa e seus equivalentes com recurso à vista / a prazo; caixa e seus equivalentes sem recurso à vista; ativos financeiros detidos até à maturidade (em 2017) e outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado (em 2018).

## Dividendos

Do Relatório de Gestão Individual consta a seguinte proposta:

O Conselho de Administração propõe à assembleia geral anual a seguinte distribuição dos resultados líquidos do exercício, no valor de 444.782.583 euros e 42 cêntimos, o qual já inclui os montantes de 500.000 euros e 250.000 euros afetos à distribuição de lucros, respetivamente, pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 27º, nº 3 dos Estatutos, e pelos trabalhadores:

- Para cobertura dos resultados transitados negativos no montante de 261.560.020 euros e 18 cêntimos;
- Para reserva legal, 2.566.764 euros e 59 cêntimos, para que esta reserva totalize o máximo legal de 20% do capital social;
- Para distribuição aos acionistas, 7,4 cêntimos de euro por ação, cativos de impostos, no valor global de 17.575.380 euros e 43 cêntimos; e
- Para reservas livres, o remanescente, no valor de 163.080.418 euros e 22 cêntimos.

## 31. Empréstimos

Os montantes relativos ao endividamento com recurso com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser analisados como se segue:

	Corrente (a 1 ano)	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	a mais de 5 anos	Não corrente	Total
<b>2018</b>						
<b>Empréstimos por obrigações não convertíveis</b>	<b>95 643</b>	<b>75 113</b>	<b>198 824</b>	<b>-</b>	<b>273 937</b>	<b>369 580</b>
<b>Dívidas a instituições de crédito:</b>						
Empréstimos bancários	293 787	168 609	185 033	27 189	380 831	674 619
Descobertos bancários	78 600	-	-	-	-	78 600
Contas caucionadas	108 593	-	-	-	-	108 593
<b>Outros empréstimos obtidos:</b>						
Emissões de papel comercial	152 758	7 500	35 250	-	42 750	195 508
Outros empréstimos	2 281	164	82	-	247	2 528
	<b>731 663</b>	<b>251 386</b>	<b>419 189</b>	<b>27 189</b>	<b>697 765</b>	<b>1 429 428</b>
<b>2017</b>						
<b>Empréstimos por obrigações não convertíveis</b>	<b>47 639</b>	<b>151 167</b>	<b>122 500</b>	<b>9 167</b>	<b>282 833</b>	<b>330 472</b>
<b>Dívidas a instituições de crédito:</b>						
Empréstimos bancários	312 251	160 916	160 745	54 747	376 408	688 658
Descobertos bancários	96 269	-	-	-	-	96 269
Contas caucionadas	140 935	-	-	-	-	140 935
<b>Outros empréstimos obtidos:</b>						
Emissões de papel comercial	116 725	44 110	11 064	-	55 174	171 899
Outros empréstimos	1 303	2 006	247	-	2 252	3 556
	<b>715 121</b>	<b>358 198</b>	<b>294 555</b>	<b>63 913</b>	<b>716 667</b>	<b>1 431 789</b>

As emissões de papel comercial, embora tenham o seu vencimento num prazo igual ou inferior a um ano, encontram-se, maioritariamente, abrangidas por programas de médio e longo prazo que asseguram a sua renovação automática ao longo do tempo. Nestas circunstâncias, e dado que o Conselho de Administração do GRUPO pretende continuar a utilizar aqueles programas durante a sua vigência, registou aquelas emissões de papel comercial como exigíveis no médio e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2018, existiam operações de financiamento com compromissos de manutenção de *covenants* relacionados com níveis de autonomia financeira e rácios de endividamento, determinados com base nas demonstrações financeiras consolidadas do GRUPO e das suas *subholdings*, cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas normais de mercado.

Em 31 de dezembro de 2018, de acordo com a informação disponível, exceto para um financiamento de cerca de 5 milhões de euros, nenhum credor poderia exigir o reembolso antecipado de qualquer financiamento bancário concedido ao GRUPO como consequência do não cumprimento de qualquer um dos *covenants* acima referidos.

Os montantes relativos ao endividamento sem recurso com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser analisados como se segue:

	Corrente (a 1 ano)	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	a mais de 5 anos	Não corrente	Total
<b>2018</b>						
<b>Dívidas a instituições de crédito:</b>						
Empréstimos bancários	26 723	23 043	30 602	41 185	94 830	121 552
Contas caucionadas	4 651	-	-	-	-	4 651
<b>Outros empréstimos obtidos:</b>						
Emissões de papel comercial	2 500	2 500	7 425	3 750	13 675	16 175
	33 874	25 543	38 027	44 935	108 505	142 379
<b>2017</b>						
<b>Empréstimos por obrigações não convertíveis</b>						
	-	3 132	24 724	54 558	82 413	82 413
<b>Dívidas a instituições de crédito:</b>						
Empréstimos bancários	25 220	20 535	48 924	47 312	116 771	141 990
Contas caucionadas	2 860	-	-	-	-	2 860
<b>Outros empréstimos obtidos:</b>						
Emissões de papel comercial	2 500	2 500	7 500	6 162	16 162	18 662
	30 580	26 167	81 148	108 031	215 346	245 925

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os montantes de endividamento sem recurso estão associados às empresas do SUBGRUPO EGF e à empresa utilizada para o financiamento da sua aquisição (SUMA TRATAMENTO) e à APP COATZACOALCOS VILLAHERMOZA (somente em 31 de dezembro de 2017).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a maturidade média do endividamento (com e sem recurso) era de 2,3 e 2,4 anos, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido no endividamento foi como se segue:

2018	Empréstimos por obrigações não convertíveis	Empréstimos bancários	Descobertos bancários	Contas caucionadas	Emissões de papel comercial	Outros empréstimos	Total
Saldo inicial	412 885	830 648	96 269	143 796	190 561	3 556	1 677 714
<b>Transações com impacto em caixa:</b>							
Recebimentos de empréstimos	174 726	578 901	25 829	378 171	434 931	1 700	1 594 259
Amortizações e reembolsos de empréstimos	(133 898)	(590 047)	(41 754)	(385 252)	(413 812)	(2 708)	(1 567 472)
	40 828	(11 146)	(15 925)	(7 081)	21 118	(1 008)	26 787
<b>Transações sem impacto em caixa:</b>							
Variação cambial	-	(14 375)	(1 743)	(23 471)	-	(20)	(39 608)
Fusões	-	(177)	-	-	-	-	(177)
Reconhecimento do custo amortizado	(2 433)	(5 715)	-	-	4	-	(8 144)
Variações de perímetro e transferências	(81 699)	(3 065)	-	-	-	-	(84 765)
Saldo final	369 580	796 171	78 600	113 244	211 683	2 528	1 571 806

2017	Empréstimos por obrigações não convertíveis	Empréstimos bancários	Descobertos bancários	Contas caucionadas	Emissões de papel comercial	Outros empréstimos	Total
Saldo inicial	362 726	909 842	93 758	144 782	125 539	4 602	1 641 249
<b>Transações com impacto em caixa:</b>							
Recebimentos de empréstimos	279 521	330 662	492 668	171 239	583 206	-	1 857 297
Amortizações e reembolsos de empréstimos	(227 340)	(393 924)	(489 646)	(170 119)	(518 015)	(651)	(1 799 695)
	52 181	(63 261)	3 022	1 121	65 191	(651)	57 602
<b>Transações sem impacto em caixa:</b>							
Variação cambial	(2 864)	(12 547)	51	(1 020)	-	-	(16 381)
Fusões	-	-	(152)	-	-	-	(152)
Reconhecimento do custo amortizado	842	(3 385)	-	59	(170)	-	(2 654)
Variações de perímetro	-	-	(409)	(1 146)	-	(395)	(1 950)
Saldo final	412 885	830 648	96 269	143 796	190 561	3 556	1 677 714

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os principais empréstimos obrigacionistas e programas de papel comercial contratados pelo GRUPO em vigor naquelas datas, eram como se segue:

2018						
Tipo de emissão / Emitente	Data emissão inicial	Data vencimento	Indexação	Condições de reembolso	Montante nominal atual	Prazos de emissão
<b>Empréstimos obrigacionistas:</b>						
Mota-Engil Engenharia e Construção África	dez/17	dez/23	Euribor 6M + 6,50%	i)	33 333	
Mota-Engil SGPS	abr/14	abr/19	Taxa Fixa 5,5%	ii)	55 650	
Mota-Engil SGPS	jul/15	fev/20	Taxa Fixa 3,90%	ii)	65 947	
Mota-Engil SGPS	abr/16	abr/19	Euribor 6 M + 4,75%	ii)	32 000	
Mota-Engil SGPS	jan/18	jan/23	Taxa Fixa 4%	ii)	60 510	
Mota-Engil SGPS	nov/18	nov/22	Taxa Fixa 4,5%	ii)	110 000	
Mota-Engil SGPS	jun/18	jun/21	Euribor 3M + 3,5%	ii)	25 000	
Mota-Engil Latin America BV	dez/17	dez/23	Euribor 6M + 5%	iii)	12 500	
<b>Programas de papel comercial:</b>						
Mota-Engil SGPS	out/17	out/22	Euribor 3M + 4%		15 096	90 dias
Mota-Engil SGPS	ago/18	fev/19	Taxa Fixa 3,5% (13,550M€); 3% (16,45M€)		29 517	6 meses
Mota-Engil SGPS	fev/18	jan/19	Euribor do prazo + 3%		5 000	7 a 365 dias
Mota-Engil SGPS	dez/13	fev/22	Taxa máxima Indicada pela Emitente		23 350	7 a 397 dias
Mota-Engil SGPS	dez/18	dez/19	Taxa Fixa 4%		52 817	364 dias
Mota-Engil Europa	dez/15	jun/19	Euribor do prazo + 4,70%		25 000	Col. Direta: de 7 dias a 6 meses
Mota-Engil Europa	dez/18	nov/21	Euribor 1M + 1,5%		5 000	Col. Direta: de 7 dias a 6 meses
Mota-Engil SGPS e Mota-Engil Ambiente e Serviços	jan/07	jan/19	Euribor do prazo + 1,5%		15 400	De 1, 3, 6 a 12 meses
Resinorte	ago/16	fev/24	Euribor 6M + 2,5%		16 175	104 meses
Suma	dez/18	dez/21	Euribor 12M + 1,5%		6 500	36 meses
Suma	dez/18	dez/21	Euribor 12M + 2%		10 000	36 meses
Suma	dez/18	dez/23	Euribor 6M + 1,7%		10 000	60 meses

i) Juros e reembolsos pagos em 10 semestralidades;

ii) Juros semestrais com reembolso único no vencimento do contrato;

iii) Juros e reembolsos pagos em 6 semestralidades;



2017						
Tipo de emissão / Emitente	Data emissão inicial	Data vencimento	Indexação	Condições de reembolso	Montante nominal atual	Prazos de emissão
<b>Empréstimos obrigacionistas:</b>						
Mota-Engil Engenharia e Construção África	dez/13	dez/18	Euribor 6M + 6,50%	i)	45 000	
Mota-Engil SGPS	abr/14	abr/19	Taxa Fixa 5,5%	ii)	110 000	
Mota-Engil SGPS	jun/14	jun/18	Taxa Fixa 4,375%	ii)	20 845	
Mota-Engil SGPS	jul/15	fev/20	Taxa Fixa 3,90%	ii)	95 000	
Mota-Engil SGPS	dez/15	dez/18	Euribor 6M + 3,25%	iii)	5 000	
Mota-Engil SGPS	abr/16	abr/19	Taxa Fixa 4,75%	ii)	32 000	
Suma	out/13	out/18	Euribor 6M + 5,25%	ii)	10 000	
Mota-Engil Latin America BV	dez/17	dez/23	Euribor 6M + 5%	iv)	15 000	
APP Coatzacoalcos Villahermosa SAPI	out/17	out/26	Taxa Fixa 8,9%	v)	82 413	
<b>Programas de papel comercial:</b>						
Mota-Engil SGPS	mar/16	fev/18	Taxa Fixa 3,5%		15 000	30 a 181 dias
Mota-Engil SGPS	out/17	out/22	Euribor 3M + 4%		19 250	90 dias
Mota-Engil SGPS	dez/17	dez/18	Taxa Fixa 4%		55 000	364 dias
Mota-Engil SGPS	dez/13	fev/22	Taxa máxima indicada pela emitente		21 000	7 a 397 dias
Mota-Engil Engenharia e Construção	ago/14	ago/18	Euribor do prazo + 2%		8 400	Col. Direta: de 7 a 90 dias / Col. Leilão: de 7 a 90 dias
Mota-Engil Engenharia e Construção	out/16	jan/18	Euribor do prazo + 5%		7 500	Col. Direta: de 7 a 90 dias / Col. Leilão: de 7 a 90 dias
Mota-Engil Europa	dez/15	jun/19	Euribor do prazo + 4,70%		25 000	Col. Direta: de 7 dias a 6 meses
Mota-Engil SGPS e Mota-Engil Ambiente e Serviços	jan/07	jan/19	Euribor do prazo + 1,5%		29 260	De 1, 3, 6 a 12 meses
Resinorte	ago/16	fev/24	Euribor 6M + 2,5%		18 750	98 meses

i) Juros e reembolsos pagos em 10 semestralidades;  
 ii) Juros semestrais com reembolso único no vencimento do contrato;  
 iii) Juros e reembolsos pagos em 6 semestralidades;  
 iv) Juros e reembolsos pagos em 12 semestralidades;  
 v) Juros e reembolsos pagos em 16 semestralidades.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a dívida contraída através de outros contratos de empréstimo de montante superior a 10.000 milhares de euros pode ser analisada como se segue:

2018		
Devedor	Tipo Operação	Montante em dívida
<b>Outras operações:</b>		
Mota-Engil, SGPS	Empréstimo de médio e longo prazo	124 941
Mota-Engil, SGPS	Conta corrente caucionada	25 690
Mota-Engil Engenharia e Construção	Empréstimo de médio e longo prazo	30 000
Mota-Engil Engenharia e Construção	Conta corrente caucionada	23 038
Mota-Engil Engenharia e Construção	Descoberto bancário	3 652
Mota-Engil Europa	Empréstimo de médio e longo prazo	28 600
Mota-Engil Real Estate Portugal	Empréstimo de médio e longo prazo	21 000
Mota-Engil Angola	Empréstimo de médio e longo prazo	15 084
Mota-Engil Angola	Conta corrente caucionada	10 148
Mota-Engil Engenharia e Construção África	Empréstimo de médio e longo prazo	93 904
Mota-Engil Engenharia e Construção África	Empréstimo de curto prazo	30 000
Mota-Engil Engenharia e Construção África	Descoberto bancário	34 171
Mota-Engil Latin America BV	Empréstimo de médio e longo prazo	14 000
Mota-Engil Latin America BV	Empréstimo de médio e longo prazo	20 667
Mota-Engil Peru	Empréstimo de médio e longo prazo	22 707
Suma Tratamento	Empréstimo de médio e longo prazo	56 130
Mota-Engil México	Empréstimo de médio e longo prazo	15 000
Kilinskiego Property Investment	Empréstimo de curto prazo	10 626

2017		
Devedor	Tipo Operação	Montante em dívida
<b>Outras operações:</b>		
Mota-Engil, SGPS	Empréstimo de médio e longo prazo	107 195
Mota-Engil, SGPS	Conta corrente caucionada	17 000
Mota-Engil Engenharia e Construção	Conta corrente caucionada	19 915
Mota-Engil Europa	Empréstimo de médio e longo prazo	18 400
Mota-Engil Real Estate Portugal	Empréstimo de médio e longo prazo	24 000
Mota-Engil Angola	Empréstimo de médio e longo prazo	13 096
Mota-Engil Angola	Conta corrente caucionada	36 181
Mota-Engil Engenharia e Construção África	Empréstimo de médio e longo prazo	84 210
Mota-Engil Engenharia e Construção África	Empréstimo de curto prazo	49 750
Mota-Engil Engenharia e Construção África	Descoberto bancário	39 723
Mota-Engil Latin America BV	Empréstimo de médio e longo prazo	13 333
Mota-Engil Peru	Empréstimo de médio e longo prazo	32 311
Suma Tratamento	Empréstimo de médio e longo prazo	60 342
Suma	Empréstimo de médio e longo prazo	43 556
Sucursal Mota-Engil Colômbia	Empréstimo de curto prazo	13 341
Mota-Engil México	Empréstimo de médio e longo prazo	10 522
Vermelo	Empréstimo de médio e longo prazo	10 366

Os montantes incluídos na rubrica de “Outros empréstimos” dizem respeito, essencialmente, a empréstimos obtidos junto da Agência Portuguesa para o Investimento (AICEP) e do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI) como apoio ao investimento e não vencem juros, tendo sido mensurados ao justo valor na data do seu reconhecimento inicial com o reconhecimento do diferencial para o valor recebido como subsídio.

## 32. Outros passivos financeiros

A informação relativa aos outros passivos financeiros com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser analisada como se segue:

	Não correntes		Correntes	
	2018	2017	2018	2017
Locação financeira	203 131	122 934	62 735	42 238
Factoring	-	-	119 928	91 276
Venda de créditos	-	-	28 000	150 055
	<b>203 131</b>	<b>122 934</b>	<b>210 663</b>	<b>283 569</b>

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de cerca de 150.000 milhares de euros de venda de créditos correspondia à contrapartida do recebimento em Portugal, em euros, de uma obra efetuada ao abrigo da linha COSEC estabelecida entre o Estado português e o Estado angolano. Logo que todos os trâmites administrativos associados à transferência daquele crédito para o Estado português foram cumpridos (o que se sucedeu durante o exercício de 2018), aquele montante foi desreconhecido do passivo por contrapartida de uma conta a receber de igual montante.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nos outros passivos financeiros foi como se segue:

	2018	Locação financeira	Factoring	Venda de créditos	Total
Saldo inicial		165 172	91 276	150 055	406 503
<b>Transações com impacto em caixa:</b>					
Recebimentos de empréstimos		153 018	34 255	28 000	215 273
Amortizações e reembolsos de empréstimos		(49 275)	(5 603)	(150 055)	(204 933)
		<b>103 742</b>	<b>28 652</b>	<b>(122 055)</b>	<b>10 339</b>
<b>Transações sem impacto em caixa:</b>					
Variação cambial		(3 048)	-	-	(3 048)
Saldo final		<b>265 866</b>	<b>119 928</b>	<b>28 000</b>	<b>413 794</b>

2017	Locação financeira	Factoring	Venda de créditos	Total
Saldo inicial	127 448	54 001	-	181 449
<b>Transações com impacto em caixa:</b>				
Recebimentos de empréstimos	79 610	437 488	150 055	667 153
Amortizações e reembolsos de empréstimos	(37 412)	(400 587)	-	(437 999)
	42 198	36 901	150 055	229 154
<b>Transações sem impacto em caixa:</b>				
Variação cambial	(4 474)	374	-	(4 100)
Saldo final	165 172	91 276	150 055	406 503

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor líquido contábilístico dos bens objeto de contratos de locação financeira era como se segue:

	2018	2017
Terrenos e edifícios	1 088	1 854
Equipamento básico	237 004	160 930
Equipamento de transporte	20 673	18 124
Equipamento administrativo	89	120
Outros ativos	11 088	1 543
	269 943	182 569

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os contratos de locação financeira mais significativos celebrados pelo GRUPO eram como se segue:

2018				
Contraente	Montante inicial	Ativo	Período de locação financeira	Opção de compra
Algar	2 448	Equipamento Diverso	8 anos	-
Correia & Correia	1 278	Edifício	20 anos	26
Empresa Construtora Brasil	1 276	Equipamento Diverso	10 anos	-
ME-Central Europe Polónia	1 035	Equipamento Diverso	6 anos	52
ME- Engenharia (sede)	29 481	Equipamento Diverso	4 anos	589
ME- Engenharia (sede)	12 357	Equipamento Diverso	5 anos	247
Mota-Engil Engenharia e Construção África e Sucursais	84 577	Equipamento Diverso	6 anos	4 286
Mota-Engil Engenharia e Construção África e Sucursais	67 211	Equipamento Diverso	5 anos	3 263
Mota-Engil Engenharia e Construção África e Sucursais	36 027	Equipamento Diverso	4 anos	1 201
Mota-Engil México	3 966	Maquinaria	3 anos	-
Mota-Engil México	1 951	Maquinaria	4 anos	480
PTT	3 582	Terrenos	10 anos	72
Suma	2 654	Equipamento Diverso	1 ano	-
Takargo	24 140	Locomotivas	25 anos	121
Takargo	11 944	Vagões	25 anos	60

2017				
Contraente	Montante inicial	Ativo	Período de locação financeira	Opção de compra
Correia & Correia	1 278	Edifício	20 anos	26
Empresa Construtora Brasil	1 069	Equipamento Diverso	5 anos	-
Empresa Construtora Brasil	1 430	Equipamento Diverso	10 anos	-
Empresa Construtora Brasil	1 032	Equipamento Diverso	4 anos	21
ME- Engenharia (sede)	32 538	Equipamento Diverso	4 anos	650
ME- Engenharia (sede)	10 779	Equipamento Diverso	5 anos	216
ME-Central Europe Polónia	1 512	Equipamento Diverso	7 anos	21
ME-Central Europe Polónia	1 077	Equipamento Diverso	6 anos	108
Mota-Engil Angola	5 314	Equipamento Diverso	4 anos	-
Mota-Engil Engenharia e Construção África e Sucursais	18 991	Equipamento Diverso	5 anos	379
Mota-Engil Engenharia e Construção África e Sucursais	37 787	Equipamento Diverso	4 anos	946
Mota-Engil México	3 770	Maquinaria	3 anos	-
Mota-Engil México	1 855	Maquinaria	4 anos	480
PTT	3 582	Terrenos	10 anos	72
Takargo	24 140	Locomotivas	25 anos	121
Takargo	11 944	Vagões	25 anos	60

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o GRUPO mantinha responsabilidades como locatário, registadas na rubrica “Outros passivos financeiros”, relativas a rendas de contratos de locação financeira com os seguintes prazos de vencimento:

Contratos de locação financeira	Rendas vincendas		Valor atual das rendas	
	2018	2017	2018	2017
1 ano	65 664	46 285	62 735	42 238
2 anos	50 762	35 299	48 596	32 400
3 anos	47 449	27 144	45 947	25 071
4 ou mais anos	110 788	68 656	108 587	65 463
	274 663	177 384	265 866	165 172
Juros incluídos nas rendas	(8 798)	(12 212)	-	-
Valor atual das rendas de contratos de locação financeira	265 866	165 172	265 866	165 172

## 33. Instrumentos financeiros derivados

A informação relativa aos instrumentos financeiros derivados contratados pelo GRUPO com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser analisada como se segue:

Coberturas de fluxos de caixa							Justo valor	
Participada	Tipo	Contraparte	Início	Nominal	Taxas contratadas	Vencimento	2018	2017
Empresa Construtora Brasil	Swap cambial	Bradesco	jul/17	830	-	jul/19	180	93
							180	93
Mota-Engil, SGPS	Swap	JP Morgan	set/17	56 250	Troca Euribor 6M por taxa fixa -0,02%	jun/21	(139)	5
Mota-Engil, SGPS	Swap	Bank of China	jun/18	45 837	Troca Euribor 6M por taxa fixa -0,40%	dez/22	85	-
Mota-Engil, SGPS	Swap	JP Morgan	jun/18	3 556	Troca Euribor 6M por taxa fixa -0,09%	dez/20	(2)	-
Mota-Engil, SGPS	Swap	JP Morgan	jun/18	21 000	Troca Euribor 3M por taxa fixa -0,03%	dez/21	(54)	-
Mota-Engil, SGPS	Swap	JP Morgan	jun/18	17 968	Troca Euribor 12M por taxa fixa -0,05%	jan/20	(6)	-
Mota-Engil, SGPS	Swap	JP Morgan	jun/18	13 600	Troca Euribor 6M por taxa fixa -0,01%	ago/21	(28)	-
Mota-Engil, SGPS	Swap	JP Morgan	jun/18	15 250	Troca Euribor 3M por taxa fixa -0,03%	out/22	(41)	-
Mota-Engil, SGPS	Swap	JP Morgan	jun/18	17 968	Troca Euribor 12M por taxa fixa -0,05%	jan/20	(6)	-
Mota-Engil Engenharia e Construção África	Cobertura	CAIXA BI	jun/18	18 333	Taxa fixa 0,54%	dez/23	(193)	-
Mota-Engil Latin America BV	Swap	CAIXABI	mar/18	12 500	Troca Euribor 6M por taxa fixa -0,381%	dez/23	(128)	-
ME Peru	Swap	Citibank	dez/15	8 289	Troca Libor 3M +1,70% por taxa fixa 4,35%	dez/20	-	(323)
ME Peru	Opção cambial	Citibank	ago/16	8 289	Cobertura cambial USD/PEN no intervalo [3,413 - 3,80 PEN]	dez/20	-	(224)
Mota-Engil Engenharia e Construção	Swap	Santander Totta	ago/14	25 000	Troca Euribor 3M por taxa fixa 0,41%	ago/18	-	(22)
							(512)	(564)

O apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados contratados pelo GRUPO foi efetuado pelas respetivas contrapartes, que são consideradas entidades financeiras idóneas / independentes e de reconhecido mérito. Os modelos de avaliação utilizados basearam-se no método dos fluxos de caixa descontados, utilizando *par rates of swaps*, cotadas no mercado interbancário e disponíveis nas páginas da *Reuters* e da *Bloomberg* para os prazos relevantes, sendo calculadas as respetivas taxas *forwards* e fatores de desconto que serviram para descontar os fluxos de caixa fixos (*fixed leg*) e os fluxos de caixa variáveis (*floating leg*). O somatório das duas *legs* apura o VAL (valor atualizado líquido). No caso das opções, foi utilizado o modelo de *Black-Scholes* e os valores de volatilidade disponíveis nas páginas da *Reuters* e da *Bloomberg*.

No seguimento do acima descrito, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados contratados pelo GRUPO foi determinado com base em técnicas de avaliação cujos principais *inputs* são observáveis no mercado, pelo que o mesmo enquadra-se no nível 2 da IFRS 13.

## 34. Fornecedores e credores diversos

A informação relativa aos fornecedores e credores diversos com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser analisada como se segue:

	Não correntes		Correntes	
	2018	2017	2018	2017
<b>Fornecedores</b>				
Europa - Engenharia e Construção	13 702	10 253	214 500	196 739
Europa - Ambiente e Serviços	-	2	36 170	31 465
África	1 488	189	258 402	269 074
América Latina	2 351	301	182 956	144 255
Outros, eliminações e intragrupo	0	0	(119 217)	(151 705)
	17 541	10 744	572 811	489 828
Fornecedores de ativo fixo	336	-	32 641	28 461
Empresas associadas e outros acionistas	488	1 718	22 374	33 441
Adiantamentos de clientes e por conta de vendas	-	30 799	35 791	260 690
Estado e outros entes públicos (exceto impostos sobre o rendimento)	-	-	51 607	47 884
Outros credores	33 316	7 601	86 428	79 430
	34 140	40 118	228 841	449 906
	51 681	50 862	801 652	939 734

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Fornecedores” incluía os montantes de, aproximadamente, 29.200 milhares de euros e 40.500 milhares de euros, respetivamente, relativos a contratos de *confirming*. Estes montantes dizem respeito, essencialmente, a dívidas com origem em subcontratação na realização de obras em curso adjudicadas ao GRUPO.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Outros, eliminações e intragrupo” incluía, essencialmente, saldos entre as empresas do segmento de África e as empresas do segmento da Europa Engenharia e Construção.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Empresas associadas e outros acionistas” incluía, essencialmente, os saldos devidos a parceiros do GRUPO, nomeadamente aos parceiros da MOTA-ENGIL ANGOLA e das empresas do SUBGRUPO SUMA e do SUBGRUPO EGF.

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica “Adiantamentos de clientes e por conta de vendas” incluía o montante de 26.864 milhares de euros classificado como não corrente e 697 milhares de euros classificado como corrente relativos ao Passivo regulatório das empresas do SUBGRUPO EGF, bem como cerca de 28.000 milhares de euros associados à futura alienação de duas empresas concessionárias de auto-estradas no México (36.000 milhares de euros em 31 de dezembro de 2018 - Nota 17).

É convicção do Conselho de Administração do GRUPO de que o valor pelo qual os passivos financeiros acima referidos se encontram registados na demonstração consolidada da posição financeira se aproxima do seu justo valor.

## 35. Passivos associados a contratos com clientes

A informação relativa a passivos associados a contratos com clientes por segmento operacional com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser analisada como se segue:

	2018	
	Não corrente	Corrente
<b>Adiantamentos recebidos de clientes:</b>		
Europa - Engenharia e Construção	10 450	26 132
Europa - Ambiente e Serviços	19 071	6 612
África	33 256	94 670
América Latina	-	109 443
	<b>62 777</b>	<b>236 858</b>
<b>Proveitos diferidos:</b>		
Europa - Engenharia e Construção	-	14 991
África	-	44 945
América Latina	-	22 833
	-	<b>82 769</b>
	<b>62 777</b>	<b>319 626</b>

O movimento ocorrido no exercício de 2018 nos adiantamentos recebidos de clientes pode ser analisado como se segue:

<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018</b>	<b>263 490</b>
Rédito reconhecido no ano associado a passivos registados em exercícios anteriores	(82 718)
Adiantamentos recebidos no ano, líquidos de rédito reconhecido no próprio ano	134 310
Diferenças cambiais, variações de perímetro e outras	(15 447)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>299 635</b>

## 36. Outros passivos

A informação relativa aos outros passivos não correntes com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser analisada como se segue:

Outros passivos não correntes	2018	2017
Subsídios ao investimento	154 628	151 667
Trabalhos em curso não faturados por fornecedores	4 118	4 168
Outros	9 326	5 790
	<b>168 072</b>	<b>161 625</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Subsídios ao investimento” respeitava na sua maioria às empresas do SUBGRUPO EGF.

A informação relativa aos outros passivos correntes com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser analisada como se segue:

Outros passivos correntes	2018	2017
<b>Acréscimos de gastos</b>		
Encargos com férias e subsídio de férias	37 442	38 869
Juros a liquidar	12 502	15 483
Trabalhos em curso não faturados por fornecedores	348 698	260 799
Outros acréscimos de gastos	26 455	20 840
	<b>425 096</b>	<b>335 990</b>
<b>Rendimentos diferidos</b>		
Faturação antecipada	-	58 067
Subsídios ao investimento	18 749	26 251
Outros rendimentos diferidos	19 049	24 867
	<b>37 798</b>	<b>109 185</b>
	<b>462 894</b>	<b>445 175</b>

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica “Trabalhos em curso não faturados por fornecedores” apresentava o seguinte detalhe por segmento de negócio: 198.710 milhares de euros no segmento África (127.750 milhares de euros em 2017), 141.500 milhares de euros no segmento América Latina (90.450 milhares de euros em 2017) e 51.400 milhares de euros no segmento Europa Engenharia e Construção (44.590 milhares de euros em 2017).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Outros rendimentos diferidos” incluía os montantes de 9.700 milhares de euros e 6.700 milhares de euros, respetivamente, relacionados com juros de mora debitados a clientes que se encontravam diferidos até ao momento do seu recebimento e 4.300 milhares de euros e 9.100 milhares de euros, respetivamente, relativos aos desvios tarifários das empresas do SUBGRUPO EGF.

A principal informação sobre os subsídios ao investimento atribuídos ao GRUPO é como se segue:

Sociedade beneficiária	Reconhecimento de proveitos			
	Valor do ativo	Proveitos diferidos	Reconhecimento de proveitos em 2018	Reconhecimento de proveitos em 2017
Correia & Correia	3 158	99	12	16
Enviroil II	4 187	590	37	-
ME- Engenharia (sede)	-	-	-	158
RTA	-	-	-	99
Capsfil	1 137	-	105	-
ME-Real Estate Portugal	1 331	671	15	-
Ersuc	161 449	38 821	6 698	6 506
Algar	76 188	11 073	1 065	1 065
Amarsul	67 735	15 254	1 302	1 378
Resiestrela	32 156	11 326	986	1 663
Resinorte	130 510	44 803	3 113	5 993
Resulima	11 317	2 329	213	324
Suldouro	46 430	5 620	764	862
Valnor	47 444	12 918	1 273	2 152
Valoris	34 739	6 183	828	974
Valorminho	6 007	1 653	74	73
Valorsul	188 675	22 017	4 561	5 085
Vibeiras	35	2	2	1
Triu	1 139	17	14	-
		<b>173 377</b>	<b>21 061</b>	<b>26 349</b>

## 37. Imposto sobre o rendimento

A informação relativa ao imposto sobre o rendimento por segmento operacional com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser analisada como se segue:

	2018	2017
Europa Engenharia e Construção	1 260	4 227
Europa Ambiente e Serviços	598	389
África	18 092	13 945
América Latina	1 985	10 019
Outros, eliminações e intragrupo	(4 719)	(161)
	<b>17 215</b>	<b>28 419</b>

## 38. Provisões

A informação relativa a provisões com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser analisada como se segue:

	2018	2017
<b>Provisões para investimentos valorizados pelo método da equivalência patrimonial</b>	9 259	6 420
	<b>9 259</b>	<b>6 420</b>
<b>Provisões diversas</b>		
Provisões para garantias de obra	42 773	51 243
Provisões para responsabilidades com planos de pensões de benefícios definidos (Nota 40)	12 737	13 548
Provisões para processos judiciais	6 263	6 607
Provisões para selagem e monitorização de aterros	5 147	4 669
Provisões para outras contingências	27 819	13 610
	<b>94 739</b>	<b>89 678</b>
	<b>103 998</b>	<b>96 098</b>

As provisões para garantias de obra decorrem dos contratos de construção executados pelo GRUPO e respeitam, essencialmente, à MOTA-ENGIL ANGOLA e à MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO.

As provisões para a selagem e monitorização de aterros referem-se, essencialmente, às empresas do SUBGRUPO SUMA.

As provisões para outras contingências incluem custos estimados com contingências diversas de índole legal, fiscal e judicial.

A informação relativa ao movimento das provisões com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é como se segue:

	2018	2017
<b>Provisões para investimentos valorizados pelo método da equivalência patrimonial</b>		
Saldo inicial	6 420	4 725
Aumento	3 296	763
Redução	(525)	(1 091)
Transferências, cambial e variação de perímetro	68	2 023
	<b>9 259</b>	<b>6 420</b>
<b>Provisões diversas</b>		
Saldo inicial	89 678	97 360
Aumento (Nota 8)	35 758	23 640
Redução (Nota 8)	(12 549)	(19 904)
Utilização	(5 094)	(3 974)
Transferências, cambial e variação de perímetro	(13 054)	(7 445)
	<b>94 739</b>	<b>89 678</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a rubrica “Transferências, cambial e variação do perímetro” é justificada, essencialmente, por variações cambiais geradas maioritariamente por empresas participadas localizadas em Angola.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as provisões para investimentos valorizados pelo método da equivalência patrimonial referiam-se, essencialmente, à participada LOGZ.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, com exceção das provisões constituídas para a selagem e monitorização de aterros e para as responsabilidades com planos de pensões de benefícios definidos, a data de utilização das restantes provisões não é passível de ser estimada, pelo que as mesmas não foram alvo de atualização financeira.

De igual modo, dada a incerteza quanto ao momento em que as provisões acima referidas se irão converter em passivos, não foi possível divulgar os momentos esperados para a ocorrência dos respetivos exfluxos futuros de recursos, razão pela qual as mesmas foram classificadas como não correntes.

## 39. Interesses que não controlam

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as subsidiárias controladas pelo GRUPO que apresentavam interesses que não controlam mais significativos eram como seguem:

2018	Percentagem de detenção dos interesses que não controlam	Resultado atribuível a interesses que não controlam	Interesses que não controlam acumulados	Principais acionistas
Mota-Engil Angola	49,00%	19 349	72 207	Sonangol (20%) BPA (5%) Finicapital (15%) Globalpactum (9%)
Generadora Fénix	73,73% (b)	25 228	36 634	Sindicato Mexicano de Electricistas (40%) LF del Centro S.C. (9%) Outros investidores (25,22%)
Valorsul	68,67%	7 226	35 092	Município de Lisboa (20,00%) Município de Loures (11,51%) Município da Amadora (5,16%) Município de Vila Franca de Xira (4,61%) Município de Odivelas (0,54%) Outros municípios (5,25%); (a)
Vista Waste	43,86%	7 303	18 349	Vista Energy (41%) Mota-Engil Angola (10%); (a)
Mota-Engil México	49,00%	(436)	17 654	Prodi (49%)
Empresa Construtora Brasil	50,00%	1 564	14 954	Bonsucesso (50%)
Outras		9 551	74 147	
		<b>69 785</b>	<b>269 037</b>	

(a) Esta empresa é detida igualmente, direta ou indiretamente, pela SUMA (entidade detida pelo GRUPO MOTA-ENGIL em 61,5% e pelo Grupo Urbaser em 38,5%).

(b) 89,83% do negócio de geração de energia hidroelétrica e 73,73% do negócio de geração de energia através de centrais de ciclo combinado.



2017	Percentagem de detenção dos interesses que não controlam	Resultado atribuível a interesses que não controlam	Interesses que não controlam acumulados	Principais acionistas
Mota-Engil Angola	49,15%	17 263	107 841	Sonangol (20%) BPA (5%) Fincapital (15%) Globalpactum (9%)
Valorsul	68,67%	6 812	31 297	Município de Lisboa (20,00%) Município de Loures (11,51%) Município da Amadora (5,16%) Município de Vila Franca de Xira (4,61%) Município de Odivelas (0,54%) Outros municípios (5,25%); (a)
Empresa Construtora Brasil	50,00%	2 430	15 947	Bonsucesso (50%)
Mota-Engil México	49,00%	8 364	17 985	Prodi (49%)
Vista Waste	43,93%	3 507	18 331	Vista Energy (41%) Mota-Engil Angola (10%); (a)
Generadora Fénix	73,73% (b)	17 147	16 396	Sindicato Mexicano de Electricistas (40%) LF del Centro S.C. (9%) Outros investidores (25,22%)
Outras		4 331	80 805	
		<b>59 853</b>	<b>288 603</b>	

(a) Esta empresa é detida igualmente, direta ou indiretamente, pela SUMA (entidade detida pelo GRUPO MOTA-ENGL em 61,5% e pelo Grupo Urbaser em 38,5%).

(b) 88,16% do negócio de geração de energia hidroelétrica e 73,73% do negócio de geração de energia através de centrais de ciclo combinado.

O montante incluído na rubrica “Outras - Interesses que não controlam acumulados” refere-se, essencialmente, à SUMA TRATAMENTO, à EGF e às suas restantes participadas (40.626 milhares de euros e 48.257 milhares de euros em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respetivamente), empresas que são detidas em parceria com o Grupo Urbaser e com vários municípios portugueses.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e nos exercícios findos naquelas datas, a informação financeira resumida (contributos) sobre as principais subsidiárias controladas pelo GRUPO com interesses que não controlam, era como se segue:

2018	Mota-Engil Angola	Generadora Fénix	Valorsul	Vista Waste	Mota-Engil México	Empresa Construtora Brasil
<b>Posição financeira</b>						
Ativos correntes	199 606	29 933	26 046	39 057	153 501	65 850
Ativos não correntes	223 800	25 289	92 915	46 862	150 802	30 937
Passivos correntes	238 443	11 505	33 705	32 228	215 391	48 261
Passivos não correntes	72 665	168	34 152	11 850	52 882	20 858
Capital próprio atribuível aos acionistas maioritários	40 091	6 915	16 011	23 491	18 375	12 715
Interesses que não controlam	72 207	36 634	35 092	18 349	17 654	14 954
	<b>112 298</b>	<b>43 549</b>	<b>51 104</b>	<b>41 840</b>	<b>36 029</b>	<b>27 669</b>
<b>Demonstração de resultados</b>						
Rendimentos	216 929	79 075	60 229	55 702	129 657	152 605
Gastos	177 071	50 996	49 705	39 049	130 547	149 477
Resultado líquido do exercício	<b>39 858</b>	<b>28 079</b>	<b>10 524</b>	<b>16 653</b>	<b>(890)</b>	<b>3 128</b>
atribuível:						
aos accionistas maioritários	20 509	2 851	3 297	9 350	(454)	1 564
a interesses que não controlam	19 349	25 228	7 226	7 303	(436)	1 564
<b>2017</b>						
<b>Posição financeira</b>						
Ativos correntes	378 212	17 168	26 229	31 608	80 335	65 245
Ativos não correntes	166 387	23 411	99 709	54 092	140 961	33 791
Passivos correntes	290 470	12 710	35 678	18 095	162 244	41 241
Passivos não correntes	69 862	5 631	44 682	25 879	22 348	25 900
Capital próprio atribuível aos acionistas maioritários	76 427	5 842	14 280	23 394	18 719	15 947
Interesses que não controlam	107 841	16 396	31 297	18 331	17 985	15 947
	<b>184 268</b>	<b>22 238</b>	<b>45 577</b>	<b>41 726</b>	<b>36 704</b>	<b>31 895</b>
<b>Demonstração de resultados</b>						
Rendimentos	175 125	65 744	63 864	75 464	106 129	187 924
Gastos	140 005	42 487	53 944	67 482	89 059	183 064
Resultado líquido do exercício	<b>35 121</b>	<b>23 257</b>	<b>9 920</b>	<b>7 982</b>	<b>17 070</b>	<b>4 860</b>
atribuível:						
aos accionistas maioritários	17 858	6 110	3 108	4 475	8 705	2 430
a interesses que não controlam	17 263	17 147	6 812	3 507	8 364	2 430

O movimento ocorrido na rubrica de interesses que não controlam nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, pode ser detalhado como se segue:

	2018
Saldo a 31 de dezembro de 2017	288 603
Ajustamento resultante da adoção da IFRS 9 (líquido de imposto)	(5 709)
Ajustamento resultante da adoção da IFRS 15 (líquido de imposto)	(1 850)
Saldo a 1 de janeiro de 2018	<u>281 044</u>
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses que não controlam	69 785
Itens de outro rendimento integral que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados	
Diferenças cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira	(74 417)
Impacto da hiperinflação em Angola	12 527
Outras variações no rendimento integral	(265)
Distribuição de dividendos	(24 906)
Alterações no perímetro de consolidação e nos interesses que não controlam	3 840
Outros	1 429
	<u>269 037</u>

	2017
Saldo inicial	240 891
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses que não controlam	59 853
Itens de outro rendimento integral que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados	
Diferenças cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira	(9 236)
Impacto da hiperinflação em Angola	27 269
Outras variações no rendimento integral	545
Distribuição de dividendos	(21 878)
Alterações no perímetro de consolidação e nos interesses que não controlam	
Aquisição de 4.99% do Grupo EGF	(9 916)
Outros	1 631
Outros	(555)
	<u>288 603</u>

## 40. Planos de pensões de benefícios definidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o GRUPO tinha assumido responsabilidades com planos de pensões de benefícios definidos relativamente a alguns ex-funcionários e aos administradores acionistas fundadores. Estes últimos, são beneficiários de um plano de pensões de benefícios definidos que lhes permitirá em traços gerais obter uma pensão correspondente a 80% do salário auferido na data da sua reforma.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a informação sobre as responsabilidades com pensionistas e com os administradores acionistas fundadores, bem como as respetivas coberturas, podem ser analisadas como se segue:

	2018	2017
Responsabilidades com pensionistas	1 520	1 417
Responsabilidades com administradores acionistas fundadores	11 217	12 132
Provisões constituídas	12 737	13 548
<b>% de cobertura</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

A informação relativa ao movimento das responsabilidades com pensões com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser analisada como se segue:

	2018	2017
Responsabilidades no início do exercício	13 548	11 262
Benefícios pagos	(85)	(94)
Custo dos serviços correntes	258	213
Custo dos juros	205	226
Perdas/(Ganhos) atuariais	(1 189)	1 940
<b>Responsabilidades no fim do exercício</b>	<b>12 737</b>	<b>13 548</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os montantes reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados referentes aos planos de pensões de benefícios definidos ascenderam a 463 milhares de euros e 439 milhares de euros, respetivamente. Adicionalmente, naqueles exercícios, foram reconhecidos na demonstração consolidada do outro rendimento integral os montantes de 1.189 milhares de euros e -1.940 milhares de euros, respetivamente, referentes aos desvios atuariais e financeiros positivos e negativos verificados.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os estudos atuariais preparados para quantificar as responsabilidades com os planos de pensões foram elaborados por um perito atuário independente certificado pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e assumiram os seguintes pressupostos:

	2018	2017
Tabela de Mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tabela de Invalidez	EKV80	EKV80
Taxa de desconto	1,5%	1,5%
Taxa de crescimento salarial	1,0%	1,0%
Taxa de atualização das pensões	1,5%	1,5%
Taxa de crescimento das pensões	0%/1,5%	0%/0,5%
Número de pagamentos do benefício	13/14	13/14

As responsabilidades com planos de pensões de benefícios definidos foram apuradas de acordo com o “*Projected Unit Credit Method*”, utilizando os pressupostos atuariais e financeiros mais adequados aos planos estabelecidos.

A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

Com base no estudo atuarial efetuado em 31 de dezembro de 2018, a melhor estimativa das contribuições a pagar no ano de 2019 ascende a 303 milhares de euros.

Os planos de pensões de benefícios definidos expõem o GRUPO aos seguintes riscos:

- Risco de taxa de juro – o valor atual das responsabilidades é apurado com base numa taxa de desconto determinada por referência às taxas de juro de obrigações denominadas em euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito; se a taxa de desconto diminuir as responsabilidades irão aumentar.

- Risco de longevidade – o valor atual das responsabilidades é apurado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada para os participantes antes e após a data da reforma. Um aumento da esperança média de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.

- Risco de salário / pensão - o valor atual das responsabilidades é apurado tendo como pressuposto uma estimativa de salário / pensão futuro dos participantes. Assim, um aumento do salário / pensão dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

Em 31 de dezembro de 2018, caso a taxa de crescimento dos salários aumentasse 0,5% o valor atual das responsabilidades viria aumentado em cerca de 155 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2018, caso a taxa de desconto fosse superior ou inferior a 0,5% o valor atual das responsabilidades viria diminuído e aumentado em 701 e 766 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2018, a *duration* das responsabilidades ascendia a 11 anos.

## 41. Ativos e Passivos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as garantias prestadas pelo GRUPO a terceiros sob a forma de garantias bancárias e de seguros caução, nomeadamente a clientes cujas empreitadas estão a cargo das diversas empresas do GRUPO, discriminadas por moeda, são como se segue:

	2018	2017
Coroas Checas	9 468	6 601
Dólares dos Estados Unidos	183 493	183 832
Escudos Cabo Verdianos	243	886
Euros	320 747	367 891
Forints Húngaros	1 267	655
Kwanza de Angola	32 905	54 919
Kwachas do Malawi	28 132	18 025
Meticais Moçambicanos	13 733	7 277
Nuevos Soles Peruanos	64 337	71 141
Peso Colombiano	212 977	221 401
Peso Mexicano	275 578	294 707
Rands da África do Sul	47 402	39 701
Real do Brasil	101 949	110 093
Zlotys Polacos	114 875	143 560
Outras	95 073	32 331
	1 502 177	1 553 021

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe das garantias prestadas por empresa do GRUPO é como se segue:

	2018	2017
Areagolfe	183	554
Emocil	27	529
Empresa Construtora Brasil	97 828	89 144
Geradora Fenix	1 922	1 826
Grupo Suma/EGF	81 660	98 846
Manvia	4 014	3 758
ME- Central Europe República Checa	6 980	6 403
MEEC África	84 691	80 791
Mota-Engil Angola	33 783	57 658
Mota-Engil Central Europe Polónia	121 966	139 038
Mota-Engil Engenharia	158 964	182 896
Mota Engil México	86 786	81 230
Mota-Engil Peru	106 315	106 247
Mota-Engil Serviços Partilhados	225	225
Sucursal Mota Engil Engenharia Colômbia/Mota Engil Colômbia	122 011	126 837
Sucursal Mota Engil Engenharia África Costa do Marfim	39 247	-
Sucursal Mota Engil Engenharia África Malawi	57 983	60 851
Sucursal Mota Engil Engenharia África Moçambique	52 437	35 233
Sucursal Mota Engil Engenharia África Zâmbia	-	20 327
Vibeiras	7 141	7 461
Outras	438 013	453 166
	<b>1 502 177</b>	<b>1 553 021</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor das garantias prestadas pelo GRUPO a favor da administração fiscal portuguesa por processos fiscais ascendia a 59.222 milhares de euros (59.222 milhares de euros em 2017), com a seguinte composição: 50.815 milhares de euros de seguros de caução (50.815 milhares de euros em 2017); 848 milhares de euros de fianças (848 milhares de euros em 2017); 4.913 milhares de euros de garantias bancárias (4.913 milhares de euros em 2017); e 2.646 milhares de euros através de penhor de ações (2.646 milhares de euros em 2017). Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, o GRUPO recebeu uma nova liquidação adicional de imposto, tendo constituído para o efeito um seguro de caução a favor da administração fiscal portuguesa no montante de 21.301 milhares de euros. No entanto, o GRUPO procedeu à impugnação judicial das respetivas liquidações adicionais, sendo entendimento do seu Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores legais / fiscais, que as referidas impugnações judiciais serão precedentes, razão pela qual não foram registadas quaisquer provisões nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Por outro lado, em 31 de dezembro de 2018, o GRUPO encontrava-se envolvido em vários processos judiciais, quer como réu, quer como autor, que, considerando apenas os processos superiores a 500 milhares de euros, envolviam, na qualidade de réu, valores de aproximadamente 99.000 milhares de euros (66.000 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017). A este respeito, há que referir que do valor acima mencionado 51.000 milhares de euros encontram-se concentrados em dois processos (um em Portugal e outro na Eslováquia) que se prolongam há mais de dez anos.

Quanto ao primeiro daqueles processos, o facto de o autor não ter conseguido provar em tribunal ao longo dos últimos 13 anos a matéria sobre a qual o processo incide (e para o qual solicita uma indemnização por lucros cessantes de cerca de 36.000 milhares de euros) suporta o entendimento do Conselho de Administração que o desfecho daquele processo será favorável ao GRUPO.

Quanto ao segundo daqueles processos, para o qual se aguardava a reconfirmação do Tribunal Constitucional da Eslováquia de sentença favorável já proferida no passado, relativa a factos ocorridos em 2004, verificou-se uma alteração de posição daquele Tribunal, apesar da mesma identidade factual e do enquadramento jurídico-legal. No entanto, e sem prejuízo do direito de recorrer, nomeadamente no âmbito da jurisdição e instâncias europeias, é entendimento do Conselho de Administração, suportado em parecer de reputados juristas, que, devido a um contexto processual muito próprio e a pressupostos desvirtuados, que o conteúdo da decisão administrativa que subjaz ao identificado processo, nomeadamente a respetiva sanção (pecuniária), carecerá sempre de exequibilidade, cuja probabilidade é remota.

Por outro lado, em 2018, um ex-colaborador do GRUPO MOTA-ENGIL encontra-se a ser investigado pelo Ministério Público Peruano no seguimento do seu alegado envolvimento num conjunto de práticas desenvolvidas por algumas empresas de construção a operar no Peru que não estariam em total conformidade com a legislação em vigor. Adicionalmente, no seguimento daquela investigação, a MOTA-ENGIL PERU foi envolvida naquele processo, embora não como arguido, tendo de imediato recorrido de tal decisão por entender que a mesma carecia de fundamento. No entanto, à data deste relatório, em virtude do processo acima referido ainda se encontrar na sua fase de investigação preparatória (a qual decorrerá até janeiro de 2021), eventuais contingências associadas à evolução daquela investigação não são neste momento possíveis de se aferir e de se quantificar.

Por último, durante o exercício de 2018, o GRUPO MOTA-ENGIL, através de três das suas empresas participadas, nomeadamente a MOTA-ENGIL – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., recebeu uma nota de ilicitude por parte da Autoridade da Concorrência portuguesa no seguimento de uma investigação levada a efeito por aquela entidade reguladora relativamente a um concurso público em que aquelas entidades participaram em exercícios anteriores. À data deste relatório, o GRUPO encontra-se a preparar a sua resposta à nota de ilicitude acima referida, não estimando contudo o seu Conselho de Administração qualquer impacto material nas demonstrações financeiras consolidadas anexas decorrente do desfecho deste processo.

## 42. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e nos exercícios findos naquelas datas, os saldos e as transações mantidos com partes relacionadas, correspondentes a empresas associadas e conjuntamente controladas (contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial) e a acionistas do GRUPO com participações qualificadas, ou com outras empresas por estes detidas, são como se segue:

2018	Contas a receber	Contas a pagar	Suprimentos concedidos	Suprimentos obtidos
Empresas associadas	54 997	140 840	56 263	22 862
Empresas com acionistas comuns ao Grupo	613	1 033	-	-

2017	Contas a receber	Contas a pagar	Suprimentos concedidos	Suprimentos obtidos
Empresas associadas	27 752	133 330	41 267	7
Empresas com acionistas comuns ao Grupo	614	1 014	-	-

2018	Vendas e prestações de serviços	Custo das mercadorias e dos subcontratos e FSE	Juros obtidos	Juros suportados
Empresas associadas	361 511	12 221	2 987	-
Empresas com acionistas comuns ao Grupo	99	8	-	-

2017	Vendas e prestações de serviços	Custo das mercadorias e dos subcontratos e FSE	Juros obtidos	Juros suportados
Empresas associadas	217 615	17 922	4 327	36
Empresas com acionistas comuns ao Grupo	79	8	-	4

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os acionistas do GRUPO com participações qualificadas e respetivos administradores e dirigentes, eram como se segue:

Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos
Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa
Eng. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
Eng. Maria Sílvia Fonseca Vasconcelos Mota
Eng.º Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos
Eng. Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota
Dr. José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas
Dr. José Manuel Mota Neves da Costa
António Lago Cerqueira, S.A.
Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A.
F.M. - Sociedade de Controlo, SGPS, S.A.
Azvalor Asset Management, S.G.I.I.C., S.A.
Cobas Asset Management, SGIIC, S.A.
Norges Bank
Mutima Capital Management, LLC

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as empresas com acionistas comuns ao GRUPO eram as seguintes:

Cogera - Sociedade de Produção de Energia por Cogeração, Lda
Covelas - Energia, Lda

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os administradores da MOTA-ENIGL SGPS, considerados pessoal-chave da gerência, eram como se segue:

Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
Eng. Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
Dr. Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos
Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa
Eng. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
Eng. Ismael Antunes Hernandez Gaspar
Eng. Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos
Dr. José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas
Eng. António Martinho Ferreira de Oliveira
Dr. João Pedro dos Santos Dinis Parreira
Eng. Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota
Eng. Eduardo João Frade Sobral Pimentel
Dr. Luís Filipe Cardoso da Silva
Prof. Dr. Eng. Luís Valente de Oliveira
Dr. António Bernardo A. da Gama Lobo Xavier
Dr. António Manuel da Silva Vila Cova
Dr. Francisco Manuel Seixas da Costa
Prof.ª. Dra. Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto
Dra. Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 ascenderam aos montantes de 4.600 milhares de euros (dos quais, 4.226 milhares de euros a título de remuneração fixa, 100 milhares de euros a título de remuneração variável e 274 milhares de euros a título de senhas de presença) e de 5.563 milhares de euros (dos quais, 4.168 milhares de euros a título de remuneração fixa, 1.250 milhares de euros a título de remuneração variável e 145 milhares de euros a título de senhas de presença), respetivamente.

As remunerações acima referidas foram determinadas pela Comissão de Vencimentos tendo em conta o desempenho individual de cada administrador e a evolução deste tipo de mercado de trabalho.

Os seguintes administradores acionistas fundadores são ainda beneficiários de um plano de pensões de benefícios definidos que lhes permitirá, em traços gerais, obter uma pensão correspondente a 80% do salário auferido na data da sua reforma:

- Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
- Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos
- Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa
- Eng<sup>a</sup>. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a informação sobre o plano de pensões acima referido encontra-se divulgada na Nota 40, sendo que a responsabilidade do GRUPO para com os acima referidos administradores ascendia a 11.217 milhares de euros e a 12.132 milhares de euros, respetivamente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não ocorreram transações com administradores da MOTA-ENGL SGPS, nem existiam saldos pendentes com os mesmos no final daqueles exercícios.

## 43. Perímetro de consolidação

Em 31 de dezembro de 2018, as empresas / entidades incluídas na consolidação, respetivos métodos de consolidação, sedes, percentagens efetivas de participação, atividades, datas de constituição e datas de aquisição das mesmas, são tal como se apresenta no Apêndice A.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as alterações ocorridas no perímetro de consolidação foram como se segue:

### Aquisição de empresas e aumento de percentagem de participação

2018:

Área de Negócio - Europa Engenharia e Construção
Áreagolfe - Gestão, Construção e Manutenção de Campos de Golfe, S.A. (Empresa já controlada)
VBT - Projectos e Obras de Arquitectura Paisagística, Lda. (Empresa já controlada)
Vibeiras - Sociedade Comercial de Plantas, S.A. (Empresa já controlada)

Durante o exercício de 2018, o GRUPO adquiriu 2,22% adicionais do capital social da VIBEIRAS e das suas participadas.

Área de Negócio - América Latina
Sistemas Electricos Metropolitanos, SAPI de CV

Durante o exercício de 2018, o GRUPO adquiriu através da MOTA-ENGL MÉXICO 50% do capital social desta entidade.

2017:

Área de Negócio - Europa Engenharia e Construção
Áreagolfe - Gestão, Construção e Manutenção de Campos de Golfe, S.A. (Empresa já controlada)
VBT - Projectos e Obras de Arquitectura Paisagística, Lda- (Empresa já controlada)
Vibeiras - Sociedade Comercial de Plantas, S.A. (Empresa já controlada)

Durante o exercício de 2017, o GRUPO adquiriu 2,22% adicionais do capital social da VIBEIRAS e das suas participadas.

Área de Negócio - Europa - Ambiente e Serviços
Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (Empresa já controlada)
Amarsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (Empresa já controlada)
Empresa Geral de Fomento, S.A. (Empresa já controlada)
Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. (Empresa já controlada)
Resiestrela - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (Empresa já controlada)
Resinorte - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (Empresa já controlada)
Resulima - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (Empresa já controlada)
Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (Empresa já controlada)
Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (Empresa já controlada)
Valorminho - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (Empresa já controlada)
Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A. (Empresa já controlada)
Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (Empresa já controlada)

No seguimento da resolução do Conselho de Ministros nº 87/2017 de 19 de junho e tal como previsto no respetivo processo de privatização, decorreu entre 17 de julho e 4 de agosto de 2017 a Oferta Pública de Venda (OPV) reservada a trabalhadores de ações da EMPRESA GERAL DE FOMENTO, S.A. representativas de 5% do seu capital social ainda detidas pela ADP - ÁGUAS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.. Como resultado da OPV acima referida, foram adquiridas pelos trabalhadores do SUBGRUPO EGF 1.300 ações por um montante de cerca de 18.000 euros. As restantes 558.700 ações foram adquiridas pela SUMA TRATAMENTO por um montante de cerca de 8.000 milhares de euros.

Dado que o GRUPO MOTA-ENGIN já controlava o SUBGRUPO EGF, a aquisição das ações acima referidas foi tratada como uma transação com os detentores de capital (apenas com impacto ao nível de capital próprio) não gerando qualquer *goodwill* ou resultado.

O impacto da transação acima referida nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pode ser resumido como se segue:

Valor contabilístico dos interesses que não controlam adquiridos	11 298
Montante pago aos interesses que não controlam	8 172
Excesso do montante pago sobre o valor contabilístico (registado na demonstração consolidada das alterações no capital próprio)	<u>3 127</u>

#### Área de Negócio - África

Akwangola, S.A. (Empresa já controlada)

#### Área de Negócio - América Latina

Tracevia do Brasil - Sistemas de Telemática Rodoviária Lda. (Empresa já controlada)

### Empresas consolidadas pela primeira vez no exercício

2018:

#### Área de Negócio - Europa Engenharia e Construção

Mota-Engil Central Europe Management, SGPS, S.A.

#### Área de Negócio - África

Clean Eburnie, SARL

Eco Eburnie, SA

2017:

#### Área de Negócio - África

Estradas do Zambeze, S.A.

Operadora Estradas do Zambeze, S.A.

#### Área de Negócio - América Latina

Consórcio MEC Arroyo Carrera

Consórcio MEC-Av.Malecon-UF2

### Constituição de empresas

2018:

#### Empresa - Mãe do Grupo e Atividades Conexas

Mota-Engil Capital, S.A.

Mota-Engil Railway Engineering, S.A.

#### Área de Negócio - Europa Engenharia e Construção

Hygeia – Edifícios Hospitalares, SGPS, S.A.

Oriental Hub, S.A.

#### Área de Negócio - África

Mota-Engil Côte D'Ivoire, SARL

#### Área de Negócio - América Latina

Consortio ME Carrera 43

Constructora Tampico Ciudad Victoria

Desarrollos DOT México, SA de CV

Mota-Engil Argentina

Mota-Engil O&M México SAPI

Operadora Tampico Ciudad Victoria

2017:

Área de Negócio - África
Busegera Airport Company Lda
Mota-Engil Guiné Conakry SARL

Área de Negócio - América Latina
Consórcio Puentes de Loreto
Constructora APP Tabasvera S.A. de C.V.
FSE Comercializadora Fenix SAPI de C.V.
FSE Suministradora Fenix SAPI de C.V.
Mota-Engil Latam Colombia SAS
Operadora APP Coatzacoalcos Villahermosa SAPI de C.V.
Tracevia Mexico S.A. de C.V.

## Fusão de empresas e reorganizações societárias

2018:

Empresa - Mãe do Grupo e Atividades Conexas
Aurímove, S.A. (fundida na Mota-Engil Real Estate Portugal)
Caçadas do Douro, Lda. (fundida na Mota-Engil Real Estate Portugal)
Edipainel, Lda. (fundida na Mota-Engil Real Estate Portugal)
Mota Viso, Lda. (fundida na Mota-Engil Real Estate Portugal)
Motadomus, Lda. (fundida na Mota-Engil Real Estate Portugal)
Nortedomus, S.A. (fundida na Mota-Engil Real Estate Portugal)
Sedengil, S.A. (fundida na Mota-Engil Real Estate Portugal)
Tratofoz, S.A. (fundida na Mota-Engil Real Estate Portugal)

Área de Negócio - Europa Engenharia e Construção
MECE Business Support Center (fundida na Mota-Engil Central Europe S.A.)

## Saída de empresas

2018:

Empresa - Mãe do Grupo e Atividades Conexas
Mota-Engil Finance, B.V. (liquidada)
SMGT Angola, SGPS, S.A. (liquidada)
Vitropor Moçambique, SGPS, S.A. (liquidada)

Área de Negócio - Europa - Engenharia e Construção
Bohdalecká Project (liquidada)
Devonská Project Development AS (liquidada)
Engber (liquidada)
Obol Bay 6.3 (liquidada)
Obol Bay Office (liquidada)
Obol Bay Tower (liquidada)
Obol Bay WellNess (liquidada)
Tetényi (liquidada)

Área de Negócio - África
ME África Finance BV (liquidada)
ME Mining Management (liquidada)
Vista Water, Lda. (alienada)

Área de Negócio - América Latina
Construcciones dos Puertos (liquidada)
Consórcio Los Faisanes (liquidado)
Mota-Engil Prodi S.A.P.I. de C.V. (liquidada)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o GRUPO procedeu à alienação integral da sua participação financeira na VISTA WATER, sendo que o contributo daquela participada para a demonstração consolidada dos resultados foi imaterial. O impacto da alienação daquela participada na demonstração consolidada dos resultados pode ser resumido como se segue:

	2018
Valor contabilístico dos ativos líquidos alienados	(2 060)
Montante recebido	1
Perda apurada (registada na rubrica "Ganhos / (perdas) na alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas")	(2 059)



2017:

Empresa-Mãe do Grupo e Atividades Conexas	
RTA - Rio Tâmega, Turismo e Recreio, S.A. (alienada)	
SGA - Sociedade do Golfe de Amarante, S.A. (alienada)	
Área de Negócio - Europa - Engenharia e Construção	
Mota-Engil Central Europe Hungary Beruházási és Építőipari Kft. (liquidada)	
Mota-Engil Central Europe Slovenská Republika, AS (liquidada)	

Durante o exercício de 2017, o GRUPO procedeu à alienação integral da sua participação financeira na RTA e na sua subsidiária SGA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o contributo do SUBGRUPO RTA para a demonstração consolidada dos resultados foi imaterial.

O impacto da transação acima referida nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pode ser resumido como se segue:

	2017
Valor contabilístico dos ativos líquidos das empresas alienadas [dos quais 13.347 milhares de euros de ativos tangíveis]	(8 933)
Montante recebido	5 713
Perda apurada (registada na rubrica "Ganhos/(perdas) na alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas")	<b>(3 219)</b>

#### Diminuição de percentagens de participação

2018:

Área de Negócio - América Latina	
Consórcio Mota-Engil Colômbia Arroyo Carrera	
Consórcio Mota-Engil Colômbia - Av.Malecon UF1	
Consórcio Mota-Engil Colômbia - Av.Malecon UF2	

2017:

Área de Negócio - América Latina	
Consórcio Mota-Engil Colômbia - Av.Malecon-UF1 (Empresa já controlada)	

#### Alteração de método de consolidação

2017:

Alteração do método de consolidação de equivalência patrimonial para integração global na Europa Engenharia e Construção:	
GESAR - ACE Manvia (Aquisição de controlo)	
Alteração do método de consolidação de equivalência patrimonial para integração global das seguintes empresas da América Latina:	
Construtora Autopista Cardel - Poza Rica, S.A. de C.V. (Aquisição de controlo)	
Construtora Tuxpan Tampico S.A. de C.V. (Aquisição de controlo)	
Alteração do método de consolidação de método de integração global para o método de equivalência patrimonial na América Latina:	
Consórcio Mota-Engil Colômbia (Controlo partilhado)	
Fideicomiso el Capomo (Controlo partilhado)	

## 44. Anexo à Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os montantes pagos relacionados com a aquisição de investimentos financeiros podem ser discriminados como se segue:

	2018	2017
Efeito da reclassificação da APP Coatzacoalcos - Villahermosa para "Ativos não correntes detidos para venda" (Nota 29)	69 095	-
Aportes de capital e aumentos de capital na Concessionária Autopista Cardel e Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico (segmento América Latina)	8 837	10 888
Empréstimos ao Fideicomiso el Capomo (segmento América Latina)	7 707	-
Aportes de capital na APP Tamaulipas (segmento América Latina)	982	-
Aquisição adicional da EGF (segmento Europa - Ambiente e Serviços)	-	8 172
Aquisição adicional da ME Africa NV (segmento África)	-	1 600
Outros	597	110
	<b>87 218</b>	<b>20 770</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os montantes recebidos relacionados com a alienação de investimentos financeiros podem ser discriminados como se segue:

	2018	2017
Alienação do investimento financeiro na ECB ME Energia (segmento América Latina)	3 719	-
Recebimento de prestações acessórias e empréstimos da Líneas (segmento Outros, eliminações e intragrupo)	3 032	95 062
Alienação do investimento financeiro na Prometro (segmento Europa - Ambiente e Serviços)	612	-
Alienação do investimento financeiro na RTA (segmento Outros, eliminações e intragrupo)	-	5 713
Outros	-	450
	<b>7 362</b>	<b>101 225</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os montantes pagos relacionados com dividendos podem ser discriminados como se segue:

	2018	2017
Acionistas da Geradora Fenix	18 064	-
Acionistas das participadas da EGF	4 879	9 336
Acionistas dos Consórcios na Colômbia	2 139	-
Acionistas da Empresa Construtora Brasil	463	1 648
Acionistas da Mota-Engil SGPS	-	30 402
Outros	1 008	275
	<b>26 553</b>	<b>41 661</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os montantes recebidos relacionados com dividendos podem ser discriminados como se segue:

	2018	2017
BAI	2 531	2 691
ACE's MEEC	1 436	-
Líneas	252	41 060
Outros	466	613
	<b>4 686</b>	<b>44 363</b>

## 45. Segmentos de negócio

O GRUPO serve-se da sua organização interna para efeitos de gestão como base para o seu reporte de informação por segmentos operacionais.

O GRUPO encontra-se organizado por áreas geográficas: EUROPA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, EUROPA AMBIENTE E SERVIÇOS, ÁFRICA E AMÉRICA LATINA.

Os montantes relativos à MOTA-ENGL, SGPS e à MOTA-ENGL CAPITAL e suas participadas (*holding* constituída durante o ano de 2018) foram incluídos na coluna "Outros, Eliminações e intragrupo", a qual também inclui os montantes relativos às transações e aos saldos mantidos entre as empresas dos diferentes segmentos operacionais.

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação da informação financeira por segmentos foram idênticas às descritas na Nota 1.4..

A demonstração consolidada dos resultados por segmento operacional pode ser analisada como se segue:

2018	Europa Engenharia e Construção	Europa Ambiente e Serviços	África	América Latina	Outros, Eliminações e intragrupo	Grupo Mota-Engil
Vendas e prestações de serviços (a)	572 057	297 779	908 254	1 068 521	(44 862)	2 801 749
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, variação da produção e subcontratos (b)	(350 976)	(30 637)	(452 738)	(496 294)	29 094	(1 301 551)
<b>Resultado Bruto (c) = (a) + (b)</b>	<b>221 082</b>	<b>268 939</b>	<b>451 829</b>	<b>572 227</b>	<b>(13 878)</b>	<b>1 500 199</b>
Fornecimentos e serviços externos (d)	(122 794)	(102 291)	(174 228)	(241 777)	51 268	(589 822)
Gastos com pessoal (e)	(110 463)	(102 936)	(129 388)	(178 505)	(20 862)	(542 154)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais (f)	607	20 117	43 832	(11 474)	(14 228)	38 854
<b>EBITDA (g) = (c) + (d) + (e) + (f)</b>	<b>(11 503)</b>	<b>83 828</b>	<b>188 896</b>	<b>140 471</b>	<b>5 385</b>	<b>407 077</b>
Amortizações e depreciações (h)	(18 216)	(67 112)	(80 623)	(16 435)	(414)	(182 800)
Provisões e perdas de imparidade (i)	12 025	(2 362)	(21 645)	(4 653)	(7 392)	(24 027)
[das quais, imparidade para ativos não correntes]	721	-	1 147	-	113	1 981
<b>Resultado operacional (j) = (g) + (h) + (i)</b>	<b>(17 759)</b>	<b>14 354</b>	<b>89 776</b>	<b>119 383</b>	<b>(5 505)</b>	<b>200 249</b>
Rendimentos e ganhos financeiros	10 264	6 508	171 350	24 002	(9 475)	202 650
Gastos e perdas financeiras	(19 167)	(15 996)	(130 686)	(45 994)	(47 057)	(258 900)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas	3 158	5 797	271	(86)	(6 207)	2 932
Ganhos / (perdas) na alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas	(125)	(151)	(2 059)	2 792	6	462

2017	Europa Engenharia e Construção	Europa Ambiente e Serviços	África	América Latina	Outros, Eliminações e Intragrupo	Grupo Mota-Engil
Vendas e prestações de serviços (a)	538 472	296 223	860 273	960 447	(58 122)	2 597 294
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, variação da produção e subcontratos (b)	(272 775)	(38 120)	(402 393)	(431 420)	51 801	(1 092 907)
<b>Resultado Bruto (c) = (a) + (b)</b>	<b>265 697</b>	<b>258 104</b>	<b>457 879</b>	<b>529 028</b>	<b>(6 321)</b>	<b>1 504 386</b>
Fornecimentos e serviços externos (d)	(120 070)	(85 943)	(129 936)	(231 816)	27 696	(540 070)
Gastos com pessoal (e)	(104 384)	(102 709)	(121 347)	(187 979)	(20 847)	(537 266)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais (f)	5 133	27 346	(43 064)	185	(11 913)	(22 313)
<b>EBITDA (g) = (c) + (d) + (e) + (f)</b>	<b>46 376</b>	<b>96 797</b>	<b>163 532</b>	<b>109 418</b>	<b>(11 385)</b>	<b>404 738</b>
Amortizações e depreciações (h)	(22 370)	(75 223)	(65 928)	(16 204)	(859)	(180 585)
Provisões e perdas de imparidade (i)	(1 903)	2 212	(23 831)	(10 808)	(3 693)	(38 022)
[das quais, Imparidade para ativos não correntes]	1 628	-	(13 284)	-	(0)	(11 655)
<b>Resultado operacional (j) = (g) + (h) + (i)</b>	<b>22 102</b>	<b>23 787</b>	<b>73 774</b>	<b>82 407</b>	<b>(15 937)</b>	<b>186 131</b>
Rendimentos e ganhos financeiros	5 116	6 119	32 968	22 330	2 848	69 382
Gastos e perdas financeiras	(12 151)	(16 113)	(72 757)	(38 150)	(29 418)	(168 588)
Ganhos/(perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas	1 787	4 907	208	(367)	(3 727)	2 808
Ganhos / (perdas) na alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas	161	0	-	-	(3 219)	(3 058)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as vendas e prestações de serviços efetuadas entre segmentos de negócio encontram-se evidenciadas na coluna “Outros, Eliminações e intragrupo”.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as vendas e prestações de serviços intragrupo foram efetuadas a preços semelhantes às praticadas para as vendas e prestações de serviços a clientes externos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a posição financeira consolidada por segmento operacional pode ser analisada como se segue:

	Ativo		Passivo	
	2018	2017	2018	2017
Europa Engenharia e Construção	1 122 051	1 033 239	810 588	769 187
Europa Ambiente e Serviços	937 078	944 302	721 051	735 914
África	1 959 069	1 882 478	1 141 883	1 418 422
América Latina	1 002 271	936 821	1 043 170	821 906
Outros, eliminações e intragrupo	(335 745)	(182 749)	521 485	272 924
<b>Grupo Mota-Engil</b>	<b>4 684 724</b>	<b>4 614 090</b>	<b>4 238 178</b>	<b>4 018 353</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o investimento, as amortizações e os investimentos financeiros em empresas associadas e conjuntamente controladas por segmento operacional podem ser analisados como se segue:

	Investimento (a)		Amortizações		Investimentos financeiros em empresas associadas e conjuntamente controladas	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Europa Engenharia e Construção	13 388	9 439	18 216	22 370	-	-
Europa Ambiente e Serviços	64 653	28 020	67 112	75 223	7 564	6 936
África	185 859	82 372	80 623	65 928	9 429	15 365
América Latina	22 013	26 359	16 435	16 204	80 173	66 041
Outros, eliminações e intragrupo	769	2 244	414	859	(54)	585
<b>Grupo Mota-Engil</b>	<b>286 683</b>	<b>148 433</b>	<b>182 800</b>	<b>180 585</b>	<b>97 112</b>	<b>88 926</b>

(a) Aumento líquido (adições-alienações) ocorrido nas rubricas de ativos intangíveis e ativos tangíveis

## 46. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na Nota 1.4 ix), foram classificados como se segue:

	2018	2017
<b>Ativos financeiros</b>		
Disponibilidades		
Caixa e seus equivalentes à vista e a prazo	450 301	644 300
<b>Ativos financeiros registados ao custo amortizado / Empréstimos e contas a receber</b>	<b>450 301</b>	<b>644 300</b>
Clientes - corrente	736 359	866 716
Outros devedores - outros - corrente	190 008	130 840
Clientes - não corrente	6 526	6 088
Outros devedores - outros - não corrente	46 646	52 786
Empresas associadas, participadas e participantes - corrente	6 162	111
Empresas associadas, participadas e participantes - não corrente	50 101	68 364
Estado e outros entes públicos (exceto imposto sobre o rendimento)	21 803	17 837
	<b>1 057 604</b>	<b>1 142 743</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Partes de capital	-	68 811
Adiantamentos	-	104
	-	<b>68 916</b>
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	59 224	-
Ativos financeiros detidos até à maturidade	-	154 954
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado - corrente	21 399	-
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado - não corrente	144 963	-
Instrumentos financeiros derivados	265	98
<b>Quantia escriturada dos ativos financeiros</b>	<b>1 733 757</b>	<b>2 011 010</b>

	2018	2017
<b>Passivos financeiros</b>		
Instrumentos financeiros derivados	597	569
	<u>597</u>	<u>569</u>
<b>Passivos financeiros registados ao custo amortizado/ Empréstimos e contas a pagar</b>		
Empréstimos com e sem recurso - corrente	765 537	745 701
Empréstimos com e sem recurso - não corrente	806 270	932 013
Outros passivos financeiros - corrente	210 663	283 569
Outros passivos financeiros - não corrente	203 131	122 934
Fornecedores e credores diversos - corrente	801 652	939 734
Fornecedores e credores diversos - não corrente	51 681	50 862
	<u>2 838 933</u>	<u>3 074 814</u>
Quantia escriturada dos passivos financeiros	<u>2 839 530</u>	<u>3 075 383</u>

Os impactos na demonstração consolidada do rendimento integral resultantes dos instrumentos financeiros acima referidos podem ser resumidos como se segue:

	2018			2017		
	Demonstração dos resultados		Outro rendimento integral	Demonstração dos resultados		Outro rendimento integral
	Gastos financeiros (Nota 9)	Rendimentos financeiros (Nota 9)	Reserva de justo valor	Gastos financeiros (Nota 9)	Rendimentos financeiros (Nota 9)	Reserva de justo valor
<b>Ativos financeiros</b>						
Ao custo amortizado	-	29 100	-	-	34 005	-
Ao custo	-	-	-	-	3 173	-
Ao justo valor	-	2 759	-	-	-	-
	-	<u>31 860</u>	-	-	<u>37 178</u>	-
<b>Passivos financeiros</b>						
Ao justo valor	-	-	(615)	-	-	(790)
Ao custo amortizado	131 778	-	-	101 780	-	-
	<u>131 778</u>	-	<u>(615)</u>	<u>101 780</u>	-	<u>(790)</u>

O GRUPO MOTA-ENGL está exposto a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque os riscos de taxa de juro, cambial de transações, de liquidez e de crédito.

Informação pormenorizada sobre a política de gestão do risco financeiro pode ser consultada no Relatório de Gestão ou no Relatório e Contas individual da MOTA-ENGL SGPS em 31 de dezembro de 2018.

### Risco de taxa de juro

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a sensibilidade dos resultados financeiros do GRUPO a alterações no indexante da taxa de juro dos empréstimos obtidos pode ser analisada como se segue:

	Impacto estimado	
	2018	2017
Variação nos juros suportados pela alteração de 1 p.p. na taxa de juro aplicada ao endividamento médio bruto do ano (excluindo <i>leasing e factoring</i> )	16 250	16 595
Blindagem por taxa fixa	(6 589)	(5 980)
Blindagem por instrumentos financeiros derivados de taxa de juro	(2 556)	(1 088)
<b>Sensibilidade do resultado financeiro a variações da taxa de juro</b>	<u>7 105</u>	<u>9 528</u>

As taxas de juro médias suportadas nos principais empréstimos obtidos pelo GRUPO nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram como se segue:

	2018		2017	
	Taxas médias (%)	Intervalo de taxas (%)	Taxas médias (%)	Intervalo de taxas (%)
Empréstimos por obrigações não convertíveis	5,21	[3,86 ; 7,49]	5,41	[3,62 ; 8,9]
Dívidas a instituições de crédito:				
Empréstimos bancários	5,46	[0,07 ; 26,67]	6,07	[0,04 ; 28,75]
Descobertos bancários	6,42	[1,41 ; 20]	4,86	[1,35 ; 20,15]
Contas caucionadas	8,43	[2 ; 24,85]	9,46	[1,82 ; 30]
Emissões de papel comercial	3,83	[1,5 ; 6,05]	3,83	[2,49 ; 6,05]

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, 44 % e 64% da dívida bruta (incluindo o efeito da contratação de instrumentos financeiros derivados) encontrava-se contratada a taxa variável e o custo médio da dívida ascendia a 5,0% e a 5,6%, respetivamente.

**Risco cambial**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ativos e passivos do GRUPO expressos de acordo com a moeda funcional do país em que cada participada opera, eram como seguem:

Moeda	2018		2017	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Euro (EUR)	2 580 681	2 603 903	2 306 046	2 469 792
Peso Mexicano (MXN)	607 210	522 245	467 872	414 539
Kwanza de Angola (AOA)	520 128	333 748	752 854	445 534
Zloty Polaco (PLN)	219 656	187 580	260 120	203 899
Novo Sol Peruano (PEN)	191 157	145 315	177 657	128 430
Metical de Moçambique (MZM)	150 363	69 297	99 426	40 914
Real do Brasil (BRL)	113 979	85 428	123 267	91 960
Kwacha do Malawi (MWK)	108 479	44 601	99 916	39 786
Peso Colombiano (COP)	64 024	54 636	48 694	50 823
Franco CFA (África Ocidental)	53 454	49 799	-	-
Dólar dos Estados Unidos (USD)	50 519	62 571	205 602	39 459
Escudo de Cabo Verde (CVE)	9 626	7 253	9 578	5 518
Rand da África do Sul (ZAR)	9 510	22 085	19 068	25 291
Dinar Argelino (DZD)	1 520	346	1 517	360
Outras	4 418	49 370	42 473	62 047
	<b>4 684 724</b>	<b>4 238 178</b>	<b>4 614 090</b>	<b>4 018 353</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a sensibilidade do resultado líquido e dos capitais próprios do GRUPO a variações cambiais nas principais divisas a que está exposto, pode ser analisada como se segue:

2018	Resultado líquido	Capital próprio
Impactos estimados pela apreciação em 1%:		
do Dólar Norte Americano (USD) face ao Euro (EUR)	11	(146)
do Zloty Polaco (PLN) face ao Euro (EUR)	(108)	448
do Metical de Moçambique (MZM) face ao Euro (EUR)	198	621
do Peso Mexicano (MXN) face ao Euro (EUR)	101	220
do Real do Brasil (BRL) face ao Euro (EUR)	17	118
do Novo Sol Peruano (PEN) face ao Euro (EUR)	43	437
do Kwanza de Angola (AOA) face ao Euro (EUR)	137	828
do Kwacha do Malawi (MWK) face ao Euro (EUR)	59	587
2017	Resultado líquido	Capital próprio
Impactos estimados pela apreciação em 1%:		
do Dólar Norte Americano (USD) face ao Euro (EUR)	(101)	1 719
do Zloty Polaco (PLN) face ao Euro (EUR)	(45)	628
do Metical de Moçambique (MZM) face ao Euro (EUR)	90	499
do Peso Mexicano (MXN) face ao Euro (EUR)	71	173
do Real do Brasil (BRL) face ao Euro (EUR)	18	134
do Novo Sol Peruano (PEN) face ao Euro (EUR)	68	429
do Kwanza de Angola (AOA) face ao Euro (EUR)	431	1 421
do Kwacha do Malawi (MWK) face ao Euro (EUR)	(91)	697

Para efeitos da análise acima referida, considerou-se o impacto da variação de + 1% da taxa de câmbio na conversão das demonstrações financeiras das participadas com moeda funcional diferente do Euro para Euro no resultado líquido e nos capitais próprios do GRUPO.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os empréstimos obtidos pelo GRUPO encontravam-se denominados nas seguintes moedas:

	Obrigações	Dívidas a instituições de crédito	Papel comercial	Outros empréstimos	Total
<b>2018</b>					
Franco CFA	-	11 147	-	-	11 147
Dólares dos Estados Unidos	-	96 580	-	-	96 580
Euros	369 580	697 309	211 683	2 528	1 281 099
Rial Omani	-	4 751	-	-	4 751
Kwanza de Angola	-	68 412	-	-	68 412
Nuevo Sol Peruano	-	11 165	-	-	11 165
Pesos Colombianos	-	537	-	-	537
Pesos Mexicanos	-	10 774	-	-	10 774
Rands da África do Sul	-	5 994	-	-	5 994
Real Brasileiro	-	31 353	-	-	31 353
Zlotys Polacos	-	48 914	-	-	48 914
Outras	-	1 080	-	-	1 080
	<b>369 580</b>	<b>988 016</b>	<b>211 683</b>	<b>2 528</b>	<b>1 571 806</b>
<b>2017</b>					
Dólares dos Estados Unidos	20 845	93 567	-	-	114 413
Euros	309 627	720 953	190 561	3 556	1 224 696
Rial Omani	-	6 030	-	-	6 030
Kwanza de Angola	-	121 960	-	-	121 960
Nuevo Sol Peruano	-	4 327	-	-	4 327
Peso Colombiano	-	5 439	-	-	5 439
Peso Mexicano	82 413	24 578	-	-	106 991
Rands da África do Sul	-	6 163	-	-	6 163
Real Brasileiro	-	25 891	-	-	25 891
Zlotys Polacos	-	61 804	-	-	61 804
	<b>412 885</b>	<b>1 070 713</b>	<b>190 561</b>	<b>3 556</b>	<b>1 677 714</b>



## Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a exposição do GRUPO ao risco de crédito era como segue:

	2018	2017
<b>Ativos financeiros</b>		
Disponibilidades		
Caixa e seus equivalentes à vista e a prazo	450 301	644 300
	<b>450 301</b>	<b>644 300</b>
<b>Ativos financeiros registrados ao custo amortizado / Empréstimos e contas a receber</b>		
Clientes - corrente	736 359	866 716
Outros devedores - outros - corrente	190 008	130 840
Clientes - não corrente	6 526	6 088
Outros devedores - outros - não corrente	46 646	52 786
Ativos associados a contratos com clientes	551 707	-
Empresas associadas, participadas e participantes - corrente	6 162	111
Empresas associadas, participadas e participantes - não corrente	50 101	68 364
Estado e outros entes públicos (exceto Imposto sobre o rendimento)	21 803	17 837
	<b>1 609 311</b>	<b>1 142 743</b>
Ativos financeiros detidos até à maturidade	-	154 954
Outros investimentos financeiros registrados ao custo amortizado - corrente	21 399	-
Outros investimentos financeiros registrados ao custo amortizado - não corrente	144 963	-
Instrumentos financeiros derivados	265	98
Quantia escriturada dos ativos financeiros	<b>2 226 239</b>	<b>1 942 095</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a qualidade do risco de crédito do GRUPO era como se segue:

2018	Clientes e outros devedores - outros	Disponibilidades
Aaa; Aa1; Aa2; Aa3	-	300
A3; A2; A3	96 741	9 679
Baa1; Baa2; Baa3	21 499	23 101
Ba1; Ba2; Ba3	21 954	131 690
B1; B2; B3	282 566	3 378
Caa2; Caa3	63 415	32 321
Sem rating ou sem informação	493 363	249 832
<b>Total</b>	<b>979 538</b>	<b>450 301</b>

2017	Clientes e outros devedores - outros	Disponibilidades
Aaa	1 982	72 337
A3; A2; A3	48 680	20 803
Baa1; Baa2; Baa3	17 210	71 151
Ba1; Ba2; Ba3	12 630	200 367
B1; B2; B3	315 808	9 972
Caa2; Caa3	42 587	390
Sem rating ou sem informação	617 534	269 281
<b>Total</b>	<b>1 056 430</b>	<b>644 300</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a antiguidade das contas a receber associadas a clientes e outros devedores - outros que não se encontravam em imparidade, era como se segue:

Antiguidade no balanço 2018	Clientes e outros devedores - outros
<b>Valores Vencidos</b>	
] 0 ; 3 ] meses	270 143
] 3 ; 12 ] meses	155 217
] 1 ; 3 ] anos	125 822
Mais de 3 anos	70 791
	<b>621 972</b>
<b>Valores não vencidos</b>	357 566
<b>Total</b>	<b>979 538</b>

Antiguidade no balanço 2017	Clientes e outros devedores - outros
<b>Valores Vencidos</b>	
] 0 ; 3 ] meses	158 676
] 3 ; 12 ] meses	259 890
] 1 ; 3 ] anos	200 858
Mais de 3 anos	110 298
	<b>729 722</b>
<b>Valores não vencidos</b>	326 708
<b>Total</b>	<b>1 056 430</b>

O risco de crédito do GRUPO resulta essencialmente: i) do risco de recuperação dos meios monetários entregues à guarda de terceiros, e ii) do risco de recuperação dos créditos concedido a entidades exteriores ao GRUPO. O risco de crédito é avaliado no momento inicial e ao longo do tempo, de forma a acompanhar a sua evolução.

Uma parte significativa dos saldos a receber de clientes e de outros devedores encontra-se dispersa por um número elevado de entidades, um fator que contribui para a redução do risco de concentração do crédito. Regra geral, parte significativa dos clientes do GRUPO não têm *rating* de crédito atribuído.

Para os ativos financeiros que não os registados nas rubricas de “Clientes e outros devedores” e “Ativos associados a contratos com clientes”, o GRUPO considera a probabilidade de incumprimento com o reconhecimento inicial do ativo e consoante a ocorrência de aumentos significativos do risco de crédito de forma contínua em cada período de reporte.

De modo a avaliar se existiu um aumento significativo no risco de crédito, o GRUPO tem em consideração, entre outros, os seguintes indicadores:

- Risco de crédito interno;
- Risco de crédito externo (caso disponível);
- Alterações adversas correntes ou expectáveis ao nível dos resultados operacionais do devedor;
- Aumentos significativos no risco de crédito dos outros instrumentos financeiros do devedor;
- Alterações significativas no valor dos colaterais sobre as responsabilidades, ou na qualidade das garantias de terceiros;
- e
- Alterações significativas na performance e comportamento expectável do devedor, incluindo alterações nas condições de pagamento do devedor ao nível do grupo a que pertence, assim como alterações ao nível dos seus resultados operacionais.

Independentemente da análise acima, presume-se um aumento significativo no risco de crédito se um devedor se atrasa mais de 90 dias a contar da data de pagamento contratual.

Para os ativos financeiros registados nas rubricas de “Clientes e outros devedores” e “Ativos associados a contratos com clientes” o GRUPO aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito esperadas exigidas pela IFRS 9 (Nota 1.4. ix)).

### Justo valor

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os instrumentos financeiros do GRUPO registados ao justo valor eram como segue:

	2018				Total	Hierarquia de justo valor
	Custo amortizado	Justo valor por resultado	Justo valor por outro rendimento integral	Justo valor por outro rendimento integral designado no reconhecimento inicial		
<b>Ativos financeiros</b>						
Disponibilidades						
Caixa e seus equivalentes à vista e a prazo	-	-	-	-	450 301	450 301
<b>Ativos financeiros registados ao custo amortizado</b>						
Clientes - corrente	736 359	-	-	-	-	736 359
Outros devedores outros - corrente	190 008	-	-	-	-	190 008
Clientes - não corrente	6 526	-	-	-	-	6 526
Outros devedores - outros - não corrente	46 546	-	-	-	-	46 546
Empresas associadas, participadas e participantes - corrente	6 162	-	-	-	-	6 162
Empresas associadas, participadas e participantes - não corrente	50 101	-	-	-	-	50 101
Estado e outros entes públicos (exceto imposto sobre o rendimento)	21 803	-	-	-	-	21 803
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	59 224	-	59 224
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado - corrente	21 399	-	-	-	-	21 399
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado - não corrente	144 963	-	-	-	-	144 963
Instrumentos financeiros derivados	-	-	265	-	-	265
<b>Quantia escriturada dos ativos financeiros</b>	<b>1 223 966</b>	<b>-</b>	<b>265</b>	<b>59 224</b>	<b>450 301</b>	<b>1 733 757</b>

	2018			Total	Hierarquia de justo valor
	Custo amortizado	Justo valor por outro rendimento integral	Custo		
<b>Passivos financeiros</b>					
Instrumentos financeiros derivados	-	597	-	597	Nível 2
<b>Passivos financeiros registados ao custo amortizado</b>					
Empréstimos com e sem recurso - corrente	765 537	-	-	765 537	
Empréstimos com e sem recurso - não corrente	806 270	-	-	806 270	
Outros passivos financeiros - corrente	210 663	-	-	210 663	
Outros passivos financeiros - não corrente	203 131	-	-	203 131	
Fornecedores e credores diversos - corrente	801 652	-	-	801 652	
Fornecedores e credores diversos - não corrente	51 681	-	-	51 681	
<b>Quantia escriturada dos passivos financeiros</b>	<b>2 838 933</b>	<b>597</b>	<b>-</b>	<b>2 839 530</b>	



	2017				Hierarquia de justo valor
	Custo amortizado	Justo valor	Custo	Total	
<b>Ativos financeiros</b>					
<b>Disponibilidades</b>					
Caixa e seus equivalentes à vista	-	-	609 637	<b>609 637</b>	
Caixa e seus equivalentes a prazo	-	-	34 663	<b>34 663</b>	
<b>Empréstimos e contas a receber</b>					
Clientes - corrente	866 716	-	-	<b>866 716</b>	
Outros devedores - corrente	130 840	-	-	<b>130 840</b>	
Clientes e outros devedores - não corrente	58 874	-	-	<b>58 874</b>	
Empresas associadas, participadas e participantes	68 476	-	-	<b>68 476</b>	
Adiantamentos a fornecedores	45 625	-	-	<b>45 625</b>	
Estado e outros entes públicos (exceto Imposto sobre o rendimento)	17 837	-	-	<b>17 837</b>	
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>					
Partes de capital	-	-	68 811	<b>68 811</b>	
Adiantamentos	-	-	104	<b>104</b>	
<b>Ativos financeiros detidos até à maturidade</b>	154 954	-	-	<b>154 954</b>	
Instrumentos financeiros derivados	-	98	-	<b>98</b>	Nível 2
<b>Quantia escriturada dos ativos financeiros</b>	<b>1 343 322</b>	<b>98</b>	<b>713 216</b>	<b>2 056 635</b>	

	2017				Hierarquia de justo valor
	Custo amortizado	Justo valor	Custo	Total	
<b>Passivos financeiros</b>					
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>	-	569	-	<b>569</b>	Nível 2
<b>Empréstimos e contas a pagar</b>					
Empréstimos com e sem recurso - corrente	745 701	-	-	<b>745 701</b>	
Empréstimos com e sem recurso - não corrente	932 013	-	-	<b>932 013</b>	
Fornecedores e credores diversos - não corrente	50 862	-	-	<b>50 862</b>	
Outros passivos financeiros - não corrente	122 934	-	-	<b>122 934</b>	
Fornecedores - corrente	489 828	-	-	<b>489 828</b>	
Credores diversos - corrente	449 906	-	-	<b>449 906</b>	
Outros passivos financeiros - corrente	283 569	-	-	<b>283 569</b>	
<b>Quantia escriturada dos passivos financeiros</b>	<b>3 074 814</b>	<b>569</b>	-	<b>3 075 383</b>	

## 47. Impacto da Hiperinflação em Angola

Tal como referido na Nota 1.3. i), a partir do exercício de 2017 a economia angolana foi considerada como sendo uma economia hiperinflacionária. Deste modo, as entidades / empresas do GRUPO cuja moeda funcional era o Kwanza procederam à reexpressão das suas demonstrações financeiras para a unidade de mensuração corrente. As empresas / entidades que reexpressaram as suas demonstrações financeiras foram as seguintes:

- MOTA-ENGL ANGOLA;
- SUCURSAL DE ANGOLA DA MOTA-ENGL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO ÁFRICA;
- VISTA WASTE;
- NOVICER;
- SONAUTA;
- VISTA POWER; e
- MEBISA.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e nos exercícios findos naquelas datas, o impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da consideração da economia angolana como uma economia hiperinflacionária pode ser resumido como se segue:

2018	Antes da aplicação da IAS29	Impacto IAS 29	Após a aplicação da IAS29
Vendas e prestações de serviços	2 827 353	(25 604)	2 801 749
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, Variação da produção e Subcontratos	(1 312 125)	10 575	(1 301 551)
Fornecimentos e serviços externos	(595 854)	6 031	(589 822)
Gastos com pessoal	(544 234)	2 080	(542 154)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais	39 279	(425)	38 854
Amortizações e depreciações	(179 256)	(3 545)	(182 800)
Provisões e perdas de imparidade	(24 874)	846	(24 027)
Rendimentos e ganhos financeiros	202 650	-	202 650
Gastos e perdas financeiras	(258 484)	(416)	(258 900)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas	2 887	45	2 932
Ganhos / (perdas) na alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas	462	-	462
Posição monetária líquida	-	(12 263)	(12 263)
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>157 805</b>	<b>(22 674)</b>	<b>135 131</b>
Imposto sobre o rendimento	(40 013)	(1 721)	(41 734)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>117 791</b>	<b>(24 394)</b>	<b>93 397</b>
Atribuível:			
a interesses que não controlam	79 916	(10 131)	69 785
<b>ao Grupo</b>	<b>37 876</b>	<b>(14 263)</b>	<b>23 612</b>

2017	Antes da aplicação da IAS 29	Impacto IAS 29	Após a aplicação da IAS 29
Vendas e prestações de serviços	2 539 113	58 181	2 597 294
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, Variação da produção e Subcontratos	(1 042 370)	(50 537)	(1 092 907)
Fornecimentos e serviços externos	(533 284)	(6 786)	(540 070)
Gastos com pessoal	(532 216)	(5 050)	(537 266)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais	(21 063)	(1 250)	(22 313)
Amortizações e depreciações	(173 147)	(7 438)	(180 585)
Provisões e perdas de imparidade	(33 971)	(4 051)	(38 022)
Rendimentos e ganhos financeiros	68 223	1 159	69 382
Gastos e perdas financeiras	(166 245)	(2 343)	(168 588)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas e conjuntamente controladas	2 818	(10)	2 808
Ganhos / (perdas) na alienação de empresas subsidiárias, conjuntamente controladas e associadas	(3 058)	-	(3 058)
Posição monetária líquida	-	3 149	3 149
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>104 799</b>	<b>(14 975)</b>	<b>89 824</b>
Imposto sobre o rendimento	(20 320)	(8 063)	(28 383)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>84 479</b>	<b>(23 038)</b>	<b>61 441</b>
Atribuível:			
a interesses que não controlam	70 800	(10 947)	59 853
<b>ao Grupo</b>	<b>13 679</b>	<b>(12 091)</b>	<b>1 588</b>

2018	Antes da aplicação da IAS29	Impacto IAS 29	Após a aplicação da IAS29
<b>Ativo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Goodwill	33 741	-	33 741
Ativos intangíveis	518 392	3 102	521 494
Ativos tangíveis	698 373	42 075	740 448
Investimentos financeiros em empresas associadas	90 416	-	90 416
Investimentos financeiros em empresas conjuntamente controladas	6 696	-	6 696
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado	144 963	-	144 963
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	59 224	-	59 224
Propriedades de investimento	133 685	-	133 685
Clientes e outros devedores	109 459	-	109 459
Outros ativos não correntes	7 836	-	7 836
Instrumentos financeiros derivados	85	-	85
Ativos por impostos diferidos	184 318	-	184 318
	<b>1 987 189</b>	<b>45 178</b>	<b>2 032 366</b>
<b>Corrente</b>			
Inventários	332 809	1 357	334 167
Clientes e outros devedores	1 001 307	1 545	1 002 852
Ativos associados a contratos com clientes	551 707	-	551 707
Outros ativos correntes	65 254	81	65 335
Instrumentos financeiros derivados	180	-	180
Imposto sobre o rendimento	20 230	-	20 230
Outros investimentos financeiros registados ao custo	21 399	-	21 399
Caixa e seus equivalentes com recurso a prazo	97 449	-	97 449
Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista	61 749	-	61 749
Caixa e seus equivalentes com recurso à vista	291 103	-	291 103
	<b>2 443 188</b>	<b>2 983</b>	<b>2 446 171</b>
Ativos não correntes detidos para venda	206 187	-	206 187
<b>Total do Ativo</b>	<b>4 636 564</b>	<b>48 160</b>	<b>4 684 724</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Empréstimos sem recurso	108 505	-	108 505
Empréstimos com recurso	697 765	-	697 765
Outros passivos financeiros	203 131	-	203 131
Instrumentos financeiros derivados	597	-	597
Fornecedores e credores diversos	51 681	-	51 681
Passivos associados a contratos com clientes	62 777	-	62 777
Outros passivos não correntes	168 072	-	168 072
Provisões	103 998	-	103 998
Passivos por impostos diferidos	131 648	16 427	148 075
	<b>1 528 174</b>	<b>16 427</b>	<b>1 544 601</b>
<b>Corrente</b>			
Empréstimos sem recurso	33 874	-	33 874
Empréstimos com recurso	731 663	-	731 663
Outros passivos financeiros	210 663	-	210 663
Fornecedores e credores diversos	800 913	739	801 652
Passivos associados a contratos com clientes	319 626	-	319 626
Outros passivos correntes	462 184	710	462 894
Imposto sobre o rendimento	17 215	-	17 215
	<b>2 576 138</b>	<b>1 449</b>	<b>2 577 587</b>
Passivos não correntes detidos para venda	115 990	-	115 990
<b>Total do Passivo</b>	<b>4 220 302</b>	<b>17 876</b>	<b>4 238 178</b>
<b>Capital social</b>			
Capital social	237 505	-	237 505
Ações próprias	(10 232)	-	(10 232)
Reservas, Resultados transitados e Prêmios de emissão	(105 478)	32 101	(73 377)
Resultado líquido consolidado do exercício	37 876	(14 263)	23 612
<b>Capital próprio atribuível ao Grupo</b>	<b>159 671</b>	<b>17 837</b>	<b>177 509</b>
Interesses que não controlam	256 590	12 447	269 037
<b>Total do Capital próprio</b>	<b>416 262</b>	<b>30 284</b>	<b>446 546</b>
<b>Total do Capital próprio e Passivo</b>	<b>4 636 564</b>	<b>48 160</b>	<b>4 684 724</b>

2017	Antes da aplicação da IAS 29	Impacto IAS 29	Após a aplicação da IAS 29
<b>Ativo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Goodwill	37 870	-	37 870
Ativos intangíveis	511 744	914	512 658
Ativos tangíveis	653 939	58 334	712 273
Investimentos financeiros em empresas associadas e conjuntamente controladas	88 936	(10)	88 926
Ativos financeiros disponíveis para venda	43 371	25 545	68 916
Ativos financeiros detidos até à maturidade	154 954	-	154 954
Propriedades de investimento	76 676	-	76 676
Clientes, outros devedores e outros ativos não correntes	139 868	-	139 868
Instrumentos financeiros derivados	98	-	98
Ativos por impostos diferidos	178 313	-	178 313
	<b>1 885 768</b>	<b>84 784</b>	<b>1 970 552</b>
<b>Corrente</b>			
Inventários	343 343	1 653	344 996
Clientes	866 716	-	866 716
Outros devedores	190 686	-	190 686
Imposto sobre o rendimento	23 479	-	23 479
Outros ativos correntes	424 148	130	424 278
Caixa e seus equivalentes	644 300	-	644 300
	<b>2 492 673</b>	<b>1 783</b>	<b>2 494 457</b>
Ativos não correntes detidos para venda	<b>149 082</b>	-	<b>149 082</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>4 527 523</b>	<b>86 567</b>	<b>4 614 090</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Empréstimos	932 013	-	932 013
Outros passivos financeiros	122 934	-	122 934
Fornecedores e Credores diversos	50 862	-	50 862
Instrumentos financeiros derivados	547	-	547
Provisões	95 951	147	96 098
Outros passivos não correntes	161 625	-	161 625
Passivos por impostos diferidos	130 237	23 712	153 950
	<b>1 494 171</b>	<b>23 860</b>	<b>1 518 030</b>
<b>Corrente</b>			
Empréstimos	745 701	-	745 701
Outros passivos financeiros	283 569	-	283 569
Fornecedores	489 828	-	489 828
Credores diversos	449 906	-	449 906
Instrumentos financeiros derivados	22	-	22
Imposto sobre o rendimento	28 419	-	28 419
Outros passivos correntes	444 362	813	445 175
	<b>2 441 807</b>	<b>813</b>	<b>2 442 619</b>
Passivos não correntes detidos para venda	<b>57 703</b>	-	<b>57 703</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>3 993 680</b>	<b>24 672</b>	<b>4 018 353</b>
<b>Capital Social</b>			
Capital Social	237 505	-	237 505
Ações próprias	(5 788)	-	(5 788)
Reservas, Resultados Transitados e Prémios de Emissão	16 008	57 822	73 829
Resultado líquido consolidado do exercício	13 679	(12 091)	1 588
<b>Capital próprio atribuível ao Grupo</b>	<b>261 404</b>	<b>45 731</b>	<b>307 135</b>
Interesses que não controlam	272 438	16 164	288 603
<b>Total do Capital próprio</b>	<b>533 843</b>	<b>61 895</b>	<b>595 737</b>
<b>Total do Capital próprio e Passivo</b>	<b>4 527 523</b>	<b>86 567</b>	<b>4 614 090</b>

## 48. Eventos subsequentes

Em 2019, até à data de emissão do presente relatório, destacamos o seguinte facto relevante, cujo detalhe se encontra adequadamente divulgado como informação privilegiada nos sítios da MOTA-ENGIL e da CMVM:

14 de janeiro de 2019

“MOTA-ENGIL INFORMA SOBRE NOVAS TARIFAS REGULADAS DA EGF PARA O PERÍODO REGULATÓRIO 2019-2021

A MOTA-ENGIL informa que a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (“ERSAR”) definiu as “tarifas reguladas para o período regulatório 2019-2021” a vigorar em Portugal, tendo as empresas participadas da MOTA-ENGIL do segmento de tratamento e recolha seletiva de resíduos urbanos, detidas pela EMPRESA GERAL do FOMENTO, S.A. (“EGF”), sido já notificadas da respetiva decisão.

Assim, a BAR (Base de Ativos Regulados) média para o respetivo período regulatório e para o conjunto das referidas empresas participadas é de €319 milhões, sobre a qual incidirá uma TRA (Taxa de Remuneração dos Ativos), igualmente fixada pela entidade reguladora, entre 5,05% e 5,77%.

Salienta-se ainda que no período regulatório agora findo, a BAR e a TRA para o conjunto dos 11 sistemas multimunicipais geridos pela EGF, era de €246 milhões e de 6,14%, respetivamente.”

## 49. Honorários pagos ao auditor / revisor oficial de contas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o montante de honorários pagos ao auditor / revisor oficial de contas foi como segue:

Natureza do Serviço	Pela Sociedade	Por entidades que integram o grupo	Total
	Valor (euros)	Valor (euros)	Valor (euros)
Auditoria e revisão legal de contas	93 622	1 247 041	1 340 663
Outros serviços de garantia de fiabilidade	73 500	106 900	180 400
Consultoria fiscal	-	1 800	1 800
<b>Total</b>	<b>167 122</b>	<b>1 355 741</b>	<b>1 522 863</b>

Os trabalhos distintos dos de auditoria prestados pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas durante o exercício de 2018 detalham-se de seguida:

- Disponibilização de licença de acesso à base de dados Inforfisco, a qual consiste num repositório de natureza fiscal de fonte pública (desde legislação a jurisprudência);
- Revisões limitadas às demonstrações financeiras de algumas empresas participadas, em conformidade com a Norma Internacional de Trabalhos de Revisão ISRE 2410;
- Emissão de Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre a verificação de informações contantes em nota informativa relativa à emissão de papel comercial;
- Emissão de relatório de procedimentos acordados “*agreed upon procedures*” associado à colocação de um empréstimo obrigacionista, bem como análise ao conteúdo da informação financeira incluída no respetivo prospeto;
- Emissão de relatórios de auditoria sobre as contas reguladas de algumas empresas concessionárias a submeter ao organismo regulador (ERSAR);
- Emissão de relatórios de procedimentos acordados associados à recuperação de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) em créditos de cobrança duvidosa;
- Emissão de relatórios de procedimentos acordados relativos à validação de rácios financeiros associados a financiamentos obtidos e a concursos nos quais as empresas do GRUPO participaram.

## 50. Aprovação das demonstrações financeiras

---

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do GRUPO em 11 de março de 2019. Contudo, as mesmas ainda estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas sendo convicção do Conselho de Administração do GRUPO que serão aprovadas sem alterações.

# Apêndice A. Empresas consolidadas

## EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO PELO MÉTODO DA CONSOLIDAÇÃO INTEGRAL

As empresas incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, respetivas sedes, proporção do capital detido, atividade, data de constituição e data de aquisição das mesmas foram as seguintes:

Designação	Sede	Proporção do capital detido	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
<b>Empresa - Mãe do Grupo e Atividades Conexas</b>					
Mota-Engil, SGPS, S.A., Sociedade Aberta ("Mota-Engil SGPS")	Portugal (Porto)	-	Gestão de participações financeiras	ago/90	-
Largo do Paço – Investimentos Turísticos e Imobiliários, Lda. ("Largo do Paço")	Portugal (Amarante)	100,00	Promoção imobiliária	-	out/01
Através da Mota-Engil SGPS		100,00			
ME 3I, SGPS, S.A. ("ME 3I SGPS")	Portugal (Linda-a-Velha)	61,20	Gestão de participações financeiras	out/11	-
Através da Mota-Engil Indústria e Inovação		61,20			
Mota-Engil Capital, S.A. ("Mota-Engil Capital")	Portugal (Porto)	100,00	Gestão de participações financeiras	fev/18	-
Através da Mota-Engil SGPS		100,00			
MESP - Mota Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, S.A. ("Mota-Engil Serviços Partilhados")	Portugal (Porto)	100,00	Serviços administrativos	dez/02	-
Através da Mota-Engil SGPS		100,00			
Mota-Engil Indústria e Inovação, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Indústria e Inovação")	Portugal (Linda-a-Velha)	100,00	Gestão de participações financeiras	nov/10	-
Através da Mota-Engil SGPS		100,00			
MK Contractors, LLC ("MKC")	EUA (Miami)	100,00	Promoção imobiliária	mar/02	-
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção		100,00			
Mota-Engil Minerals & Mining (Malawi) Limited ("ME Minerals & Mining Malawi")	Malawi (Lilongwe)	100,00	Comércio ou negócio de prospeção, exploração e beneficiamento de minerais	mar/11	-
Através da Mota-Engil Minerals Mining Investment B.V.		100,00			
Mota-Engil Minerals & Mining (Zimbabwe) (Private) Limited ("ME Minerals & Mining Zimbabwe")	Zimbabwe (Harare)	100,00	Comércio ou negócio de prospeção, exploração e beneficiamento de minerais	mai/11	-
Através da Mota-Engil Minerals Mining Investment B.V.		100,00			
Mota-Engil Minerals Mining Investment B.V. ("ME Minerals Mining Investment BV")	Holanda (Amesterdão)	100,00	Gestão de outras empresas	out/10	-
Através da Mota-Engil SGPS		100,00			
Mota-Engil Renewing, S.A. ("ME Renewing")	Portugal (Porto)	100,00	Energia, Mobilidade Sustentável, Reciclagem e Reutilização e Aproveitamento de Recursos	ago/18	-
Através da Mota-Engil Capital		100,00			
Mota-Engil Railway Engineering, S.A. ("ME Railway Engineering")	Portugal (Porto)	100,00	Estudos, projetos, execução de obras e representação de materiais e equipamentos relacionados com obras de caminho de ferro	jun/18	-
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção		96,15			
Através da MEEC África		1,92			
Através da Mota-Engil Latin America BV		1,92			
<b>Europa</b>					
<b>Engenharia e Construção</b>					
Mota-Engil Europa, S.A. ("Mota-Engil Europa")	Portugal (Linda-a-Velha)	100,00	Gestão de participações financeiras	jun/10	-
Através da Mota-Engil SGPS		100,00			
Áreagolfe - Gestão, Construção e Manutenção de Campos de Golfe, S.A. ("Áreagolfe")	Portugal (Torres Novas)	71,11	Gestão, construção e manutenção de campos de golfe	-	jul/07
Através da Vibeiras		71,11			
Balice Project Development Sp. z o.o. ("Balice")	Polónia (Cracóvia)	100,00	Promoção imobiliária	out/12	-
Através da Mota-Engil Real Estate Management		100,00			
Bay-Park Korilátolt Felelősségű Társaság Kft. ("Bay Park")	Hungria (Budapeste)	76,73	Promoção imobiliária	-	dez/08
Através da Obol Invest		76,73			
Bukowinska Project Development ("Bukowinska Project Development")	Polónia (Cracóvia)	100,00	Conceção e construção de habitação social	mar/15	-
Através da Mota-Engil Central Europe Polónia		100,00			
Carlos Augusto Pinto dos Santos & Filhos S.A. ("Capsfil")	Portugal (Vila Flor)	100,00	Extração de saibro, areia e pedra britada	mar/77	out/09
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção		100,00			
Corgimobil - Empresa Imobiliária das Corgas, Lda. ("Corgimobil")	Portugal (Cascais)	97,25	Construções, estudos e realizações imobiliárias	-	nov/00
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção		71,79			
Através da Mota-Engil Real Estate Portugal		25,46			
Diace - Construtoras das Estradas do Douro Interior A.C.E. ("Diace ACE MEEC")	Portugal (Porto)	53,10	Realização de trabalhos de construção e serviços e fornecimento de conceção	nov/08	dez/15
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção		53,10			
Dmowski Project Development, Sp. z.o.o. ("Dmowski")	Polónia (Cracóvia)	100,00	Promoção imobiliária	ago/07	-
Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS		100,00			
Dzieci Warszawy Project Development Sp. z.o.o. ("Dzieci")	Polónia (Cracóvia)	100,00	Promoção imobiliária	nov/15	-
Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS		100,00			
Ekosrodowisko z.o.o. In Liquidation ("Ekosrodowisko")	Polónia (Bytom)	61,50	Resíduos sólidos urbanos	fev/05	dez/05
Através da SUMA		61,50			
Glace - Construtoras das Auto-estradas da Grande Lisboa A.C.E. ("Glace ACE MEEC")	Portugal (Porto)	52,87	Realização de trabalhos de construção e serviços e fornecimento de conceção	dez/06	dez/15
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção		52,87			
Glan Agua, Ltd ("Glanagua")	Irlanda (Ballinasloe)	70,00	Tratamento de resíduos, exploração e gestão de sistemas de água	jan/08	-
Através da MEIS		70,00			
Glan Agua (UK), Ltd ("Glan Agua UK")	Reino Unido (St Albans)	70,00	Tratamento de resíduos, exploração e gestão de sistemas de água	jul/15	-
Através da MEIS		70,00			
Grodowska Project Development Sp. z.o.o. ("Grodowska")	Polónia (Cracóvia)	100,00	Conceção e construção de habitação social	mar/14	-
Através da Mota-Engil Real Estate Management		100,00			
Grota-Roweckiego Project Development Sp. z.o.o. ("Grota")	Polónia (Cracóvia)	100,00	Promoção imobiliária	out/12	-
Através da Mota-Engil Central Europe Polónia		100,00			
Hungária Hotel Ingtatlanforgalmazó, Kereskedelmi, és Szolgáltató Kft. ("Hotel Achat Hungria")	Hungria (Budapeste)	100,00	Promoção imobiliária	jun/08	-
Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS		100,00			
Hygeia – Edifícios Hospitalares, SGPS, S.A. ("Hygeia")	Portugal (Lisboa)	99,18	Gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas	dez/18	-
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção		98,99			
Através da Manvia		0,18			
Através da Mota-Engil Capital		0,00			
Através da Mota-Engil Europa		0,00			

Designação	Sede	Proporção do capital detido	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
<b>Immo Park Gdańsk, Sp. z.o.o. ("Immo Park Gdańsk")</b> Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	mar/13	-
<b>Immo Park Warszawa, Sp. z.o.o. ("Immo Park Warszawa")</b> Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	out/12	-
<b>Immo Park, Sp. z.o.o. ("Immo Park")</b> Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	jan/08	mar/11
<b>Kilniskiego Project Development Sp. z.o.o. ("Kilniskiego")</b> Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	ago/07	-
<b>Kilniskiego Property Investment Sp. z.o.o. ("Kilniskiego PI")</b> Através da Kilniskiego Project Development Sp. z.o.o. Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 99,99 0,01	Promoção imobiliária	set/11	-
<b>Kordylewskiego Project Development W Likwidacji Sp. z.o.o. ("Kordylewskiego")</b> Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	fev/05	-
<b>Listopada Project Development ("Listopada Project Development")</b> Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	nov/15	-
<b>Lusitânia - Construtoras das Auto-estradas das Beiras Litoral e Alta A.C.E. ("Lusitânia ACE MEEC")</b> Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Portugal (Porto)	83,95 83,95	Realização de trabalhos de construção e serviços e fornecimento de conceção	abr/01	dez/15
<b>Mercado Urbano - Gestão Imobiliária, S.A. ("Mercado Urbano")</b> Através da Mota-Engil Real Estate Portugal	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	jul/09	mar/11
<b>Mota-Engil Real Estate Portugal, S.A. ("Mota-Engil Real Estate Portugal")</b> Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	set/01	-
<b>ME Investitii AV s.r.l. ("Mota-Engil Investitii")</b> Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Roménia (Bucareste)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	-	set/07
<b>MES, Mota-Engil Srodowisko, Sp. z.o.o. ("MES")</b> Através da Suma	Polónia (Cracóvia)	61,50 61,50	Resíduos sólidos urbanos	dez/05	-
<b>Metró Épitóipari Gépészeti és szállítási, Zrt ("Metropszolg")</b> Através da Mota-Engil Magyarország	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Execução de obras públicas	dez/00	-
<b>Mota-Engil International Construction (UK) Ltd ("Mota-Engil UK")</b> Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Reino Unido (St Albans)	60,00 60,00	Construção civil	jul/15	-
<b>Mota-Engil Ireland Construction Limited ("Mota-Engil Irlanda")</b> Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Irlanda (Dublin)	60,00 60,00	Construção civil	out/07	-
<b>Mota-Engil Engenharia e Construção, S.A. ("Mota-Engil Engenharia e Construção")</b> Através da Mota-Engil Europa	Portugal (Amarante)	100,00 100,00	Execução de obras e compra e venda de imóveis	-	dez/00
<b>Mota-Engil Real Estate, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Real Estate SGPS") (a)</b> Através da Mota-Engil Capital	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Gestão de participações financeiras	dez/02	-
<b>Mota-Engil Central Europe, S.A. ("ME Central Europe Polónia")</b> Através da Mota-Engil Central Europe Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Execução de obras	fev/53	mar/99
<b>Mota-Engil Central Europe Ceska Republika, AS ("Mota-Engil Central Europe República Checa")</b> Através da Mota-Engil Europa	Rep. Checa (Praga)	100,00 100,00	Construção civil e obras públicas	jan/97	-
<b>Mota-Engil Central Europe Management, SGPS, SA ("Mota-Engil Central Europe Management")</b> Através da Mota-Engil Europa	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Gestão de participações sociais de outras sociedades	ago/17	-
<b>Mota-Engil Ireland Services Ltd. ("MEIS")</b> Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Irlanda (Dublin)	70,00 70,00	Tratamento de resíduos, exploração e gestão de sistemas de água	jan/08	-
<b>Mota-Engil Magyarország Beruházási És Épitőipari Zrt. ("Mota-Engil Magyarország")</b> Através da Mota-Engil Europa	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Execução de obras públicas	jan/96	-
<b>Mota-Engil Vermelo Sp. z.o.o. ("ME Vermelo")</b> Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	mar/12	-
<b>Mota-Engil Central Europe PPP Sp. z.o.o. ("ME Central Europe PPP")</b> Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	mar/12	-
<b>Mota-Engil Central Europe PPP 2 Sp. z.o.o. ("ME Central Europe PPP 2")</b> Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	dez/13	-
<b>Mota-Engil Central Europe PPP Road Sp. z.o.o. ("ME Central Europe PPP Road")</b> Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	-	nov/13
<b>Mota-Engil Central Europe PPP 3 Sp. Z.o.o. ("ME Central Europe PPP 3")</b> Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	abr/14	-
<b>Mota-Engil Real Estate Hungary Ingatlanforgalmazó, Kereskedelmi és Szolgáltató Kft. ("Mota-Engil Real Estate Hungria")</b> Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	jul/05	-
<b>Mota-Engil Real Estate Management, sp. z.o.o. ("Mota-Engil Real Estate Management")</b> Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	jun/05	-
<b>Nádor-Öböl Ingatlanforgalmazó És Beruházó Korlátolt Felelősségű Társaság Kft. ("Nádor Öböl")</b> Através da Obol XI	Hungria (Budapeste)	76,73 76,73	Promoção imobiliária	-	out/06
<b>Norace - Construtoras das Auto-estradas do Norte A.C.E. ("Norace ACE MEEC")</b> Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Portugal (Porto)	82,87 82,87	Realização de trabalhos de construções e serviços e fornecimento de conceção	jun/99	dez/15
<b>Oriental Hub, S.A. ("Oriental Hub")</b> Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Conceção, construção, reabilitação e exploração do Antigo Matadouro Industrial do Porto	nov/18	-
<b>Öböl Invest Befektetési És Üzletviteli Tanácsadó Korlátolt Felelősségű Társaság Kft. ("Öböl Invest")</b> Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Hungria (Budapeste)	77,50 77,50	Promoção imobiliária	-	mai/05
<b>Öböl XI. Ingatlanhasznosítási Beruházó És Szolgáltató Korlátolt Felelősségű Társaság Kft. ("Öböl XI")</b> Através da Obol Invest	Hungria (Budapeste)	76,73 76,73	Promoção imobiliária	-	dez/03
<b>Pinhal - Construtoras das Auto-estradas do Pinhal Interior A.C.E. ("Pinhal ACE MEEC")</b> Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Portugal (Porto)	53,52 53,52	Realização de trabalhos de construção e serviços e fornecimento de conceção	abr/10	dez/15

(a) Esta empresa e as suas participadas foram alienadas em dezembro de 2018 pela MOTA-ENGL EUROPA à MOTA-ENGL CAPITAL. Para efeitos de reporte por segmentos, no exercício de 2018, aquelas empresas foram alocadas à região Europa.



Designação	Sede	Porção do capital detido	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
<b>Proempar - Promoção e Gestão de Parques Empresariais e Tecnológicos, S.A. ("Proempar")</b>	Portugal (Porto)	<b>100,00</b>	Promoção, gestão e exploração de parques empresariais tecnológicos e industriais	out/06	-
Através da Mota-Engil Real Estate Portugal		100,00			
<b>Project Development 1 Sp. Z.o.o. ("Project Development 1")</b>	Polónia (Cracóvia)	<b>100,00</b>	Promoção imobiliária	nov/15	-
Através da Mota-Engil Real Estate Management		100,00			
<b>Project Development 2 Sp. Z.o.o. ("Project Development 2")</b>	Polónia (Cracóvia)	<b>100,00</b>	Promoção imobiliária	nov/15	-
Através da Mota-Engil Real Estate Management		100,00			
<b>Portuscale - Construtoras das Auto-estradas do Grande Porto A.C.E. ("Portuscale ACE MEEC")</b>	Portugal (Porto)	<b>83,95</b>	Realização de trabalhos de construção e serviços e fornecimento de conceção	jul/02	dez/15
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção		83,95			
<b>Sampaio Üzletviteli Tanácsadó Korilátolt Felelősségű Társaság Kft. ("Sampaio")</b>	Hungria (Budapeste)	<b>76,73</b>	Promoção imobiliária	-	jan/03
Através da Obol XI		76,73			
<b>Senatorska Project Development Sp. z.o.o. ("Senatorska")</b>	Polónia (Cracóvia)	<b>100,00</b>	Promoção imobiliária	nov/15	-
Através da Mota-Engil Real Estate Management		100,00			
<b>Sikorki Project Development Sp. z.o.o. ("Sikorki")</b>	Polónia (Cracóvia)	<b>100,00</b>	Promoção imobiliária	out/12	-
Através da Mota-Engil Central Europe Polónia		100,00			
<b>Soltysowska Project Development Sp. z.o.o. ("Soltysowska")</b>	Polónia (Cracóvia)	<b>100,00</b>	Promoção imobiliária	nov/05	-
Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS		100,00			
<b>Turalgo-Sociedade de Promoção Imobiliária e Turística do Algarve, S.A. ("Turalgo")</b>	Portugal (Oeiras)	<b>51,00</b>	Promoção imobiliária	mai/92	-
Através da Mota-Engil Real Estate Portugal		51,00			
<b>VBT - Projectos e Obras de Arquitectura Paisagística, Lda ("VBT")</b>	Angola (Luanda)	<b>45,56</b>	Atividades de plantação e manutenção de jardins	set/08	-
Através da Vibeiras		35,56			
Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços		10,00			
<b>Vianor - Construtoras das Auto-estradas da Costa de Prata A.C.E. ("Vianor ACE MEEC")</b>	Portugal (Porto)	<b>83,95</b>	Realização de trabalhos de construção e serviços e fornecimento de conceção	abr/00	dez/15
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção		83,95			
<b>Vibeiras - Sociedade Comercial de Plantas, S.A. ("Vibeiras")</b>	Portugal (Torres Novas)	<b>71,11</b>	Atividades de plantação e manutenção de jardins	jul/88	out/98
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção		71,11			
<b>Wilanow Project Development SP. z.o.o. ("Wilanow")</b>	Polónia (Cracóvia)	<b>100,00</b>	Promoção imobiliária	jun/07	-
Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS		100,00			
<b>Wilenska Project Development Sp. z.o.o. w likwidacji ("Wilenska")</b>	Polónia (Cracóvia)	<b>100,00</b>	Promoção imobiliária	jan/05	-
Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS		100,00			
Designação	Sede	Porção efetiva da participação	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
<b>Ambiente e Serviços</b>					
<b>AGIR - Ambiente e Gestão Integrada de Resíduos, Lda. ("Agir")</b>	Cabo Verde (Praia)	<b>80,75</b>	Recolha de resíduos sólidos urbanos	dez/07	-
Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços		50,00			
Através da Suma		30,75			
<b>Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Algar")</b>	Portugal (Loulé)	<b>33,15</b>	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Através da EGF		33,15			
<b>Amarsul- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Amarsul")</b>	Portugal (Setúbal)	<b>30,19</b>	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Através da EGF		30,19			
<b>CH&amp;P - Combined Heat &amp; Power Anadia, Sociedade Unipessoal, Lda ("CH&amp;P Anadia")</b>	Portugal (Linda-a-Velha)	<b>90,00</b>	Exploração de uma central de cogeração destinada à produção de energia elétrica e de energia térmica	mai/11	-
Através da Manvia		90,00			
<b>CH&amp;P - Combined Heat &amp; Power Coja, Unipessoal, Lda ("CH&amp;P Coja")</b>	Portugal (Linda-a-Velha)	<b>90,00</b>	Exploração de uma central de cogeração destinada à produção de energia elétrica e de energia térmica	mai/11	-
Através da Manvia		90,00			
<b>Citrave - Centro Integrado de Tratamento de Resíduos de Aveiro, S.A. ("Citrave")</b>	Portugal (Lisboa)	<b>61,50</b>	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	dez/87	out/06
Através da Suma		61,41			
Através da Novaflex		0,05			
Através da Suma Esposende		0,05			
<b>Correia &amp; Correia, Lda. ("Correia &amp; Correia")</b>	Portugal (Sertão)	<b>48,19</b>	Comércio e recolha de óleos usados	set/88	fev/00
Através da Enviroil		48,19			
<b>Enviroil SGPS, Lda. ("Enviroil")</b>	Portugal (Torres Novas)	<b>48,19</b>	Gestão de participações financeiras	nov/97	-
Através da Suma		48,19			
<b>Enviroil II - Reciclagem de Óleos Usados, Lda. ("Enviroil II")</b>	Portugal (Torres Novas)	<b>43,37</b>	Reciclagem de óleos, produção de eletricidade e comércio por grosso de combustíveis e produtos derivados	abr/11	-
Através da Enviroil		43,37			
<b>Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. ("Ersuc")</b>	Portugal (Coimbra)	<b>34,14</b>	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Através da EGF		30,46			
Através da Suma		3,68			
<b>Empresa Geral de Fomento, S.A. ("EGF")</b>	Portugal (Lisboa)	<b>59,19</b>	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Através da Suma Tratamento		59,19			
<b>Eco Vision LLC ("Eco Vision")</b>	Oman (Muscat)	<b>31,37</b>	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	jul/15	-
Através da Suma		31,37			
<b>Gesar - Gestão de Águas Residuais do Algarve ("GESAR ACE Manvia")</b>	Portugal (Linda-a-Velha)	<b>54,00</b>	Tratamento de águas residuais	abr/15	-
Através da Manvia		54,00			
<b>InvestAmbiente - Recolha de Resíduos e Gestão de Sistemas de Saneamento Básico, S.A. ("InvestAmbiente")</b>	Portugal (Lisboa)	<b>31,98</b>	Recolha de resíduos não perigosos	fev/00	dez/07
Através da Novaflex		31,98			
<b>Manvia - Manutenção e Exploração de Instalações e Construção, S.A. ("Manvia")</b>	Portugal (Linda-a-Velha)	<b>90,00</b>	Manutenção e exploração de instalações	jul/94	jun/98
Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços		90,00			
<b>Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Ambiente e Serviços")</b>	Portugal (Porto)	<b>100,00</b>	Gestão de participações financeiras	jun/97	-
Através da Mota-Engil Europa		100,00			

Designação	Sede	Proporção do capital detido	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
<b>Nova Beira - Gestão de Resíduos, S.A. ("Nova Beira")</b>	Portugal (Lisboa)	<b>30,85</b>	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	-	dez/07
Através da Novaflex		20,30			
Através da Investambiente		10,55			
<b>Novaflex - Técnicas do Ambiente, S.A. ("Novaflex")</b>	Portugal (Lisboa)	<b>61,50</b>	Recolha de outros resíduos não perigosos	-	dez/07
Através da Suma		61,50			
<b>PTT - Parque Tecnológico do Tâmega, S.A. ("PTT")</b>	Portugal (Felgueiras)	<b>90,00</b>	Promoção e gestão de acolhimento empresarial tecnológico	dez/06	-
Através da Mota-Engil Real Estate Portugal		90,00			
<b>Real Verde - Técnicas de Ambiente, S.A. ("Real Verde")</b>	Portugal (Vila Real)	<b>61,50</b>	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	dez/07	-
Através da Novaflex		61,50			
<b>Resiges - Gestão de Resíduos Hospitalares, Lda. ("Resiges")</b>	Portugal (Setúbal)	<b>30,75</b>	Recolha de resíduos perigosos	mai/98	dez/07
Através da Novaflex		30,75			
<b>Resiestrela - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Resiestrela")</b>	Portugal (Castelo Branco)	<b>37,26</b>	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Através da EGF		37,26			
<b>Resilei - Tratamento de Resíduos Industriais, S.A. ("Resilei")</b>	Portugal (Leiria)	<b>30,75</b>	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	-	jun/03
Através da Suma		30,75			
<b>Resinorte - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Resinorte")</b>	Portugal (Braga)	<b>44,46</b>	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Através da EGF		44,46			
<b>Resulima - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Resulima")</b>	Portugal (Viana do Castelo)	<b>30,19</b>	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Através da EGF		30,19			
<b>Rima - Resíduos Industriais e Meio Ambiente, S.A. ("Rima")</b>	Portugal (Lourosa)	<b>59,12</b>	Tratamento de resíduos industriais	ago/01	-
Através da Suma		59,12			
<b>SIGA - Sistema Integrado de Gestão Ambiental, S.A. ("Siga")</b>	Portugal (Ponta Delgada)	<b>43,05</b>	Tratamento e eliminação de resíduos não perigosos	out/08	-
Através da Suma		43,05			
<b>SIGAMB - Sistemas de Gestão Ambiental, Lda. (Angola) ("SIGAMB")</b>	Angola (Luanda)	<b>61,44</b>	Estudos técnicos, consultoria e formação na área ambiental	fev/14	-
Através da Novaflex		61,44			
<b>SRI - Gestão de Resíduos, Lda ("SRI")</b>	Portugal (Sertã)	<b>48,19</b>	Recolha de resíduos perigosos	jul/08	-
Através da Correia & Correia		48,19			
<b>Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Suldouro")</b>	Portugal (Vila Nova de Gaia)	<b>35,52</b>	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Através da EGF		35,52			
<b>Suma (Douro) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. ("Suma Douro")</b>	Portugal (Murça)	<b>61,50</b>	Recolha de resíduos sólidos urbanos	jul/00	-
Através da Suma		61,50			
<b>Suma (Esposende) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. ("Suma Esposende")</b>	Portugal (Esposende)	<b>61,50</b>	Recolha de resíduos sólidos urbanos	dez/99	-
Através da Suma		61,50			
<b>Suma (Macau), Lda. ("Suma Macau")</b>	China (Macau)	<b>60,89</b>	Recolha de resíduos sólidos urbanos	-	dez/13
Através da Suma		60,89			
<b>Suma (Matosinhos) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma Matosinhos")</b>	Portugal (Matosinhos)	<b>61,50</b>	Recolha de resíduos sólidos urbanos	dez/00	-
Através da Suma		61,50			
<b>Suma (Porto) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma Porto")</b>	Portugal (Porto)	<b>61,50</b>	Recolha de resíduos sólidos urbanos	nov/08	-
Através da Suma		61,50			
<b>Suma Tratamento, S.A. ("Suma Tratamento")</b>	Portugal (Lisboa)	<b>59,20</b>	Recolha de resíduos sólidos urbanos	out/14	-
Através da Suma		49,19			
Através da Suma Esposende		0,01			
Através da Novaflex		0,01			
Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços		10,00			
<b>Suma - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma")</b>	Portugal (Lisboa)	<b>61,50</b>	Recolha de resíduos sólidos urbanos	jun/94	-
Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços		61,50			
<b>Takargo - Transportes de Mercadorias, S.A. ("Takargo")</b>	Portugal (Linda-a-Velha)	<b>100,00</b>	Transportes ferroviários de mercadorias	out/06	-
Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços		100,00			
<b>Triu - Técnicas de Resíduos Industriais e Urbanos, S.A. ("Triu")</b>	Portugal (Loures)	<b>48,19</b>	Recolha de resíduos não perigosos	abr/91	set/08
Através da Enviroil		48,19			
<b>Triaza - Tratamento de Resíduos Industriais da Azambuja, S.A. ("Triaza")</b>	Portugal (Azambuja)	<b>61,50</b>	Recolha de resíduos sólidos urbanos	nov/15	set/08
Através da Suma		61,50			
<b>Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Valnor")</b>	Portugal (Portalegre)	<b>31,57</b>	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Através da EGF		31,57			
<b>Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Valorlis")</b>	Portugal (Leiria)	<b>30,19</b>	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Através da EGF		30,19			
<b>Valorminho - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Valorminho")</b>	Portugal (Valença)	<b>30,19</b>	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Através da EGF		30,19			
<b>Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A. ("Valorsul")</b>	Portugal (Loures)	<b>31,33</b>	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Através da EGF		31,33			

Designação	Sede	Proporção do capital detido	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
<b>África</b>					
<b>Akwangola, S.A. ("Akwangola")</b>	Angola	<b>51,00</b>			
Através da Mota-Engil Angola	(Luanda)	51,00	Exploração do mercado de água	dez/10	dez/13
<b>Cecot - Centro de Estudos e Consultas Técnicas, Lda. ("Cecot")</b>	Moçambique	<b>100,00</b>			
Através da MEEC África	(Maputo)	100,00	Projetos e fiscalização em construção civil	set/98	abr/11
<b>Cosamo (Proprietary) Limited ("Cosamo")</b>	África do Sul	<b>100,00</b>			
Através da Mota Internacional	(Joanesburgo)	100,00	Comercial	dez/76	-
<b>Eco Eburnie, SA ("Eco Eburnie")</b>	Costa de Marfim	<b>100,00</b>			
Através da MEEC África	(Abidjan)	100,00	Recolha de resíduos sólidos urbanos, limpeza e manutenção de vias públicas	out/17	-
<b>Ecolife, S.A. ("Ecolife")</b>	Moçambique	<b>58,45</b>			
Através da Mota-Internacional	(Maputo)	40,00	Recolha de resíduos sólidos urbanos	dez/13	-
Através da Suma		18,45			
<b>Fatra - Fábrica de Trefilaria de Angola, S.A. ("Fatra")</b>	Angola	<b>70,00</b>			
Através da Mota Internacional	(Luanda)	70,00	Fabricação de produtos derivados de ferro	-	nov/10
<b>Fibreglass Sundlete (Moçambique), Lda. ("Fibreglass")</b>	Moçambique	<b>100,00</b>			
Através da ME Maurícias	(Maputo)	100,00	Comercial	ago/62	mar/99
<b>Indimo, Lda. ("Indimo")</b>	Moçambique	<b>100,00</b>			
Através da Cecot	(Maputo)	50,00	Promoção imobiliária	-	out/04
Através da MEEC África		50,00			
<b>Liwonde Logistics Platform Limited ("Liwonde")</b>	Malawi	<b>100,00</b>			
Através da ME Investments Malawi	(Lilongwe)	51,00	Gestão e administração de sociedades	jun/15	-
Através da MEEC África – Sucursal do Malawi		49,00			
<b>Mota-Engil Engenharia e Construção África, S.A. ("MEEC África")</b>	Portugal	<b>100,00</b>			
Através da ME África PTY	(Porto)	0,00	Execução de obras	ago/12	-
Através da Mota-Engil SGPS		100,00			
<b>Mota-Engil África, N.V. ("ME África NV")</b>	Holanda	<b>100,00</b>			
Através da Mota-Engil SGPS	(Amesterdão)	100,00	Gestão e administração de sociedades	out/12	-
<b>Mota-Engil África, SGPS, S.A. ("Mota-Engil África")</b>	Portugal	<b>100,00</b>			
Através da MEEC África	(Porto)	100,00	Gestão de participações financeiras	mai/10	-
<b>Mota-Engil África Global Technical Services B.V. ("ME África GTS BV")</b>	Holanda	<b>100,00</b>			
Através da Mota-Engil África N.V.	(Amesterdão)	100,00	Gestão e administração de sociedades	mai/14	-
<b>Mota Internacional – Comércio e Consultadoria Económica, Lda. ("Mota Internacional")</b>	Portugal	<b>100,00</b>			
Através da Mota-Engil África	(Funchal)	100,00	Comércio e gestão de participações internacionais	set/97	dez/98
<b>Mota-Engil Moçambique, Lda. ("Emocil")</b>	Moçambique	<b>100,00</b>			
Através da MEEC África	(Maputo)	50,00	Promoção imobiliária	jul/94	-
Através da Indimo		50,00			
<b>Mota-Engil Angola, S.A. ("Mota-Engil Angola")</b>	Angola	<b>51,00</b>			
Através da Mota Internacional	(Luanda)	51,00	Construção civil e obras públicas e privadas	mai/10	-
<b>Mota-Engil Côte D'Ivoire, SARL ("Mota-Engil Costa de Marfim")</b>	Costa de Marfim	<b>100,00</b>			
Através da MEEC África	(Abidjan)	100,00	Construção civil e obras públicas e privadas	abr/18	-
<b>Malawi Ports Company Limited ("Malawi Ports Company")</b>	Malawi	<b>100,00</b>			
Através da MEEC África	(Lilongwe)	88,00	Transportes marítimos	nov/10	-
Através da ME Malawi		12,00			
<b>Malawi Shipping Company Limited ("Malawi Shipping Company")</b>	Malawi	<b>100,00</b>			
Através da ME Malawi		100,00	Transportes marítimos	nov/10	-
<b>Martinox, SA ("Martinox")</b>	Angola	<b>51,00</b>			
Através da Mota-Engil Angola	(Benguela)	51,00	Construção de aço inox	fev/08	dez/11
<b>Mota &amp; Companhia Maurícias, Lda. ("ME Maurícias")</b>	Maurícias	<b>100,00</b>			
Através da MEEC África	(Ebene)	100,00	Construção civil	mai/10	-
<b>Mota-Engil África (PTY) Limited ("ME Africa PTY")</b>	África do Sul	<b>100,00</b>			
Através da Mota-Engil África N.V.	(Joanesburgo)	95,00	Gestão e administração de sociedades	nov/15	-
Através da MEEC África		5,00			
<b>Mota-Engil Construction South Africa, Pty Ltd ("ME Construction South Africa")</b>	África do Sul	<b>51,00</b>			
Através da Mota-Engil Investments South Africa	(Joanesburgo)	51,00	Empreiteiro de obras públicas e/ou construção civil	mar/14	-
<b>Mota-Engil (Malawi) Limited ("ME Malawi")</b>	Malawi	<b>100,00</b>			
Através da MEEC África	(Lilongwe)	100,00	Empreiteiro de obras públicas e/ou construção civil	jul/11	-
<b>Mota-Engil Investments (Malawi) Limited ("ME Investments Malawi")</b>	Malawi	<b>100,00</b>			
Através da Mota-Engil África	(Lilongwe)	100,00	Empreiteiro de obras públicas e/ou construção civil	mar/11	-
<b>Mota-Engil Investments South Africa, Pty Ltd ("Mota-Engil Investments South Africa")</b>	África do Sul	<b>51,00</b>			
Através da Mota Internacional	(Joanesburgo)	51,00	Gestão de participações financeiras	-	mar/14
<b>Mota-Engil S. Tomé e Príncipe, Lda. ("Mota-Engil S. Tomé")</b>	S. Tomé e Príncipe	<b>100,00</b>			
Através da Mota Internacional	(S. Tomé)	95,00	Empreiteiro de obras públicas e/ou construção civil	dez/04	-
Através da MEEC África		5,00			
<b>Mota-Engil Guiné Conakry, SARL ("Mota-Engil Guiné")</b>	Guiné Conacri	<b>100,00</b>			
Através da Sucursal da Mota-Engil Engenharia e Construção África	(Conacri)	100,00	Construção civil e obras públicas e privadas	-	ago/17
<b>Novicer-Cerâmicas de Angola,(SU) Limitada. ("Novicer")</b>	Angola	<b>51,00</b>			
Através da Mota-Engil Angola	(Luanda)	51,00	Fabrico e comércio de materiais de barro	set/07	-
<b>Prefal – Préfabricados de Luanda, Lda. ("Prefal")</b>	Angola	<b>45,90</b>			
Através da Mota-Engil Angola	(Luanda)	45,90	Fabrico de materiais pré-esforçados	dez/93	-
<b>Penta - Engenharia e Construção, Lda. ("Penta")</b>	Cabo Verde	<b>100,00</b>			
Através da MEEC África	(Praia)	96,00	Construção civil e obras públicas e privadas	abr/07	-
Através da Mota Internacional		4,00			
<b>Rentaco Angola - Equipamentos e Transportes, (SU) Limitada. ("Rentaco Angola")</b>	Angola	<b>51,00</b>			
Através da Mota-Engil Angola	(Luanda)	51,00	Aluguer de equipamentos de construção	jan/08	-
<b>Sonauta - Sociedade de Navegação, Lda. ("Sonauta")</b>	Angola	<b>100,00</b>			
Através da Mota Internacional	(Luanda)	100,00	Transportes marítimos c/exclusão dos costeiros	nov/94	-
<b>Tracevia Angola - Sinalização, Segurança e Gestão de Tráfego, Lda. ("Tracevia Angola")</b>	Angola	<b>51,00</b>			
Através da Mota-Engil Angola	(Luanda)	51,00	Sinalização rodoviária	-	set/07
<b>Vista Energy Environment &amp; Services, S.A. ("Vista SA")</b>	Angola	<b>51,00</b>			
Através da Mota-Engil Angola	(Luanda)	51,00	Gestão de participações financeiras	jul/08	dez/13
<b>Vista Multi Services, Lda. ("Vista Multi Services")</b>	Angola	<b>51,00</b>			
Através da Vista SA	(Luanda)	40,80	Serviços urbanos	mai/09	dez/13
Através da Mota-Engil Angola		10,20			
<b>Vista Waste Management, Lda. ("Vista Waste")</b>	Angola	<b>56,15</b>			
Através da Mota-Engil Angola	(Luanda)	5,10	Recolha de resíduos	dez/09	dez/13
Através da Vista SA		20,91			
Através da Suma		30,14			

Designação	Sede	Proporção do capital detido	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
<b>América Latina</b>					
<b>APP Coatzacoalcos Villahermosa S.A.P.I. de C.V. ("APP Coatzacoalcos Villahermosa")</b>	México (Cidade do México)	<b>37,74</b>	Construção civil e obras públicas	out/16	-
Através da Mota-Engil México		37,74			
<b>Consita Tratamento de Resíduos, S.A. ("Consita")</b>	Brasil (Belo Horizonte)	<b>54,93</b>	Tratamento de resíduos	-	dez/14
Através da Geres Participações		54,93			
<b>Consórcio Los Castños ("Consórcio Los Castños")</b>	Peru (Lima)	<b>100,00</b>	Construção de apartamentos	dez/11	-
Através da Mota-Engil Peru		100,00			
<b>Consórcio Fanning ("Consórcio Fanning")</b>	Peru (Lima)	<b>100,00</b>	Construção de apartamentos	dez/11	-
Através da Mota-Engil Peru		100,00			
<b>Consórcio GDL Viaduto, S.A.P.I. de CV ("Consórcio GDL Viaduto")</b>	México (Cidade do México)	<b>21,88</b>	Construção civil e obras públicas	jun/14	-
Através da Mota-Engil México		21,88			
<b>Consórcio Mota-Engil Ojeda &amp; Iju Paracas ("Consórcio ME Ojeda &amp; Iju")</b>	Peru (Lima)	<b>100,00</b>	Construção de apartamentos	dez/11	-
Através da Mota-Engil Peru		100,00			
<b>Consórcio La Ponciana ("Consórcio La Ponciana")</b>	Peru (Lima)	<b>100,00</b>	Construção de apartamentos	dez/11	-
Através da Mota-Engil Peru		100,00			
<b>Consórcio Porta ("Consórcio Porta")</b>	Peru (Lima)	<b>100,00</b>	Construção de apartamentos	dez/11	-
Através da Mota-Engil Peru		100,00			
<b>Consórcio Túnel Guadalajara, SAPI de CV ("Consórcio GDL Túnel")</b>	México (Cidade do México)	<b>21,88</b>	Construção civil e obras públicas	jul/14	-
Através da Mota-Engil México		21,88			
<b>Consórcio ME Contrato Colegios ("Consórcio ME Colegios")</b>	Colômbia (Buenaventura)	<b>100,00</b>	Construção de obras de engenharia civil	mai/16	-
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal Colômbia		75,00			
Através da Mota-Engil Peru		25,00			
<b>Consórcio MEC Arroyo Carrera 65 ("Consórcio MEC Arroyo Carrera")</b>	Colômbia (Bogotá)	<b>50,36</b>	Construção civil e obras públicas	set/16	-
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal Colômbia		0,01			
Através da Mota-Engil Colômbia		50,35			
<b>Consórcio MEC-Av. Malecon-UF1 ("Consórcio MEC-Av. Malecon-UF1")</b>	Colômbia (Buenaventura)	<b>50,36</b>	Construção civil e obras públicas	mai/16	-
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal da Colômbia		0,01			
Através da Mota-Engil Colômbia		50,35			
<b>Consórcio MEC-Av. Malecon-UF2 ("Consórcio MEC-Av. Malecon-UF2")</b>	Colômbia (Bogotá)	<b>50,36</b>	Construção civil e obras públicas	nov/16	-
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal da Colômbia		0,01			
Através da Mota-Engil Colômbia		50,35			
<b>Consórcio Mepax Ltd ("Consórcio Mepax Limitada")</b>	Chile (Santiago)	<b>49,90</b>	Construção civil e obras públicas	fev/16	-
Através da Mota-Engil Chile		49,90			
<b>Consórcio ME Carrera 43 ("Consorcio ME Carrera 43")</b>	Colômbia (Bogotá)	<b>100,00</b>	Construção civil e obras públicas	fev/18	-
Através da Mota-Engil Latam Colombia SAS		100,00			
<b>Constructora APP Tabasvera S.A. de C.V. ("Constructora APP Tabasvera")</b>	México (Cidade do México)	<b>38,25</b>	Construção civil e obras públicas	jul/16	-
Através da Mota-Engil México		38,25			
<b>Constructora Autopista Cardel-Poza Rica, S.A. de CV ("Constructora Cardel-Poza Rica")</b>	México (Cidade do México)	<b>40,80</b>	Construção civil e obras públicas	-	nov/17
Através da Mota-Engil México		40,80			
<b>Constructora Tuxpan Tampico ("Constructora Tuxpan Tampico")</b>	México (Cidade do México)	<b>51,00</b>	Construção civil e obras públicas	-	nov/17
Através da Mota-Engil México		50,99			
Através da Mota-Engil América Latina SAPI		0,01			
<b>Desarrollos DOT México, SA de CV ("Desarrollos DOT México")</b>	México (Cidade do México)	<b>43,35</b>	Construção civil e obras públicas	abr/18	-
Através da Mota-Engil México		43,35			
<b>Empresa Constructora Brasil, S.A. ("Empresa Constructora Brasil")</b>	Brasil (Belo Horizonte)	<b>50,00</b>	Construção civil e obras públicas	nov/12	-
Através da Mota-Engil Brasil Participações, Ltda		50,00			
<b>Geres Participações, SA ("Geres Participações")</b>	Brasil (Belo Horizonte)	<b>54,93</b>	Gestão de participações financeiras	dez/14	-
Através da Tracevia México		28,58			
Através da Suma		26,35			
<b>Flame Investments, B.V. ("Flame Investments")</b>	Holanda (Amsterdão)	<b>51,96</b>	Gestão de participações financeiras	mar/15	-
Através da Mota-Engil Latin America BV		51,96			
<b>FCE Comercializadora Fenix SAPI de C.V. ("FCE Comercializadora Fenix")</b>	México (Cidade do México)	<b>28,87</b>	Comercialização de Energia	set/16	-
Através da Mota-Engil America Latina SAPI		0,00			
Através da ME Energia operacional		28,87			
<b>FSE Suministradora Fenix SAPI de C.V. ("FSE Suministradora Fenix")</b>	México (Cidade do México)	<b>28,87</b>	Distribuição de Energia	ago/16	-
Através da Mota-Engil America Latina SAPI		0,00			
Através da ME Energia operacional		28,87			
<b>Geradora Fenix ("Geradora Fenix")</b>	México (Cidade do México)	<b>26,27</b>	Produção de Energia	set/15	-
Através da ME Energia operacional		26,27			
<b>Global Technical Services Latam BV ("GTS Latam BV")</b>	Holanda (Amsterdão)	<b>100,00</b>	Gestão e administração de sociedades	jul/16	-
Através da Mota-Engil Latin America BV		100,00			
<b>MEBR Construções, Consultoria e Participações, S.A. ("MEBR")</b>	Brasil (São Paulo)	<b>100,00</b>	Construção civil e obras públicas	mar/11	-
Através da Mota-Engil Latin America BV		57,69			
Através da Mota-Engil Latam Peru		42,31			
<b>Mota-Engil Argentina, SAU ("Mota-Engil Argentina")</b>	Argentina (Buenos Aires)	<b>100,00</b>	Construção civil e obras públicas	abr/18	-
Através da Mota-Engil Latin America BV		100,00			
<b>Mota-Engil O&amp;M México, SAPI de CV ("Mota-Engil O&amp;M México SAPI")</b>	México (Cidade do México)	<b>51,00</b>	Construção civil e obras públicas	set/17	-
Através da Mota-Engil México		51,00			
<b>Mota-Engil Latam Colombia SAS ("ME Latam Colombia SAS")</b>	Colômbia (Bogotá)	<b>100,00</b>	Construção civil e obras públicas	dez/16	-
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção		49,00			
Através da Mota-Engil Latin America BV		51,00			
<b>Mota-Engil Energy B.V. ("Mota-Engil Energy BV")</b>	Holanda (Amsterdão)	<b>28,86</b>	Finanças e Consultadoria	set/15	-
Através da Flame Investments		28,86			

Designação	Sede	Proporção do capital detido	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
<b>ME Energy Holding ("ME Energy Holding ")</b>		<b>28,87</b>			
Através da Mota-Engil México	Holanda	0,01			
Através da Mota-Engil Energy BV	(Amsterdão)	28,86	Gestão de participações financeiras	nov/15	-
<b>Mota-Engil Dominicana S.A.S. ("Mota-Engil Dominicana")</b>		<b>60,00</b>			
Através da Mota-Engil Latin America BV	Rep. Dominicana	60,00	Construção civil e obras públicas	nov/14	-
(Santo Domingo)					
<b>Mota-Engil Latin America BV ("ME Latin America")</b>		<b>100,00</b>			
Através da Mota-Engil Latam Portugal	Holanda	100,00	Gestão de participações financeiras	nov/15	-
(Amsterdão)					
<b>Mota-Engil Latam Peru ("Mota-Engil Latam Peru")</b>		<b>100,00</b>			
Através da Mota-Engil Latin America BV	Peru	99,90	Gestão de participações financeiras	dez/15	-
(Lima)		0,10			
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Peru	100,00			
(Lima)		0,00	Exploração de terminais	-	-
<b>Mota-Engil Peru- Ambiente, S.A. ("Mota-Engil Peru Ambiente")</b>		<b>100,00</b>			
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Peru	100,00			
(Lima)		0,00			
Através da Mota-Engil Peru		100,00			
<b>Mota-Engil América Latina S.A.P.I. de C.V. ("Mota-Engil América Latina")</b>		<b>100,00</b>			
Através da Mota-Engil SGPS	México	0,02	Gestão de participações financeiras	nov/13	mai/14
(Cidade do México)		99,98			
Através da Mota-Engil Latin America BV					
<b>Mota-Engil Chile S.A. ("Mota-Engil Chile")</b>		<b>100,00</b>			
Através da Mota-Engil Latam Portugal	Chile	99,00	Construção civil e obras públicas	fev/13	-
(Santiago)		1,00			
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção					
<b>Mota-Engil Colômbia, S.A.S ("Mota-Engil Colômbia")</b>		<b>100,00</b>			
Através da Mota-Engil Latam Peru	Colômbia	100,00	Construção civil e obras públicas	fev/11	-
(Bogotá)		100,00			
<b>Mota-Engil Latam Col, S.A.S ("Mota-Engil Latam Col")</b>		<b>100,00</b>			
Através da Mota-Engil Colômbia	Colômbia	99,00	Construção civil e obras públicas	fev/11	-
(Bogotá)		1,00			
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção					
<b>ME Energia Operacional ("ME Energia operacional")</b>		<b>28,87</b>			
Através da Mota-Engil Energy Holding	México	28,87	Desenvolvimento e operacionalização de produção de energia	set/15	-
(Cidade do México)		0,00			
Através da Mota-Engil América Latina SAPI de CV					
<b>Mota-Engil Latam Portugal, S.A. ("Mota-Engil Latam Portugal")</b>		<b>100,00</b>			
Através da Mota-Engil SGPS	Portugal	100,00	Gestão de participações financeiras	jul/15	-
(Porto)					
<b>Mota-Engil Energia Peru S.A. ("Mota-Engil Energia Peru")</b>		<b>100,00</b>			
Através da Mota-Engil Peru	Peru	99,98	Outras atividades empresariais	mai/11	-
(Lima)		0,02			
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção					
<b>Mota-Engil Tourism, B.V. ("Mota-Engil Tourism BV")</b>		<b>43,13</b>			
Através da Mota-Engil Latin America BV	Holanda	9,17	Gestão de participações financeiras	set/15	-
(Amsterdão)		33,96			
Através da Flame Investments					
<b>Mota-Engil México, S.A. de C.V. ("Mota-Engil México")</b>		<b>51,00</b>			
Através da Mota-Engil Latin America BV	México	19,18	Construção civil e obras públicas	jan/10	-
(Cidade do México)		31,82			
Através da Mota-Engil América Latina SAPI		0,00			
Através da Mota Internacional					
<b>Mota-Engil Turismo, S.A. de CV ("Mota-Engil Turismo operacional")</b>		<b>43,13</b>			
Através da Mota-Engil América Latina SAPI	México	0,00	Imobiliário e turismo	fev/15	-
(Cidade do México)		43,13			
Através da Mota-Engil Turismo Holding					
<b>Mota-Engil Turismo Holding, S.A.P.I. de C.V. ("Mota-Engil Turismo Holding")</b>		<b>43,13</b>			
Através da Mota-Engil México	México	0,01	Gestão de participações financeiras	jun/15	-
(Cidade do México)		43,13			
Através da Mota-Engil Tourism BV					
<b>Mota-Engil Peru, S.A. ("Mota-Engil Peru")</b>		<b>100,00</b>			
Através da Mota-Engil Latin America BV	Peru	99,90	Construção civil e obras públicas	set/86	-
(Lima)		0,10			
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção					
<b>Mota-Engil Aruba Holding Company VBA ("Mota-Engil Aruba Holding")</b>		<b>100,00</b>			
Através da Mota-Engil Latin America BV	Aruba	100,00	Gestão de participações financeiras	dez/15	-
(Oranjestad)					
<b>Operadora APP Coatzacoalcos Villahermosa SAPI de C.V. ("Operadora APP Coatzacoalcos Villahermosa")</b>		<b>38,25</b>			
Através da Mota-Engil México	México	38,25	Concessão e manutenção rodoviária	abr/17	-
(Cidade do México)					
<b>Promotora Inmobiliaria Santa Clara, S.A. ("Santa Clara")</b>		<b>100,00</b>			
Através da Mota-Engil Peru	Peru	100,00	Prestação de serviços de promoção imobiliária	mai/12	-
(Lima)					
<b>Puente Boca del Rio S.A. De C.V. ("Puente Boca del Rio")</b>		<b>58,35</b>			
Através da Mota-Engil México	México	43,35	Construção civil e obras públicas	mai/16	-
(Cidade do México)		15,00			
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção					
<b>Red Rainbow Company N.V. ("Red Rainbow")</b>		<b>100,00</b>			
Através da Mota-Engil Aruba Holding Company VBA	Aruba	100,00	Construção civil e obras públicas	jan/12	abr/16
(Oranjestad)					
<b>Tarucani Generating Company, S.A. ("Tarucani")</b>		<b>100,00</b>			
Através da Mota-Engil Energia Peru	Peru	99,98	Geração e distribuição de energia elétrica	abr/00	-
(Lima)		0,02			
Através da Mota-Engil Peru					
<b>Tracevia Mexico S.A. de C.V. ("Tracevia Mexico")</b>		<b>50,00</b>			
Através da Tracevia Brasil	México	50,00	Conceção, instalação, desenvolvimento e manutenção de ITS	jun/17	-
(Cidade do México)		50,00			
<b>Tracevia do Brasil -Sistemas de Telemática Rodoviária Ltda. ("Tracevia Brasil")</b>		<b>50,00</b>			
Através da MEBR	Brasil	50,00	Conceção, instalação, desenvolvimento e manutenção de ITS	mar/11	-
(São Paulo)		50,00			

## EMPRESAS/ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

As empresas/entidades incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, suas respetivas sedes e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2018, foram as seguintes:

Designação	Sede	Proporcional do capital detido
<b>Empresas associadas e conjuntamente controladas</b>		
<b>Empresa-Mãe do Grupo e atividades conexas</b>		
Nortenha Angola, SGPS, S.A. ("Nortenha")	Portugal	29,99
Riscos e Diâmetros Angola, SGPS, S.A. ("Riscos e Diâmetros Angola")	Portugal	29,99
Sangobiar Peru, S.A. ("Sangobiar")	Peru	29,99
Sunviauto Internacional, SGPS, S.A. ("Sunviauto Internacional")	Portugal	29,99
<b>Europa - Engenharia e Construção</b>		
Ibercarga Rail, S.A. ("Ibercarga")	Espanha	50,00
<b>Europa - Ambiente e Serviços</b>		
Ambiital – Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM. ("Ambiital")	Portugal	30,14
Citrup – Centro Integrado de Resíduos, Lda. ("Citrup")	Portugal	18,45
Ecolezíria - Empresa Intermunicipal para Tratamento de Resíduos Sólidos, E. I. M. ("Ecolezíria")	Portugal	15,07
Haçor, Conc. Edifício do Hospital da Ilha Terceira, S.A. ("Haçor")	Portugal	40,00
HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A. ("HL - Sociedade Gestora do Edifício")	Portugal	50,00
Logz - Atlantic Hub, S.A. ("Logz")	Portugal	30,00
Manvia II Condutas, Lda. ("Manvia II Condutas")	Portugal	45,00
Manvia Condutas Moçambique, Lda. ("Manvia Condutas Moçambique")	Moçambique	47,25
<b>África</b>		
Automatriz, S.A. ("Automatriz")	Angola	25,50
Busegera Airport Company Lda ("Busegera")	Ruanda	75,00
Clean Eburnie, SARL ("Clean Eburnie")	Costa de Marfim	60,00
Estradas do Zambêze, S.A. ("Estradas do Zambêze")	Moçambique	40,00
Icer – Indústria de Cerâmica, Lda. ("Icer")	Angola	25,50
Mebisa - Minerais e Britagens, S.A. ("Mebisa")	Angola	15,30
Operadora Estradas do Zambêze, S.A. ("Operadora Estradas do Zambêze")	Moçambique	40,00
SPRI - Sociedade Portuguesa de Realizações Industriais e Assistência Técnica, S.A. ("SPRI")	Angola	40,00
STM - Sociedade de Terminais de Moçambique, Lda ("STM")	Moçambique	50,00
Vista Power, Lda. ("Vista Power")	Angola	25,50
<b>América Latina</b>		
Autopista Urbana Siervo de la Nacion, SAPI de CV ("Autopista Siervo de la Nacion")	México	17,49
APP Tamaulipas, S.A.P.I. de C.V. ("APP Tamaulipas")	México	23,97
Concessionária Autopista Cardel-Poza Rica SA de CV ("Concessionária Autopista Cardel")	México	28,73
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico SA de CV ("Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico")	México	25,85
Constructora Autopista Perote Xalapa, SA de CV ("Constructora Perote Xalapa")	México	25,50
Constructora Gran Canal SAPI de CV ("Constructora Gran Canal")	México	17,03
Constructora M&R, S.A. de C.V. ("Constructora M&R")	México	10,20
Constructora Tampico Ciudad Victoria, S.A.P.I. de C.V. ("Constructora Tampico Ciudad Victoria")	México	20,40
Eco Innovacion Ambiental SAPI de CV ("Eco Innovacion")	México	17,85
Fideicomiso el Capomo ("Fideicomiso el Capomo")	México	43,13
Gestion e Innovacion en Servicios Ambientales SA de CV ("GISA")	México	25,50
Operadora Tampico Ciudad Victoria, S.A.P.I. de C.V. ("Operadora Tampico Ciudad Victoria")	México	24,23
M&R de Occidente SAPI de CV ("Concessionária M&R")	México	20,00
Sistemas Electricos Metropolitanos, SAPI de CV ("Sistemas Electricos Metropolitanos")	México	50,00
<b>Grupo Martifer</b>	<b>Portugal</b>	<b>37,50</b>

Os Agrupamentos Complementares de Empresas incluídos na consolidação pelo método da equivalência patrimonial e respetiva proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2018, foram os seguintes:

Agrupamentos Complementares de Empresas	Proporção de capital detido
<b>Em atividade</b>	
Manvia - Serviço de Manutenção do Tejo Atlântico, ACE	45,00%
Mota-Engil/Acciona/Edivisa - Obras do Aproveitamento Hidroelétrico de Alto Tâmega, ACE	42,50%
SOMAGUE/MOTA-ENGL - COTA 500, ACE	36,42%
<b>Em período de garantia</b>	
AVIAS, ACE	23,50%
Barragem de Foz Tua ACE	33,34%
DIEXP - Expropriações do Douro Interior, ACE	37,08%
Engil e OPCA em ACE	50,00%
EXPI - Expropriações do Pinhal Interior, ACE	37,08%
GACE - Gondomar ACE	24,00%
GCVC, ACE (Grupo Construtor de Vila do Conde)	42,86%
GLEX - Expropriações da Grande Lisboa, ACE	42,08%
Grupo Construtor do Edifício Gil Eanes, ACE	50,00%
Haçor C - Construção do Edifício do Hospital da Ilha Terceira, ACE	43,25%
HL Construção, ACE	65,00%
LGC - Linha Gondomar, Construtores, ACE	30,00%
Metroligeiro - Construtora de Infra - Estruturas, ACE	53,20%
Mota-Engil, Soares da Costa, Monteadriano - Matosinhos, ACE	42,86%
Reforço de Potência da Barragem de Venda Nova III, ACE	28,33%
Somague, BCP, Mota-Engil, SPIE - Linha Vermelha do Metropolitano em ACE	23,68%
Via Rápida Câmara Lobos ECL, ACE	36,42%
VIAS E OBRAS, ACE	50,00%

## ACORDOS CONJUNTOS – CONSÓRCIOS

Os Consórcios incluídos na consolidação pelo método de consolidação proporcional, respetivas sedes e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2018, foram os seguintes:

Designação	Sede	Proporção do capital detido	Atividade	Data de constituição
<b>América Latina</b>				
<b>Consórcio Conservacion Vial Santa Rosa ("Consórcio Conservacion Vial Santa Rosa")</b>	Peru	<b>50,00</b>		
Através da Mota-Engil Peru	(Lima)	50,00	Construção	dez/15
<b>Consórcio Constructor Del Puerto de San Martin ("CCPSM - Consorcio Constructor Del Puerto de San Martin")</b>	Peru	<b>33,30</b>		
Através da Mota-Engil Peru	(Lima)	33,30	Construção	jul/17
<b>Consórcio Ibagué-Honda-Cambao-Manizales ("Consórcio Ibagué")</b>	Colômbia	<b>25,00</b>		
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal da Colômbia	(Bogotá)	25,00	Construção	set/15
<b>Consórcio Inframe ("Consórcio Inframe")</b>	Colômbia	<b>60,00</b>		
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal da Colômbia	(Medellín)	60,00	Construção	jul/13
<b>Consórcio Mota-Engil Dominicana SAS/IEMCA ("Consórcio Mota-Engil Dominicana")</b>	Rep. Dominicana	<b>42,00</b>		
Através da Mota-Engil Dominicana	(Santo Domingo)	42,00	Construção civil e obras públicas	mai/16
<b>Consórcio Mota-Engil Peru HL Paita ("Consórcio Mota-Engil Peru HL Paita")</b>	Peru	<b>50,00</b>		
Através da Mota-Engil Peru	(Lima)	50,00	Construção	ago/13
<b>Consórcio Mota-Engil TR ("Consórcio Mota-Engil TR")</b>	Peru	<b>50,00</b>		
Através da Mota-Engil Peru	(Lima)	50,00	Construção	nov/14
<b>Consórcio Puertos de Loreto ("Consórcio Puertos Loreto")</b>	Peru	<b>34,00</b>		
Através da Mota-Engil Peru	(Lima)	34,00	Construção	set/17
<b>Consórcio Vial Acobamba ("Consórcio Vial Acobamba")</b>	Peru	<b>50,00</b>		
Através da Mota-Engil Peru	(Lima)	50,00	Construção	jun/13
<b>Consórcio Vial el Descanso-Langui ("Consórcio Vial el Descanso-Langui")</b>	Peru	<b>50,00</b>		
Através da Mota-Engil Peru	(Lima)	50,00	Construção	out/10
<b>Consórcio Vial Jaylli ("Consórcio Vial Jaylli")</b>	Peru	<b>42,00</b>		
Através da Mota-Engil Peru	(Lima)	42,00	Construção	dez/14
<b>Consórcio Vial Sur del Peru ("Consórcio Vial Sur del Peru")</b>	Peru	<b>50,00</b>		
Através da Mota-Engil Peru	(Lima)	50,00	Construção	nov/10
<b>Consórcio Vial Tambillo ("Consórcio Vial Tambillo")</b>	Peru	<b>50,00</b>		
Através da Mota-Engil Peru	(Lima)	50,00	Construção	jan/13
<b>Consórcio Vial Vizcachane ("Consórcio Vial Vizcachane")</b>	Peru	<b>50,00</b>		
Através da Mota-Engil Peru	(Lima)	50,00	Construção	dez/15
<b>Consórcio Vial Valle Sagrado ("Consórcio Vial Valle Sagrado")</b>	Peru	<b>50,00</b>		
Através da Mota-Engil Peru	(Lima)	50,00	Construção	jun/10
<b>Stracon Translei Joint Venture ("Stracon Translei Joint Venture")</b>	Peru	<b>50,00</b>		
Através da Mota-Engil Peru	(Lima)	50,00	Construção	abr/10
<b>Translei Consórcio Cosapi ("Translei Consórcio Cosapi")</b>	Peru	<b>50,00</b>		
Através da Mota-Engil Peru	(Lima)	50,00	Construção	jan/03
<b>Translei Consórcio Cusco-Quillabamba ("Translei Consórcio Cusco-Quillabamba")</b>	Peru	<b>50,00</b>		
Através da Mota-Engil Peru	(Lima)	50,00	Construção	mar/10





## Parcerias para a Vida

Com um crescimento alicerçado na Internacionalização e Diversificação do seu portfolio, a construção de parcerias fortes e duradouras tem sido um pilar relevante e numa Visão conjunta e de longo prazo.

**A confiança no que fazemos.**





# 03

## Relatório sobre as práticas de Governo Societário

---



MOTAENGIL

# Índice

<b>PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE</b>	<b>201</b>
A. ESTRUTURA ACIONISTA	201
I. Estrutura de capital	201
II. Participações sociais e obrigações detidas	203
B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	205
I. Assembleia Geral	205
II. Administração e Supervisão	206
III. Fiscalização	220
IV. Revisor Oficial de Contas	225
V. Auditor Externo	226
C. ORGANIZAÇÃO INTERNA	228
I. Estatutos	228
II. Comunicação de irregularidades	228
III. Controlo interno e gestão de riscos	229
IV. Apoio ao investidor	233
V. Sítio de Internet	234
D. REMUNERAÇÕES	235
I. Competência para a determinação	235
II. Comissão de remunerações	236
III. Estrutura das remunerações	236
IV. Divulgação das remunerações	242
V. Acordos com implicações remuneratórias	243
VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações ( <i>stock options</i> )	244
E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	245
I. Mecanismos e procedimentos de controlo	245
II. Elementos relativos aos negócios	245
<b>PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO</b>	<b>246</b>
1. Identificação do Código de Governo das Sociedades adotado	246
2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado	246
3. Outras informações	249

# PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

## A. ESTRUTURA ACIONISTA

### I. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art. 245º-A, nº 1, al. a)).

O capital social da MOTA-ENGIL, SGPS, SA (“MOTA-ENGIL” ou “Sociedade”) é de 237.505.141 euros e é representado por 237.505.141 ações ordinárias, nominativas e com um valor nominal de um euro por ação. Todas as ações estão cotadas na Euronext Lisbon.

Distribuição do capital pelos acionistas em 31 de dezembro de 2018:

Acionistas	Nº de ações	% Capital	% Direitos de voto
<b>Ações próprias:</b>	6 091 581	2,56%	-
<b>Participações qualificadas:</b>			
FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA	153 626 596	64,68%	66,39%
Mutima Capital Management, LLC	7 114 753	3,00%	3,07%
Norges Bank	8 967 158	3,78%	3,87%
Azvalor Asset Management, SGIIC, SAU	6 043 953	2,54%	2,61%
Cobas Asset Management, SGIIC, SA	5 075 569	2,14%	2,19%
<b>Freefloat</b>	50 585 531	21,30%	21,86%
	<b>237 505 141</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações (Art. 245º-A, nº 1, al. b)).

Não existem restrições à transmissibilidade das ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Art. 245º-A, nº 1, al. a)).

Em 31 de dezembro de 2018, a MOTA-ENGIL detinha 6.091.581 ações próprias correspondentes a 2,56% do seu capital social, as quais não conferem direito de voto.



4. Acordos significativos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a Sociedade, exceto se a Sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (art. 245º-A, nº 1, al. j).

Não existem acordos significativos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Não foram adotadas quaisquer medidas defensivas nem existem quaisquer limitações estatutárias relativas ao número de votos que podem ser exercidos por um único acionista.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da Sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (art. 245º-A, nº 1, al. g).

A Sociedade não tem conhecimento de quaisquer acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

## II. Participações sociais e obrigações detidas

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 245º-A, nº 1, als. c) e d) e art. 16º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

Em 31 de dezembro de 2018 e de acordo com as notificações recebidas pela Sociedade, os acionistas que, de acordo com o artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, têm uma participação qualificada representativa de, pelo menos, 2% do capital social da MOTA-ENGL são os seguintes:

Acionistas	Nº de ações	% Capital	% Direitos de voto
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA (*)	133 466 687	56,20%	57,67%
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (**) (a)	4 494 211	1,89%	1,94%
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (**) (a)	4 210 020	1,77%	1,82%
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (**) (a)	3 676 836	1,55%	1,59%
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (**) (a)	3 375 066	1,42%	1,46%
António Lago Cerqueira, S.A. (***)	3 091 577	1,30%	1,34%
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota (**) (a)	440 000	0,19%	0,19%
Maria Sílvia Fonseca Vasconcelos Mota (****)	437 061	0,18%	0,19%
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos (**) (a)	380 000	0,16%	0,16%
José Manuel Mota Neves da Costa (****)	35 000	0,01%	0,02%
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas (**) (a)	20 138	0,01%	0,01%
<b>Atribuível à FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA</b>	<b>153 626 596</b>	<b>64,68%</b>	<b>66,39%</b>
<b>Atribuível ao Norges Bank (*)</b>	<b>8 967 158</b>	<b>3,78%</b>	<b>3,87%</b>
Gothic Corp Mutima Capital (*)	3 604 893	1,52%	1,56%
Gothic HSP Corp Mutima Capital (*)	1 399 289	0,59%	0,60%
Gothic JBD LLC Mutima Capital (*)	1 312 787	0,55%	0,57%
Gothic ERP LLC Mutima (*)	479 600	0,20%	0,21%
The Mutima Africa Fund LP (*)	318 184	0,13%	0,14%
<b>Atribuível à Mutima Capital Management, LLC</b>	<b>7 114 753</b>	<b>3,00%</b>	<b>3,07%</b>
Azvalor Iberia FI (*)	3 370 311	1,42%	1,46%
Azvalor International Luxembourg (*)	2 303 440	0,97%	1,00%
Azvalor Value Selection SICAV (*)	303 911	0,13%	0,13%
Salus - Aspen TrustServices - Portefólio sob gestão (*)	33 197	0,01%	0,01%
Omega - Aspen TrustServices - Portefólio sob gestão (*)	33 094	0,01%	0,01%
<b>Atribuível à Azvalor Asset Management, SGIIC, SAU</b>	<b>6 043 953</b>	<b>2,54%</b>	<b>2,61%</b>
Cobas Selección, F.I. (*)	2 697 799	1,14%	1,17%
Cobas Iberia, F.I. (*)	1 642 247	0,69%	0,71%
Cobas Lux Sicav. Subfund Cobas Global Fund (*)	347 733	0,15%	0,15%
AZ Multi Asset - Bestvalue (*)	212 751	0,09%	0,09%
Cobas Global, F.P. (*)	143 321	0,06%	0,06%
Inversión Global 2001, Sicav (*)	22 402	0,01%	0,01%
Cobas Mixto Global, F.P. (*)	9 316	0,00%	0,00%
<b>Atribuível à Cobas Asset Management, SGIIC, SA</b>	<b>5 075 569</b>	<b>2,14%</b>	<b>2,19%</b>
<b>Ações próprias</b>	<b>6 091 581</b>	<b>2,56%</b>	<b>-</b>
<b>Freefloat</b>	<b>50 585 531</b>	<b>21,30%</b>	<b>21,86%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>237 505 141</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

(\*) Acionista direto da Sociedade

(\*\*) Membro do Conselho de Administração da Sociedade e Dirigente

(\*\*\*) Entidade detida em 51% pela Mota Gestão e Participações, SGPS, SA

(\*\*\*\*) Dirigente da Sociedade

Em 31 de dezembro de 2018, a Mota Gestão e Participações, SGPS, SA é detida a 100% pela FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA, a qual é detida a 100% pelos membros do Conselho de Administração assinalados com (a) acima.

À data deste relatório, eram atribuíveis à FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA 153.626.596 ações, correspondentes a 64,68% do capital social da MOTA-ENGIL, que conferem 66,39% dos direitos de voto.

Não existem acionistas, ou categorias de acionistas, titulares de direitos especiais.

**8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização. [NOTA: a informação deve ser prestada de forma a dar cumprimento ao disposto no nº 5 do art. 447º CSC]**

As ações e obrigações detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade encontram-se divulgadas em anexo ao relatório anual de gestão nos termos exigidos pelo artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais.

**9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (art. 245º-A, nº 1, al. i), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.**

De acordo com o nº 7 do artigo 6º dos estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração da MOTA-ENGIL poderá deliberar o aumento do capital social, por entradas em dinheiro, da Sociedade, por uma ou mais vezes, no valor máximo de oitenta milhões de euros, com o exclusivo propósito de entregar novas ações aos titulares, que tenham solicitado a conversão, de valores mobiliários representativos de dívida convertíveis (*convertible bonds*) em ações ordinárias da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não era emitente de quaisquer valores mobiliários representativos de dívida convertíveis (*convertible bonds*).

**10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade.**

Não existem relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade.

## B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

### I. Assembleia Geral

#### 11. Identificação e cargos dos membros da Mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato (início e fim)

Em 31 de dezembro de 2018, a Mesa da Assembleia Geral era composta pelos seguintes membros, mandatados para o quadriénio 2018-2021:

Presidente: Dr. António Cândido Lopes Natário  
Secretário: Dr. Rui Jorge Teixeira de Carvalho Pedroto

#### 12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art 245º-A, nº1, al.f)

De acordo com os estatutos da MOTA-ENGIL, a cada ação corresponde um voto, estando assegurada, deste modo, a necessária proporcionalidade entre detenção de capital e direito de voto.

Ainda que os estatutos da MOTA-ENGIL prevejam a possibilidade de a Sociedade emitir ações preferenciais sem voto, não existe atualmente esta categoria de ações.

De acordo com o artigo 24º dos estatutos da Sociedade, para que a Assembleia Geral possa reunir e deliberar em primeira convocação, é indispensável a presença ou representação de acionistas que detenham ações correspondentes a mais de 50% do capital social.

As regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência estão previstas no artigo 23º dos estatutos da Sociedade. De acordo com aquele artigo, os acionistas poderão votar por correspondência relativamente a todo e qualquer tema, não estando prevista qualquer restrição a este nível.

A Sociedade disponibiliza um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência. Este modelo pode ser obtido através dos serviços da Direção de Relação com os Investidores (Dr. Pedro Arrais – *e-mail*: [pedro.arrais@mota-engil.pt](mailto:pedro.arrais@mota-engil.pt)).

Só serão considerados os votos por correspondência desde que as declarações de voto por correspondência sejam recebidas na sede da Sociedade com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia Geral.

Não é ainda possível o exercício do direito de voto por meios eletrónicos ou telemáticos. Até à presente data, a Sociedade não teve qualquer solicitação ou manifestação de interesse por parte de acionistas ou investidores na disponibilização daquelas funcionalidades.

Os acionistas da Sociedade podem aceder, no sítio da Internet ([www.mota-engil.pt](http://www.mota-engil.pt)), aos extratos das atas das reuniões das Assembleias Gerais, sendo as mesmas divulgadas dentro do prazo de cinco dias após a sua realização.

A Sociedade disponibiliza, no seu sítio da Internet ([www.mota-engil.pt](http://www.mota-engil.pt)), informação relativa às deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade referentes pelo menos aos três últimos exercícios, bem como o capital social representado e os resultados das votações.

A Sociedade não adotou qualquer mecanismo que provoque o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação.

**13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do nº1 do Artigo 20º**

Os estatutos da Sociedade não preveem a limitação de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

**14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias**

De acordo com o estabelecido nos estatutos da Sociedade, as deliberações da Assembleia Geral deverão ser tomadas por maioria simples, exceto se a lei exigir diversamente.

## II. Administração e Supervisão

**15. Identificação do modelo de governo adotado**

A MOTA-ENIGIL adota um modelo de governo «latino»/clássico reforçado, composto por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, não fazendo o último parte do Conselho Fiscal. O Conselho de Administração é o órgão responsável por praticar todos os atos de administração relativos ao objeto social, determinar a orientação estratégica e proceder à designação e supervisão geral da atuação da Comissão Executiva e das comissões especializadas por si constituídas. Os restantes dois órgãos têm a responsabilidade de fiscalização.

Os detalhes da estrutura adotada, os órgãos que a compõem e correspondentes funções e responsabilidades são apresentados a seguir.

**16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (art. 245º-A, nº 1, al. h)**

Os membros do Conselho de Administração são eleitos, de acordo com a lei e os estatutos, nos termos constantes de proposta aprovada em Assembleia Geral de Acionistas. Adicionalmente, e tal como previsto na lei e nos estatutos, o Conselho de Administração elegeu uma Comissão Executiva. Os estatutos não preveem qualquer regime específico relativo à substituição de membros do Conselho de Administração, pelo que esta se processa nos termos previstos no nº 3 do artigo 393º do Código das Sociedades Comerciais.

Tal como explicitado no ponto 21, à Comissão de Vencimentos estão igualmente conferidas as funções de avaliação do desempenho, bem como de acompanhamento e apoio ao processo de nomeação, dos membros do Conselho de Administração.

**17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro**

De acordo com os estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por um número mínimo de três membros e um máximo de 21 membros, que poderão ser, ou não, acionistas, eleitos em Assembleia Geral. O mandato do Conselho de Administração é de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição nos termos legais. O atual mandato do Conselho de Administração corresponde ao quadriénio 2018-2021. A Assembleia Geral procede à designação, de entre os administradores eleitos, do presidente e de até três vice-presidentes.



Em 31 de dezembro de 2018, a MOTA-ENGL tinha um Conselho de Administração composto por 21 membros: um presidente, três vice-presidentes e dezassete vogais. Na mesma data, nove dos seus membros exerciam funções executivas e formavam uma Comissão Executiva, e outros doze exerciam funções não executivas.

Administrador	Primeira designação	Termo do mandato em curso
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	31 de março de 2000	31 de dezembro de 2021
Gonçalo Nuno Gomes de A. Moura Martins	28 de março de 2008	31 de dezembro de 2021
Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo	26 de maio de 2008	31 de dezembro de 2021
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho	11 de maio de 2018	31 de dezembro de 2021
Maria Manuela Queirós V. Mota dos Santos	31 de março de 2000	31 de dezembro de 2021
Maria Teresa Queirós V. Mota Neves da Costa	31 de março de 2000	31 de dezembro de 2021
Maria Paula Queirós V. Mota de Meireles	31 de março de 2000	31 de dezembro de 2021
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	17 de abril de 2012	31 de dezembro de 2021
Ismael Antunes Hernandez Gaspar	28 de março de 2008	31 de dezembro de 2021
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas	7 de janeiro de 2013 <sup>(1)</sup> 24 de abril de 2013 <sup>(2)</sup>	31 de dezembro de 2021
António Martinho Ferreira de Oliveira	30 de abril de 2014	31 de dezembro de 2021
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota	25 de maio de 2016	31 de dezembro de 2021
João Pedro dos Santos Dinis Parreira	30 de abril de 2014	31 de dezembro de 2021
Eduardo João Frade Sobral Pimentel	25 de maio de 2016	31 de dezembro de 2021
Luís Filipe Cardoso da Silva	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2021
Luís Valente de Oliveira	31 de março de 2006	31 de dezembro de 2021
António Bernardo A. da Gama Lobo Xavier	31 de março de 2006	31 de dezembro de 2021
António Manuel da Silva Vila Cova	15 de abril de 2009	31 de dezembro de 2021
Francisco Manuel Seixas da Costa	11 de maio de 2018	31 de dezembro de 2021
Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto	11 de maio de 2018	31 de dezembro de 2021
Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro	11 de maio de 2018	31 de dezembro de 2021

(1) Cooptação pelo Conselho de Administração

(2) Ratificação da cooptação em Assembleia Geral

**18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão**

Administrador	Executivo / Não-executivo <sup>(1)</sup>	Independente / Não-independente <sup>(2)</sup>
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	Não-executivo	Não-independente
Gonçalo Nuno Gomes de A. Moura Martins	Executivo	Não-independente
Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo	Não-executivo	Não-independente
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho	Não-executivo	Independente
Maria Manuela Queirós V. Mota dos Santos	Não-executivo	Não-independente
Maria Teresa Queirós V. Mota Neves da Costa	Não-executivo	Não-independente
Maria Paula Queirós V. Mota de Meireles	Não-executivo	Não-independente
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	Executivo	Não-independente
Ismael Antunes Hernandez Gaspar	Executivo	Não-independente
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas	Executivo	Não-independente
António Martinho Ferreira de Oliveira	Executivo	Não-independente
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota	Executivo	Não-independente
João Pedro dos Santos Dinis Parreira	Executivo	Não-independente
Eduardo João Frade Sobral Pimentel	Executivo	Não-independente
Luís Filipe Cardoso da Silva	Executivo	Não-independente
Luís Valente de Oliveira	Não-executivo	Independente
António Bernardo A. da Gama Lobo Xavier	Não-executivo	Independente
António Manuel da Silva Vila Cova	Não-executivo	Independente
Francisco Manuel Seixas da Costa	Não-executivo	Independente
Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto	Não-executivo	Independente
Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro	Não-executivo	Independente

(1) Executivo: membro da Comissão Executiva; Não-executivo: não-membro da Comissão Executiva;

(2) Considerados independentes de acordo com o critério de independência estabelecido no ponto 18.1 do Anexo I do Regulamento nº 4/2013 da CMVM e da recomendação III.4 do Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de *Corporate Governance* (IPCG) (2018), nos termos e com a ressalva indicada infra.

Tendo em conta os respetivos percursos profissionais, e os motivos elencados abaixo, os administradores Luís Valente de Oliveira, António Lobo Xavier e António Vila Cova mantêm-se como administradores não executivos independentes, apesar de terem iniciado em 2018 o quarto mandato no órgão de administração da Sociedade. A este respeito, há que destacar que, durante a sua participação no Conselho de Administração, os referidos membros têm vindo a contribuir, precisamente pela sua experiência noutras instituições e pela sua participação na sociedade civil, com valores, opiniões e conselhos de carácter independente que têm vindo a dotar aquele órgão de um valioso, heterogéneo e sustentado conjunto de opiniões e pontos de vista que, no entendimento da Sociedade, vão de encontro precisamente ao espírito da recomendação do IPCG sobre os requisitos dos membros independentes de entre os administradores não executivos. De igual modo, o facto dos acima referidos administradores serem pessoas dissociadas a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade e continuarem a pautar a sua intervenção pela total isenção das suas análises ou decisões reforça o seu estatuto de independentes. Desta forma, em conjunto com os outros quatro membros independentes, verifica-se que os administradores Luís Valente de Oliveira, António Lobo Xavier e António Vila Cova contribuem adequadamente para o pretendido equilíbrio de entre esses 7 elementos e os restantes membros não executivos do Conselho de Administração (maioritariamente representantes do acionista maioritário).

Adicionalmente, entende-se que as retribuições anuais (divulgadas no ponto 77) dos administradores Jorge Paulo Coelho, Luís Valente de Oliveira, António Lobo Xavier, António Vila Cova, Francisco Seixas da Costa, Sofia Salgado e Ana Sá Ribeiro, não lhes retiram a sua independência.

Sendo sete o número de administradores independentes de acordo com os critérios supraexplanados, de entre um total de doze administradores não executivos, considera-se haver uma proporção adequada de independentes entre os administradores não executivos.

#### 19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

##### António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Presidente)

###### Qualificações profissionais

- Licenciatura em Engenharia Civil (Vias de Comunicação) pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

###### Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de ser presidente do Conselho de Administração e presidente da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

##### Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins (Vice-presidente)

###### Qualificações profissionais

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa  
- Pós-graduação em Gestão pelo Instituto Superior de Gestão

###### Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de Vice-presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo

##### Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo (Vice-presidente)

###### Qualificações profissionais

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

###### Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de Vice-presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

##### Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho (Vice-presidente independente)

###### Qualificações profissionais

- Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

###### Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Para além de Vice-presidente do Conselho de Administração e Presidente do Conselho Consultivo Estratégico da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu nos últimos cinco anos funções em vários órgãos sociais de empresas fora do Grupo

##### Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (Vogal)

###### Qualificações profissionais

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

###### Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

**Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (Vogal)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de ser membro do Conselho de Administração e da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

**Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (Vogal)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de ser membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

**Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos (Vogal)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto  
- Master in Business Administration pela Universidade do Porto

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

**Ismael Antunes Hernandez Gaspar (Vogal)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Engenharia Civil pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo

**José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas (Vogal)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Economia pela Universidade Católica Portuguesa – Porto

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA (CFO), exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

**António Martinho Ferreira de Oliveira (Vogal)****Qualificações profissionais**

- Bacharelato em Engenharia Civil pelo Instituto Superior de Engenharia de Coimbra  
- Pós-Graduação em Gestão pela Universidade Nova de Lisboa

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo

**Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota (Vogal)****Qualificações profissionais**

- Mestrado em Engenharia Civil pela University College of London

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

**João Pedro dos Santos Dinis Parreira (Vogal)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

- Pós-graduação em Gestão pela Universidade Católica Portuguesa

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo

**Eduardo João Frade Sobral Pimentel (Vogal)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo

**Luís Filipe Cardoso da Silva (Vogal)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo

**Luís Valente de Oliveira (Vogal independente)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

- Doutoramento em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

- Professor Catedrático aposentado da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de membro independente não-executivo do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas fora do Grupo

**António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier (Vogal independente)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

- Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de membro independente não-executivo do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas fora do Grupo

**António Manuel da Silva Vila Cova (Vogal independente)****Qualificações profissionais**

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Atualmente, e há pelo menos cinco anos, para além de membro independente não-executivo do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu funções em vários órgãos sociais de empresas fora do Grupo

**Francisco Manuel Seixas da Costa (Vogal independente)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Ciências Sociais e Políticas pela Universidade de Lisboa

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Para além de membro independente não executivo do Conselho de Administração e membro do Conselho Consultivo Estratégico da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu nos últimos cinco anos funções em vários órgãos sociais de empresas fora do Grupo

**Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto (Vogal independente)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa
- Mestrado em Gestão de Operações Comerciais pela Universidade Católica - Porto Business School
- Doutoramento em Business Studies pela Warwick Business School

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Para além de membro independente não executivo do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu nos últimos cinco anos funções em vários órgãos sociais de empresas fora do Grupo

**Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro (Vogal independente)****Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa

**Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Para além de membro independente não executivo do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA, exerce/exerceu nos últimos cinco anos funções em vários órgãos sociais de empresas fora do Grupo

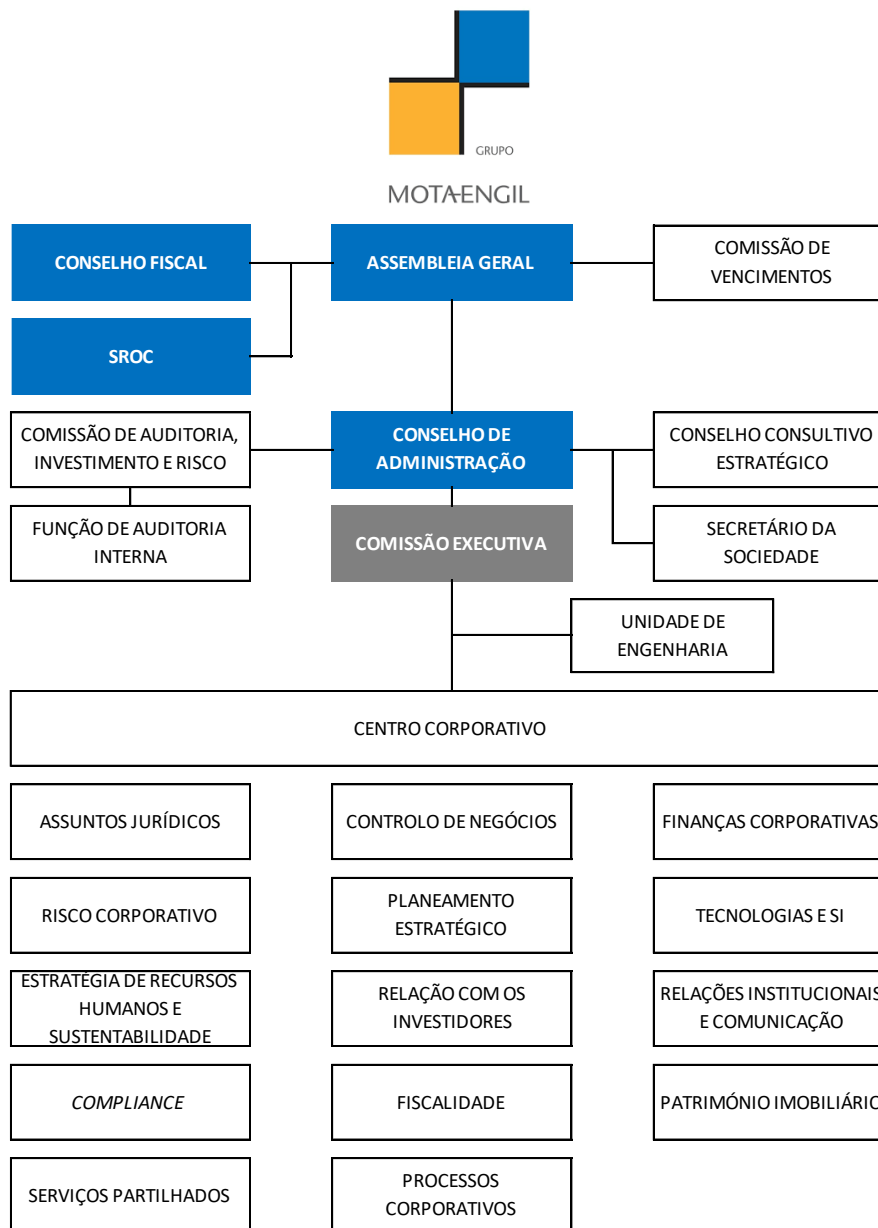
No Anexo 4 – ponto 9 deste relatório, é apresentada a lista de cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração da MOTA-ENGL, SGPS, SA em outras sociedades do GRUPO e fora deste.

**20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.**

Os membros do Conselho de Administração António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos, Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa e Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles são irmãos e são titulares de 100% do capital social da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA, entidade à qual é imputado o domínio do capital social e respetivos direitos de voto da MOTA-ENGL.

O membro do Conselho de Administração Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos é filho de Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos; o membro do Conselho de Administração Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota é filho de António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota e o membro do Conselho de Administração José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas é genro de Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da Sociedade.



## Órgãos de administração

Em 31 de dezembro de 2018, a MOTA-ENGIL apresentava um Conselho de Administração composto por 21 membros: um presidente, três vice-presidentes e dezassete vogais. Na mesma data, nove dos seus membros exerciam funções executivas e formavam uma Comissão Executiva, e outros doze exerciam funções não-executivas.

A Comissão Executiva foi eleita pelo Conselho de Administração, tendo-lhe sido delegados todos os poderes relacionados com a gestão das atividades da Sociedade e de todas as suas participadas, na sua aceção mais estrita de tomada de opções táticas e controlo das linhas concretas de desenvolvimento das várias atividades, assumindo as responsabilidades de gestão executiva dos negócios do GRUPO em linha com as orientações e políticas definidas pelo Conselho de Administração. A Comissão Executiva pode discutir todos os assuntos da competência do Conselho de Administração, sem prejuízo de só poder deliberar nas matérias que lhe estão delegadas. Todos os assuntos tratados na Comissão Executiva, mesmo que incluídos na sua competência delegada, são dados a conhecer aos administradores não-executivos, que têm acesso às respetivas atas e documentos de suporte.

As reuniões da Comissão Executiva realizam-se geralmente de três em três semanas, sendo, no início de cada exercício económico, calendarizadas as reuniões a realizar ao longo desse mesmo exercício. O presidente da Comissão Executiva, através da área corporativa de Relações Institucionais e Comunicação, remete ao presidente do Conselho de Administração com a antecedência necessária, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões. Os membros executivos prestam aos membros não-executivos, bem como aos demais membros dos órgãos sociais, todos os esclarecimentos necessários ao exercício das competências destes, quer por sua iniciativa, quer a solicitação dos mesmos.

Para além das funções que lhe estão cometidas por lei, ao Conselho de Administração é cometida, essencialmente, a definição e controlo das linhas de desenvolvimento estratégico do GRUPO e de cada um dos seus negócios, bem como a tomada de decisões sobre matérias de superior importância. Neste âmbito, não foram delegadas competências no domínio da definição da estratégia e das políticas gerais da Sociedade, da estrutura empresarial do GRUPO e das decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.

O presidente do Conselho de Administração tem as competências que lhe são atribuídas por lei e pelos estatutos.

Em 31 de dezembro de 2018, no que concerne à distribuição de pelouros entre os titulares do Conselho de Administração, nomeadamente no âmbito da Comissão Executiva, destaca-se o seguinte:

- Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
  - Coordenação da Comissão Executiva
  - Assuntos Jurídicos
  - Relações Institucionais e Comunicação
  - Relação com os Investidores
  - *Chairman* da MOTA-ENGIL África
  
- Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos
  - *Chairman* da MOTA-ENGIL EUROPA
  - *Chairman* da MOTA-ENGIL AMÉRICA LATINA
  - *Chairman* da MOTA-ENGIL AMBIENTE e SERVIÇOS
  
- Ismael Antunes Hernandez Gaspar
  - Unidade de Engenharia
  - Património Imobiliário
  - CEO da MOTA-ENGIL CAPITAL
  
- José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas
  - *Chief Financial Officer* (CFO)
  - Controlo de Negócios
  - Finanças Corporativas
  - Risco Corporativo
  - Relação com os Investidores
  - Serviços Partilhados



- António Martinho Ferreira de Oliveira
  - CEO da MOTA-ENGIL EUROPA (engenharia e construção)
  
- Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota
  - CEO da MOTA-ENGIL ÁFRICA
  
- João Pedro dos Santos Dinis Parreira
  - CEO da MOTA-ENGIL AMÉRICA LATINA
  
- Eduardo João Frade Sobral Pimentel
  - Estratégia de Recursos Humanos e Sustentabilidade
  - Tecnologias e SI
  - Processos Corporativos
  - CEO da MOTA-ENGIL AMBIENTE e SERVIÇOS
  
- Luís Filipe Cardoso da Silva
  - Planeamento Estratégico
  - Controlo de Negócios
  - Fiscalidade
  - *Compliance*

Em 31 de dezembro de 2018, o Dr. Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins, na qualidade de presidente da Comissão Executiva, era considerado o *Chief Executive Officer* (CEO) da Sociedade e o Dr. José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas, na qualidade de responsável pelas áreas financeiras da Sociedade, era considerado o *Chief Financial Officer* (CFO).

Os administradores não-executivos acompanharam a atividade desenvolvida pela Sociedade, garantindo-se a efetiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade, nomeadamente através das reuniões periódicas do Conselho de Administração, sem prejuízo do acesso a qualquer informação ou documentação que venha a ser solicitada a qualquer momento. No exercício das suas funções não-executivas, os administradores não se depararam, no exercício de 2018, com quaisquer constrangimentos. O relatório anual de gestão inclui uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos administradores não-executivos.

O Conselho de Administração reúne no mínimo seis vezes por ano, ou sempre que seja convocado pelo seu Presidente, devendo o calendário para as reuniões de cada ano ser elaborado pelo Presidente do Conselho de Administração e publicitado a todos os membros até ao dia 15 de dezembro do ano anterior.

Previamente à data da reunião, o Presidente mandará distribuir a agenda dos trabalhos e respetiva documentação de suporte.

A Comissão Executiva reúne de três em três semanas, ou sempre que seja convocada pelo seu CEO, devendo o calendário para as reuniões de cada ano ser elaborado pelo CEO e publicitado junto de todos os membros até ao dia 15 de dezembro do ano anterior.

Com uma antecedência mínima de três dias relativamente à data da reunião, o CEO mandará distribuir a agenda dos trabalhos e respetiva informação necessária para suportar a discussão e processo decisório dos assuntos agendados.

O Dr. Jorge Paulo Coelho, como único vice-presidente, de entre os membros independentes do Conselho de Administração, exerce a função de *Lead Independent Director*. No âmbito desta sua função, subsidiariamente à sua posição enquanto administrador independente: (a) atua, quando se revela necessário, como interlocutor com o presidente do Conselho de Administração, com o presidente da Comissão Executiva e com os demais administradores; (b) assegura que os restantes administradores não executivos, em particulares os independentes, têm acesso a toda a informação necessária e dispõem das condições e meios necessários ao exercício das suas funções; e (c) organiza e suporta a avaliação de desempenho do Conselho de Administração e das suas comissões, com vista a apoiar a Comissão de Vencimentos no respetivo processo formal de avaliação anual.

## Órgãos de fiscalização

A fiscalização da Sociedade é exercida por um Conselho Fiscal e por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, os quais exercem as funções que resultam da legislação aplicável e dos estatutos.

Compete à Assembleia Geral eleger o Conselho Fiscal, bem como designar, sob proposta do Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O Conselho Fiscal da Sociedade é composto por quatro membros, um presidente, dois membros efetivos e um suplente.

O Conselho Fiscal reúne, pelo menos, trimestralmente, devendo a convocatória da reunião ser expedida com pelo menos uma antecedência de cinco dias úteis relativos à data da pretendida reunião.

A ordem de trabalhos é determinada pelo Presidente do Conselho Fiscal e os documentos de suporte relativos aos diversos pontos da mesma devem ser distribuídos por todos os membros do Conselho com uma antecedência de cinco dias sobre a data da reunião.

## Comissões especializadas

### Comissão de Vencimentos

De acordo com os estatutos, a Comissão de Vencimentos, eleita pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral, tem por função definir a política de remunerações dos titulares dos órgãos sociais, fixando as remunerações aplicáveis, tendo em consideração as funções exercidas, o desempenho verificado e a situação económica da Sociedade. Neste contexto, a Comissão de Vencimentos acompanha e avalia, numa base constante, o desempenho dos administradores, verificando em que medida foram atingidos os objetivos propostos, e reúne sempre que for necessário. A remuneração dos administradores integra uma componente baseada no desempenho.

De igual modo, está também no âmbito de atuação da Comissão de Vencimentos o acompanhamento e o apoio no processo de nomeação de quadros dirigentes.

A Comissão de Vencimentos eleita para o quadriénio 2018-2021 é composta pelos seguintes membros: António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa, ambos membros do órgão de administração, e Manuel Teixeira Mendes. São elaboradas atas de todas as reuniões realizadas.

### Comissão de Auditoria, Investimento e Risco

A Comissão de Auditoria, Investimento e Risco é composta, normalmente, por três membros permanentes (três administradores, dos quais dois não executivos, sendo um deles administrador independente), e poderá convidar outros responsáveis do GRUPO ligados aos projetos em avaliação. Esta Comissão tem como principais funções e responsabilidades: (i) aprovar o Plano Anual de Auditorias, efetuar o acompanhamento das mesmas e pronunciar-se sobre os seus relatórios, (ii) apreciar e sugerir políticas de investimento e risco de negócios e projetos ao Conselho de Administração, (iii) examinar e emitir parecer sobre projetos de investimento ou desinvestimento, (iv) emitir parecer sobre a entrada e saída em novas áreas de negócio, (v) monitorizar operações financeiras e societárias relevantes, (vi) emitir parecer sobre a Matriz de Risco do GRUPO, sempre que esta for atualizada ou sempre que existirem alterações substanciais nos riscos da envolvente externa e/ou nos riscos operacionais, (vii) avaliar as estratégias de gestão de risco definidas ao nível corporativo e a implementação das políticas transversais de gestão de risco nas regiões/áreas de negócio e (viii) acompanhar a monitorização de riscos associados a projetos selecionados. São elaboradas atas de todas as reuniões realizadas. Em 31 de dezembro de 2018, eram membros desta comissão: Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa, Luís Filipe Cardoso da Silva e António Manuel da Silva Vila Cova, este último administrador independente não-executivo.

Não foram criadas outras comissões no seio do Conselho de Administração, nomeadamente a de reflexão sobre o sistema, estrutura e as práticas de governo adotado, uma vez que não se revelaram necessárias.

A Comissão de Auditoria, Investimento e Risco reúne mensalmente, ou sempre que seja convocada pelo seu Presidente, devendo o calendário para as reuniões de cada ano ser elaborado por este e publicitado junto de todos os membros até ao dia 15 de dezembro do ano anterior.

A agenda de cada uma das reuniões é definida pelo Presidente, devendo ser distribuída até ao dia anterior à data da reunião. O Presidente providenciará a preparação da informação necessária para suportar a discussão e processo decisório dos assuntos agendados.

#### Conselho Consultivo Estratégico

O Conselho Consultivo Estratégico é um órgão consultivo, resultante de nomeação por parte do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL e sob proposta do seu presidente, tendo por funções deliberar, sem carácter vinculativo, sobre as matérias estabelecidas no âmbito do seu regulamento e outras que lhe sejam mandatadas pelo Conselho de Administração para sua análise e eventual emissão de pareceres e recomendações, ainda que sem carácter vinculativo para a Sociedade.

Compete ao Conselho Consultivo Estratégico acompanhar e, por sua iniciativa, emitir recomendações dirigidas ao Conselho de Administração sobre as seguintes matérias: conceção e implementação do plano estratégico; estratégia do GRUPO para cada área geográfica e sua implementação; contexto político-social em Portugal e geopolítico internacional, evolução macroeconómica nacional e global e a interação com a estratégia do GRUPO; e *benchmarking* das atividades do GRUPO, bem como das tendências globais.

O Conselho Consultivo Estratégico reúne bimestralmente e, para além disso, sempre que for convocado pelo seu Presidente, devendo o calendário das reuniões ser definido no início do ano em coordenação com o Presidente do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração e os membros do Conselho Consultivo Estratégico poderão indicar ao Presidente do Conselho Consultivo Estratégico quaisquer assuntos que entendam dever ser objecto de reflexão por parte daquele Conselho.

#### **22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.**

Os órgãos de administração e fiscalização da Sociedade têm regulamentos internos de funcionamento que não se encontram publicados no sítio de Internet da Sociedade e que não se encontram disponíveis para consulta. A MOTA-ENGIL entende que os regulamentos vão para além dos aspetos de mero funcionamento dos órgãos, contendo um conteúdo reservado, razão pela qual não os disponibiliza ao público. No entanto, as principais funções e responsabilidades daqueles órgãos são explicitadas ao longo deste relatório, vide por exemplo pontos 21 e 38.

**23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.**

Durante o ano de 2018, tiveram lugar 53 reuniões do Conselho de Administração (CADM) e 17 reuniões da Comissão Executiva (COMEX), com a seguinte assiduidade:

Administrador	CADM	COMEX
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	100%	n/a
Gonçalo Nuno Gomes de A. Moura Martins	100%	100%
Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo	98%	n/a
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho	100%	n/a
Maria Manuela Queirós V. Mota dos Santos	100%	n/a
Maria Teresa Queirós V. Mota Neves da Costa	85%	n/a
Maria Paula Queirós V. Mota de Meireles	100%	n/a
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	98%	100%
Ismael Antunes Hernandez Gaspar	94%	100%
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas	100%	100%
António Martinho Ferreira de Oliveira	96%	88%
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota	100%	94%
João Pedro dos Santos Dinis Parreira	100%	94%
Eduardo João Frade Sobral Pimentel	98%	88%
Luís Filipe Cardoso da Silva	100%	100%
Luís Valente de Oliveira	100%	n/a
António Bernardo A. da Gama Lobo Xavier	98%	n/a
António Manuel da Silva Vila Cova	96%	n/a
Francisco Manuel Seixas da Costa	97%	n/a
Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto	94%	n/a
Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro	74%	n/a

**24. Indicação dos órgãos da Sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.**

A Comissão de Vencimentos é o órgão responsável pela avaliação de desempenho e aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração, em representação dos acionistas, de acordo com a política de remuneração aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral.

**25. Critérios predeterminados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.**

A componente quantitativa da avaliação do desempenho dos administradores executivos compreende um conjunto de *Key-Performance Indicators* (KPI), indexados ao Plano Estratégico do GRUPO.

A avaliação quantitativa é, posteriormente, ponderada com a avaliação qualitativa individual, de natureza discricionária, podendo resultar num valor de *payout* que varia entre um percentual mínimo e máximo, predefinidos.

**26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do GRUPO, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.**

Os cargos exercidos pelos administradores da MOTA-ENGIL em outras empresas (maioritariamente em empresas do GRUPO ou em representação do GRUPO) e outras atividades relevantes dos mesmos encontram-se discriminados no Anexo 9 "Lista de cargos exercidos pelos administradores", resultando evidenciada pelos cargos que exercem, mas também pela assiduidade e participação ativa dos administradores, quer nas reuniões da Comissão Executiva, no caso dos administradores executivos, quer nas reuniões do Conselho de Administração, relativamente a todos os seus membros (conforme ponto 23 supra), a disponibilidade de cada um dos membros para o exercício das suas funções.

Adicionalmente, encontra-se previsto no regulamento de funcionamento da Comissão Executiva que o exercício de funções por parte de administradores executivos em entidades fora do GRUPO terá de ser previamente validado por aquele órgão e corresponder a situações residuais e de reduzido envolvimento dos mesmos.

Cada um destes membros tem a responsabilidade de agir no melhor interesse da Sociedade e não deve atuar de forma que colida com essa responsabilidade, cumprindo com o disposto no capítulo 3 do Código de Ética e de Conduta Empresarial do Grupo Mota-Engil relativamente a conflito de interesses. Sempre que necessário, será promovida a separação de funções no seio dos órgãos sociais, garantindo que o eventual membro em conflito não interfira no processo de decisão.

**27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.**

Para além da Comissão Executiva, o Conselho de Administração criou a Comissão de Auditoria, Investimento e Risco (conforme ponto 21 supra). O respetivo regulamento interno de funcionamento não se encontra disponível para consulta, mas as principais funções e responsabilidades daquela Comissão encontram-se descritas no ponto atrás referido.

**28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).**

Em 31 de dezembro de 2018, a composição da Comissão Executiva era como segue:

Administrador	Cargo
Gonçalo Nuno Gomes de A. Moura Martins	Vice-presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	Vogal
Ismael Antunes Hernandez Gaspar	Vogal
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas	Vogal e <i>Chief Financial Officer</i> (CFO)
António Martinho Ferreira de Oliveira	Vogal
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota	Vogal
João Pedro dos Santos Dinis Parreira	Vogal
Eduardo João Frade Sobral Pimentel	Vogal
Luís Filipe Cardoso da Silva	Vogal

**29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.**

No que respeita a esta matéria, remete-se para os pontos 21 e 27 supra.

### III. Fiscalização

#### 30. Identificação do órgão de fiscalização (Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão) correspondente ao modelo adotado.

O Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas são, no modelo de governo adotado, os órgãos de fiscalização da Sociedade.

#### 31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 18.

De acordo com os estatutos da Sociedade, o Conselho Fiscal deve ser composto por um número mínimo de três membros efetivos, sendo este número fixado pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal terá ainda um ou dois membros suplentes, se for constituído por três ou mais membros efetivos, respetivamente. O Conselho Fiscal designa o seu Presidente se a Assembleia Geral o não fizer. O mandato dos membros do Conselho Fiscal tem a duração de quatro anos.

Os membros designados para o mandato em curso (quadriénio 2015-2018) e que se encontram em funções são:

Membro	Cargo	Primeira designação	Termo do mandato em
Alberto João Coraceiro de Castro	Presidente	30 de março de 2007	31 de dezembro de 2018
José Rodrigues de Jesus	Efetivo	30 de março de 2007	31 de dezembro de 2018
Horácio Fernando Reis e Sá	Efetivo	14 de abril de 2011	31 de dezembro de 2018
Pedro Manuel Seara Cardoso Perez	Suplente	30 de março de 2007	31 de dezembro de 2018

#### 32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do art. 414º, nº 5 CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 19.

Todos os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplente, cumprem os critérios de independência previstos no nº 5 do artigo 414º, bem como as regras de incompatibilidade previstas no nº 1 do artigo 414º-A, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 21.

#### **Alberto João Coraceiro de Castro (Presidente)**

##### **Qualificações profissionais**

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- Doutoramento em Economia pela Universidade da Carolina do Sul

##### **Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Docente Universitário
- Presidente do Conselho de Administração da Instituição Financeira de Desenvolvimento, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mystic Invest, SA
- Presidente do Conselho Fiscal do Super Bock Group, SA
- Presidente do Conselho Fiscal da Fundação AEP
- Presidente do Conselho Fiscal da Cruz Vermelha Portuguesa
- Vice-presidente da Direcção da Associação para o Museu dos Transportes
- Vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral da Metro do Porto, SA
- Membro do Conselho Fiscal da Associação Empresarial de Portugal

#### **José Rodrigues de Jesus (Efetivo)**

##### **Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

##### **Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Docente universitário
- Membro do Conselho Fiscal de várias empresas fora do Grupo
- Fiscal Único de várias empresas fora do Grupo
- Membro do Conselho Fiscal da Mota-Engil, SGPS, SA

#### **Horácio Fernando Reis e Sá (Efetivo)**

##### **Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

##### **Percurso profissional nos últimos cinco anos**

- Advogado
- Membro do Conselho Fiscal da Mota-Engil, SGPS, SA

**34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 24.**

O Conselho Fiscal da MOTA-ENGIL tem regulamento interno de funcionamento. No entanto, não se encontra publicado no sítio de Internet da Sociedade e não se encontra disponível para consulta. A Sociedade entende que o regulamento vai para além dos aspetos de mero funcionamento do órgão, contendo um conteúdo reservado, razão pela qual não o disponibiliza ao público.

No entanto, as principais funções e responsabilidades do Conselho Fiscal encontram-se descritas nos diversos pontos deste capítulo III (pontos 30 a 38).

**35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 25.**

Durante o ano de 2018, realizaram-se 6 reuniões do Conselho Fiscal, com a presença efetiva da totalidade dos membros em exercício.

**36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do GRUPO, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 26.**

---

**Alberto João Coraceiro de Castro (Presidente)**

---

**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil
- 

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Docente Universitário
  - Presidente do Conselho de Administração da Instituição Financeira de Desenvolvimento, SA
  - Membro do Conselho de Administração da Mystic Invest, SA
  - Presidente do Conselho Fiscal do Super Bock Group, SA
  - Presidente do Conselho Fiscal da Fundação AEP
  - Presidente do Conselho Fiscal da Cruz Vermelha Portuguesa
  - Vice-presidente da Direção da Associação para o Museu dos Transportes
  - Vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral da Metro do Porto, SA
  - Membro do Conselho Fiscal da Associação Empresarial de Portugal
-



**José Rodrigues de Jesus (Efetivo)****Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Presidente da Comissão de Acompanhamento do Novo Banco, SA
- Fiscal Único das seguintes sociedades:
  - Calfor – Indústrias Metálicas, SA
  - Edemi Gardens – Promoção Imobiliária, SA
  - Arsopi – Holding, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
  - Arsopi – Indústrias Metalúrgicas Arlindo S. Pinho, SA
  - Arsopi – Thermal Equipamentos Térmicos, SA
  - Arlindo Soares de Pinho, Lda
  - Imoágueda, SA
  - Camilo dos Santos Mota, SA
  - Oliveira Dias, SA
  - AGA - Álcool e Genéricos Alimentares, SA
  - TECNOCON – Tecnologia e Sistemas de Controle, SA
  - SAR - Sociedade de Participações Financeiras, SA
  - SARCOL - Gestão de Investimentos Imobiliários, SA
- Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e Diretor dos Serviços Regionais do Norte
- Membro da Assembleia Representativa da Ordem dos Economistas
- Árbitro na Câmara de Comércio e Indústria do Porto, da Associação Comercial do Porto
- Presidente do Conselho Fiscal da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- Presidente do Conselho Fiscal e membro do Conselho Geral da APAF - Associação Portuguesa de Analistas Financeiros

**Horácio Fernando Reis e Sá (Efectivo)****Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Não exerce funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

**37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.**

De acordo com o n.º 11 do artigo 77º do novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015 de 7 de setembro (adiante designado NEOROC), é da competência do Conselho Fiscal da MOTA-ENGIL avaliar adequadamente as ameaças à independência do revisor/auditor decorrentes da prestação de serviços distintos de auditoria. Esses serviços, que não sejam proibidos nos termos do respetivo n.º 8, têm, ainda assim, que ser objeto de parecer prévio, devidamente fundamentado.

Nestes termos, foi sujeita à apreciação do Conselho Fiscal a possibilidade de o revisor/auditor da MOTA-ENGIL poder prestar qualquer serviço distinto do de auditoria. Desta forma, para cada pedido de prestação de serviços solicitado foi emitido um parecer, devidamente fundamentado, sobre a possibilidade da sua execução.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal recebe anualmente, nos termos do artigo 62º-B do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de novembro (alterado pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de novembro), a declaração de independência do revisor/auditor, na qual são descritos os serviços prestados por este e por outras entidades da mesma rede, respetivos honorários pagos, eventuais ameaças à sua independência e as medidas de salvaguarda para fazer face às mesmas. Todas as ameaças à independência do revisor/auditor foram avaliadas e discutidas com este, assim como as respetivas medidas de salvaguarda.

### **38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.**

Ao Conselho Fiscal compete, nos termos da lei e do respetivo Regulamento de funcionamento:

- Verificar a observância da lei e regulamentos, dos estatutos e das normas emitidas pelas autoridades de supervisão, bem como das políticas gerais, normas e práticas instituídas no GRUPO.
- Verificar, nas empresas do GRUPO, sujeitas a supervisão em base consolidada, a prossecução dos objetivos fundamentais fixados em matéria de controlo interno e gestão de riscos pela Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários.
- Avaliar a fiabilidade dos reportes respeitantes ao GRUPO e empresas do GRUPO sujeitas a esta obrigação.
- Verificar a adequação e supervisionar o cumprimento das políticas, dos critérios e das práticas contabilísticas adotadas e a regularidade dos documentos que lhes servem de suporte.
- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte.
- Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e a existência de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título.
- Convocar a Assembleia Geral, quando o presidente da respetiva mesa o não faça, devendo fazê-lo.
- Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas.
- Dar parecer sobre o relatório, as contas e as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, atestando se o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado inclui os elementos referidos no artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.
- Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora.
- Fiscalizar o processo de preparação e divulgação da informação financeira pela Sociedade.
- Tomar conhecimento das comunicações de irregularidades detetadas ou apresentadas por colaboradores, acionistas ou outrem.
- Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da Sociedade.
- Com respeito ao Revisor Oficial de Contas: propor à Assembleia Geral a sua nomeação; fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da Sociedade; fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas e, nesse quadro, apreciar e emitir parecer sobre a prestação pelo Revisor Oficial de Contas de serviços adicionais à Sociedade (que não de auditoria) ou a sociedades por ela controladas, bem como sobre as respetivas condições.

- Com respeito ao Auditor Externo: apresentar à Comissão Executiva proposta relativa ao Auditor Externo a contratar pela Sociedade, incluindo não só a proposta sobre quem deva prestar esses serviços, como a proposta relativa à respetiva remuneração; representar a Sociedade, para todos os efeitos, junto do Auditor Externo, sendo, designadamente, o primeiro interlocutor da Sociedade junto dele e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios; zelar para que sejam asseguradas ao Auditor Externo, pela Sociedade, condições adequadas para a prestação dos seus serviços; fiscalizar a independência do Auditor Externo e, nesse quadro, apreciar e emitir parecer sobre a prestação pelo Auditor Externo de serviços adicionais à Sociedade (que não de auditoria) ou a sociedades por ela controladas, bem como sobre as respetivas condições; e dar parecer sobre a manutenção do Auditor Externo para além de um período de oito anos, ponderando as condições de independência e vantagens e custos da sua substituição.
- Acompanhar as ações fiscalizadoras da CMVM, da Direção-Geral dos Impostos e da Inspeção-Geral de Finanças realizadas às empresas do GRUPO.
- Certificar a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos.
- Dar parecer sobre as transações realizadas com titulares de participação qualificada ou com entidades com eles relacionadas nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, ou respetivas renovações, cujo valor agregado por entidade seja superior a 500 mil euros por ano.

Ao Conselho Fiscal compete ainda acompanhar o exercício de funções pelas áreas corporativas de *Compliance* e de Risco. Adicionalmente, e no âmbito da respetiva função fiscalizadora, o Conselho Fiscal acompanha os planos de trabalho e os recursos afetos à função de Auditoria Interna da Sociedade, sendo destinatário de relatórios periódicos realizados por aquela função, assim como de informações sobre matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.

De igual forma, o Conselho Fiscal exerce uma função fiscalizadora sobre o Conselho de Administração da Sociedade, nomeadamente através da análise periódica do grau de cumprimento do Plano Estratégico do Grupo e dos diversos documentos de planeamento elaborados.

## IV. Revisor Oficial de Contas

### 39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

O cargo de Revisor Oficial de Contas efetivo da Sociedade é desempenhado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC Lda, representada pelo Dr. António Joaquim Brochado Correia.

### 40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou GRUPO.

O cargo de Revisor Oficial de Contas é exercido desde 2017 (dois anos) pela PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda.

### 41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

Ver resposta no ponto 46 abaixo.

## V. Auditor Externo

### **42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do art. 8º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.**

O Auditor Externo da Sociedade é a PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda, representada pelo Dr. António Joaquim Brochado Correia e encontra-se registado na CMVM sob o número 20161485.

### **43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou do GRUPO.**

A PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda e o seu representante iniciaram a prestação de serviços de auditoria externa à Sociedade em 2017 (há dois anos).

### **44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.**

A política da Sociedade em termos de rotação do Auditor Externo consiste na realização de um processo de consulta periódico para a sua escolha de quatro em quatro anos. No entanto, no ano de 2016, fruto da imposição legal quanto à necessidade de rotação dos auditores, o Conselho Fiscal da Sociedade promoveu o lançamento de um novo processo de consulta para o período de 2017 a 2022, tendo convidado três das quatro grandes empresas de auditoria de reputação internacional para apresentarem uma proposta para a prestação de serviços de auditoria ao GRUPO MOTA-ENGIL. Em resultado do referido processo de consulta, o Conselho Fiscal da Sociedade emitiu parecer favorável à nomeação da PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda. Adicionalmente, a política da Sociedade e do Auditor Externo relativamente à periodicidade de rotação do Revisor Oficial de Contas que o representa, no cumprimento dessas funções, enquadra-se no normativo legal vigente, isto é, dois ou três mandatos, consoante sejam, respetivamente, de quatro ou três anos.

### **45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.**

O Conselho Fiscal avalia anualmente o Auditor Externo, assumindo a responsabilidade pela fiscalização das suas habilitações e da sua independência, bem como garante que lhe são asseguradas, dentro da Sociedade, as condições adequadas à prestação dos seus serviços, sendo o interlocutor da Sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios do Auditor Externo.

Apesar de não constituir competência específica ou exclusiva da Assembleia Geral, nada impede que a mesma seja chamada a pronunciar-se, em caso de interpelação pelo Conselho Fiscal, sobre a destituição do Auditor Externo, sempre que se verifique justa causa para o efeito. Em todo o caso, e até à presente data, o Conselho Fiscal da MOTA-ENGIL não encontrou quaisquer razões para ponderar a tomada de diligências no sentido de destituir com justa causa uma entidade que tenha desempenhado as funções de Auditor Externo da Sociedade.

### **46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a Sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.**

Os trabalhos distintos dos de auditoria prestados pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas durante o exercício de 2018 detalham-se de seguida:

- Disponibilização de licença de acesso à base de dados Inforfisco, a qual consiste num repositório de natureza fiscal de fonte pública (desde legislação a jurisprudência);
- Revisões limitadas às demonstrações financeiras de algumas empresas participadas, em conformidade com a Norma Internacional de Trabalhos de Revisão ISRE 2410;
- Emissão de Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre a verificação de informações contantes em nota informativa relativa à emissão de papel comercial;

- Emissão de relatório de procedimentos acordados “*agreed upon procedures*” associado à colocação de um empréstimo obrigacionista, bem como análise ao conteúdo da informação financeira incluída no respetivo prospeto;
- Emissão de relatórios de auditoria sobre as contas reguladas de algumas empresas concessionárias a submeter ao organismo regulador (ERSAR);
- Emissão de relatórios de procedimentos acordados associados à recuperação de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) em créditos de cobrança duvidosa;
- Emissão de relatórios de procedimentos acordados relativos à validação de rácios financeiros associados a financiamentos obtidos e a concursos nos quais as empresas do GRUPO participaram.

Tal como referido no ponto 38, compete ao Conselho Fiscal fiscalizar a independência do Auditor Externo e, nesse quadro, apreciar e emitir parecer sobre a prestação pelo Auditor Externo de serviços adicionais à Sociedade (que não de auditoria) ou a sociedades por ela controladas. Desta forma, para cada pedido de prestação de serviços solicitado foi emitido um parecer, devidamente fundamentado, sobre a possibilidade da sua execução.

Todas as ameaças à independência do auditor foram avaliadas e discutidas com este, assim como as respetivas medidas de salvaguarda. Desta forma, em virtude de: (i) os serviços acima referidos não serem proibidos; (ii) parte significativa daqueles corresponderem a serviços de garantia de fiabilidade; (iii) parte dos serviços deverem ser preferencialmente (por questões de tempo) ou obrigatoriamente (por imposição legal), executados pelo Revisor Oficial de Contas / Auditor Externo da Sociedade e (iv) no seu acumulado os honorários totais de serviços que não de auditoria ou de garantia de fiabilidade serem pouco significativos, o Conselho Fiscal entendeu que a independência do Auditor Externo não foi afetada pela prestação daqueles serviços.

Adicionalmente, no âmbito do seu trabalho, o Auditor Externo verifica a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, bem como a eficácia e funcionamento dos mecanismos de controlo interno. No caso de encontrar qualquer deficiência ou irregularidade, esta é reportada ao Conselho Fiscal.

**47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873, de 16 de maio)**

Durante o exercício de 2018, a remuneração anual suportada pela Sociedade, e por outras sociedades em relação de domínio ou de GRUPO, com os auditores externos da Sociedade (PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda), incluindo outras entidades pertencentes à mesma rede, foi de 1.522.863 euros, tendo esse montante sido repartido pela prestação dos seguintes serviços:

Natureza do Serviço	Pela Sociedade		Por entidades que integram o Grupo		TOTAL	
	Valor (euros)	%	Valor (euros)	%	Valor (euros)	%
Auditoria e revisão legal de contas	93 622	56%	1 247 041	92%	1 340 663	88%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	73 500	44%	106 900	8%	180 400	12%
Consultoria fiscal	-	0%	1 800	0%	1 800	0%
<b>TOTAL</b>	<b>167 122</b>	<b>100%</b>	<b>1 355 741</b>	<b>100%</b>	<b>1 522 863</b>	<b>100%</b>

## C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

### I. Estatutos

#### 48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da Sociedade (art. 245º-A, nº 1, al. h).

As alterações dos estatutos seguem os termos do Código das Sociedades Comerciais, exigindo a maioria de dois terços dos votos emitidos para aprovação dessa deliberação.

### II. Comunicação de irregularidades

#### 49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na Sociedade.

A Sociedade tem em vigor um procedimento onde estão definidos os mecanismos a adotar em matéria de comunicação de irregularidades. O procedimento considera que constituem “irregularidades” todos os atos ou omissões, dolosos ou negligentes, que sejam imputados à conduta de colaboradores da Sociedade no exercício dos seus cargos profissionais, que violem: i) a legislação, normas ou regulamentos vigentes; ii) o “Código de Ética e de Conduta Empresarial”; e iii) as boas práticas de gestão; em todos os casos por referência aos domínios da contabilidade, controlos contabilísticos internos, auditoria, luta contra a corrupção e crime financeiro. As comunicações recebidas que extravasem esse âmbito não serão objeto de tratamento pelo referido procedimento.

Este procedimento é enquadrado pelos seguintes pontos:

- (i) finalidade do tratamento;
- (ii) carácter voluntário da denúncia;
- (iii) direitos do denunciado, nomeadamente de acesso à informação;
- (iv) direitos do denunciante, de não retaliação, intimidação ou discriminação;
- (v) não utilização abusiva ou de má-fé, sob pena de instauração de processo disciplinar ou penal; e
- (vi) confidencialidade das denúncias, assim como do denunciante, estando asseguradas medidas de segurança adequadas.

A comunicação de irregularidades deverá ser efetuada por escrito, por *email* ou carta, para pelo menos um dos seguintes endereços:

- [etica@mota-engil.com](mailto:etica@mota-engil.com)
- Auditoria Interna – Rua do Rego Lameiro, nº 38, 4300 – 454 Porto
- [www.mota-engil.pt/Provedoria](http://www.mota-engil.pt/Provedoria)

Por delegação do Conselho Fiscal, a quem compete, nos termos do Código das Sociedades Comerciais, receber as comunicações de irregularidades, a receção e encaminhamento das participações de preocupações ou infrações é da responsabilidade da função de Auditoria Interna. Algumas ocorrências, em virtude da sua natureza, poderão ser encaminhadas para as respetivas áreas funcionais corporativas.

As fases processuais do mecanismo de comunicação de irregularidades incluem: receção e registo; análise preliminar e confirmação das alegadas informações; notificação; investigação; e relatório final, com ações de correção e conclusão/opinião sobre a situação reportada, com comunicação ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração.

Com uma periodicidade anual, é produzido um relatório, onde são sistematizadas as situações mais recorrentes, bem como os indicadores relevantes dos resultados apurados ao longo do ano. Este relatório, entre outros, tem como objetivo ajudar a detetar eventuais fragilidades ou oportunidades de melhoria nos controlos dos processos, servindo como contributo para uma proposta de revisão dos mesmos e/ou do mecanismo de comunicação de irregularidades.

### III. Controlo interno e gestão de riscos

#### 50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

Como órgão máximo e independente para a salvaguarda do cumprimento dos processos e procedimentos, e com reporte ao Conselho de Administração, a Comissão de Auditoria, Investimento e Risco tem como missão apoiar a gestão do GRUPO MOTA-ENGIL no reforço dos meios e métodos de atuação ao nível do controlo interno e de monitorização do risco de negócio. Compete também a esta Comissão o acompanhamento da evolução dos níveis globais de risco e avaliar em conjunto com a Comissão Executiva as medidas de monitorização e controlo dos riscos.

A Comissão de Auditoria, Investimento e Risco tem sob a sua dependência hierárquica a Função de Auditoria Interna, cuja missão é apoiar a consecução dos objetivos estratégicos, a avaliação, conformidade e melhoria contínua da eficácia e controlo interno dos processos de gestão do GRUPO.

A Função de Auditoria Interna dispõe de uma estrutura de recursos especificamente alocada ao desempenho das seguintes funções:

- Realização de auditorias de gestão, financeiras, operacionais e tecnológicas nas diversas Regiões e empresas do GRUPO;
- Auditar o bom funcionamento dos processos, boas práticas e políticas definidas;
- Verificação da conformidade dos procedimentos internos, leis, regulamentos e contratos;
- Verificação do cumprimento dos procedimentos de controlo interno face às recomendações das entidades reguladoras dos mercados, assim como da legislação aplicável nas diferentes regiões em que o GRUPO atua;
- Assegurar o *follow-up* apropriado das recomendações emitidas nos Relatórios da Comissão de Auditoria, Investimento e Risco;
- Preparar pareceres prévios à Comissão de Auditoria, Investimento e Risco, sobre iniciativas de aquisições ou alienações definidas pelo GRUPO MOTA-ENGIL;
- Analisar o processo de comunicação e o cumprimento do Código de Ética e Conduta Empresarial do GRUPO; e
- Apoiar o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Comissão de Auditoria, Investimento e Risco nas vertentes relacionadas com processos e procedimentos de gestão.

Ao Conselho Fiscal é atribuída, entre outras, a responsabilidade pela avaliação do funcionamento do sistema de controlo interno e de propor o respetivo ajustamento às necessidades do GRUPO. Sobre esta matéria, convém ainda referir que, tal como estipulado na alínea i) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, é da competência do Conselho Fiscal verificar a eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e da prática de auditoria interna.

O Conselho Fiscal acede aos relatórios e pareceres emitidos pela Comissão de Auditoria, Investimento e Risco, supervisiona a adoção dos princípios e das políticas de identificação e gestão dos principais riscos financeiros e operacionais e acompanha as medidas destinadas a monitorizar, controlar e divulgar os riscos.

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal reconhecem a importância que têm para a organização os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, promovendo as condições humanas e tecnológicas suscetíveis de propiciar um ambiente de controlo proporcional e adequado aos riscos da atividade.

Compete à Comissão Executiva assegurar a criação e o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos. Com o crescimento da atividade internacional do GRUPO e a sua consequente diversificação geográfica e de negócio, a estrutura organizacional do GRUPO apresenta cada vez mais uma dimensão superior e mais complexa.

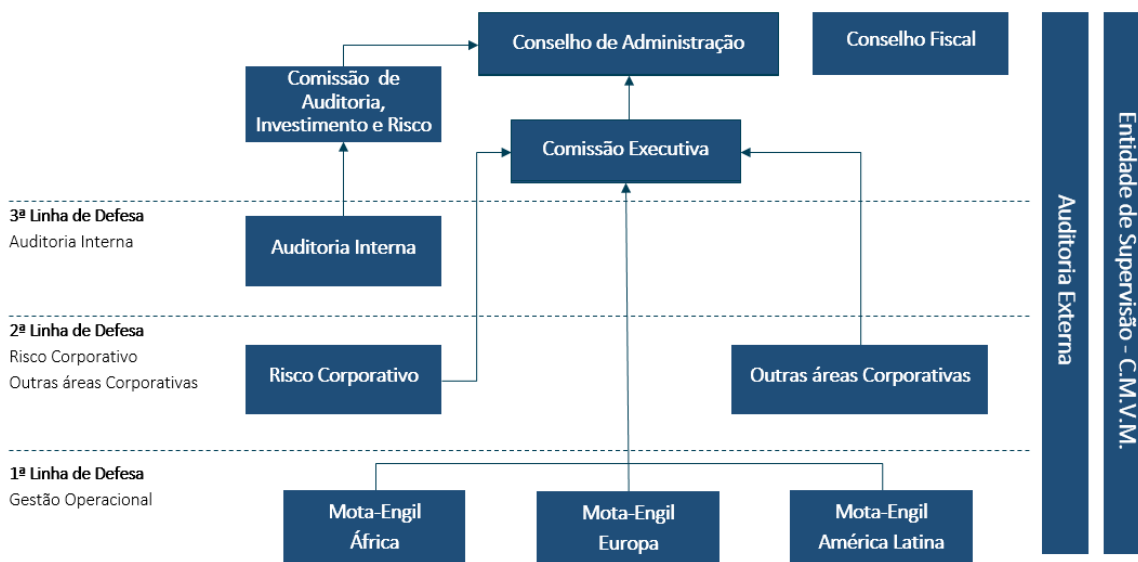
Assegurando a devida autonomia operacional aos negócios, a MOTA-ENGIL, com a sua vertente estratégico-financeira, dispõe no seu modelo de *governance* de uma estrutura denominada Centro Corporativo, onde se encontram todas as funções corporativas de suporte à Comissão Executiva, os instrumentos de controlo da performance do negócio e de uma gestão de risco mais robusta e estruturada, de acordo com as políticas, procedimentos e visão estratégica do GRUPO.

A atividade de gestão de risco e a sua concentração numa área específica, a Função de Risco Corporativo, encontra-se sob a responsabilidade de um administrador executivo, procurando assim reforçar a avaliação de risco de uma forma mais sistematizada, eficiente e com o devido *interface* comunicacional com as diversas áreas de negócio em diferentes regiões/mercados.

O processo de gestão de risco é uma parte integrante do sistema de controlo interno que consiste no desenvolvimento de políticas e procedimentos de gestão com o objetivo de assegurar a criação de valor, a salvaguarda dos ativos, o cumprimento de leis e regulamentos e um ambiente de controlo que assegure o cumprimento dos valores éticos da MOTA-ENGIL e a fiabilidade da informação relatada.

#### 51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da Sociedade.

A organização e o modelo de *governance* da MOTA-ENGIL têm por base a implementação das melhores práticas internacionais ao nível de *Corporate Governance*, assegurando uma transparência de processos e procedimentos e uma autonomia e independência de atuação consignada no chamado modelo das “três linhas de defesa”, tal como esquematizado no organograma abaixo, perseguindo as orientações da declaração de posicionamento do “Institute of Internal Auditors” para uma gestão eficaz de riscos e controlos de uma organização.



- A primeira linha de defesa é constituída pelas unidades de gestão de negócio, que são responsáveis por desempenhar as suas atividades operacionais integradas nas orientações estratégicas definidas pelo Conselho de Administração, assegurando o cumprimento das normas e procedimentos do GRUPO, os quais procuram assegurar uma transversalidade de atuação em conformidade com uma identidade cultural própria, assente em princípios éticos e de conduta materializados nas políticas transversais a seguir.

As unidades de gestão de negócio têm responsabilidade na identificação, avaliação, notificação e mitigação dos riscos, de forma a facilitar, padronizar e tornar mais eficaz o processo de gestão de riscos. Na gestão operacional estão definidos gestores do risco, designados por *Risk Owners*, que são responsáveis pela identificação dos riscos na sua área de negócio e que funcionam como *focal points* no relacionamento com a Função de Risco Corporativo.

- A segunda linha de defesa é representada pelas Funções do Centro Corporativo, as quais reportam à Comissão Executiva e das quais destacamos: o Controlo de Negócios; o Planeamento Estratégico; as Finanças Corporativas; a Fiscalidade; o Risco Corporativo; a Estratégia de Recursos Humanos e Sustentabilidade; a Relação com Investidores; os Assuntos Jurídicos; a *Compliance* e as Tecnologias e SI. Todas estas áreas contribuem, no âmbito da sua área funcional e de forma complementar, para a disseminação das políticas transversais de risco, desde que com o devido consentimento/aprovação da Comissão Executiva.



- A terceira linha de defesa é representada pela Função de Auditoria Interna, que tem como principal função verificar de forma independente e sistemática as atividades realizadas pelas primeira e segunda linhas, em conformidade com as normas e regulamentos instituídos.

A Função de Auditoria Interna reporta hierarquicamente à Comissão de Auditoria, Investimento e Risco, a qual por sua vez reporta diretamente ao Conselho de Administração e é composta por três membros permanentes. De três membros, dois são administradores não-executivos, sendo que um administrador é independente. Com a presença de um administrador não executivo independente neste órgão colegial, considera-se garantida a independência desta Comissão face ao órgão de administração executivo (ver pontos 21 e 50).

Os Auditores externos, a CMVM e o Conselho Fiscal estão fora da estrutura da Sociedade, mas desempenham um papel importante na estrutura geral de *governance* e controlo, sendo que:

- Os auditores externos, a entidade reguladora e o Conselho Fiscal podem ser considerados como linhas adicionais de defesa, que fornecem avaliações às partes interessadas da Sociedade, incluindo aos órgãos de *governance* e ao Conselho de Administração; e
- Os reguladores estabelecem requisitos com a intenção de fortalecer os controlos e têm uma função independente e objetiva, para avaliar o todo ou parte da primeira, segunda ou terceira linha de defesa no que tange a esses requisitos, procurando atuar de forma cooperante e em diálogo permanente com a Sociedade.

## 52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

A gestão de riscos da Sociedade e das sociedades por ela controladas é um elemento integrador de todos os processos e decisões organizativas e não uma atividade isolada, afastada das principais atividades do GRUPO.

A gestão e controlo do risco são acompanhados pelo Conselho de Administração, pelos responsáveis das áreas de negócio e pelas Funções Corporativas da Sociedade, com destaque para as seguintes: Controlo de Negócios; Planeamento Estratégico; Finanças Corporativas; Fiscalidade; Risco Corporativo; Estratégia de Recursos Humanos e Sustentabilidade; Relação com Investidores; Assuntos Jurídicos; *Compliance* e Tecnologias e SI.

A Função de Risco Corporativo tem como missão promover a definição e implementação de uma política transversal de gestão de risco, identificar e analisar, mediante parâmetros previamente estabelecidos, os riscos que poderão afetar a sustentabilidade do negócio/mercado e a criação de valor.

Tem, ainda, como responsabilidade a produção de relatórios trimestrais que detalham os níveis de exposição a cada um dos principais riscos, através de *Key Performance Indicator* (KPI), identificados ao longo do ano, bem como as medidas de mitigação propostas/implementadas. Estes relatórios são analisados pela Comissão Executiva, permitindo a análise das principais recomendações e a decisão sobre as ações necessárias de forma a mitigar os riscos sinalizados, sendo ainda estes relatórios partilhados com a Comissão de Auditoria, Investimento e Risco.

Esta Função reporta diretamente à Comissão Executiva e dispõe de autonomia na identificação, avaliação, monitorização e mitigação de riscos.

A Função de Risco Corporativo tem definido no seu âmbito a execução das seguintes atividades principais:

- Mapear riscos transversais, assente numa matriz de risco (revista anualmente) com base na recolha de informação sobre determinados KPI;
- Verificar os níveis de risco através da recolha e análise de informação crítica para monitorização dos riscos transversais;
- Definir modelos e linhas da atuação para mitigação de riscos transversais;
- Desenvolver e implementar planos de ação de risco e respetiva integração na Gestão dos negócios;
- Monitorizar e reportar a evolução dos riscos e respetivo cumprimento das ações desencadeadas para mitigação dos mesmos;
- Promover a dinamização e implementação de políticas transversais de risco nas regiões/áreas de negócio devidamente customizadas ao mercado;
- Sistematizar as políticas e sistemas de gestão de risco, a serem incorporados nos Relatórios e Contas do GRUPO;

- Colaborar, como parte integrante, da equipa de Monitorização de Grandes Projetos; e
- Reporte e discussão em Comissão Executiva: reportar principais riscos e medidas de mitigação.

Existe ainda uma comissão especializada, a Comissão de Auditoria, Investimento e Risco, reportando ao Conselho de Administração, cujas principais funções e responsabilidades são descritas no ponto 21 supra.

#### **53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a Sociedade se expõe no exercício da atividade.**

A gestão de riscos no GRUPO MOTA-ENGIL assenta na permanente identificação e análise da exposição aos diferentes tipos de riscos inerentes à sua atividade, nas várias geografias em que está presente, e que são transversais a toda a Sociedade – riscos de conjuntura, riscos financeiros - riscos de taxa de juro, riscos de taxa de câmbio, riscos de liquidez, riscos de crédito, riscos operacionais, riscos legais, riscos regulatórios, entre outros – e na adoção de estratégias de maximização da rentabilidade.

Em capítulo autónomo do Relatório de Gestão, que se considera parte integrante deste relatório por referência, são descritos em pormenor os principais riscos a que o GRUPO está exposto na condução do seu negócio (capítulo 3.5 do Relatório de Gestão).

#### **54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.**

A Gestão de Riscos está incorporada em toda a organização e o principal objetivo é identificar, avaliar e gerir as oportunidades e ameaças que os diferentes negócios, em diferentes localizações, enfrentam na persecução dos objetivos de criação de valor.

O GRUPO MOTA-ENGIL persegue as melhores práticas instituídas para o Controlo Interno e Gestão de Riscos, sendo que, neste sentido, está incorporado na sua gestão o sistema de controlo interno com base nas orientações internacionais do COSO (The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), nomeadamente, quanto à avaliação e atribuição de graus de criticidade e prioridade aos riscos em função dos impactos nos objetivos de negócio e quanto à sua probabilidade de ocorrência.

A gestão de riscos é uma responsabilidade de toda a organização, nomeadamente das unidades de gestão dos negócios, das diferentes funções corporativas, com destaque para a Função de Risco Corporativo, que coordena as diferentes informações de riscos e monitoriza com base numa perspetiva global, e para a Função de Auditoria Interna.

Descrevemos, de seguida, o conjunto cíclico e sequencial de fases do processo de gestão de risco do GRUPO:

- Identificação do risco - determinação dos riscos a que a organização está exposta e do nível de tolerância de exposição a esses mesmos riscos;
- Mensuração do risco - quantificação das exposições ao risco e produção de relatórios de suporte à tomada de decisão;
- Controlo e gestão do risco - definição de ações a empreender para fazer face ao risco;
- Implementação das medidas de gestão de risco definidas - agregação sistemática de informação do risco e respetivo reporte à Comissão Executiva; e
- Monitorização - avaliação do processo de gestão de risco e, se necessário, realinhamento e redefinição de estratégia.

Anualmente e de acordo com um plano definido e aprovado pela Comissão de Auditoria, Investimento e Risco, são realizadas auditorias operacionais de conformidade e financeiras que visam testar a eficácia dos controlos internos implementados pelo GRUPO.

Todos os investimentos ou novos negócios considerados materiais são analisados quanto aos riscos associados pelas diversas áreas corporativas, sendo objeto de um parecer prévio da Comissão de Auditoria, Investimento e Risco antes de serem submetidos à aprovação em Conselho de Administração.

A Função de Risco Corporativo assegura a aplicação efetiva da Gestão de Riscos através do acompanhamento contínuo da respetiva adequação e eficácia, do acompanhamento de medidas de mitigação de eventuais deficiências de controlo interno e da monitorização permanente dos níveis de risco e implementação de medidas de controlo.

A avaliação do sistema de controlo interno e de gestão de riscos permite aferir sobre a sua eficácia, sem, contudo, deixar de apontar medidas de melhoria a implementar a curto e médio prazo num processo que se pretende que seja de evolução e melhoria contínua e adequado ao desenvolvimento da própria organização empresarial e dos seus respetivos desafios estratégicos.

#### **55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (art. 245º-A, nº 1, al. m).**

A existência de um ambiente de controlo interno eficaz, particularmente no processo de reporte financeiro, é um compromisso dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como das diferentes unidades de negócio e do centro corporativo responsáveis pela produção de informação financeira.

O Conselho de Administração está continuamente empenhado em assegurar que são implementadas as políticas adequadas que garantam que as demonstrações financeiras são reportadas de acordo com os princípios contabilísticos adotados.

Os documentos de apresentação de informação financeira ao mercado são elaborados pelos responsáveis da Função de Controlo de Negócios e de Relações com Investidores, com base na informação disponibilizada pelas unidades de negócio, e apresentados ao mercado de capitais pelo representante para as Relações com o Mercado.

Todos os documentos de informação financeira a apresentar ao mercado são enviados aos órgãos de administração e de fiscalização e apenas são divulgados após terem sido objeto de análise e respetiva aprovação pelos mesmos.

O processo de divulgação de informação financeira envolve um número restrito de colaboradores da MOTA-ENGIL, resumindo-se apenas aos que estão envolvidos diretamente no processo de preparação e elaboração daquela informação.

A este propósito, e de acordo com o previsto no Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, a MOTA-ENGIL elaborou e mantém atualizadas listas dos seus colaboradores, com ou sem vínculo laboral, que têm acesso, regular ou ocasional, a informação privilegiada. A inclusão na respetiva lista foi dada a conhecer a cada um dos colaboradores que a engloba, explicando-lhes: (i) os motivos que originaram a inclusão do seu nome na referida lista; (ii) os deveres e obrigações previstos na lei; e (iii) as consequências decorrentes da divulgação ou utilização abusivas de informação privilegiada, bem como foi obtida dos respetivos colaboradores a confirmação que tomaram conhecimento da sua inclusão naquela lista e das obrigações decorrentes desse facto.

Adicionalmente, no âmbito do seu trabalho, o Auditor Externo/Revisor Oficial de Contas no seu relatório de auditoria pronuncia-se sobre a inclusão dos elementos exigíveis à Sociedade nos termos do artigo 245º-A do CVM relativamente ao Relatório sobre as práticas de Governo Societário. Neste sentido, e tendo em conta a alínea m) do referido artigo, existe conformidade no cumprimento dos principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

## **IV. Apoio ao investidor**

#### **56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esse serviço e elementos para contacto.**

A Sociedade mantém um contacto permanente com investidores e analistas, através da Direção de Relação com os Investidores, a qual disponibiliza informação atualizada relevante e fidedigna, para além de prestar esclarecimentos relativos aos negócios do GRUPO, com o objetivo de melhorar o conhecimento e a compreensão daqueles em relação ao GRUPO.

A Direção de Relação com os Investidores, em articulação com a Direção de Planeamento Estratégico e a Direção de Controlo de Negócios, prepara regularmente apresentações para a comunidade financeira, comunicações sobre resultados semestrais e anuais, bem como comunicações relevantes ao mercado sempre que tal se revele necessário para divulgar ou clarificar qualquer evento que possa influenciar a evolução da cotação das ações da MOTA-ENGIL. Adicionalmente, e quando solicitada, fornece esclarecimentos sobre as atividades do GRUPO, respondendo às questões colocadas através de *e-mail* ou por telefone.

Toda a informação divulgada é disponibilizada na página da internet da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)) e na da MOTA-ENGIL ([www.mota-engil.pt](http://www.mota-engil.pt)).

O responsável pela Direção de Relação com os Investidores é Pedro Manuel Ramos Arrais, cujos contactos são:

Pedro Arrais  
Rua Mário Dionísio, 2  
2796-957 Linda-a-Velha  
Tel.: 351 214 158 200  
Fax: +351 214 158 688  
E-mail: [pedro.arrais@mota-engil.pt](mailto:pedro.arrais@mota-engil.pt)

#### 57. Representante para as relações com o mercado.

O representante para as relações com o mercado de capitais é Luís Filipe Cardoso da Silva, cujos contactos são:

Luís Silva  
Edifício Mota  
Rua do Rego Lameiro, 38  
4300-454 Porto  
Tel.: +351 225 190 300  
Fax: +351 225 190 303  
E-mail: [investor.relations@mota-engil.pt](mailto:investor.relations@mota-engil.pt)

#### 58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

Tal como atrás referido, a Sociedade mantém um contacto permanente, através da Direção de Relação com os Investidores, com os seus investidores e analistas mediante a disponibilização de informação sempre atualizada. Quando solicitada, presta esclarecimentos sobre os factos relevantes da atividade do GRUPO, entretanto divulgados nos termos da lei. Todas as informações solicitadas são analisadas e respondidas num prazo que não ultrapassa cinco dias úteis, pelo que não existem pedidos pendentes do ano anterior. A Sociedade considera que a sua Direção de Relação com os Investidores assegura um contacto permanente com os investidores, mantendo um registo dos pedidos solicitados e do respetivo tratamento que lhes foi dado.

## V. Sítio de Internet

#### 59. Endereço(s).

O sítio institucional da Sociedade na Internet é disponibilizado em português, espanhol e inglês e pode ser acedido através do seguinte endereço [www.mota-engil.pt](http://www.mota-engil.pt). Na área para investidores é proporcionada informação que permite o conhecimento sobre a evolução da Sociedade e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.

#### 60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais.

<http://www.mota-engil.pt/Investidores/Perfil-Corporativo>

#### 61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

<http://www.mota-engil.pt/Investidores/Perfil-Corporativo>

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

<http://www.mota-engil.pt/Institucional/Orgaos-Sociais>

<http://www.mota-engil.pt/Investidores/Apoio-ao-Investidor>

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.

<http://www.mota-engil.pt/Investidores/Informacoes-Financeiras>

<http://www.mota-engil.pt/Investidores/Calendario-do-Investidor>

<http://www.mota-engil.pt/Investidores/Assembleias-Gerais>

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

<http://www.mota-engil.pt/Investidores/Assembleias-Gerais>

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

<http://www.mota-engil.pt/Investidores/Assembleias-Gerais>

## D. REMUNERAÇÕES

### I. Competência para a determinação

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da Sociedade.

De acordo com os estatutos, a Comissão de Vencimentos, eleita pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral, tem por função definir a política de remunerações dos titulares dos órgãos sociais, fixando as remunerações aplicáveis, tendo em consideração as funções exercidas, o desempenho verificado e a situação económica da Sociedade.

A remuneração dos dirigentes da Sociedade é determinada pela respetiva administração, obedecendo aos princípios da política de remunerações submetida pela Comissão de Vencimentos à apreciação da Assembleia Geral, tal como estabelecido no artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de junho.

Por outro lado, compete também a esta Comissão confirmar anualmente a correta aplicação da política de remunerações (fixas e variáveis) aprovada para os membros dos órgãos de administração e para os membros das comissões da Sociedade.

## II. Comissão de remunerações

### 67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

A Comissão eleita para o quadriénio 2018-2021 é composta pelos seguintes membros: António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa, ambos membros do órgão de administração, e Manuel Teixeira Mendes (membro independente).

António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Presidente, membro não-executivo do Conselho de Administração e parente de dois membros executivos) e Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (membro não-executivo do Conselho de Administração e parente de dois membros executivos) integram a Comissão de Vencimentos tendo sido eleitos para essas funções pela Assembleia Geral, sob proposta da acionista maioritária Mota Gestão e Participações, SGPS, SA. As suas participações na Comissão de Vencimentos correspondem exclusivamente à representação do interesse acionista, ali intervindo nessa qualidade e não na de membros do órgão de administração. Para garantia de independência no exercício das referidas funções, estes membros não tomam parte em qualquer discussão ou deliberação em que exista ou possa existir conflito de interesses, designadamente no que se refere à fixação das remunerações dos respetivos parentes enquanto membros executivos do órgão de administração. Adicionalmente, é convicção geral, nomeadamente da Assembleia Geral de Acionistas que os elegeram para os respetivos cargos, que os membros da Comissão de Vencimentos acumulam uma experiência, uma ponderação e uma ética que lhes permite cabalmente zelar pelos interesses que lhes estão cometidos.

Não foi contratada qualquer pessoa singular ou coletiva para apoiar a Comissão de Vencimentos nas suas funções.

### 68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Considera-se que, em virtude dos respetivos currículos e/ou percursos profissionais (ver Anexo 9 “Lista de cargos exercidos pelos Administradores”), os três membros da Comissão de Vencimentos possuem conhecimentos e experiência em matéria de política de remunerações. Adicionalmente e quando se revela necessário, a Comissão de Vencimentos é auxiliada por recursos especializados, internos ou externos à Sociedade, para suportar as suas deliberações em matéria de política de remunerações.

## III. Estrutura das remunerações

### 69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de junho.

Tal como estipulado na Lei nº 28/2009, de 19 de junho, é submetida anualmente à apreciação da Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Os princípios gerais a observar na fixação das remunerações são, essencialmente, os seguintes:

#### a) Funções desempenhadas

Deverão ser tidas em conta as funções desempenhadas por cada um dos elementos, num sentido mais amplo da atividade efetivamente exercida e das responsabilidades que lhes estão associadas e não apenas num sentido formal. Não estarão na mesma posição todos os administradores entre si, nem mesmo os administradores executivos entre si, ou os membros do Conselho Fiscal. A reflexão sobre as funções deve ser efetuada no seu sentido mais amplo, sendo exigível que se levem em linha de conta critérios tão diversos como, por exemplo, a responsabilidade, o tempo de dedicação ou o valor acrescentado para o GRUPO que resulta de um determinado tipo de intervenção ou uma representação institucional. Igualmente, não se poderá furta a esta reflexão a existência de funções desempenhadas noutras sociedades dominadas, significando isso tanto um aumento de responsabilidade como uma fonte cumulativa de rendimento.

Em alinhamento com o princípio enunciado, o GRUPO tem definida uma política retributiva cuja abrangência se estende, de forma segmentada, aos membros dirigentes e colaboradores, baseando-se no modelo internacional Korn Ferry/HayGroup, para a pontuação das funções.

De acordo com a metodologia em vigor, as funções são avaliadas com base no conhecimento, complexidade e responsabilidade/autonomia exigidas, e enquadradas, posteriormente, em grupos funcionais predefinidos, constituindo este o vetor referencial para a determinação das condições em matéria retributiva.

#### **b) A situação económica da Sociedade**

Deve ser tida em consideração a situação económica da Sociedade, bem como os interesses desta numa perspetiva de longo prazo e do real crescimento da mesma e da criação de valor para os seus acionistas.

Neste âmbito, o GRUPO tem vindo a suportar o seu desenvolvimento no planeamento de curto e médio prazo (Plano Estratégico do GRUPO), estabelecendo objetivos e definindo iniciativas cuja execução é alvo de avaliação periódica através de um conjunto de KPI, orientando a performance em torno de quatro dimensões: geração de *cash-flow*, controlo interno/risco controlado, crescimento sustentável e reforço organizacional.

Sendo o Plano Estratégico do GRUPO o instrumento orientador da sua estratégia, os KPI constituem um dos componentes-chave para a avaliação dos membros dirigentes do GRUPO e, respetivamente, para a determinação das suas compensações em matéria retributiva, direcionando os mecanismos de incentivo para a efetiva criação de valor, num horizonte de longo prazo.

#### **c) Condições gerais de mercado para situações equivalentes**

A definição de qualquer remuneração não pode fugir à lei da oferta e da procura, não sendo o caso dos titulares dos órgãos sociais exceção. Apenas o respeito pelas práticas do mercado permite manter profissionais com um nível de desempenho adequado à complexidade das funções e às responsabilidades atribuídas. É importante que a remuneração esteja alinhada com o mercado e seja estimulante, permitindo servir como meio para atingir um elevado desempenho individual e coletivo, assegurando-se não só os interesses do próprio, mas essencialmente os da Sociedade e a criação de valor para todos os seus acionistas.

Tendo em consideração o princípio supracitado, é âmbito da política retributiva do GRUPO a auditoria periódica às práticas de compensação, bem como a comparação das mesmas com o mercado. Para esse efeito, é adotada a metodologia internacional de pontuação de funções Korn Ferry/HayGroup, bem como estudos salariais Korn Ferry/HayGroup direcionados para os grupos funcionais de comparação, garantindo, deste modo, racionais de ajustamento competitivos à estratégia para o desenvolvimento do capital humano e à evolução do mercado salarial.

As opções concretas de política de remuneração submetidas e aprovadas foram as seguintes:

1. A remuneração dos membros executivos, bem como dos não-executivos não independentes do Conselho de Administração será composta por uma parte fixa e uma parte variável.

A política retributiva consagra dois aspetos fundamentais na compensação do universo de membros dirigentes e colaboradores do GRUPO: por um lado, a equidade/competitividade retributivas, salvaguardadas através da análise interna e comparação externa da proporção da retribuição fixa em relação à função exercida pelos titulares (utilizando como suporte a metodologia Korn Ferry/HayGroup); por outro, a meritocracia, complementando a retribuição fixa com uma retribuição variável, dependente da avaliação do desempenho.

2. A remuneração dos membros não-executivos independentes do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros da Mesa da Assembleia Geral será composta apenas por uma parte fixa.
3. A parte fixa da remuneração dos membros do Conselho de Administração com funções executivas, bem como dos membros não-executivos não independentes, consistirá num valor mensal pagável 14 vezes por ano.
4. A fixação do valor mensal para a parte fixa das remunerações dos membros do Conselho de Administração será efetuada para todos os que sejam membros da Comissão Executiva e para aqueles que, embora não pertencentes a esta comissão, não sejam considerados independentes.

5. A fixação de valor predeterminado por cada participação em reunião aos membros do Conselho de Administração será efetuada para aqueles que sejam considerados independentes e tenham funções essencialmente não-executivas.
6. As remunerações fixas dos membros do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral consistirão todas num valor fixo, pagável 12 vezes por ano.
7. O processo de atribuição de remunerações variáveis aos membros executivos, bem como aos não-executivos não independentes do Conselho de Administração, deverá seguir os critérios propostos pela Comissão de Vencimentos, atenta a avaliação de desempenho efetuada, da sua posição hierárquica, de critérios de performance de longo prazo da Sociedade, do crescimento real da mesma e das variáveis de desempenho escolhidas.

Ao abrigo da política retributiva definida para o GRUPO, a retribuição variável está dependente da avaliação de desempenho, cujos princípios gerais e respetivo modo de aplicação se encontram previstos no Modelo Corporativo de Gestão de Desempenho.

A avaliação do desempenho no GRUPO compreende duas componentes: a avaliação quantitativa, medida através do cumprimento de KPI indexados ao Plano Estratégico do GRUPO, e que são declinados em metas anuais, no início de cada ciclo de avaliação; e a avaliação qualitativa, que resulta de uma avaliação individual incidindo sobre competências-chave para o GRUPO.

A determinação da retribuição variável no GRUPO pressupõe a observância de duas condições cumulativas: o atingimento das metas-barreira, definidas no início de cada ciclo de avaliação anual, desdobradas a partir do Plano Estratégico do GRUPO; e o atingimento médio satisfatório das metas quantitativas ponderadas com a avaliação qualitativa individual, podendo resultar num valor de *payout* que varia entre um percentual mínimo e máximo predefinidos.

Adicionalmente, estão estabelecidos mecanismos preventivos de inibição do pagamento de retribuição variável, de modo a minimizar o incentivo de resultados desalinhados com uma perspetiva de criação de valor sustentável, num horizonte de longo prazo.

Como tal, não haverá lugar à atribuição de retribuição variável caso se verifique uma das seguintes condições:

- a. Uma das metas-barreira (que corresponde ao valor mínimo a atingir por KPI, para ser elegível o pagamento de retribuição variável) não ser atingida, de acordo com os parâmetros fixados no início de cada ciclo de avaliação anual; e
  - b. O atingimento médio das metas definidas por KPI, ponderado com a avaliação qualitativa individual, ser insatisfatório.
8. Na fixação de todas as remunerações, designadamente na distribuição do valor global da remuneração variável aos membros do Conselho de Administração, serão observados os princípios gerais acima consignados: funções desempenhadas, situação da Sociedade e critérios de mercado.

A política retributiva do GRUPO é extensível aos membros dirigentes e colaboradores, encontrando-se segmentada em grupos funcionais predefinidos (inserindo-se os membros do Conselho de Administração em *Top Executives*), utilizando como base o modelo internacional Korn Ferry/HayGroup para pontuação das funções. Salvaguarda-se na política retributiva do GRUPO que as retribuições fixadas a cada grupo funcional (quer se trate da componente fixa, quer da variável) tenham como racional a equidade interna e o *benchmarking* salarial relativo ao mercado de referência, desenvolvido periodicamente.

Em relação aos grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para fixação da remuneração, a Comissão de Vencimentos tem em consideração, nos limites da informação acessível, todas as sociedades nacionais de dimensão equivalente, designadamente dentro do PSI-20, e também sociedades de outros mercados internacionais com características equivalentes ao GRUPO.

Não se encontram fixados pela Comissão de Vencimentos quaisquer acordos quanto a pagamentos pelo GRUPO relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.



Tal como já referido, a remuneração dos administradores não-executivos não independentes do órgão de administração integra uma componente variável. A Sociedade entende que, para além de dever premiar a estratégia de longo prazo levada a cabo por todo o Conselho de Administração, incluindo os administradores não-executivos não independentes, esta situação não desvirtua a sua função não-executiva.

Para além de os estatutos determinarem que, em termos totais, a remuneração variável do Conselho de Administração não pode exceder 5% dos lucros do exercício, estão previstos mecanismos na política retributiva em vigor que visam, por um lado, premiar a criação de valor efetiva, numa perspetiva de longo prazo, e, por outro, desincentivar a assunção de riscos excessivos e de comportamentos desalinhados com a estratégia preconizada para o GRUPO.

Assim, a retribuição fixa e variável encontra-se balizada por posicionamentos retributivos que têm como racional a função, o respetivo grupo funcional e o *benchmarking* no mercado de referência. A retribuição fixa tem subjacente um valor mínimo e máximo predefinido por grupo funcional e a retribuição variável encontra-se indexada à avaliação de desempenho, podendo resultar num valor de *payout* que varia entre um percentual mínimo e máximo, predefinidos. Em termos agregados, o *mix* de retribuição fixa e variável encontra-se balanceado, através da fixação de limites mínimos e máximos, previstos no âmbito da política retributiva.

A Comissão de Vencimentos considera que a forma como se encontra estruturada a remuneração dos administradores é adequada, sendo que entende esta Comissão ser desnecessária a fixação de limites máximos potenciais, agregados e/ou individuais, da remuneração a pagar aos membros do órgão de administração, mais considerando que a política de remunerações adotada está em linha com as práticas remuneratórias da generalidade das empresas congéneres do PSI-20, ponderadas as características da Sociedade.

Os membros do órgão de administração não celebraram contratos, nem com a Sociedade, nem com terceiros que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.

#### **70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da Sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.**

A atual política de remunerações do GRUPO, tal como aprovada em Assembleia Geral, procura promover, numa perspetiva de médio e longo prazo, o alinhamento dos interesses dos administradores, demais órgãos sociais e dirigentes com os interesses da Sociedade, e assenta, sobretudo, numa base fixa, com uma componente variável (quando aplicável) em função dos resultados da atividade desenvolvida e da situação económica e financeira da Sociedade.

Conforme descrito no ponto 69, a política retributiva do GRUPO tem subjacentes instrumentos de retribuição variável estruturados de modo a promover o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da Sociedade, desincentivando a assunção excessiva de riscos, nomeadamente pela monitorização de KPI associados à dimensão “controlo interno/risco controlado”.

Para tal, estão definidos na política retributiva mecanismos de indexação da retribuição variável à avaliação de desempenho, que, por seu turno, se baseia em KPI declinados a partir do Plano Estratégico do GRUPO, definido para um horizonte de longo prazo.

Ao abrigo da componente quantitativa da avaliação de desempenho, são definidas, no início de cada ciclo de avaliação, as metas a atingir para cada um dos KPI.

A determinação da retribuição variável no GRUPO pressupõe um atingimento médio satisfatório das metas fixadas, ponderadas com a avaliação qualitativa individual (podendo resultar num valor de *payout* que varia entre um percentual mínimo e máximo, predefinidos).

Adicionalmente, estão estabelecidos mecanismos preventivos de inibição do pagamento de retribuição variável, caso se verifique uma das seguintes condições:

- Uma das metas-barreira (que corresponde ao valor mínimo a atingir por KPI, para ser elegível o pagamento de retribuição variável) não ser atingida, de acordo com os parâmetros fixados no início de cada ciclo de avaliação anual; e
- O atingimento médio das metas definidas por KPI, ponderado com a avaliação qualitativa individual, ser insatisfatório.

#### **71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.**

A política de remuneração e compensação dos membros executivos do Conselho de Administração da Sociedade, e dos membros não executivos não independentes, obedece a um plano composto por: (i) uma componente fixa definida de acordo com a função, respetivo enquadramento nos grupos funcionais predefinidos para o GRUPO e *benchmarking* de mercado (suportados na metodologia internacional Korn Ferry/HayGroup de pontuação de funções) e que engloba a remuneração bruta base paga por referência ao período de um ano; e (ii) uma componente variável paga a título de prémio de performance tendo em consideração a evolução do seu desempenho, baseada em critérios definidos e revistos anualmente pela Comissão de Vencimentos.

Os critérios de atribuição da retribuição variável aos membros dos órgãos de administração do GRUPO estão indexados à avaliação de desempenho, da responsabilidade da Comissão de Vencimentos.

A avaliação do desempenho compreende duas componentes: a avaliação quantitativa, medida através do cumprimento de KPI indexados ao Plano Estratégico do GRUPO e que são declinados em metas anuais, fixadas no início de cada ciclo de avaliação; e a avaliação qualitativa, que resulta de uma avaliação individual discricionária.

O pagamento da retribuição variável aplicável aos membros dirigentes do GRUPO pressupõe a observância de duas condições cumulativas: o atingimento das metas barreira, definidas no início de cada ciclo de avaliação anual, desdobradas a partir do Plano Estratégico do GRUPO; e o atingimento satisfatório das metas quantitativas ponderadas com a avaliação qualitativa individual, podendo resultar num valor de *payout* que varia entre um percentual mínimo e máximo, predefinidos.

#### **72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.**

Não existe qualquer diferimento no pagamento das referidas remunerações variáveis. Não obstante este facto, a Comissão de Vencimentos estrutura a remuneração dos membros do órgão de administração de forma a poder haver uma continuação do desempenho positivo da Sociedade no longo prazo. *Ex ante*, a monitorização do desempenho positivo é realizada através da avaliação periódica dos KPI desdobrados do Plano Estratégico do GRUPO, permitindo acompanhar a evolução do desempenho da Sociedade. *Ex post*, encontram-se definidos mecanismos na política retributiva que visam inibir o pagamento de retribuição variável caso não seja verificada uma das seguintes condições:

- Uma das metas-barreira (que corresponde ao valor mínimo a atingir por KPI, para ser elegível o pagamento de retribuição variável) não ser atingida, de acordo com os parâmetros fixados no início de cada ciclo de avaliação anual; e
- O atingimento médio das metas definidas por KPI ponderado com a avaliação qualitativa individual ser insatisfatório.

A Comissão de Vencimentos considera que a forma como se encontra estruturada a remuneração dos administradores, nomeadamente a ausência de qualquer mecanismo de diferimento da componente variável, é adequada e permite o alinhamento dos interesses destes com os interesses da Sociedade no longo prazo. Pelo mesmo motivo, entende a Comissão de Vencimentos ser desnecessária a fixação de limites máximos potenciais, agregados e/ou individuais, da remuneração a pagar aos membros dos órgãos sociais, mais considerando que a política de remunerações adotada está em linha com as práticas remuneratórias da generalidade das empresas congéneres do PSI-20, ponderadas as características da Sociedade.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar à atribuição de ações e/ou qualquer outro sistema de incentivos com ações.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar à atribuição de direitos a adquirir opções sobre ações.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

A Sociedade não tem qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

Com exceção dos administradores acionistas fundadores, a Sociedade não tem em vigor regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores. Os administradores acionistas fundadores são beneficiários de um plano de pensões de benefícios definidos, que lhes permitirá obter uma pensão correspondente a 80% do salário auferido na data da reforma. O referido plano já se encontrava em vigor em data anterior à data de admissão à cotação da MOTA-ENGIL.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os montantes acumulados de responsabilidades com planos de reforma de benefícios definidos relativamente aos acima referidos administradores eram como se segue:

Membros	Valores em euros		
	2018	2017	Variação
António Manuel Queirós V. da Mota	4 799 224	4 785 501	13 723
Maria Manuela Q. V. Mota dos Santos	2 183 927	2 855 574	(671 647)
Maria Teresa Q. V. Mota Neves da Costa	2 070 093	2 247 151	(177 058)
Maria Paula Queirós V. Mota de Meireles	2 163 790	2 243 406	(79 616)
	<b>11 217 034</b>	<b>12 131 632</b>	(914 598)

A variação ocorrida em 2018 nas responsabilidades acumuladas deveu-se, essencialmente, ao aumento da idade de reforma de um dos administradores e ao decréscimo na taxa de crescimento dos salários estimada.

## IV. Divulgação das remunerações

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da Sociedade, proveniente da Sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

Membros	Componente Fixa	Componente Variável	Valores em euros	
			Senhas de presença	Total
<b>Administradores executivos</b>				
Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins	421 507			421 507
Manuel António Fonseca Vasconcelos da Mota	285 000	100 000		385 000
João Pedro Santos Dinis Parreira	301 142			301 142
António Martinho Ferreira Oliveira	291 021			291 021
Ismael Antunes Hernandez Gaspar	288 171			288 171
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	277 460			277 460
Eduardo João Frade Sobral Pimentel	256 087			256 087
Luís Filipe Cardoso da Silva	241 754			241 754
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas	217 254			217 254
<b>Administradores não executivos não independentes</b>				
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	476 000			476 000
Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo	411 000			411 000
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles	257 107			257 107
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos	251 000			251 000
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa	251 000			251 000
<b>Administradores não executivos independentes</b>				
Luís Valente de Oliveira			60 000	60 000
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier			50 000	50 000
António Manuel da Silva Vila Cova			44 500	44 500
Francisco Manuel Seixas da Costa			40 000	40 000
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho			35 000	35 000
Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto			25 000	25 000
Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro			20 000	20 000
				<b>4 600 002</b>

Não existem quaisquer planos de atribuição de ações ou de direitos de adquirir opções sobre ações ou de qualquer outro sistema de incentivos com ações, sendo que os critérios relativos às componentes variáveis da remuneração dos órgãos de administração são aqueles que constam da política de remunerações descrita no ponto 69.

A informação sobre a ligação entre a remuneração e o desempenho dos órgãos de administração é aquela que consta da política de remunerações descrita no ponto 69.

A informação sobre os principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais é aquela que consta da política de remunerações descrita no ponto 69.

Não existem quaisquer outros montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.

**78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de GRUPO ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.**

Os montantes pagos por outras sociedades do GRUPO encontram-se incluídos no quadro do ponto anterior.

**79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos.**

A componente variável da remuneração dos membros do Conselho de Administração corresponde a um prémio de desempenho e está dependente da avaliação de desempenho, cujos princípios gerais e respetivo modo de aplicação se encontram previstos no Modelo Corporativo de Gestão de Desempenho, tal como já explicitado no ponto 69.

Os montantes pagos aos administradores executivos e aos administradores não executivos não independentes sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamentos de prémios, encontram-se explicitados no quadro constante do ponto 77.

**80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.**

Não foram pagas indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

**81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da Sociedade, para efeitos da Lei nº 28/2009, de 19 de junho.**

		Valores em euros
Membros	Empresa	Total
Alberto João Coraceiro de Castro	Mota-Engil SGPS	30.000
José Rodrigues de Jesus	Mota-Engil SGPS	30.000
Horácio Fernando Reis Sá	Mota-Engil SGPS	12.000
		<b>72.000</b>

Adicionalmente, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda auferiu, na Sociedade e em empresas em relação de domínio ou GRUPO, o montante de 1.522.863 euros (ver pontos 46 e 47).

**82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral.**

Durante o ano de 2018, o atual presidente da Mesa da Assembleia Geral auferiu 3.839 euros.

## V. Acordos com implicações remuneratórias

**83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.**

Não se encontram fixados contratualmente quaisquer limites para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador para além do previsto na lei. A Sociedade recorrerá aos instrumentos jurídicos disponíveis na lei adequados para esta situação, nomeadamente se existir desempenho desadequado de um administrador. Por outro lado, não existe nenhum instrumento jurídico celebrado com administradores que obriguem a Sociedade, nos casos previstos na recomendação III.8, ao pagamento de qualquer indemnização ou compensação além do que é legalmente exigível.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade. (art. 245º-A, nº 1, al. L).

Não foram celebrados quaisquer acordos entre a Sociedade e os administradores e dirigentes que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

## VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações (*stock options*)

### 85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar à atribuição de direitos a adquirir opções sobre ações.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e ou o exercício de opções).

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar à atribuição de direitos a adquirir opções sobre ações.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações (*'stock options'*) de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar à atribuição de direitos a adquirir opções sobre ações.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (art. 245º-A, nº 1, al. E)).

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar à atribuição de direitos a adquirir opções sobre ações.

## E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### I. Mecanismos e procedimentos de controlo

#### 89. Mecanismos implementados pela Sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas.

Todos os negócios realizados pela Sociedade com partes relacionadas respeitam o interesse da Sociedade e suas participadas e são realizados em condições normais de mercado. Os mecanismos implementados para controlar tais transações passam por procedimentos administrativos específicos que decorrem de imposições normativas, nomeadamente as relativas às regras dos preços de transferência, e pela obrigatoriedade de aprovação prévia pelo Conselho Fiscal das transações realizadas com titulares de participação qualificada ou com entidades com eles relacionadas, nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, ou respetivas renovações, cujo valor agregado por entidade seja superior a 500 mil euros por ano.

#### 90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Durante o ano de 2018, não ocorreram transações que devessem ter sido sujeitas a controlo por parte do Conselho Fiscal.

#### 91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários.

Tal como previsto no Regulamento de Funcionamento do Conselho Fiscal, compete a este órgão apreciar previamente as transações a realizar com titulares de participação qualificada ou com entidades com eles relacionadas, nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, ou respetivas renovações, cujo valor agregado por entidade seja superior a 500 mil euros por ano.

### II. Elementos relativos aos negócios

#### 92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

A informação sobre os negócios efetuados com partes relacionadas encontra-se divulgada na Nota 42 às demonstrações financeiras consolidadas constante do Relatório e Contas Consolidadas 2018.

# PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

O presente relatório obedece ao modelo constante do anexo ao Regulamento da CMVM nº 4/2013, de 1 de agosto, e tem por referência o Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de *Corporate Governance* (2018) divulgado através do seu endereço eletrónico [www.cgov.pt](http://www.cgov.pt).

## 2. ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

Indicação discriminada das recomendações incluídas no Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de *Corporate Governance* adotadas e não adotadas pela Mota-Engil:

Recomendação/Capítulo	Cumprimento	Relatório
<b>I. PARTE GERAL</b>		
<b>I.1. Relação da Sociedade com investidores e informação</b>		
I.1.1. A Sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a produção, o tratamento e a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais <i>stakeholders</i> , aos analistas financeiros e ao mercado em geral.	Cumprida	21, 56 e 58
<b>I.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da Sociedade</b>		
I.2.1. As Sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.	Cumprida	21
I.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respectivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros —, devendo ser elaboradas atas detalhadas das respectivas reuniões.	Cumprida	21
I.2.3. Os regulamentos internos de órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados, na íntegra, no sítio da <i>internet</i> .	Não cumprida	22 e 34
I.2.4. A composição, o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio <i>internet</i> da Sociedade.	Cumprida	17, 21, 23 e 35
I.2.5. Os regulamentos internos da Sociedade devem prever a existência e assegurar o funcionamento de mecanismos de deteção e prevenção de irregularidades, bem como a adopção de uma política de comunicação de irregularidades ( <i>whistleblowing</i> ) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmissor, sempre que esta seja solicitada.	Cumprida	49
<b>I.3. Relação entre órgãos da Sociedade</b>		
I.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adoptadas pela Sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da Sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspectivas de desenvolvimento da Sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.	Cumprida	21
I.3.2. Cada órgão e comissão da Sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respectivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.	Cumprida	21
<b>I.4. Conflitos de Interesse</b>		
I.4.1. Deve ser imposta a obrigação de os membros dos órgãos e comissões societárias informarem pontualmente o respectivo órgão ou comissão sobre os factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.	Cumprida	26
I.4.2. Deverão ser adoptados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respectivos membros lhe solicitarem.	Cumprida	26 e 67
<b>I.5. Transações com partes relacionadas</b>		
I.5.1. O órgão de administração deve definir, com parecer prévio e vinculativo do órgão de fiscalização, o tipo, o âmbito e o valor mínimo, individual ou agregado, dos negócios com partes relacionadas que: (i) requerem a aprovação prévia do órgão de administração (ii) e os que, por serem de valor mais elevado, requerem, ainda, um parecer prévio favorável do órgão de fiscalização.	Cumprida	89
I.5.2. O órgão de administração deve, pelo menos de seis em seis meses, comunicar ao órgão de fiscalização todos os negócios abrangidos pela Recomendação I.5.1.	Não aplicável	



Recomendação/Capítulo	Cumprimento	Relatório
<b>II. ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL</b>		
II.1. A Sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto.	Cumprida	12
II.2. A Sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Cumprida	14
II.3. A Sociedade deve implementar meios adequados para o exercício do direito de voto por correspondência, incluindo por via electrónica.	Cumprida	12
II.4. A Sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na assembleia por meios telemáticos.	Cumprida	12
II.5. Os estatutos da Sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não aplicável	
II.6. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores	Cumprida	4

<b>III. ADMINISTRAÇÃO NÃO EXECUTIVA E FISCALIZAÇÃO</b>		
III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador ( <i>lead independent director</i> ) para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.	Cumprida	21
III.2. O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da Sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas.	Cumprida	17 e 31
III.3. Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.	Cumprida	17 e 18
III.4. Cada Sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: (i) Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da Sociedade; (ii) Ter sido colaborador da Sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; (iii) Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a Sociedade ou com Sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; (iv) Ser beneficiário de remuneração paga pela Sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; (v) Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da Sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na Sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; (vi) Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.	Cumprida	18
III.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da Sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos ( <i>cooling-off period</i> ).	Não aplicável	
III.6. Os administradores não-executivos devem participar na definição, pelo órgão de administração, da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a Sociedade em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.	Cumprida	21
III.7. O conselho geral e de supervisão deve, no quadro das suas competências legais e estatutárias, colaborar com o conselho de administração executivo na definição da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a Sociedade, em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.	Não aplicável	
III.8. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização deve, em especial, acompanhar, avaliar e pronunciar-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco definidas pelo órgão de administração.	Parcialmente cumprida	21 e 38
III.9. As Sociedades devem constituir comissões internas especializadas adequadas à sua dimensão e complexidade, abrangendo, separada ou cumulativamente, as matérias de governo societário, de remunerações e avaliação do desempenho, e de nomeações.	Cumprida	21
III.10. Os sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna devem ser estruturados em termos adequados à dimensão da Sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade.	Cumprida	50, 54 e 55
III.11. O órgão de fiscalização e a comissão para as matérias financeiras devem fiscalizar a eficácia dos sistemas e de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Cumprida	50 e 51
III.12. O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de controlo interno, incluindo controlo de cumprimento das normas aplicadas à Sociedade ( <i>serviços de compliance</i> ) e de auditoria interna, e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.	Cumprida	38, 49 e 50

<b>IV. ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA</b>		
IV.1. O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos executivos e do exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.	Cumprida	21 e 26
IV.2. O órgão de administração deve assegurar que a Sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da Sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	Cumprida	21
IV.3. O órgão de administração deve fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e zelar pela sua prossecução.	Cumprida	50 a 55
IV.4. O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela Sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.	Cumprida	50

Recomendação/Capítulo	Cumprimento	Relatório
<b>V. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES</b>		
<b>V.1 Avaliação Anual de Desempenho</b>		
V.1.1. O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores delegados, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da Sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da Sociedade.	Cumprida	21 e 24
V.1.2. O órgão de fiscalização deve fiscalizar a administração da Sociedade e, em particular, avaliar anualmente o cumprimento do plano estratégico da Sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o funcionamento interno do órgão de administração e das suas comissões, bem como o relacionamento entre órgãos e comissões da Sociedade.	Cumprida	38 e 50
<b>V.2 Remunerações</b>		
V.2.1. A fixação das remunerações deve competir a uma comissão, cuja composição assegure a sua independência em face da administração.	Cumprida	67 e 69
V.2.2. A comissão de remunerações deve aprovar, no início de cada mandato, fazer executar e confirmar, anualmente, a política de remuneração dos membros dos órgãos e comissões da Sociedade, no âmbito da qual sejam fixadas as respectivas componentes fixas, e, quanto aos administradores executivos ou administradores pontualmente investidos de tarefas executivas, caso exista componente variável da remuneração, os respectivos critérios de atribuição e de mensuração, os mecanismos de limitação, os mecanismos de diferimento do pagamento da remuneração e os mecanismos de remuneração baseados em opções ou ações da própria Sociedade.	Cumprida	66
V.2.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deverá conter adicionalmente:  (i) A remuneração total discriminada pelos diferentes componentes, a proporção relativa da remuneração fixa e da remuneração variável, uma explicação do modo como a remuneração total cumpre a política de remuneração adotada, incluindo a forma como contribui para o desempenho da Sociedade a longo prazo, e informações sobre a forma como os critérios de desempenho foram aplicados;  (ii) As remunerações provenientes de Sociedades pertencentes ao mesmo grupo;  (iii) O número de ações e de opções sobre ações concedidas ou oferecidas, e as principais condições para o exercício dos direitos, incluindo o preço e a data desse exercício e qualquer alteração dessas condições;  (iv) Informações sobre a possibilidade de solicitar a restituição de uma remuneração variável;  (v) Informações sobre qualquer afastamento do procedimento de aplicação da política de remuneração aprovada, incluindo a explicação da natureza das circunstâncias excecionais e a indicação dos elementos específicos objeto de derrogação;  (vi) Informações quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à cessação de funções de administradores.	Cumprida	69 a 81
V.2.4. Para cada mandato, a comissão de remunerações deve igualmente aprovar o regime de pensões dos administradores, se os estatutos as admitirem, e o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da Sociedade em virtude da respectiva cessação de funções.	Cumprida	76
V.2.5. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respectiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da Sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.	Cumprida	21
V.2.6. Dentro das limitações orçamentais da Sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela Sociedade, dos serviços de consultoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções. A Comissão de remunerações deve assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respectivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria Sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão.	Cumprida	67
<b>V.3 Remuneração dos Administradores</b>		
V.3.1. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a Sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da Sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.	Cumprida	69
V.3.2. Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da Sociedade.	Não cumprida	72
V.3.4. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	73
V.3.5. A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da Sociedade ou do seu valor.	Cumprida	69
V.3.6. A Sociedade deve estar dotada dos instrumentos jurídicos adequados para que a cessação de funções antes do termo do mandato não origine, direta ou indiretamente, o pagamento ao administrador de quaisquer montantes além dos previstos na lei, devendo explicitar os instrumentos jurídicos adotados no relatório de governo da Sociedade.	Cumprida	69
<b>V.4 Nomeações</b>		
V.4.1. A Sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.	Cumprida	21
V.4.2. A não ser que a dimensão da Sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.	Cumprida	16 e 21
V.4.3. Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes.	Não cumprida	21 e 67
V.4.4. A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.	Cumprida	21

Recomendação/Capítulo	Cumprimento	Relatório
<b>VI. GESTÃO DO RISCO</b>		
VI.1. O órgão de Administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da Sociedade, que inclua a definição de níveis de risco considerados aceitáveis.	Cumprida	50 a 55
VI.2. Tendo por base a sua política de risco, a Sociedade deve instituir um sistema de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respectivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adoptar tendo em vista a respectiva mitigação, (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento e (v) o procedimento de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema.	Cumprida	53 e 54
VI.3. A Sociedade deve avaliar anualmente o grau de cumprimento interno e o desempenho do sistema de gestão de riscos, bem como a perspectiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	Cumprida	54
<b>VII. INFORMAÇÃO FINANCEIRA</b>		
<b>VII.1 Informação Financeira</b>		
VII.1.1. O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.	Cumprida	38
<b>VII.2 Revisão legal de contas e fiscalização</b>		
VII.2.1. Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir: (i) Os critérios e o processo de seleção do revisor oficial de contas; (ii) A metodologia de comunicação da Sociedade com o revisor oficial de contas; (iii) Os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas; (iv) Os serviços distintos de auditoria que não podem ser prestados pelo revisor oficial de contas.	Cumprida	37 e 38
VII.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na Sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Cumprida	38
VII.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Cumprida	37 e 38
VII.2.4. O revisor oficial de contas deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização.	Cumprida	38 e 50
VII.2.5. O revisor oficial de contas deve colaborar com o órgão de fiscalização, prestando-lhe imediatamente informação sobre quaisquer irregularidades relevantes para o desempenho das funções do órgão de fiscalização que tenha detetado, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.	Cumprida	38 e 50

### 3. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem recomendações cuja não observância ou não aplicação necessitem de posteriores fundamentações.







# 04

Anexos

---



MOTAENGIL

## 1 - DECLARAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 245º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação financeira constante deste relatório e contas foi elaborada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) tal como adotadas pela União Europeia, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da MOTA-ENGIL e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da MOTA-ENGIL e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Porto, 11 de março de 2019

António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota  
Presidente do Conselho de Administração

Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins  
Vice-presidente do Conselho de Administração e  
Presidente da Comissão Executiva (*Chief Executive Officer*)

Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo  
Vice-presidente do Conselho de Administração

Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho  
Vice-presidente não executivo e independente do  
Conselho de Administração

Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos  
Vogal do Conselho de Administração

Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa  
Vogal do Conselho de Administração

Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles  
Vogal do Conselho de Administração

Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos  
Vogal do Conselho de Administração e  
Membro da Comissão Executiva

Ismael Antunes Hernandez Gaspar  
Vogal do Conselho de Administração e  
Membro da Comissão Executiva

José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas  
Vogal do Conselho de Administração e  
Membro da Comissão Executiva (*Chief Financial Officer*)

Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota  
Vogal do Conselho de Administração e  
Membro da Comissão Executiva

João Pedro dos Santos Dinis Parreira  
Vogal do Conselho de Administração e  
Membro da Comissão Executiva

Eduardo João Frade Sobral Pimentel  
Vogal do Conselho de Administração e  
Membro da Comissão Executiva

Luís Filipe Cardoso da Silva  
Vogal do Conselho de Administração e  
Membro da Comissão Executiva

António Martinho Ferreira de Oliveira  
Vogal do Conselho de Administração

Luís Valente de Oliveira  
Vogal não-executivo e independente do  
Conselho de Administração

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier  
Vogal não-executivo e independente do  
Conselho de Administração

António Manuel da Silva Vila Cova  
Vogal não-executivo e independente do  
Conselho de Administração

Francisco Manuel Seixas da Costa  
Vogal não executivo e independente do  
Conselho de Administração

Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto  
Vogal não executivo e independente do  
Conselho de Administração

Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro  
Vogal não executivo e independente do  
Conselho de Administração



## 2 - ARTIGOS 324º Nº 2 E 66º Nº 5 ALÍNEA D) DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Durante o exercício de 2018, por entender que o valor de cotação da ação não refletia o seu justo valor, a MOTA-ENGIL adquiriu 2.451.769 ações próprias (representativas de 1,03% do seu capital social), discriminadas como se segue:

Data	Compra/Venda	Bolsa / Fora Bolsa	Preço	Nº de ações	Custo total incorrido
11/09/2018	Compra	Bolsa	2,150 €	5 000	10 750
11/09/2018	Compra	Bolsa	2,155 €	55 000	118 525
12/09/2018	Compra	Bolsa	2,175 €	20 000	43 500
12/09/2018	Compra	Bolsa	2,200 €	20 000	44 000
12/09/2018	Compra	Bolsa	2,205 €	7 853	17 316
12/09/2018	Compra	Bolsa	2,210 €	2 147	4 745
12/09/2018	Compra	Bolsa	2,215 €	20 000	44 300
13/09/2018	Compra	Bolsa	2,170 €	21 480	46 612
13/09/2018	Compra	Bolsa	2,180 €	80 000	174 400
13/09/2018	Compra	Bolsa	2,185 €	5 000	10 925
13/09/2018	Compra	Bolsa	2,210 €	10 000	22 100
13/09/2018	Compra	Bolsa	2,215 €	10 000	22 150
18/09/2018	Compra	Bolsa	2,155 €	10 883	23 453
18/09/2018	Compra	Bolsa	2,160 €	17 029	36 783
18/09/2018	Compra	Bolsa	2,165 €	44 588	96 533
18/09/2018	Compra	Bolsa	2,170 €	10 000	21 700
18/09/2018	Compra	Bolsa	2,180 €	2 500	5 450
19/09/2018	Compra	Bolsa	2,150 €	7 609	16 359
19/09/2018	Compra	Bolsa	2,170 €	11 461	24 870
21/09/2018	Compra	Bolsa	2,115 €	15 000	31 725
21/09/2018	Compra	Bolsa	2,120 €	45 000	95 400
21/09/2018	Compra	Bolsa	2,135 €	15 000	32 025
05/10/2018	Compra	Bolsa	1,946 €	6 939	13 503
05/10/2018	Compra	Bolsa	1,948 €	5 991	11 670
05/10/2018	Compra	Bolsa	1,950 €	163 806	319 422
08/10/2018	Compra	Bolsa	1,910 €	16 432	31 385
08/10/2018	Compra	Bolsa	1,912 €	13 568	25 942
08/10/2018	Compra	Bolsa	1,916 €	4 106	7 867
08/10/2018	Compra	Bolsa	1,918 €	1 386	2 658
08/10/2018	Compra	Bolsa	1,920 €	14 508	27 855
09/10/2018	Compra	Bolsa	1,828 €	10 000	18 280
09/10/2018	Compra	Bolsa	1,830 €	25 000	45 750
09/10/2018	Compra	Bolsa	1,834 €	5 000	9 170
09/10/2018	Compra	Bolsa	1,836 €	2 000	3 672
09/10/2018	Compra	Bolsa	1,838 €	2 785	5 119
09/10/2018	Compra	Bolsa	1,840 €	50 215	92 396
09/10/2018	Compra	Bolsa	1,860 €	15 856	29 492
10/10/2018	Compra	Bolsa	1,790 €	1 142	2 044
10/10/2018	Compra	Bolsa	1,820 €	50 000	91 000
10/10/2018	Compra	Bolsa	1,830 €	50 000	91 500
10/10/2018	Compra	Bolsa	1,840 €	50 000	92 000
10/10/2018	Compra	Bolsa	1,844 €	3 064	5 650
10/10/2018	Compra	Bolsa	1,860 €	10 000	18 600
10/10/2018	Compra	Bolsa	1,866 €	10 000	18 660
10/10/2018	Compra	Bolsa	1,870 €	10 000	18 700
17/10/2018	Compra	Bolsa	1,860 €	20 000	37 200
17/10/2018	Compra	Bolsa	1,868 €	5 299	9 899
17/10/2018	Compra	Bolsa	1,870 €	54 528	101 967
17/10/2018	Compra	Bolsa	1,874 €	11 719	21 961

Data	Compra/Venda	Bolsa / Fora Bolsa	Preço	Nº de ações	Custo total incorrido
17/10/2018	Compra	Bolsa	1,876 €	10 000	18 760
17/10/2018	Compra	Bolsa	1,878 €	11 648	21 875
17/10/2018	Compra	Bolsa	1,880 €	191 186	359 430
18/10/2018	Compra	Bolsa	1,840 €	20 000	36 800
23/10/2018	Compra	Bolsa	1,690 €	20 000	33 800
23/10/2018	Compra	Bolsa	1,700 €	10 000	17 000
23/10/2018	Compra	Bolsa	1,702 €	2 000	3 404
23/10/2018	Compra	Bolsa	1,704 €	2 000	3 408
23/10/2018	Compra	Bolsa	1,706 €	2 000	3 412
26/10/2018	Compra	Bolsa	1,700 €	17 657	30 017
31/10/2018	Compra	Bolsa	1,748 €	2 000	3 496
31/10/2018	Compra	Bolsa	1,750 €	2 000	3 500
31/10/2018	Compra	Bolsa	1,752 €	2 000	3 504
31/10/2018	Compra	Bolsa	1,754 €	2 000	3 508
31/10/2018	Compra	Bolsa	1,756 €	2 000	3 512
06/11/2018	Compra	Bolsa	1,690 €	4 134	6 986
06/11/2018	Compra	Bolsa	1,696 €	21 981	37 280
06/11/2018	Compra	Bolsa	1,698 €	20 000	33 960
06/11/2018	Compra	Bolsa	1,700 €	3 000	5 100
06/11/2018	Compra	Bolsa	1,710 €	51 700	88 407
06/11/2018	Compra	Bolsa	1,712 €	3 000	5 136
06/11/2018	Compra	Bolsa	1,718 €	2 500	4 295
07/11/2018	Compra	Bolsa	1,730 €	17 043	29 484
08/11/2018	Compra	Bolsa	1,760 €	50 000	88 000
08/11/2018	Compra	Bolsa	1,770 €	32 957	58 334
13/11/2018	Compra	Bolsa	1,680 €	2 000	3 360
13/11/2018	Compra	Bolsa	1,690 €	50 000	84 500
14/11/2018	Compra	Bolsa	1,630 €	136 380	222 299
14/11/2018	Compra	Bolsa	1,632 €	20 000	32 640
14/11/2018	Compra	Bolsa	1,634 €	20 000	32 680
14/11/2018	Compra	Bolsa	1,636 €	20 000	32 720
14/11/2018	Compra	Bolsa	1,638 €	20 000	32 760
14/11/2018	Compra	Bolsa	1,640 €	70 000	114 800
14/11/2018	Compra	Bolsa	1,650 €	50 000	82 500
15/11/2018	Compra	Bolsa	1,590 €	35 731	56 812
15/11/2018	Compra	Bolsa	1,600 €	25 000	40 000
15/11/2018	Compra	Bolsa	1,610 €	66 243	106 651
15/11/2018	Compra	Bolsa	1,620 €	58 757	95 186
15/11/2018	Compra	Bolsa	1,630 €	63 620	103 701
15/11/2018	Compra	Bolsa	1,640 €	50 000	82 000
19/11/2018	Compra	Bolsa	1,578 €	10 000	15 780
19/11/2018	Compra	Bolsa	1,580 €	5 000	7 900
20/11/2018	Compra	Bolsa	1,508 €	7 338	11 066
20/11/2018	Compra	Bolsa	1,510 €	20 000	30 200
21/11/2018	Compra	Bolsa	1,502 €	5 000	7 510
21/11/2018	Compra	Bolsa	1,504 €	5 000	7 520
21/11/2018	Compra	Bolsa	1,506 €	29 286	44 105
21/11/2018	Compra	Bolsa	1,508 €	714	1 077
22/11/2018	Compra	Bolsa	1,498 €	50 000	74 900
22/11/2018	Compra	Bolsa	1,500 €	50 000	75 000
12/12/2018	Compra	Bolsa	1,564 €	5 000	7 820
12/12/2018	Compra	Bolsa	1,566 €	25 000	39 150
<b>TOTAL</b>				<b>2 451 769</b>	<b>4 444 029</b>

Em 31 de dezembro de 2018, a MOTA-ENGI detinha 6.091.581 ações próprias representativas de 2,56% do seu capital social, as quais não conferiam direitos de voto.

### 3 - ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Divulgação de ações e outros títulos detidos por membros do Conselho de Administração e por dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas, nos termos do Artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, e das transações sobre os mesmos efetuadas no decurso do exercício.

Anexo a que se refere o Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais:

Dirigentes	Data	Detendo ações de									
		MOTA-ENGI, SGPS, SA					MGP, SGPS, SA		FM, SGPS, SA		
		Qt.	Preço	Compra / Venda	Bolsa / Fora Bolsa	%	Qt.	%	Qt.	%	
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	Saldo Inicial	5 550 020				2,34%	0	0,0%	28 701	34,48%	
	3/set/18	-1 400 000		Doação							
	9/out/18	10 000	1,836	Compra	Bolsa						
	22/nov/18	50 000	1,513	Compra	Bolsa						
	Saldo Final	4 210 020				1,77%	0	0,0%	28 701	34,48%	
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos	Saldo Inicial	3 675 066				1,55%		0,0%	17 902	21,51%	
	28/mai/18	-300 000		Doação							
	Saldo Final	3 375 066				1,42%	0	0,0%	17 902	21,51%	
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa	Saldo Final	3 676 836				1,55%	0	0,0%	17 902	21,51%	
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles	Saldo Final	4 494 211				1,89%	0	0,0%	17 902	21,51%	
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	Saldo Inicial	80 000				0,03%					
	28/mai/18	300 000		Doação							
	Saldo Final	380 000				0,16%					
Maria Sílvia Fonseca Vasconcelos Mota	Saldo Inicial	87 061				0,04%					
	3/set/18	350 000		Doação							
	Saldo Final	437 061				0,18%					
José Manuel Mota Neves da Costa	Saldo Final	35 000				0,01%					
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota	Saldo Inicial	90 000				0,04%					
	3/set/18	350 000		Doação							
	Saldo Final	440 000				0,19%					
Luis Filipe Cardoso da Silva	Saldo Final	12 500				0,01%					
Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins	Saldo Final	12 435				0,01%					
Ismael Antunes Hernandez Gaspar	Saldo Final	1 000				0,00%					
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas	Saldo Final	20 138				0,01%					
Alberto João Coraceiro de Castro	Saldo Final	2 200				0,00%					
António Lago Cerqueira, S.A.	Saldo Final	3 091 577				1,30%					
António Cândido Lopes Natário	Saldo Final <sup>(1)</sup>	10 000				0,00%					
Rui Jorge Teixeira de Carvalho Pedroto	Saldo Final <sup>(1)</sup>	2 000				0,00%					
F.M. - Sociedade de Controlo, SGPS, SA	Saldo Final	-				-	6 337 640	100,0%			

(1) Posição em 31 de dezembro de 2018 e na data da sua nomeação para os órgãos sociais da Mota-Engil SGPS.

Dirigentes	Data	Detendo ações de								
		MOTA-ENGL, SGPS, SA					MGP, SGPS, SA		FM, SGPS, SA	
		Qt.	Preço	Compra / Venda	Bolsa / Fora Bolsa	%	Qt.	%	Qt.	%
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA	<b>Saldo Inicial</b>	<b>132 803 739</b>				<b>55,92%</b>				
	6/fev/18	488	3,585	Compra	Bolsa					
	6/fev/18	3 997	3,590	Compra	Bolsa					
	6/fev/18	1 000	3,595	Compra	Bolsa					
	6/fev/18	4 515	3,600	Compra	Bolsa					
	9/fev/18	100 000	3,540	Compra	Bolsa					
	14/fev/18	40 000	3,460	Compra	Bolsa					
	6/set/18	17 948	2,200	Compra	Bolsa					
	20/nov/18	225 000	1,518	Compra	Bolsa					
	22/nov/18	100 000	1,500	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	3 399	1,678	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	1 500	1,678	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	1 498	1,678	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	3 603	1,678	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	7 197	1,678	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	2 803	1,678	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	1 036	1,678	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	7 600	1,678	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	1 322	1,678	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	42	1,678	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	2 485	1,686	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	4 500	1,686	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	3 015	1,686	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	2 450	1,686	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	1 757	1,686	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	5 793	1,686	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	5 000	1,678	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	7	1,686	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	60	1,686	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	1 683	1,686	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	3 192	1,686	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	286	1,686	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	768	1,686	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	2 717	1,686	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	1 287	1,686	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	583	1,680	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	5 444	1,680	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	8 378	1,680	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	35 595	1,680	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	1 844	1,674	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	2 178	1,674	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	912	1,674	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	66	1,674	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	10 845	1,670	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	1 640	1,670	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	12 897	1,670	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	2 716	1,670	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	241	1,670	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	1 559	1,670	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	1 987	1,670	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	2 716	1,670	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	9 067	1,670	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	2 762	1,670	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	933	1,670	Compra	Bolsa					
	28/nov/18	2 637	1,670	Compra	Bolsa					
	<b>Saldo Final</b>	<b>133 466 687</b>				<b>56,20%</b>	-	-		

As obrigações detidas pelos membros do Conselho de Administração, pelos dirigentes e pelos membros dos órgãos de fiscalização da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 eram como segue:

Nome	nº de obrigações	obrigação ME 2014/2019 (VN - 10.000€)	obrigação ME 2015/2020 (VN - 500€)	obrigação ME 2018/2022 (VN - 500€)
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	376	-	-	376
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos	140	-	-	140
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa	28	16	12	-
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles	40	-	-	40
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	224	-	-	224
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas	340	-	-	340
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota	46	-	-	46
Eduardo João Frade Sobral Pimentel	56	-	-	56
Luís Filipe Cardoso da Silva	36	-	-	36
Luís Valente de Oliveira	212	-	104	108
António Manuel da Silva Vila Cova	300	-	-	300
Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro	40	-	-	40
Alberto João Coraceiro de Castro	76	-	9	67
António Cândido Lopes Natário	89	-	85	4
José Manuel Mota Neves da Costa	4	-	-	4

#### 4 – ARTIGO 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Adicionalmente, apresenta-se de seguida a lista dos acionistas que, em 31 de dezembro de 2018, eram titulares de, pelo menos, 10%, 33% ou 50% do capital social da MOTA-ENGIL:

Acionista	2018		2017	
	Nº de ações	% capital	Nº de ações	% capital
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA (Direta e indiretamente através da António Lago Cerqueira, SA)	136.558.264	57,50%	135.895.316	57,22%

#### 5 - DECRETO-LEI Nº 411/91, DE 17 DE OUTUBRO

Nos termos e para os efeitos do artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, declara-se que as empresas integrantes do GRUPO MOTA-ENGIL não apresentam dívidas em mora à Segurança Social.

## 6 - ARTIGO 66º Nº 5 ALÍNEA G) DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Em 31 de dezembro de 2018, as empresas integrantes do GRUPO MOTA-ENGIL detinham sucursais nos seguintes países:

Empresa	País
Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA	Argélia
	Brasil
	Cabo Verde
	Colômbia
	Espanha
	EUA
	França
	Hungria
	Irlanda
	Marrocos
	Panamá
	Peru
	Paraguai
	Polónia
	Reino Unido
Mota-Engil, Engenharia e Construção África, SA	Roménia
	Angola
	Cabo Verde
	Camarões
	Costa do Marfim
	Gabão
	Gana
	Malawi
	Moçambique
	Quénia
	Ruanda
	Suazilândia
	Tanzânia
	Uganda
	Zâmbia
Zimbabwe	
Manvia – Manutenção e Exploração de Instalações e Construção, SA	Espanha
Manvia II Condutas, Lda.	França
Mota-Engil Africa, NV	Angola
Mota-Engil Central Europe, SA	Uganda
Mota-Engil Peru, SA	República Checa
Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, SA	Colômbia
SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda.	Marrocos
	Omã

## 7 - PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Dando cumprimento ao disposto no nº 4 do artigo 2º do Regulamento da CMVM nº 7/2018, apresenta-se de seguida uma lista dos titulares de participações qualificadas em 31 de dezembro de 2018, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários:

Acionistas	Nº de ações	% Capital	% Direitos de voto
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA (*)	133 466 687	56,20%	57,67%
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (**) (a)	4 494 211	1,89%	1,94%
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (**) (a)	4 210 020	1,77%	1,82%
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (**) (a)	3 676 836	1,55%	1,59%
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (**) (a)	3 375 066	1,42%	1,46%
António Lago Cerqueira, S.A. (***)	3 091 577	1,30%	1,34%
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota (**)	440 000	0,19%	0,19%
Maria Sílvia Fonseca Vasconcelos Mota (****)	437 061	0,18%	0,19%
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos (**)	380 000	0,16%	0,16%
José Manuel Mota Neves da Costa (****)	35 000	0,01%	0,02%
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas (**)	20 138	0,01%	0,01%
<b>Atribuível à FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA</b>	<b>153 626 596</b>	<b>64,68%</b>	<b>66,39%</b>
<b>Atribuível ao Norges Bank (*)</b>	<b>8 967 158</b>	<b>3,78%</b>	<b>3,87%</b>
Gothic Corp Mutima Capital (*)	3 604 893	1,52%	1,56%
Gothic HSP Corp Mutima Capital (*)	1 399 289	0,59%	0,60%
Gothic JBD LLC Mutima Capital (*)	1 312 787	0,55%	0,57%
Gothic ERP LLC Mutima (*)	479 600	0,20%	0,21%
The Mutima Africa Fund LP (*)	318 184	0,13%	0,14%
<b>Atribuível à Mutima Capital Management, LLC</b>	<b>7 114 753</b>	<b>3,00%</b>	<b>3,07%</b>
Azvalor Iberia FI (*)	3 370 311	1,42%	1,46%
Azvalor International Luxembourg (*)	2 303 440	0,97%	1,00%
Azvalor Value Selection SICAV (*)	303 911	0,13%	0,13%
Salus - Aspen TrustServices - Portefólio sob gestão (*)	33 197	0,01%	0,01%
Omega - Aspen TrustServices - Portefólio sob gestão (*)	33 094	0,01%	0,01%
<b>Atribuível à Azvalor Asset Management, SGIIC, SAU</b>	<b>6 043 953</b>	<b>2,54%</b>	<b>2,61%</b>
Cobas Selección, F.I. (*)	2 697 799	1,14%	1,17%
Cobas Iberia, F.I. (*)	1 642 247	0,69%	0,71%
Cobas Lux Sicav. Subfund Cobas Global Fund (*)	347 733	0,15%	0,15%
AZ Multi Asset - Bestvalue (*)	212 751	0,09%	0,09%
Cobas Global, F.P. (*)	143 321	0,06%	0,06%
Inversión Global 2001, Sicav (*)	22 402	0,01%	0,01%
Cobas Mixto Global, F.P. (*)	9 316	0,00%	0,00%
<b>Atribuível à Cobas Asset Management, SGIIC, SA</b>	<b>5 075 569</b>	<b>2,14%</b>	<b>2,19%</b>
<b>Ações próprias</b>	<b>6 091 581</b>	<b>2,56%</b>	-
<b>Freefloat</b>	<b>50 585 531</b>	<b>21,30%</b>	<b>21,86%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>237 505 141</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

(\*) Acionista direto da Sociedade

(\*\*) Membro do Conselho de Administração da Sociedade e Dirigente

(\*\*\*) Entidade detida em 51% pela Mota Gestão e Participações, SGPS, SA

(\*\*\*\*) Dirigente da Sociedade

Em 31 de dezembro de 2018, a Mota Gestão e Participações, SGPS, SA é detida a 100% pela FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA, a qual é detida a 100% pelos membros do Conselho de Administração assinalados com (a) acima.

À data deste relatório, eram atribuíveis à FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA 153.626.596 ações, correspondentes a 64,68% do capital social da MOTA-ENGL, que conferem 66,39% dos direitos de voto.

## 8 - DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO APLICÁVEIS AOS DIRIGENTES DO GRUPO MOTA-ENGIL NA ACEÇÃO DO Nº 3 DO ARTIGO 248º-B DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

### 1. INTRODUÇÃO

Em alinhamento com as recomendações efetuadas pela CMVM sobre a relevância de a política de remuneração abranger os dirigentes na aceção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, apresentam-se seguidamente os princípios e opções gerais vigentes, que são extensíveis ao universo de colaboradores do GRUPO MOTA-ENGIL, no qual se incluem outros trabalhadores cuja atividade profissional possa ter um impacto relevante no perfil de risco da Sociedade e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. Relativamente às opções em matéria remuneratória aplicáveis aos membros do órgão de administração e fiscalização, cuja obrigatoriedade se encontra prevista na Lei nº 28/2009, de 19 de junho, remete-se para a Declaração da Comissão de Vencimentos as respetivas opções concretas.

### 2. PRINCÍPIOS GERAIS

A política de remuneração do GRUPO MOTA-ENGIL compreende um conjunto de princípios operativos que visam garantir o seu contributo para a prossecução da visão estratégica e cultura preconizada para o GRUPO, bem como o alinhamento dos interesses dos dirigentes com os interesses de longo prazo do GRUPO.

- Capacidade de captação e retenção:

O GRUPO MOTA-ENGIL pretende, através da sua política de remuneração, garantir a atração e retenção do talento, adotando um posicionamento competitivo face ao mercado, tendo em conta o grau de responsabilidade e contributo dos colaboradores para a criação de valor.

- Alinhamento das práticas de remuneração com o desempenho de curto e longo prazo:

A política de remuneração do GRUPO MOTA-ENGIL e respetivas regras de aplicação encontram-se indexadas ao modelo de avaliação de desempenho em vigor, que, por seu turno, compreende a avaliação de indicadores e metas de desempenho declinadas do Plano Estratégico do GRUPO definido para um horizonte de longo prazo.

- Equidade/competitividade:

A política de remuneração encontra-se segmentada em grupos funcionais que resultam de uma avaliação da função, permitindo, por um lado, nivelar internamente as práticas retributivas segundo critérios de responsabilidade, complexidade e autonomia e, por outro, assegurar a sua competitividade com as práticas do mercado de referência.

- Meritocracia:

Os critérios que estabelecem o incremento das componentes retributivas têm subjacente o sucesso atingido pelo GRUPO MOTA-ENGIL e pelos respetivos negócios, bem como a avaliação de desempenho individual dos colaboradores, de modo a reconhecer e premiar o mérito e a excelência.

- Transversalidade/verticalidade:

O GRUPO MOTA-ENGIL pretende associar ao seu modelo de gestão uma política comum para funções executivas e de gestão, promovendo o alinhamento transversal e a convergência para a estratégia, cultura e objetivos do GRUPO.

De modo a salvaguardar a especificidade dos diferentes negócios, a política de remuneração incorpora ainda regras de aplicação vertical, empresa a empresa, de modo a adequar as suas práticas ao contexto do respetivo setor de atividade e mercado de referência.



A política retributiva do GRUPO MOTA-ENGIL está segmentada em grupos funcionais, que agregam funções de acordo com parâmetros, tais como o grau de conhecimento, complexidade e responsabilidade/autonomia exigidos, aferidos periodicamente através da metodologia internacional Korn Ferry/HayGroup, e que se encontram estruturados do seguinte modo:

- *Top Executives*
- *Executives*
- *Top Management*
- *Management*
- *Technicians*
- *Administrative and Operational*

Os grupos funcionais listados constituem o suporte fundamental à definição das políticas de recursos humanos, nomeadamente a política retributiva, que estabelece, para cada grupo funcional, as componentes e condições retributivas, quer sejam de natureza fixa, variável e/ou benefícios, tendo em consideração a estratégia de posicionamento preconizada e as práticas salariais dos mercados de referência determinados.

Os dirigentes do GRUPO MOTA-ENGIL encontram-se enquadrados nos grupos funcionais *Top Executives*, *Executives* e *Top Management*.

### 3. OPÇÕES CONCRETAS

#### 3.1 Arquitetura global da política de remuneração do GRUPO

A política de remuneração do GRUPO MOTA-ENGIL compreende a existência de três componentes retributivas que são definidas tendo em conta a função desempenhada, o alinhamento com as práticas salariais do mercado e o desempenho demonstrado pelos colaboradores:

- Remuneração fixa, que é composta pela retribuição-base bruta paga por referência ao período de um ano. Cada grupo funcional tem associada uma banda salarial, estando estabelecidos os valores mínimos, médios e máximos, tendo em conta a função, o nível de experiência e desempenho do titular e as práticas salariais do mercado de referência e da MOTA-ENGIL.
- Remuneração variável, que inclui um bônus de curto prazo, pago em função da consecução das metas de desempenho definidas que, nos grupos funcionais de maior responsabilidade, inclui uma maior ponderação dos KPI indexados ao Plano Estratégico do GRUPO. Cada grupo funcional estabelece um conjunto de *target pays* baseados nas práticas salariais do mercado de referência para funções de nível de responsabilidade equiparáveis, de acordo com o nível de desempenho atingido pelo GRUPO e pelo colaborador.
- Benefícios, que preconiza um portfólio de benefícios aplicáveis de acordo com a função desempenhada e respetivo grupo funcional.

#### 3.2 Indexação da política de remuneração ao desempenho do GRUPO MOTA-ENGIL

Com o objetivo de promover o alinhamento dos interesses de curto e longo prazo da MOTA-Engil e prevenir a assunção excessiva de riscos, o pagamento da componente variável encontra-se indexado à avaliação de desempenho, cujos princípios gerais e respetivo modo de aplicação se encontram previstos no Modelo Corporativo de Gestão de Desempenho.

A avaliação do desempenho no GRUPO compreende duas componentes:

- Avaliação quantitativa, que compreende um conjunto de *Key Performance Indicators (KPI)*, indexados ao Plano Estratégico do GRUPO.
- Avaliação qualitativa, que resulta de uma avaliação individual incidindo sobre competências-chave para o GRUPO.

Estão igualmente estabelecidos mecanismos preventivos que visam promover a contenção da assunção e tomada de riscos que possam ser prejudiciais para os interesses da Sociedade e inibir o pagamento de retribuição variável de modo a minimizar o incentivo de resultados desalinhados com uma perspetiva de criação de valor sustentável, num horizonte de longo prazo. Desta forma, na avaliação de desempenho são levados em consideração critérios como os riscos assumidos pelos titulares na tomada de decisão, bem como o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da Sociedade.

### 3.3 Planos de atribuição de ações ou opções de aquisição de ações

Não existem planos de atribuição de ações ou opções de aquisição de ações relativamente aos membros dirigentes na aceção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários.

## 9 - LISTA DE CARGOS EXERCIDOS PELOS ADMINISTRADORES:

### António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Presidente)

#### Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018

- Presidente do Conselho de Administração da Valorsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mota-Engil Angola, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da ÁreaGolfe – Gestão, Construção e Manutenção de Campos de Golfe, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Manvia – Manutenção e Exploração de Instalações e Construções, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Martifer, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Real Estate Portugal, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da MESP – Mota-Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Europa, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Renewing, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Central Europe Management, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Capital, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Railway Engineering, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Suma Tratamento, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Takargo – Transporte de Mercadorias, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Oriental Hub – Reconversão e Exploração do Antigo Matadouro Industrial do Porto, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Largo do Paço – Investimentos Turísticos e Imobiliários, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Angola, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Engenharia e Construção África, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Indústria e Inovação, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Empresa Geral do Fomento, SA
- Membro do Conselho Superior e de Supervisão da Mota-Engil, Angola, SA

#### Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018

- Presidente do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, SGPS, SA
- Gerente da Sociedade Agrícola Moura Basto, Lda
- Membro da Comissão de Vencimentos da António do Lago Cerqueira, SA
- Membro do Conselho de Curadores e do Conselho Consultivo da Fundação Manuel António da Mota
- Membro do Conselho Geral da AEP, em representação da Mota-Engil, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação AEP, em representação da Mota-Engil, SGPS, SA
- Membro do Conselho Municipal de Economia do Porto – “Casa dos 24”
- Membro do Conselho Estratégico Portugal-Colômbia

---

**Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins (Vice-presidente)**

---

**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil África, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Engenharia e Construção África, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Lineas – Concessões de Transportes, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Douro - Estradas do Douro Interior, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Operadora DI, Operação e Manutenção Rodoviária, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Mexico SA de CV
- Gerente da Lineas – Serviços de Administração e Gestão, Lda.
- Membro do Conselho de Administração da Copexa - Concessionaria Autopista Perote-Xalapa, SA de CV
- Membro do Conselho de Administração da Lusoponte – Concessionária para a Travessia do Tejo SA
- Membro do Conselho de Administração da Ascendi – Serviços de Assessoria, Gestão e Operação, SA
- Administrador Único da Mota-Engil, África, NV
- Membro da Comissão de Vencimentos da Takargo – Transporte de Mercadorias, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Ascendi Douro – Estradas do Douro Interior, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Ascendi Operadora DI, Operação e Manutenção Rodoviária, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Lusoponte – Concessionária para a Travessia do Tejo SA, em representação da Lineas – Concessões de Transportes, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota- Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota- Engil Capital, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota- Engil Railway Engineering, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Largo do Paço - Investimentos Turísticos e Imobiliários, SA
- Vogal do Conselho Superior e de Supervisão da Mota-Engil, Angola, SA

---

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Manuel António da Mota
- Membro do International Advisory Board da Católica Lisbon School of Business and Economics

---

**Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo (Vice-presidente)**

---

**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Presidente do Conselho de Administração da Martifer Metallic Constructions, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Indústria e Inovação, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Vetor Diálogo, SGPS, SA
- Vice-presidente do Conselho de Administração da Martifer, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Coordenação Estratégico da Martifer, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Duelobrigatório, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mercado Urbano – Gestão Imobiliária, SA

---

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Membro do Conselho Geral da AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado
  - Membro da Direção da PROFORUM - Associação para o Desenvolvimento da Engenharia
  - Vice-Presidente do Conselho Estratégico para a Cooperação, Desenvolvimento e Lusofonia Económica
-

**Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho (Vice-presidente independente)****Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Presidente da Assembleia Geral da Mota-Engil, Indústria e Inovação, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Supervisão da Mota-Engil Angola, SA

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Membro do Conselho de Administração da VAA - Vista Alegre Atlantis, S.G.P.S., SA
- Managing Partner da Horizonte, Lda
- Managing Partner da Green Horizonte, Lda
- Managing Partner da Soc. Agro-Industrial Terras de Azurara, Lda
- Membro do Conselho Consultivo do Banco de Investimento Global (BIG)
- Presidente da Assembleia Geral da AIRV (Associação Empresarial da Região de Viseu)
- Membro do Conselho Superior da Vissaium XXI - Associação para o Desenvolvimento de Viseu
- Presidente do Conselho Estratégico Empresarial de Sintra
- Vice-Presidente do Conselho Geral da Universidade Nova de Lisboa

**Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (Vogal)****Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Gerente da Edifícios Galiza – Sociedade Imobiliária, Lda
- Membro da Comissão de Vencimentos da Manvia - Manutenção e Exploração de Instalações e Construções, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Martifer, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Renewing, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Takargo – Transporte de Mercadorias, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Áreagolfe – Gestão, Construção e Manutenção de Campos de Golfe, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Largo do Paço - Investimentos Turísticos e Imobiliários, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Europa, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Indústria e Inovação, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Central Europe Management, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Empresa Agrícola Florestal Portuguesa, SA

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Gerente da Casal Agrícola de Parada, Lda
- Gerente da Sociedade Agrícola Moura Basto, Lda
- Gerente da Mineira do Jarmelo, Lda
- Gerente da Mineira de Pensalvos, Lda
- Gerente da Serra Lisa, Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, Lda
- Membro do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da António do Lago Cerqueira, SA
- Presidente do Conselho de Administração e membro do Conselho de Curadores da Fundação Manuel António da Mota

---

**Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (Vogal)**

---

**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Engenharia e Construção África, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Railway Engineering, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Oriental Hub, Reconversão e Exploração do Antigo Matadouro Industrial do Porto, SA
- Gerente da Edifícios Galiza – Sociedade Imobiliária, Lda

---

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, SGPS, SA
- Gerente da Navarras Supermercados, Lda
- Gerente da Imobiliária Toca do Lobo, Lda
- Gerente da Sociedade Agrícola Moura Basto, Lda
- Gerente da Casal Agrícola de Parada, Lda
- Gerente da Mineira de Pensalvos, Lda
- Gerente da Mineira do Jarmelo, Lda
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Manuel António da Mota

---

**Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (Vogal)**

---

**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Gerente da Edifícios Galiza – Sociedade Imobiliária, Lda
- Presidente do Conselho de Administração da Largo do Paço – Investimentos Turísticos e Imobiliários, Lda
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Renewing, SA
- Membro do Conselho de Supervisão da Mota-Engil Angola, SA

---

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Membro do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA
  - Membro do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, SGPS, SA
  - Gerente da Casal Agrícola de Parada, Lda
  - Gerente da Mineira de Pensalvos, Lda
  - Gerente da Mineira do Jarmelo, Lda
  - Gerente da Sociedade Agrícola Moura Basto, Lda
  - Gerente da Verotâmega – Sociedade Imobiliária, Lda
  - Membro da Comissão de Vencimentos da António do Lago Cerqueira, SA
  - Membro do Conselho de Curadores da Fundação Manuel António da Mota
-

---

**Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos (Vogal)**

---

**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Real Estate, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil America Latina, SAPI de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Europa, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Empresa Construtora do Brasil, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Renewing, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Latam Portugal, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Central Europe Management, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Railway Engineering, SA
- Membro do Conselho de Administração da Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, SA
- Membro do Supervisory Board da Mota-Engil Central Europe Česká Republika, A.S.
- Membro do Supervisory Board da Mota-Engil Magyarország Beruházási És Építőipari Zrt
- Membro do Supervisory Board da Mota-Engil Central Europe, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Real Estate Portugal, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Capital, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Hygeia - Edifícios Hospitalares, SGPS, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Oriental Hub, Reconversão e Exploração do Antigo Matadouro Industrial do Porto, SA
- Director da Mota-Engil, Latin America, BV
- Director da Mota-Engil Energy, BV
- Director da Mota-Engil Tourism, BV
- Director da Flame Investments, BV
- Director da Global Technical Services Latam, BV
- Presidente do Conselho Superior da Suma - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA
- Presidente do Conselho Superior da Suma Tratamento, SA

---

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Membro do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, SGPS, SA
  - Membro do Conselho de Administração da António do Lago Cerqueira, SA
  - Membro do Conselho de Administração da Mota Global - Planeamento, SA
  - Gerente da Kepler, SGPS, Lda.
-

---

**Ismael Antunes Hernandez Gaspar (Vogal)**

---

**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Presidente do Conselho de Administração da Manvia – Manutenção e Exploração de Instalações e Construção, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Capital, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Real Estate, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Hygeia - Edifícios Hospitalares, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, Europa SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Renewing, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Real Estate, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da PTT - Parque Tecnológico do Tâmega, SA
- Membro do Conselho de Administração da Takargo - Transporte de Mercadorias, SA
- Membro do Conselho de Administração da Largo do Paço - Investimentos Turísticos e Imobiliários, SA
- Membro do Conselho de Supervisão da Mota-Engil, Angola, SA
- Gerente da Corgimobil - Empresa Imobiliária das Corgas, SA

---

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Vogal do Conselho Fiscal do FUNDIC - Fundo para Desenvolvimento das Ciências da Construção
- 

---

**José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas (Vogal)**

---

**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Presidente do Conselho de Administração da Sunviauto México, SA de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Serviços Partilhados Administrativos e de Gestão SA
- Membro do Conselho de Administração da Lineas – Concessões de Transportes, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Capital, SA
- Membro do Conselho de Administração da Largo do Paço – Investimentos Turísticos e Imobiliários, Lda
- Gerente da Lineas – Serviços de Administração e Gestão, Lda

---

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Membro do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, SGPS, SA
  - Membro do Conselho de Administração da António do Lago Cerqueira, SA
  - Membro do Conselho de Administração da Mota Global – Planeamento, SA
  - Gerente da Kepler, SGPS, Lda
  - Vice-Presidente da Direcção Nacional da ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários
  - Presidente da Mesa da Assembleia Geral do IET - Instituto Empresarial do Tâmega
  - Membro da Direcção da AEP - Associação Empresarial de Portugal
  - Membro do Board da EIC - European International Contractors
-



---

**António Martinho Ferreira de Oliveira (Vogal)**

---

**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Presidente do Conselho de Administração da Turalgo - Sociedade de Promoção Imobiliária e Turística do Algarve, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mercado Urbano - Gestão Imobiliária, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Haçor – Concessionário do Edifício da Ilha Terceira, SA
- Presidente do Conselho de Administração da HL – Sociedade Gestora do Edifício, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Central Europe Česká Republika, AS
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Magyarország Beruházási És Építőipari Zrt
- Presidente do Conselho de Administração da Oriental Hub, Reconversão e Exploração do Antigo Matadouro Industrial do Porto, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Central Europe Management, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Railway Engineering, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, Europa, SA
- Membro do Conselho de Administração da Hygeia - Edifícios Hospitalares, SGPS, SA
- Gerente da Haçor Domus – Compra e Venda de Imóveis, Lda
- Membro do Supervisory Board da Obol Invest Befektetési És Uzletviteli Tanácsadó KFT
- Membro do Supervisory Board da Obol XI Ingatlanhasznosítási Beruházó És Szolgáltató KFT
- Membro do Supervisory Board da Metró Építőipari Gépészeti és szállítási ZRT
- Membro do Supervisory Board da Mota-Engil Central Europe, SA

---

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Não exerce funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil
-

---

**Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota (Vogal)**

---

**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Angola, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Empresa Agrícola Florestal Portuguesa, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil África, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Engenharia e Construção África, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil África (PTY), Ltd
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Engenharia e Construção África (PTY), Ltd
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, Minerals & Mining (Zimbabwe) (Private), Ltd
- Membro do Conselho de Administração da Cosamo (PTY), Ltd
- Membro do Conselho de Administração da Bugesera Airport Company, Ltd
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Railway Engineering, SA
- Gerente da Mota Internacional, Comércio e Consultadoria Económica, Lda
- Membro não executivo do Conselho de Administração da Mota-Engil Construction South Africa (PTY), Ltd
- Membro não executivo do Conselho de Administração da Mota-Engil Investments South Africa (PTY), Ltd
- Membro do Conselho de Supervisão da Mota-Engil Angola, SA
- Membro do Supervisory Board da Mota-Engil Central Europe Ceska Republika, AS

---

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Gerente da Kepler, SGPS, Lda.
-

---

**João Pedro dos Santos Dinis Parreira (Vogal)**

---

**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Presidente do Conselho de Administração da Autopista Urbana Siervo de La Nación, SAPI de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Administradora para el Desarrollo – MEM, SA de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Constructora Gran Canal, SAPI de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Turismo, SA de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Energy Holdings Mexico, SAPI de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Turismo Holding, SAPI de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Generadora Fénix SAPI de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Energia SA de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Peru SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Latam Peru SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Dominicana, SAS
- Presidente do Conselho de Administração da Desarrollos Dot Mexico, SA de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Puente Boca del Río, SA de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Energia Peru, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Peru Ambiente, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Promotora e Inmobiliaria Santa Clara, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Turucani Generating Company, SA
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil América Latina SAPI de CV
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Mexico, SAPI de CV
- Membro do Conselho de Administração da Ascendi Mexico, S.A. de CV
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Latam Portugal, SA
- Membro do Conselho de Administração da Concessionária Autopista Perote-Xalapa, SA de CV
- Membro do Conselho de Administração da Gestión e Innovación en Servicios Ambientales, SA de CV
- Membro do Conselho de Administração da Operadora Autopista Perote-Xalapa, S.A. de CV
- Membro do Conselho de Administração da Empresa Construtora do Brasil, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Chile, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Railway Engineering, SA
- Membro do Conselho de Administração da Concesionaria Urbana Arco Oriente, SA de CV
- Membro do Conselho de Administração da Sistemas Eléctricos Metropolitanos, SAPI de CV
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Canada, Inc
- Membro Suplente do Conselho de Administração da Concessionária Autopista Cardel-Poza Rica, SA de CV
- Membro Suplente do Conselho de Administração da Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico, SA de CV
- Membro Suplente do Conselho de Administração da Constructora Autopista Cardel-Poza Rica, SA de CV
- Membro Suplente do Conselho de Administração da Tuxpan - Tampico Construcciones, SA de CV
- Secretário do Conselho de Administração da M&R Occidente, SAPI de CV
- Secretário do Conselho de Administração da Constructora M&R, SA de CV
- Director Geral da Ascendi Mexico, SA de CV

---

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Não exerce funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil
-

**Eduardo João Frade Sobral Pimentel (Vogal)****Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Presidente do Conselho de Administração da Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Suma Tratamento, SA
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Capital, SA
- Membro do Conselho de Administração da Valorsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Algar – Valorização de Tratamento de Resíduos Sólidos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Amarsul – Valorização e Tratamento de Resíduos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Ersuc – Resíduos Sólidos do Centro, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Resisestrela - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Resinorte – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Suldouro – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Valnor – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Valorlis – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Valorminho – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA
- Vogal do Conselho Superior da Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA
- Vogal do Conselho Superior da Suma Tratamento, SA

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Não exerce funções em sociedades fora do Grupo Mota-Engil

**Luís Filipe Cardoso da Silva (Vogal)****Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Membro do Conselho de Administração da Empresa Geral do Fomento, SA
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, Serviços Partilhados Administrativos e de Gestão, SA
- Membro da Comissão de Vencimentos da Resinorte - Valorização de Tratamento de Resíduos Sólidos, SA

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Não exerce funções em sociedades fora do Grupo Mota-Engil

**Luís Valente de Oliveira (Vogal Independente)****Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Presidente do Conselho de Fundadores da Casa da Música
- Presidente do Conselho Geral da Universidade do Minho

---

**António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier (Vogal Independente)**

---

**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil
- 

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Partner e Membro do Conselho de Administração da Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados
  - Membro não executivo do Conselho de Administração da NOS, SGPS, SA
  - Membro não executivo do Conselho de Administração da Riopele, SA
  - Membro não executivo do Conselho de Administração da Vallis Capital Partners
  - Membro não executivo do Conselho de Administração da Fundação Casa da Música
  - Membro não executivo do Conselho de Administração da Fundação Francisco Manuel dos Santos
  - Membro executivo do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA
  - Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco BPI, SGPS, SA
  - Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Ascendum SA
  - Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Têxtil Manuel Gonçalves, SA
  - Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado
  - Presidente da Mesa da Assembleia Geral da CMG - Grupo Manuel Gonçalves, SGPS, SA
  - Presidente da Mesa da Assembleia Geral da TMG Capital SGPS, SA
  - Presidente da Mesa da Assembleia Geral da BERD - Bridge Engineering Research & Design
  - Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação para o Desenvolvimento da Figueira
  - Conselheiro de Estado
  - Membro do Conselho de Curadores da Fundação Belmiro de Azevedo
- 

---

**António Manuel da Silva Vila Cova (Vogal Independente)**

---

**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil
- 

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Membro da Direção da Liga dos Amigos do Hospital de S. João
  - Presidente do Conselho de Administração não-executivo do Banco Finantia
-

---

**Francisco Manuel Seixas da Costa (Vogal independente)**

---

**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Membro do Conselho de Administração independente da Mota-Engil Engenharia e Construção Africa SA
- 

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Membro do Conselho de Administração não executivo da Jerónimo Martins, SGPS, SA
  - Membro do Conselho de Administração independente da EDP Renováveis SA
  - Presidente do Conselho Estratégico Internacional da Fundação Calouste Gulbenkian
  - Presidente do Conselho Fiscal da Tabaqueira PMM SGPS, SA
  - Membro do “Business Advisory Board” da A.T.KEARNEY
  - Membro do Conselho Geral Independente da RTP SA
  - Membro do Conselho Consultivo da Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra
  - Diretor do “Clube de Lisboa”
  - Membro do Conselho das Ordens de Mérito Civil, Presidência da República
  - Membro do Grupo de Estudos sobre Segurança Estratégica
  - Presidente das “Conferências de Lisboa”
  - Membro da Comissão para a participação portuguesa na Exposição Internacional do Dubai / 2020
- 

---

**Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto (Vogal independente)**

---

**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil
- 

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Diretora da Católica Porto Business School - Universidade Católica Portuguesa
  - Presidente da Direção da AEGE – Associação para a Escola de Gestão Empresarial
  - Membro da Direção EBRI European Bioproducts Research Institute
- 

---

**Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro (Vogal independente)**

---

**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil
- 

**Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2018**

- Membro do Conselho de Administração da Vila Avenida Hotel, SA
  - Membro do Conselho de Administração do Hotel Vista da Ponte, SA
  - Gerente da Sítio Valverde - Restauração e Eventos Sociedade Unipessoal, Lda
-

## 10 – INDICADORES GRI 4: DESEMPENHO AMBIENTAL

## EN1 - Materiais

## MATERIAIS USADOS, DISCRIMINADOS POR PESO OU VOLUME

## EUROPA

## CAPSFIL

Materiais	2018
Aço	36 t
Betão	1 192 m <sup>3</sup>
Agregados pétreos	100 782 t
Betumes e emulsões	26 t
Cimento	51 t
Plástico	60 t

## Mota-Engil Engenharia e Construção

Materiais	2018
Aço	6 817 t
Betão	116 019 m <sup>3</sup>
Agregados pétreos	1 807 957 t
Misturas betuminosas	12 224 t
Betumes e emulsões	9 560 t
Cimento	3 465 t
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	104 583 L
Plástico	529 t

## SUMA

Materiais	2018
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	1 978 L
Acumuladores	5 t
Sacos de plástico	149 t
Pneus novos (pesados e ligeiros)	72 t
Pneus recauchutados (pesados e ligeiros)	75 t
Lubrificantes/massas	183 026 L
Químicos produção (herbicidas, desinfetantes, detergentes, lixívia)	30 557 L
Outros produtos químicos para manutenção automóvel	9 933 L
Papel	752 t
Cartuchos/tinteiros (jato tinta)	37 un
Toners (laser)	41 un
Fardamento: vestuário	144 459 un
Fardamento: calçado	3 263 un

## EGF

Materiais	2018
Cimento	2 t
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	2 532 L
Acumuladores	8 t
Sacos de plástico	44 t
Pneus novos	68 t
Pneus recauchutados	80 t
Outros produtos químicos para manutenção automóvel	44 850 L
Químicos produção (herbicidas, desinfetantes, detergentes, lixívia)	254 118 L
Lubrificantes/massas	256 943 L
Papel	46 t
Cartuchos/tinteiros	62 un
Toners	1 217 un
Agregado AEIRU	10 926 t

## Vibeiras

Materiais	2018
Aço	62 t
Betão	1 900 m <sup>3</sup>
Agregados pétreos	49 937 t
Betumes e emulsões	2 t
Cimento	504 t
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	4 200 L

## Mercado Polónia

Materiais	2018
Aço	15 331 t
Agregados pétreos	2 162 596 t
Cimento	50 376 t
Betumes e emulsões	29 830 t

## Takargo

Materiais	2018
Areia locomotivas	74 t
Cepos sintéticos - material compósito	6 t

## ÁFRICA

## Mercado África do Sul

Materiais	2018
Aço	179 t
Betão	28 251 m <sup>3</sup>
Agregados pétreos	42 134 t
Cimento	1 404 t
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	14 175 L

## Mercado Angola

Materiais	2018
Aço	5 584 t
Agregados pétreos	450 878 t
Betumes e emulsões	3 736 t
Cimento	26 520 t
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	28 241 L

**Mercado Guiné Conacri**

<b>Materiais</b>	<b>2018</b>	
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	733	L
Plástico	4	t

**Mercado Malawi**

<b>Materiais</b>	<b>2018</b>	
Aço	2 212	t
Betão	6 475	m <sup>3</sup>
Agregados pétreos	795 527	t
Betumes e emulsões	8 917	t
Cimento	11 990	t
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	114 600	L
Plástico	165	t

**Mercado Ruanda**

<b>Materiais</b>	<b>2018</b>	
Aço	2 098	t
Agregados pétreos	37 275	t
Betumes e emulsões	235	t
Cimento	6 919	t
Adjuvantes para betão	43	m <sup>3</sup>

**Mercado Uganda**

<b>Materiais</b>	<b>2018</b>	
Aço	601	t
Agregados pétreos	453 088	t
Betumes e emulsões	2 049	t
Cimento	4 648	t
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	5 880	L
Plástico	1	t

**Mercado Costa do Marfim**

<b>Materiais</b>	<b>2018</b>	
Aço	1 277	t
Betão	7 353	m <sup>3</sup>
Agregados pétreos	156 599	t
Betumes e emulsões	887	t
Cimento	3 048	t
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	400	L
Plástico	274	t

**Mercado Moçambique**

<b>Materiais</b>	<b>2018</b>	
Aço	2 758	t
Betão	6 587	m <sup>3</sup>
Agregados pétreos	63 350	t
Betumes e emulsões	1 080	t
Cimento	12 392	t
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	6 110	L

**Mercado Camarões**

<b>Materiais</b>	<b>2018</b>	
Aço	2 402	t
Betão	16 041	m <sup>3</sup>
Agregados pétreos	77 146	t
Cimento	8 338	t

**Mercado Zimbabué**

<b>Materiais</b>	<b>2018</b>	
Agregados pétreos	121	t
Cimento	14	t

**AMÉRICA LATINA****Mercado Aruba**

<b>Materiais</b>	<b>2018</b>	
Aço	25	t
Betão	497	m <sup>3</sup>
Agregados pétreos	12 126	t
Betumes e emulsões	732	t
Cimento	548	t
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	100	L

**Mercado Brasil - ECB**

<b>Materiais</b>	<b>2018</b>	
Aço	563	t
Betão	9 877	m <sup>3</sup>
Agregados pétreos	608 185	t
Misturas betuminosas	29 711	t
Betumes e emulsões	14 939	t
Cimento	41 726	t
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	8 304	L

**Mercado República Dominicana**

<b>Materiais</b>	<b>2018</b>	
Aço	253	t
Betão	7 985	m <sup>3</sup>
Agregados pétreos	57	t
Cimento	162	t
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	5 000	L

**Mercado Colômbia**

<b>Materiais</b>	<b>2018</b>	
Aço	2 548	t
Betão	1 644	m <sup>3</sup>
Agregados pétreos	10	t
Betumes e emulsões	1	t
Cimento	592	t
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	6 500	L
Plástico	44	t

**Mercado Peru**

<b>Materiais</b>	<b>2018</b>	
Aço	846	t
Betão	83 211	m <sup>3</sup>
Agregados pétreos	906 914	t
Betumes e emulsões	77	t
Cimento	18 228	t
Tintas/vernizes/esmaltes/diluentes	18 453	L
Plástico	20	t

**Mercado México - GISA**

<b>Materiais</b>	<b>2018</b>	
Aço	3	t
Cimento	2	t
Betão	9	m <sup>3</sup>
Agregados pétreos	12 299	t



**EN2 - Materiais**      **PERCENTUAL DE MATERIAIS USADOS PROVENIENTES DE RECICLAGEM****EUROPA**

<b>Mota-Engil Engenharia e Construção</b>	<b>2018</b>
Pneus Recauchutados	5 %

<b>EGF</b>	<b>2018</b>
Pneus Recauchutados	54 %
Papel Reciclado	34 %
Toners	23 %
Purga da indústria de reciclagem de polietileno utilizada na manutenção do leito de compostagem em substituição de estilha (Amarsul)	92 %
Agregado AEIRU	100 %

<b>SUMA</b>	<b>2018</b>
Pneus Recauchutados	51 %

<b>CAPSFIL</b>	<b>2018</b>
Pneus Recauchutados	10 %

<b>Vibeiras</b>	<b>2018</b>
Toners	20 %

<b>Mercado Polónia</b>	<b>2018</b>
Papel Reciclado	15 %
Toners	30 %
Material reciclado a partir de resíduos de demolição	10 %

**ÁFRICA**

<b>Mercado África do Sul</b>	<b>2018</b>
Papel Reciclado	100 %
Toners	100 %

<b>Mercado Uganda</b>	<b>2018</b>
Pneus Recauchutados	41 %
Pneus usados nos muros de contenção	20 %

**AMÉRICA LATINA**

<b>Mercado Aruba</b>	<b>2018</b>
Papel Reciclado	20 %

<b>Mercado Brasil - ECB</b>	<b>2018</b>
Pneus Recauchutados	50 %

<b>Mercado México - Mota-Engil México</b>	<b>2018</b>
Papel reciclado	5 %
Toners	5 %

<b>Mercado Peru</b>	<b>2018</b>
Pneus Recauchutados	7 %
Papel reciclado	8 %

**EN3 - Energia**      **CONSUMO DE ENERGIA DENTRO DA ORGANIZAÇÃO****EUROPA**

<b>Mota-Engil Engenharia e Construção</b>	<b>2018</b>
Gasóleo	317 049 GJ
Gasolina	265 GJ
Butano	1 599 GJ
Fuelóleo	44 990 GJ

<b>Mercado Polónia</b>	<b>2018</b>
Gás natural	26 486 GJ
Gasolina	4 970 GJ
Gasóleo	169 359 GJ
Carvão	66 935 GJ
Fuelóleo	7 056 GJ

<b>Mercado Irlanda</b>	<b>2018</b>
Gasolina	96 GJ
Gasóleo	21 186 GJ

<b>Vibeiras</b>	<b>2018</b>
Gasóleo	15 965 GJ
Gasolina	2 051 GJ

<b>CAPSFIL</b>	<b>2018</b>
Gasóleo	8 984 GJ

<b>EGF</b>	<b>2018</b>
Gasóleo	366 404 GJ
Gasolina	58 GJ
Propano	215 GJ
Gás natural	62 758 GJ
GPL	0 GJ

<b>SUMA</b>	<b>2018</b>
Gasóleo	204 309 GJ
Gasolina	1 360 GJ
Gás natural	135 GJ
GPL	178 GJ
Gasóleo Aquecimento	104 GJ

<b>Manvia *</b>	<b>2018</b>
Gasóleo	18 855 GJ
Gasolina	277 GJ

\* Frota Manvia S.A., Manvia Condutas e Sucursal Espanha

<b>Takargo</b>	<b>2018</b>
Gasóleo	273 548 GJ

## ÁFRICA

Mercado Angola		2018	
Gasóleo	262 999	GJ	
Gasolina	6 086	GJ	
Butano	1 712	GJ	

Mercado Camarões		2018	
Gasóleo	27 941	GJ	
Gasolina	313	GJ	

Mercado Costa do Marfim		2018	
Gasóleo	79 337	GJ	
Gasolina	11	GJ	

Mercado Moçambique		2018	
Gasóleo	172 094	GJ	
Butano	194	GJ	

Mercado Uganda		2018	
Gasóleo	201 551	GJ	
Gasolina	44	GJ	
Butano	5	GJ	

Mercado África do Sul		2018	
Gasolina	21 765	GJ	
Gasóleo	7 495	GJ	

Mercado Malawi		2018	
Gasóleo	650 366	GJ	
Gasolina	438	GJ	
Butano	579	GJ	

Mercado Guiné Conacri		2018	
Gasóleo	446 332	GJ	
Propano	2 400	GJ	

Mercado Ruanda		2018	
Gasóleo	208 046	GJ	
Gasolina	29	GJ	

Mercado Zimbabué		2018	
Diesel	144 449	GJ	
Fuelóleo	7 148	GJ	

## AMÉRICA LATINA

Mercado Brasil		2018	
<b>Consita</b>			
Óleo Diesel	44 924	GJ	
Gasolina	2 586	GJ	
Etanol	49	GJ	

ECB		2018	
Gasóleo	524 664	GJ	
Gasolina	23 237	GJ	
Óleo Combustível	69 560	GJ	
Etanol	747	GJ	

Mercado Colômbia		2018	
Gasolina	600	GJ	
Gasóleo	24 000	GJ	

Mercado República Dominicana		2018	
Gasóleo	492	GJ	

Mercado México		2018	
<b>GISA</b>			
Gasolina	1 905	GJ	
Gasóleo	42 667	GJ	

Mota-Engil México		2018	
Gasolina	17 981	GJ	
Gasóleo	255 033	GJ	
GPL	1 549	GJ	

Mercado Aruba		2018	
Gasóleo	15 390	GJ	
Gasolina	746	GJ	

Mercado Peru		2018	
Gasolina	1 417	GJ	
Gasóleo	822 558	GJ	

**EN4 - Energia CONSUMO DE ENERGIA FORA DA ORGANIZAÇÃO****EUROPA**

Mota-Engil Engenharia e Construção	2018
Eletricidade	33 491 GJ

CAPSFIL	2018
Eletricidade	720 GJ

Vibeiras	2018
Eletricidade	322 GJ

Mercado Irlanda	2018
Eletricidade	35 172 GJ

Mercado Polónia	2018
Eletricidade	26 352 GJ

EGF	2018
Eletricidade	174 559 GJ
Aquecimento e refrigeração	34 008 GJ
Solar	438 GJ

SUMA	2018
Eletricidade	3 250 GJ

Manvia *	2018
Eletricidade	642 GJ

\* Frações Manvia em edifícios em Linda-a-Velha (escritórios), Freixeiro (escritórios e armazém), Alverca (escritórios e oficina/armazém) e Espanha

**ÁFRICA**

Mercado África do Sul	2018
Eletricidade	1 968 GJ

Mercado Angola	2018
Eletricidade	3 469 GJ

Mercado Moçambique	2018
Eletricidade	2 769 GJ

Mercado Ruanda	2018
Eletricidade	74 GJ

Mercado Camarões	2018
Eletricidade	763 GJ

Mercado Malawi	2018
Eletricidade	2 640 GJ

Mercado Uganda	2018
Eletricidade	2 060 GJ

**AMÉRICA LATINA**

Mercado Brasil	2018
Consita	257 GJ

ECB	2018
Eletricidade	4 031 GJ

Mercado Peru	2018
Eletricidade	5 995 GJ

Mercado México	2018
GISA	205 GJ

Mota-Engil México	2018
Eletricidade	1 862 GJ

Mercado República Dominicana	2018
Eletricidade	19 GJ

**EN8 - Água TOTAL DE RETIRADA DE ÁGUA POR FONTE****EUROPA**

Mota-Engil Engenharia e Construção	2018
Captação de água de superfície	32 189 m <sup>3</sup>
Captação de água subterrânea	123 304 m <sup>3</sup>
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	45 857 m <sup>3</sup>

EGF	2018
Captação de água subterrânea	350 749 m <sup>3</sup>
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	214 313 m <sup>3</sup>
Captação de água da chuva diretamente recolhida e armazenada pela Organização	3 378 m <sup>3</sup>
Reutilização de efluente tratado	24 298 m <sup>3</sup>

CAPSFIL	2018
Captação de água de superfície	542 m <sup>3</sup>
Captação de água subterrânea	1 378 m <sup>3</sup>

Mercado Polónia	2018
Captação de água subterrânea	10 m <sup>3</sup>

SUMA	2018
Captação de água subterrânea	33 041 m <sup>3</sup>
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	24 045 m <sup>3</sup>

Manvia *	2018
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	1 135 m <sup>3</sup>

\* Manvia, S.A. e Sucursal de Espanha

## ÁFRICA

Mercado África do Sul	2018
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	7 175 m <sup>3</sup>

Mercado Guiné Conacri	2018
Captação de água de superfície	479 085 m <sup>3</sup>

Mercado Malawi	2018
Captação de água de superfície	250 000 m <sup>3</sup>
Captação de água subterrânea	114 685 m <sup>3</sup>
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	97 425 m <sup>3</sup>

Mercado Uganda	2018
Captação de água de superfície	49 660 m <sup>3</sup>
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	23 376 m <sup>3</sup>

Mercado Angola	2018
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	57 811 m <sup>3</sup>

Mercado Costa do Marfim	2018
Captação de água subterrânea	8 000 m <sup>3</sup>

Mercado Moçambique	2018
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	25 261 m <sup>3</sup>

Mercado Ruanda	2018
Captação de água de superfície	119 412 m <sup>3</sup>
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	8 135 m <sup>3</sup>

## AMÉRICA LATINA

### Mercado Brasil

Consita	2018
Captação de água subterrânea	434 m <sup>3</sup>
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	716 m <sup>3</sup>
Captação de água da chuva diretamente recolhida e armazenada pela Organização	320 m <sup>3</sup>

ECB	2018
Captação de água de superfície	156 027 m <sup>3</sup>
Captação de água subterrânea	138 710 m <sup>3</sup>
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	6 910 m <sup>3</sup>

Mercado Peru	2018
Captação de água de superfície	2 587 180 m <sup>3</sup>
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	6 838 m <sup>3</sup>

Mercado Colômbia	2018
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	3 960 m <sup>3</sup>

### Mercado México

GISA	2018
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	1 754 m <sup>3</sup>

Mota-Engil México	2018
Captação de água subterrânea	349 m <sup>3</sup>
Captação de abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água	214 710 m <sup>3</sup>
Captação de água da chuva diretamente recolhida e armazenada pela Organização	36 m <sup>3</sup>

Mercado República Dominicana	2018
Captação de água subterrânea	825 m <sup>3</sup>

**EN11 - Biodiversidade**

UNIDADES OPERACIONAIS PRÓPRIAS, ARRENDADAS OU ADMINISTRADAS DENTRO OU NAS ADJACÊNCIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS E ÁREAS DE ALTO VALOR DE BIODIVERSIDADE SITUADAS FORA DE ÁREAS PROTEGIDAS

## EUROPA

EGF	2018
Onde?	Parque Natural da Serra da Estrela   Estação de Transferência (Resiestrela)
Qual a dimensão?	0,0036 km <sup>2</sup>
Onde?	REN   Zona parcial do Aterro Sanitário do Sotavento (Algar)
Qual a dimensão?	0,132 km <sup>2</sup>
Onde?	REN   Zona parcial do Aterro Sanitário do Barlavento (Algar)
Qual a dimensão?	0,54 km <sup>2</sup>
Onde?	Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET)   Adjacente a CTRSU (Valorsul)
Qual a dimensão?	0,04 km <sup>2</sup>

## ÁFRICA

Mercado Uganda	2018
Onde?	Queen Elizabeth National Park
Qual a dimensão?	11 km lineares de estrada
Mercado Zimbabué	2018
Where?	Hwange Chaba Project Area
Size?	307 ha

## AMÉRICA LATINA

Mercado Peru	2018
Onde?	Projeto "Suministro de Agua - Construcción de Presa de Vizcachas - Bocatoma Titire - Alta Montaña" Quellaveco. Localizada na região de Moquegua
Qual a dimensão?	805,6 m <sup>2</sup>

**EN12 - Biodiversidade**

DESCRIÇÃO DE IMPACTOS SIGNIFICATIVOS DE ATIVIDADES, PRODUTOS E SERVIÇOS SOBRE A BIODIVERSIDADE EM ÁREAS PROTEGIDAS E ÁREAS DE ALTO VALOR DE BIODIVERSIDADE SITUADAS FORA DE ÁREAS PROTEGIDAS

## ÁFRICA

Mercado Uganda	2018
Quais as espécies afetadas?	Flora e fauna autóctone
Qual a extensão das áreas que sofrem o impacto?	11 km
Qual a duração dos impactos?	3,5 anos
Qual a reversibilidade ou irreversibilidade dos impactos?	Autorregeneração das espécies
Mercado Zimbabué	2018
Quais as espécies afetadas?	Colophospermum comumente chamado de Mopane e Acacia
Qual a extensão das áreas que sofrem o impacto?	5,3 ha
Qual a duração dos impactos?	Ongoing
Qual a reversibilidade ou irreversibilidade dos impactos?	Impacto reversível

## AMÉRICA LATINA

## Mercado México

Mota-Engil México	2018
Quais as espécies afetadas?	Flora e fauna
Qual a extensão das áreas que sofrem o impacto?	419,75 ha
Qual a duração dos impactos?	Ongoing
Qual a reversibilidade ou irreversibilidade dos impactos?	Impacto reversível

## Mercado Peru

Mercado Peru	2018
Quais as espécies afetadas?	Flora: Bofedales (espécies de Flora Azorella e Parastrephia) Fauna: Répteis (Liolaemus cf. signifer e Liolaemus tacna), anfíbios (sapos "Pleurodema marmoratum"), peixes (Trichomycterus sp. e Orestias s.); mamíferos (Leopardus colocolo, Hippocamelus antisensis, Ctenomys opimus e Vicugna vicugna); duas aves (Vultur gryphus e Rhea tarapacensis) e um anfíbio (Telmatobius jelskii)
Qual a extensão das áreas que sofrem o impacto?	805,6 m <sup>2</sup>
Qual a duração dos impactos?	2 anos
Qual a reversibilidade ou irreversibilidade dos impactos?	Existe um plano de reabilitação e encerramento

## EN15 - Emissões

## EMISSIONES DIRETAS DE GASES DE EFEITO DE ESTUFA (GEE)

## EUROPA

Mota-Engil Engenharia e Construção	2018
<b>Total</b>	<b>27 282 ton CO<sub>2</sub></b>

CAPSFIL	2018
<b>Total</b>	<b>669 ton CO<sub>2</sub></b>

Vibeiras	2018
<b>Total</b>	<b>1 378 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado Irlanda	2018
<b>Total</b>	<b>1 586 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado Polónia	2018
<b>Total</b>	<b>14 601 ton CO<sub>2</sub></b>

EGF	2018
<b>Total</b>	<b>1 247 091 ton CO<sub>2</sub></b>

SUMA	2018
<b>Total</b>	<b>15 233 ton CO<sub>2</sub></b>

Manvia	2018
<b>Total</b>	<b>965 ton CO<sub>2</sub></b>

Takargo	2018
<b>Total</b>	<b>20 270 ton CO<sub>2</sub></b>

## ÁFRICA

Mercado África do Sul	2018
<b>Total</b>	<b>2 569 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado Angola	2018
<b>Total</b>	<b>20 326 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado Guiné Conacri	2018
<b>Total</b>	<b>33 513 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado Malawi	2018
<b>Total</b>	<b>48 519 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado Moçambique	2018
<b>Total</b>	<b>12 832 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado Camarões	2018
<b>Total</b>	<b>2 109 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado Costa do Marfim	2018
<b>Total</b>	<b>5 907 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado Ruanda	2018
<b>Total</b>	<b>18 164 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado Uganda	2018
<b>Total</b>	<b>15 009 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado Zimbabué	2018
<b>Total</b>	<b>11 307 ton CO<sub>2</sub></b>

## AMÉRICA LATINA

Mercado Brasil	
Consita	2018
<b>Total</b>	<b>3 923 ton CO<sub>2</sub></b>

ECB	2018
<b>Total</b>	<b>42 099 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado México	
GISA	2018
<b>Total</b>	<b>3 104 ton CO<sub>2</sub></b>

Mota-Engil México	2018
<b>Total</b>	<b>21 251 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado Aruba	2018
<b>Total</b>	<b>1 215 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado Colômbia	2018
<b>Total</b>	<b>1 842 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado Peru	2018
<b>Total</b>	<b>61 366 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado República Dominicana	2018
<b>Total</b>	<b>37 ton CO<sub>2</sub></b>

## EN16 - Emissões

## EMISSIONES INDIRECTAS DE GASES DE EFEITO DE ESTUFA (GEE) PROVENIENTES DA AQUISIÇÃO DE ENERGIA

## EUROPA

Mota-Engil Engenharia e Construção	2018
<b>Total</b>	<b>4 433 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado Irlanda	2018
<b>Total</b>	<b>4 494 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado Polónia	2018
<b>Total</b>	<b>5 710 ton CO<sub>2</sub></b>

CAPSFIL	2018
<b>Total</b>	<b>112 ton CO<sub>2</sub></b>

EGF	2018
<b>Total</b>	<b>23 295 ton CO<sub>2</sub></b>

SUMA	2018
<b>Total</b>	<b>432 ton CO<sub>2</sub></b>

Manvia	2018
<b>Total</b>	<b>84 ton CO<sub>2</sub></b>

Vibeiras	2018
<b>Total</b>	<b>75 ton CO<sub>2</sub></b>

## ÁFRICA

Mercado África do Sul	2018
<b>Total</b>	<b>508 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado Moçambique	2018
<b>Total</b>	<b>369 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado Angola	2018
<b>Total</b>	<b>424 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado Ruanda	2018
<b>Total</b>	<b>10 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado Camarões	2018
<b>Total</b>	<b>45 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado Uganda	2018
<b>Total</b>	<b>275 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado Malawi	2018
<b>Total</b>	<b>352 ton CO<sub>2</sub></b>

## AMÉRICA LATINA

Mercado Brasil	2018
Consita	
<b>Total</b>	<b>8 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado México	2018
GISA	
<b>Total</b>	<b>21 ton CO<sub>2</sub></b>

ECB	2018
<b>Total</b>	<b>105 ton CO<sub>2</sub></b>

Mota-Engil México	2018
<b>Total</b>	<b>301 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado Peru	2018
<b>Total</b>	<b>483 ton CO<sub>2</sub></b>

Mercado República Dominicana	2018
<b>Total</b>	<b>3 ton CO<sub>2</sub></b>

## EN17 - Emissões

## OUTRAS EMISSÕES INDIRETAS DE GASES DE EFEITO DE ESTUFA (GEE)

## EUROPA

EGF	2018
<b>Total</b>	<b>1.160 ton CO<sub>2</sub></b>

## AMÉRICA LATINA

Mercado Brasil	2018
ECB	
<b>Total</b>	<b>108 ton CO<sub>2</sub></b>

## EN21 - Emissões

EMISSÕES DE NO<sub>x</sub>, SO<sub>x</sub> E OUTRAS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS SIGNIFICATIVAS

## EUROPA

EGF	2018
NO <sub>x</sub>	<b>1 242 753 kg</b>
SO <sub>x</sub>	<b>60 058 kg</b>
Compostos orgânicos voláteis - COV's	<b>96 371 kg</b>
Material particulado - PM	<b>5 637 kg</b>
Compostos inorgânicos fluorados	<b>519 kg</b>
H <sub>2</sub> S	<b>1 276 kg</b>
HCl	<b>43 910 kg</b>
NMOC	<b>73 551 kg</b>
CO	<b>583 029 kg</b>
<b>Total</b>	<b>2 107 106 kg</b>

Mercado Polónia	2018
NO <sub>x</sub>	<b>26 864 kg</b>
SO <sub>x</sub>	<b>36 633 kg</b>
Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs)	<b>111 kg</b>
Material particulado - PM	<b>9 888 kg</b>
CO	<b>60 855 kg</b>
Poeira	<b>13 182 kg</b>

## AMÉRICA LATINA

Mercado México	2018
GISA	
NO <sub>x</sub>	<b>178 kg</b>

Mercado Brasil	2018
ECB	
NO <sub>x</sub>	<b>1 219 kg</b>
SO <sub>x</sub>	<b>1 067 kg</b>
Material particulado - PM	<b>1 727 kg</b>
CO	<b>2 093 kg</b>

Mota-Engil México	2018
NO <sub>x</sub>	<b>79 kg</b>
SO <sub>x</sub>	<b>27 μmol/mol</b>
Material particulado - PM	<b>227 μg/m<sup>3</sup></b>

## EN22 - Efluentes e Resíduos

## DESCARGA TOTAL DE ÁGUA, DISCRIMINADA POR QUALIDADE E DESTINO

## EUROPA

EGF	2018
qualidade: Carência Bioquímica do Oxigénio	541 767 kg
qualidade: Carência Química do Oxigénio	2 857 402 kg
qualidade: Sólidos Suspensos Totais	230 639 kg
<b>destino final: descarga coletor</b>	<b>809 071 m<sup>3</sup></b>
qualidade: Carência Bioquímica do Oxigénio	9 396 kg
qualidade: Carência Química do Oxigénio	1 296 kg
qualidade: Sólidos Suspensos Totais	123 kg
<b>destino final: linha de água</b>	<b>22 599 m<sup>3</sup></b>
qualidade: Carência Bioquímica do Oxigénio	568 kg
qualidade: Carência Química do Oxigénio	736 kg
qualidade: Sólidos Suspensos Totais	238 kg
<b>destino final: reutilização</b>	<b>19 005 m<sup>3</sup></b>
qualidade: Carência Bioquímica do Oxigénio	65 962 kg
qualidade: Carência Química do Oxigénio	576 840 kg
qualidade: Sólidos Suspensos Totais	34 736 kg
<b>destino final: ETAR de instalação industrial</b>	<b>144 342 m<sup>3</sup></b>

CAPSFIL	2018
qualidade: Carência Bioquímica do Oxigénio	<1.0 (L.Q.) m <sup>3</sup>
qualidade: Carência Química do Oxigénio	<5.0 (L.Q.) m <sup>3</sup>
qualidade: Sólidos Suspensos Totais	<3.0 (L.Q.) m <sup>3</sup>

Vibeiras	2018
qualidade: Carência Bioquímica do Oxigénio	12 m <sup>3</sup>
qualidade: Carência Química do Oxigénio	42 m <sup>3</sup>
qualidade: Sólidos Suspensos Totais	8 m <sup>3</sup>
qualidade: Metais pesados	<0,4 m <sup>3</sup>

Mercado Polónia	2018
qualidade: Sólidos Suspensos Totais	5 776 m <sup>3</sup>

## ÁFRICA

Mercado Guiné Conacri	2018
qualidade: Carência Bioquímica do Oxigénio	278 m <sup>3</sup>
qualidade: Carência Química do Oxigénio	928 m <sup>3</sup>
qualidade: Sólidos Suspensos Totais	371 m <sup>3</sup>

## AMÉRICA LATINA

## Mercado Brasil

ECB	2018
qualidade: Carência Bioquímica do Oxigénio	423 m <sup>3</sup>
qualidade: Carência Química do Oxigénio	1 407 m <sup>3</sup>
qualidade: Sólidos Suspensos Totais	426 m <sup>3</sup>

## Mercado México

Mota-Engil México	2018
Total de águas residuais	2 107 m <sup>3</sup>
Águas residuais enviadas para tratamento	2 107 m <sup>3</sup>

## EN23 - Efluentes e Resíduos

## PESO TOTAL DE RESÍDUOS, DISCRIMINADO POR TIPO E MÉTODO DE DISPOSIÇÃO

## EUROPA

Mota-Engil Engenharia e Construção	2018
Resíduos perigosos	1 174 t
Resíduos não perigosos	28 041 t
Resíduos encaminhados para valorização	27 423 t
Resíduos encaminhados para eliminação	1 792 t

CAPSFIL	2018
Resíduos perigosos	5 t
Resíduos não perigosos	36 t
Resíduos encaminhados para valorização	33 t
Resíduos encaminhados para eliminação	3 t

Vibeiras	2018
Resíduos perigosos	14 t
Resíduos não perigosos	841 t
Resíduos encaminhados para valorização	832 t
Resíduos encaminhados para eliminação	22 t

Takargo	2018
Resíduos não perigosos	280 t
Resíduos encaminhados para valorização	280 t

EGF	2018
Resíduos perigosos	478 t
Resíduos não perigosos	4 634 t
Resíduos encaminhados para valorização	1 054 t
Resíduos encaminhados para eliminação	4 058 t

Manvia *	2018
Resíduos perigosos	23 t
Resíduos não perigosos	690 t
Resíduos encaminhados para valorização	674 t
Resíduos encaminhados para eliminação	39 t

\* Manvia, S.A., Manvia Condutas, Sucursal de Espanha e CH&P Anadia e Coja

Mercado Polónia	2018
Resíduos perigosos	23 t
Resíduos não perigosos	79 970 t
Resíduos encaminhados para eliminação	79 993 t



## ÁFRICA

<b>Mercado África do Sul</b>	<b>2018</b>
Resíduos não perigosos	16 707 t
Resíduos encaminhados para eliminação	16 707 t

<b>Mercado Angola</b>	<b>2018</b>
Resíduos não perigosos	25 104 t
Resíduos encaminhados para eliminação	25 104 t

<b>Mercado Camarões</b>	<b>2018</b>
Resíduos não perigosos	89 t
Resíduos encaminhados para valorização	89 t

<b>Mercado Guiné Conacri</b>	<b>2018</b>
Resíduos perigosos	101 t
Resíduos não perigosos	28 t
Resíduos encaminhados para eliminação	129 t

<b>Mercado Zimbabué</b>	<b>2018</b>
Resíduos perigosos	36 t
Resíduos encaminhados para valorização	32 t

<b>Mercado Malawi</b>	<b>2018</b>
Resíduos perigosos	295 t
Resíduos não perigosos	340 t
Resíduos encaminhados para eliminação	635 t

<b>Mercado Ruanda</b>	<b>2018</b>
Resíduos perigosos	13 t
Resíduos não perigosos	74 t
Resíduos encaminhados para valorização	23 t
Resíduos encaminhados para eliminação	64 t

<b>Mercado Uganda</b>	<b>2018</b>
Resíduos perigosos	12 t
Resíduos não perigosos	72 t
Resíduos encaminhados para valorização	71 t
Resíduos encaminhados para eliminação	37 t

## AMÉRICA LATINA

## Mercado Brasil

<b>Consita</b>	<b>2018</b>
Resíduos perigosos	1 t
Resíduos não perigosos	9 705 t
Resíduos encaminhados para valorização	5 672 t
Resíduos encaminhados para aterro sanitário	4 034 t

<b>ECB</b>	<b>2018</b>
Resíduos perigosos	71 t
Resíduos não perigosos	8 445 t
Resíduos encaminhados para valorização	3 660 t
Resíduos encaminhados para eliminação	4 856 t

<b>Mercado Peru</b>	<b>2018</b>
Resíduos perigosos	250 t
Resíduos não perigosos	682 t
Resíduos encaminhados para valorização	601 t
Resíduos encaminhados para eliminação	331 t

## Mercado México

<b>GISA</b>	<b>2018</b>
Resíduos perigosos	7 t
Resíduos não perigosos	17 t
Resíduos encaminhados para valorização	12 t
Resíduos encaminhados para eliminação	4 t

<b>Mota-Engil México</b>	<b>2018</b>
Resíduos perigosos	52 t
Resíduos não perigosos	1 517 t
Resíduos encaminhados para valorização	381 t
Resíduos encaminhados para eliminação	1 188 t

<b>Mercado Colômbia</b>	<b>2018</b>
Resíduos perigosos	0,3 t
Resíduos não perigosos	0,8 t
Resíduos encaminhados para eliminação	1,1 t

**EN24 - Efluentes e Resíduos** NÚMERO TOTAL E VOLUME DE DERRAMES SIGNIFICATIVOS

## EUROPA

## EGF

2018

Quantos derrames ocorreram?	Algar: 4 Ersuc: 1
Qual a localização do derrame?	Algar: 2 derrames no interior das instalações e 2 na via pública Ersuc: ETAR Eírol
Volume do derrame?	Algar: No interior das instalações - cerca de 200 m <sup>3</sup> de águas lixivantes e 700 L de ácido sulfúrico; na via pública - 210 L de óleo hidráulico/adblue/gasóleo Ersuc: 3 m <sup>3</sup>
Qual o material derramado?	Algar: Águas lixivantes, ácido sulfúrico e óleo hidráulico/adblue/gasóleo Ersuc: Lixiviado
Qual o seu impacto?	Algar: Inexistente face às ações desenvolvidas - Águas lixivantes: decorrente do elevado fator de diluição induzido pela forte precipitação que se fez sentir no momento, e da construção, no imediato, de um dique de contenção para retenção das águas lixivantes, que impediu a continuidade da sua ocorrência para a linha de água, não se considerou existir dano ambiental, situação corroborada pelos resultados das análises efetuadas no momento. - Ácido sulfúrico: derrame confinado ao Pavilhão de RU, de pavimento impermeabilizado, devidamente contido, sucedido da limpeza do local. - Óleo hidráulico/adblue/gasóleo: contenção dos derrames com materiais absorventes, de modo a evitar o seu alastramento, sucedido de limpeza do local. Ersuc: Baixo

## ÁFRICA

## Mercado Zimbabué

2018

Quantos derrames ocorreram?	1
Qual a localização do derrame?	Compartimento de armazenamento de combustível
Volume do derrame?	600 L
Qual o material derramado?	Combustível <i>diesel</i>
Qual o seu impacto?	Contaminação localizada do solo

## AMÉRICA LATINA

## Mercado Brasil

## ECB - 1º

2018

Quantos derrames ocorreram?	1 de 5
Qual a localização do derrame?	Pouso Alegre/MG - Obra 229 - Rodovia Fernão Dias (BR 381)
Volume do derrame?	3 L
Qual o material derramado?	Emulsão betuminosa
Qual o seu impacto?	Alteração da qualidade do solo

## ECB - 2º

2018

Quantos derrames ocorreram?	2 de 5
Qual a localização do derrame?	Pouso Alegre/MG - Obra 229 - Rodovia Fernão Dias (BR 381)
Volume do derrame?	40 L
Qual o material derramado?	Emulsão betuminosa
Qual o seu impacto?	Alteração da qualidade do solo e da água

## ECB - 3º

2018

Quantos derrames ocorreram?	3 de 5
Qual a localização do derrame?	Itaboraí/RJ - Obra 231 - COMPERJ - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
Volume do derrame?	2 L
Qual o material derramado?	Óleo hidráulico
Qual o seu impacto?	Alteração da qualidade do solo

## ECB - 4º

2018

Quantos derrames ocorreram?	4 de 5
Qual a localização do derrame?	Itaboraí/RJ - Obra 231 - COMPERJ - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
Volume do derrame?	5 L
Qual o material derramado?	Óleo hidráulico
Qual o seu impacto?	Alteração da qualidade do solo

## ECB - 5º

2018

Quantos derrames ocorreram?	5 de 5
Qual a localização do derrame?	Itaboraí/RJ - Obra 231 - COMPERJ - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
Volume do derrame?	20 L
Qual o material derramado?	Óleo hidráulico
Qual o seu impacto?	Alteração da qualidade do solo

## Mercado México

## Mota-Engil México

2018

Quantos derrames ocorreram?	11
Qual a localização do derrame?	Diversas áreas
Volume do derrame?	651 L
Qual o material derramado?	Hidrocarbonetos
Qual o seu impacto?	Impacto reversível

## Mercado Peru

2018

Quantos derrames ocorreram?	3
Qual a localização do derrame?	Em projetos de execução da Mota-Engil Peru
Volume do derrame?	23 L
Qual o material derramado?	Combustível
Qual o seu impacto?	Solo

## EN27 - Produtos e Serviços

## EXTENSÃO DA MITIGAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

## EUROPA

## EGF

Quais?	Até que ponto os impactos foram mitigados?	Concessionária
<p>1) Em 2018 optou-se por adquirir alguns tipos de papel de escritório com atendimento a critérios ecológicos (ex. TCF e 100% de Fibras recicladas Anjo Azul), nomeadamente, resmas de papel, envelopes e papel de carta;</p> <p>2) Em 2018 substituíram-se os detergentes de limpeza classificados como perigosos para o ambiente (utilizados pela empresa externa de limpeza das instalações da Algar) por detergentes similares ecológicos;</p> <p>3) No âmbito do plano de racionalização do consumo de energia ao nível da frota, promoveu-se formação em condução económica aos motoristas, substituíram-se viaturas pesadas (transferência e recolha), de acordo com o plano de investimentos e concluiu-se o sistema de análise e gestão de informação de recolha (mobilidade);</p> <p>4) Iniciou-se a implementação da etapa complementar de desgaseificação na ETAR do ASB, com vista à redução das concentrações de azoto amoniacal e total.</p> <p>Mitigação dos consumos de energia (formação em eco-condução; substituição dos compressores de ar de pistão por parafuso; melhoria do sistema de lava-rodados; aplicação de variação de velocidade de ventilação; substituição das telhas translúcidas).</p> <p>Redução do consumo elétrico e água em todas as centrais.</p> <p>Cobertura de aterro, controlo de propagação de odores.</p> <p>Elaboração de auditoria energética e elaboração de uma auditoria à frota para elaboração do PREN a aprovar pela ADENE e DGEG no âmbito dos consumidores intensivos de energia.</p> <p>1) Formação aos colaboradores;</p> <p>2) Ajudas visuais colocadas em locais estratégicos (autoclismos, torneiras, interruptores), que alertam para a poupança de recursos;</p> <p>3) Utilização de papel reciclado em toda a documentação da empresa;</p> <p>4) Reutilização de óleos usados para lubrificação de transportadores;</p> <p>5) Tanque de armazenamento de águas pluviais na Central de Valorização Orgânica e reutilização das águas pluviais no processo;</p> <p>6) Distribuição de material de contenção de derrame em todas as viaturas e instalações;</p> <p>7) Funcionamento do sistema de desodorização ligado em contínuo;</p> <p>8) Serviço de espantamento de aves durante todo o ano.</p>	<p>1) Tendo em conta que do total de papel de escritório adquirido em 2018, cerca de 60% corresponde a papel reciclado, poderá considerar-se parte do impacto foi mitigado.</p> <p>2) Considerando que os todos os detergentes de limpeza utilizados pela empresa externa não se encontram classificados como perigosos para o ambiente, considera-se que nesta vertente o impacto foi mitigado.</p> <p>3) Apesar das medidas definidas terem sido implementadas, não foram suficientes para alcançar a meta definida no Plano de Racionalização do Consumo de Energia ao nível da frota.</p> <p>4) Não será possível verificar, para já, a eficácia desta ação em termos de mitigação dos impactos, pelo facto de se encontrar ainda em fase de testes.</p> <p>A Amarsul recebeu um diploma de reconhecimento no que respeita ao melhor resultado na redução do consumo específico de energia, emitido pela DGEG.</p> <p>Sensibilização.</p> <p>Embora a mitigação tenha sido eficaz, registaram-se algumas queixas de odores pela população do Gestal.</p> <p>Redução do consumo de energia (eletricidade e gásóleo).</p> <p>Sem ocorrências de danos ambientais.</p>	<p>Algar</p> <p>Amarsul</p> <p>Ersuc</p> <p>Valnor</p> <p>Valorlis</p> <p>Valorminho</p>

## Manvia

2018

Quais?	Até que ponto os impactos foram mitigados?
Programa de Gestão de Energia "PG OE.06-M3 Otimizar a gestão de energia (viaturas e instalações Manvia)"	Desde o início do programa (2016-2018) reduziram-se 9,8% em relação aos consumos de 2015, relativamente ao indicador energético frota (l/100 km)

## Takargo

2018

Quais?	Até que ponto os impactos foram mitigados?
Plano de Racionalização de Energia da Frota 2016 - 2018 (PREN), acompanhamento mensal do desempenho e relatórios trimestrais (acompanhamento do PREN) por entidade reconhecida	No final do 3º trimestre de 2018 verificou-se uma melhoria no desempenho associado ao consumo de combustível das locomotivas, apresentando-se um valor cerca de 42% inferior ao registado em período homólogo do ano de referência (2015)

## SUMA

2018

Quais?	Até que ponto os impactos foram mitigados?
Auditoria energética com metas de redução associadas	Resultados ainda estão pendentes

## Mercado Irlanda

2018

Quais?	Até que ponto os impactos foram mitigados?
Produtos químicos	Nenhum incidente importante em 2018

## ÁFRICA

## Mercado Ruanda

2018

Quais?	Até que ponto os impactos foram mitigados?
Alocação de recursos para diminuição de levantamento de pó por circulação de veículos, dentro do projeto e vias de acesso	Aceitável

## Mercado Zimbabué

2018

Quais?	Até que ponto os impactos foram mitigados?
Derrames de hidrocarbonetos no meio ambiente	1

## AMÉRICA LATINA

## Mercado Aruba

2018

Quais?	Até que ponto os impactos foram mitigados?
Colocação de mantas plásticas para contenção de derrames de emulsão betuminosa	Restrição da área de contaminação

## Mercado Brasil

## ECB

2018

Quais?	Até que ponto os impactos foram mitigados?
Controle da emissão do ruído ambiental decorrente das usinas de fabricação do concreto asfáltico	Redução do ruído ambiental emitido para as comunidades vizinhas. Redução do incómodo sentido pela comunidade na área.

## Mercado México

## Mota-Engil México

2018

Quais?	Até que ponto os impactos foram mitigados?
<p>1) Preparar a matriz do ciclo de vida dos serviços;</p> <p>2) Formação para colaboradores;</p> <p>3) Atividades realizadas com partes interessadas, comemorando os dias mundiais em matéria ambiental;</p> <p>4) Supervisões ambientais;</p> <p>5) Campanhas de organização e limpeza;</p> <p>6) Monitorização do consumo de recursos;</p> <p>7) Simulacros ambientais;</p> <p>8) Valorização de resíduos;</p> <p>9) Colocação de sinalização ambiental.</p>	Elevado

## Mercado Peru

2018

Quais?	Até que ponto os impactos foram mitigados?
<p>Controlo de poeira: Irrigação da via com cisterna de água, controlo de velocidade e procedimento de controlo de poeira;</p> <p>Controlo de derrames: procedimento de gestão de derrames, <i>kit</i> anti-derrames e bandejas de contenção, formação e sensibilização sobre o controle de derrames, monitorização do cumprimento dos programas de manutenção de equipamentos;</p> <p>Controlo de resíduos sólidos: procedimento de gestão de resíduos sólidos, pontos de segregação adequados de resíduos sólidos, inspeção, formação e sensibilização em gestão de resíduos sólidos, uso de utensílios metálicos para reduzir a produção de resíduos de plástico e tecnopor;</p> <p>Emissão de gases de combustão: acompanhamento dos programas de manutenção dos equipamentos, certificação de opacidade dos equipamentos;</p> <p>Consumo de energia, combustível e água: controlo do consumo e palestras de ecoeficiência;</p> <p>Controlo de erosão e sedimentos: Implantação de canais de coroação, calhas, <i>silt fence</i>, <i>check dams</i>, lagoas de sedimentação, entre outros.</p>	<p>Índice de Frequência de Incidentes Ambientais (IFIA) = 0,07 (inferior à meta estabelecida de 0,3)</p>

## EN28 - Produtos e Serviços

PERCENTUAL DE PRODUTOS E SUAS EMBALAGENS RECUPERADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PRODUTOS VENDIDOS, DISCRIMINADO POR CATEGORIA DE PRODUTOS

## EUROPA

## EGF

2018

Produtos e suas embalagens recuperadas (ton)	310.954
Total de produtos vendidos (ton)	293.559
	106%

## EN29 - Conformidade

VALOR MONETÁRIO DE MULTAS SIGNIFICATIVAS E NÚMERO TOTAL DE SANÇÕES NÃO MONETÁRIAS APLICADAS DEVIDO À NÃO CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS AMBIENTAIS

## EUROPA

## EGF

2018

Qual o número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais?	1
---	---







## A orientação para o futuro

Na sua dinâmica, a Mota-Engil tem sido precursora no Investimento em novas áreas de negócio e inovadoras, colocando novos desafios para perspectiva de captar novos mercados, antecipando e preparando de uma forma mais capaz o seu futuro.

**A confiança no que fazemos.**



# 05

## Relatórios de Fiscalização

---



MOTAENGIL





## ***Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria***

### ***Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas***

#### ***Opinião***

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Mota-Engil, S.G.P.S., S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de ativo de 4.684.724 milhares de euros e um total de capital próprio de 446.546 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 23.612 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Mota-Engil, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### ***Bases para a opinião***

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### ***Matérias relevantes de auditoria***

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

---

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal  
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*



**Reconhecimento do rédito de contratos de construção**

*Divulgações relacionadas com o rédito de contratos de construção apresentadas nas notas 1.4 xii), 1.4 xvii), 1.4 xxii), 2, 8, 25, 35 e 38 das demonstrações financeiras consolidadas.*

O Grupo desenvolve parte da sua atividade no sector da construção, o qual é caracterizado pela existência de contratos plurianuais. O valor do rédito referente a contratos de construção em 31 de dezembro de 2018 ascende a 2.053.347 milhares de euros.

O Grupo reconhece o rédito de acordo com as orientações introduzidas pela adoção da IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. Conforme preconizado pela IFRS 15, o rédito e margens associados aos contratos de construção em curso são reconhecidos de acordo com a respetiva percentagem de acabamento, a qual corresponde à proporção dos gastos incorridos sobre os gastos totais estimados do contrato.

Na determinação da percentagem de acabamento dos contratos são realizadas estimativas e julgamentos significativos, nomeadamente no que respeita aos rendimentos globais do contrato, gastos a incorrer até à sua conclusão e impactos de trabalhos realizados diferentes dos contratados, atrasos na execução e reclamações existentes ou futuras. Valores adicionais de rédito são estimados quando decorrem de direitos contratuais e se avaliam como altamente prováveis. Estas estimativas são revistas em cada período de relato, com base no melhor conhecimento da gestão, e a revisão pode resultar em alterações materiais no rédito e margens anteriormente reconhecidas.

O trabalho desenvolvido sobre o reconhecimento do rédito de contratos de construção plurianuais incluiu os seguintes procedimentos:

- entendimento e avaliação das atividades de controlo relacionadas com o reconhecimento de rédito de contratos de construção, e teste à eficácia dos controlos, quando relevante;
- obtenção dos mapas de obras que suportam o reconhecimento de rédito dos contratos de construção plurianuais, e sua conciliação com a contabilidade;
- confirmação da receita total estimada refletida nos mapas com os contratos celebrados com os clientes e outros termos e condições, e dos custos totais estimados com os orçamentos de produção, para uma amostra de contratos;
- obtenção e análise do suporte para os custos incorridos e autos de medição dos trabalhos realizados, para uma amostra de contratos;
- teste de razoabilidade à percentagem de acabamento considerada, tendo em conta os pressupostos subjacentes;
- análise das estimativas e julgamentos da Gestão, no que se refere à margem reconhecida, através: (i) da análise da fiabilidade das estimativas históricas, tendo como referência os valores reais verificados em obras concluídas; (ii) do inquérito sobre as variações ocorridas nas receitas totais e custos totais estimados, bem como nos custos incorridos em comparação com os custos orçados; e (iii) da avaliação da suficiência e robustez da evidência de suporte ao valores adicionais de rédito que decorrem de direitos contratuais mas cujo valor envolvido não esteja ainda aprovado pelo cliente; e

---

**Matérias relevantes de auditoria**

Dada a expressão dos montantes em causa e a incerteza e complexidade dos julgamentos nas estimativas realizadas, consideramos este tema uma matéria relevante de auditoria.

---

**Síntese da abordagem de auditoria**

- análise da necessidade de reconhecimento de provisões para perdas esperadas em contratos, através da obtenção de informação junto do pessoal operacional chave, bem como do resultado da análise de contratos significativos e atas da Gestão, fatores externos conhecidos, litígios e disputas com as contrapartes ou resultados de eventos após o período de relato.

No que respeita à adoção da IFRS 15, avaliámos as diferenças identificadas pelo Grupo na contabilização dos contratos, nomeadamente ao nível da identificação da existência ou não de componente financeira significativa no preço dos contratos e diferentes obrigações de desempenho, conforme divulgado na nota 1.2 I. Verificámos também a adequação das divulgações relacionadas com contratos de construção apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

---

**Imparidade e valorização de ativos não correntes**

*Divulgações relacionadas com imparidades e valorização de ativos não correntes apresentadas nas notas 1.4 v), 1.4 ix), 1.4 xxii), 8, 15, 16 e 21 das demonstrações financeiras consolidadas.*

Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo detém ativos não correntes afetos às seguintes unidades geradoras caixa (UGC), e em relação aos quais foram identificados indícios de imparidade:

- tratamento e valorização de resíduos, no valor de 239.569 milhares de euros;
- construção da Mota-Engil Engenharia, no valor de 77.315 milhares de euros;
- transporte ferroviário, no valor de 29.701 milhares de euros;
- atividade logística a desenvolver no Malawi no valor de 21.821 milhares de euros; e
- exploração de pedreiras, no valor de 42.321 milhares de euros.

O trabalho de análise da avaliação de perdas de imparidade destes ativos e do justo valor do instrumento de capital consistiu em:

- aferir sobre os critérios subjacentes à identificação das unidades geradoras de caixa (UGC);
- obter os modelos preparados para determinação do valor recuperável das UGC e do justo valor do instrumento de capital, de forma a determinar a sua conformidade com o normativo contabilístico;
- reexecutar os cálculos dos modelos;
- avaliar criticamente e, sempre que possível, de modo corroborativo os pressupostos utilizados nos modelos, nomeadamente



---

**Matérias relevantes de auditoria**

---

**Síntese da abordagem de auditoria**

---

O Grupo detém ainda um instrumento de capital numa entidade não cotada em mercado regulamentado no valor de 46.976 milhares de euros.

Como referido nas políticas contabilísticas do Grupo, em cada período de relato é feita uma avaliação para determinar se existem indícios de que os seus ativos possam estar em imparidade, sendo realizados testes para estimar a correspondente quantia recuperável. Relativamente ao instrumento de capital, este está valorizado de acordo com o seu justo valor, através do outro rendimento integral.

Conforme referido para as UGC acima referidas, foram identificados indicadores que despoletaram a necessidade de realização de testes de imparidade. A realização destes testes, bem como a determinação do justo valor da participação de capital também citada, tem por base pressupostos que envolvem incertezas e julgamentos significativos, nomeadamente previsões de rentabilidade futura e montantes de investimento, taxas de crescimento, obtenção de comparáveis de mercado e taxas de desconto, bem como a análise de documentação associada às intenções de uso futuro dos ativos.

Relativamente ao instrumento de capital foi reconhecida uma variação negativa de justo valor na demonstração consolidada do outro rendimento integral, no valor de cerca de 10.000 milhares de euros.

A análise da avaliação das perdas de imparidade e do justo valor destes ativos foi considerada uma matéria relevante de auditoria pela complexidade e grau de julgamento envolvidos nas estimativas realizadas pela gestão para a determinação do seu valor recuperável.

períodos utilizados, fluxos de caixa previsionais, taxas de crescimento de fluxos de caixa nos períodos de projeção e perpetuidade, taxas de desconto, múltiplos e transações comparáveis consideradas;

- assegurar que valores recuperáveis assentes em intenções de uso futuro dos ativos apresentam correspondência com as condições atuais do ativo/UGC, bem como viabilidade e aderência a toda a informação conhecida até à data de análise; e
- rever as análises de sensibilidade aos pressupostos mais significativos dos modelos, sempre que o valor de uso ou de mercado obtido se encontra próximo do valor contabilístico.

Verificámos, também, a adequação das divulgações relativas à imparidade e justo valor de ativos não correntes apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

**Valorização de contas a receber e reconhecimento de imparidades**

*Divulgações relacionadas com Contas a receber apresentadas nas notas 1.4 ix), 1.4 xxii), 8 e 24 das demonstrações financeiras consolidadas.*

A 31 de dezembro de 2018 o Grupo apresenta contas a receber de Clientes e Outros Devedores no valor total de 1.112.311 milhares de euros, (líquidas de Perdas por imparidade acumuladas de 228.782 milhares de euros, das quais 3.015 milhares de euros foram reconhecidas, líquidas de reversões, na demonstração consolidada dos resultados, e 24.921 milhares de euros na demonstração consolidada das alterações no capital próprio, decorrentes da adoção da IFRS 9).

O Grupo avalia, em cada período de relato, o montante de perdas por imparidade a reconhecer à luz da IFRS 9 – Instrumentos financeiros. Para o efeito, são reconhecidas perdas por imparidade para o valor não recuperável estimado das contas a receber com antiguidade ou para as quais são identificados outros indícios de imparidade (perdas incorridas), bem como potenciais perdas por imparidade esperadas utilizando uma matriz de incobabilidade baseada no histórico creditício dos devedores do Grupo, conforme explicitado na nota 1.4 ix).

A identificação das contas a receber em imparidade, a determinação do seu valor recuperável e a modelização de matrizes para a determinação de potenciais perdas por imparidade por tipologia de cliente, indústria/setor ou país envolvem julgamentos significativos da gestão, nomeadamente no que se refere: (i) à capacidade dos devedores para regularizar a dívida e probabilidade de incumprimento de condições acordadas e perspectivas de cobrança; e (ii) à segmentação da carteira de clientes e outros devedores por diferentes grupos de perfis de risco de crédito e a correspondente determinação das taxas

O trabalho desenvolvido para validação do reconhecimento e mensuração de imparidades para contas a receber incluiu os seguintes procedimentos:

- entendimento e avaliação das atividades de controlo relacionadas com o reconhecimento e mensuração de imparidades de contas a receber, e teste à eficácia dos controlos, quando relevante;
- obtenção do detalhe e cálculos das imparidades reconhecidas no exercício e na posição financeira de abertura decorrentes da adoção da IFRS 9 e sua confrontação com a contabilidade;
- obtenção do cálculo das matrizes com referência às taxas de perdas por imparidade esperadas por segmentos de países, indústrias e clientes à data de reporte e à data de adoção da IFRS 9;
- discussão com a gestão dos principais pressupostos utilizados na determinação das perdas por imparidade esperadas, nomeadamente segmentação das matrizes por diferentes grupos de perfil de risco de crédito, seleção dos períodos históricos e informação base, bem como expectativas de alteração futura de risco de crédito;
- obtenção de listagens de antiguidade de contas a receber, para confrontação com as perdas de imparidade reconhecidas;
- discussão com a gestão dos pressupostos utilizados na determinação de perdas de imparidade incorridas de contas a receber, nomeadamente para valores significativos pendentes de recebimento por períodos de tempo alargados;
- obtenção e análise da informação de suporte disponível, utilizada pela gestão na avaliação realizada;



---

**Matérias relevantes de auditoria**

indicadoras das perdas por imparidade estimadas. A existência de contas a receber significativas, nas várias geografias em que o Grupo opera, de entidades governamentais, estatais ou enquadráveis como entidades públicas, introduz um nível adicional de subjetividade e incerteza nestes julgamentos.

Adicionalmente, e conforme definido nas políticas contabilísticas do Grupo, o ciclo normal em que é expectável que as contas a receber sejam realizadas é de 12 meses. No entanto, verifica-se que existem valores a receber para os quais o período de tempo entre a prestação do serviço e o seu recebimento excede o ciclo operacional normal.

De acordo com o previsto na IFRS 9 - Instrumentos financeiros, e conforme relatado na 1.4 ix) a), o Grupo estima o valor atual das contas a receber nas situações em que é expectável que o recebimento se prolongue para além do ciclo operacional normal. Nesta situação, as estimativas realizadas pela gestão requerem julgamentos, nomeadamente no que se refere ao momento em que é expectável que ocorra o recebimento e à taxa de desconto a aplicar.

As estimativas realizadas relativamente à imparidade das contas a receber e ao seu valor atual são uma matéria relevante de auditoria porque requerem um elevado grau de julgamento por parte da gestão.

---

**Síntese da abordagem de auditoria**

- verificação de recebimentos após encerramento do exercício; e
- no caso particular de contas a receber significativas de entidades governamentais, estatais ou enquadráveis como entidades públicas com elevada antiguidade, verificamos se existiam confirmações externas, documentação formal de correspondência com os organismos institucionais respetivos, autos de medição ou outras evidências que comprovem a venda/serviço prestado, de modo a avaliar se estas evidências são consistentes com as perdas de imparidade reconhecidas.

Em relação à valorização das contas a receber que ultrapassam o ciclo operacional normal, os procedimentos desenvolvidos consistiram principalmente em:

- entendimento e avaliação das atividades de controlo relacionadas com mensuração dos saldos de contas a receber que ultrapassam o período de um ano, e teste à eficácia dos controlos, quando relevante;
- avaliação da integralidade das contas a receber com condições de pagamento alargadas ou especiais, consideradas pela administração para reconhecimento do valor presente descontado; e
- teste ao cálculo dos efeitos do valor atual reconhecido e avaliação da razoabilidade dos pressupostos utilizados pela gestão, no que respeita ao momento esperado do recebimento e taxa de desconto utilizada.

Verificámos, também, a adequação das divulgações relativas à valorização e imparidades de contas a receber apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

**Valorização de inventários imobiliários e propriedades de investimento**

*Divulgações relacionadas com inventários imobiliários e propriedades de investimento apresentadas nas notas 1.4 vii), 1.4 xi), 1.4 xxii), 6, 8, 22, 23 das demonstrações financeiras consolidadas.*

Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo detém inventários relativos a imóveis para alienação no estado atual ou para desenvolvimento imobiliário e posterior alienação, no valor de cerca de 187.000 milhares de euros, mensurados pelo menor entre o custo de aquisição ou produção e o valor realizável líquido. O Grupo detém ainda propriedades de investimento registadas a justo valor no montante de 133.685 milhares de euros, cujo impacto positivo, líquido, na demonstração consolidada dos resultados de 2018 foi de 20.553 milhares de euros. Os inventários imobiliários e as propriedades de investimento incluem alguns projectos para os quais não existe perspectiva de desenvolvimento imediato ou cuja venda tem sido atrasada.

A determinação do valor líquido de realização ou do justo valor destes ativos requer a realização de estimativas, as quais envolvem a utilização de pressupostos por parte da gestão, nomeadamente no que respeita a vendas comparáveis de mercado, projecções de fluxos de caixa futuros (preços de venda e custos de construção a incorrer para a conclusão do ativo), rendas de mercado e taxas de desconto.

O elevado grau de julgamento inerente aos pressupostos utilizados nas estimativas de valor realizável líquido e justo valor realizadas, e a incerteza associada às mesmas, justificam que esta seja uma matéria relevante de auditoria.

Os procedimentos de auditoria realizados, relativamente à valorização de inventários e propriedades de investimento incluíram:

- avaliação da razoabilidade da classificação dos inventários e das propriedades de investimento, considerando o seu destino esperado, com base em reuniões realizadas com a administração;
- avaliação da independência e competência dos avaliadores externos contratados pela gestão, e da competência dos peritos externos ou internos utilizados para realizar/analisar as avaliações; e
- revisão da valorização dos imóveis, nomeadamente, através dos seguintes procedimentos: (i) realização de reuniões com os responsáveis da área imobiliária do Grupo e, quando necessário, com os peritos internos e externos do Grupo, a fim de analisar e discutir as evidências apresentadas e as conclusões retiradas; e (ii) análise da razoabilidade dos dados base utilizados nas avaliações, recorrendo ao nosso conhecimento e experiência, incluindo confronto com transações comparáveis e *benchmarks* da indústria, envolvendo, sempre que necessário, neste exercício os nossos peritos internos.

Verificámos, também, a adequação das divulgações relativas a inventários imobiliários e propriedades de investimento apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.



**Provisões e contingências**

*Divulgações relacionadas com provisões e contingências apresentadas nas notas 1.4 xvii), 1.4 xxii), 8, 12, 38 e 41 das demonstrações financeiras consolidadas.*

O Grupo regista provisões para contingências, nomeadamente reclamações e outras responsabilidades associadas aos contratos de construção, incluindo garantias de obra. A 31 de dezembro de 2018 o montante de provisões e outras contingências apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas ascende a 94.739 milhares de euros, dos quais 23.209 milhares de euros foram reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados de 2018, líquidos de reversões.

Adicionalmente, pela dimensão, estrutura e dispersão geográfica das suas operações, o Grupo está exposto a enquadramentos fiscais e legais diversificados, que originam um acréscimo na complexidade dos procedimentos de natureza fiscal e legal. Como consequência, o Grupo tem diversas questões fiscais em aberto e processos de natureza legal em curso, para os quais não foram constituídas provisões e que representam Passivos contingentes. De acordo com a nota 41 das demonstrações financeiras consolidadas, os Passivos contingentes associados a processos fiscais ascendem a 80.523 milhares de euros e os judiciais, com valor individual superior a 500 milhares de euros, ascendem a cerca de 99.000 milhares de euros. Na mesma nota são ainda mencionadas as seguintes litigâncias: (i) uma investigação instaurada pelo Ministério Público do Peru sobre um conjunto de empresas de construção a operar naquele país, onde o Grupo é referenciado, mas em relação à qual ainda não foi constituído arguido, não estando reunidas as condições para avaliar e quantificar possíveis impactos; e (ii) uma investigação instaurada pela Autoridade da Concorrência portuguesa, relativamente à participação do Grupo num concurso público em períodos anteriores.

Em relação a provisões e passivos contingentes para responsabilidades decorrentes de contratos de construção, os procedimentos que realizámos incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos:

- entendimento e avaliação das atividades de controlo relacionadas com a identificação e mensuração de provisões para responsabilidades com contratos de construção, e teste à eficácia dos controlos, quando relevante;
- validação da listagem das provisões constituídas para responsabilidades decorrentes de contratos de construção, atendendo ao nosso conhecimento do negócio, inquéritos à gestão, leitura de atas e outra documentação e acontecimentos verificados após o período de relato;
- avaliação da razoabilidade dos pressupostos utilizados pela gestão na mensuração das provisões, nomeadamente comparando as estimativas de períodos anteriores com os gastos reais incorridos; e
- análise do cálculo das provisões constituídas e respetiva documentação de suporte.

Em relação a provisões e passivos contingentes para responsabilidades decorrentes de litígios fiscais e legais, realizámos entre outros, os seguintes procedimentos:

- compreensão dos processos de avaliação de contingências e litígios fiscais e legais realizados pela gestão;
- obtenção e análise da relação dos litígios fiscais e legais que afetam o Grupo;
- obtenção e análise das confirmações recebidas dos advogados internos e externos, em relação aos processos que têm a seu cargo;

---

**Matérias relevantes de auditoria**

Conforme preconizado na Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e relatado na nota 35, o Grupo regista provisões sempre que considera que é provável um desfecho desfavorável para a contingência existente. A avaliação da probabilidade de desfecho é efetuada pela Gestão com base no seu julgamento relativamente a estas matérias, bem como no parecer dos assessores jurídicos e fiscais do Grupo.

Atendendo ao nível de julgamento envolvido na avaliação dos Passivos contingentes e na determinação da estimativa da quantia a despendar para liquidar a obrigação presente, e ao elevado grau de incerteza quanto ao desfecho dos processos, consideramos este assunto uma matéria relevante de auditoria.

---

**Síntese da abordagem de auditoria**

- análise da correspondência trocada com as autoridades fiscais e com advogados externos, nomeadamente no que respeita a reclamações e contestações efetuadas pelo Grupo; e
- inquérito à gestão e responsáveis da área jurídica e fiscal, com apoio dos nossos especialistas, sobre as estimativas e julgamentos mais significativos, procurando, sempre que possível, corroborar os pressupostos assumidos na classificação e determinação do montante das provisões constituídas.

Verificámos também a adequação das divulgações relativas a provisões e contingências apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

---

**Impacto nas demonstrações financeiras da qualificação de Angola como economia hiperinflacionária**

*Divulgações relacionadas com a classificação de Angola como economia hiperinflacionária apresentadas nas notas 1.3 i) e 47 das demonstrações financeiras consolidadas.*

Em resultado dos elevados níveis de inflação registados nos últimos 3 anos, que se aproximaram, em termos acumulados, dos 100%, e considerando outros aspetos qualitativos, Angola foi classificada como uma economia hiperinflacionária em 2017 e 2018.

Deste modo, as entidades cuja moeda funcional é a moeda angolana têm de aplicar a IAS 29 – ‘Relato financeiro em economias hiperinflacionárias’ às demonstrações financeiras desde 1 de janeiro de 2017. Seguindo o disposto no normativo, as demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária, quer estejam baseadas no custo histórico ou no custo corrente, devem ser

Os procedimentos de auditoria realizados relativamente aos impactos da reexpressão das demonstrações financeiras das entidades angolanas consistiram em:

- validar os ajustamentos decorrentes da aplicação do IAS 29 às demonstrações financeiras das principais entidades angolanas, bem como verificar a documentação de suporte, com vista a garantir que a gestão:
  - utilizou um índice de inflação apropriado;
  - procedeu à correta identificação dos itens monetários e não monetários;
  - aplicou adequadamente a metodologia de reexpressão prevista na IAS 29 para os itens não monetários, itens de capital próprio, itens da demonstração do outro



---

**Matérias relevantes de auditoria**

expressas em termos da unidade de mensuração corrente no final do período de relato. Os ganhos ou perdas na posição monetária líquida devem ser incluídos nos lucros ou prejuízos e divulgados separadamente.

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo cuja moeda funcional é a moeda angolana foram reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços de Angola, tendo as demonstrações financeiras reexpressas sido depois transpostas às taxas de câmbio em vigor à data de reporte, para inclusão nas demonstrações financeiras consolidadas.

O impacto da reexpressão das demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas Angolanas nas demonstrações financeiras consolidadas consistiu num acréscimo de 35.123 milhares de euros dos resultados apresentados na demonstração consolidada do outro rendimento integral e num decréscimo de 24.394 milhares de euros dos resultados apresentados na demonstração consolidada dos resultados.

Atendendo à magnitude dos impactos produzidos nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos a qualificação de Angola como economia hiperinflacionária e consequentes repercussões contabilísticas, como uma matéria relevante de auditoria.

---

**Síntese da abordagem de auditoria**

rendimento integral, considerando separadamente os impactos da reexpressão que são reconhecidos na demonstração dos resultados e nos resultados transitados;

- adotou pressupostos razoáveis e consistentes, sempre que foi impraticável identificar a efetiva data de registo de cada transação para aplicação do índice de inflação respetivo;
- apresentou adequadamente os resultados dos efeitos da reexpressão na demonstração dos resultados, através de uma linha separada de “Posição monetária líquida”; e
- procedeu igualmente à atualização dos itens da demonstração de fluxos de caixa.
- rever a correta transposição das demonstrações financeiras reexpressas das principais entidades angolanas para a moeda de reporte do Grupo, avaliando a adequação dos ajustamentos de consolidação com ela relacionados e respetivos julgamentos envolvidos;
- avaliar a adequação da apresentação dos impactos da reexpressão na demonstração consolidada do outro rendimento integral, tendo em conta as políticas contabilísticas definidas; e
- verificar a consistência dos resultados apresentados na demonstração consolidada dos resultados, incluindo a linha da “Posição monetária líquida”, com as demonstrações das posições financeiras das entidades angolanas.

Verificámos também a adequação das divulgações relativas ao impacto da reexpressão por hiperinflação das entidades angolanas.

### ***Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas***

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

### ***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas***

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;



- c) avaliamos a adequação das políticas contábilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contábilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

## ***Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares***

### ***Sobre o relatório de gestão***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais. Conforme previsto no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

### ***Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais.

### ***Sobre o relatório de governo societário***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

### ***Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014***

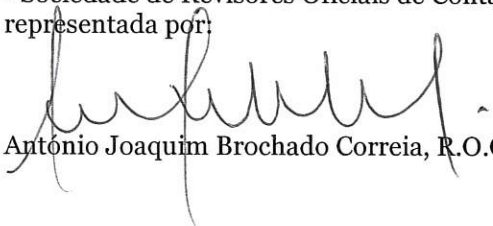
Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Mota-Engil, S.G.P.S., S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 24 de maio de 2017 para o período remanescente do mandato compreendido entre 2015 e 2018.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 25 de março de 2019.

d) Declaramos que não prestamos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

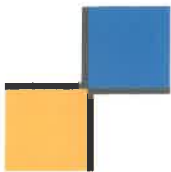
25 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.





MOTA-ENGIL  
SGPS, S.A.

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas da Mota-Engil, SGPS, S.A.

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Mota-Engil, SGPS, S.A., vem apresentar o relatório da sua atividade no exercício de 2018, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas, incluindo o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativos àquele exercício e apresentados pelo Conselho de Administração.

Como de costume, o Conselho Fiscal reuniu com regularidade e acompanhou a evolução da Sociedade, em especial mediante os contactos com o Conselho de Administração e os seus membros e com os principais responsáveis pelos Serviços, de quem foi recebendo todas as informações, explicações e justificações que se tornaram necessárias.

O Conselho Fiscal acompanhou, de igual forma conforme habitual, a atividade da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas/Auditor Externo, recolhendo, deste modo, elementos necessários ao desenvolvimento das funções de fiscalização. Fiscalizou ainda a atividade do Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo, incluindo a sua independência e isenção.

O Conselho Fiscal analisou os referidos documentos de prestação de contas consolidadas, a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria Consolidado emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas/Auditor Externo inscrito na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, tendo recebido o respetivo Relatório Adicional dirigido ao Órgão de Fiscalização.


Nos termos do artigo 245.º, Número 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório e Contas Consolidadas de 2018 foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Mota-Engil, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho financeiro e não financeiro e da posição da Mota-Engil, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.



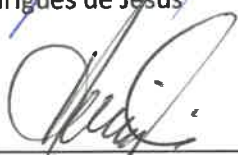
**MOTAENGIL**  
SGPS, S.A.

Em consequência, o Conselho Fiscal é de opinião que merecem aprovação os citados documentos de prestação de contas consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração.

Porto, 25 de março de 2019

  
\_\_\_\_\_  
**Alberto João Coraceiro de Castro**  
Presidente

  
\_\_\_\_\_  
**José Rodrigues de Jesus**  
Vogal

  
\_\_\_\_\_  
**Horácio Fernando Reis e Sá**  
Vogal





MOTAENGIL

[www.mota-engil.com](http://www.mota-engil.com)

 [www.facebook.com/motaengil](https://www.facebook.com/motaengil)

 [linkedin.com/company/mota-engil](https://www.linkedin.com/company/mota-engil)

 [www.youtube.com/motaengilsgps](https://www.youtube.com/motaengilsgps)